

PLANO DE METAS 19+1

PELA REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA!

Alvaro Dias
Paulo Rabello

Coligação Mudança de Verdade

Podemos, PSC, PRP, PTC

Agosto de 2018

Sumário

Objetivo

Diretrizes Gerais

Metas - SOCIEDADE

- 1 - Emprego para Todos
- 2 - Segurança com Tolerância Zero
- 3 - Saúde com Pronto Atendimento
- 4 - Ciência, Cultura e Turismo
- 5 - Educação do Futuro
- 6 - Família Unida
- 7 - Verde Água, Saneamento 100%

Metas – ECONOMIA

- 8 - Estrutura Fiscal Eficiente (EFE)
- 9 - Menos Impostos Já!
- 10 - Capital para a Previdência Social
- 11 - Crédito Sem Vexame
- 12 - Indústria 4.i
- 13 - Planeta Agro
- 14 - Infraestrutura para o Século XXI
- 15 - Diplomacia para o Comércio

Metas – INSTITUIÇÕES

- 16 – Burocracia Zero e Medidas Anticorrupção
- 17 – Legalização de Propriedades Urbanas e Rurais
- 18 - Autonomia Federativa + Reforma Política
- 19 - Projeto Integridade da Nação
- + 1: meta-síntese
- 20 – Refundar a República (Revisão Constitucional)**

OBJETIVO

O objetivo desse documento é apresentar as diretrizes gerais para o programa de governo da Coligação *Mudança de Verdade*, união de forças do Podemos, PSC, PRP e PTC, tendo como candidato à presidência da República Alvaro Dias e como vice-presidente Paulo Rabello.

A Coligação *Mudança de Verdade* honrará, do primeiro ao último dia de mandato, seu compromisso com:

1. **A renovação de ideias e de pessoas na política**
2. **A conduta moral de todos os membros do governo**
3. **A gestão impecável dos recursos e serviços públicos**

A plataforma para **refundar as bases da República** se constitui num **PLANO DE 19 METAS**, capaz de:

- Atender as principais demandas sociais do povo (a *Sociedade*)
- Retomar o crescimento acelerado e sustentável (a *Economia*)
- Reformar a política e a ordem democrática (as *Instituições*)

O resultado das ações propostas neste programa irá gerar um ponto de inflexão na sociedade brasileira. A economia se tornará mais estável, dinâmica e com um crescimento sustentável, a agricultura ainda mais produtiva, a indústria mais próxima do seu futuro 4.0 e o setor de serviços mais inovador.

O país iniciará um processo de busca contínua de eficiência tanto no setor público como no privado através da adoção das melhores práticas mundiais, abertura comercial gradativa, recuperação e aumento do estoque de infraestrutura, importação e desenvolvimento interno de novas tecnologias.

O ponto de partida é o entendimento dos maiores problemas que a sociedade brasileira enfrenta em 2018:



A partir do entendimento desses problemas é que foram definidas as 19 metas que guiarão todas as ações do governo da Coligação *Mudança de Verdade* e colocará o Brasil de volta ao trilho do desenvolvimento sustentado, proporcionando à população uma qualidade de vida muito superior à verificada atualmente.

A ideia das 19 metas foi inspirada no *Plano de Metas* do grande presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que promoveu uma transformação no país através de um programa de industrialização e modernização levado a cabo ao longo dos cinco anos do seu governo na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais e regionais.

Da mesma forma que ao tempo de JK, o desenvolvimento nacional será buscado com o máximo empenho do governo e intensa participação da população. Especial atenção precisa ser dada, desta vez, a uma completa redefinição do que se espera do papel do Estado na sociedade, bem como da revisão do texto constitucional como premissa das mudanças requeridas para o país voltar a crescer e a harmonia social de novo prevalecer.

O povo brasileiro tem direito ao progresso com que sempre sonhou. A esperança de tempos de felicidade precisa ser resgatada com urgência. Providências objetivas de mudança institucional, reforma completa do governo e avanços nas regras de funcionamento da economia constam como partes fundamentais deste programa de modo a levar o Brasil a produzir a virada que falta, superando os impasses e a estagnação do emprego, bem como deflagrando as distintas vocações de crescimento sustentável das várias regiões do nosso imenso País.

O Plano de 19 Metas tem como base três pilares: Sociedade, Economia e Instituições (SEI). Na esfera da Sociedade foram estabelecidas sete Metas: Emprego para Todos, Violência com Tolerância Zero, Pronto Atendimento na Saúde, Ciência, Cultura e Turismo, Educação do Futuro, Família Unida e Verde Água.

Na Economia, a meta central é promover um crescimento médio de 5% a.a. através da simplificação e redução de tributos, uma completa revisão da estrutura do gasto público, uma reforma financeira propiciadora de efetiva diminuição de juros para o setor produtivo – em especial para micro e pequenas empresas, fomento à poupança e ao mercado de capitais por meio de uma nova previdência social que capitalizará os participantes e que democratizará a posse dos ativos estatais e forte incentivo ao investimento.

Iremos buscar o desenvolvimento da indústria pela inovação, uma agricultura com apoio para chegar a produzir 300 milhões de toneladas de grãos em 2022 e uma nova diplomacia brasileira voltada para a expansão vigorosa do comércio dos produtos nacionais, mediante novos acordos.

O crescimento sustentado será alcançado através do estímulo ao empreendedorismo e do aumento e melhoria na qualidade da infraestrutura instalada, sem negligenciar um olhar atento à interiorização e ao meio-ambiente. O avanço relativo das regiões menos desenvolvidas do País é tema prioritário ao longo das 19 Metas. Setores como transporte & logística,

saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, mobilidade e descarte de resíduos sólidos terão destaque no investimento em infraestrutura, que atualmente apresenta um estoque de capital empregado correspondente a 12% do PIB, número excessivamente baixo se comparado com 65% no Japão e 40% na Índia.

É fundamental um aumento do investimento nacional, que chegou ao seu ápice nesse século em 2013, representando 21% do PIB, para em seguida apresentar quedas constantes, atingindo patamares inferiores a 16%. Os recursos para novas inversões virão em parte através do ganho com a redução dos níveis de corrupção e desperdícios no governo e, noutra parte, com a contenção das despesas de custeio.

Crescimento Sustentado



No campo das Instituições, o objetivo é fazer em 2019 uma ampla revisão constitucional, nela contendo, entre outros avanços, a reforma política e eleitoral, radical reforma administrativa para reduzir o tamanho do Estado, com o fim de privilégios e prerrogativas indevidas e instalar um governo moderno e eletrônico, no qual serão perseguidos os objetivos de burocracia zero e autonomia federativa.

O tema da corrupção será destaque. Vamos enxugar a máquina pública, simplificar, eliminar privilégios e buscar eficiência na gestão do Estado. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp), projeta que até 2,3% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) são perdidos a cada ano com práticas, posturas e condutas corruptas, ou seja, algo em torno de R\$100 bilhões.

Vamos apoiar incansavelmente todas as medidas juridicamente viáveis para combater esse mal que compromete o progresso do país, inclusive os conceitos previstos no pacote das 10 Medidas contra a corrupção elaborado pelo Ministério Público. O Estado existe para servir ao cidadão e não para se servir dele. Essa é a inspiração das ações que vamos implantar já a partir de 2019. Este é o sentido mais amplo da nossa meta-síntese, de **Refundar a República**.

Ao final de quatro anos a população irá vivenciar um aumento significativo na quantidade de empregos ofertados pelo setor privado, uma melhora substancial na segurança em todas as suas esferas, poderá contar com um sistema de saúde eficiente e poderá sentir os efeitos de uma significativa inclusão social e efetiva ascensão econômica do segmento mais pobre da população, que atualmente corresponde a quase 15 milhões de pessoas, segundo pesquisa recente do IBGE.

.

DIRETRIZES GERAIS

As Diretrizes Gerais que embasam as propostas da Coligação *Mudança de Verdade* para o Brasil refletem a intransigente defesa do Estado democrático de direito, e absoluta convicção nas liberdades individuais e de imprensa, na paz social que prescinde da violência contra o cidadão e na prevalência do resultado de esforços e iniciativas de cada indivíduo sobre a sempre frustrante interferência do poder público e do “Estado-babá”.

Este Plano de 19 Metas se apoia, enfim, na constatação irrefutável de que o crescimento da economia é sempre originário das iniciativas dos próprios cidadãos quando impulsionados pelas oportunidades criadas por mercados livres e competitivos, dotados de ampla informação e acesso, e que o governo deve ter o tamanho adequado para atuar, precipuamente, como estimulador dessa sadia concorrência, que constantemente cria inovações e soluções, assim como deve o poder público procurar interferir e regular o mínimo possível, sempre agindo de modo firme e pedagógico como árbitro e orientador de cidadãos livres.

A eventual participação direta do governo na oferta de serviços públicos deve se ater, exclusivamente, àqueles que, devido à sua natureza ou a certas distorções na distribuição de renda e riqueza não podem ser alcançados pelos indivíduos de forma universal.

A eficácia da segurança pública é uma meta a ser atingida assim como a sustentabilidade do ciclo de desenvolvimento econômico através da reconstrução de seus fundamentos.

A recuperação da infraestrutura é condição fundamental para melhorar os resultados dos setores produtivos, particularmente a agricultura e a indústria de base. O estímulo ao empreendedorismo, ao desenvolvimento tecnológico e à educação são considerados essenciais para aumentar o nível de emprego.

O meio-ambiente não pode ser negligenciado e desenvolvimentos tecnológicos devem ser utilizados para a sua preservação. Os programas de inclusão social devem ser mantidos e condições dignas de emancipação devem ser criadas através da criação de novas oportunidades para essa parcela da população.

As linhas gerais deste Plano de 19 Metas se pautam na construção de um governo sério, intransigente contra a corrupção em qualquer das suas muitas manifestações, um governo democrático que acredita na importância da alternância de poder.

Vamos realizar uma administração transparente cuja ética, justiça social e exclusiva preocupação com a população brasileira constituem o alicerce de todas as ações do governo.

A natureza do capitalismo que, como regime econômico, nos convence e anima é aquele que partilha o capital do País de modo efetivo e rápido entre muitos sócios, aliás milhões de pessoas, ou seja, um capitalismo cujos benefícios e vantagens possam ser usufruídos pelo maior número possível de cidadãos com acesso ao título de propriedade de suas residências e áreas rurais, cujos filhos tenham acesso a sistemas de educação e saúde de qualidade equivalente à de países de referência nessas áreas, e cujo capital, hoje estatal, possa ser compartilhado de modo objetivo por toda a população mediante a capitalização previdenciária.

A Estratégia do Crescimento Sustentado e Sustentável é a escolhida para levar o Brasil rumo ao crescimento econômico contínuo e assim possibilitar uma melhoria de vida para a população **sem deixar ninguém para trás**.

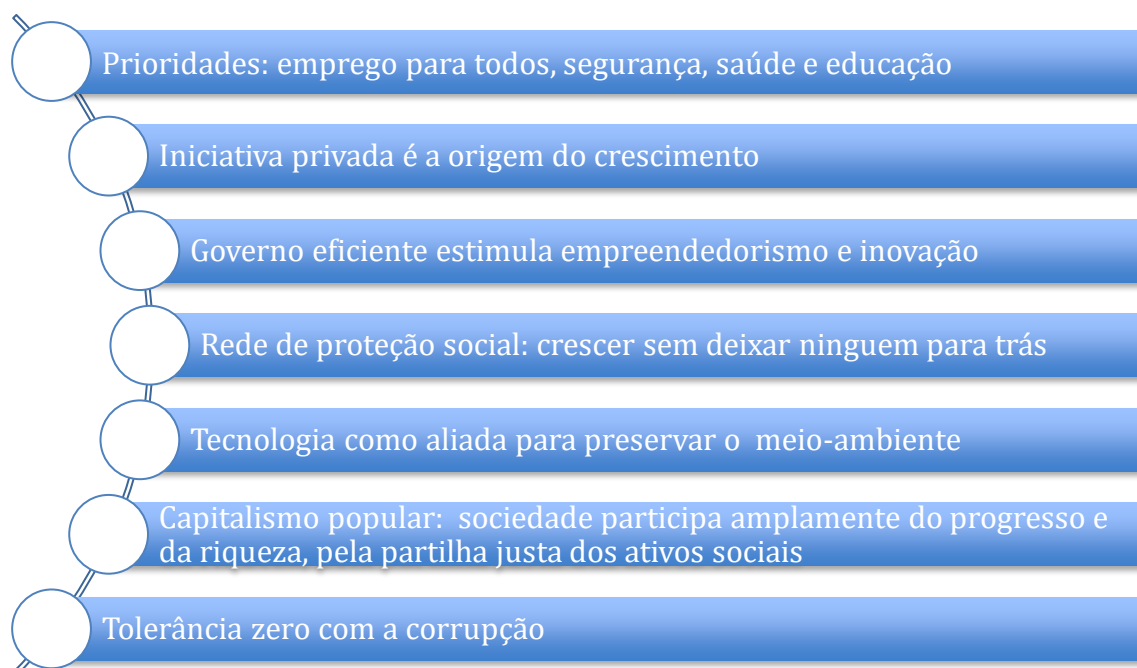
Entre 1890 e 1973 o Brasil foi um dos países com maior crescimento econômico no mundo. Durante o governo de Juscelino Kubitschek crescemos em média 8% a.a. sem apelar ao recurso do autoritarismo político.

Se já manifestamos forte vocação para alto crescimento no passado, com menos impostos, serviços públicos de maior qualidade e menor desigualdade, nada deve nos deter na ambição de reconquistar este estágio de grande desenvolvimento. Vamos recuperar essa vocação de crescimento para construirmos o futuro que sonhamos. A esperança vai voltar.

Sem sombra de dúvida, num olhar conclusivo sobre a missão desse plano, o principal desafio é o da reengenharia do Estado brasileiro, ou seja, **a refundação da República**, fazendo a máquina do governo evoluir da sua atual situação disfuncional, pesada, ineficiente, patrimonialista, escrava das corporações e de seus interesses dissimulados, de um governo, enfim, hoje desconectado da sociedade e de suas necessidades, passando o Brasil a se

apresentar, no âmbito institucional, como um Estado eficiente cujos serviços prestados à população justifiquem o custo tributário arcado pelos brasileiros.

Principais DIRETRIZES do Plano de 19 Metas





EMPREGO PARA TODOS

Mais 10 milhões de empregos em 4 anos
Aumento dos Investimentos até 22% do PIB em 2022
Crescimento da Renda Nacional em até 5% ao ano (média 2019-22)
Simplificação e formalização do contrato de trabalho

SEGURANÇA COM TOLERÂNCIA ZERO

Redução de 60% de homicídios e assaltos (36.000 vidas/ano poupadas)
Investir nas Polícias: os 3 is da Inteligência, Informação e Integração

SAÚDE COM PRONTO ATENDIMENTO

Fila zero nas emergências e prontuário eletrônico
Genéricos sem imposto até 2022

CIÊNCIA, CULTURA E TURISMO

Programa Nacional de Inovação (Cidades, Agro, Saúde e Educação)
Cultura livre via Cartão Cultura
Criação da Secretaria Nacional de Turismo

EDUCAÇÃO DO FUTURO

100% de alunos no Ensino integral até 2022
Web-Educação e Capacitação de professores
Projeto 200 Gênios para Universities

FAMÍLIA UNIDA

Acesso universal a Creches às mães que trabalham
500 CETs (Centros de Educação para o Trabalho)
1º Emprego, capacitação e remuneração para 1 milhão de jovens
Mais vida útil e saudável para seniores por novas capacitações e lazer

VERDE-ÁGUA E SANEAMENTO 100%

Preservação e aproveitamento integral dos biomas nacionais
Proteção dos mananciais (replanteio de matas em 3500 municípios)
Gestão produtiva dos cursos d'água e aquíferos
Cumprimento do plano Renovável (créditos para descarbonização)
Prioridade Saneamento: R\$20 bilhões/ano em esgotos tratados



8 ESTRUTURA FISCAL EFICIENTE (EFE)

Deficit primário nulo em 2019 e nominal zero em 2023
Implantar orçamento de custos e a avaliação com base em eficiência social
Revisão do custo de rolagem da dívida pública

9 MENOS IMPOSTOS JÁ!

Eliminar 7 grandes tributos (PIS, COFINS, IPI, CIDE, IOF, CPP, CSLL)
Fim da papelada tributária e isenção de IR para quem ganha até R\$5 mil
Equalizar o IR sobre todas as fontes de renda

10 CAPITAL PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contas individuais de previdência para os trabalhadores optantes
Capitalização do fundo do INSS com bens e direitos da União e ações das estatais
Livre aplicação das poupanças do FGTS em previdências associativas

11 CRÉDITO SEM VEXAME

Crédito fácil pela internet para micro e pequenos empreendedores
70% do crédito nacional para empresas e famílias em 2022
Mercado de capitais para financiar micro, pequenas e médias empresas
Formalização de micro e pequenas empresas

12 INDÚSTRIA 4.1

Os 4 is: + Inovação + Investimento + Isenção + Internacionalização
10 ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação
Novo Estatuto para a Zona Franca de Manaus

13 PLANETA AGRO

Produção em 2022: +30% ou 300 milhões t de grãos (cereais e leguminosas)
Segurança no Campo: Reintegração de posse sumária
Seguro rural e armazenagem, defesa animal e vegetal
Projeto Ferrovias

14 INFRAESTRUTURA PARA O SÉCULO XXI

+60% de infraestrutura implantada até 2022 (Investimento: +R\$1,2 trilhão)
Fim dos Lixões até 2022
Redução no custo de transporte de cargas e passageiros urbanos (50% até 2022)

15 DIPLOMACIA PARA O COMÉRCIO

Defesa do produto nacional pela isonomia econômica
10 novos acordos bilaterais e 4 multilaterais até 2022
Redução gradual de tarifas em 50% até 2022

**16 BUROCRACIA ZERO E MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO**

Uma medida de limpeza por dia até acabar com a burocracia (365 medidas em 2019)

E-governo: licitações, aprovações, recenseamentos e processos

17 LEGALIZAÇÃO DE PROPRIEDADES URBANAS E RURAIS

5 milhões de novos títulos de propriedade em 2022

Reintegração sumária de posse nas áreas rurais

18 AUTONOMIA FEDERATIVA + REFORMA POLÍTICA

Repartição automática de tributos a Estados e Municípios

Autonomia financeira e Leis de Eficiência em gestão pública

Municipalização de recursos e ações públicas (aumento de 50% das verbas)

Redução do número de parlamentares, voto facultativo e distritalização da representação

19 PROJETO INTEGRIDADE DA NAÇÃO

Proteção das fronteiras secas, mar territorial e espaço aéreo

Ocupação integral do território Amazônico

Reequipamento das Forças Armadas. Avanço na área espacial

**+1 REFUNDAR A REPÚBLICA
(REVISÃO CONSTITUCIONAL)**

Votação do Texto, Revisado pelo Congresso, até OUT/2019

Consulta popular para referendar o novo texto em OUT/2020

Anexo I – CARTA AOS PREFEITOS

Prezado prefeito,

Em outubro nossa Constituição completa 30 anos e a Federação não cabe no Brasil. Os municípios sofrem as consequências da concentração exorbitante dos recursos nos cofres da União. A Reforma do Sistema Federativo é prioridade da nossa proposta de Refundação da República.

Aprendi a respeitar e valorizar o esforço municipalista. Como governador do meu Estado, estabeleci produtiva interação administrativa com os municípios, realizando programas de grande repercussão e significativos resultados. Como parlamentar, fui autor de dois importantes projetos que, em 10 anos, colocaram nos cofres dos municípios mais de 50 bilhões de reais, segundo informação da CNM. A emenda constitucional que municipaliza a taxa de iluminação pública e o projeto que alterou o sistema de repasse do salário educação, aumentando em 120% os valores transferidos diretamente pelo FNDE aos municípios brasileiros.

Como candidato a Presidente da República estou propondo:

- 1- Criar um Conselho Consultivo de Prefeitos, com reuniões mensais, para debate da pauta municipalista;
- 2- Não criar novas despesas e obrigações para os municípios sem a devida previsão de recursos;
- 3- Promover mudanças na Lei Kandir para garantir o ressarcimento aos municípios;

4- Viabilizar o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nos meses de setembro.

5- Garantir o apoio técnico dos órgãos federais para melhorar a gestão administrativa, orientar o fluxo de recursos e a prestação de contas;

6- Promover reforma tributária que estabeleça como prioridade a mais justa distribuição dos recursos entre os entes federados, no contexto do novo pacto federativo.

7- Criar a carreira de Médico Federal para atender principalmente os municípios mais carentes do país;

8- Tornar o FUNDEB permanente e priorizar a educação infantil e o ensino fundamental;

9- Prorrogar, com bases em critérios técnicos, o prazo para o fim dos lixões e atuar concretamente para a formação de Consórcios Intermunicipais para melhor destinação correta dos resíduos sólidos;

10- Aumentar o índice de prestação dos serviços de coleta de esgoto dos atuais 50% para 60% da população;

11- Promover e incentivar a criação de Consórcios Intermunicipais de Saúde, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional.

Não permitirei que os cofres municipais continuem sendo surrupiados para financiar a ineficiência e a corrupção do Governo Federal.

A refundação da República passa também por um novo pacto federativo.



Alvaro Dias



PDT

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

**DIRETRIZES
PARA UMA
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
PARA O BRASIL**



COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO

Esse não é o nosso Programa de Governo. São as diretrizes que vamos discutir com a sociedade. Elas serão discutidas e aperfeiçoadas com a participação de toda a sociedade brasileira e suas muitas instituições representativas ao longo da campanha eleitoral. O que alinhavamos a seguir, com o objetivo de iniciarmos o debate, são diretrizes gerais, ideias e passos que consideramos fundamentais para fazer do nosso Brasil um país verdadeiramente justo, solidário, unido, forte e soberano. Portanto, certamente haverá, num país de tantas complexidades, omissões, incompletudes e até ideias que deverão ser substituídas pelo aperfeiçoamento que alcançaremos durante essa campanha.

No mês de junho de 2018, o Brasil tinha 13 milhões de desempregados, segundo o IBGE; este, por si só, já é um número desolador, mas se computarmos também aqueles que gostariam de trabalhar mais horas ou não procuraram emprego porque desistiram de fazê-lo, chegamos a um em cada quatro brasileiros e brasileiras, dos que compõem a força de trabalho, no primeiro trimestre de 2018. É um número que impressiona. Aqueles que obtiveram alguma forma de ocupação, conseguiram de forma mais precária, isso é, sem carteira ou por conta-própria, e em atividades nas quais a remuneração é menor. Mas tão ruim quanto isso é saber que 28% das pessoas entre 18 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam em 2017; na faixa entre 25 e 29 anos, esse percentual era de 25%. É uma parcela significativa de uma geração fora do sistema educacional e do mercado de trabalho.

Consumidores e empresas também estão com elevado nível de endividamento; 63 milhões de consumidores estavam inadimplentes no primeiro semestre de 2018, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito, e 5,5 milhões de micro e pequenas empresas estavam na mesma situação em fevereiro de 2018, segundo a Serasa, o que representava 22% das empresas desse porte. As margens de lucro das empresas caíram com a crise nos últimos anos, e a disposição para o setor privado investir e gerar mais empregos segue muito baixa.

Não há como ficar feliz nessa situação; não é à toa que a população está desgostosa com os governantes. Mas há meios, sim, para mudar essa situação para melhor; entretanto, é preciso coragem, determinação e crença na dedicação e capacidade de superação dos brasileiros. E nós vamos mostrar, com estas diretrizes para o programa de governo, que é possível para o brasileiro resgatar a sua dignidade. Temos razões para a esperança. Nosso traço nacional mais importante é a vitalidade: uma vitalidade sem medida, assombrosa, anárquica e quase cega. O Brasil tem o recurso mais importante: uma cultura empreendedora amplamente difundida no país, inclusive e sobretudo entre pequenas e médias empresas. Trabalharemos para dar a este empreendedorismo vibrante, porém desequipado de braços, asas e olhos. Inclusive ajudando esse imenso contingente de pessoas e famílias a reduzir seu atual endividamento.

Essas são as diretrizes para um programa de governo elaborado por quem e para quem deseja ver o país novamente crescer, produzindo com dignidade e soberania. Observamos diariamente que o povo brasileiro está sofrendo há tempos; que a crise econômica e política aumentou o desemprego e piorou as condições de vida da população. Mas, reforçando o que já foi dito, essa situação não é eterna; há muito espaço para recuperar a dignidade e a qualidade de vida de nossa população, e as oportunidades são inúmeras em um país que já cresceu muito no passado. Para isso, é importante que tenhamos coragem para ser feito o que é necessário: priorizar quem trabalha e produz, buscando a geração de empregos e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, e defender a soberania e os interesses brasileiros. Vamos propor políticas e oportunidades para criar e manter empregos para uma população em idade de trabalhar, que chegou a 169 milhões de pessoas em junho deste ano.

Para atingirmos esses objetivos, estamos propondo uma estratégia nacional de desenvolvimento. É estratégia porque é desenhada para o longo prazo, tem objetivos claros, sabemos onde queremos chegar, e incluirá metas ao longo do tempo, ainda que não estejam detalhadas neste programa inicial; é nacional porque defenderá os interesses do país, do povo brasileiro, junto aos outros países, e buscará fortalecer a produção local, visando o atendimento ao mercado interno ou externo, de forma a gerar bons empregos para a nossa população; é de desenvolvimento porque visa o crescimento a partir da modernização de nossa estrutura produtiva, de forma sustentável, com a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho, que serão qualificadas através de boas políticas de educação, saúde e relacionadas às demais condições de vida, e visará reduzir a pobreza e melhorar a distribuição da renda e da riqueza no país. Essa estratégia deverá, como sempre demonstrou a história, ser implementada sempre pela ação complementar dos setores público e privado.

Para isso, é preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo para gerar empregos. Arrumar a casa significa o governo fazer o chamado ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo paulatinamente a participação de sua dívida no PIB do país, o que fortalecerá a capacidade do governo para realizar políticas sociais e de investimento; dessa forma, será possível reduzir a taxa de juros e, por consequência, os custos de financiamento para empresas e consumidores, e propiciar condições para que a taxa de câmbio oscile moderadamente em torno de um patamar competitivo para as empresas do país, tanto no mercado interno como externo.

Ao recuperar a sua capacidade de investir, o Estado brasileiro liderará, com a participação do setor privado, o processo de melhoria da infraestrutura que tanto afeta a produção e as condições de vida da população e, ao mesmo tempo, possibilitará a geração de empregos. As deficiências na infraestrutura geram restrições não só ao aumento da produtividade, mas também deterioram as condições de vida da população. Dada a ausência de investimentos no setor, somente 20% dos domicílios na Região Norte e 45% na Região Nordeste tinham acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou fossa ligada à rede em 2017 (segundo o IBGE), por exemplo.

O Estado precisa, junto com o setor privado, viabilizar um volume de investimentos de, aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (praticamente 5% do PIB) para recuperar a infraestrutura do país e assim contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras. Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja através do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros, e da sua associação com o capital privado nessa empreitada. O BNDES também terá um papel preponderante nesse processo.

Outra solução para recuperar o emprego no momento inicial (além do investimento em infraestrutura e um conjunto de ações emergenciais), já que o mercado interno está desaquecido e o elevado desemprego e endividamento inibem a sua recuperação, é o aumento das exportações, principalmente daquelas ligadas ao setor industrial. A história mostra que o processo de desenvolvimento de todos os países passou pelo surgimento e crescimento da indústria, e os dados também mostram que os países mais ricos exportam proporcionalmente mais produtos industrializados que outros tipos de produtos. É na indústria que é gerada a maioria

das inovações; também é esse setor que mais estimula a produção de outros setores e gera empregos de qualidade, com bons salários, e em quantidade satisfatória. A indústria atual está totalmente associada aos chamados serviços modernos, como informática, design, logística, pesquisa, marketing, consultoria, projetos e publicidade, dentre outros, e esse é o caminho atual do processo de desenvolvimento – a chamada indústria 4.0. Portanto, a reindustrialização do país, já que este setor perdeu muito espaço desde a década de 1990, é um ponto central de nossa estratégia de desenvolvimento; sempre buscando inovar, agregar serviços modernos e exportar. O agronegócio, que tanto tem ajudado nossa economia, também deverá ser estimulado a produzir bens com maior valor agregado, para gerar ainda mais riqueza ao país.

Nosso país perdeu milhares de indústrias e esse é um dos motivos mais relevantes para explicar o nosso baixo crescimento, de apenas 2,2% ao ano, em média, nos últimos 30 anos (1988-2017). Para se ter uma ideia do baque que isso significa, basta dizer que o Brasil cresceu, nos 30 anos anteriores (1958-1987), à média de 6,6% ao ano, três vezes mais do que atualmente. As economias que mais enriqueceram nas últimas décadas foram as que investiram pesadamente em sua indústria, e assim tem sido ao longo da história. Nós fizemos o contrário. Em 1990, nossa produção industrial era igual à da China ou à soma de Coreia do Sul, Malásia e Tailândia. Mas em 2015, produzimos apenas o equivalente a 6% do que a indústria chinesa produziu e somente 33% do que produziram as indústrias dos outros três países somadas. Reindustrializar o país é uma das nossas metas principais, juntamente com o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em conhecimento, e ser o passo fundamental para o Brasil voltar a crescer e gerar mais empregos duradouros e de qualidade.

Mas, para inserirmos mais pessoas no mercado de trabalho, com bons salários, e melhorar nossa competitividade, precisamos também investir fortemente na melhoria do sistema educacional. Hoje o acesso é praticamente universal no ensino fundamental, mas o desempenho ainda é insuficiente. Neste campo, devemos seguir o exemplo adotado no estado do Ceará, terra de nosso candidato Ciro Gomes: entre as 100 cidades com o melhor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do país, 77 delas lá se encontram. Já em relação ao ensino de nível médio, a evasão é elevadíssima, a oferta de vagas é insuficiente e o desempenho dos alunos, também insatisfatório. Entre 1990 e 2015, o número de pessoas com mais de 25 anos que possui pelo menos educação de nível médio aumentou 2,9 vezes no Brasil, mas ainda é baixo para padrões internacionais (94º colocado entre 164 países em 2015; os dados são do Índice de Desenvolvimento Humano calculado pela Organização das Nações

Unidas). No ensino de nível superior, os problemas de acesso e evasão permanecem, bem como os relativos à qualidade do ensino em situações específicas. Portanto, nossas metas estarão relacionadas à correção da evasão escolar, à melhoria dos índices de desempenho dos alunos e à ampliação do acesso aos níveis de ensino médio e superior.

No tocante à Saúde, outra área sensível para o bem-estar da população, a situação é semelhante. Ainda que a taxa de mortalidade até os cinco anos de idade (um importante indicador das condições de saúde da população) tenha se reduzido em aproximadamente 75% entre 1990 e 2015, ainda é alta para padrões internacionais, pois o Brasil é o 90º colocado entre 193 países em 2015 (a fonte dos dados é semelhante à utilizada para a Educação). A atenção básica tem que ser reforçada e priorizada, e a gestão do atendimento médico e hospitalar às chamadas doenças de média e alta complexidade, aprimorada. Diferentemente da Educação, em que o acesso é quase universal no ensino fundamental, na Saúde ainda precisa ser ampliada a oferta de diversos serviços, mesmo os mais básicos, à população brasileira.

Outro problema premente para a população é a segurança pública. O Brasil registrou 63.380 homicídios em 2017. São 30,8 homicídios por mil habitantes, segundo o Atlas da Violência de 2018. A taxa mundial é de cerca de 8 homicídios por mil habitantes. Do total de óbitos registrados para a população entre 15 e 19 anos, 50,3% corresponderam a homicídios em 2016. A taxa de homicídios de negros atingiu 40,2 por mil habitantes naquele ano, enquanto a de não negros foi de 16 por mil habitantes. A desigualdade racial fica evidenciada nessas estatísticas.

Armar as pessoas vai provocar um número de mortes ainda maior (um “banho de sangue”). Esse não será o caminho da solução, com certeza; a saída se dará pela melhoria das condições de trabalho da polícia e da inteligência investigativa, ao combate ao tráfico de armas, ao crime organizado e suas movimentações financeiras, e ao policiamento nas fronteiras, dentre outros.

Há, portanto, uma série de políticas sociais que devem ser implementadas conjuntamente à estratégia de crescimento econômico. Essas políticas são importantes para proteger os mais pobres, melhorar o bem-estar da população e acelerar o processo de distribuição de renda. Nesta introdução, citamos apenas alguns exemplos, e essas políticas terão um papel muito importante em nosso programa de governo a ser elaborado.

Aliás, crescer distribuindo renda é fundamental. Reduzir as gritantes desigualdades econômicas e sociais do país requer um conjunto amplo e simultâneo de medidas, como estamos propondo nessa estratégia de desenvolvimento. Queremos criar empregos de qualidade, tributar proporcionalmente mais os ricos, investir fortemente em educação e em políticas sociais, dentre outras medidas.

Bem, e encerrando essa introdução, já que estamos defendendo uma estratégia nacional de desenvolvimento, precisamos dizer onde queremos chegar, gerando empregos de qualidade acessíveis a todos. Nossa meta maior é buscarmos, em um período de 15 anos, alcançar o atual Índice de Desenvolvimento Humano de Portugal (que hoje é o 41º do mundo, enquanto o Brasil está na 79ª posição), um país dentre os que mais vêm crescendo no mundo desenvolvido e que possui um governo cujas bases de suas políticas são progressistas. Para atingirmos o atual nível de renda per capita de Portugal, buscaremos crescer 5% ao ano, e será definida uma série de outros objetivos e metas relativas a indicadores sociais, como expectativa de vida, mortalidade infantil, taxa de homicídios e desigualdades sociais entre homens e mulheres. Se quisermos também atingir os seus indicadores de distribuição de renda, teremos que investir muito em educação, bem como em políticas econômicas que propiciem a orientação de nossa produção na direção de setores que produzam bens mais sofisticados com maior valor agregado, e na realização de muitas políticas sociais visando o acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Como vemos, a tarefa não é fácil, e sem uma estratégia bem desenhada, implementada com dedicação e vigor, e que combine a atuação dos setores público e privado, será impossível atingirmos os resultados propostos. Vamos então, a seguir, detalhar a composição das diretrizes para o nosso programa de governo, um programa soberano porque é baseado em uma estratégia nacional de desenvolvimento.



DETALHAMENTO DO PROGRAMA



1

GERAÇÃO DE EMPREGOS

O Brasil tem hoje 169 milhões de pessoas em idade de trabalhar. Para gerar emprego e ocupação de forma sustentável para essa formidável massa de brasileiros, nosso país precisa adotar uma estratégia planejada, um plano nacional debatido por toda a sociedade, estabelecendo prioridades sociais e econômicas. Metas de curto, médio e longo prazos que permitam ao Brasil alcançar, em termos de renda e desenvolvimento humano, o mesmo nível de alguns países europeus ou asiáticos que já deixaram para trás problemas como desemprego, miséria e pobreza e oferecem oportunidades e um bom nível de vida para todos os seus habitantes. O Brasil tem condições, riquezas e recursos para tanto. Mas isso requer um plano, um caminho estabelecido entre a sociedade e o governo, entre os trabalhadores, o setor privado e o setor público, que defina claramente políticas de desenvolvimento focadas na expansão da competitividade dos setores produtivos, com especial destaque para a indústria de transformação e redobrada atenção ao setor exportador, considerando também a força de nosso agronegócio e da nossa mineração, que geram essenciais divisas para as contas externas do país. Precisamos gerar empregos para milhões de brasileiras e brasileiros. Esse é um dos objetivos mais importantes de nosso programa. Para atingirmos esses objetivos, o país precisa retomar o crescimento e uma série de medidas econômicas serão necessárias; todas elas visam o aumento dos investimentos que ampliarão a capacidade produtiva, possibilitando a criação dos novos empregos tão necessários. Diversas medidas serão necessárias, e a seguir descreveremos as principais delas.

- 1.1** O alcance do equilíbrio fiscal para que o governo recupere a sua capacidade de investir e realizar políticas sociais para melhorar as condições de vida da população. Em outras palavras, vamos garantir a sustentabilidade fiscal e previdenciária do Estado em todas as suas esferas e promover a simplificação do sistema tributário, elevando a capacidade de investimento dos governos e possibilitando a prestação de serviços públicos de qualidade para toda a sociedade. Definimos como meta alcançar o equilíbrio no resultado primário em dois anos de governo e, para alcançar esse equilíbrio, uma série de reformas serão necessárias:

Reforma fiscal, tributária e previdenciária

- Implementação de um sistema previdenciário multipilar capitalizado, em que o primeiro pilar, financiado pelo Tesouro, seria dedicado às políticas assistenciais; o segundo pilar corresponderia a um regime previdenciário de repartição com parâmetros ajustados em relação à situação atual; e o terceiro pilar equivaleria a um regime de capitalização em contas individuais. Ademais, seria discutida a introdução de idades mínimas diferenciadas por atividade e gênero;
- Redução, inicial, de 15% das desonerações tributárias;
- Revisão de todas as despesas do governo, de modo a eliminar desperdícios, sobreposições e privilégios; os gastos com investimentos, Saúde e Educação deverão ser preservados;
- Isenção de tributos na aquisição de bens de capital;
- Redução do Imposto de Renda da pessoa jurídica;
- Redução de impostos sobre consumo (PIS/COFINS e ICMS);
- Criação de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), unificando vários tributos atualmente existentes;
- Eliminação gradual da chamada “pejotização”;
- Recriação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos;
- Alteração das alíquotas do ITCD (imposto sobre heranças e doações);
- Simplificação da estrutura tarifária de importações;
- Elevação da alíquota do ITCD (imposto sobre heranças e doações);
- Revogação da EC 95 (Teto de Gastos), a ser substituída por outro mecanismo que controle a evolução das despesas globais do governo, preservando, como afirmado acima, os gastos com investimentos, Saúde e Educação;
- Redução da burocracia para abertura, acompanhamento das operações tributárias e fechamento de empresas.

Reforma orçamentária

- Maior integração entre o planejamento dos objetivos de governo, suas metas, o orçamento e um modelo de gestão orientado para resultados;
- Introdução do orçamento plurianual para grandes projetos prioritários;
- Planejamento de despesas por período superior a um ano;
- Criação da unidade de projetos prioritários, com sistema de acompanhamento e avaliação;
- Adoção do chamado orçamento base zero;
- Programação de desembolsos associados à avaliação da execução de projetos e resultados alcançados;
- Criação de incentivos à economia de recursos orçamentários;

- Aprimoramento do processo licitatório;
- Maior transparência na classificação e execução orçamentária;
- Criação de sistema de acompanhamento e rateio de custos.

Reforma da gestão pública

- Implementação de um processo dinâmico de planejamento de longo prazo, com um horizonte de 20 anos, no qual, a cada 4 anos, o planejamento seria atualizado para as próximas duas décadas, servindo de base para a elaboração dos planos plurianuais;
- Redefinição de ministérios em função das atribuições a serem desempenhadas pelo governo;
- Melhoria da integração entre as diversas estruturas organizacionais visando magnificar os efeitos intersetoriais e transversais das políticas públicas;
- Realização de um planejamento da força de trabalho que alinhe as necessidades de pessoal às funções e objetivos estratégicos do governo;
- Alinhamento da política de pessoal aos resultados do planejamento da força de trabalho;
- Desenvolvimento profissional do quadro de servidores e de estrutura de incentivos baseada no alcance de resultados;
- Criação de mecanismos de incentivo e avaliação de desempenho realistas;
- Introdução de um sistema meritocrático para ocupação de cargos em comissão;
- Criação de instrumentos e parâmetros de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Implementação de um sistema de metas e acompanhamento de resultados associado ao orçamento;
- Aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos de gestão fiscal e de controle de custos;
- Criação de mecanismos de identificação de projetos inovadores que possam ser disseminados na administração pública;
- Integração e modernização dos sistemas públicos de Tecnologia da Informação e de Comunicação (TIC) e implementação de sistemas de Big Data no Governo Federal;
- Melhoria e expansão do chamado governo eletrônico, ampliando fortemente a prestação de serviços, os controles realizados por meio eletrônico e a desburocratização de processos de trabalho;
- Aperfeiçoamento do pacto federativo e das regras de consórcio público para execução de políticas públicas;

- Estímulo à oferta de serviços públicos, não exclusivos de Estado, por organizações públicas não estatais, como organizações sociais;
- Revisão da forma de atuação das agências reguladoras;
- Aperfeiçoamento do marco jurídico que rege a administração pública, incluindo o processo de compras.

1.2 A redução da taxa de juros, para estimular a retomada dos investimentos privados e aliviar a população e as empresas endividadas, é essencial. Para atingir esse objetivo, deverá ser realizada uma reforma monetária acompanhada de um conjunto de medidas que possibilite diminuir tanto a taxa de juros básica, definida pelo Banco Central, como aquela que é cobrada nos financiamentos a consumidores e empresas:

- Compromisso com a redução da taxa de juros básica (Selic) em compasso com a realização do ajuste fiscal;
- Redução da indexação no mercado financeiro, através da substituição gradual da participação de Letras Financeiras do Tesouro, corrigidas pela Selic, por títulos prefixados no financiamento da dívida;
- Substituição gradual das operações compromissadas (operações de overnight com lastro em títulos públicos com compromisso de recompra por parte do Banco Central) por depósitos voluntários remunerados (que não são lastreados em títulos públicos) no Banco Central;
- Desregulamentação bancária para possibilitar a maior oferta de serviços financeiros por parte de instituições de pequeno e médio porte e ampliar a rede bancária;
- Aprimoramento da legislação na direção de facilitar a operação de novos negócios financeiros dentro e fora do sistema bancário, incluindo a regulamentação e estímulo ao desenvolvimento das instituições financeiras que operam exclusivamente pela internet, chamadas de Fintechs;
- Maior controle da concentração bancária por parte dos órgãos de regulação; participação do CADE juntamente com o Banco Central nesse processo;
- Participação ativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no processo de redução do spread bancário, garantindo a rentabilidade necessária às suas operações.

1.3 A defesa de uma taxa de câmbio competitiva é essencial para, junto com uma série de outras medidas, recuperar a capacidade das empresas brasileiras, produtoras de bens industrializados e serviços sofisticados, concorrerem no mercado externo. Também é fundamental para evitar que as empresas importadoras possam trazer produtos com preços em reais artificialmente

baixos que impossibilitem as empresas brasileiras de concorrerem com elas, resultando na eliminação de muitos empregos no país:

- A taxa de câmbio deve oscilar, com reduzida volatilidade, em torno de um patamar competitivo para a indústria nacional;
- A política fiscal equilibrada e a redução da taxa de juros serão os fatores determinantes desse comportamento da taxa de câmbio;
- Recriação do fundo soberano, para impedir as oscilações excessivas da taxa de câmbio em função dos ciclos de commodities, possibilitar a implementação de políticas anticíclicas e a estabilidade de preços importantes, como o petróleo, no mercado interno (sempre resguardando a rentabilidade das empresas produtoras desses bens).

1.4 A manutenção da inflação em patamares baixos é fundamental para o crescimento e esse é outro ponto essencial de nosso programa. Queremos aliar a menor inflação possível à meta de criação dos empregos necessários à população brasileira. Portanto, o regime de metas de inflação será mantido, e o Banco Central perseguirá a menor taxa de inflação possível associada a uma taxa de desemprego que não sacrifique a população brasileira:

- O Banco Central terá duas metas: a taxa de inflação e a taxa de desemprego, como ocorre nos Estados Unidos;
- Adoção de medidas de núcleo dos índices de preços como meta de inflação;
- Mudança do prazo de convergência da inflação à meta em caso de choques inflacionários (ao invés do ano calendário, adotar um número maior de meses);
- Desindexação de preços relevantes da economia;
- Ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional;
- Divulgação da transcrição das gravações das reuniões do Copom após seis meses, visando maior transparência das ações do Banco Central.

1.5 A política industrial, junto com outros instrumentos como a política de ciência e tecnologia e creditícia, sempre auxiliou no desenvolvimento de setores considerados estratégicos, seja para a geração de inovações ou de empregos (ou ambos), tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Deve ser desenhada de forma complementar à política macroeconômica, e não para compensar desequilíbrios, como foi no passado recente:

- Definição de quatro grandes complexos prioritários. A escolha desses complexos se deve aos seguintes fatores:

- o seu impacto sobre a balança comercial, através da elevada participação de insumos importados em seu processo produtivo;
- o seu impacto positivo sobre a produção dos demais setores;
- a possibilidade de melhor aproveitamento, com agregação de valor, de nossos recursos naturais;
- a geração de tecnologia que poderá ser disseminada aos demais setores da economia. São eles o agronegócio, a defesa, o setor de óleo, gás e biocombustíveis e a produção de bens para atender aos serviços de saúde.

- O quinto setor relevante, a construção civil, forte gerador de empregos, será estimulado pela política orientada à recuperação da infraestrutura, incluindo o saneamento básico e a habitação;
- Políticas de incentivo à inovação e sustentabilidade financiadas pelo BNDES e bancos privados, visando primordialmente ao aumento da competitividade e elevação das exportações com maior conteúdo tecnológico e a sua diversificação, e ao estímulo à realização de investimentos complementares na cadeia produtiva, principalmente na integração entre indústria e serviços modernos, de forma a possibilitar nossa participação nas etapas mais relevantes das cadeias globais de valor;
- Definição do BNDES como grande agente financeiro da estratégia de política industrial, junto com a FINEP e os órgãos estaduais de fomento à inovação;
- Reforço à política de preferência por insumos locais nos processos de compras governamentais;
- Aprimoramento da política de conteúdo local, visando a sua simplificação e, ao mesmo tempo, sua adoção como efetivo instrumento de estímulo ao produtor nacional;
- Vínculo com a política de ciência e tecnologia por meio da criação de estímulos à atuação conjunta de universidades, empresas e instituto de pesquisas no desenvolvimento de produtos e tecnologias.

1.6 Uma política de inserção internacional que fomente o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores. Para tanto, é preciso que haja uma estratégia com foco no longo prazo, com forte apoio às exportações desses produtos e serviços. O Brasil tem condições de se aproximar, em termos de renda e desenvolvimento humano, dos países europeus, desde que estabeleça claramente políticas focadas na expansão da competitividade externa dos setores produtivos mais sofisticados tecnologicamente:

- Definição de metas claras de crescimento para as exportações de manufaturados;
- Priorização na concessão de crédito, por parte do BNDES, às empresas que cumprirem metas de exportação, inovação, elevação da competitividade e geração de empregos; prática de menores taxas de juros para aquelas que inovarem e preservarem o meio ambiente;
- Desenvolvimento de mecanismos que facilitem o acesso dos exportadores a financiamentos com custos compatíveis aos obtidos por seus concorrentes externos;
- Melhoria da infraestrutura para escoamento da produção;
- Racionalização da estrutura tarifária de importações;
- Estabelecimento de acordos comerciais, preservando os interesses do país;
- Estruturação de suporte às empresas brasileiras na prospecção de mercados e no atendimento aos clientes no exterior.

1.7 Todas as políticas orientadas ao crescimento e à geração de empregos carecem de recursos para serem viabilizadas. Uma política de crédito, que retome a capacidade de financiamento às empresas e à população em geral, será fundamental em nossa estratégia de desenvolvimento. Uma série de medidas serão adotadas para recuperar o volume de crédito na economia brasileira. A própria redução da taxa de juros e das operações compromissadas levará o sistema financeiro a realizar operações de empréstimos e o volume da oferta de crédito deverá crescer:

- Definição de um conjunto de ações para auxiliar na redução do endividamento de famílias e empresas;
- Alterações na política atual de recolhimentos compulsórios sobre depósitos bancários;
- Estímulo à disseminação do cadastro positivo;
- Popularização do mercado de fundos lastreados em títulos privados;
- Estímulo ao desenvolvimento do mercado de capitais e de financiamento privado de longo prazo, o que também contribuirá para a elevação da poupança nacional;
- Desenvolvimento de mecanismos alternativos de crédito, como venture capital (capital de risco);
- Definição de uma estrutura tributária que estimule a concessão de crédito de longo prazo;
- Retomada do protagonismo do BNDES na concessão de crédito ao investimento, pesquisa e inovação, através da criação de novas formas de captação de recursos;

- Reforço do papel da CEF no financiamento de políticas sociais;
- Reforço do papel do BB na concessão de crédito à agricultura e capital de giro para pequenas e médias empresas.

1.8 Adicionalmente, políticas específicas para a criação direta de empregos, complementares a todas estas citadas acima, serão necessárias, dado o elevado desemprego da economia brasileira. Em junho de 2018, esse contingente atingia 13 milhões de pessoas, praticamente o dobro do número registrado em 2014; por isso, para recuperar o emprego de milhões de brasileiros rapidamente, e criar empregos para outras pessoas que vêm ingressando no mercado de trabalho, vamos propor um conjunto de ações emergenciais e outras que auxiliarão a promover a geração sustentável de empregos, priorizando as camadas mais vulneráveis da população, estimulando a formalização no mercado de trabalho e a capacitação profissional compatível com as demandas das organizações públicas e privadas, aperfeiçoando também as políticas de inclusão produtiva:

- Criação de um programa emergencial de emprego, com ênfase nas áreas de saneamento e construção civil, em consonância com as políticas de estímulo a estas áreas, conforme proposto nestas diretrizes para o programa de governo;
- Criação de programas de capacitação nos bolsões de desemprego das grandes cidades, como o auxílio do Sistema S e das instituições federais de ensino;
- Estabelecimento de política de “adoção, melhoria e multiplicação” das creches “informais” já existentes, para possibilitar às mães de crianças na primeira infância a ingressarem no mercado de trabalho;
- Políticas de concessão de crédito desburocratizado e barato para reforma e ampliação das moradias para famílias de baixa renda, o que melhorará suas condições de vida e simultaneamente contribuirá para o reaquecimento do mercado de trabalho na construção civil;
- Oferecer cursos de curta duração voltados a Nem-Nems (jovens entre 15 e 29 anos que nem estudam, nem trabalham; 23% dos jovens nessa faixa etária encontravam-se nessa situação em 2017). As políticas em relação a este grupo serão mais detalhadas mais à frente nessas diretrizes para o programa de governo, mas ressalta-se que um de seus componentes será a criação de cursos de capacitação para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho;
- Revisão das atuais leis trabalhistas, de modo a adaptá-las às novas tendências do mercado de trabalho, alavancar o empreendedorismo, incentivar empresas e trabalhadores a realizar contratos de trabalho mais longos, estimular aumentos na produtividade e diminuir a insegurança jurídica;

- Melhoria dos sistemas de monitoramento e avaliação para determinar as necessidades de treinamento e direcionar melhor a expansão de programas de capacitação profissional, inclusive na direção de novos empregos que serão demandados no futuro, além da ampliação das parcerias com o setor privado para verificar as áreas que mais precisam de treinamentos, facilitando o acesso dos alunos a postos de estágio e trabalho;
- Reforma de serviços como o do Sistema Nacional de Emprego (SINE), melhorando a sua estrutura e a sua capacidade de articulação com o setor produtivo.

1.9 Não menos relevantes, os setores do agronegócio, agricultura familiar, serviços em geral, comércio, a economia criativa e o turismo também serão estimulados para contribuir ao crescimento da economia brasileira e à geração de empregos. Da mesma forma, atenção especial deverá ser direcionada aos empreendedores, inovadores e às pequenas e médias empresas. Esses estímulos serão discutidos ao longo da campanha.

2

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de nosso país é velha, insuficiente e carece de manutenção. Nas cidades, sejam elas no meio urbano ou no meio rural, faltam habitações, saneamento e transporte público de qualidade, assim como precisamos de ferrovias, estradas, portos, aeroportos e energia. Portanto, recuperar e modernizar a nossa infraestrutura é outro passo decisivo para gerar imediatamente milhares de empregos em todo o país, melhorar a qualidade de vida da população e aumentar a competitividade do Brasil que produz. Para isso, é necessário um setor público com boa saúde fiscal para participar, juntamente com o setor privado, desse investimento maciço. Pretendemos investir nestas obras cerca de R\$ 300 bilhões por ano, através de investimento público ou estimulando o setor privado a fazê-lo, para superar as deficiências e gargalos que encarecem e limitam nossa capacidade de produção. Estimamos que somente as obras atualmente paralisadas podem gerar cerca de 350 mil novos empregos. A seguir, elencamos uma série de medidas necessárias para o alcance deste objetivo.

2.1 Realização de um pacote de investimentos dirigidos a seguintes áreas:

- Habitação
- Saneamento básico
- Resíduos sólidos
- Telecomunicações
- Mobilidade urbana
- Rodovias
- Ferrovias de cargas
- Ferrovias de passageiros
- Aeroportos
- Portos
- Energia elétrica e demais energias renováveis, como eólica, solar e biomassa, entre outras opções.

- 2.2** O Programa Minha Casa Minha Vida deverá ser reforçado, recebendo recursos adicionais, e a infraestrutura de serviços em seu entorno, incluindo transporte, saúde e educação, dentre outros, receberá a necessária atenção específica.
- 2.3** O Sistema Financeiro da Habitação deverá ser fortalecido, de modo a desenvolver novas formas de captação de recursos, preservando o seu equilíbrio orçamentário.
- 2.4** O modelo de concessões e parcerias público privadas será fortemente incentivado e atuará de maneira coordenada ao investimento público. Precisamos melhorar a qualidade dos investimentos públicos e aumentar estrategicamente a sua sinergia com os investimentos privados, por meio da criação de um comitê de avaliação das políticas de investimentos.
- 2.5** Fortalecimento e protagonismo do BNDES neste processo.
- 2.6** Criação de um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura, lastreado em títulos emitidos a partir de um processo de securitização de dívidas com o setor público.
- 2.7** Estruturação de equipe específica para a elaboração e análise de projetos, de modo a auxiliar tanto o setor privado como estados e municípios.
- 2.8** Estabelecimento de um trâmite organizado de preparação e modelagem dos projetos públicos de infraestrutura.
- 2.9** Articulação entre os diversos órgãos públicos, incluindo os governos estaduais e municipais, envolvidos nos estudos e procedimentos que precedem às licitações e leilões no modelo de concessões e PPPs.
- 2.10** Maior segurança jurídica: regulação clara dos setores, com regras bem delineadas, ações não discricionárias, eficiência das agências reguladoras e do Poder Judiciário.
- 2.11** Reestruturação da relação entre os ministérios e agências reguladoras, que devem regular e não formular políticas.
- 2.12** Retomada da adoção da TJLP nos processos de infraestrutura.

- 2.13** Estruturação de um mercado de garantias e seguros para o investimento de longo prazo.
- 2.14** Aprimoramento das regras gerais de licenciamento ambiental de modo a combinar as necessidades de investimento e preservação ambiental.
- 2.15** Modernização e celeridade nos processos de desapropriações por utilidade pública.

3

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Quando falamos em desenvolvimento econômico, reindustrialização, agricultura e infraestrutura, não podemos nos esquecer que esse processo deve ocorrer de forma sustentável, preservando o meio ambiente. A maior parte dos conflitos observados na Política de Meio Ambiente é fruto de uma oposição artificial entre dois conceitos originalmente interligados, a ecologia e a economia. Percebemos que não há falta de espaço, mas sim de ordenamento no uso e ocupação das terras no Brasil. Existem áreas úteis de sobra para sistemas produtivos, ao passo que estes setores ocupam, em áreas já modificadas pela ação humana, mais de metade das áreas vocacionadas para preservação. De outro lado, as políticas conservacionistas priorizaram a instituição de unidades protegidas como salvaguarda de nossa biodiversidade e pouco avançaram em políticas de harmonização da preservação com a produção. É necessário solucionar essa apenas aparente contradição. O país tem elevada biodiversidade e necessita definir e priorizar ações que desenvolvam o seu manejo e preservação, de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

- 3.1** Intensa expansão, tendendo à universalização, dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.
 - 3.2** Compatibilização entre as agendas Marrom (Política Nacional de Meio Ambiente), Verde (Novo Código Florestal) e Azul (Política Nacional de Recursos Hídricos).
 - 3.3** A realização de grandes obras deve ser acompanhada de um planejamento de arranjos produtivos locais em seu entorno.
 - 3.4** Implantação das Unidades de Conservação já criadas no Brasil com as devidas indenizações e/ou reassentamentos:
- Elaboração de um plano de formação de arranjos produtivos locais no entorno dessas unidades, voltados para a prestação de serviços às mesmas, bem como o desenvolvimento do turismo sustentável;

- Criação de concessões à iniciativa privada de áreas e equipamentos de uso público para exploração econômica de serviços permitidos em Unidades de Conservação.

3.5 Desenho de modelos de desenvolvimento para áreas vulneráveis:

- Necessidade de planejamento territorial e normas sobre o deslocamento da população em caso de grandes obras;
- Planejamento das políticas sociais destinadas a esses grupos;
- Ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural especializada para sistemas agrícolas tradicionais, especialmente na Região Norte;
- Apoio à gestão das associações produtivas das comunidades da floresta e a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das cadeias produtivas;
- Atenção especial deve ser dada aos impactos ambientais, sociais e econômicos da tragédia de Mariana.

3.6 Operacionalização de ações para implementar as metas climáticas, de redução da emissão dos gases de estufa, até 2020 (definidas pelo Acordo de Paris):

- Estímulo à adoção, através de políticas públicas, de energias renováveis como os biocombustíveis, a biomassa, a hidráulica, solar e a eólica;
- Articulação com outros países para o cumprimento das metas;
- Desenho de estratégia para redução do desmatamento;
- Desenho de modelo de precificação da poluição (isso é, definição de formas de taxação para quem polui ou aprimoramento do mercado de certificados de emissão de carbono), com a criação de mecanismos de compensação financeira para atividades impactantes, a exemplo do que é feito com os certificados de emissão de carbono;
- Desenvolvimento de sistema com informações sobre a emissão de carbono no país, por emissor.

3.7 Estímulo ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação sustentável:

- Apoio a pequenas e médias empresas que gerem negócios inovadores na área de sustentabilidade, como o desenvolvimento de produtos sustentáveis na produção de outros bens;
- Estímulo a investimentos e inovações, através de linhas de crédito específicas,

venture capital ou financiamento à pesquisa (incluindo bolsas), que incluam ou sejam direcionadas a melhorias ambientais e de sustentabilidade;

- Coordenação entre os atuais sistemas e linhas de financiamento destinadas à pesquisa ambiental e de sustentabilidade, incluindo a área de energia;
- Taxação à produção ilegal que reduz a sustentabilidade e piora as condições ambientais.

3.8 Desenvolvimento, no país, de defensivos agrícolas específicos para as nossas culturas e problemas, de menor conteúdo tóxico para pessoas e o meio ambiente, e incentivo à adoção de sistemas de controle alternativos na agricultura, prática essa que se constitui em uma tendência mundial.

3.9 Estímulo ao desenvolvimento de setores que possam agregar mais valor à produção utilizando-se dos parâmetros de sustentabilidade (por exemplo, a indústria de móveis, que pode desenvolver design e utilizar madeira de reflorestamento certificada, e a indústria de cosméticos, que pode desenvolver e utilizar insumos vegetais ao invés de químicos).

3.10 Estruturação de sistema de acompanhamento e disseminação de padrões de produção internacionais (que visam às melhorias ambientais e à sustentabilidade) com o objetivo de adaptar os produtos brasileiros a esse padrão, mesmo porque as barreiras ao comércio internacional serão cada vez mais associadas à prática de técnicas e processos de produção sustentáveis.

3.11 Integração de dados, incluindo as análises cartográficas, informações e conhecimento da ecologia do Brasil, para planejar a melhor forma de provimento das atividades humanas visando, além de eficiência financeira, à capacidade de suporte ambiental e à equidade social, o tripé básico da sustentabilidade.

3.12 Criação de procedimento de avaliação anual da adequação do uso e ocupação das terras rurais e urbanas, bem como da adoção de zoneamentos adequados e equipamentos construtivos que observem princípios de sustentabilidade, incluindo estrutura de incentivos às unidades aderentes.

3.13 Implementação dos demais instrumentos da Política Ambiental que auxiliarão no licenciamento ambiental: o Zoneamento Ambiental, o estabelecimento de Padrões Ambientais e a criação dos cadastros técnicos

previstos na legislação; o único instrumento existente atualmente para dirimir conflitos é o licenciamento ambiental.

3.14 Regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, quilombos, quilombolas e terras indígenas.

3.15 Criação de política de proteção aos animais.

4

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Uma política de ciência, tecnologia e inovação, articulada com uma política industrial e educacional, é fundamental em uma estratégia nacional de desenvolvimento. É fundamental para caminharmos na direção de uma indústria 4.0., respeitando o meio ambiente; para sermos competitivos no exterior e produzirmos internamente uma parcela dos produtos que hoje importamos e teríamos condições de fazer no país; desenvolvermos novas técnicas que possibilitarão aumentar a produtividade em diversos setores que beneficiam a população, como a indústria alimentícia e os serviços de transportes, apenas para ficar com dois exemplos dentre muitos outros. Precisamos preservar o conhecimento acumulado, com enorme esforço público e privado, evitando a deterioração da infraestrutura, a migração de cientistas qualificados para outros países e a desarticulação de grupos de excelência em pesquisa, e melhorar a articulação entre o mundo acadêmico e o empresarial, de forma a gerar conhecimento que aumente o bem-estar da população brasileira e a competitividade das empresas. O Brasil produz poucas patentes atualmente, o que expõe o atrasado estágio de nosso processo de inovação e as dificuldades para obter registros de novos produtos e serviços. É necessário agilizar e desburocratizar este processo.

- 4.1** Elaboração de um plano nacional de ciência e tecnologia, de forma a evitar iniciativas sobrepostas e ações antagônicas, maximizando o uso de recursos e alinhando os setores público e privado.
- 4.2** A política de ciência e tecnologia deve fomentar o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, que é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores.
- 4.3** Fortalecimento do CNPq e de suas instituições de pesquisa.

4.4 Estímulo à produção de conhecimento aplicado ao desenvolvimento tecnológico.

4.5 Estímulo à produção de conhecimento associado entre empresas e universidades:

- Estímulo à instalação de centros de pesquisas das empresas que atuam no país;
- Estímulo à contratação de doutores por empresas, facultando o pagamento de bolsas por períodos probatórios de até 4 anos. Com isso, as empresas se iniciam na pesquisa e aumentam o seu vínculo com as universidades.

4.6 Os recursos devem ser divididos entre: a) pesquisa livre, ou seja, dirigidos às universidades e centros de pesquisa para que desenvolvam pesquisa de base e aplicada de acordo com seus próprios interesses, com autonomia da comunidade acadêmica para decidir sua destinação; e, b) pesquisas dirigidas, por meio da análise das demandas da sociedade:

- Para tanto, é necessário que haja um conselho superior da política de ciência e tecnologia que defina as prioridades de acordo com esse plano mais geral e conselhos setoriais que definam diretrizes e prioridades específicas para suas indústrias;
- Dentre as diretrizes transversais (que beneficiam todos os setores), devem se destacar, dentre outras, as seguintes linhas:
 - energia: trata-se de um segmento chave para o desenvolvimento dos demais setores, pois cada vez mais a utilização de fontes renováveis se torna imprescindível para a produção;
 - indústria 4.0: a digitalização dos processos produtivos tem levado a um novo paradigma em termos da produção, e o Estado tem a obrigação de apoiar as empresas de base produtiva que buscam promover esse tipo de inovação.

4.7 Em relação ao financiamento:

- Estabilidade das fontes e recursos de financiamento ao sistema de inovação brasileiro, quais sejam, os investimentos públicos diretos e os fundos setoriais para inovação;
- Reforço e integração das ações da Finep e Bndes para financiamento especializados para empresas de tecnologia de diversos portes, considerando

instrumentos mais adequados como Project Finance e outros que flexibilizem a apresentação de garantias;

- Criação de mecanismos específicos de estímulo aos investimentos para financiar inovações incrementais e a difusão de tecnologias mais consolidadas;
- Criação de fundos de investimento que fomentem empresas geradoras e transmissoras de progresso técnico através de empréstimos não reembolsáveis para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de maior impacto. Esses fundos poderão financiar, por exemplo, start-ups, pois são empresas com pouco capital, que não têm garantias e que desenvolvem projetos de alto risco e, portanto, com baixa probabilidade de pagamento.

4.8 Desburocratização dos processos de importação de insumos e equipamentos direcionados à pesquisa.

4.9 Criação de incentivos para o desenvolvimento de startups de tecnologia, com a respectiva incubação em universidades e instituições públicas, e a sua associação com organizações que possam utilizar as suas soluções, bem como a facilitação da comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos.

4.10 Em relação à propriedade intelectual:

- Redução de entraves burocráticos e melhoria da segurança jurídica em relação à produção conjunta da propriedade intelectual entre universidades e empresas e a sua exploração comercial por empresas;
- Melhoria da capacidade do INPI para avaliar e conceder patentes, impossibilitando a adoção de regras que transfiram para o Poder Judiciário a disputa da Propriedade Intelectual. Hoje há forte insegurança jurídica para as empresas inovadoras, sendo fator de inibição para a criação e desenvolvimento de startups de tecnologia.



INVESTIR MACIÇAMENTE NA EDUCAÇÃO

Só o investimento maciço na Educação poderá fazer do Brasil um país justo e desenvolvido, com oportunidades iguais para todos os seus cidadãos. Investir na melhoria da qualidade da Educação Pública será uma das nossas principais prioridades. E esta prioridade já começa na Educação Infantil, com a implantação paulatina de Creches de Tempo Integral para as crianças de 0 a 3 anos. É nesse período que se formam as aptidões mais sofisticadas do ser humano. Vamos criar um programa específico para cuidar de todas as crianças nessa faixa etária. Em relação ao Ensino Fundamental, nosso problema não é o acesso e sim a qualidade. Vamos investir fortemente em sua melhoria. Almejamos obter no Ensino Fundamental do Brasil os mesmos resultados alcançados no Ceará, que com 77 das 100 melhores escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro, tornou-se hoje referência nacional. Outra meta é elevar a média de anos de estudo da população, introduzindo a Educação de Tempo Integral desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio e fazendo da escola um local de aprendizado, desenvolvimento esportivo, artístico e social, diversão e lazer, reduzindo assim a grave evasão que existe hoje, premiando as escolas em que a evasão for reduzida e o desempenho dos alunos tenha melhorado. A política educacional vai reconhecer e valorizar o professor e os gestores escolares. As universidades públicas deverão, além de ampliar a oferta de vagas e prosseguir com as políticas de cotas, estreitar seus laços com as políticas e ações no campo da educação básica e ciência, tecnologia e inovação. Como objetivo geral, vamos caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação e persistir na aplicação das metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação (PNE). Vamos eliminar o subfinanciamento das despesas com educação causado pela Emenda do Teto de Gastos.

5.1 Objetivos para a política educacional:

- Universalizar o acesso de 4 a 17 anos;
- Eliminar o analfabetismo escolar (combate absoluto);
- Melhorar a qualidade, mensurada através dos resultados do IDEB e PISA;
- Elevar a média de anos de estudo da população;

- Garantir a permanência e a conclusão na idade adequada;
- Reduzir a evasão, problema grave no ensino médio;
- Caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação.

5.2 Instrumentos necessários para viabilizar esses objetivos:

- Uma base nacional comum curricular;
- O desenho do novo Fundeb;
- Um processo adequado de formação e seleção de professores;
- A capacitação contínua de gestores e professores;
- Regras de desenvolvimento profissional dos professores, reconhecimento de sua importância e melhoria das condições de trabalho;
- Uma estrutura de incentivos adequada para os professores;
- Uma estrutura de incentivos que premie os estados e municípios de acordo com a adesão às políticas e práticas propostas pelo Governo Federal;
- Um processo bem estruturado de avaliação dos resultados obtidos pelos estudantes.

5.3 Com base nestes princípios, diversas medidas estão sendo propostas:

- Reabertura da discussão sobre a melhoria e implementação da base nacional comum curricular, com ampla participação de professores e alunos;
- Envio de proposta do novo Fundeb ao Congresso até março de 2019, com a promoção de ampla discussão do projeto com a sociedade;
- Ampliação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Médio;
 - As creches deverão oferecer permanência em período integral;
 - Pelo menos 50% das escolas destinadas ao ensino fundamental II (11 a 14 anos) e ao ensino médio deverão ofertar cursos em período integral;
 - Além do apoio direto, o Governo Federal apoiará estados e municípios para a obtenção de recursos junto a organismos internacionais de financiamento;
- Ampliação da rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos, também com apoio do Governo Federal;
- Em relação à governança e ao pacto federativo da política educacional:
 - O governo federal definirá diretrizes gerais, enquanto sugestão, e Estado e Municípios aplicam se quiserem; porém, aqueles que as adotarem receberão maior parcela de parcela discricionária (que exceder a definida pela Constituição) no novo Fundeb;

- Portanto, o novo Fundeb deve prever que a União repasse os 10% adicionais discricionários de acordo com a adesão do município/estado aos princípios gerais da política e aos resultados alcançados;
- Os municípios com piores indicadores sociais deverão receber um volume maior de recursos diretamente do Governo Federal com o compromisso de cumprimento de metas claras e viáveis de melhoria na aprendizagem;
- Buscaremos a replicação, na medida do possível, da experiência de Sobral no Ensino Fundamental em outras regiões do país, através do estabelecimento de políticas e ações que, se adotadas por estados e municípios, implicarão em maior repasse de recursos voluntários por parte do Governo Federal.

■ Em relação à formação, seleção, carreira e capacitação dos professores:

- Abertura de diálogo com as universidades para repensar os cursos de pedagogia e licenciatura voltados para a formação de professores;
- Criação de uma prova nacional, à qual os estados e municípios poderão aderir, para seleção de professores;
- Estabelecimento de mesa permanente de negociação, incluindo representações de professores, para construir um projeto de médio prazo sustentável, capaz de ampliar e aperfeiçoar as medidas de valorização dos professores;
- Oferta de capacitação continuada aos professores de toda a rede;
- Criação de programa de iniciação docente, estágio, residente e mentoria.

■ Em relação ao desenvolvimento e à valorização dos professores:

- Priorização à carreira de 40 horas, com melhor remuneração e estrutura de progressão;
- Apoio à melhoria da infraestrutura escolar e das condições de trabalho, através do BNDES;
- Maior efetividade da avaliação do estágio probatório.

■ Em relação à gestão escolar, com impacto direto sobre o rendimento dos alunos:

- Controle estrito de faltas de professores e alunos;
- Discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio;
- Escolha de material didático pela rede, com apoio dos professores;
- Manutenção e aprimoramento dos exames nacionais de desempenho escolar;
- Definição de critérios mínimos para a seleção e nomeação de diretores de escolas;
- Instituição de programas de reforço escolar;

- Instituição de ações específicas de combate à evasão e em favor da atratividade do ensino médio.

5.4 Duas políticas sociais serão fundamentais para auxiliar no desempenho, atratividade e redução da evasão por parte dos alunos, e envolverão também as áreas de saúde e assistência social:

- Pacote dos primeiros mil dias – primeira infância, articulação com programas assistenciais e de saúde; formulação e implementação de um programa intersetorial de desenvolvimento infantil nos primeiros 1.000 dias de vida;
- Bolsa de Ensino Médio – pagamento de remuneração mensal aos alunos da rede pública de Ensino Médio que apresentarem frequência mínima à escola e ganhos crescentes no desempenho escolar;
- Esses programas serão melhor discutidos de forma detalhada mais à frente, no tópico sobre políticas sociais.

5.5 Em relação ao eEnsino Superior:

- Manutenção da gratuidade nas universidades e institutos de ensino federais;
- Manutenção das atuais políticas de cotas e do acesso via ENEM e SISU;
- Aprimoramento do ProUni e FIES;
- Facilitação dos mecanismos para estabelecimento de convênios entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas;
- Estímulo à associação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas para projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias;
- Recuperação da política de bolsas de estudo para a graduação e pós-graduação.



APRIMORAR O SUS PARA MELHORAR O ATENDIMENTO NA SAÚDE

O povo brasileiro, já tão carente de oportunidades e de bons serviços públicos, merece receber o melhor atendimento de saúde possível. Merece e precisa, uma vez que mais de 80% da população, em média, não possui recursos para alternativas fora da saúde pública. A concepção generosa e o desenho do Sistema Único de Saúde (SUS) são exemplares. Ao completar 30 anos de sua criação, o SUS precisa ser fortalecido e aperfeiçoado, em busca de melhores resultados para a população brasileira. É necessário aprimorar a organização, supervisão, avaliação e controle do Sistema, eliminando também, como na Educação, o subfinanciamento causado pela Emenda do Teto de Gastos. Só assim será possível ampliar a qualidade e a resolutividade da atenção primária, que ainda hoje é objeto de insatisfação da população. Outro ponto a ser trabalhado é a redução da espera para os atendimentos ambulatoriais, as consultas especializadas e a realização de exames, bem como a diminuição da espera para as cirurgias eletivas. Para isso, é necessário investir na rede de atendimento, nas campanhas de prevenção e de vacinação, na formação de médicos generalistas, na melhoria dos sistemas de informação, na coordenação entre as diversas esferas de atendimento, incluindo o pacto federativo, e na premiação do bom desempenho.

6.1 Princípios do sistema:

- Reafirmação do SUS como uma política de Estado, universal e que deve ser aprimorada para melhor atender à população;
- Garantia de Acesso, com qualidade, em tempo oportuno;
- Manutenção e aprimoramento de padrões de integralidade da atenção em saúde e equidade no sistema de saúde brasileiro.

6.2 Em relação à estrutura de atendimento:

- Na atenção básica:
 - Aprimoramento da cobertura, de qualidade e resolutiva, de modo universal, dotando-a dos mecanismos para exercer o papel de referência para a organização, funcionamento e avaliação de todo o sistema de saúde;

- Reforço de seu papel enquanto porta de entrada no sistema, de caráter preventivo e de acompanhamento das condições de saúde da população, quando a pessoa não estiver necessitando de algum tratamento específico imediato ou emergencial;
- Criação do Registro Eletrônico de Saúde que registrará o histórico do paciente e facilitará o atendimento do paciente em todas as esferas do SUS;
- Incentivo às ações de promoção da saúde individuais e coletivas que estimulem hábitos saudáveis no âmbito dos postos de saúde.

■ Na atenção hospitalar (média e alta complexidade):

- Criação de Central de regulação para a alocação de leitos e procedimentos, a partir da definição de protocolos de prioridade no atendimento, considerando as diversas especialidades médicas;
- Estímulo à ampliação da rede de policlínicas através da formação de consórcios em mesorregiões;
- Redução da fila atual para realização de exames e procedimentos especializados através da compra de procedimentos junto ao setor privado.

■ No atendimento emergencial:

- Ampliação da oferta de atendimento à urgência e emergência, reforçada por meio da constituição de consórcios em mesorregiões e da implementação de regiões de saúde;

■ Aprimoramento e sistematização do processo de entrega de remédios;

■ Correção dos valores da tabela de procedimentos.

6.3 Aprimoramento do modelo de gestão e desenvolvimento de mecanismos de supervisão, avaliação e controle:

- Aprimoramento da integração entre a atenção básica, hospitalar e emergencial e estímulo à adesão através de uma estrutura de incentivos;
- Equilíbrio nas relações interfederativas e intergestores para uma gestão solidária do SUS;
- Premiação de hospitais e postos de saúde bem avaliados;
- Disseminação de boas práticas e supervisão dos postos e hospitais com pior desempenho pelos profissionais daqueles com melhor desempenho;
- Estruturação de carreira de gestor na área da Saúde, a exemplo do que aconteceu com na área de Infraestrutura;
- Melhoria da infraestrutura nas regiões mais distantes de forma a estimular os profissionais a permanecerem nestas regiões;
- Necessidade de formação de médicos generalistas e reforço do conteúdo geral na formação de todas as especialidades;
- Criação de um Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS;

- Valorização dos Conselhos e Conferências de saúde, de forma a aumentar a participação, a transparência e o controle da sociedade sobre a gestão do SUS.

6.4 Criação de incentivos à melhoria da gestão no atendimento privado por meio dos planos de saúde, através, por exemplo, da adoção dos seguintes instrumentos:

- Critérios de entrada e priorização no atendimento;
- Definição de protocolos com a participação dos profissionais do atendimento médico;
- Verticalização do atendimento;
- Desenvolvimento de sistemas de controle e acompanhamento do histórico dos pacientes.

6.5 Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias para o aprimoramento dos serviços de saúde:

- Fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde, incluindo ministérios e órgãos da área de Ciência e Tecnologia, com o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação em instituições nacionais;
- Aprimoramento do sistema de gestão e incorporação tecnológica no SUS, tanto das tecnologias duras como leves, com atenção especial para o impacto das tecnologias de desenvolvimento acelerado (Inteligência Artificial, TIC, biotecnologia, nanotecnologia etc.), com grande potencial positivo, mas também de efeitos disruptivos sobre o cuidado individual à saúde e às organizações e sistemas de saúde;
- Redução das barreiras impostas pela atual lei de propriedade intelectual, especialmente na proteção de patentes, fazendo uso das flexibilidades do Acordo TRIPS da OMC, como a emissão de licenças compulsórias para a sustentabilidade do direito à saúde, quando necessário.

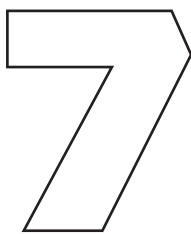
6.6 Combate intensivo às chamadas arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* (dengue, zika e chikungunya), pois se constituem, junto com a violência letal, nos maiores problemas de saúde pública enfrentados pela população das grandes cidades brasileiras.

6.7 Reforço à vigilância sanitária, com o aprimoramento das relações inter-federativas no tratamento dessa questão.

6.8 Reforço aos programas bem-sucedidos do SUS – a estratégia de saúde

da família (ESF), o programa de controle de HIV/AIDS, o programa de transplante de órgãos e o sistema nacional de imunização.

- 6.9** Recuperação urgente da cobertura vacinal, atentando para a necessidade premente de evitar uma epidemia de sarampo.
- 6.10** Aproximação entre os gestores do SUS e os operadores do Direito da Saúde na busca de soluções que garantam o direito do cidadão, mas que também reduzam o risco de sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro.



COMBATER O CRIME COM INTELIGÊNCIA POLICIAL E PROTEÇÃO AOS JOVENS

O Brasil registrou 62 mil homicídios em 2016. Número equivalente às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que destruiu a cidade japonesa de Nagasaki em 1945, durante o final da 2ª Guerra Mundial. Com 31,1 assassinatos por 100 mil habitantes, temos hoje uma das mais altas taxas de homicídios do mundo. A verdade é que nos tornamos um país inseguro e violento. Vivemos com medo, seja na cidade grande, seja no pequeno município. Em muitas cidades, chegamos ao ponto em que o crime organizado controla tanto as ruas como os presídios. Mas a solução, como prova o fracasso generalizado da Segurança Pública em todo o Brasil, não é despejar nas ruas ainda mais armas. Quanto mais armas, mais violência e mais mortes. Para mudar esse quadro, proteger a população e conter a criminalidade, é necessário aumentar a presença do Governo Federal na Segurança. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União participe mais da prevenção e repressão à criminalidade violenta. E isso significa melhorar as formas de financiamento das políticas de segurança, coordenar os esforços dos estados para conter o crime, direcionar as polícias federais para o combate às organizações criminosas violentas, controlar o tráfico de armas e drogas, criar uma Polícia de Fronteiras, organizar os esforços na repressão e prevenção ao homicídio, e implementar um sistema nacional de inteligência em segurança pública. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União coordene um esforço nacional para a prevenção e repressão à criminalidade violenta. Ao mesmo tempo, como já dissemos, vamos investir maciçamente em educação, em escolas de tempo integral que eduquem e protejam nossa juventude do perigo das ruas, oferecendo-lhes ocupações alternativas e cursos profissionalizantes.

7.1 Objetivos prioritários:

- Investigação e prevenção de homicídios e outros crimes violentos (roubo, estupro, sequestro etc.);
- Enfrentamento às organizações criminosas;
- Controle do tráfico de armas;
- Policiamento nas fronteiras;

- Repressão à lavagem de dinheiro;
- Crimes contra a administração pública.

7.2 Em relação à estrutura necessária para o alcance desses objetivos:

- Implementação da Política Nacional de Segurança Pública e do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que hoje estabelecem apenas as diretrizes gerais dessa política. Para isso, vamos elaborar, junto com policiais, especialistas, promotores, juízes e sociedade civil, um detalhamento do plano de segurança para aplicação imediata;
- Criação, através de Emenda Constitucional, da Polícia de Fronteiras. Atualmente o órgão responsável por essa atividade é a Polícia Federal, que possui uma estrutura inadequada para essa função. O Brasil tem 16.432 km de fronteira, e para melhorar o policiamento nesse espaço é necessária uma polícia especializada e com efetivo muito maior que o disponível para tal atualmente na PF, complementado por investimentos em tecnologia e ações de inteligência;
- Criação de projeto de Emenda Constitucional (PEC) para institucionalizar a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), incluindo-a no artigo 144 da Constituição como Programa Permanente de Cooperação Federativa;
- Fortalecimento dos quadros da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) através de duas medidas:
 - Criação de um corpo permanente encarregado da administração e logística, de modo a não necessitar alocar os policiais cedidos pelos estados na realização dessas tarefas;
 - Concessão de incentivos aos estados que cedam policiais para os quadros da FNSP por um ano.
- Criação, em estados onde a disputa entre grupos de criminosos provoca maior número de vítimas, de força tarefa constituída de policiais federais, estaduais e promotores, com vistas ao enfrentamento das organizações criminosas;
- Criação, em colaboração com as entidades estaduais do Provita (Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas), de um órgão federal de Proteção a Testemunhas que atenda os casos mais graves envolvendo delatores de organizações criminosas;
- Implementação da Escola Nacional de Segurança Pública, priorizando a capacitação de policiais estaduais para investigação e prevenção dos crimes graves;
- Reforço dos quadros de policiais federais destinados ao enfrentamento das organizações criminosas responsáveis pelo tráfico internacional e local de armas e drogas.

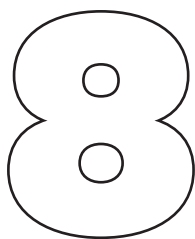
7.3 Em relação ao combate direto ao crime:

- Elaboração e execução de um plano federal para o controle de organizações criminosas nos estados em conflito, começando pelo Rio de Janeiro, e expandindo depois para outros estados;
- Criação de um sistema nacional de inteligência criminal destinado à troca de informações entre as polícias dos estados e as federais sobre organizações criminosas;
- Articulação junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de medidas para agilizar a tramitação dos processos e inquéritos de crimes graves, estabelecendo critérios objetivos para as audiências de custódia, acelerando a destruição das armas ilegais e drogas apreendidas e simplificando o inquérito policial;
- Ocupação das vagas ociosas nos Presídios Federais. Atualmente, apenas metade delas está ocupada, enquanto os governos estaduais estão cuidando de inúmeros presos de alta periculosidade, sendo que muitos deles continuam comandando o crime em seus estados;
- Construção de um sistema ágil de investigação sobre lavagem de dinheiro que inclua a Polícia Federal, a Receita Federal e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras);
- Unificação do cadastro das armas registradas no país, já que atualmente existem dois sistemas separados, um sob a guarda da Polícia Federal (Sinarm) e outro das Forças Armadas (Sigma);
- Criação de um sistema de inteligência sobre armas e munições que consiga rastrear a proveniência das armas ilegais apreendidas, de modo a impedir esse fluxo.

7.4 Estabelecimento de programas para à valorização do profissional de segurança, elaborados juntamente com representantes das categorias de policiais, bombeiros, agentes penitenciários, guardas municipais e representantes de outras carreiras ligadas à atividade de segurança.

7.5 Implementação de medidas para prevenção da violência contra as mulheres, através de parceria com estados e municípios.

7.6 Promoção da prevenção criminal com políticas para os jovens como, por exemplo, a criação de um sistema de acompanhamento do jovem egresso do sistema penitenciário e a inclusão de jovens em áreas de conflito ou moradores de rua em programas profissionalizantes.



CRIAR, MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS SOCIAIS

Sorte do país que não tem de se preocupar com programas sociais pois a população não precisa deles. Mas este não é o caso do Brasil. Para milhares de famílias, o Bolsa Família é a única garantia de comida na mesa. Com ele, estes brasileiros comem. Sem ele, literalmente passam fome. O que não é nem de longe aceitável para um país que se quer justo e solidário, como nós queremos. Por isso, é importante manter e aprimorar a rede de proteção social aos brasileiros mais desfavorecidos. Os atuais programas, como o Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, o ProUni, o sistema de cotas nas universidades e o Farmácia Popular, dentre outros, devem ser mantidos e, na medida das necessidades, ampliados. Devemos também criar novos programas, destinados a faixas específicas da população, como a garantia de renda mínima a partir de determinada idade para os menos favorecidos. Ou como o programa de acompanhamento orientado durante os primeiros 1.000 dias de vida das crianças carentes. E ainda o programa de redução da evasão escolar no Ensino Médio, época em que nossos jovens podem ser tentados pelo apelo do tráfico de drogas, além do programa de acompanhamento dos jovens egressos do sistema prisional. Os programas sociais são importantes para devolver o direito à cidadania aos menos favorecidos através do acesso a uma gama de bens e serviços, públicos ou privados, anteriormente inalcançáveis. Uma política social bem desenhada e executada contribui para distribuir renda aos mais pobres e reduzir a pobreza. Como queremos um país justo e solidário, é importante manter e aprimorar a rede de proteção social aos brasileiros mais desfavorecidos.

Todos os programas sociais que existem atualmente e estão obtendo bons resultados serão mantidos e ampliados na medida das necessidades, como por exemplo o Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, o ProUni, o sistema de cotas nas universidades e o Farmácia Popular, dentre outros. Mas precisamos avançar e vamos propor outros programas, em adição aos já existentes. Algumas propostas estão descritas a seguir:

- 8.1** Os primeiros três anos de idade correspondem ao período em que se desenvolvem as estruturas cerebrais para a realização das diversas tarefas inerentes à nossa vida, incluindo as mais complexas. É necessário que

a criança receba estímulos positivos nessa idade para se desenvolver adequadamente. Precisa ser bem nutrida; mais que isso, a gestante também precisa ser bem nutrida e desenvolver uma gestação de boa qualidade. A criança precisa crescer em um ambiente familiar sadio, sem estresses excessivos:

- Portanto, se o Estado deseja que as crianças se tornem adultos satisfeitos e produtivos no futuro, deve investir fortemente no seu desenvolvimento nos anos iniciais de vida, ou melhor, ainda durante a sua gestação;
- Isso requer um programa de atenção à gestante e de acompanhamento do desenvolvimento da criança, inclusive nutricional, no âmbito do Programa Saúde da Família; uma oferta suficiente de creches incluindo a programação de atividades para o desenvolvimento do raciocínio das crianças; um atendimento hospitalar rápido quando necessário e o acompanhamento de assistentes sociais em ambientes sociais e familiares mais vulneráveis.

8.2 Os dados mostram que a evasão de alunos é reduzida no Ensino Fundamental e aumenta substancialmente no Ensino Médio. Em 2016, um em cada cinco jovens entre 14 e 29 anos pertencia ao grupo dos chamados Nem-Nem (não estudam e nem trabalham). Entre 18 e 24 anos, esse percentual chegou a 26%. É uma situação gravíssima e que precisa ser atacada frontalmente. Inúmeros motivos estão listados entre os possíveis, como a necessidade de trabalhar, cuidar de afazeres domésticos ou desinteresse. Ainda que a evasão no Ensino Superior também seja elevada, se as crianças e adolescentes evadirem no Ensino Médio, o ciclo de aprendizado se encerra ali. Por isso, um programa que busque reduzir a evasão no Ensino Médio, e melhorar o desempenho dos alunos, é fundamental para garantir um melhor futuro para o país e as gerações mais novas:

- Vamos criar mecanismos de premiação nas escolas que conseguirem reduzir a evasão de alunos e melhorar o desempenho de seus alunos em exames nacionais; criaremos um programa-piloto que envolva o pagamento de bolsas de estudo aos alunos que tiverem frequência mínima e melhorarem seu desempenho ao longo do tempo e, se o piloto for bem-sucedido, iremos estendê-lo aos poucos para a rede de Ensino Médio;
- As vagas nas creches devem atender a toda a população que necessita desse serviço, mas deve ser priorizado o atendimento às jovens mães que se encontram em condições mais vulneráveis e necessitam trabalhar e/ou estudar.

8.3 Sabemos que, dentro desse grupo de Nem-Nem, estamos perdendo muitos jovens para a criminalidade, com a falta de perspectivas de crescimento e geração de empregos, entre outros problemas que geram essa situação. É muito triste para um país vivenciar esse cenário, com uma parcela importante de nossa geração se associando a atividades ilícitas. Precisamos evitar o prolongamento desse quadro e, para isso, esperamos que a estratégia nacional de desenvolvimento, que inclui políticas econômicas e sociais, consiga dar esperança e emprego aos jovens:

- Mas há aqueles que entraram no sistema prisional e necessitamos recuperá-los. Precisa haver uma porta de saída, uma esperança para eles, quando saem do sistema prisional. Do contrário, o risco de eles voltarem a exercer atividades ilícitas é elevado; é prejudicial a eles próprios e à sociedade. Assim, urge que tenhamos um programa específico para reintegrá-los à sociedade de forma ética. Ações vinculadas de educação, assistência social e políticas de emprego serão criadas no âmbito de um programa de acompanhamento para esse grupo dos jovens egressos do sistema prisional;
- Também criaremos programas profissionalizantes específicos para a inclusão de jovens em áreas de conflito ou moradores de rua no mercado de trabalho.



A CULTURA COMO AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A Cultura terá um papel estratégico na afirmação da nossa identidade nacional. Nossa ideia é incentivar a política cultural para além do mecenato. Queremos deslocar o conceito de cultura para um dos eixos centrais do nosso Projeto Nacional de Desenvolvimento, porque aqui está onde se afirma a identidade nacional, que hoje está gravemente ameaçada, não só por hábitos de consumo, mas também por uma estética internacional que tem repercussões práticas na própria felicidade das pessoas. Se antes as pessoas buscavam sua felicidade no amor, na compaixão, na solidariedade, na poesia, na boemia, na insurgência revolucionária da política, ou seja, no ambiente espiritual que é o território da cultura, hoje elas são induzidas a buscar a felicidade, inconscientemente, num consumismo frustrante, porque a única coisa que está globalizada é a informação desse padrão de consumo sofisticado que elas conheceram pela internet. Informação que chega a um garoto na África, no Brasil, nos Estados Unidos, que não têm renda para adquirir aquilo. Isso gera, de um lado, a pirataria, mas também a desesperança, o desencanto e o vale-tudo, porque o garoto, para ter esses elementos simbólicos do sucesso, senha para sua aceitação no seu grupo, acaba presa fácil do narcotráfico, por exemplo. A nossa ideia é que o estímulo à Cultura tenha a ênfase necessária para que o Brasil se reconheça na sua diversidade regional, nas suas diversas expressões tradicionais e históricas, na valorização do patrimônio histórico. Mas também nas novas estéticas, no experimentalismo de vanguarda, de novas linguagens, passando pela culinária, hábitos alimentares, artesanato, artes cênicas, artes plásticas, cinema, audiovisual e a música, naturalmente compreendendo nosso lugar no planeta. Significa dizer que o Ministério da Cultura terá uma missão muito mais central da que tem podido ter nas últimas décadas. Vai precisar de um orçamento compatível com essa necessidade. Pretendemos aperfeiçoar a legislação do mecenato, preocupados em fortalecer expressões artísticas não comerciais, sem desmerecê-las. A oferta de bens e serviços culturais deve ser vista como uma forma de lazer e inclusão social, fortalecimento da cidadania e inclusão econômica, assegurando à juventude alternativas e perspectivas saudáveis e dignas para o seu futuro.

- 9.1** Investimento na democratização do acesso, na fruição e na expansão do consumo de bens e serviços culturais:
- Implementação de políticas que ampliem e popularizem o acesso à cultura e ao lazer, criando espaços de fomento, desenvolvimento e interação, e valorizando os espaços já existentes, principalmente nas periferias;
 - Implementação dos objetivos e estratégias da Política Nacional de Inclusão Digital com vistas a promover a infraestrutura para acesso à internet, com a implantação de banda larga para todos.
- 9.2** Estímulo às manifestações culturais que propiciam a inclusão social e a cultura periférica de rua, como as danças, grafites e slams.
- 9.3** Estímulo às manifestações e à disseminação da cultura afro-brasileira.
- 9.4** Estímulo à produção cultural e criativa de baixo impacto ambiental.
- 9.5** Estímulo às diversas atividades da chamada economia criativa, que vem se constituindo em um importante ramo da atividade econômica e de criação de empregos para os jovens em atividades que contribuem para a melhoria de seu bem-estar.
- 9.6** Preservação e ampliação de nosso patrimônio artístico-cultural.
- 9.7** Estabelecimento de uma política e um marco regulatório para a cultura e as artes no Brasil, de modo a consolidar em um único instrumento legal todos os aspectos regulatórios deste importante setor para a economia brasileira.
- 9.8** Estabelecimento de um sistema federativo de gestão da política cultural, descentralizado, capaz de garantir maior eficiência (evitando sobreamentos de funcionários e custos), maior capilaridade, maior adequação às realidades locais e, sobretudo, maior capacidade de cumprir sua missão nacional, evitando a concentração de recursos nos estados e cidades (as capitais do Sudeste) que já concentram a maior parte do investimento privado.
- 9.9** Facilitação e promoção de parcerias, coproduções e mitigação de riscos intrínsecos à produção cultural em todas as suas esferas.
- 9.10** Aperfeiçoamento dos objetivos e alcance da Lei Rouanet, precedido de amplo debate com a classe artística.

10

RESPEITAR A TODOS OS BRASILEIROS

Em um país pobre e desigual como o nosso, ganham importância as práticas afirmativas dirigidas a grupos que, por serem infelizmente discriminados na sociedade, precisam de políticas específicas que reduzam essa discriminação e as decorrentes desigualdades econômica, social e no acesso a oportunidades. Os grupos que serão contemplados nas nossas políticas afirmativas são as mulheres, os negros, as comunidades LGBTI e as pessoas com deficiências. Para dar um exemplo inicial e importante, sem ser suficiente, buscaremos igualar o número de homens e mulheres nas posições de comando no Governo Federal. Além disso, a população negra e parda constitui mais da metade da população brasileira. Diante desse fato, é difícil conceber a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento sem que o racismo seja denunciado e a igualdade de oportunidades seja alcançada. No que se refere à população LGBTI, não podemos nos furtar do compromisso com a vida e igualdade em direitos dessa população; o mesmo vale em relação às pessoas com deficiência. Por fim, apesar de não serem discriminados da mesma forma que os demais grupos citados, os jovens constituem-se no futuro de qualquer país e encontram-se na fase de sua formação física, intelectual e moral enquanto integrantes da sociedade, e é importante que desenhemos políticas e ações específicas para eles. É preciso desenvolver ações que respeitem as diferenças humanas e a capacidade de reconhecer os direitos civis de todos.

RESPEITO ÀS MULHERES:

10.1 Em um contexto de desvantagem social em diversas das dimensões de poder e direitos, entende-se que é necessária uma atenção especial às mulheres no que diz respeito ao seu papel como foco de políticas públicas. Com uma população em torno de 203 milhões de habitantes, o Brasil registra 6 milhões a mais de mulheres (51,6% do total da população, de acordo com os dados do IBGE). A presença de mulheres aumenta proporcionalmente sobretudo nas idades mais avançadas: enquanto

a esperança de vida das brasileiras é de 79,4, a dos homens é de 72,9 anos. Mais da metade (55,6%) das pessoas abaixo da linha de pobreza são mulheres sem cônjuge com filhos até 14 anos. De acordo com o IBGE, 28,2% das mulheres têm ocupações em tempo parcial (30 horas semanais), enquanto o percentual entre os homens é de 14,1%. Ao mesmo tempo, as mulheres gastam com afazeres domésticos – trabalho não remunerado – 73% de tempo a mais que os homens. Isso, mesmo em um contexto de mais anos de estudo. O rendimento médio delas equivale a $\frac{3}{4}$ do observado para os homens e somente 39% dos cargos gerenciais são ocupados por mulheres.

10.2 Um programa com foco de gênero sinaliza uma mudança de atitude frente aos processos sociais, reconhecendo que a mulheres e homens são atribuídos papéis diferentes na vida cotidiana o que, portanto, geram diferentes necessidades de ação estatal. Políticas para mulheres precisam ser pensadas tanto em um contexto de urgência por exemplo, como o aumento de acesso a creches públicas, assim como tendo em vistas efeitos de mais longo prazo como o fortalecimento de leis e programas que facilitem a inserção das mulheres nos meios produtivos. A autonomia das mulheres, e a melhoria de sua situação no que concerne ao seu status político, social, econômico e de Saúde é uma preocupação fundamental para uma sociedade com vistas ao desenvolvimento pleno. Portanto, propomos uma série de medidas orientadas às políticas de Gênero.

10.3 Em relação à institucionalização das políticas:

- Recriação da Secretaria das Mulheres;
- Restauração e incentivo da realização de conferências de mulheres a nível subnacional e nacional para facilitar o mapeamento dos problemas enfrentados, assim como o desenvolvimento colaborativo de novas políticas públicas;
- Garantia da aplicação efetiva da reserva de 30% das candidaturas para mulheres, estipulada pela lei de cotas;
- Defesa da paridade de mulheres na política;
- Promoção de campanhas com foco no aumento das mulheres no poder político, com vistas ao alcance da paridade;
- Incentivo ao treinamento de mulheres candidatas, com vistas ao alcance da paridade;
- Atuação junto aos órgãos competentes para garantir a segurança das candidatas e eleitas.

10.4 Em relação ao mercado de trabalho:

- Adoção de medidas apropriadas para melhorar a capacidade das mulheres para obter renda para além das ocupações tradicionais, com vistas à autonomia econômica;
- Garantia de acesso igual das mulheres ao mercado de trabalho e aos sistemas de seguridade social;
- Aumento do número de vagas disponíveis em creches, possibilitando que as mães tenham mais tempo para se inserirem no mercado produtivo de forma plena;
- Fortalecimento de programas de qualificação profissional;
- Implementação de programas de microcrédito e treinamento de microempreendimentos com atenção às mulheres;
- Criação de leis e programas que ajudem a proteger as trabalhadoras informais;
- Garantia do cumprimento da lei no caso das trabalhadoras domésticas;
- Garantia do cumprimento da regra que determina a igualdade de salários de homens e mulheres quando na mesma função e mesma carga horária;
- Garantia do cumprimento da proibição de práticas discriminatórias por empregadores contra as mulheres, tais como as baseadas em provas de uso de contraceptivos ou gravidez;
- Garantia do cumprimento das regras que permitem às mulheres combinar os papéis de gravidez, amamentação e criação dos filhos com a participação na força de trabalho.

10.5 Em relação à formação:

- Eliminação do uso de material de ensino e educação estereotipados, que reforçam o papel da mulher como menos apta ao mundo da produção ou mais aptas à esfera doméstica;
- Promoção de programas de liderança entre meninas;
- Ampliação de programas de incentivo para mulheres nas ciências exatas.
- Combate à evasão escolar de adolescentes grávidas, com focos nos estados do Norte e Nordeste, onde esses dados permanecem altos;
- Garantia de alfabetização para mulheres que já passaram da idade escolar tradicional;
- Fortalecimento de programas que combatam as desigualdades de raça/etnia, principalmente no acesso às universidades.

10.6 Em relação à saúde:

- Oferta de educação informativa para atenção à prevenção da gravidez com foco em jovens de ambos os sexos, direcionada ao fortalecimento dos direitos reprodutivos e informações sobre métodos contraceptivos;
- Garantia de condições legais e de recursos para a interrupção da gravidez quando ocorrer de forma legal, combatendo a criminalização das mulheres atendidas nos pontos de atendimento na saúde;
- Combate à violência obstétrica, com o fortalecimento de programas que incentivem o parto natural e a humanização do SUS.

10.7 Em relação à violência:

- Garantia da aplicação e meios para a efetividade da Lei Maria da Penha;
- Incentivo à criação de novas delegacias de atenção à mulher;
- Implementação de políticas públicas de proteção, apoio e atenção às mulheres com a melhoria no atendimento às mulheres em situação de violência;
- Fortalecimento dos programas de treinamento dos profissionais de saúde e da polícia voltados para atender mulheres vítimas de violência;
- Identificação e enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres encarceradas, especialmente as grávidas.

RESPEITO AOS AFRODESCENDENTES:

10.8 O Brasil é o país do continente americano que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX. No entanto, passados 130 anos da abolição da escravidão, eles ainda encontram problemas no processo de sua plena integração social e do exercício de seus direitos de cidadania. A explicação para esses entraves está no racismo à moda brasileira e suas ambiguidades. Uma das características desse racismo foi a criação do mito da democracia racial que, além de camuflar as desigualdades raciais e os conflitos latentes, prejudicou o processo de construção da identidade coletiva da população negra e atrasou a discussão na sociedade sobre as reivindicações de políticas de ação afirmativa e reparação. Uma série de medidas estão sendo propostas para eliminar a discriminação a esse grupo da sociedade:

- Garantia de uma política de assistência social na perspectiva de equidade para os segmentos sujeitos a maiores riscos sociais, como a população negra de rua;

- Inclusão da questão da diversidade cultural e religiosa desde a infância, valorizando a história e cultura das diversas etnias africanas;
- Desenvolvimento de ações de políticas públicas para o pleno direito de acesso da população negra à justiça e à cidadania;
- Promoção da sensibilização e capacitação dos profissionais de direito através de fóruns, seminários, palestras e debates abordando temas específicos como discriminação racial e violência sexual contra mulheres afrodescendentes;
- Garantia da adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas como pré-requisitos ou agregação de pontos de vantagem para as mesmas em processos licitatórios de concorrências públicas, financiamento, subsídios, licenças ou avais em geral; o mecanismo também deve se aplicar a empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas sócioeducativas;
- Implantação das convenções 100, 101 e 169 da Organização Internacional do Trabalho no que concerne à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão;
- Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização contra as práticas de assédio sexual e discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;
- Instituição de mecanismos de controle social do uso depreciativo de imagem de mulheres negras nos meios de comunicação;
- Garantia da implementação e execução do Plano Nacional de Políticas para as mulheres negras;
- Fornecimento de material pedagógico adequado para tratamento da questão racial nas escolas, ampliando o acervo das bibliotecas escolares e colocando ao alcance dos alunos a formação correta e não preconceituosa sobre os grupos étnicos raciais discriminados;
- Fortalecimento do diálogo federativo em relação ao plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
- Manutenção do ingresso da juventude negra em todas as universidades públicas através do sistema de cotas, assegurando via ações afirmativas a sua permanência nas instituições de ensino;
- Expansão do acesso das populações de áreas remanescentes de quilombos, comunidades rurais, ciganas e indígenas às escolas profissionais de ensino técnico;
- Promoção de ações de políticas de segurança pública que atuem contra a escalada de violência policial em nosso país, buscando a preservação da vida e cidadania da juventude negra;

- Ampliação do Plano Juventude Viva, fortalecendo o diálogo com as polícias e o sistema de justiça para uma nova concepção de identificação e abordagem dos cidadãos, eliminando o racismo institucional e o preconceito geracional;
- Fortalecimento e ampliação do PRONASCI- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em seu recorte étnico racial, denominado projeto Farol, considerando e priorizando intensificar as ações nas regiões de maior vulnerabilidade social conforme IDH- Índice de Desenvolvimento Humano;
- Capacitação de profissionais de saúde com humanização do atendimento de modo a coibir a xenofobia e discriminação acerca de doenças relativas à população negra;
- Celeridade dos processos de titularização das áreas das populações remanescentes de quilombos, dando apoio de infraestrutura, econômica e tecnológica a programas locais de educação e saúde, além de saneamento básico e água potável;
- Garantia do uso das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos a sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à subsistência da comunidade, à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer;
- Fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a adesão de estados e municípios;
- Estímulo à criação de secretarias de promoção da igualdade racial no âmbito dos estados e municípios;
- Desenvolvimento e garantia de recursos para projetos sociais que resgatem a cultura negra, utilizando todas as linguagens de artes;
- Incentivo à criação de corredores culturais e de intercâmbio entre as comunidades remanescentes de quilombos;
- Realização de ações educativas na mídia que tratem da diversidade racial e ressaltem que o racismo é crime;
- Organização de campanha nacional de valorização das contribuições civilizatórias, culturais e tecnológicas da população de matriz africana.

RESPEITO À POPULAÇÃO LGBTI:

10.9 Não podemos nos furtar do compromisso com a vida e igualdade em direitos dessa população. É preciso desenvolver ações que harmonizem a convivência da população para o convívio respeitoso com as diferenças humanas e a capacidade de reconhecer os direitos civis de todos:

- Criação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT com representantes estaduais, assim como uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a

Cidadania da população LGBTI, incluindo o amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda à população LGBT e de ações afirmativas de combate à discriminação institucional de empresas e no ambiente de trabalho;

- Garantia da promoção da cidadania LGBTI, por um país para todas e todos, com respeito às diversidades humanas, sem exceção;
- Implementação efetiva do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI;
- Respeito ao Termo de Compromisso com a Aliança Nacional LGBTI+ e parceiras, tentando cumprir com máximo esforço suas propostas;
- Criação de meios para coibir ou obstar os crimes LGBTIfóbicos, definindo suas características, equiparando aos crimes por racismo, injúria e feminicídio, cada qual com sua especificidade;
- Reestruturação, ampliação, fortalecimento do Disk Direitos Humanos (Disk 100);
- Realização de investimentos nas Universidades Públicas Federais para ampliação de programas de ações afirmativas, assistência estudantil e permanência;
- Inclusão do combate a toda forma de preconceito, seja ele por raça, etnia, sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero no Plano Nacional de Educação;
- Desenho de plano de ações e metas para diminuir a discriminação nas escolas e a evasão escolar;
- Articulação e apoio à aprovação do Estatuto das Famílias e do Estatuto da Diversidade;
- Garantia e ampliação da oferta de tratamentos e serviços de saúde para que atendam às necessidades especiais da população LGBT no SUS e suas especificidades, assim como o acolhimento dessa população em sua melhor idade (acima dos 60 anos);
- Consideração das transversalidades da população LGBTI e suas vulnerabilidades, tais como: situação de refúgio, conviventes com HIV/AIDS, LGBTIs negros e negras, em situação de rua, dentre outras, fomentando a ampliação das políticas públicas existentes e criação de políticas públicas de proteção e acolhimento à essas especificidades;
- Fomento à aprovação dos Projetos de Lei em tramitação que visam à equiparação do casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero conhecida como Lei João W. Nery em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, respectivamente, votadas pelo pleno Supremo Tribunal Federal.

RESPEITO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

10.10 Também precisamos eliminar a discriminação e a acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência. Assim, um conjunto de ações se faz necessário:

- Garantir a implementação da LBI - Lei Brasileira de Inclusão;
- Construção de ações para consolidar a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
- Promoção de ações de assistência integral à saúde;
- Eliminação de restrições de acessibilidade e mobilidade em geral;
- Integração das pessoas com deficiência às atividades de ensino direcionadas aos demais grupos sociais em todas as escolas;
- Criação de Centros de Referência nas principais macrorregiões para reabilitação e tratamento de Pessoas com Deficiência;
- Criação de uma Rede Federal (ou fomentar isso através dos IFCE's ou Universidades Federais) de formação e treinamento de professores e profissionais que atendam, nas escolas públicas e privadas, crianças e jovens com deficiência, aí incluídos em especial o TEA (transtorno do espectro autista), Síndrome de Down, Braille e Língua Brasileira de Sinais;
- Eliminação da impossibilidade de retorno ao exercício de atividade remunerada por parte de pessoas que recebam auxílios vinculados à ocorrência de alguma deficiência, mais especificamente o Benefício de Prestação Continuada.

RESPEITO À JUVENTUDE:

10.11 Os jovens necessitam de política específicas para o seu desenvolvimento e sua transformação em cidadãos plenos. Vamos a elas:

- Em relação à participação na sociedade:
 - Implementação de espaços e mecanismos que ampliem a participação da juventude nos temas da gestão pública relacionados a ela e a sociedade, bem como à promoção de uma maior transparência e participação social;
 - Estímulo à participação do jovem no planejamento nacional e elaboração das legislações orçamentárias, por meio do fortalecimento dos Conselhos de Juventude.
- Em relação à Educação:
 - Cumprimento e endosso às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), visando à elevação da escolaridade, erradicação do analfabetismo, redução da evasão e maior qualidade da educação pública;
 - Garantia da implementação da lei 11645/08, que torna obrigatório o ensino

de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como incluir importantes debates que versem sobre diversidade sexual, gênero, igualdade, justiça social e liberdade, de modo a garantir a democratização e humanização das escolas;

- Garantia do atendimento universal à educação infantil e participação direta na criação e ampliação de espaços de formação profissional e tecnológica gratuita, na cidade e no campo.

■ Em relação ao trabalho:

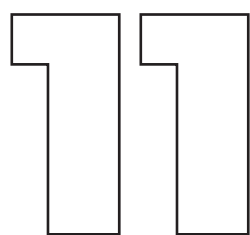
- Criação e ampliação de programas públicos de inserção juvenil no mercado formal de trabalho para enfrentar o desemprego e subemprego de forma produtiva, adequadamente remunerada, viabilizando uma vida digna, a conciliação entre estudos e trabalho e a ampliação da rede de proteção social;
- Oferta de aprendizado profissionalizante para que os jovens tenham uma melhor inserção no mercado;
- Fortalecimento dos empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade, bem como, incentivo à formação de novos coletivos visando à promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude.

■ Em relação ao acesso ao esporte e lazer:

- Desenvolvimento de programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta;
- Implementação e qualificação do esporte nas escolas como ferramenta de entretenimento e amparo dos jovens estudantes;
- Promoção facilitada do acesso à cidade e espaços de lazer para que os jovens possam viver a cidade em sua plenitude.

■ Em relação à Segurança:

- Fortalecimento do Plano Juventude Viva e suas propostas de diminuição radical da letalidade da polícia, buscando o real compromisso dos estados com sua implementação;
- Recusa às propostas de redução da maioria penal e cumprimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude;
- Construção de políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia;
- Fortalecimento de políticas e programas de atenção às jovens mulheres em situação de vulnerabilidade.



COMBATER A CORRUPÇÃO

A corrupção, infelizmente, é uma praga da política brasileira e como tal deve ser duramente combatida. Somos contrários a qualquer atitude ilícita e condenamos as práticas corruptas e os desvios de conduta na função pública. Defendemos o fortalecimento dos mecanismos de transparência e do chamado controle social, bem como os órgãos que fiscalizam o setor público, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Somos favoráveis também ao mecanismo do acordo de leniência com empresas envolvidas em casos de corrupção, pois ele é a maneira mais saudável de separar o joio do trigo, punindo os dirigentes e funcionários implicados em práticas ilícitas, mas preservando as empresas e os empregos daqueles que não têm envolvimento com corrupção. No Governo, a corrupção deve ser enfrentada com o exemplo e a vigilância permanentes. A seguir, apresentamos algumas das medidas que adotaremos para o combate à corrupção, aumento da transparência e do controle social.

- 11.1** Todos que aceitarem trabalhar em nossa equipe assinarão um manual de decência e de responsabilidade com o dinheiro público, que é dinheiro do povo. Em caso de qualquer acusação ou denúncia específica fundamentada, o Ministro ou ocupante de cargo de confiança se afastará voluntariamente da posição e pedirá uma apuração independente, sem prejuízo das investigações dos órgãos competentes. Atestada a inocência, retornará ao exercício da função; havendo indícios concretos de irregularidades, será afastado definitivamente.
- 11.2** Redução dos atuais entraves burocráticos aos acordos de leniência.
- 11.3** Ampliação da transparência e controle social da administração pública, com a ajuda do governo eletrônico, de modo a facilitar o acesso da população a dados e informações em todos os sites e portais do Governo.
- 11.4** Maior participação da sociedade na orientação e acompanhamento da execução das políticas públicas.

- 11.5** Aperfeiçoamento dos mecanismos de responsabilização e de combate à corrupção e ao mau uso dos recursos públicos.
- 11.6** Criação de um Sistema de Controle Interno unificado para toda a Federação, integrando funções e a atuação da Controladoria Geral da União e das Controladorias Estaduais e Municipais.
- 11.7** Instituição de mecanismos de controle social ativo e integrado com relação às organizações que são responsáveis pela defesa do patrimônio público (Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, etc.).
- 11.8** Criação de auditorias de equidade, voltadas a avaliar especificamente se os serviços públicos tratam o cidadão de forma equânime e justa.
- 11.9** Criação de unidade de controladoria no Poder Legislativo.
- 11.10** Criação de unidades anticorrupção *ad hoc* em grandes obras, com controle social.
- 11.11** Integração de todas as bases de dados referentes a cadastros de beneficiários e demais questões de transparência (como a lista do trabalho escravo) em um mesmo site, como o Portal da Transparência.
- 11.12** Conversão das informações governamentais úteis ao controle social à linguagem cidadã.
- 11.13** Instituição de “Agentes da Cidadania” em comunidades locais afetadas por políticas federais, voltados a multiplicar conhecimento em controle social.

12

DEFESA, POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA NACIONAL

Um projeto nacional de desenvolvimento calcado em democratização de oportunidades e capacitações e rico em inovações institucionais tem como contrapartida a construção da soberania nacional. O projeto externo abre espaço para o sucesso do projeto interno. Os instrumentos fundamentais e gêmeos do projeto externo são a defesa e a política exterior. Já o resguardo da soberania nacional ultrapassa os limites da defesa e da política exterior; inclui também, por exemplo, o controle nacional de nossos recursos naturais estratégicos. O Brasil ascende no mundo sem imperar. É o mais pacífico dos países de dimensão continental. Por isso mesmo, sofremos a tentação de menosprezar nossa defesa. Precisamos poder dizer não aos que quiserem nos negar condições para desenvolvimento nacional soberano. Não nos convém viver num mundo em que só os meigos estão desarmados. Nossa orientação pacífica não nos exime de nos defender.

12.1 SOBERANIA NACIONAL:

- Um projeto nacional de desenvolvimento baseado na democratização de oportunidades e capacitações e rico em inovações institucionais tem como contrapartida a construção da soberania nacional;
- Esta inclui, além da defesa e da política exterior, o controle nacional de nossos recursos naturais estratégicos, como as fontes de energia (petróleo, gás e o sistema hídrico, por exemplo);
- Vamos reafirmar o compromisso com a Estratégia Nacional de Defesa já promulgada. O complexo industrial de defesa terá o objetivo de desenvolver tecnologia de vanguarda não apenas para preservar nossa soberania, mas também para propiciar inovações que serão utilizadas pelo restante do setor produtivo;
- Também não toleraremos a compra por estrangeiros de ativos que compõem ou apoiam nosso complexo industrial de defesa;
- Para manter o controle de nossos recursos naturais estratégicos, todos os campos de petróleo brasileiro vendidos ao exterior pelo Governo Temer após a revogação da Lei de Partilha serão recomprados, com as devidas indenizações;

- O mesmo se dará com relação à Eletrobras e à Embraer, caso a venda de ambas seja efetivada;
- Nenhum país soberano entrega seu regime de águas para o controle estrangeiro. Igual ocorre com o petróleo;
- Não há nenhuma razão nacional brasileira - estratégica, econômica ou energética - que justifique a venda das nossas reservas ao exterior ou a pressa em explorar e produzir o nosso petróleo.

12.2 DEFESA:

- Como presidente do Brasil, Ciro Gomes proporá ao país um debate a respeito da conveniência de elevar a proporção do PIB dedicada à defesa. Para que se sustente ao longo do tempo, o compromisso de investir na defesa deve granjear amplo apoio nacional ao invés de resultar de decisão unilateral do Executivo.;
- Reafirmação do compromisso de manter, cumprir e aperfeiçoar a Estratégia Nacional de Defesa, promulgada em 18 de dezembro de 2008;
- Prosseguimento na diretriz, formulada na END, de aprofundar monitoramento, mobilidade e flexibilidade como marcas de nossa defesa;
- Construção de cultura militar organizada em torno de capacitações mais do que em torno de hipóteses de emprego das Forças Armadas;
- Não basta que cada força contenha uma vanguarda ultra-flexível; cada força precisa toda ela virar vanguarda:
 - Na força terrestre, isso significará a qualificação tecnológica e operacional a partir do módulo brigada;
 - Na força naval, o emprego de espectro amplo de plataformas (de superfície, submarinas e aéreas) para atender à responsabilidade prioritária de nossa Marinha de Guerra: negar a qualquer inimigo acesso a nosso território e a nossas águas territoriais;
 - Na força aérea, a capacidade para manter superioridade aérea, quando não supremacia aérea, sobre nosso território e para projetar poder, em caso de necessidade, por meio de operações geoestratégicas.
- Reafirmação do compromisso com o caça Gripen NG, com o submarino de propulsão nuclear e com a nova geração de blindados e armamentos do Exército;
- Suprimento de nossa lacuna em matéria de artilharia antiaérea de médio e longo alcances (sistemas de mísseis), em coordenação com iniciativas espaciais;
- As parcerias com países estrangeiros ficarão condicionadas a sua utilidade para nossa qualificação tecnológica: preferiremos aprender fazendo e fabricando a comprar plataformas prontas;

- O complexo industrial de defesa será encarado e desenvolvido como manancial de vanguardismo tecnológico. Deve-se reconhecer a dualidade civil e militar de tecnologias de ponta:
 - A parte estatal deste complexo, sob a condução das Forças Armadas, cuidará para unir pesquisa avançada à produção avançada;
 - Para a parte privada, será criado regime jurídico especial que dispense as indústrias privadas de defesa do regime geral de licitações em troca da manutenção de voz decisiva do Estado nos planos destas empresas;
 - Não toleraremos a compra por estrangeiros de ativos que compõem ou apoiam nosso complexo industrial de defesa.
- Haverá atenção especial para os setores cibernético, espacial e nuclear, por serem vitais para o futuro de nossa defesa e de nossa economia;
- Desenvolvimento de nossas capacitações em matéria de ciência e tecnologia nucleares para que a renúncia ao emprego militar da energia nuclear resulte sempre de decisão soberana da nação, não de incapacidade tecnológica e científica;
- Prosseguimento dos programas de satélites, veículos lançadores e combustíveis de propulsão;
- Estabelecimento, junto com empresas privadas, de um programa nacional de inteligência artificial;
- Desenvolvimento de nosso potencial de inteligência e contra inteligência, superação de nossa dependência dos Estados Unidos nas comunicações com o resto do mundo e criação de condições iniciais para prover às Forças Armadas uma alternativa ao GPS norte-americano;
- O emprego do Exército em operações internas será sempre excepcional e suplementar, com prioridade para a defesa de nossas fronteiras.

12.3 POLÍTICA EXTERIOR:

- A política exterior, por sua vez, precisa servir a nossos interesses e a nossos valores, possibilitando ampliar, através de um projeto nacional de desenvolvimento, nosso espaço nas negociações políticas e comerciais globais, incluindo aquelas que se referem a mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. Os acordos comerciais precisam priorizar o acesso a novas tecnologias e mercados, ajudando-nos a desenvolver a produção de bens e serviços mais sofisticados;
- Engajamento de todo o Governo e toda a Nação na construção da política de comércio exterior. Ação diplomática não se confunde com formulação de política exterior, que é tarefa de todo o país e de seu governo. Política exterior é ramo da política, não do comércio: nossos pleitos comerciais têm melhor

perspectiva de prosperar à luz de posicionamento consequente no mundo. Política exterior há de servir aos interesses e valores reais da nação, não à busca de protagonismo e prestígio. Deve subordinar o vistoso ao importante;

- Uma potência emergente como o Brasil há de reconciliar o fortalecimento de nossa posição dentro da ordem mundial existente com a busca de outra ordem mundial, em colaboração com nossos parceiros e amigos. O Brasil é necessariamente potência revisionista: não se contenta com uma ordem global que estreita a margem para os experimentos e as inovações institucionais exigidos pelo projeto nacional de desenvolvimento;
- A política exterior deve ser mais do que independente; ela deve ser transformadora;
- Defesa do máximo de abertura econômica e cultural no mundo com o mínimo de restrição a tais inovações e experimentos;
- Busca da governança global sem governo global, com o reconhecimento de que o instrumento mais poderoso a desenvolver são as coalizões entre países: sejam regionais (como o Mercosul e a União Sul-Americana), de países com determinadas semelhanças (como os BRICS) ou de propósito específico (como os tratados a respeito de mudança de clima);
- Reanimação de nosso projeto sul-americano: a União da América do Sul no desdobramento de estratégia compartilhada de desenvolvimento voltada para a qualificação da produção, para a reindustrialização no rumo da economia do conhecimento (inclusive na agregação de valor a atividades extrativas e agropecuárias) e para a democratização das oportunidades e capacitações:
 - Este esforço deve caminhar para a instalação de cadeias produtivas que atravessem fronteiras na América do Sul;
 - Deve propiciar colaboração direta não só entre os governos centrais de cada país, mas também entre os governos de nossos estados federados limítrofes e os governos dos estados fronteiriços de nossos vizinhos;
 - Dentro do Mercosul deve-se dispor a aprofundar o livre comércio sem excluir a flexibilização circunstancial da união aduaneira;
 - E deve trabalhar contra a instalação de bases militares de potências externas a nosso continente sul-americano;
 - Cabe ao Brasil desempenhar liderança natural na América do Sul, mas evitar atos e gestos de hegemonia. Devemos agir com compreensão dos problemas criados para nossos vizinhos por nossa superioridade de tamanho e força;
 - Procuraremos envolver todos os países sul-americanos, dentro e fora do Mercosul, numa teia cada vez mais densa de trocas comerciais, parcerias produtivas e tecnológicas, colaborações em defesa e circulação de estudantes, pesquisadores e ideias;
 - A união sul-americana não será artifício proposto, muito menos imposto,

pelo Brasil; será o resultado cumulativo deste engajamento recíproco das repúblicas sul-americanas;

- O Brasil zelarà para que a união a construir exija de todos seus participantes compromisso com a democracia e respeito pelos direitos humanos.

■ Fortalecimento de nossa relação com os Estados Unidos:

- Em relação às grandes empresas norte-americanas, inclusive as de economia digital, insistir em produção de vanguarda e em parcerias capacitadoras com nossas empresas e organizações públicas;
- Em relação ao governo dos Estados Unidos, construir pauta que, ao aprofundar o comércio bilateral, ultrapasse a agenda comercial e construa, entre governos, empresas e universidades;
- Iniciativas exemplares serão focadas em inovação produtiva, científica e tecnológica;
- Para poder construir tais parcerias com os Estados Unidos, o Brasil precisa ganhar independência dos Estados Unidos em tecnologias de comunicação e defesa. Para ser parceiro, não pode ser protetorado.

■ Desenvolvimento e reconstrução de nossa relação com a China, condicionando o avanço da presença chinesa no Brasil à colaboração com nosso governo e nossas empresas na qualificação produtiva e tecnológica, inclusive de nossa agricultura, pecuária e mineração;

■ Recusa à relação neocolonial, quer com a China quer com os Estados Unidos;

■ Inadmissibilidade de um processo de endividamento com a China, público ou privado, que acabe por comprometer nossa soberania:

- Um dos melhores instrumentos que temos para trabalhar pela revisão da ordem atual do mundo é o movimento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), complementado pelo movimento IBAS (Índia, Brasil, África do Sul);
- Mais que compartilhar preocupações, estes movimentos conjugados podem desenvolver iniciativas comuns que contribuam ao desenvolvimento de nossos países e ampliem no mundo o espaço para centros múltiplos de poder, trajetórias alternativas de crescimento e experiências divergentes de civilização;
- Ao Brasil, caberá presidir os BRICS em 2019 e neste mesmo ano indicar o novo presidente do Banco dos BRICS.

■ Atuação para o desenvolvimento de agenda da reforma da ordem mundial do comércio que deixe de condicionar a participação nesta ordem a uma forma restritiva da economia de mercado (excludente de parcerias estratégicas entre governos e empresas e de regimes alternativos de propriedade intelectual);

■ Desenvolvimento de agenda de reforma da ordem monetária global que crie condições para ultrapassar o dólar como moeda-reserva do mundo;

- Desenvolvimento de agenda de reforma da ordem de segurança no mundo que constranja as grandes potências no uso unilateral da força armada;
- Priorização, nos acordos bilaterais e multilaterais de comércio, de nosso acesso aos meios de qualificação produtiva e tecnológica. Cada acordo deve servir ao objetivo de colocar o Brasil no rumo da economia do conhecimento não só na manufatura avançada, mas também nos serviços intelectualmente densos e na agricultura de precisão;
- Aproveitamento do papel desbravador que o Brasil pode desempenhar na elaboração de acordos internacionais a respeito de mudança de clima e desenvolvimento sustentável;
- Reconstrução de nossa relação com a África em bases generosas que façam justiça à condição do Brasil como maior país africano fora da África e que deixem de atrelar nossa política africana aos interesses de empreiteiras;
- Valorização do excepcional recurso nacional de nosso serviço diplomático para assegurar a nossos diplomatas os instrumentos e as condições de que precisam para atuar em prol do Brasil;
- Atuação junto ao Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, na construção de nossa política exterior;
- Estímulo ao debate nacional a respeito de nossa posição no mundo, trazendo a política exterior para o centro da vida pública brasileira.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
SAFS, Quadra 2, Lote 3, Brasília, DF

O CAMINHO DA PROSPERIDADE

Proposta de Plano de Governo

- CONSTITUCIONAL
- EFICIENTE
- FRATERNAL

E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.

JOÃO 8: 32

O BRASIL LIVRE

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos.

Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



VALORES E COMPROMISSOS



BOLSONARO2018

O FRUTO DA VIDA É SAGRADO!

- Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.
- As pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo.
- Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!
- Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas.

LIBERDADE E FRATERNIDADE!

- Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor.
- Liberdade para as pessoas, individualmente, poderem fazer suas escolhas afetivas, políticas, econômicas ou espirituais.
- Devemos ser fraternos! Ter compaixão com o próximo. Precisamos construir uma sociedade que estenda a mão aos que caírem. Escolhas erradas ou tropeços fazem parte da vida. Ajudar o próximo a se levantar nos diferencia como humanos.
- Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para populistas e suas mentiras. O Brasil precisa se libertar dos corruptos. O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE!

DIREITOS E DEVERES

- A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição, Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei!
- Qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida.
- Todo cidadão terá seus direitos preservados.
- Todo cidadão, para gozar de seus plenos direitos, deve obedecer às leis e cumprir com seus deveres (não matar, não roubar, não participar de falso testemunho, não sonegar impostos, etc.).
- Qualquer pessoa no território nacional, mesmo não sendo cidadã brasileira , tem direitos inalienáveis como ser humano, assim como tem o dever de obedecer as leis do Brasil.

IMPrensa LIVRE E INDEPENDENTE

- Somos defensores da Liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa!
- Liberdade das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade!
- Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia.
- A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão.
- Nosso povo deve ser livre para pensar, se informar, opinar, escrever e escolher seu futuro.

A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA

- Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira.
- Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco.

PRECISAMOS NOS LIBERTAR!

**VAMOS NOS
LIBERTAR!**

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



A NOVA FORMA DE GOVERNAR!
MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA



BOLSONARO2018

2019 SERÁ O ANO DA MUDANÇA NOSSA VITÓRIA SERÁ CONTRA A SERVIDÃO!

Faremos os ajustes necessários para garantir crescimento com inflação baixa e geração de empregos.

Enfrentaremos os grupos de interesses escusos que quase destruíram o país.

Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata.

Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios.

TUDO SERÁ FEITO DENTRO DA LEI

NOSSA CONSTITUIÇÃO PRECISA SER RESPEITADA!

Mesmo imperfeita, Nossa Constituição foi feita por representantes eleitos pelo povo. Ela é a LEI MÁXIMA E SOBERANA DA NAÇÃO BRASILEIRA.

Lamentavelmente, Nossa Constituição foi rasgada nos últimos anos, inclusive por muitos que deveriam defendê-la.

Nosso conjunto de Leis será o mapa e a BÚSSOLA serão os princípios liberais democratas para navegarmos no caminho da prosperidade. Enfrentaremos o viés totalitário do Foro de São Paulo, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas.

DESAFIOS URGENTES

CONTRA a criminalidade, corrupção e aparelhamento do Estado para estancar os estragos e iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da Democracia.

- Mais de 62 mil homicídios por ano.
- Mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo.
- Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC.
- Corrupção generalizada e ameaças às instituições que a estão combatendo.

- Infraestrutura insuficiente e deteriorada.
- Educação e saúde à beira do colapso.
- 13 milhões de desempregados, oficialmente.
- Desrespeito às leis, à vida, à propriedade privada e à Constituição Brasileira!

UM BRASIL EM ROTA FISCAL EXPLOSIVA!

LIBERALISMO ECONÔMICO

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo.

Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção.

O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades.

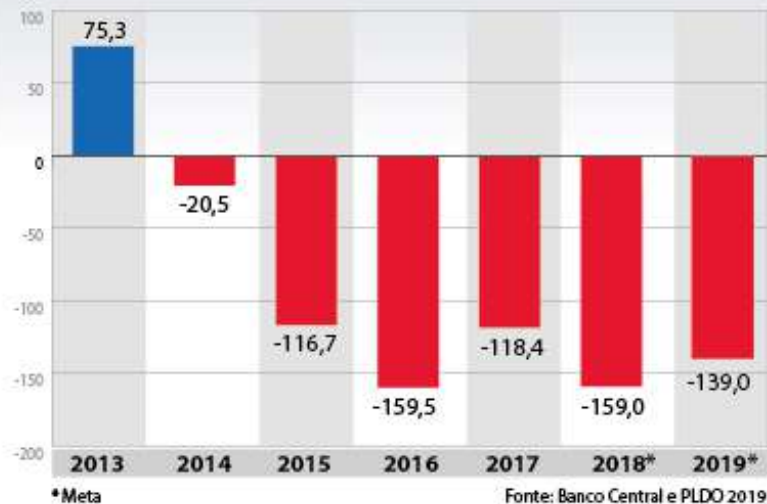
Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego. Precisamos atingir um superávit primário já em 2020.

Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os trabalhadores e oportunidades para todos.

O PROBLEMA É O LEGADO DO PT DE INEFICIÊNCIA E CORRUPÇÃO

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, EM R\$ BILHÕES

O indicador reúne as contas do Tesouro, Banco Central e Previdência



Está previsto pelo atual governo que para 2019 o Brasil terá déficit primário de R\$ 139 bilhões, que tentaremos reduzir rapidamente. Temos o objetivo de equilibrar as contas públicas no menor prazo possível, buscando um superávit primário que estabilize a relação dívida / PIB. O desafio inicial também será organizar e desaparelhar as estruturas federais,

O déficit nominal de 2019, que inclui os juros da dívida, é previsto em R\$ 489,3 bilhões (6,5% do PIB). O valor das renúncias tributárias é de R\$ 303,5 bilhões (19% da arrecadação). O déficit dos regimes de Previdência Social está previsto em R\$ 288,3 bilhões.

O BRASIL É MAIOR

QUE NOSSOS PROBLEMAS

Apesar do momento difícil, é importante não esquecer que **SOMOS MUITO MAIS FORTES** que todos esses problemas.

O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a “vantagem”, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO.

Importante mencionar novamente: As leis e, em destaque, Nossa Constituição serão nossos instrumentos! Ninguém será perseguido, todos terão seus direitos respeitados. Todavia, investigações não serão mais atrapalhadas ou barradas.

A Justiça poderá seguir seu rumo sem interferências políticas e isso deverá acelerar as punições aos culpados.

A NOVA FORMA DE GOVERNAR!

Estrutura e Gestão

ATUALMENTE TEMOS 29

ESTRUTURAS MINISTERIAIS

23 Ministérios;

2 Secretarias com status de Ministério;

4 Órgãos com status de Ministério;

Fonte: www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros

**O PAÍS
FUNCIONARÁ
MELHOR COM
MENOS
MINISTÉRIOS**

REDUÇÃO DE MINISTÉRIOS

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá”.

ORÇAMENTO BASE ZERO

Com o fim do aparelhamento dos ministérios, inverteremos a lógica tradicional do processo de gastos públicos. Cada gestor, diante de suas metas, terá que justificar suas demandas por recursos públicos.

Os recursos financeiros, materiais e de pessoal, serão disponibilizados e haverá o acompanhamento do desempenho de sua gestão.

O montante gasto no passado não justificará os recursos demandados no presente ou no futuro. Não haverá mais dinheiro carimbado para pessoa, grupo político ou entidade com interesses especiais.

Prioridades e metas passam a ser a base do Orçamento Geral da União, para gastar o dinheiro do POVO obtido pelos impostos.

MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA

Brasília não pode ser o objetivo final de um governo. Quase 99% da população vive nos outros 5.570 municípios do Brasil.

Os ministros passam a ser executivos em suas respectivas áreas, com a missão de coordenar esforços de governadores, prefeitos e seus secretários para o atingimento de metas claras.

Nas últimas décadas, o Governo Federal concentrou a arrecadação de tributos, criando burocracia e ineficiência para controlar os entes federados. Queremos uma Federação de verdade. Os recursos devem estar próximos das pessoas: serão liberados automaticamente e sem intermediários para os prefeitos e governadores. As obras e serviços públicos serão mais baratos e com maior controle social.

UM GOVERNO QUE CONFIA NOS BRASILEIROS!

Chega de carimbos, autorizações e burocracias. A complexidade burocrática alimenta a corrupção. Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e quebrando a lógica que a esquerda nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei.

O GOVERNO VAI CONFIAR NOS INDIVIDUOS!
O GOVERNO RECUARÁ, PARA QUE OS CIDADÃOS POSSAM
AVANÇAR!

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



MAIS BRASIL E MENOS BRASÍLIA

LINHAS DE AÇÃO



BOLSONARO2018

LINHAS DE AÇÃO

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO : enfrentar o crime e cortar a corrupção.

SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.

ECONOMIA: Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. oportunidades e trabalho para todos, sem inflação.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO



BOLSONARO2018

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A Globo, em seu documentário **A Guerra do Brasil** (dezembro de 2017), chama atenção para alguns números:

- 60 mil homicídios por ano, mais que 92 países juntos. Muito acima dos 14 mil homicídios dos EUA, que têm uma população 50% maior que a nossa.
- No Brasil, 786 mil pessoas foram assassinadas entre 2001 e 2015.
- Na Guerra do Iraque, entre 2003 e 2017, foram mortas 268 mil pessoas; Na Síria, de 2011 a 2017: 330 mil.
- Segundo o documentário, os culpados são: as armas de fogo, que causam 7 em cada 10 mortes.
- O documentário indica os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, porém, deixa no ar a razão da piora.
- Menciona a melhora substancial que a Colômbia teve, pois reduziu em 70% os homicídios, porém, não diz as causas disso.

CONTRA A ESQUERDA: NÚMEROS E LÓGICA

- As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando: pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...
- EUA, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça, Canadá, etc, são países onde existe uma arma de fogo na maioria dos lares. Coincidentemente, o índice de homicídios por armas de fogo é muito menor que no Brasil. No Canadá, são 600 homicídios por ano! Em Israel 110 e Suíça 40!
- Peguemos o exemplo de nossos vizinhos: Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Um tratamento estatístico mostrará uma correlação inversa entre armas nos lares e homicídios!
- Já a Venezuela, que aumentou a restrição às armas da população civil, está com o dobro de homicídios do Brasil: quase 60 por 100 mil. Com 31 milhões de habitantes, matam 17 mil por ano! Seria como 120 mil homicídios no Brasil por ano!

País	Quantidade de armas a cada 100 residentes	Mortes por arma de fogo por 100.000 Habitantes	Ranking Mundial Posse de Armas
 Uruguai	32,0	6,6	8º
 Argentina	12,6	5,8	61º
 Paraguai	17	15,1	37º
 Chile	10,7	5,2	59º
 Brasil	8,8	30,3	75º

VAMOS AOS FATOS

Os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, são regiões que passaram a ser governadas pela esquerda ou seus aliados e onde a “epidemia” de drogas não foi coincidentemente introduzida.

Aliás, o avanço das drogas e da esquerda são prevalentes nas regiões mais violentas do mundo: Honduras, Nicarágua, El Salvador, México e Venezuela (onde há forte restrição à população ter armas).

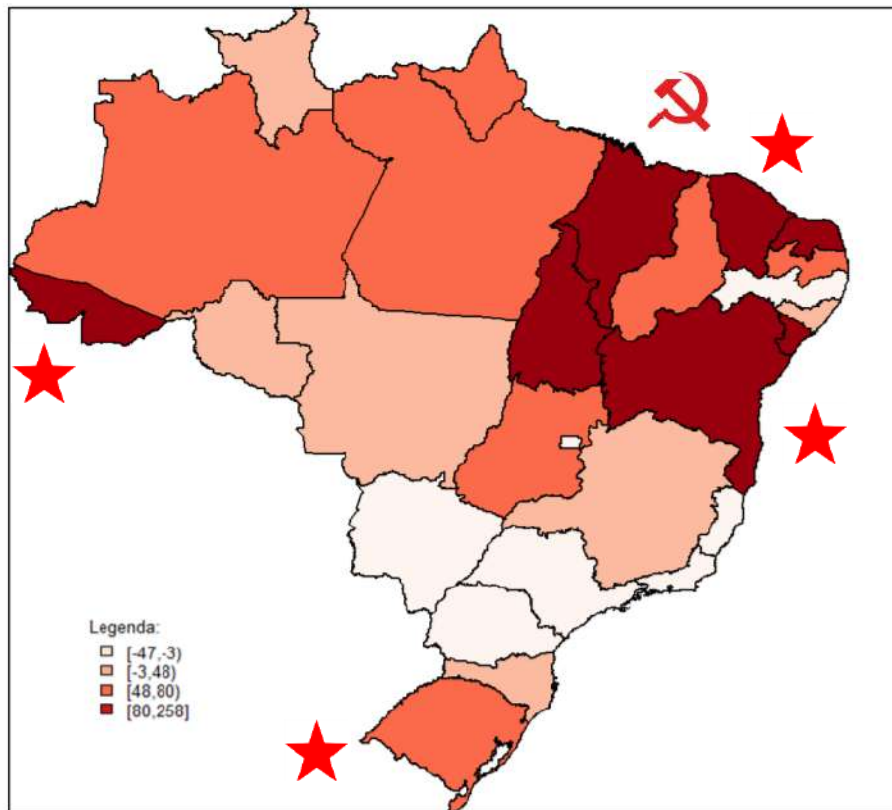
O documentário NÃO menciona que a melhora substancial da Colômbia foi o resultado da derrota das FARC (que abertamente vive do tráfico de drogas). Além disso, as FARC participaram do Foro de São Paulo, fundado pelo PT e pelo ditador cubano. A verdade é que o número de homicídios no Brasil passou a crescer de forma consistente a partir do 1º Foro de SP, no início dos anos 1990.

Houve até “*bolsa crack*” em cidades administradas pela esquerda, como por exemplo em São Paulo.

VAMOS AOS NÚMEROS: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 DO IBGE

[HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/PORTAL/IMAGES/STORIES/PDFS/RELATORIO_INSTITUCIONAL/180604_ATLAS_DA_VIOLENCIA_2018.PDF](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

Figura 2.1 - Brasil: variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação (2006 a 2016)



Coincidentemente, onde participantes do Foro de SP governam, sobe a criminalidade.

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

MAIS MENTIRAS DA ESQUERDA

“a polícia é a que mais mata”

- O Brasil está em Guerra. Veja o título do recente documentário da Globo: “A Guerra do Brasil”!
- Segundo o IBGE, criminosos praticaram oficialmente 62.517 homicídios no Brasil em 2016.
- Intervenções policiais legais resultaram em 1.374 mortes em 2016.
- Apenas 2% de mortes violentas no Brasil estiveram associadas com ações policiais.
- Tais ações estão concentradas em dois Estados: Rio de Janeiro, com 538 mortes; e Bahia, com 364 mortes. Juntos, totalizam 66% das mortes! Retirando-se esses dois Estados, em 2016 as mortes violentas no Brasil associadas com ações policiais seriam 472, um número inferior a 1% do total.

- Enquanto a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais, segundo a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), **foram mortos 493 policiais** em 2016! **Em 2017 esse total subiu para 552** e, infelizmente, tudo indica que teremos ainda mais policiais mortos em 2018.
- São Heróis Nacionais que tombaram e foram esquecidos pelos atuais governantes nesta **Guerra do Brasil!** Um dos compromissos será lembrar o nome de cada um desses guerreiros! Suas famílias serão homenageadas e cada um desses heróis terá seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade!

A GUERRA NO BRASIL SERÁ
VENCIDA!

NOSSOS HERÓIS SERÃO
LEMBRADOS!

Nós brasileiros agradecemos aos heróis e suas famílias pela coragem e pelo sacrifício que fizeram! Que seus nomes nunca sejam esquecidos!

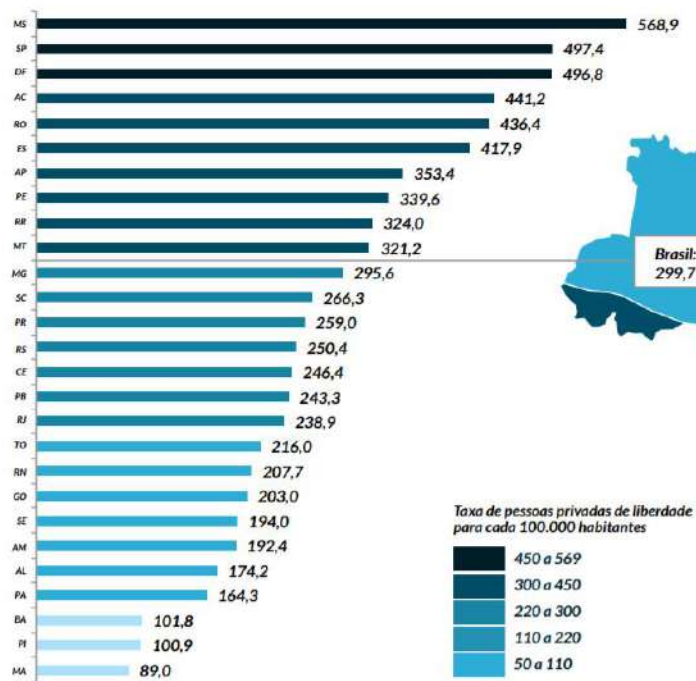


PRENDER E DEIXAR NA CADEIA SALVA VIDAS!

Mato Grosso do Sul, São Paulo e Brasília são os que mais prendem e os que mostram avanços...

<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

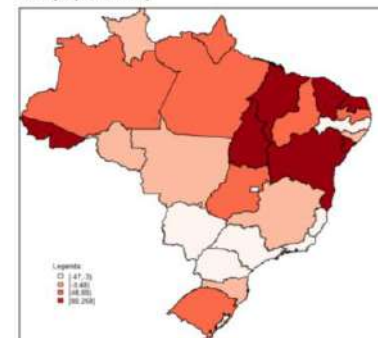
Figura 7. Taxa de aprisionamento por Unidade da Federação



Taxa de pessoas privadas de liberdade para cada 100.000 habitantes



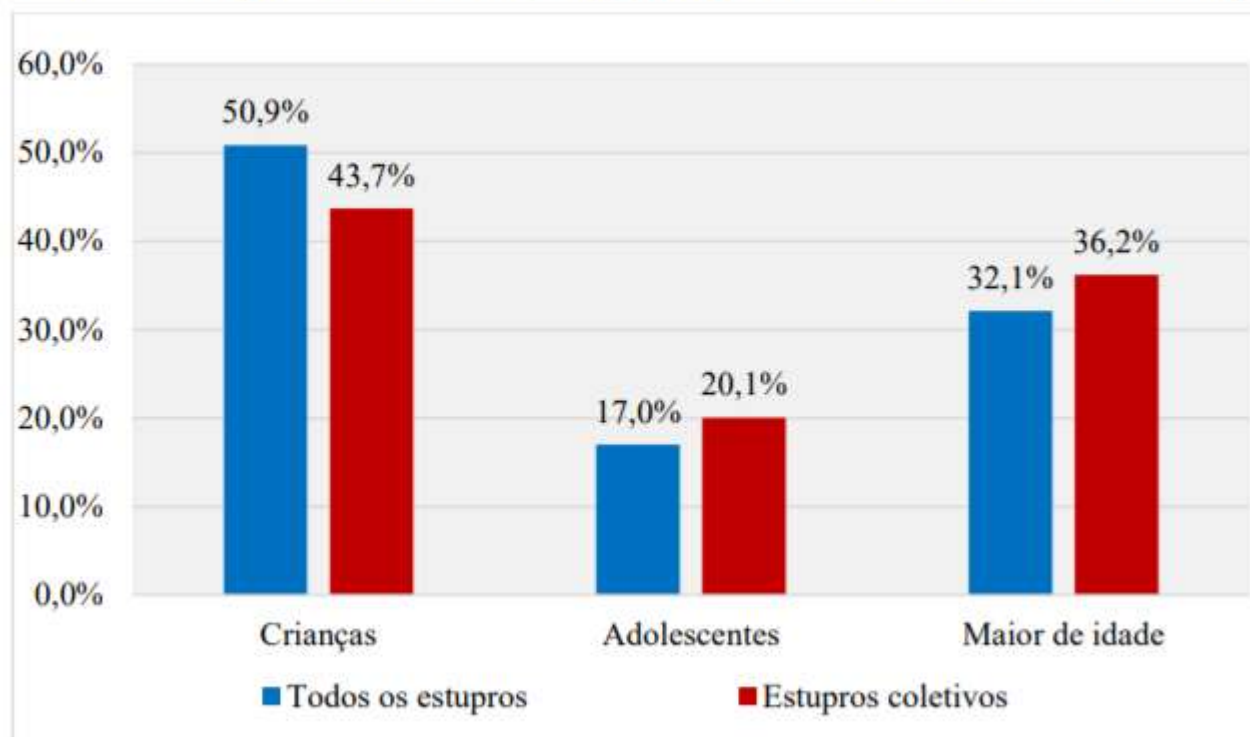
Figura 2.1 - Brasil: variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação (2006 a 2016)



Fonte: Infopen, junho/2014

OUTRO EXEMPLO DE MUDANÇA IDEOLÓGICA Combater o ESTUPRO de mulheres e CRIANÇAS!

Gráfico 6.9 – Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro no total de casos e nos estupros coletivos, segundo fases da vida da vítima (2016)



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

CONCLUSÃO

Os números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos!

Para reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes:

1º Investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais,

2º Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!

3º Reduzir a maioria penal para 16 anos!

4º Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!

5º Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela Nação Brasileira!

6º Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro.

7º Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81.

8º Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência.

DEFESA NACIONAL

Garantia da Lei e da Ordem

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo.

Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil tem uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os Nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984.

Atualmente, a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie.

DEFESA NACIONAL

Segurança das Fronteiras

Devemos recuperar as condições operacionais de nossas Forças Armadas, com a valorização e a proteção de seus integrantes!

Diante das crises, nossos combatentes precisam de equipamentos modernos, não somente de veículos e armas. Ameaças digitais já são presentes. Nossas Forças Armadas precisam estar preparadas, através de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com a participação das instituições militares no cenário de combate a todos os tipos de violência.

Além disso, no papel de consolidação nacional, devemos lembrar da participação das Forças Armadas no processo de atendimento da saúde e da educação da população, principalmente em áreas remotas do país.

As Forças Armadas terão um papel ainda mais importante diante do desafio imediato no combate ao crime organizado, sendo importante buscar uma maior integração entre os demais órgãos de segurança pública, principalmente na estratégia de elevar a segurança de nossas fronteiras.

Teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado.

SUFOCAR A CORRUPÇÃO

- Transparência e Combate à Corrupção são metas inegociáveis.
- Como pilar deste compromisso, iremos resgatar “**As Dez Medidas Contra a Corrupção**”, proposta pelo Ministério Público Federal e apoiadas por milhões de brasileiros, e encaminhá-las para aprovação no Congresso Nacional.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



SAÚDE E EDUCAÇÃO



BOLSONARO2018

A **SAÚDE** DEVERIA SER MUITO MELHOR

Com o valor que o Brasil já gasta!

Abandonando qualquer questão ideológica, chega-se facilmente à conclusão que a população brasileira deveria ter um **atendimento melhor**, tendo em vista o montante de recursos destinados à Saúde.

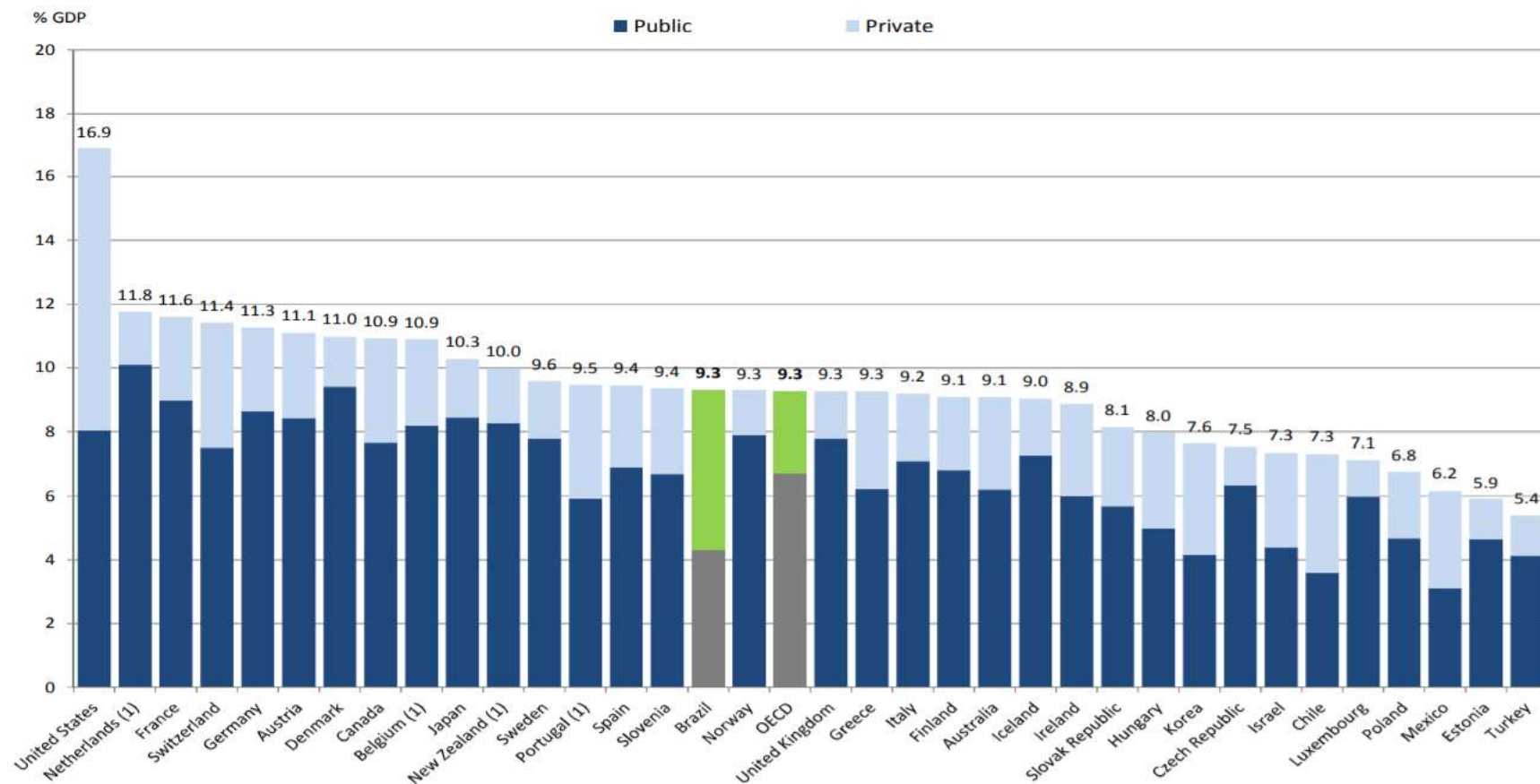
Quando analisamos os números em termos relativos, o Brasil apresenta gastos compatíveis com a média da OCDE, grupo composto pelos países mais desenvolvidos.

Mesmo quando observamos apenas os gastos do setor público, os números ainda seriam compatíveis com um **nível de bem estar muito superior** ao que vemos na rede pública.

É possível fazer MUITO mais com os atuais recursos!

ESSE É NOSSO COMPROMISSO!

Health expenditure as a share of GDP, Brazil and OECD countries, 2012 or latest year



1. Total expenditure excluding capital expenditure.

Source: OECD Health Statistics 2014; WHO Global Health Expenditure Database

O **Prontuário Eletrônico Nacional Interligado** será o pilar de uma saúde na base informatizada e perto de casa. Os postos, ambulatórios e hospitais devem ser informatizados com todos os dados do atendimento, além de registrar o grau de satisfação do paciente ou do responsável. O cadastro do paciente reduz custos ao facilitar o atendimento futuro por outros médicos, em outros postos ou hospitais. Além disso, torna possível cobrar maior desempenho dos gestores locais.

Credenciamento Universal dos Médicos: Toda força de trabalho da saúde poderá ser utilizada pelo SUS, garantindo acesso e evitando a judicialização. Isso permitirá às pessoas maior poder de escolha, compartilhando esforços da área pública com o setor privado. Todo médico brasileiro poderá atender a qualquer plano de saúde.

PREVENIR É MELHOR E MAIS BARATO

Mais Médicos: Nossos irmãos cubanos serão libertados. Suas famílias poderão imigrar para o Brasil. Caso sejam aprovados no REVALIDA, passarão a receber integralmente o valor que lhes é roubado pelos ditadores de Cuba!

Médicos de Estado: Será criada a carreira de Médico de Estado, para atender as áreas remotas e carentes do Brasil

Os agentes comunitários de saúde serão treinados para se tornarem técnicos de saúde preventiva para auxiliar o controle de doenças frequentes como diabetes, hipertensão, etc.

UM EXEMPLO DE PREVENÇÃO :
Saúde bucal e o bem estar da gestante. Estabelecer nos programas neonatais em todo o país a visita ao dentista pelas gestantes. Onde isso foi implementado , houve significativa redução de prematuros.

Outro exemplo será a inclusão dos profissionais de educação física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao ar livre como meio de combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população como AVC e infarto do miocárdio.

A **EDUCAÇÃO** TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!

Na **Educação**, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos.

Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso **péssimo desempenho** educacional.

A estratégia educacional do **Japão, Taiwan e Coreia do Sul**, países recentemente visitados por **Jair Bolsonaro**, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, **SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

**É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS!
É O NOSSO COMPROMISSO!**

GASTAMOS COMO OS MELHORES!

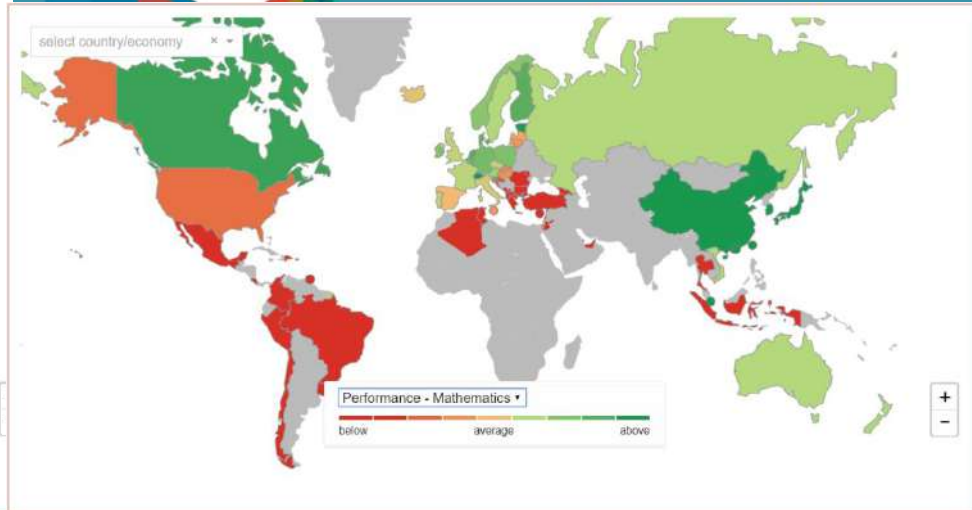
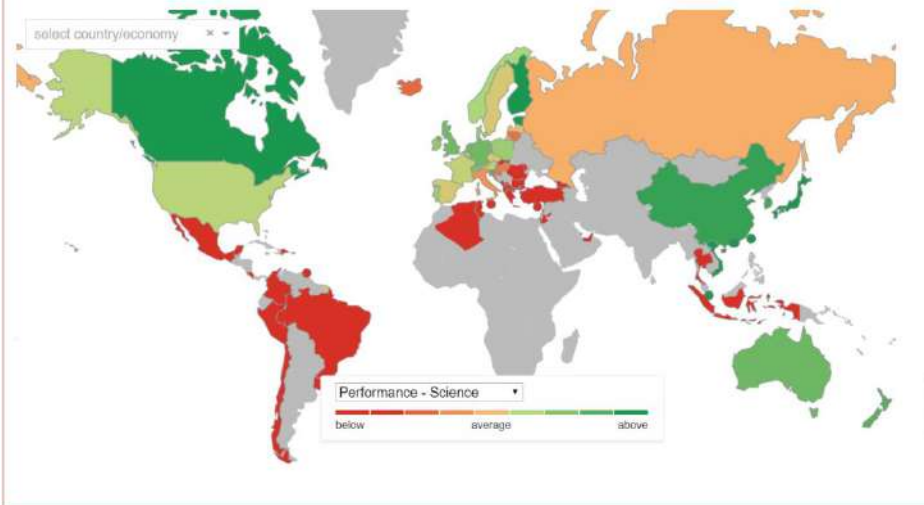
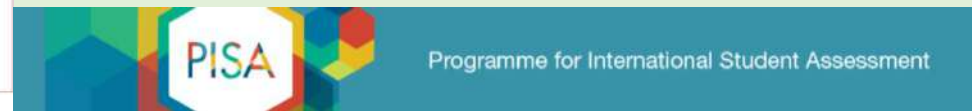
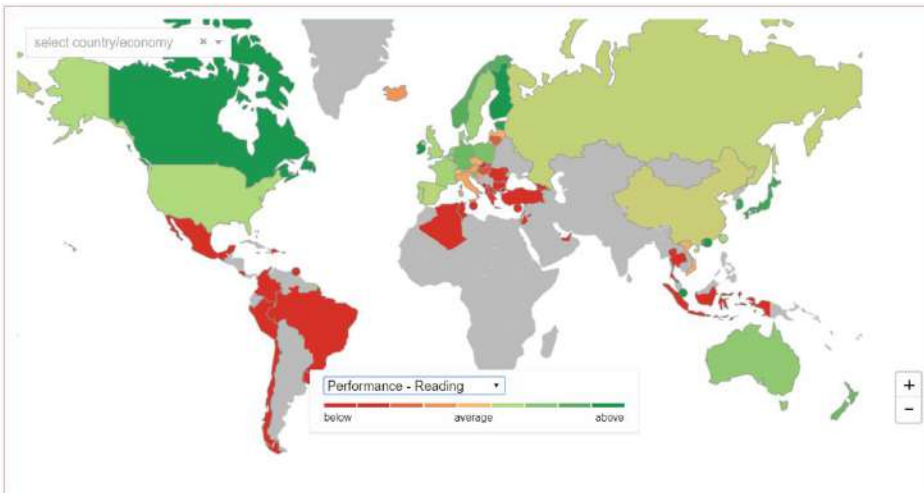
TABLE 9

Education achievements

HDI rank	Literacy rate				Population with at least some secondary education	Gross enrolment ratio				Education quality			
	Adult (% ages 15 and older)		Youth (% ages 15-24)			Pre-primary	Primary	Secondary	Tertiary	Primary school dropout rate	Primary school teachers trained to teach	Pupil-teacher ratio, primary school	Government expenditure on education
	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a									
	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2010-2015 ^b	2010-2015 ^b	2010-2015 ^b	2010-2015 ^b	2005-2015 ^a	2005-2015 ^a	2010-2015 ^b	2010-2015 ^b	
10 Canada	—	—	—	100.0	74	101	110	—	—	—	—	5.3	
10 United States	—	—	—	95.3	71	100	98	87	—	—	15	5.2	
12 Hong Kong, China (SAR)	—	—	—	77.4	109	111	101	89	1.8	98	14	3.6	
17 Japan	—	—	—	91.8	90	102	102	62	0.2	—	17	3.8	
18 Korea (Republic of)	—	—	—	91.4	92	99	98	95	0.4	—	17	4.6	
19 Israel	—	—	—	88.8	111	104	102	68	0.8	—	13	5.9	
38 Chile	97.3	99.7	99.0	76.5	128	101	100	87	0.5	—	20	4.6	
45 Argentina	98.1	99.5	99.1	82.4	72	111	106	80	5.4	—	—	5.3	
54 Uruguay	98.4	99.3	98.5	93.4	70	110	94	83	5.3	—	14	4.4	
76 Lebanon	93.9	99.3	98.8	54.2	84	97	68	43	6.7	97	12	2.6	
77 Mexico	94.4	98.8	98.7	57.4	69	103	91	30	4.3	96	27	5.2	
78 Azerbaijan	99.8	99.9	100.0	95.6	23	106	103	23	2.7	100	13	2.5	
79 Brazil	92.6	99.2	98.6	57.5	86	110	102	46	—	—	21	5.9	
79 Grenada	—	—	—	—	91	103	101	—	—	63	14	—	
Human development groups													
Very high human development	—	—	—	88.8	84	102	106	75	—	—	14	5.1	
High human development	95.3	99.3	99.2	70.6	74	105	95	43	—	—	18	—	
Medium human development	76.4	88.5	91.5	49.1	34	109	68	23	—	—	29	3.9	
Low human development	60.9	69.1	77.5	20.3	18	98	40	8	42.2	76	42	3.8	
Developing countries	83.3	88.7	91.8	57.7	42	105	71	29	—	—	26	—	
Regions													
Arab States	80.7	91.6	94.6	47.0	37	98	76	30	16.1	85	21	—	
East Asia and the Pacific	95.7	99.0	98.9	68.9	74	106	88	37	—	—	17	—	
Europe and Central Asia	98.1	99.4	99.7	81.7	44	104	98	55	5.2	—	18	—	
Latin America and the Caribbean	93.2	98.4	98.0	58.1	74	107	95	44	—	—	22	5.4	
South Asia	70.3	84.8	89.5	47.9	23	109	65	23	—	—	33	3.4	
Sub-Saharan Africa	64.3	71.1	78.3	29.6	26	100	43	8	41.7	78	43	4.8	

EDUCAMOS COMO OS PIORES!

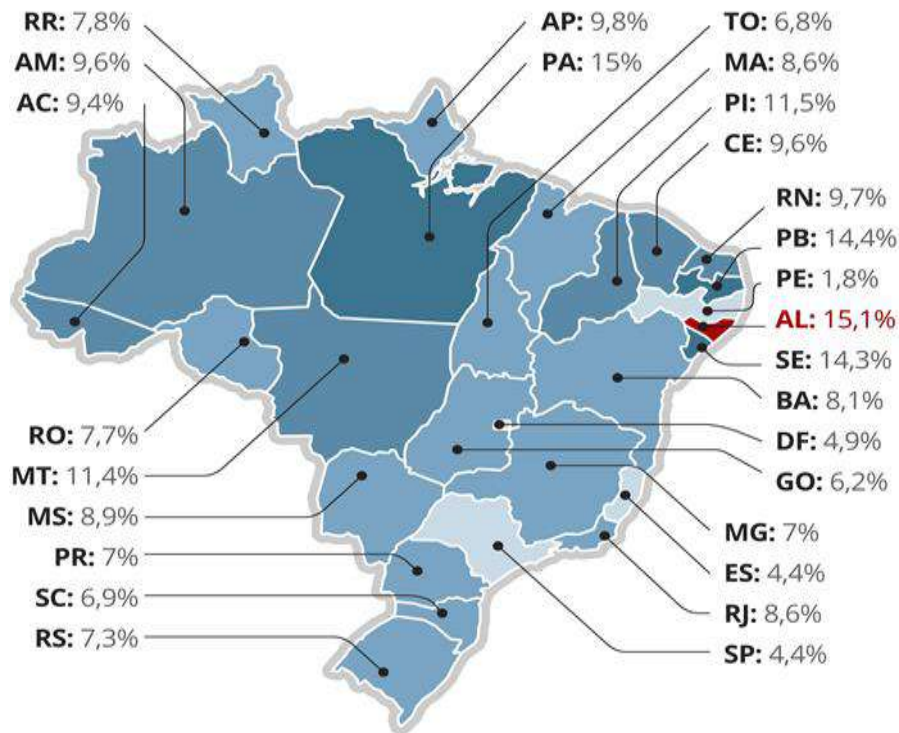
Os dados da ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do PISA, feito pela OCDE.



EDUCAÇÃO

Taxa de abandono no Ensino Médio

Alagoas possui a maior taxa do país



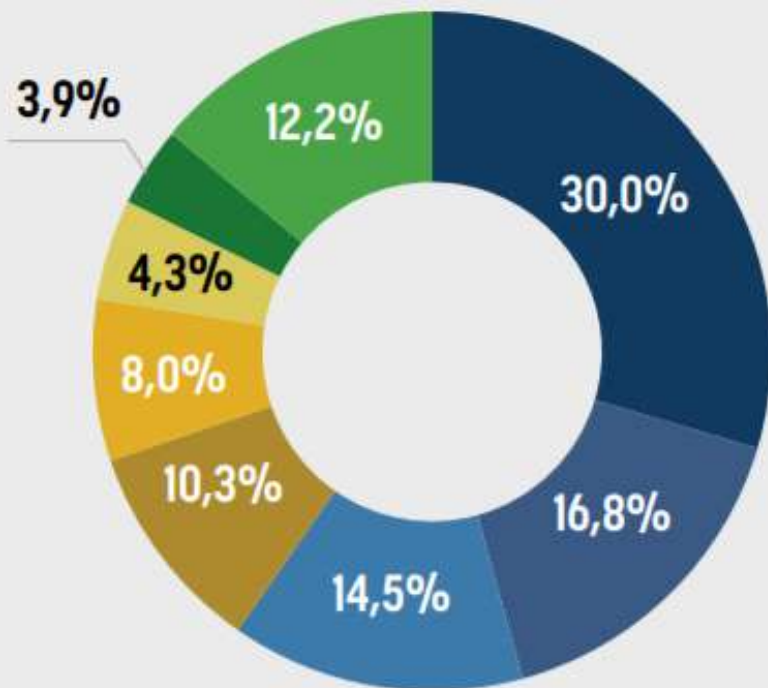
Fonte: Censo Escolar 2016 / INEP

Infográfico elaborado em: 17/05/2018

Segundo o Censo Escolar 2016, divulgado pelo Inep, 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola. A maior parte tem entre 15 a 17 anos. Os dados são corroborados pelo relatório “Cenário da exclusão escolar no Brasil”, divulgado em 2017 pelo Unicef.

O quadro é mais assustador se pensarmos que dos 51,6 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, quase metade não completou o ensino médio (IBGE, 2017).

A qualificação crescente dos professores deve ser um sinal que o Brasil realmente busca um lugar de destaque entre as nações desenvolvidas.



- Ensino Superior
- Serviços Financeiros
- Transferências para a Educação Básica
- Ensino Profissional
- Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- Educação Básica
- Alimentação e Nutrição
- Demais

EDUCAÇÃO

R\$ **105,4** bilhões

57,68%
OBRIGATÓRIAS

19,38%
DISCRICIONÁRIAS

22,94%
FINANCEIRAS

Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso.

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar!

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais

Atualmente os diferentes sistemas de educação do Brasil não conversam entre si. As três instâncias funcionam de maneira isolada: o Governo Federal foca mais no ensino superior, os governos estaduais na educação média/técnica, e os Municípios no ensino fundamental.

Precisamos evoluir para uma estratégia de **Integração**, onde os três sistemas dialoguem entre si.

Com base em avaliações técnicas, a **Integração** permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores.

As universidades públicas e privadas contribuirão, nesse novo modelo, na qualificação de alunos e professores nas áreas aonde existam carências.

Será possível detectar e corrigir dificuldades no processo de formação de nossas crianças e jovens. Com isso acreditamos que todos os indicadores irão melhorar, na busca de um jovem melhor preparado para o futuro e para a vida.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente esgotado. Não há mais espaço para basear esta importante área da economia moderna em uma estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos.

Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coreia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se “*hubs*” tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Jair Bolsonaro pôde constatar isso pessoalmente. Em todos os países visitados há tais centros. Inclusive, nos países que têm liderado tal dinâmica, Japão, Taiwan e Coreia do Sul, há grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas.

Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos talentos nacionais e atrairemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro.

A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril.

Cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas: por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia. Na agricultura, há espaço para trazer o conhecimento de Israel. Inclusive, Jair Bolsonaro pôde iniciar conversas sobre parcerias nesses países.

O Brasil deverá ser um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio, gerando novas aplicações e produtos. Durante sua visita ao Japão, Jair Bolsonaro conheceu a utilização do grafeno, por exemplo, no desenvolvimento de um submarino nuclear.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



ECONOMIA E INFRAESTRUTURA



BOLSONARO2018

ECONOMIA

Retomar o Crescimento

Nossa prioridade é gerar crescimento, oportunidades e emprego, retirando enormes contingentes da população da situação precária na qual se encontram.

Nunca haverá estabilidade social na presença de fome, violência, miséria e de altas taxas de desemprego. Todo indivíduo deveria ter as condições de fazer escolhas que permitam preservar sua vida, sua liberdade e buscar sua felicidade, além do conforto de sua família. Uma sociedade justa propicia oportunidades para que todos os seus membros, e não apenas os mais ricos, tenham chances de trilhar o caminho da prosperidade, através de realizações pessoais e familiares. Um país justo deve propiciar aos mais pobres oportunidades para que superem suas dificuldades e prosperem.

ECONOMIA: Garantir Estabilidade Macroeconômica

Para alcançar esses grandes objetivos sociais, nós brasileiros devemos afastar o populismo e garantir que o descontrole das contas públicas nunca seja ameaça ao bem-estar da população. O desequilíbrio fiscal gera crises, desemprego, inflação e miséria. Inflação é o maior inimigo das classes mais desamparadas, pois não apenas empobrece o trabalhador, mas também aumenta a desigualdade de renda, piorando a situação dos mais pobres. Além disso, altos índices inflacionários dificultam o cálculo econômico, o que em última instância diminui o investimento privado, e reduz a produtividade no longo prazo.

ECONOMIA

Reorganização da Área Econômica

A área econômica terá dois organismos principais: o Ministério da Economia e o Banco Central, este formal e politicamente independente, mas alinhado com o primeiro. Para atender ao objetivo de enxugamento do Estado, mas, também, para garantir um comando uno e coeso para a área, o Ministério da Economia abará as funções hoje desempenhadas pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio bem como a Secretaria Executiva do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Além disso, as instituições financeiras federais estarão subordinadas ao Ministro da Economia.

ECONOMIA

Eficiência do Estado e Controle dos Gastos

A administração pública inchou de maneira descontrolada nos últimos anos. Houve uma multiplicação de cargos, benefícios e transferências sem comparação em nossa História. Como resultado, vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios. Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o “Orçamento Base Zero”, além do corte de privilégios.

ECONOMIA

Eficiência do Estado e Controle dos Gastos

Daremos especial atenção ao controle dos custos associados à folha de pagamento do Governo Federal. Os cortes de despesas e a redução das renúncias fiscais constituem peças fundamentais ao ajuste das contas públicas. O déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano.

Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívida decrescente e juros mais baixos. Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos. Esse processo de redução de dívida será reforçado com a realização de ativos públicos.

ECONOMIA

Redução das Despesas com Juros

Em 2017 os juros nominais nos custaram R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB), e em 2016, R\$407 bilhões (6,50% do PIB). Ou seja, o Brasil gasta anualmente um Plano Marshall (que reconstruiu a Europa após a 2ª Guerra Mundial) com o pagamento de juros, sem contrapartidas para a população. Nossa proposta de redução de juros passa por duas vertentes, que sempre respeitarão o Estado de Direito e os contratos existentes:

(i) Desmobilização de ativos públicos, com o correspondente resgate da dívida mobiliária federal. Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira. Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas.

(ii) Redução natural do custo médio da dívida, na medida em que o endividamento total caia, o Brasil voltará a ter grau de investimento e a estabilidade monetária se consolidará.

ECONOMIA

Reforma da Previdência

Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas.

Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo.

ECONOMIA

Reforma Tributária

Nossa reforma visa a unificação de tributos e a radical simplificação do sistema tributário nacional. As propostas incluem:

- a) gradativa redução da carga tributária bruta brasileira paralelamente ao espaço criado por controle de gastos e programas de desburocratização e privatização;
- b) simplificação e unificação de tributos federais eliminando distorções e aumentando a eficiência da arrecadação;
- c) descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade;
- d) discriminação de receitas tributárias específicas para a previdência na direção de migração para um sistema de capitalização com redução de tributação sobre salários;
- e) introdução de mecanismos capazes de criar um sistema de imposto de renda negativo na direção de uma renda mínima universal; e
- f) melhorar a carga tributária brasileira fazendo com que os que pagam muito paguem menos e os que sonegam e burlam, paguem mais.

ECONOMIA

Estabilidade Monetária e
Independência do Banco Central

Nosso Programa mantém o tripé macroeconômico vigente: câmbio flexível, meta de inflação e meta fiscal. No entanto, avançamos institucionalmente, com uma proposta de independência formal do Banco Central, cuja diretoria teria mandatos fixos, com metas de inflação e métricas claras de atuação. Além disso, avançamos em maior flexibilidade cambial e mais ortodoxia fiscal. Inflação baixa e previsível será uma das prioridades inegociáveis em nosso governo.

ECONOMIA:

Empresas Estatais

A União possui atualmente cento e quarenta e sete empresas estatais. Muitas delas estiveram envolvidas em uma série de escândalos sobre desvios de recursos e ingerência política.

Deste total de empresas, dezoito delas dependem de recursos financeiros (subvenções) do governo federal para pagamento de despesas com pessoal, para custeio em geral ou de capital.

Dezesseis destas empresas são controladas diretamente pela União. Outras duas são ligadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear, controladas de maneira indireta. Entre essas empresas estão a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Valec, e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O gasto é altíssimo e crescente e o retorno não é vantajoso. Segundo o relatório do Tesouro Nacional, de 2012 a 2016, o custo total da União com as dezoito empresas dependentes do governo federal foi de R\$ 122,31 bilhões. O retorno, nesse mesmo período, foi de R\$ 89,35 bilhões, 73% do total gasto.

ECONOMIA

Privatizações e Concessões

O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos. No Brasil, esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública.

Além disso, devemos ressaltar que a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o aumento na competição entre empresas. Esse será nosso foco: gerar mais competição. Afinal, com mais empresas concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções, de melhor qualidade e a um preço mais barato

ECONOMIA

Privatizações e Concessões

Algumas dificuldades políticas que poderiam surgir durante o processo de privatizações poderão ser contornadas, com bem desenhadas “golden shares”, garantidoras da soberania nacional. O BNDES deverá retornar à centralidade em um processo de desestatização mais ágil e robusto, atuando como um “Banco de Investimentos” da União e garantindo que alcancemos o máximo de valor pelos ativos públicos.

ECONOMIA

Programa da Renda Mínima

Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo. Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários.

Vamos deixar claro: nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família.

Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais).

Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre sindicatos, viabilizando uma saudável competição que, em última instância, beneficia o trabalhador.

O sindicato precisa convencer o trabalhador a voluntariamente se filiar, através de bons serviços prestados à categoria. Somos contra o retorno do imposto sindical.

ECONOMIA

Abertura Comercial

Facilitar o comércio internacional é uma das maneiras mais efetivas de se promover o crescimento econômico de longo prazo. A evidência empírica é robusta: países mais abertos são também mais ricos. O Brasil é um dos países menos abertos ao comércio internacional, a consequência direta disso é nossa dificuldade em competirmos em segmentos de alta tecnologia. Do ponto de vista teórico, a dinamização do comércio internacional funciona como um choque tecnológico positivo no país, aumentando sua produtividade e incrementando seu crescimento econômico de longo prazo.

Propomos, assim, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais.

ECONOMIA

Aumento da Produtividade

As novas tecnologias e demandas da sociedade exigem uma profunda transformação das empresas e das relações de trabalho. Para colhermos os frutos desse movimento, precisamos implementar medidas que acelerem a modernização da nossa estrutura produtiva:

- (i) Desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais.
- (ii) Estímulos à inovação e ao investimento em novas tecnologias por meio de políticas “do lado da oferta”, tais como depreciação acelerada e abertura comercial imediata a equipamentos necessários à migração para a indústria 4.0.
- (iii) Ampla requalificação da força de trabalho para as demandas da “nova economia” e tecnologias de ponta (4ª revolução industrial).
- (iv) Apoio a “*startups*” e “*scale-ups*” de alto potencial, sempre em parceria com instituições privadas do mercado de capitais.

ECONOMIA

Negócios e Empresas

O relatório do Banco Mundial “*Doing Business*”, que mede o ambiente para negócios e compara as regulações em 190 países do mundo, coloca o Brasil na 125ª posição. Esse relatório classifica os países dando notas a vários quesitos como o tempo gasto com impostos, o número de dias para abrir um negócio, a facilidade para conseguir crédito e regras de proteção de acionistas minoritários.

Uma de nossas sugestões é a Simplificação de abertura/fechamento de empresas. Será criado o BALCÃO ÚNICO, que centralizará todos os procedimentos para a abertura e fechamento de empresas. Os entes federativos teriam, no máximo, 30 dias para dar a resposta final sobre a documentação. Caso não dessem a resposta nesse prazo a empresa estaria automaticamente autorizada a iniciar ou encerrar suas atividades.

AGRICULTURA - UMA PROPOSTA DE MUDANÇAS

Um Novo Modelo Institucional

- O Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural. Devemos identificar quais são as áreas em que realmente o Estado precisa estar presente, e a que nível. Em alguns casos pode ser por ações ou atividades específicas, em outros atuando como regulador, ou mesmo negociador. O primeiro passo é sair da situação atual onde instituições relacionadas ao setor estão espalhadas e loteadas em vários ministérios, reunindo-as em uma só pasta.
- A nova estrutura federal agropecuária teria as seguintes atribuições:
 - Política e Economia Agrícola (*Inclui Comércio*)
 - Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural
 - Defesa Agropecuária e Segurança Alimentar
 - Pesca e Piscicultura
 - Desenvolvimento Rural Sustentável (*Atuação por Programas*)
 - Inovação Tecnológica
- Tais atribuições seriam exercidas dentro da nova forma de gestão, através de indicadores que permitam identificar e monitorar o andamento de cada programa.

AGRICULTURA

Grandes Demandas

- Segurança no Campo;
- Solução para a questão agrária;
- Logística de transporte e armazenamento;
- Uma só porta para atender as demandas do Agro e do setor rural;
- Políticas específicas para consolidar e abrir novos mercados externos;
- Diversificação

INFRAESTRUTURA

O Brasil está entre os piores países do mundo

Segundo o Global Competitiveness Report de 2017 do World Economic Forum, a posição do Brasil em relação a de outros 136 países em termos da eficiência de sua infraestrutura é: Ferrovias 88º; Aeroportos 95º; Rodovias 103º; Portos 106º. O ranking Brasileiro de sua qualidade de oferta de energia é 84º.

Desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada; o setor pode deixar de ser um gargalo para se transformar em solução.

Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair uma grande quantidade de investimentos, gerando empregos e reduzindo o custo para seus usuários.

As últimas gestões provocaram grave crise setorial, com judicialização causada por decisões arbitrárias, sucateamento da Eletrobrás e subsidiárias, conflitos de interesses, ineficiências na geração, excessivos encargos tributários e influência política. Além de tudo isso, o setor é extremamente centralizado e dependente de ações e decisões do governo. É preciso um choque liberal no setor.

UM EXEMPLO: As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses.

Caso nada seja feito, o setor de energia será novamente um gargalo ao crescimento econômico no início da próxima década. Crescendo de 3% a 4% ao ano, chegaremos em 2021-22 altamente dependentes da geração termelétrica a óleo e carvão, elevando preços e ocorrências de blecautes (apagões)

ENERGIA

de problema à solução

Transformaremos o setor elétrico, do atual quadro de judicialização generalizada e baixa confiança dos investidores, em um dos principais vetores de crescimento e desenvolvimento do Brasil. A oferta de energia precisa ser confiável, a preços justos e competitivos internacionalmente, além da geração de oportunidades a pequenos empreendedores e criação de centenas de milhares de empregos qualificados no Brasil.

NORDESTE

potência energética

Apesar de acreditarmos que o novo modelo será benéfico para o Brasil como um todo, consideramos que o Nordeste será uma das regiões mais beneficiadas. Com Sol, vento e mão de obra, o Nordeste pode se tornar a base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática. Expandindo não somente a produção de energia, mas de toda a cadeia produtiva a ela relacionada: produção, instalação e manutenção de painéis fotovoltaicos; parceria com as universidades locais para o desenvolvimento de novas tecnologias; surgimento ou instalação de outras indústrias que sejam intensivas no uso de energia elétrica, etc.

PETRÓLEO E GÁS

Desenvolvimento da Competitividade

Depois da descoberta do pré-sal, a regulação do petróleo foi orientada pelo estatismo, gerando ineficiências.

A burocrática exigência de conteúdo local reduz a produtividade e a eficiência, além de ter gerado corrupção. Além disso, não houve impacto positivo para a indústria nacional no longo prazo. Assim será necessário remover gradualmente as exigências de conteúdo local.

O emprego na indústria local crescerá nas atividades onde houver vantagens comparativas ou competitividade. Assim, a indústria naval brasileira será compelida a investir e alcançar maiores níveis de produtividade.

PETRÓLEO E GÁS

Petrobras e mercados internos

Os preços praticados pela Petrobras deverão seguir os mercados internacionais, mas as flutuações de curto prazo deverão ser suavizadas com mecanismos de hedge apropriados.

Ao mesmo tempo, deveremos promover a competição no setor de óleo e gás, beneficiando os consumidores. Para tanto, a Petrobras deve vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outras atividades onde tenha poder de mercado.

O gás natural exercerá papel fundamental na matriz elétrica e energética nacional, propiciando a qualidade e segurança energética para a expansão de forma combinada com as energia fotovoltaica e eólica.

A competição deve ser promovida também no setor de gás, buscando uma ação coordenada entre estados, a quem compete sua regulação por determinação constitucional.

Na formulação do preço da energia, inclusive dos combustíveis, há uma forte influência dos tributos estaduais, que precisará ser rediscutido entre todos os entes federativos, com o objetivo de não sobrecarregar o consumidor brasileiro.

PETRÓLEO E GÁS

Fim do monopólio da Petrobras no Gás Natural

O Gás tem ganho destaque na matriz energética brasileira, contribuindo na transição para reduzir as emissões de CO₂ e ajudar a integrar outras fontes renováveis intermitentes. Para aumentar a importância do Gás Natural no setor, é importante acabar com o monopólio da Petrobras sobre toda a cadeia de produção do combustível, mediante:

- Desverticalização e desestatização do setor de gás natural.
- Livre acesso e compartilhamento dos gasodutos de transporte.
- Independência de distribuidoras e transportadoras de gás natural, não devendo estar atreladas aos interesses de uma única companhia.
- Criação de um mercado atacadista de gás natural.
- Incentivo à exploração não convencional, podendo ser praticada por pequenos produtores.

TRANSPORTES

- Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) afirma que a qualidade da infraestrutura rodoviária piorou. Em 2017, somente 38,2% dos trechos percorridos foram classificados como bons ou ótimos. Em 2016 esse índice era 41,8%.
- Para se ter uma ideia do montante de investimento nas rodovias, em 2011, o governo injetou R\$ 11,2 bilhões nas estradas, volume que caiu para R\$ 8,61 bilhões em 2016 - mesmo nível de 2008, segundo a pesquisa.
- No Brasil, para cada 1.000 quilômetros quadrados de área temos 3,4 quilômetros de infraestrutura ferroviária. Nos Estados Unidos, o índice é de 22,9 quilômetros e na Argentina, 13,3 quilômetros.
- Os investimentos do governo federal no transporte hidroviário caíram 77% desde 2010. Os valores destinados ao setor, que chegaram ao patamar de R\$ 1,5 bilhão no começo da década, caíram para somente R\$ 300 milhões, em 2016. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

PORTOS

de Santos a Yokohama

- Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), somente em 2017, mais de 800 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas nos 37 portos brasileiros.
- É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender a demanda crescente do país.
- A melhoria neste setor vai além das estruturas portuárias e deve ter integração com uma vasta malha ferroviária e rodoviária ligando as principais regiões, assim como é feito em outros países.
- Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do Governo, com patamares similares aos da Coreia do Sul (porto de Busan), do Japão (porto de Yokohama) e de Taiwan (porto de Kaohsiung).

AVIAÇÃO CIVIL

Céu de Brigadeiro

- Segundo o último balanço divulgado pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), foram transportados 98,9 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais em 2017. O número representa uma alta de 2,93% em relação a 2016, quando foram transportados 96,1 milhões de passageiros.
- É necessário atrair investimentos para a modernização e expansão dos aeroportos.
- Nesse sentido, será buscado um modelo de maior participação privada, baseado no interesse público, reduzindo custos e elevando a eficiência. Novamente, os modelos de sucesso do exterior serão fonte de inspiração.

O NOVO ITAMARATY

- A estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro. A outra frente será fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil.
- Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais.
- Além de aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias.
- Países, que buscaram se aproximar mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.
- Ênfase nas relações e acordos bilaterais.

PARA FINALIZAR

queremos resgatar o sentimento de
uma nação, justa, livre e fraterna

- Todos esses objetivos não valem sem resgatar a fraternidade, o respeito ao próximo, a cidadania, a responsabilidade com os mais fracos e vulneráveis.
- Fraternidade é lutar por quem não pode se defender dos maus. Brigar para que os jovens tenham um futuro e os idosos não fiquem desamparados por um estado falido, uma educação aparelhada ideologicamente e uma Saúde em frangalhos. É combater o roubo do dinheiro público e não ser passivo ou indiferente com o sofrimento dos brasileiros.

BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS!

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS



ORDEM E PROGRESSO



BOLSONARO2018

18



**MARINA SILVA PRESIDENTE
EDUARDO JORGE VICE**

**BRASIL JUSTO, ÉTICO,
PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL**

COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL - REDE / PV

BRASIL JUSTO, ÉTICO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL

Vivemos um momento de desesperança profunda com a política e os políticos. Interesses, privilégios e corrupção sabotam a confiança dos brasileiros na possibilidade de um país justo, ético, próspero e sustentável.

Ao mesmo tempo, estamos nos aproximando das eleições, quando teremos a oportunidade de tomar uma decisão muito importante para o nosso futuro, reafirmando a democracia diante das incertezas que temos, dos problemas que enfrentamos e dos discursos extremistas que surgem para nos dividir.

Nos próximos meses, a palavra MUDAR será usada à exaustão, inclusive por muitos que foram protagonistas do passado e que criaram os problemas do presente e agora querem convencer o eleitor de que serão capazes de comandar a difícil travessia que o Brasil precisa fazer. Não serão!

É o momento de dar um basta na velha política – das alianças “toma lá, dá cá” que visam proteger o poder de quem governa – e estabelecer uma aliança genuína com o povo brasileiro, com foco em suas reais prioridades.

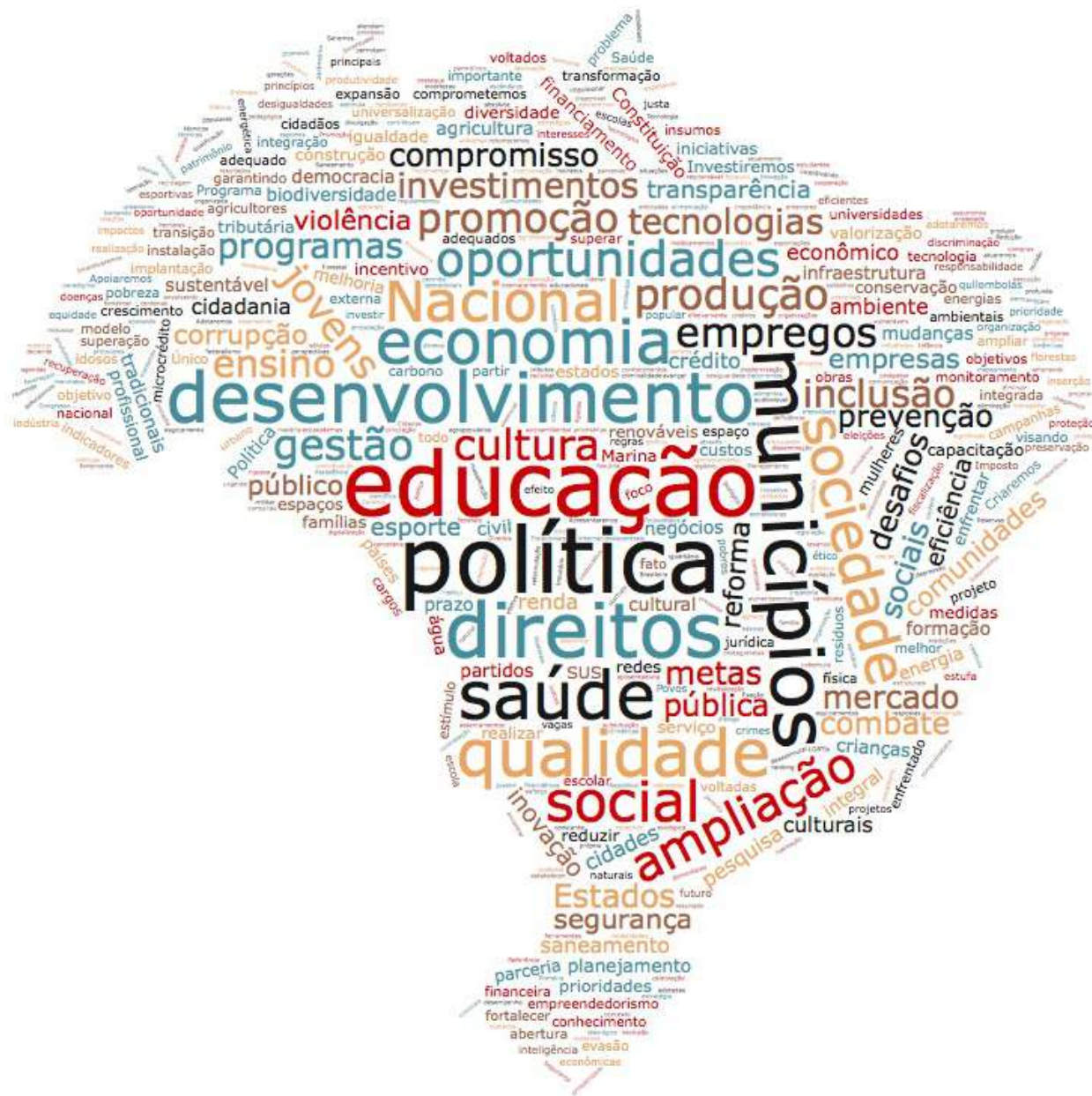
Não podemos perder de vista as importantes conquistas alcançadas nas últimas décadas da nossa vida democrática, como a estabilidade econômica e a maior inclusão social, mas é chegada a hora de traçar uma linha que determine um antes e um depois na nossa política.

Convidamos a sociedade brasileira a reconstruir o significado da política, para que não seja a imposição de uns, mas a justa mediação dos interesses de todos. Uma política que seja espaço de diálogo, de construção coletiva com as pessoas, unindo-as para encontrar os melhores caminhos e soluções a favor do Brasil. Uma construção que vença a desigualdade, abra caminhos de oportunidades para todos e para cada brasileiro e promova uma inclusão social jamais atingida ao longo de nossos cinco séculos de existência.

Reafirmamos, assim, nossa convicção de que sociedade brasileira está pronta para construir um país socialmente justo, ambientalmente sustentável, economicamente próspero, politicamente democrático, culturalmente diverso e, acima de tudo, ético. Que assuma o papel de líder global, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida de sua população, ao uso inteligente dos recursos naturais e à promoção da paz, num século em que o mundo passa por transformações profundas e enfrenta desafios inéditos.

Temos diante de nós uma oportunidade para encontrar as respostas para os problemas estruturais do Brasil, sem radicalismos, demagogias, bravatas ou salvadores da pátria.

Do jeito que está não dá mais!



ÍNDICE

Fortalecer a democracia e resgatar a confiança na política	7
Criança é prioridade absoluta	9
Educação como direito e base para o desenvolvimento	10
Somar forças por uma saúde de qualidade para todos	12
Saneamento básico e segurança hídrica	15
Esporte para a vida toda	17
Protagonismo na segurança pública e na redução e prevenção da violência	18
Garantia dos direitos sociais e inclusão produtiva	20
Cultura e valorização das diversidades	21
Direitos humanos e cidadania plena	22
Bem-estar animal	26
Ciência, tecnologia e inovação	27
Cidades sustentáveis e urbanismo colaborativo	28
O Brasil na economia do futuro com sustentabilidade, inovação e emprego	29
Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável	31
Liderança na transição para uma economia de carbono neutro	33
Qualidade de vida no campo	35
Política externa como política de Estado	38
Defesa Nacional e soberania democrática	40
Conduzir reformas estruturais que sustentem nossa transformação	41
Marina Silva	45

DIRETRIZES E PRIORIDADES

/ 01

FORTALECER A DEMOCRACIA E RESGATAR A CONFIANÇA NA POLÍTICA

Em outubro de 2018 completamos 30 anos de Constituição Federal. Nossa democracia foi conquistada pela luta da sociedade brasileira contra o regime militar. Batizada de Constituição Cidadã, estimula a participação popular nas políticas públicas e institui nosso Pacto Federativo, conferindo importante papel aos municípios. Ainda são imensos os desafios para que sejam alcançados os objetivos com os quais nos comprometemos como nação.

O Brasil vive uma profunda crise política, com perda significativa da confiança nas instituições públicas e na própria democracia. Os partidos políticos, o Congresso Nacional e a Presidência da República são as instituições em que a população brasileira menos confia. Os índices de abstenções, votos nulos e brancos nas eleições têm aumentado a cada ano. O país assiste a sucessivos escândalos de corrupção, que demonstram o esgotamento dos mecanismos utilizados para governar pelos diferentes partidos que estiveram e que ainda estão no Poder. Nos anos mais recentes, a Operação Lava Jato se tornou um marco divisório. Revelou relações criminosas entre empresas, partidos e poder público, que envolviam superfaturamento de obras, corrupção e financiamento milionário de campanhas eleitorais com caixa dois.

Vamos romper com o padrão fisiológico da relação com o parlamento, para que a governabilidade seja garantida com base em princípios republicanos. Buscaremos diálogo permanente com o Poder Legislativo, a partir de um programa que expresse agendas de interesse público, com absoluta transparência. Nossa relação será de colaboração com Estados e Municípios, independentemente do partido político ao qual pertençam os governadores ou prefeitos. Os mecanismos de participação e controle social nas políticas públicas serão valorizados e fortalecidos.

A composição do nosso governo será feita com base em critérios de competência e idoneidade, com descrição de cargos e funções e publicação do currículo de todos os contratados.

Seremos um governo aberto e digital, pautado pela participação, pela transparência e pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação na busca de serviços públicos mais eficientes e de melhor qualidade. Tecnologias como big data, blockchain e inteligência artificial serão incorporadas pela gestão pública, contribuindo para o combate à corrupção, a desburocratização e o aumento do controle social. Para isso, adotaremos uma estratégia nacional clara, que integre as ações dos diferentes órgãos de governo, regras comuns de compartilhamento de informações e um quadro ético e jurídico adequado para o uso destas informações.

O Brasil avançou na regulamentação do princípio da transparência pública, com a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. No entanto, não basta que os órgãos publiquem dados, é necessário torná-los compreensíveis pelos cidadãos. Para a ampliação do controle social, estabeleceremos um sistema de metas e indicadores para todas as políticas públicas e a criação de um Conselho Nacional de Transparência Ativa, que regulamentará e fiscalizará a forma como os dados serão publicados, para que sejam efetivamente acessíveis e úteis à sociedade.

Apresentaremos ao Congresso Nacional no início de nosso governo, uma proposta de reforma política. Entre seus objetivos estão o resgate da confiança no sistema

político por meio da democratização dos processos partidários, a ampliação da transparência sobre a aplicação de seus recursos e o incentivo ao papel fundamental que devem cumprir: o debate programático sobre o país. Para tanto, proporemos o sistema distrital misto, inspirado no modelo alemão, por considerarmos que é atualmente o mais racional, permite o melhor acompanhamento dos representantes eleitos pelos cidadãos, reduz os custos das campanhas e valoriza os partidos programáticos.

Como forma de ampliar a renovação política e eliminar o monopólio dos partidos, defendemos as candidaturas independentes, permitindo que lideranças sociais não filiadas a partidos possam disputar eleições, desde que comprovem o apoio de um número mínimo de eleitores. Proporemos, ainda, mecanismos para facilitar leis de iniciativa popular, como a redução do número obrigatório de apoiadores e a possibilidade de registro de assinaturas eletrônicas.

Por entendermos que o mandato eletivo é serviço e não profissão, nos posicionaremos pelo fim da reeleição para cargos executivos, limitação de dois mandatos consecutivos para cargos legislativos, fixação de todos os mandatos em 5 anos, a partir de 2022 e o fim da suplência para o Senado.

Defenderemos, também, a revisão das regras de financiamento de campanhas e de distribuição do tempo de propaganda eleitoral, para que haja menor interferência do poder econômico nas eleições e maior transparência e equidade entre os partidos políticos. Postularemos a limitação da doação de pessoas físicas e de autofinanciamento e a reformulação do Fundo Eleitoral com vistas a reduzir o montante de gastos de recursos públicos e estimular a participação cidadã no financiamento das campanhas.

Consideraremos, também, iniciativas de setores da sociedade que proponham a reabertura da discussão sobre o sistema parlamentarista no Brasil.

Seremos implacáveis com a corrupção que drena os recursos do país. Os brasileiros lutam para acessar direitos básicos e, ao mesmo tempo, observam indignados os infinitos e escandalosos casos de desvio dos recursos que deveriam ser destinados às políticas públicas.

Para enfrentar a corrupção é preciso mudar a cultura que a fomenta, construindo um senso coletivo de responsabilidade sobre o que é público. Recursos e espaços públicos têm um dono, e esse dono é o povo brasileiro. O Estado deve estar a serviço dessa cultura cidadã que permite às pessoas se apropriar do que é seu e respeitar o que é de todos. Para tanto, aumentaremos a transparência e a inteligência do Estado, blindaremos os órgãos de controle interno de nomeações políticas e aplicaremos a exigência de ficha limpa para ocupação de cargos no serviço público.

Proporemos, ainda, a criminalização do caixa dois eleitoral e do enriquecimento ilícito de agentes públicos, o fim do foro privilegiado e da indicação política para órgãos de controle externo e a extinção da aposentadoria compulsória para juízes e procuradores como pena.

/ 02

CRIANÇA É PRIORIDADE ABSOLUTA

A primeira infância (0 a 6 anos) e as experiências do início da vida são fundamentais para a formação da personalidade e da capacidade de aprender, de se relacionar e expressar emoções. É nessa etapa que se formam os valores que serão a base do desenvolvimento para toda a vida. A decisão de investir prioritariamente e consistentemente nas crianças fez de muitos países nações avançadas e será um dos principais pilares de uma transformação social que levará o Brasil a ser uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, milhões de crianças que vivem em situação de pobreza no Brasil estão excluídas de serviços públicos de qualidade, comprometendo seu desenvolvimento numa etapa decisiva de suas vidas. Vamos enfrentar esse desafio instituindo a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, prevista na Lei 13.257/16, com a coordenação de políticas setoriais, envolvendo educação, saúde, desenvolvimento social, esportes e cultura, entre outras. Atuaremos em parceria com Estados e Municípios no estabelecimento de metas e indicadores para mensurar os investimentos, a qualidade e o impacto das políticas implementadas, apoiando a elaboração de Planos Municipais de Primeira Infância.

Nossas metas incluem a ampliação da oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos dos atuais 30% para 50% em todo o país e a universalização da educação infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nos comprometemos, ainda, apoiar os Estados e Municípios na implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Esse compromisso com as nossas crianças será construído sempre em articulação, planejamento e cooperação interfederativa e em parceria com entidades privadas, mantendo estrita vigilância sobre sua gestão, estrutura adequada e processos de aprendizagem de alta qualidade.

Boa alimentação e reforço das relações de parentalidade, focadas no fortalecimento dos vínculos com as famílias em seus diferentes arranjos e pluralidades, serão incentivados.

Com a ampliação das creches e a universalização da educação infantil, atingiremos, ainda, outro objetivo fundamental: o aumento da inserção de mães no mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Se a educação é a base para o futuro, precisamos pensá-la a partir do amanhã que queremos: inclusivo, em rede, preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do século 21.

O futuro do Brasil será decidido nas salas de aula. A educação é direito fundamental previsto na Constituição Federal e é também condição para o desenvolvimento social e econômico do país. A igualdade de oportunidades só será alcançada com a garantia de que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à educação de qualidade.

Nosso primeiro compromisso é com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), fruto de intenso debate com a sociedade brasileira. Pode parecer óbvio, mas não é pouco. O Brasil tem importantes marcos legais que não são cumpridos. Empenharemos nossos maiores esforços, em articulação com Estados e Municípios, no cumprimento das metas do PNE.

O Brasil não pode continuar negligenciando sua educação básica. Nosso governo atuará ao lado de Estados e Municípios, de forma coordenada, regulamentando o Sistema Nacional de Educação, de forma a garantir assistência técnica e financeira e tendo como uma das ações prioritárias o estabelecimento de padrões nacionais de qualidade, da creche ao ensino médio, técnico e profissional.

Todos na escola, aprendendo.

Precisamos garantir que nossos estudantes permaneçam na escola e aprendam. Hoje, a maioria dos estudantes do ensino fundamental não atinge níveis de proficiência adequados. Para enfrentar esse problema, adotaremos políticas para a valorização dos professores, com ações voltadas ao aprimoramento da formação pedagógica e dos planos de carreira.

Daremos continuidade às políticas de implementação da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios nesta missão. No que diz respeito ao chamado novo ensino médio, é preciso avaliá-lo criticamente, em debate com as instituições educacionais e redes de ensino, reconhecendo que a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária dele constantes não são compatíveis com a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Daremos apoio aos Estados para que as deficiências de implementação e de assistência técnica e pedagógica não penalizem os jovens e que o resultado seja, de fato, a redução da evasão escolar e a maior aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, de um lado, e o devido preparo para a universidade para os que assim desejarem, de outro.

É necessário também que cada estudante seja estimulado a superar suas dificuldades, a realizar seu pleno potencial e alcançar seus objetivos de vida, para isso estados e municípios receberão apoio para reduzir o problema do atraso escolar, visando caminharmos para cumprir a meta de zerar a distorção idade/série, o mais rápido possível.

Incentivaremos a expansão da educação integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade, articulando diferentes políticas setoriais e parcerias com a sociedade civil organizada, que viabilizem a oferta de espaços físicos, compartilhando responsabilidades e aprendizados.

Enfrentaremos o problema do analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos. Essa é uma realidade que vamos mudar.

A escola deve ser um lugar atrativo para nossos jovens. Investiremos em infraestrutura adequada, salas de aula e locais de convivência e apoio didático, como quadras esportivas e bibliotecas. Nossas escolas devem promover atividades que estimulem o interesse dos jovens e seu desenvolvimento integral, por isso, o uso de novas tecnologias nos processos de aprendizagem será incentivado, bem como o ensino de linguagens artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura. Promoveremos, também, a educação científica de qualidade, fundamental para elevar a sociedade brasileira a um novo patamar.

O combate a qualquer tipo de discriminação começa na escola. Criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de bullying, violência e discriminação dentro do Plano Nacional de Educação para - como garante a Constituição - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual (LGBTIs), condição física, classe social, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Valorizaremos o ensino técnico e profissional, buscando uma maior integração às demandas do mercado de trabalho, enfrentando o alto índice de evasão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ensino superior integrado à Ciência, Tecnologia e Inovação

Nosso governo buscará a ampliação do acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas.

A aproximação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do ensino superior, também será promovida. Investir em CT&I é condição para o desenvolvimento do país e nossas universidades devem ser desafiadas a realizar pesquisas que contribuam para a superação de nossos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Nenhum país terá como alavancar seu desenvolvimento sem promover a disseminação da ciência, inovação e tecnologia no âmbito da sociedade. No Brasil, será preciso retomar firmemente, de forma contínua e articulada as políticas públicas, aumentando os recursos para CT&I, com atenção para combater as desigualdades regionais e a pouca inserção no sistema produtivo.

SOMAR FORÇAS POR UMA SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

A saúde é uma grande preocupação dos brasileiros. A falta de médicos, a longa espera para marcar consultas e exames e a falta de leitos, são alguns dos graves problemas a serem enfrentados.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior programa de assistência gratuita e universal do mundo. Uma política muito bem desenhada, mas sobrecarregada pelas características de um país de dimensões continentais e desigual. Os altos índices de doenças infecciosas e de mortes por causas violentas, somam-se atualmente ao avanço das doenças crônicas decorrentes do envelhecimento da população.

A partir de 2003 a participação relativa da União no financiamento do SUS vem decrescendo de forma constante, caindo, nesse período, de 60% para 45% dos gastos totais do Sistema. Esse fato gerou enorme impacto sobre os orçamentos municipais. Será necessário reverter essa tendência.

Nestes 30 anos o SUS proporcionou avanços consideráveis de qualidade de vida no Brasil. Nos últimos 10 anos, porém, constata-se uma evidente estagnação e retrocesso. A incapacidade de diminuir a mortalidade materna, a sensível diminuição do ritmo de queda da mortalidade infantil, com a piora deste indicador em 2016, são sintomas graves desta incompetência de avançar na melhoria de atenção à saúde na última década.

Para mudar essa realidade e recuperar a capacidade de atuação do SUS, será preciso ousar com uma forma mais racional e eficiente para combinar promoção da saúde, atenção básica, urgências, atendimentos especializados e reabilitação. Será necessário combinar descentralização com regionalização e escala para ter serviços realmente viáveis econômica e tecnicamente.

Nossa proposta é revolucionar a atual forma de gestão fragmentada e pulverizada substituindo-a por uma gestão integrada, participativa e verdadeiramente nacional. Para tanto, dividiremos o país em cerca de 400 regiões de saúde. A gestão será compartilhada entre a União, Estados e Municípios e envolverá as entidades filantrópicas e serviços privados. Representantes eleitos pela população dos municípios da região terão mandatos para participar da gestão.

Somente a reformulação na gestão permitirá um SUS universalista no direito, mas aberto a uma prestação de serviços que combine órgãos públicos, privados e filantrópicos, orientado por metas e aprimorado por meio da constante avaliação de desempenho e qualidade. Todos cooperando - União, Estados, Municípios, entidades filantrópicas e serviços privados - e comprometidos com o que interessa de verdade: garantir o direito à saúde de qualidade para todos.

Realizaremos o adequado mapeamento das necessidades e vazios assistenciais, promovendo um planejamento regionalizado da distribuição de serviços, leitos hospitalares e ambulatoriais.

Ampliaremos a cobertura da Atenção Básica, articulando esforços para melhorar o encaminhamento às especialidades, urgências e procedimentos de alta complexidade. Vamos fortalecer e aprimorar a atuação territorial da Estratégia de Saúde da

Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, valorizando cada vez mais a prevenção, pautada por um programa abrangente de educação e promoção da saúde. Essas iniciativas contribuirão para a redução da procura por serviços de assistência à saúde e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.

Atuaremos para garantir que as redes de saúde atuem com eficiência nas situações de emergência, através da oferta de equipamentos adequados, profissionais especializados e utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e de tratamento, que sejam complementares à atenção básica, garantindo a sua resolutividade e qualidade. A garantia ao acesso a medicamentos essenciais, a promoção de seu uso racional e responsável e a ampliação do uso de medicamentos genéricos são outros importantes desafios a serem enfrentados

Investiremos na reformulação da gestão e publicização de dados do SUS, tornando a plataforma mais amigável para o cidadão e com informações relevantes para avaliações externas sobre seu funcionamento, a exemplo do tempo de espera para atendimento. Para isso, utilizaremos novas tecnologias para modernização dos serviços, como o agendamento de consultas por meio eletrônico e a criação de uma base única de dados do paciente, com objetivo de estabelecer um prontuário eletrônico que permita o acompanhamento integrado por diferentes profissionais da saúde. O uso de novas tecnologias também deve servir para garantir maior resolutividade da rede ambulatorial e hospitalar, no apoio a diagnósticos e tratamentos.

Outro fator importante e urgente que terá tratamento prioritário nas políticas do SUS é a saúde mental. Promoveremos uma melhor integração da saúde mental com a atenção básica, evitando duplicidade de sistemas e colaborando com a formação de mais profissionais. Hoje o Brasil é o líder mundial no ranking em transtornos de ansiedade e o quinto em depressão. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade e a depressão afeta 5,8% da população. Vamos, ainda, desenvolver campanhas para combater o estigma que as pessoas com transtornos mentais sofrem e que, muitas vezes, as impede de buscar ajuda.

Além de recursos e gestão eficiente, a qualidade da atenção integral à saúde depende de profissionais bem formados, distribuídos estrategicamente de acordo com as necessidades do país e com oportunidades para exercerem suas funções com dignidade e cuidado. A saúde pública é política altamente intensiva em mão de obra, e todos profissionais dessa área constituem elemento central para uma boa gestão do modelo assistencial do SUS. Fortaleceremos iniciativas que ampliem a oferta de médicos aos municípios, estimulando a fixação de profissionais em localidades mais remotas.

Criaremos as condições para garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde integral adequados às necessidades da população LGBTI. Promoveremos as ações de saúde integral das mulheres e de seus direitos reprodutivos e sexuais envolvendo ações preventivas e efetividade dos Programa de Planejamento Reprodutivo e Planejamento Familiar, além da oferta de contraceptivos pelas farmácias populares e estímulo ao parto humanizado. A prevenção e atendimento à gravidez na adolescência, que representou 17,5% das crianças nascidas em 2016, contará com uma política integrada das áreas de educação e saúde.

Ações intersetoriais são indispensáveis para a promoção do direito à saúde e a diminuição da sobrecarga do sistema. Neste sentido fortaleceremos políticas voltadas à qualidade de vida para os idosos, prevenção de acidentes de trânsito e redução da violência, controle e diminuição dos níveis de poluição do ar, alimentação saudável, redução do uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia.

Há ainda problemas cuja superação é fundamental para chegarmos a padrões minimamente aceitáveis de saúde no Brasil. A inclusão social para a superação da pobreza, padrões de habitação adequados e saneamento básico, são políticas que não podem mais ser adiadas.

Finalmente, é importante destacar a importância da alimentação como um dos pontos centrais da vida de qualquer cidadão. Ela está diretamente conectada ao desenvolvimento infantil e rendimento escolar e é a base para uma vida com mais saúde. Promover a alimentação saudável, com a inserção dos profissionais de nutrição nas equipes de apoio da Estratégia Saúde da Família é uma ação fundamental e de impacto positivo enorme. Além disso, políticas públicas integradas devem ser estruturadas ou fortalecidas contra ameaças à saúde advindas de situações inaceitáveis de miséria e de pobreza, que são as principais causas da insegurança alimentar no Brasil. Estimularemos a adoção de uma alimentação saudável e pacífica, incluindo a alimentação vegetariana.

/ 05

SANEAMENTO BÁSICO E SEGURANÇA HÍDRICA

Atualmente, há no Brasil mais de 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada e acima de 100 milhões sem esgotamento sanitário. Cerca de 80% da população brasileira é submetida diariamente ao contato direto ou indireto com esgoto, provocando gravíssimos impactos ambientais e na saúde, como infecções gastrointestinais, que levam à limitação do desenvolvimento físico, da capacidade de aprendizagem e da produtividade no trabalho, de centenas de milhares de crianças e adultos a cada ano no país.

Temos o compromisso em inserir a inadiável universalização do saneamento básico entre as prioridades máximas de nosso governo. Nesse sentido, estabeleceremos metas concretas e efetivas, aprimoraremos o marco legal existente e promoveremos ajustes nos mecanismos institucionais para garantir os recursos necessários para um salto quantitativo e qualitativo na expansão do sistema de abastecimento de água de qualidade e da coleta e tratamento de esgoto em todo o país.

Apesar da Constituição conferir aos municípios a responsabilidade pelo saneamento básico, 70% das cidades do Brasil ainda não têm Plano Municipal de Saneamento (PMSB). Este fato impede a definição de questões centrais para a ampliação desse serviço, tais como a escolha da melhor modalidade de instituições que se responsabilizará por sua execução (empresa pública, mista, privada ou autarquia), o estabelecimento de metas e parâmetros operacionais e o planejamento físico e financeiro dos investimentos necessários à sua implantação e operação.

Para superar esse problema apoiaremos a criação de capacidades institucionais nos Municípios para que os PMSBs sejam elaborados de forma adequada, permitindo que os projetos de implantação e gestão tenham qualidade, condição essencial para o acesso aos recursos públicos e atração de investimentos privados.

Ampliaremos os investimentos em saneamento, mantendo-os em ritmo constante e progressivo, garantindo previsibilidade e distribuindo-os melhor no território nacional, visando superar as desigualdades regionais no déficit de expansão à rede de coleta e ao tratamento de esgotos. Para isso, aumentaremos os investimentos públicos e atuaremos de formas decisiva na melhoria do ambiente de negócio, a fim de atrair o setor privado como parceiro estratégico, incentivando as Parcerias Público-Privadas (PPPs) para acelerar a realização dos serviços nos municípios.

Defendemos, ainda, a revisão da política de subsídios cruzados entre municípios e entre usuários por meio da tarifa, buscando favorecer o atendimento das regiões mais carentes e pobres do país.

Investiremos em pesquisa e inovação tecnológica para tornar mais eficientes e reduzir os custos, as emissões de gases de efeito estufa e o consumo de energia, nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Modelos descentralizados, que evitem grandes obras para instalação de estações de tratamento e longas redes de coleta, serão priorizados.

Nossas ações em prol da universalização do saneamento incluirão o estímulo ao estabelecimento e difusão na sociedade brasileira de uma nova cultura de cuidado com a água. Para tanto, promoveremos campanhas educativas e adotaremos políticas públicas que induzam a adoção de práticas de economia no uso da água, aproveitamento de águas pluviais, práticas de reuso e redução do desperdício.

Lançaremos um programa de incentivo à preservação e recuperação dos mananciais das cidades brasileiras, que estimule estados e municípios a protegerem suas principais fontes de abastecimento, vitais para a segurança hídrica da população. Essa é uma das mais significativas formas de prevenir as crises hídricas cada vez mais recorrentes no Brasil e que tantos impactos negativos geram sobre a qualidade de vida, agravando condições de fragilidade social e impondo desafios e riscos às atividades econômicas que dependem da água, seja na indústria, na agricultura, seja no setor de serviços.

Serão, ainda, objeto de especial atenção a recuperação de nascentes e a revitalização de sub-bacias em áreas urbanas e periurbanas, iniciativas indispensáveis para a segurança hídrica e prevenção de doenças cujo meio de propagação seja a água - como a cólera por exemplo - dos assentamentos urbanos de qualquer tamanho.

Políticas para a redução, reutilização, reciclagem dos resíduos sólidos, tendo como horizonte uma política de lixo zero, também serão priorizadas.

ESPORTE PARA A VIDA TODA

Para que os brasileiros tenham acesso aos benefícios do esporte é fundamental garantir políticas públicas para incentivar a educação física nas escolas, as práticas do esporte e de atividades físicas para a população jovem, adulta e idosa e promover o esporte de alto rendimento. Para tanto nos comprometemos a um aumento substancial dos recursos federais destinado ao esporte que, apesar de sua importância fundamental para a saúde e a formação do espírito de cidadania, nunca recebeu o apoio adequado.

Adotaremos políticas de estímulo à prática da educação física nas escolas do ensino básico, nos moldes da Base Nacional Comum Curricular, oferecida por profissionais com licenciatura na área e à ampliação da construção de quadras esportivas cobertas nas escolas do ensino fundamental.

Considerando, que apenas 22,3% da população brasileira são praticantes regulares de atividade física ou esporte, forneceremos apoio técnico e financeiro para que Estados e Municípios possam cumprir a meta de oferecer espaço público adequado à atividade física para cada grupo de 10 mil habitantes.

Apoiaremos os municípios com mais de 100 mil habitantes a implantarem cicloviás, pistas de corridas e caminhadas, que interliguem os espaços residenciais e os comerciais, bem como a implementação de políticas que favoreçam o uso de vias públicas para a prática de atividade física.

Medalhas também são importantes. O legado esportivo é o primeiro passo para promover o esporte de alto rendimento e para projetar o Brasil como excelência esportiva mundial, no esporte olímpico, paraolímpico, surdolímpico, militar, universitário e escolar. Criaremos mecanismos para tornar o esporte de alto rendimento menos dependente dos recursos públicos e incentivaremos a construção de trajetória estruturada de iniciação, especialização e aperfeiçoamento esportivo, com garantia de acesso a todas as crianças e adolescentes.

PROTAGONISMO NA SEGURANÇA PÚBLICA E NA REDUÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Vivemos uma grave crise na segurança pública. Em 2017 foram registradas mais de 63 mil mortes violentas no Brasil, índice semelhante ao de países em guerra. Temos um sistema de segurança pública e justiça criminal fragmentado e ineficiente. Nosso governo assumirá ação decisiva na coordenação do esforço nacional para garantir a segurança da população. Nosso compromisso central é com a redução de crimes violentos, em especial os homicídios, e o combate ao crime organizado.

Dedicaremos esforços à implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com foco na gestão para resultados. Para isso, será elaborado, em parceria com Estados e Municípios, um Plano Nacional de Segurança, com a contribuição de especialistas de organizações da sociedade civil e das universidades, prevendo metas e indicadores de avaliação.

Para garantir a eficiência da atuação policial e do esforço investigativo, implementaremos um sistema de dados sobre segurança pública que contará com protocolos de comparabilidade de dados estatísticos entre os Estados e Municípios, disseminação de informações nacionais sobre criminalidade e elaboração de censos penitenciários.

Adotaremos as mais modernas ferramentas e metodologias de inteligência para a redução da criminalidade, priorizando o policiamento de manchas criminais e de fronteiras, com uso de tecnologia. O combate ao tráfico de drogas, armas e de pessoas e aos crimes financeiros, utilizará as técnicas de monitoramento da circulação e lavagem de dinheiro.

Criaremos um conselho que articulará os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no crime organizado e suas dinâmicas interestaduais e transnacionais, incluindo o mercado ilegal que gerou perdas de R\$ 146 bilhões em 2017, resultado do contrabando, falsificação, pirataria e evasão fiscal.

Fortaleceremos a política de controle de armas, com efetiva responsabilização pelo uso e porte ilegal, desvio e tráfico. Para tanto, aprimoraremos os sistemas de controle de fabricação, registro e rastreamento de armas e munições, integrando as informações e disponibilizando o acesso para os órgãos de investigação.

Hoje o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com 726 mil presos, número quase duas vezes maior que o de vagas disponíveis. A eficiência e racionalização do sistema prisional serão perseguidas por meio do aprimoramento da gestão dos presídios. Estabeleceremos protocolos e parâmetros nacionais para a transferência de presos, revistas periódicas, aplicação de sanções disciplinares, realização de auditorias para localizar casos de corrupção e investimento em tecnologia para monitoramento da população carcerária. Apoiaremos a melhoria das condições físicas e operacionais dos presídios.

Implementaremos, também, uma Política Nacional de Medidas e Penas Alternativas, com subsídios técnicos para a constituição de centrais nos estados para o monitoramento e fiscalização de sua aplicação, e incentivaremos medidas que visem a redução do número de presos provisórios, a exemplo dos mutirões carcerários.

Para a prevenção de reincidências criminais, será criado um Programa de Apoio aos Egressos do Sistema Prisional, que promova a reinserção social e econômica por meio de um pacto com empresários para que sejam oferecidas oportunidades reais de retorno produtivo à sociedade.

O problema da segurança pública não deve ser tratado apenas como ação de polícia. É, antes de tudo, uma questão de segurança social. Uma política integrada, envolvendo educação, saúde, esportes e cultura, será estabelecida com foco na valorização da vida e prevenção da violência.

O enfrentamento da economia do crime implica, também, o oferecimento de oportunidades a milhares de jovens que, por não encontrarem espaço no mercado de trabalho, sofrem violência crescente e são facilmente atraídos pelo crime organizado, em especial o tráfico de drogas. Reverter esta situação é um compromisso que assumimos.

GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS E INCLUSÃO PRODUTIVA

Apesar de termos avançado desde a redemocratização na distribuição de renda e no acesso a direitos, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. São mais de 52 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, com renda domiciliar per capita de US\$ 5,5 por mês. Estamos em 79º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. Nenhuma das agendas do país irá prosperar e se sustentar se não reagirmos à desigualdade social que nos aprisiona.

Mais que um compromisso humano, construir um Brasil mais igual é impulsionar o crescimento econômico. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são fundamentais para atender a situação emergencial das pessoas que se veem impossibilitadas de prover suas necessidades básicas. Estes programas devem ser preservados e reconhecidos como direitos assegurados por lei e devem ser associados às condições para a inclusão produtiva e garantia do direito a oportunidades. Estudaremos, ainda, as possibilidades da implantação de programa de renda mínima universal.

Nosso governo será proativo na conexão entre as pessoas em situação de pobreza e as oportunidades para superação de suas dificuldades, garantindo atenção integral, integrada e personalizada a cada família.

O Brasil tem base para um grande salto no desenvolvimento social. Possui o Cadastro Único, com informações sobre mais de 20 milhões de famílias, e uma rede de atendimento com mais de 10 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O Cadastro Único permite a identificação dos mais pobres e de suas necessidades. Propomos a utilização de suas informações para a ampliação da focalização dos programas voltados à superação da pobreza. Os CRAS e CREAS permitem que a população saiba onde buscar informações, orientação e atendimento. Estes centros hoje já atuam de forma integrada com as redes de educação, saúde e conselhos tutelares, mas uma prioridade será avançar no mapeamento e conexão com a oferta de serviços sociais comunitários e órgãos ligados ao trabalho e inclusão produtiva.

Fortalecemos a atuação dos CRAS e CREAS com a criação de uma rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar. O papel dos agentes será o de realizar visitas domiciliares às famílias mais vulneráveis, atualizar o Cadastro Único, fornecer ao governo informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecendo com cada família um Plano de Desenvolvimento Familiar.

Nossa política social será voltada a oferecer a essas famílias e a todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade oportunidades de trabalho e condições para atender a suas necessidades básicas de forma autônoma, por meio do encaminhamento aos serviços de formação profissional, acesso a microcrédito e orientação para a gestão de pequenos negócios e a serviços públicos e comunitários de qualidade, que contribuam para o bem-estar de todos.

CULTURA E VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

O Brasil tem como grande riqueza sua diversidade cultural. A cultura é direito humano fundamental, ela preserva a memória, transmite conhecimento, aumenta repertório e estimula a criação. A política cultural deve fomentar a produção e o acesso à cultura e à arte, em suas diversas manifestações e em interface com a educação. Deve, também, garantir a proteção do patrimônio histórico, para as presentes e futuras gerações.

De acordo com pesquisa sobre hábitos culturais, os brasileiros gostam de ler, ir ao cinema, a shows de música, festas populares e feiras de artesanato. O acesso a espaços e atividades culturais é uma das principais demandas dos jovens e precisa ser democratizado, chegando aos municípios e diferentes regiões das grandes cidades.

Para democratizar o acesso a cultura, promoveremos a educação artística, transformando a escola em espaço de ensino e difusão de arte e cultura e revitalizaremos os pontos de cultura.

A produção cultural e artística será estimulada e apoiada, com a intensificação dos percursos de circulação de artistas pelo país, o fomento à produção cultural por meio de editais, bolsas e premiações e o estímulo à produção audiovisual. Promoveremos a diversidade das expressões culturais, valorizando os detentores de conhecimentos tradicionais, como os mestres de cultura popular, do maracatu, do bumba-meu-boi, artesãos, bordadeiras, entre outras.

A proteção do nosso patrimônio cultural é fundamental para garantir a memória de nossos povos, para que as presentes e futuras gerações conheçam sua ancestralidade, história, costumes e tradições. A política de preservação do patrimônio abrange o patrimônio natural e o conhecimento científico. Nos comprometemos a oferecer condições de funcionamento a museus, arquivos e bibliotecas; valorizar os registros escritos, sonoros e visuais de tradições orais e da produção contemporânea; e realizar tombamentos, a preservação e revitalização ambiental.

A economia criativa é a fusão da economia da cultura com a economia do conhecimento. Abrange diversos setores, como artes visuais, artes cênicas, games, software, moda, design e arquitetura. O uso de novas tecnologias é crescente na promoção do acesso e na difusão da produção cultural. Para desenvolver e estimular este setor econômico é preciso investir na formação profissional, promover a organização de redes, oferecer apoio a startups, diminuir burocracia e ampliar o acesso à crédito.

Com a crescente digitalização de filmes, fotografias, músicas e livros, é necessário explorar as possibilidades das novas tecnologias na promoção do acesso e na difusão da produção cultural, em especial no campo da economia colaborativa.

Assumimos o compromisso com a plena garantia do direito à liberdade de expressão que será promovido e respeitado em todas as suas dimensões, incluindo a liberdade de imprensa e o direito à comunicação, direito de cada cidadão de informar, se informar e ser informado.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PLENA

A Constituição Federal define como um dos objetivos da nação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV). Nossa sociedade, porém, é marcada pelas desigualdades no acesso a direitos, inclusive os mais básicos, e a oportunidades. Consideramos a promoção da igualdade na diversidade não somente uma questão de justiça, mas um valor fundamental para a realização plena de nossa democracia, garantindo o exercício e os benefícios da cidadania para todas e todos.

Em nosso governo, a inclusão de grupos historicamente excluídos e o combate à qualquer forma de discriminação será diretriz transversal, presente em todas as políticas públicas, a ser implementada em especial por meio de projetos de promoção de equidade. Definiremos políticas específicas para superar as desigualdades que atingem mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, LGBTI, juventudes e idosos.

Promoveremos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais respeitando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência por meio de políticas transversais. Articularemos com Estados e Municípios, com atenção especial às políticas voltadas a proteção contra a violência, inclusão produtiva, igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho, acesso a terra e território, saúde e educação e ampliação da participação na política.

Mulheres

Em parceria com Estados e Municípios, promoveremos a ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher, o combate ao feminicídio e a qualificação da rede de atendimento às vítimas. O tráfico interno e internacional de pessoas, bem como o turismo sexual, que atingem majoritariamente as mulheres, serão enfrentados com rigor.

Para fortalecer o direito à igualdade, a autonomia e liberdade das mulheres, promoveremos políticas que enfrentem a discriminação no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir igualdade salarial para mulheres e homens que exerçam as mesmas funções e a ampliação da participação de mulheres em cargos e posições de tomada de decisão. Oferecemos apoio ao empreendedorismo feminino, por meio de acesso a crédito e microcrédito e capacitação profissional. Para garantir o direito ao trabalho e à educação de mães, estimularemos a ampliação da oferta de vagas em creches em tempo integral e o compartilhamento dos cuidados dos filhos com os pais, com a ampliação do tempo de licença paternidade e a construção de um modelo que possibilite uma transição gradual para um sistema de licença parental, que possibilite o compartilhamento do período de licença entre mães e pais, sem prejuízo do tempo de licença já conquistado pelas mulheres.

População Negra

Para a garantia dos direitos da população negra e enfrentamento do racismo, serão mantidas ações afirmativas e de promoção da equidade que visem ampliar o acesso à educação superior e à terra e territórios. Promoveremos políticas de inclusão, de igualdade de oportunidades e de remuneração no mercado de trabalho.

Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios de jovens negros no Brasil e o combate aos crimes de ódio ligados ao racismo. Promoveremos a valorização da cultura negra e sua importância na história do país, a partir da ação conjunta de ministérios e entidades da sociedade civil.

Povos e Comunidades Tradicionais

A existência de Povos e Comunidades Tradicionais é uma das grandes riquezas do nosso país - Povos Indígenas, quilombolas, ciganos, faxinalenses, pomeranos, caixaras, pescadoras e pescadores artesanais, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, para citar alguns. Criaremos políticas de fomento à suas atividades econômicas, com atenção às suas especificidades culturais, retomando e ampliando o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Siciobiodiversidade.

Promoveremos a demarcação de terras indígena e o reconhecimento e titulação de terras quilombolas, retomaremos os processos de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável – especialmente Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e implantaremos um sistema de compensação financeira para as comunidades tradicionais que promoverem a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Garantiremos os procedimentos de consulta livre, prévia e informada para ações que envolvam os povos indígenas e comunidades tradicionais, seja no uso de seus conhecimentos, que será condicionado à justa repartição de benefícios, seja em procedimentos de licenciamento ambiental que os impacte direta e indiretamente. Serão garantidos programas educacionais diferenciados e adaptados às realidades e especificidades locais e o direcionamento de recursos de ciência e tecnologia para iniciativas dos povos tradicionais. Implementaremos ações para a efetiva investigação e punição de crimes ambientais e violações de direitos humanos dessas comunidades e o reconhecimento de saberes, culturas e inovações dos diferentes povos.

LGBTI

Promoveremos políticas para garantir o respeito e o exercício pleno da cidadania por LGBTIs. Para enfrentarmos a situação de maior vulnerabilidade criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de violência e discriminação e para garantir o acesso ao mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo. Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios e violência física contra LGBTIs.

As proposições do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT serão consideradas na elaboração de políticas públicas específicas.

O Conselho Nacional de Justiça regulamentou a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo, através da Resolução 175/13. Acataremos a demanda de que os direitos decorrentes dessa decisão sejam protegidos por lei.

Em casos de adoção, defendemos que seja oferecido tratamento igual aos casais adotantes, com todas as exigências e cuidados iguais para ambas as modalidades de união, homo ou heteroafetiva, atendendo à prioridade de garantir o melhor interesse da criança.

Pessoas com deficiência

O paradigma da “inclusão”, que substituiu a ideia de “integração”, atribui maiores responsabilidades à sociedade e ao Estado. As barreiras cotidianas a derrubar são de natureza arquitetônica, funcional e de mobilidade, além das mudanças de per-

cepção da sociedade sobre o papel, as necessidades e os direitos das pessoas com deficiências. Para a garantia desses direitos, criaremos e fortaleceremos políticas de promoção da autonomia e condições necessárias para que sejam protagonistas de suas próprias vidas.

As estratégias serão de fortalecer sua cidadania, complementarmente ao seu acesso ao mercado de trabalho, às atividades culturais e esportivas, à participação política e ao acesso à educação e à saúde. Ampliaremos a fiscalização sobre o cumprimento da lei de cotas e a oferta de cursos de capacitação profissional para os candidatos às vagas inclusivas. No campo da Educação, fortaleceremos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ampliando e qualificando o debate sobre sua implementação com todo os envolvidos e interessados – educadores, gestores, comunidade escolar e famílias.

Idosos

Segundo o IBGE, em 2030, o número de pessoas com 60 anos ou mais será maior do que o de jovens de 14 anos. Essa mudança na estrutura da população brasileira exige novas formas de organizar as políticas públicas que garantam qualidade de vida para os idosos. A Política Nacional para os Idosos, regulamentada em 1994, além da criação do Conselho Nacional do Idoso, visa assegurar o exercício da cidadania por aqueles e aquelas com 60 anos ou mais. Em 2003, o Estatuto do Idoso regulamentou os direitos para a população dessa faixa etária.

As políticas de proteção aos idosos serão voltadas a garantia, entre outros direitos, ao atendimento integral a sua saúde, em especial por meio do Programa de Saúde da Família, com visitas domiciliares e divulgação de informação, além do apoio à prevenção de doenças ligadas ao envelhecimento e programas de tratamento de doenças crônicas comuns nesta fase da vida. Promoveremos a formação em geriatria para todos os profissionais de saúde.

Pretendemos incentivar programas voltados à prática de atividades físicas e programas de inserção em atividades de formação para o uso e acesso à tecnologia. Um novo modelo de atenção ao idoso será instituído, contemplando lazer, bem como condições de fortalecimento dos laços de pertencimento às suas comunidades, oportunidades de transmissão de conhecimentos e habilidades e inclusão produtiva.

Outra política fundamental, será a de promover, junto com Municípios, a adequação do espaço urbano para atender às necessidades da população idosa, ampliar o número de vagas em Instituições de Longa Permanência e instituir programas de construção e adaptação de moradias adequadas aos idosos.

Juventudes

Queremos enfrentar a combinação de fatores que impede o acesso dos jovens a oportunidades. Devemos entender que não existe uma juventude uniforme, mas uma diversidade de condições e uma diversidade de juventudes que demandam respostas específicas.

Os jovens são as maiores vítimas da violência e dos homicídios. Para combater a violência e promover novas perspectivas, é fundamental garantir, além de uma educação de qualidade, o acesso à cultura e ao esporte. Investiremos em espaços públicos e infraestrutura para atividades culturais e esportivas, principalmente em regiões mais pobres, estimulando valores como coesão social, integração e trabalho criativo. Propomos, também, a criação de um programa que abra para os jovens entre 16 e 24 anos a possibilidade de realizar serviço civil durante um ano em atividades culturais e comunitárias.

Milhões de jovens terminam o ensino médio ou a faculdade e não conseguem emprego ou estão subempregados. É necessário reformular as políticas relativas ao primeiro emprego, levando em conta as diferentes realidades do universo juvenil. A inclusão produtiva também deve ser estimulada com políticas de apoio ao empreendedorismo juvenil, garantindo cursos de capacitação e acesso a crédito e micro-crédito. As novas formas de organização da produção, o acesso a novas tecnologias e a uma economia criativa devem ser colocadas ao alcance dos jovens para que construam um novo país.

Por fim, para promover a participação política dos jovens, retomaremos os Encontros Nacionais da Juventude, para debater e formular políticas que atendam a seus interesses e necessidades coletivos.

BEM-ESTAR ANIMAL

É fundamental que nossas propostas para a formação de uma verdadeira cultura de paz estabeleçam uma relação de valorização a toda forma de vida. É uma questão de cultivar bons valores para a vida e evoluirmos enquanto sociedade. Elaborada pela UNESCO, a Declaração Universal do Direito dos Animais completou 40 anos em janeiro. Portanto, já é passada a hora de implementarmos políticas que promovam o bem-estar dos animais no país, seja os de produção, para consumo humano, de estimação, de trabalho, selvagens ou os de laboratório. Para tanto, é necessário capacitar os profissionais que lidam com as diversas espécies e reforçar a fiscalização para coibir práticas que causam sofrimento dos animais empregados em diferentes atividades produtivas ou em pesquisa.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Não existe desenvolvimento pleno ou crescimento econômico durável sem investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). A ciência brasileira vive hoje sua maior crise de financiamento após uma forte expansão do sistema nas últimas duas décadas, o que compromete a competitividade econômica – nos últimos oito anos o Brasil caiu 17 posições no Global Innovation Index – e a busca de respostas a problemas da sociedade. A ciência e a inovação são áreas estratégicas para o país.

Nosso governo parte da concepção geral de que os recursos para a CT&I são investimentos, não gastos, e precisam ter tratamento diferenciado, com imunidade a contingenciamento como manda a lei. Recriaremos o Ministério da Ciência e Tecnologia, buscando recompor seu orçamento. Trabalharemos para implementar, nos próximos quatro anos, a meta da Estratégia Nacional de CT&I de elevar os investimentos em pesquisa e inovação a 2% do PIB.

O crescimento de longo prazo do país depende fundamentalmente do aumento da produtividade e da sua capacidade de inovação. No Brasil a maioria das empresas inovam pouco e os gastos de pesquisa e desenvolvimento têm uma eficiência muito baixa. Os custos para inovar e adaptar tecnologias são elevados, refletindo a escassez de pessoas qualificadas, particularmente de engenheiros capazes de traduzir conceitos e ideias em utilidades. Nosso ambiente de negócios é adverso e pouco propício à inovação e à adoção de novas tecnologias. Nossas propostas para reverter esse quadro incluem a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, para a importação de equipamentos, materiais, insumos e serviços, utilizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Promoveremos o aperfeiçoamento dos mecanismos necessários para absorver cientistas estrangeiros qualificados que tenham interesse em trabalhar no Brasil, a colaboração universidade-empresa e reorientaremos as linhas de crédito do BNDES para financiamento de inovação, microcrédito e projetos de impacto socioambiental.

CIDADES SUSTENTÁVEIS E URBANISMO COLABORATIVO

Vivemos a Era das Cidades. Três em cada quatro brasileiros vivem em área urbana. Quando pensamos em melhorar a qualidade de vida de nossa população, não podemos deixar de pensar no planejamento e na realização das políticas públicas nos territórios.

Precisamos desenvolver cidades saudáveis e democráticas. O planejamento urbano não pode reforçar a exclusão social, com a construção de bairros desprovidos dos serviços públicos e da infraestrutura necessários para garantir qualidade de vida para todos os cidadãos. Nosso governo se compromete a promover e fortalecer políticas para um planejamento urbano integrado, de cidades e regiões metropolitanas, que garanta, além do direito à moradia, acesso a meios de transporte coletivos, coleta de resíduos, saneamento básico e serviços públicos de qualidade.

Promoveremos políticas para um urbanismo colaborativo, que valorizem a criação, revitalização e o uso de espaços públicos seguros e atrativos, onde a população possa interagir e se manifestar culturalmente.

Fortaleceremos programas de habitação popular, que atendam a diversidade de situações urbanas e familiares, e que respondam, em especial, às necessidades dos mais pobres, com padrões urbanísticos, arquitetônicos e ambientais adequados. Será dada prioridade ao apoio a programas municipais de recuperação de centros urbanos degradados, que já ofereçam infraestrutura e acesso a serviços, por meio da reforma e modernização de edifícios abandonados ou com baixa ocupação, promovendo a locação social, de forma a estimular modelos mais compactos de cidades, que preveja a convivência entre classes sociais.

Promoveremos a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, estimulando a redução, coleta seletiva, reciclagem e disposição adequada dos resíduos sólidos. Investiremos na expansão e qualificação dos sistemas de transporte público e na promoção da universalização do saneamento básico.

As cidades têm papel fundamental no combate às mudanças climáticas. Promoveremos um desenvolvimento urbano que inclua a redução de emissão de gases de efeito estufa entre as suas prioridades. Desenvolveremos políticas de mobilidade urbana que estimulem modais com baixa emissão de poluentes, geração de energia limpa, renovável e distribuída e com eficiência energética, substituição de veículos movidos a combustíveis fósseis pelos elétricos e movidos a biocombustíveis e valorização de áreas verdes.

Apoiaremos os municípios a implementarem planos de contingência e monitoramento de extremos climáticos para a prevenção e mitigação dos impactos de desastres naturais como secas, alagamentos, enxurradas e deslizamentos, que afetam milhares de pessoas anualmente no Brasil.

Estimularemos que os municípios adotem mecanismos de transparência ativa, com a criação de estratégias digitais que permitam a divulgação de indicadores sociais e econômicos, contribuindo para que os cidadãos acompanhem a evolução das políticas públicas e o cumprimento de metas dos planos diretores.

O BRASIL NA ECONOMIA DO FUTURO COM SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EMPREGO

O mundo passa por aceleradas transformações científicas e tecnológicas, que resultam em desafios inéditos a serem enfrentados por pessoas, países, instituições, comunidades e empresas. Vivemos um processo de mudanças sem precedentes, em que os avanços da revolução digital se traduzem rapidamente em novos bens e serviços, alterando a organização das cadeias produtivas e influenciando fortemente as demandas e a natureza do desejo dos cidadãos e consumidores.

Nesse contexto, é necessário implementar uma agenda para dinamizar a economia, por meio da inovação, melhoria do ambiente de negócios, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias.

A criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais. Propomos uma revisão das prioridades de intervenção do Estado, privilegiando as atividades que de fato geram mais empregos. Promoveremos a diminuição dos custos de contratação do trabalho formal e orientação dos programas sociais à inserção produtiva.

Atuaremos para recuperar a capacidade de investimentos do Estado, priorizando obras de infraestrutura com rápida e significativa criação de empregos formais e que favoreçam as perspectivas de crescimento da economia no médio e longo prazo, em especial, obras de saneamento e transportes.

Propugnamos um estado mobilizador, eficiente e transparente. Ainda que os investimentos públicos permaneçam necessários, o envolvimento do setor privado é imprescindível. Devemos reconhecer as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e regulação, e suas limitações no plano do financiamento e execução. Iremos mobilizar o potencial de contribuição do setor privado, sem subsídios ou artificialismos, em diferentes modalidades, como concessão, PPPs e autorização. Para evitar desperdícios, ineficiências e coibir a corrupção em obras públicas, propomos tornar obrigatória a contratação do seguro-garantia para obras públicas, que exige a apresentação de projeto executivo como pré-requisito e institui mecanismos eficazes e transparentes de fiscalização e acompanhamento.

A privatização não será tratada com posições dogmáticas. O Brasil possui 168 estatais que merecem ser analisadas, a partir dos critérios de custo para a sociedade, eficiência do serviço público, questões estratégicas para o Estado e a não fragilização de setores desfavorecidos. Não privatizaremos a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A privatização da Eletrobrás será analisada no contexto da política energética nacional, que deverá modernizar suas estratégias a fim de incorporar as energias renováveis, mas suas distribuidoras certamente deverão passar para a iniciativa privada.

A abertura da economia, realizada de forma programada e organizada, e a integração com as cadeias produtivas internacionais são medidas fundamentais para promover a eficiência e a produtividade. O Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo, considerando a soma de importações e exportações proporcionalmente ao PIB. A abertura terá prazo anunciado para permitir que a economia local

se adapte e os investimentos necessários sejam realizados de forma adequada e será feita conjuntamente com a celebração de acordos comerciais multi e bilaterais.

Vamos incentivar o aumento de nossa capacidade de exportação, tanto da indústria, como de serviços e de commodities, com a reforma e atualização do regime de comércio exterior, definição de um cronograma de redução de tarifas e barreiras não-tarifárias, redução dos obstáculos de natureza burocrática e desoneração das exportações.

Outro compromisso fundamental de nosso governo será a inclusão digital. Nesse sentido, promoveremos iniciativas para universalizar o acesso público à banda larga, tornando a conexão à internet em serviço essencial no país, como eletricidade e água.

Lideraremos uma agenda para dinamizar a economia, por meio da melhoria do ambiente de negócios, facilitando a abertura e fechamento de empresas, desburocratizando processos, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias, conferindo maior autonomia decisória e financeira às agências reguladoras e promovendo a inovação.

Estimularemos e apoiaremos o empreendedorismo. Para isso, facilitaremos o acesso ao microcrédito e promoveremos a capacitação e orientação dos empreendedores para a gestão de negócios. Promoveremos a desburocratização de processos, especialmente com a ampliação de serviços integrados por meio eletrônico.

Criaremos e fortaleceremos políticas que estimulem uma economia colaborativa e inovadora, a exemplo da economia compartilhada, em que pessoas dividem o uso de produtos e serviços, valorizando a experiência no lugar da posse; da economia solidária, em que atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito são organizadas sob a forma de autogestão, promovendo o desenvolvimento local; da economia criativa, que reúne atividades ligadas ao campo da cultura e do conhecimento, e na qual hoje se destacam as startups, com o uso das novas tecnologias; e da economia circular, uma indústria reversa que transforma resíduos em matéria prima e energia.

O turismo desempenha hoje um importante papel na geração de empregos na economia mundial. De acordo com o relatório de 2017 do Fórum Econômico Mundial, o setor de viagens e turismo foi responsável por 1 em cada 10 empregos no mundo. O mesmo relatório mostrou ainda que o Brasil se encontra no 27º lugar no Ranking de Competitividade em Viagem e Turismo, que avaliou 136 países. De um lado, contamos com os maiores e mais diversificados recursos naturais do planeta, com elevados recursos culturais e um alto fluxo de viagens de negócios. De outro, a falta de segurança, o ambiente de negócios e a baixa qualificação da mão de obra continuam impondo um obstáculo ao crescimento do setor.

Estimularemos a capacitação permanente de mão de obra e a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando a gerar novos negócios e rotas turísticas locais. Fomentaremos programas de divulgação interna e externa de destinos turísticos de modo a disseminar uma nova imagem do país ante o cenário turístico mundial. Criaremos parcerias com as municipalidades para conservação e melhorias de equipamentos turísticos e investimentos em infraestruturas para as áreas protegidas de adequarem ao ecoturismo.

Ampliaremos investimentos em projetos de infraestrutura que tenham impacto positivo para o turismo e para a conservação dos recursos naturais e paisagens cênicas, com prioridade para o ecoturismo e o turismo de base comunitária como alternativas para o desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas farão parte de um programa integrado de turismo sustentável, inclusão social, respeito à diversidade cultural e desenvolvimento econômico com cadeias produtivas locais e solidárias.

/ 15

INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo estudos recentes da Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes da Fundação Dom Cabral (PILT/FDC), mantidos os programas e as condições atuais, teremos em 2035 uma matriz de transportes com 50,3% de rodovias, 30,5% ferrovias, 16,1% aquaviária e 3,1% dutoviária. O volume de cargas deverá aumentar em 40,8%, dividida da seguinte forma: 37,2% de granel sólido não agrícola (basicamente minérios), 33,8% de carga geral, 14,9% de granel líquido e 14,1% de granel sólido agrícola.

Caso não haja uma atuação decisiva para inverter as tendências descritas, o país continuará a ser dependente de rodovias em viagens de longa distância, transportando produtos de baixo valor agregado e peso bruto alto. Como consequência, haverá limitação crescente nas possibilidades da implantação de novos modais para os setores estratégicos, como o agrícola, afetando negativamente a rentabilidade em geral e do próprio setor rodoviário, visto que a qualidade da malha rodoviária seguirá sendo um problema frente à sua degradação e às dificuldades para financiar sua recuperação.

Não temos dúvida de que um dos maiores gargalos do processo de desenvolvimento do Brasil decorrem da precariedade da infraestrutura de transporte de produtos, insumos e mercadorias, consequência da falta de visão de longo prazo e de um planejamento consistente e democraticamente construído. Nesse sentido, criaremos uma instância de governo especificamente dirigida ao planejamento e estabelecimento de condições para atrair o setor privado para, em parceria com o poder público, enfrentar o desafio de garantirmos uma infraestrutura adequada às necessidades da economia brasileira. Seu formato será o de uma agência técnica independente, composta por representantes do governo e da sociedade, em especial investidores e usuários, agentes de financiamento, fornecedores de máquinas e equipamentos, universidades e centros especializados.

No setor de energia elétrica enfrentaremos o problema da má gestão de sucessivos governos que, por meio de medidas provisórias, têm gerado um ambiente confuso e predatório no setor. Esse é o caso da MP 579/12, convertida na Lei 12783/13, que gerou custos de R\$150 bilhões e perda de valor de mercado das empresas do setor de aproximadamente R\$60 bilhões. Outro exemplo é a má gestão da Eletrobrás, que sendo detentora de 1/3 do parque gerador e metade das linhas de transmissão, tem praticado uma política de preços que afasta os investidores privados e prejudica a operação da própria empresa.

Investiremos no estabelecimento de um ambiente de segurança jurídica no setor para atrair investidores e consolidar uma matriz elétrica sustentável que incorpore suas externalidades e produza o menor custo de investimento e de operação possível.

No setor de Logística enfrentaremos a limitação do investimento privado, consequência das dificuldades em avançar ou finalizar o processo de concessões em modais, como o ferroviário e aéreo, e na contratação e execução de obras. Vamos enfrentar o problema dos atrasos e abandono de obras, que atualmente se verifica no país, resultado da alocação inadequada de riscos entre público e privado nos contratos de concessões.

Adotaremos uma estratégia de negociação que permita ampliar significativamente o número de concessões nos diferentes modais, incluindo a renegociação dos contratos da malha ferroviária concedida, permitindo o aumento de investimentos, melhorando o desempenho e incluindo a garantia de compartilhamento das vias. No caso dos aeroportos, lançaremos pacotes de licitação que permitam equilíbrio entre aeroportos lucrativos e deficitários e finalizaremos reestruturação da Infraero.

Na revisão da lei de licitações (8.666/93), que se encontra em discussão no Congresso Nacional, é imperativo que seja fortalecida a transparência e incluídos mecanismos modernos de contratação que permitam considerar não apenas o custo, mas a qualidade dos projetos e dos executores e a observância da legislação de proteção ao meio ambiente.

Atuaremos para estimular o avanço consistente nos modais ferroviários, hidroviários e cabotagem, por meio de um planejamento consistente e elaboração dos estudos viabilizados com recursos públicos em parceria com a iniciativa privada.

No setor de infraestrutura urbana atuaremos para superar a falta de cultura de planejamento urbano, oferecendo apoio financeiro e técnico aos Municípios por meio do BNDES, IPEA e Ministério das Cidades, oferecendo a do uso de imóveis federais em projetos de regeneração urbana considerados estratégicos.

Considerando a severa restrição fiscal que limita fortemente o aumento de gastos discricionários, incluindo investimentos públicos, a forma mais racional de viabilizar projetos estruturantes no Brasil é pelo investimento privado. Por se tratarem de contratos de longo prazo é fundamental o estabelecimento de um ambiente de segurança econômica, jurídica e política para estimular sua maior participação. Nesse contexto, o papel republicando das agências reguladoras é fundamental. O Brasil possui 6 agências reguladoras federais relacionadas a infraestrutura, 27 estaduais, 4 intermunicipais e 16 municipais. Garantiremos a autonomia administrativa e financeira das agências reguladoras federais, dotando-as de equipes técnicas de alta credibilidade.

/ 16

LIDERANÇA NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE CARBONO NEUTRO

Os desafios que emergem das mudanças climáticas e seus potenciais impactos podem se constituir em uma grande oportunidade para a implantação de uma agenda positiva de desenvolvimento da economia brasileira de forma sustentável e sustentada. Uma agenda que, simultaneamente à implementação das urgentes medidas de mitigação e adaptação do país às alterações do clima, promove o crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda, melhorando assim as condições de vida da população.

Em nenhum outro país as condições naturais para uma transição justa para uma economia de carbono neutro são mais evidentes do que no Brasil. Temos alta capacidade para gerar energia de fontes renováveis como biomassa, solar, eólica e hidrelétrica e detemos as maiores áreas de florestas entre os países tropicais, enorme biodiversidade e a segunda maior reserva hídrica do mundo.

Diante disso, promoveremos o alinhamento das políticas públicas, em especial as políticas econômicas, fiscal, industrial, energética, agrícola, pecuária, florestal, da gestão de resíduos e de infraestrutura, aos objetivos gerais do Acordo de Paris, de forma a cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil por meio de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Essas políticas devem estar voltadas a uma estratégia de longo prazo de descarbonização da economia com emissão líquida zero de gases de efeito estufa até 2050.

Os desafios e oportunidades impostos pelas mudanças climáticas, a busca por lucratividade -- em função da queda dos preços do petróleo -- e a crescente pressão da sociedade civil, instituições e governos têm levado as grandes empresas petroleiras mundiais a redirecionarem seus esforços e recursos para investimentos em energias renováveis. Nesse sentido, em nosso governo, a Petrobras deverá assumir um papel de liderança nos investimentos em energias limpas, se beneficiando do enorme potencial brasileiro.

Atualmente, importantes bases desta mudança de paradigma já estão emergindo. No campo das energias renováveis, há um forte ganho de competitividade, que vamos potencializar por meio do estímulo regulatório à geração distribuída e ações que aumentem o nível de eficiência energética pelos consumidores.

Estabeleceremos incentivos e metas para a melhoria da eficiência energética em todas as etapas, a partir da geração, transmissão e distribuição até os consumidores finais, principalmente os intensivos em energia. A definição de metas de redução do consumo deve tornar-se critério de remuneração das distribuidoras de energia, que no atual modelo, de forma contraditória à crescente necessidade de racionalização do uso e conservação de energia, têm retornos maiores quanto maior for o consumo.

Criaremos um programa de massificação da instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica distribuída nas cidades e comunidades vulneráveis. Esta política vai gerar novas oportunidades de emprego na produção e instalação dos painéis solares e a possibilidade de geração de renda, com a venda do excedente de energia produzida. Serão realizadas parcerias com instituições de pesquisa para fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias visando a redução de custos e o aumento da eficiência energética. Nossa meta é chegarmos a 1,5 milhão de telhados

solares fotovoltaicos de pequeno e médio porte até 2022, representando 3,5 GW de potência operacional.

Além de reduzir a emissão de GEE, a adoção de energias renováveis também tem elevado potencial de criação de postos de trabalho. Segundo relatório mais recente da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), o Brasil é o segundo país no mundo que mais cria empregos nesse campo, atrás apenas da China. Em 2017, o país empregou 1,7 milhão de trabalhadores direta e indiretamente na geração de energias renováveis, com destaque para 795 mil empregos na área de biocombustíveis. Uma política ativa de incentivos à adoção da energia solar fotovoltaica poderá gerar cerca 3,9 milhões de empregos diretos e indiretos até 2030. Por sua vez, projeções do Ministério de Minas e Energia apontam que a implementação do RenovaBio, compromisso que assumimos desde já, deverá criar 1,4 milhão de empregos nesse período.

A economia florestal também se desenvolve com grande destaque, oferecendo caminhos para a valorização da floresta em pé e das comunidades tradicionais vinculadas à sua utilização e conservação. É o setor em que podemos produzir os resultados de mitigação mais rápidos e intensos.

Ampliaremos o sistema de monitoramento de desmatamento, degradação e mudanças na cobertura do solo e implementaremos medidas de financiamento e compensação, como o pagamento por serviços ambientais, mecanismos de mercado eficientes, incluindo os mercados de carbono, que estimulem iniciativas para conferir valor às florestas, com vistas a atingirmos o desmatamento zero no Brasil, no menor prazo possível, com data limite em 2030.

O setor também se destaca pela geração de postos de trabalho, já que apenas a indústria de árvores plantadas hoje, que inclui a produção de painéis de madeira, papel e celulose, emprega de forma direta e indireta quase 4 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a recuperação de florestas nativas tem elevado potencial de criação de emprego e renda: estudo do IPEA mostra que 200 empregos diretos e indiretos são criados para cada 1 mil hectares de áreas em recuperação. Levando em conta que, como signatário do Acordo de Paris, o Brasil assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030, isso teria o potencial de criação de milhões de empregos adicionais.

Estimularemos o uso sustentável de nossos ecossistemas e o incentivo à bioprospecção, por meio editais de pesquisa e linhas de financiamento a novos negócios voltados ao aproveitamento da biodiversidade brasileira, especialmente em seu potencial de substituição de insumos de fontes não renováveis.

O critério da descarbonização será efetivamente incorporado à estrutura tributária brasileira. No curto prazo, iremos aperfeiçoar a CIDE, com um adicional mínimo simbólico segundo a intensidade de carbono. No médio prazo, uma taxa de carbono deve ser incorporada ao sistema tributário nacional, no contexto de uma ampla reforma tributária. Implementaremos também o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e outros mecanismos para introduzir a precificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil.

A agropecuária, importante fonte de dinamismo da economia brasileira, possui também enorme potencial de redução das emissões e está exposta a grandes desafios em função da própria mudança do clima que irá afetá-la fortemente. Promoveremos a expressiva ampliação das práticas de Agricultura de Baixo Carbono nos planos-safra anuais, reduzindo as dificuldades burocráticas e estabelecendo reais atrativos para adesão ao sistema, e desenvolveremos programas de compensação financeira que beneficiem comunidades tradicionais e agricultores familiares pela conservação da biodiversidade e ecossistemas, e serviços ambientais gerados por esta importante contribuição.

/ 17

QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

Nos últimos 50 anos, o Brasil se transformou numa potência global na produção de alimentos e energia de biomassa a partir da sua produção agropecuária. Atingiu este patamar de produção com padrões de sustentabilidade e controle sanitário avançados e reconhecidos internacionalmente. O Brasil se destaca como o primeiro, ou dentre os primeiros produtores e exportadores de várias culturas e produtos agropecuários. Em 2017, o PIB do setor agropecuário representou 22% do PIB do País, respondeu por 20% dos empregos e 44% das exportações totais brasileiras, equivalente a US\$ 97 bilhões.

O potencial do setor, no entanto, pode ser muito maior se as enormes deficiências ainda existentes forem corrigidas. A insuficiente e precária infraestrutura de armazenamento e transporte tem elevado o custo do produto brasileiro de forma injustificada, onerando preços para o consumidor brasileiro e reduzindo sua competitividade internacional. Custos elevados de transporte e as perdas geradas por uma infraestrutura debilitada, na forma de estradas mal ou não-pavimentadas, malha ferroviária absolutamente insuficiente em extensão e qualidade, e falta de capacidade de armazenagem, tem inflado o custo de produção, diminuindo a renda de toda a cadeia produtiva, e limitando a capacidade do agricultor aplicar práticas mais avançadas no campo.

O segundo maior fator que tem afetado o setor agropecuário é o protecionismo e outras práticas distorcivas de comércio, como subsídios à produção local e à exportação. É preciso manter a vigilância e o combate permanente a práticas distorcivas através dos instrumentos disponíveis na OMC. Além disso, o Brasil tem sido muito tímido em negociações de livre comércio, o que tem reduzido a sua participação nos fluxos de comércio internacional, apesar de sua pujança e reconhecida capacidade produtiva.

Para enfrentar os problemas acima descritos e apoiar o desenvolvimento do setor, vamos implementar um conjunto de iniciativas que incluem: estabelecer modelos de contratação estimulem o investimento privado em infraestrutura, garantindo estabilidade de regras e segurança jurídica; promover iniciativas que levem a uma maior integração e ao livre comércio de produtos agropecuários, através de uma agenda ativa de negociações internacionais: criar instrumentos que valorizem a produção e a comercialização de produtos agropecuários de forma sustentável e promover a valoração econômica da preservação de recursos naturais como florestas naturais, a água, e a biodiversidade nas propriedades rurais; fortalecer os mecanismos de controle sanitário, com integração crescente entre os órgãos de fiscalização e monitoramento e as empresas envolvidas com o processamento agroindustrial; e, criar condições para a ampliação do seguro rural, como instrumento de proteção da renda do produtor e mitigação dos riscos climáticos.

Estimularemos, ainda, a integração virtuosa da agricultura energética com a agricultura alimentar, com o objetivo de capitalizar a agricultura alimentar e atender a demanda crescente por bioenergia e biocombustíveis, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio da redução do consumo de combustíveis fósseis.

Finalmente, criaremos incentivos para o fomento à pesquisa, tanto na Embrapa como em outras instituições criteriosamente selecionadas, para promover a constante inovação no setor.

Outra frente importante em que vamos atuar com determinação diz respeito ao planejamento do uso da terra no país. Promoveremos um Estudo de Planejamento da Paisagem e Ordenamento do Território em todo o território nacional, como subsídio a uma proposta de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) aberta ao debate público. Garantiremos apoio financeiro e técnico aos estados que comprovadamente tenham limitações para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a fim de viabilizar a validação dos dados cadastrados. Apoiaremos a definição de metas concretas para a regularização do Programa de Regularização Ambiental (PRA) pelos estados e da Cota de Reserva Ambiental (CRA), incluindo prazos, e prevendo recursos financeiros e humanos para garantir a efetiva implementação desses dispositivos. Essas serão importantes iniciativas para a implantação do Código Florestal, sem mais prorrogações ou atrasos.

A agricultura brasileira teve importantes ganhos de produtividade nas últimas décadas. A produção cresce mais rápido do que a área cultivada, mas há importantes desafios a enfrentar para torná-la adequada do ponto de vista socioambiental. Isso porque, a expansão ainda avança sobre florestas e outras áreas de vegetação natural em todos os biomas brasileiros, especialmente no Cerrado.

A competitividade internacional da agropecuária brasileira pode ser aumentada se o país avançar nas questões socioambientais. A racionalização do uso de insumos, a promoção de técnicas de melhoria e conservação do solo, o controle biológico, com a concomitante redução do uso de agrotóxicos, e a diversificação da produção são algumas das medidas que podem ser adotadas.

Promoveremos uma nova geração de políticas e programas voltados à questão agrária e à agricultura familiar no Brasil, incluindo uma reforma no ambiente institucional. A mera reedição das políticas anteriores não será suficiente para um tratamento adequado a essas questões de grande significado social, econômico e ambiental. Tampouco é aceitável a simples descontinuidade destas políticas, como tem ocorrido nos últimos anos.

Desenvolveremos, em parceria com organizações públicas, universidades e sociedade civil projetos estratégicos para os assentamentos rurais. Hoje parte deles produz, mas outra parte tornou-se lugar de moradia simplesmente. Incentivaremos o desenvolvimento de políticas públicas que sejam capazes de reorientar a produção em assentamentos, tornando-os polos de transição ecológica em direção a um sistema agroalimentar inovador.

Daremos tratamento específico, com o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas para uma grande faixa situada no semiárido nordestino, onde estão concentrados os minifúndios no Brasil, com vistas a superar a situação de precariedade em que vivem centenas de milhares de famílias.

Unificaremos os cadastros de terras e atuaremos com firmeza na resolução dos conflitos no campo. A regularização fundiária e o ordenamento territorial no Brasil são prioridades do nosso governo, visando à consolidação de um modelo de utilização da terra que garanta segurança jurídica para os produtores familiares e assentados, setor empresarial, comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas e extrativistas, compatíveis com a conservação da biodiversidade.

Promoveremos a integração das estruturas educacionais com as redes de ciência e tecnologia, incluindo os institutos de pesquisa, universidades e a rede da Embrapa, hoje totalmente apartados, pois é fundamental criar um novo ambiente educacional para uma nova agricultura e um novo Brasil rural.

Proporemos a reforma do Imposto Territorial Rural (ITR), a fim de desestimular a atuação patrimonialista dos proprietários de terras, incentivando os agricultores - grandes ou pequenos - que se posicionem numa perspectiva de transição ecológica.

O Estatuto da Terra tem mais de meio século de existência. É preciso harmonizar os novos instrumentos de gestão do território, promovendo um efetivo zoneamento ecológico e econômico, para o gerenciamento da questão agrária no país, fortalecendo, também, a rede de unidades de conservação e definindo as áreas prioritárias para a proteção e uso sustentável da biodiversidade e produção de serviços ecossistêmicos.

A agricultura familiar é fundamental para produzir alimentos para o consumo interno, garantir o trabalho e a geração de renda no campo. Seu financiamento será garantido com a destinação de recursos de forma crescente e constante ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nossas políticas de apoio à agricultura familiar incluem a ampliação dos recursos destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo será investir no desenvolvimento de tecnologias e insumos apropriados e a abertura de mercados por meio da aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - que favorece as compras governamentais de produtos destinados à merenda escolar, quartéis, hospitais e presídios - pagando-lhes preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais.

Priorizaremos, ainda, iniciativas para aprofundar e expandir programas de capacitação técnica para pequenos agricultores, dando atenção especial à agroecologia; promover, em parceria com os municípios a oferta local de composto orgânico por meio da compostagem; incentivo à instalação de pequenas unidades processadoras de bioinsumos - principalmente fertilizantes orgânicos e microorganismos benéficos para controle biológico; incentivo a incubadoras, nas universidades, de empresas para desenvolvimento e fabricação de insumos agroecológicos; apoio à criação de núcleos de agroecologia nas instituições de ensino, reunindo a força dos jovens ao conhecimento científico e à experiência dos agricultores da região; ampliação do volume de recursos destinados ao seguro rural; e incentivo à capacitação de profissionais para gestão de cooperativas, principalmente as de agricultores familiares.

Apoiaremos a aprovação do projeto de lei da Política de Redução de Agrotóxicos, de iniciativa Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco.

Retomaremos os processos de reconhecimento de territórios quilombolas, sejam os que já estão concluídos e aguardam apenas a oficialização, sejam os que tramitam no órgão responsável. O mesmo empenho será dedicado à finalização dos processos administrativos das terras indígenas pendentes.

Quanto às comunidades indígenas desterritorializadas, em função da ocupação de suas terras por terceiros com patrocínio do Estado, criaremos um Fundo de Regularização Fundiária para readquirir estas terras a preços de mercado.

POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA DE ESTADO

A política externa deve ser uma política de Estado, orientada por princípios e valores, como a defesa dos direitos humanos, da democracia, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção, sem sujeição a relativizações de cunho ideológico.

Em nosso governo a política externa terá o compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e da cooperação internacional.

A política externa deve nos proteger do que é prejudicial e canalizar o que nos é benéfico para a reconstrução do País. Nosso protagonismo nas negociações multilaterais por meio da Organização das Nações Unidas e demais organismos multilaterais e regionais será fortalecido e ampliado. Para tanto, devemos retomar nosso o mais rápido possível nosso lugar no Conselho de Segurança.

Para nós, a política externa brasileira deve ser ao mesmo tempo realista e transformadora. Realista para identificar exatamente nossas forças, nossos limites e nossos interesses, sem viés ideológico, e transformadora para identificar como modular as influências externas em nosso benefício e como e quando projetar nossos interesses e influências para o aperfeiçoamento da sociedade internacional. Neste sentido, há muito a contribuir para eventuais iniciativas que ajudem na solução de crises crônicas, como no oriente médio, por exemplo.

O Brasil precisa estar cada vez mais conectado às regiões e correntes dinâmicas da economia mundial e às cadeias globais de valor. Não temos a ganhar com o protecionismo. Precisamos de mercados abertos a nossos bens e serviços. A partir de um Mercosul modernizado e livre de barreiras internas, é preciso concluir as negociações com a União Europeia e com outros parceiros dispostos a uma abertura mutuamente vantajosa. Além das negociações tarifárias tradicionais, precisamos trabalhar por harmonização de regras, por esquemas efetivos de facilitação de comércio, pela promoção de investimentos. Arranjos bilaterais ou em formatos variáveis, que não firam os princípios da união aduaneira, também devem ser buscados. Devemos avançar mais na relação com a Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México) visando um tratado de livre comércio.

Quatro regiões do mundo são fundamentais para a política externa Brasileira: América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático. Com as quatro regiões devemos promover o aumento da interdependência econômica, tecnológica, política e cultural. Empresas das três últimas regiões tem vastos investimentos no Brasil que podem ser ampliados substancialmente e assim contribuir a compensar parcialmente a baixa taxa de poupança/investimento interno. Vivemos num mundo em que cresce cada vez mais a importância da tecnologia, por isso a política externa dedicará uma atenção especial a nossa relação com as sub-regiões do mundo que estão na fronteira da inovação tecnológica (em particular da inteligência artificial e da manufatura 4.0), como por exemplo o Vale do Silício na Califórnia e Baviera na Alemanha.

Nosso esforço externo tem de ancorar-se firmemente na África, continente em rápido crescimento econômico e demográfico. Com os irmãos africanos, nossa perspectiva não deve ser de uma falsa “ajuda”, mas sim de parceria. Vamos criar um ambiente favorável para que empresas brasileiras participem do processo de transformação produtiva e do desenvolvimento sustentável da África.

A liderança do Brasil no tratamento multilateral do desenvolvimento sustentável será resgatada e se tornará uma marca da diplomacia brasileira. O Brasil deve estar na vanguarda das discussões internacionais em matéria de mudança do clima e biodiversidade.

DEFESA NACIONAL E SOBERANIA DEMOCRÁTICA

Nosso governo fortalecerá as Forças Armadas no cumprimento de sua missão constitucional de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. Para isso, nos comprometemos com a adequação dos efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com o aprimoramento de sua capacidade operacional e com a elevação de seu nível tecnológico.

As Forças Armadas assumirão papel fundamental na defesa de fronteiras, no combate ao contrabando, ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, bem como na proteção do meio ambiente, em especial no combate à biopirataria. Sua atuação receberá apoio do Estado e da sociedade civil, com a ampliação do debate democrático sobre o fortalecimento das estratégias de defesa.

CONDUZIR REFORMAS ESTRUTURAIS QUE SUSTENTEM NOSSA TRANSFORMAÇÃO

As inovações que introduziremos na economia não serão aventuras e respeitarão a estabilidade econômica, uma conquista do povo brasileiro, fundamental para avançarmos para o novo ciclo de prosperidade com que estamos comprometidos. Seus pilares fundamentais: superávit primário, câmbio flutuante, com intervenção para evitar excessiva flutuação, e regime de metas para inflação, são pressupostos básicos. Para tanto, é necessário reafirmar o compromisso com a autonomia operacional do Banco Central em seu objetivo institucional de manter a estabilidade da moeda e conter a inflação.

A carga tributária atingiu o seu ponto máximo e não pode ser elevada. O desafio que se impõe, portanto, é o rígido controle do gasto público, com seu crescimento condicionado ao limite de 50% do aumento do PIB. A eficiência na gestão do orçamento disponível, dirigindo os recursos para as reais prioridades da população, com combate sem tréguas à corrupção e a evasão fiscal, nos possibilitará fazer mais com menos. Esse é o caminho para, associado à queda dos juros básicos, promover um ajuste fiscal que permita que a trajetória Dívida/PIB se estabilize.

Como parte do esforço para aumentar a disponibilidade de recursos no orçamento vamos combater as distorções e privilégios adquiridos. Promoveremos uma revisão completa das renúncias fiscais, que representaram mais de 4% do PIB em 2017, e suspender a criação de Refis, que levaram a uma perda superior a R\$ 175 bilhões aos cofres públicos nos últimos dez anos e não se mostraram instrumentos eficazes para a recuperação dos créditos tributários, para aumentar a arrecadação ou promover a regularidade fiscal dos devedores.

O Brasil é ainda um país demograficamente jovem, mas com gastos previdenciários de países maduros. A reforma da previdência é incontornável, o gasto total com benefícios alcança 13% do PIB, excessivamente alto para o nosso perfil etário.

Atualmente, o Brasil tem 7,5 pessoas em idade de trabalho para cada idoso. Em 2060 essa relação cairá para 2,3 indivíduos entre 15 e 64 anos para cada pessoa com mais de 64 anos. Soma-se a isso, o fato de que a previdência brasileira é hoje profundamente regressiva.

Apresentaremos no início de nosso governo uma proposta de reforma da previdência que inclua a definição de idade mínima para aposentadoria, seguindo uma tendência mundial, com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar; eliminação dos privilégios de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social que ingressaram antes de 2003; e um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal.

Serão, ainda, adotadas medidas rigorosas visando incrementar os esforços para reduzir a inadimplência da contribuição das empresas, combater as fraudes e promover a total transparência dos dados da Previdência e Seguridade Social. A importância dessas iniciativas podem ser comprovada pelos números envolvidos. Estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) estimou que o INSS

deixou de arrecadar cerca de R\$ 30,4 bilhões no ano de 2015 devido a sonegação ou inadimplência. Já o Tribunal de Contas da União (TCU) estima que as fraudes e erros na Previdência somaram R\$ 56 bilhões 2017, equivalente à 30% de seus déficit naquele ano.

É imperativo, também, promover a reforma tributária para reduzir a complexidade e a insegurança jurídica, que dificultam o estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo, com a implantação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), reunindo cinco tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Os princípios que nortearão essas mudanças são: simplicidade, para que as regras sejam claras e de fácil aplicação, com o mínimo de exceções e regimes especiais; transparência, para que o cidadão tenha clareza de quanto paga e possa cobrar a melhoria dos serviços públicos, exercendo a sua cidadania tributária; neutralidade, para desestimular as distorções na forma de organização, instalação e operação das empresas, eliminando a deletéria guerra fiscal entre estados e municípios; e equidade, para dosar de forma adequada o tratamento dos cidadãos e das empresas, eliminando privilégios e a atual regressividade, que condena os mais pobres a pagarem, proporcionalmente, mais impostos.

Promoveremos, ainda, a descentralização da autoridade para tributar, para que o dinheiro público seja gasto o mais perto possível de onde é arrecadado, promovendo a cidadania fiscal e o consequente aumento da responsabilidade com a utilização dos recursos públicos.

O Brasil tem um federalismo truncado, em que os estados e municípios não dispõem dos recursos financeiros, técnicos e gerenciais para realizar seu papel e responsabilidades a eles atribuídas pela Constituição Federal. Iremos implementar definitivamente o verdadeiro pacto federativo, que inspirou a Constituição. Para isso, a reforma tributária é condição necessária ao fortalecimento da capacidade financeira e de gestão dos municípios. Menos Brasília, mais Brasil.

Para corrigir a regressividade elevada do sistema tributário em nosso país e estimular o reinvestimento dos lucros na produção, adotaremos a tributação sobre dividendos, com redução simultânea do IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas), elevação da alíquota do imposto sobre herança, com isenções progressivas e o aumento da base de tributação sobre a propriedade.

Finalmente, vamos revisar o atual sistema brasileiro de tributação da pessoa jurídica. Hoje a administração pública e as empresas são reféns da complexidade das leis. A receita fica no papel cômodo de apenas verificar o que foi declarado, mas tem que lidar com estratégias de grandes corporações para escapar da alta tributação e as divergências levam anos para serem resolvidas na esfera administrativa e judicial. Isso não é bom para ninguém.

Vamos inverter os papéis, informando antecipadamente os critérios de interpretação da legislação. Investiremos em novas tecnologias para que todas as informações sobre o fato gerador sejam transparentes e disponíveis em um guia nacional para o pagamento de todos os tributos incidentes de forma integrada, eliminando a insegurança jurídica e propiciando significativa redução dos custos das empresas nos processos de recolhimentos de impostos.

O sistema financeiro brasileiro se tornou excessivamente concentrado. A reduzida competição entre os bancos é uma das principais razões para o alto custo do crédito e para a exclusão da população mais pobre dos serviços bancários. A revolução tecnológica digital em curso é uma oportunidade para promover a desconcentração e a inclusão bancária, levando o crédito e os serviços financeiros à população hoje excluída. Estimularemos a inovação no sistema financeiro com suporte às fintechs e

promoveremos gradual digitalização dos meios de pagamento, como forma também de combater a evasão fiscal, a corrupção e a lavagem de dinheiro. Daremos apoio aos bancos comunitários e à criação das moedas sociais, a fim de dinamizar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.



MARINA SILVA

Para liderar esse projeto de transformação, projeto que não oferece um sonho a brasileiras e brasileiros, mas ferramentas para concretizar sonhos que as pessoas já sonham, ninguém mais indicado do que Marina Silva. Pois ela concretizou o próprio sonho e prosperou.

Não foi fácil. Nascida no Acre, de origem pobre, aprendeu a ler e a escrever só aos 16 anos. Marina criou suas oportunidades para prosperar. Acreditou que o estudo mudaria sua vida. Usou os serviços públicos de saúde e educação, vivenciou os desafios e dificuldades enfrentados por milhões de pessoas no Brasil.

Marina Silva conseguiu transformar sua realidade e hoje, como candidata à Presidência da República, se dispõe a liderar um ciclo de transformação e prosperidade para todo o povo brasileiro. Ela tem longa experiência política e de gestão. Foi professora da rede pública, vereadora, deputada estadual, senadora e ministra.

A candidata da Rede Sustentabilidade tem compromisso com a vida, com a democracia e com a ética. Por isso, nesta campanha, assim como nas anteriores, apresenta um programa de governo, um plano estratégico para o país. Sai do discurso vazio e entra na ação concreta, planejada e transformadora.

Marina Silva é íntegra e assim é reconhecida pelos brasileiros. Não esteve e não está envolvida em nenhum dos escândalos de corrupção. Ela é Ficha Limpa. Marina é nossa liderança para a transformação. Ela não está sozinha, pois o projeto que lidera é de todas, de todos e de cada um de nós, que acreditamos que é possível, e urgente, mudar.



2018

CHEGOU

PRESIDENTE
João
amoêdo
VICE PRESIDENTE
PROF. CHRISTIAN

NOVO 30

A close-up portrait of João Amoêdo, a middle-aged man with short brown hair, smiling slightly. He is wearing a white button-down shirt. The background is a blurred orange and blue.

MAIS
OPORTUNIDADES
MENOS
PRIVILÉGIOS

PROGRAMA DE GOVERNO 2019/2022



Nosso grande sonho

"Um Brasil seguro, simples e livre, onde todos possam chegar lá!"

Nossa motivação

"O que nos move é o senso de responsabilidade com o País e as próximas gerações."



Nossas bandeiras

1. OPORTUNIDADES para que todos os brasileiros possam trabalhar, empreender e viver cada vez melhor
2. EDUCAÇÃO de qualidade e conhecimento para que as crianças e os jovens possam construir seu futuro em um mundo em transformação
3. RESPEITO À VIDA E SEGURANÇA para todos os brasileiros em todo o território
4. SAÚDE ACESSÍVEL com um novo modelo que trate a todos com dignidade
5. PROTEÇÃO SOCIAL como um caminho para a cidadania plena e fim da pobreza

6. QUALIDADE E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA com ética e transparência, sem privilégios e corrupção
7. GOVERNO RESPONSÁVEL, SIMPLES E DIGITAL, que funcione para o cidadão, para o trabalhador e para o empreendedor
8. PREVIDÊNCIA justa e sustentável
9. RESPONSABILIDADE COM AS FUTURAS GERAÇÕES com foco na sustentabilidade e um agronegócio moderno indutor do desenvolvimento
10. O BRASIL INSERIDO NO MUNDO sendo cada vez mais dinâmico, integrado e interconectado



Da Indignação Para A Ação

A insatisfação com os altos impostos, a ineficiência dos serviços públicos e a falta de assistência aos menos favorecidos, me fizeram entender que estava no momento de transformar a minha indignação em ação. Concluí que a melhor forma de ajudar a mudar este quadro seria através da política, com base em um novo modelo de Estado, que trabalhasse para a população ao invés de se servir dela.

Por isso, em 2011, junto a um grupo de cidadãos, iniciei a criação de um partido político diferente. Superamos diversos obstáculos e uma série de barreiras que são criadas para dificultar a renovação.

Mas não desistimos. Pelo contrário, cada adversidade se transformou em um desafio para continuarmos no caminho certo e reforçarmos a aposta na mudança.

Oito anos depois, o NOVO é uma realidade. E eu me coloco à disposição como o primeiro candidato do partido à Presidência da República. Não é um projeto pessoal, e sim parte de uma proposta de construção de uma instituição que irá renovar a forma de fazer política para mudar o Brasil.

A Hora De Um NOVO Brasil

Chegou a hora de escolher o Brasil que queremos viver nos próximos anos. Este é o momento de decidir que País vamos construir para as próximas gerações. O país que queremos para nossos filhos e netos. A escolha está em nossas mãos. O Brasil precisa mudar. Precisamos transformá-lo em um País seguro, simples e livre, onde cada brasileiro possa chegar lá. Um país onde todos tenham acesso a educação básica de qualidade, tenham a oportunidade de trabalhar, empreender e crescer. Precisamos acabar com a miséria e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. Queremos um País com mais oportunidade e menos privilégios. Temos que sair da indignação para a ação.

Não aguentamos mais viver em um País disfuncional:

Mais de 60 mil homicídios por ano;

13 milhões de brasileiros desempregados;

Quase 40% de crianças vivendo na pobreza;

Um Congresso com os parlamentares mais caros do mundo, que custam R\$ 29 milhões por dia;

A Presidência da República que custa mais do que a Coroa Britânica;

Partidos que recebem R\$ 2,6 bilhões para financiar suas campanhas, usando o dinheiro que sai dos impostos pagos pelos cidadãos que os rejeitam;

Mais de 55 mil pessoas com direito a foro privilegiado;

Muitos impostos e péssimos serviços públicos;

Escolas que não ensinam e hospitais que deixam pacientes morrer sem atendimento — e que consomem bilhões de reais sem nenhuma prioridade;

Um governo que atrapalha a geração de emprego e o empreendedorismo, com inúmeras leis e burocracias que dificultam a vida de quem quer trabalhar ou abrir um negócio para sustentar a família e crescer na vida;

Um País com as contas públicas deficitárias, apesar de cada brasileiro trabalhar cinco meses por ano apenas para pagar impostos;

Um Estado que dá auxílios para quem menos precisa, benefícios para quem menos merece e tributa quem mais trabalha.

O País precisa crescer e devolver a dignidade dos seus cidadãos. Para isso, é preciso inovar em conceitos e atitudes. E, principalmente, renovar os quadros políticos e as práticas que nos comandam.

A mudança que a gente quer não virá dos políticos que a gente tem.

Vamos parar de procurar um salvador da pátria e assumir o protagonismo da mudança que queremos. Cada um de nós é o salvador que a pátria precisa.

Vamos lutar por oportunidades e não por privilégios. Precisamos de uma sociedade simples e livre, onde todos tenham uma educação básica de qualidade e possam, com base no seu esforço e dedicação, se desenvolver e conquistar seus projetos.

Vamos trabalhar para termos uma sociedade próspera, que valorize o sucesso e não o vitimismo.

Vamos entender que não precisamos do Estado para ajudar o próximo. Só depende de nós mesmos fazer algo de importante por aqueles que mais necessitam.

Vamos combater a pobreza. E isso se faz com a geração de renda e não com a sua distribuição.

Vamos exigir liberdade com responsabilidade.

Vamos entender que o brasileiro não precisa de um Estado grande porque é pobre, ele é pobre justamente por ter um Estado grande. Estado este que concentra renda e beneficia “os amigos do rei”, sempre às custas da maioria.

Vamos lutar por um Estado menos intervencionista, com menos impostos e menos burocracia. Contando com governos que entendem que nós sabemos — melhor do que ninguém — o que fazer com as nossas vidas e com o nosso dinheiro.

Vamos discutir mais ideias e menos pessoas, especialmente quando se tratar do debate político. O embate deve ser sempre no campo dos princípios e valores.

Vamos avaliar as pessoas, especialmente os políticos, pelo que fizeram ou fazem, não pelo que dizem.

Vamos evitar os atalhos. Eles têm um custo elevado, que será cobrado mais à frente. Temos que fazer o certo, sempre, mesmo que pareça mais difícil e mais demorado. Este é sempre o melhor caminho.

Vamos dar um novo significado ao “jeitinho brasileiro”. Queremos que ele represente o trabalhador que acorda cedo, que se esforça e que, independente de quanto o Estado atrapalha, tem forças para produzir, para empreender e para sorrir ao final do dia. O brasileiro que não desiste.

Vamos participar e dar um novo significado para a política brasileira. Vamos fazer política sem troca de favores, sem venda de votos, sem perguntar para o candidato o que iremos ganhar. Vamos fazer escolhas conscientes.

Vamos construir um NOVO Brasil

A representatividade é o caminho para a construção de um Brasil mais seguro, simples e livre, onde todos possam chegar lá. Vamos dialogar com os brasileiros para construir esse novo País, unido e sem divisões.

A defesa das liberdades individuais com responsabilidade, do livre mercado e do indivíduo como gerador de renda;

O fim dos privilégios de políticos, funcionários públicos de alto escalão e empresários com subsídios e benefícios;

Um governo que funcione e priorize o que é mais importante para o cidadão: educação, saúde e segurança;

A simplificação e redução dos impostos e burocracias para dinamizar a economia, facilitar o empreendedorismo e propiciar a criação de empregos;

A descentralização do poder, transferindo mais recursos e responsabilidades para estados e municípios, que estão mais próximos dos cidadãos;

A redução da máquina pública e a responsabilidade fiscal, para que o governo faça um uso eficiente do dinheiro dos brasileiros e jamais gaste mais do que arrecada;

A saída dos brasileiros da pobreza por meio da educação, geração de renda, empregos e oportunidades;

Aperfeiçoamento da rede de proteção social para aqueles que precisam;

A coerência e transparência das ações do governo, do diagnóstico dos problemas e das ações para resolvê-los, principalmente para enfrentar temas impopulares;

A visão de longo prazo, com planejamento estratégico e definição de metas, pensando sempre nas próximas gerações e não na próxima eleição;

O combate incessante a todo tipo de corrupção, criminalidade e impunidade.

A garantia da propriedade privada e da segurança no campo para que o agronegócio tenha todas as condições jurídicas e estruturais para tirar o máximo de seu inigualável potencial.

Queremos um Brasil seguro, simples e livre, onde todos possam chegar lá.

Um Brasil seguro

O Estado precisa proteger a nossa vida, a nossa propriedade, a nossa liberdade e assegurar que as leis sejam cumpridas.

Um País simples

Uma sociedade baseada em princípios e valores, com foco no essencial. Leis e burocracia em excesso servem apenas para criar mecanismos de poder para as instâncias públicas e devem ser revistas e, sempre que cabível, revogadas.

Um País livre

Onde o cidadão tenha liberdade e responsabilidade para ser o protagonista de sua vida, sem a tutela do Estado.

Um País onde todos possam chegar lá:

Um modelo de Estado que privilegie a educação básica e o livre mercado e, assim, permita que cada brasileiro, tenha a oportunidade de se desenvolver e realizar seus projetos de vida. Assim teremos um ambiente propício ao empreendedorismo, à criação de empregos e ao combate efetivo da pobreza.

! Os textos abaixo são parte do plano de governo em desenvolvimento do NOVO e do João Amoêdo. Este é um projeto que está sendo construído com base nos nossos princípios e valores, para termos um Brasil seguro, simples e livre, onde todos possam chegar lá. Acompanhe, pois ainda teremos muitas propostas para construir um NOVO Brasil.

1

Oportunidades Para Que Todos Os Brasileiros Possam Trabalhar, Empreender E Viver Cada Vez Melhor

Hoje, o Estado brasileiro atua contra o livre mercado, dificultando, conseqüentemente, o empreendedorismo, o crescimento econômico e a geração de empregos.

Temos um alto custo de capital, uma carga tributária elevada e complexa, insegurança jurídica, enorme volume de burocracia e uma visão ideológica contrária ao empreendedor e ao lucro. O resultado é que o Brasil tem um PIB per capita que equivale a 60% do PIB do Chile e, praticamente, está estagnado em relação ao valor de 2010.

Estamos na posição 125 entre 190 países em relação à facilidade para fazer negócios pelo ranking elaborado pelo Banco Mundial. Destes, o Brasil ainda está entre os dez piores países para se pagar impostos (184ª posição) e entre os 15 piores para se começar um negócio (176ª posição). No índice de liberdade econômica, divulgado pela Heritage Foundation, estamos na posição 153 de 186 países avaliados.

O resultado de tudo isso é que, apesar de sermos um País rico em recursos naturais, com dimensões continentais e grande mercado consumidor, temos 13 milhões de desempregados e mais de 20% de brasileiros dependem do Bolsa Família.

Visão

Queremos que o cidadão tenha mais liberdade para trabalhar, empreender e se desenvolver. O desenvolvimento econômico que queremos virá das pessoas e não do Governo.

Longo prazo

- Estar entre os 40 primeiros, de 186 países, no Índice de Liberdade Econômica.
- Estar entre os 40 primeiros, de 190 países, em Facilidade de Fazer Negócios.

Propostas

Equilíbrio das contas públicas com corte de gastos, privilégios, privatizações, revisão de desonerações fiscais e definição das prioridades.

Facilidade para abrir empresas e contratar funcionários.

Simplificação da carga tributária com a adoção do IVA (Imposto de Valor Agregado).

Ampliação dos acordos comerciais em todo o mundo e abertura da economia com redução das tarifas alfandegárias.

Fim da política de campeões nacionais e de conteúdo local.

Controle da inflação com o Banco Central independente.

Segurança jurídica.

Profissionalização e despolitização das agências reguladoras.

Privatização de todas as estatais.

Parcerias, concessões e privatizações para melhorar toda a infraestrutura – portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, dutovias, hidrovias, infovias e mobilidade.

Livre escolha da aplicação de recursos do FGTS.

2

Educação De Qualidade E Conhecimento Para Que As Crianças E Os Jovens Possam Construir Seu Futuro Em Um Mundo Em Transformação

Educação e liberdade são a base para a construção de uma sociedade próspera.

A nossa educação apresenta, sob inúmeros ângulos, indicadores muito ruins: 93% dos alunos terminam o ensino médio sem noções básicas de matemática, 27% dos brasileiros entre 15 e 64 são analfabetos funcionais. Gastamos 3 vezes mais com o aluno do nível superior (US\$ 12 mil), do que com o aluno do ensino básico (US\$ 3,8 mil). Apesar do aumento das verbas para educação, entre 2012 e 2016, o Brasil caiu 7 posições no ranking do PISA. O ensino infantil é a base da formação cognitiva e somente 30% das crianças estão nas creches. A educação é a base de qualquer sociedade.

Queremos educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Cidadãos preparados e conscientes serão determinantes no estabelecimento de uma sociedade harmônica, próspera e sustentável.

Longo prazo

- Subir o Brasil 50 posições no ranking do PISA.
- Universalizar o acesso das crianças às creches.

Propostas

Priorizar a educação básica na alocação de recursos federais.

Expansão do acesso ao ensino infantil e creches.

Gestão profissional na direção das escolas de todo o País.

Programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público.

Consórcios intermunicipais para a boa gestão da educação nas cidades menores.

Reconhecer e valorizar, na distribuição de recursos do FUNDEB, os estados, municípios e as escolas que melhorarem o aprendizado dos alunos.

Base curricular da formação dos professores direcionada à metodologia e à prática do ensino, não a fundamentos teóricos.

Ampliar o ensino médio-técnico para atrair e melhor formar os jovens para o mercado de trabalho.

Aproximar o ensino profissionalizante das demandas reais do mercado de trabalho.

Universidades: melhor gestão, menos burocracia, novas fontes de recursos não-estatais e parcerias com o setor privado voltadas à pesquisa.

Novas formas de financiamento de cultura, do esporte e da ciência com fundos patrimoniais de doações.

3

Respeito À Vida E Segurança Para Todos Os Brasileiros Em Todo O Território

O Brasil vive uma epidemia de violência, espalhada por todas as regiões, dos grandes centros urbanos às cidades médias e pequenas, com assassinatos, roubos, assaltos a bancos e tráfico de drogas comandado por grandes organizações criminosas.

Em 2017, 63.680 brasileiros foram assassinados, o que representa o inaceitável índice de 30,8 mortes para cada 100 mil habitantes. Um dos maiores do mundo, semelhante aos de áreas de conflito. Esse resultado coloca o Brasil na 9ª posição entre os países com piores índices de homicídios do mundo. Essa violência atinge principalmente jovens da periferia – uma geração que poderia estar sendo preparada para o futuro, se encontra perdida para a violência.

O Brasil se tornou um País inseguro. Essa situação não pode continuar. O combate ao crime tem falhas em todas as etapas do processo. Desde a prevenção até a prisão e cárcere do condenado, aumentando ainda mais a sensação de impunidade.

Visão

Queremos um País com direito à vida como um pilar fundamental da nossa sociedade, com baixas taxas de criminalidade contra as pessoas e seu patrimônio, e onde o crime não compensa.

Longo prazo

- Reduzir a taxa de homicídios do Brasil para menos de 10 para cada 100 mil habitantes por ano.

Propostas

Maior integração entre as polícias e os governos municipais, estaduais e federal.

Priorização da segurança pública e valorização do policial.

Metas e bonificação para o sucesso policial.

Plano de carreira que permita o crescimento do policial.

Aprimorar a prevenção e as investigações com o uso de mais tecnologia.

Combate com mais inteligência e tecnologia à lavagem de dinheiro.

Reforma da Lei Penal com maior rigor, redução da possibilidade de progressão e revisão dos indultos e saídas temporárias em datas festivas.

Prisão de condenados em segunda instância.

Construção, manutenção e gestão de presídios em parceria com o setor privado.

4

Saúde Acessível Com Um Novo Modelo Que Trate A Todos Com Dignidade

O sistema brasileiro sofre pela combinação da tripla carga de doenças (infecto contagiosas, não transmissíveis e causas externas), com recursos limitados e uma população envelhecendo rapidamente. A qualidade do atendimento de saúde é uma queixa generalizada. Nossa expectativa de vida é de 76 anos, enquanto a do Chile é de 81. A mortalidade infantil foi de 14,3 por 1.000 nascidos vivos em 2015 e de 14,9, em 2016 (ABRINq – prévia IBGE), tendo piorado pela primeira vez em 15 anos.

O SUS tem hoje uma reputação muito ruim: a maioria dos pacientes e dos profissionais não confiam no sistema. Novamente, temos um problema de gestão: gasta-se muito, mas gasta-se mal. Estudo do Banco Mundial aponta uma economia possível de 16%, com melhorias na eficiência do SUS.

Visão

Queremos colocar o Brasil entre os países mais saudáveis da América Latina, com elevada longevidade e baixa mortalidade infantil. Nos tornando um País onde todos sejam atendidos com dignidade nos serviços de saúde de sua região.

Longo prazo

- Reduzir a mortalidade infantil para menos de 10 óbitos por mil nascidos vivos.
- Aumentar para mais de 80 anos a expectativa de vida do brasileiro.

Propostas

Aprimoramento do acesso e da gestão da saúde pública.

Expansão e priorização dos programas de prevenção, como clínicas de família.

Ampliação das parcerias público-privadas e com o terceiro setor para a gestão dos hospitais.

Mais autonomia para os gestores e regras de governança para os hospitais.

Criação de consórcios de municípios para maior escala de eficiência e gestão regionalizada de recursos e prioridades.

Uso intenso de tecnologia para prontuário único, universal e com o histórico de paciente.

Eliminação das filas com utilização de plataformas digitais para marcação de consultas.

Proteção Social Como Um Caminho Para A Cidadania Plena E Fim Da Pobreza

O Brasil ainda precisa de um eficiente programa de proteção social para atender aos que mais necessitam e funcionar como uma ponte para a cidadania plena.

O Bolsa Família é um exemplo de programa bem-sucedido e deve ser mantido e aperfeiçoado. Temos ainda 42,4% das crianças e adolescentes de até 14 anos vivendo em pobreza extrema e que precisam de proteção social.

Porém, é preciso criar alternativas para que cada vez mais pessoas deixem os programas assistenciais e passem a conseguir manter sua vida e sua família sem a dependência do Estado. A taxa de jovens que não trabalham e não estudam aumentou de 22,7% (2014) para 25,8% (2016). Um País rico como o Brasil não pode mais conviver com a pobreza e deve propiciar um ambiente para que todos tenham oportunidades de trabalhar com dignidade, empreender e aumentar sua renda, sem conviver com a miséria e o atraso.

Visão

Queremos ajudar aqueles em condição de vulnerabilidade e também criar oportunidades e incentivos para sua saída definitiva da pobreza crônica.

Longo prazo

- Eliminar a pobreza extrema do Brasil.
- Eliminar a pobreza entre os jovens.
- Aumentar a renda dos 20% mais pobres.

Propostas

Manter e melhorar o Bolsa Família.

Rever demais programas sociais para que beneficiem os brasileiros mais pobres.

Criar portas de saída dos programas sociais e da pobreza via mercado de trabalho e qualificação profissional.

Unificar e simplificar a distribuição de recursos de assistência social via cadastro único eficiente e cartão eletrônico.

6

Qualidade E Representatividade Política Com Ética E Transparência, Sem Privilégios E Corrupção

O sistema político brasileiro está falido. Temos 35 partidos, mas a grande maioria dos brasileiros não se sente representada por nenhum. Políticos usam dinheiro público e fazem leis para se preservarem no poder, de costas para a sociedade que deviam representar.

O Congresso brasileiro é, proporcionalmente, o mais caro do mundo. A quantidade de privilégios dos nossos políticos é inaceitável, assim como a corrupção e a impunidade. É preciso uma ampla e urgente reforma política.

Visão

Queremos um País onde todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei. Que sejamos bem representados na política, livre de privilégios e da corrupção institucionalizada, para que o cidadão tenha cada vez mais poder. Queremos uma renovação constante na política.

Longo prazo

- Redução de $\frac{1}{3}$ das cadeiras do Congresso Nacional e demais casas legislativas.

- Instituições independentes, com custo baixo, transparência total e resposta rápida às demandas do cidadão.
- Fim definitivo dos privilégios e da impunidade aos políticos corruptos.

Propostas

Fim do fundo partidário, do fundo eleitoral e da propaganda eleitoral gratuita.

Responsabilidade partidária pela conduta de seus agentes.

Redução do número de congressistas em um terço, para 54 senadores e 342 deputados.

Redução em um terço do número de deputados estaduais e vereadores na mesma proporção em todo o País.

Fim do voto obrigatório

Adoção do voto distrital misto.

7

Governo Responsável, Simples E Digital, Que Funcione Para O Cidadão, Para O Trabalhador E Para O Empreendedor

A despesa com pessoal no Brasil cresceu 3,5% ao ano nos últimos 10 anos, contra um crescimento médio anual do nosso PIB de 2,4%. Porém, a qualidade dos serviços prestados não melhorou na mesma proporção.

Os funcionários públicos no nível federal recebem, em média, 67% a mais do que profissionais que exercem a mesma função na iniciativa privada. A Constituição brasileira é a terceira mais longa do mundo. O Estado brasileiro precisa rapidamente usar as tecnologias digitais para prestar um serviço melhor aos cidadãos.

Temos um governo que é tomado por indicações políticas, com órgãos públicos aparelhados por partidos. O resultado é um gasto elevado e pouco retorno para a população.

Em uma lista de 30 países, o Brasil está em último no retorno dos impostos pagos em relação à qualidade dos serviços públicos prestados pelo governo.

Visão

Precisamos de um Estado responsável, simples, digital, ágil e moderno, que funcione para o cidadão, para o trabalhador e para o empreendedor, sem burocracia.

Longo prazo

- Reduzir o déficit público, obter superávit e reduzir a dívida pública.
- Carga tributária inferior a 30% do PIB e com contas públicas equilibradas.

Propostas

Simplificação das leis para melhorar o funcionamento geral do Estado brasileiro e atrapalhar menos o cidadão.

Centrar a atuação do Estado nas suas funções essenciais: saúde, educação e segurança pública.

Definir metas e acordos de trabalho para todos os funcionários públicos.

Melhorar a avaliação de desempenho no setor público e a avaliação independente para as carreiras de estado.

Transparência completa e avaliação de políticas públicas por entidades independentes.

Processo seletivo para cargos de alta direção no setor público.

Redução de ministérios para no máximo 12, com quadros técnicos.

Salários do setor público indexados ao setor privado.

Fim dos auxílios especiais no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Criação de uma identidade digital única para todo cidadão.

Serviços públicos digitais integrados de modo simples e seguro.

Política pública mais inteligente com o uso de dados e tecnologia.

8

Previdência Justa E Sustentável

A previdência brasileira atualmente é injusta e insustentável. Injusta pois um servidor público aposentado do legislativo recebe, em média, R\$ 28.547, no executivo, R\$7.583, enquanto um aposentado do INSS recebe, em média, R\$ 1.240. É insustentável porque já consome 56% do orçamento primário da União. Ou seja, o Governo gasta mais com a previdência do que com saúde, educação, segurança e tudo o mais somado. Se nada for feito, com o envelhecimento da população, em alguns anos, a previdência consumirá todo o orçamento público.

Visão

Queremos um sistema único, para todos os brasileiros, que corrija as injustiças e que seja sustentável para as futuras gerações. Quanto antes o ajuste for feito, melhor será para os brasileiros.

Longo prazo

- Ter uma previdência justa e sustentável.

Propostas

Fim de regimes especiais e privilegiados para políticos.

Regras iguais de entrada e cálculo dos benefícios de aposentadoria para funcionários públicos e privados.

Definir como critério único de aposentadoria a idade mínima de 65 anos e criar regra de reajuste conforme a expectativa de vida.

Desvinculação do salário mínimo e indexação pela inflação.

Contribuição obrigatória para trabalhadores rurais.

Revisão dos benefícios de pensão e fim dos acúmulos de benefícios.

9

Responsabilidade Com As Futuras Gerações Com Foco Na Sustentabilidade E Um Agronegócio Moderno Indutor Do Desenvolvimento

Sustentabilidade é um tema global. O Brasil tem uma das maiores e mais belas naturezas do mundo, com ativos naturais diversificados. Temos desafios importantes em relação às florestas, águas, mudanças climáticas, poluição e biodiversidade. É essencial combinar preservação ambiental com desenvolvimento econômico para que o Brasil explore seus recursos e gere oportunidades de crescimento, sem comprometer o meio ambiente para as próximas gerações. Segundo o Instituto Trata Brasil, cerca de 50% dos brasileiros não têm coleta de esgoto, e somente cerca de 44% do

esgoto coletado é tratado. É um problema que afeta o meio ambiente, a qualidade de vida nas cidades e a saúde das pessoas.

Visão

Queremos deixar para as futuras gerações um País sustentável, com florestas conservadas, biodiversidade protegida, rios recuperados e uma economia de baixo carbono, que use de forma inteligente e produtiva o patrimônio natural do Brasil.

Longo prazo

- Universalizar o saneamento no Brasil.
- Conciliação definitiva entre conservação ambiental e desenvolvimento agrícola.
- Eliminar o desmatamento ilegal.

Propostas

Saneamento e recuperação dos rios, baías e praias do Brasil em parceria com o setor privado.

Redução definitiva do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, com mais tecnologia e fiscalização.

Aplicação do Código Florestal.

Avanço no cadastro ambiental rural e mais cooperação entre órgãos envolvidos.

Fim dos lixões em todo o País através de consórcios municipais e parcerias com o setor privado.

Ampliação da energia renovável na matriz energética.

Fim dos subsídios à energia não-renovável, como gasolina e diesel.

10

O Brasil Inserido No Mundo Sendo Cada Vez Mais Dinâmico E Integrado

O Brasil é um País fechado para o mundo. Somos o segundo país mais fechado do mundo para o comércio exterior. Representamos apenas 1% do comércio mundial e a 25ª posição no ranking. Hong Kong – com uma área geográfica 3.000 vezes menor que a do Brasil e uma população quase 30 vezes menor que a brasileira – representa 2,8% do comércio mundial. Em 2017, o Brasil fechou apenas 9 acordos comerciais, enquanto o Chile assinou 28. Segundo o Banco Mundial, a abertura comercial tem potencial para tirar 6 milhões de pessoas da pobreza. A OCDE calcula que poder de compra do brasileiro subiria 8%.

Visão

Queremos um Brasil mais livre, conectado e integrado com o comércio mundial e com os sistemas de produção. Esse processo gerará empregos e produtos mais baratos aos brasileiros.

Longo prazo

- Estar entre as 10 economias com maior participação no comércio mundial

Propostas

Política externa orientada à maior integração internacional e pautada exclusivamente pelos interesses do País.

Abertura da economia brasileira com a redução das barreiras ao comércio e investimento internacional.

Negociação de acordos comerciais com as maiores economias do globo, mas, em paralelo, a remoção de barreiras excessivas de forma unilateral.

Eliminação das exigências de conteúdo local e revogação das referências na legislação comercial por “similar nacional”.

Internacionalização das empresas brasileiras com a remoção de barreiras ao investimento no exterior e o fim da indução privilegiada de “campeões nacionais”.

Atração de talentos para o Brasil pela redução da burocracia para revalidação de diploma estrangeiro para os brasileiros que estudaram fora e para estrangeiros que queiram trabalhar no Brasil.

PACTO PELA CONFIANÇA!

Programa de Governo da Coligação “Essa é a solução”



Vice Germano Rigotto

De nada adianta lutar pelos nossos sonhos se não confiamos que um dia eles se tornarão realidade. Confiar em nós mesmos é o ponto de partida para tudo.

A confiança conecta os diferentes, constrói pontes de entendimento e rompe os preconceitos.

A paz só é alcançada quando os homens confiam uns nos outros. O desenvolvimento econômico só acontece quando os consumidores confiam no país. A democracia só se fortalece quando confiamos nas instituições.

Valores tão presentes em nós, brasileiros, foram moldados na confiança. Tolerância, liberdade, respeito e diálogo só existem quando confiamos uns nos outros.

O Brasil precisa de um pacto de confiança para superar as divisões políticas dos últimos anos e voltar a se desenvolver e crescer.

A candidatura de Henrique Meirelles a presidente do Brasil está ancorada nesse pacto que resgatará o espírito de confiança no Brasil para atender a cinco prioridades da nossa nação: um Brasil MAIS FORTE, um Brasil MAIS JUSTO, um Brasil MAIS INTEGRADO, um Brasil MAIS HUMANO e um Brasil MAIS SEGURO.

O BRASIL MAIS FORTE

Precisamos de um Brasil MAIS FORTE para gerar empregos!

Para a geração de empregos, o fundamental é resgatar a confiança no Brasil, adotando a política econômica correta e levando adiante uma agenda para aumentar a produtividade.

O Governo Meirelles terá como meta fazer o país voltar a crescer 4% ao ano, como aconteceu quando foi presidente do Banco Central de 2003 a 2010, período no qual foi registrada a criação líquida de 10,2 milhões de novos empregos com carteira assinada no Brasil.

Em maio de 2016, quando voltou ao governo para assumir o Ministério da Fazenda, Meirelles tomou medidas para interromper o acelerado ciclo de destruição de empregos produzido pela recessão do governo anterior.

Da pior recessão da história brasileira, quando o Produto Interno Bruto (PIB) perdeu mais de 7%, no acumulado dos anos de 2015 e 2016, a economia passou para um crescimento positivo de 1,1% em 2017. De uma taxa de inflação próxima a 12% a.a., chegou-se a uma taxa de inflação próxima a 2,70% a.a ao final do primeiro trimestre de 2018.

A taxa de desemprego, que crescia aceleradamente, atingindo 13,7% da força de trabalho, entrou em trajetória de queda no segundo trimestre de 2017, chegando a 11,8% ao fim do primeiro trimestre de 2018.

Essa impressionante reviravolta foi resultado do conjunto de reformas implementadas

ao longo dos dois anos em que Henrique Meirelles ficou à frente do Ministério da Fazenda.

Agora, a continuação dessa política é imperativa para a manutenção do crescimento econômico sustentado e para incorporar os 13 milhões de brasileiros desempregados ao mercado de trabalho.

Em 2017, como consequência da enorme recessão dos anos anteriores, 23% das pessoas com idade entre 15 a 29 anos (11,2 milhões) não trabalhavam, estudavam ou se qualificavam.

As mulheres, por exemplo, trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens.

Além da volta do crescimento, o país terá de encontrar formas de facilitar a adaptação da mão de obra às novas condições de trabalho. O desafio é muito grande.

Não há como enfrentar as tecnologias do século 21 sem mudar nossa forma de pensar sobre a educação, o trabalho, a previdência social e a regulação dos negócios. O Governo Meirelles vai:

- Facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, expandindo a oferta de vagas no ensino técnico e incentivando o primeiro emprego;
- Simplificar e informatizar todo o processo de gestão de mão de obra;

- Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, respaldado pela nova lei do trabalho aprovada em 2017.

Para promover o crescimento sustentado, impõe-se uma necessária e inadiável reforma da Previdência Social, visando sobretudo ao combate a distorções e privilégios.

A Previdência Social brasileira abocanha hoje 57% de todo o orçamento do Governo Federal. Se persistir a tendência atual, em 20 anos, os gastos com aposentadorias e pensões vão corresponder a 100% do total de receitas do Governo Federal. Ou seja, o sistema é insustentável.

Vale notar que, ao contrário do que muitos apregoam, 70% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição com menos de 65 anos têm seus salários entre os 20% maiores do país.

A grande maioria dos trabalhadores pobres se aposenta por idade, aos 65 anos, pois não tem emprego formal e não consegue contribuir por 35 anos antes de atingir 65 anos de idade.

Garantir a aposentadoria de quem mais precisa passa por mudanças no sistema que contemplem duas questões: a adoção de uma idade mínima para se aposentar e a convergência do sistema de aposentadorias dos funcionários públicos ao sistema dos trabalhadores do setor privado, ambas já em discussão no Congresso.

O desenvolvimento de um BRASIL MAIS FORTE também prevê uma reforma tributária ampla. O Brasil tem um sistema tributário extremamente complexo, que favorece disputas entre os estados e possui elevada arrecadação via imposto indireto, o que prejudica os

mais pobres. Há também elevada tributação sobre salários, o que estimula a informalidade.

Segundo o Banco Mundial, um empresário brasileiro gasta aproximadamente 2.600 horas por ano para pagar impostos (contra 200 em países similares ao Brasil). Nesse contexto, é fundamental simplificar o sistema tributário brasileiro com estudos que visem à criação de um imposto de valor agregado, o IVA.

Uma reforma tributária precisará respeitar o tempo de adequação ao novo modelo, sem comprometer incentivos legalmente estabelecidos. Mas deverá resultar num sistema mais eficiente, sem aumentar a carga tributária.

O Governo de Henrique Meirelles trabalhará para que orçamento federal seja mais transparente e impositivo, um formato que poderá fazer da discussão em torno de receitas e despesas do Governo Federal, pelo Congresso, um dos pontos mais importantes da atividade parlamentar, como nas democracias maduras.

O BRASIL MAIS FORTE deve, ainda, tornar os serviços públicos e as ações de governo mais acessíveis aos cidadãos, a partir de novas tecnologias, colocando o Governo Federal verdadeiramente no século 21. Os governos precisam andar na mesma velocidade da sociedade.

O Governo Meirelles fará isso com a criação de um Gabinete Digital ligado diretamente ao Presidente da República.

O Gabinete Digital será responsável por criar novas soluções para os cidadãos,

além de pensar todas as ações digitais já existentes, integrando todos os sistemas do governo, centralizando as informações dos cidadãos e tornando-as acessíveis onde estes estiverem.

A tecnologia é a grande aliada para reduzir a distância entre a prestação de serviços públicos e a população, por isso precisa ser usada como uma política de Estado, refletindo a realidade de uma parcela cada vez maior de brasileiros.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 120,7 milhões acessam a internet, presente em 42,1 milhões de lares – 87% usam a rede todos os dias ou quase todos os dias. O meio de acesso mais usado é o celular (96%), mas 22% também usam a televisão para se conectar. Os serviços públicos digitais mais citados foram direitos do trabalhador e previdência (28%) e educação pública (28%).

O setor público continua distante enquanto o mercado privado está atento a essa evolução. Somente em 2017, as transações bancárias feitas por celular representaram 35% do total de 71,8 bilhões de operações realizadas – mais do que uma em cada três, sendo que, segundo o Banco Central, mais de 70% dos brasileiros possuem conta bancária.

Um BRASIL MAIS FORTE terá também uma política externa alinhada com os valores e os interesses da sociedade. É natural, portanto, que seja posta, em primeiro lugar, a serviço do desenvolvimento. No mundo atual, não se cresce – nem se geram empregos e renda – sem abertura. O Brasil será mais competitivo e crescerá mais se for mais integrado ao mundo e às chamadas cadeias globais de valor.

A política externa do Governo Meirelles estará voltada à abertura de mercados para nossos produtos, à atração de investimentos para nossos setores produtivos e para nossa

infraestrutura. Será uma política externa de fortalecimento de um Mercosul que privilegie o livre mercado – afinal, temos de começar pela nossa região. Será uma política externa de mais acordos econômico-comerciais com parceiros de todos os perfis e de todas as partes do mundo.

Priorizaremos as negociações em curso, como a do Mercosul com a União Europeia, e abriremos novas frentes. Vamos negociar a adesão à OCDE, em busca do aprimoramento de práticas compatíveis com os mais elevados padrões mundiais.

Tudo isso sem abrir mão dos nossos valores fundamentais: a democracia, os direitos humanos e o diálogo. O Governo Meirelles defenderá uma ordem internacional baseada nessas regras.

O BRASIL MAIS JUSTO

Como esperar que uma criança pobre possa competir em igualdade de condições com uma criança rica quando o destino delas foi selado no momento do nascimento?

A criação de oportunidades iguais para todos passa por uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O desenvolvimento de nossas crianças no período de 0 a 5 anos de idade é determinante para a sociedade que teremos no futuro, dado o impacto que essa fase tem na capacidade de aprendizagem e na formação da inteligência.

O Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas a realidade é que nossas crianças que vão à escola pouco aprendem.

Mesmo investindo na área de educação um percentual maior do que a média dos países da OCDE (6,0% do PIB contra 5,5% do PIB, respectivamente), o Brasil fica muito aquém de seu potencial nos índices internacionais de avaliação de ensino, como o Pisa. O quadro sugere que há uma má alocação dos recursos.

O resultado de uma educação de baixa qualidade é a perpetuação das desigualdades e a limitação dos ganhos de produtividade. Dessa forma, não há crescimento nem geração de emprego e renda de forma sustentável.

O resultado disso são índices decepcionantes de aprendizagem, professores mal remunerados, infraestrutura deficitária. A consequência é que estamos formando alunos sem saber o mínimo necessário para o ingresso no mercado de trabalho.

É preciso dar condições materiais às famílias, treinamento e condições de trabalho aos

professores e afastar qualquer possibilidade de ideologização do ensino.

Assim, o desafio da nova gestão é o de realizar uma verdadeira cruzada pela qualidade do ensino público no Brasil, a começar pela educação básica.

A educação infantil é a principal política de investimento em capital humano e a que tem a maior taxa de retorno. A proposta do Governo Meirelles é:

- Criar o Pró-Criança, oferecendo, nos moldes do Prouni, a todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de optar por colocar seus filhos em creches particulares.

O BRASIL MAIS INTEGRADO

A candidatura de Henrique Meirelles defende um Brasil MAIS INTEGRADO, no qual as distâncias fiquem mais “curtas”, graças a investimentos em logística, mobilidade e infraestrutura, garantindo aos brasileiros uma maior qualidade de vida.

O Brasil MAIS INTEGRADO será o maior projeto de infraestrutura urbana do país.

O investimento em infraestrutura é fundamental para o crescimento do país por duas razões importantes. Em primeiro lugar, por ser um investimento altamente intensivo em mão de obra e, portanto, com enorme capacidade de geração de empregos por unidade de investimento.

Segundo, o investimento em infraestrutura tem implicações positivas importantes sobre outros setores, como ganhos de produtividade e reduções de custos. O resultado é um aumento da eficiência em todos os setores da economia, aumento do investimento e, portanto, do emprego na economia como um todo.

O Brasil investiu, em 2016, 1,95% do PIB em infraestrutura, e estima-se que tenha investido 1,72% em 2017. Cálculos recentes de estoque de capital no setor sugerem a necessidade de se investir 2,3% do PIB ao ano, apenas para compensar a depreciação do capital fixo *per capita*.

No entanto, para se modernizar a infraestrutura do país, no sentido de universalizar a cobertura de serviços básicos e melhorar sua qualidade consistente com um país de renda média, estima-se que seria necessário um investimento de 4,15% do PIB ao ano, por aproximadamente duas décadas.

Dito de outra forma, para atender às necessidades de universalização de serviços e requisitos mínimos de qualidade, seria necessário que o estoque de capital em infraestrutura fosse de ao menos de 60% do PIB.

Vale destacar que o investimento público aumentou de modo expressivo entre 2003 e 2010, quando Henrique Meirelles esteve à frente do Banco Central. No período, houve um aumento de dois pontos percentuais, passando de 2,6% para 4,6% do PIB. A partir de 2011, início do Governo Dilma, o indicador entrou em trajetória de queda acentuada, até atingir o fundo do poço em 2017.

O Governo Meirelles fará uma mudança para ampliar a oferta de serviços de infraestrutura e impulsionar novos investimentos, com a implementação das seis linhas de atuação descritas em seguida:

- Terminar as obras públicas paralisadas e priorizar a retomada das obras que mais trazem benefícios à sociedade;
- Planejar melhor a expansão da infraestrutura no país, evitando erros e desperdícios tão comuns no passado;
- Simplificar o processo de concessões, possibilitando uma desconcentração dos investimentos, tanto em termos regionais como de tamanho;
- No caso das concessões plenas, reequilibrar o risco do empreendimento entre poder concedente e concessionário, evitando os extremos, atraindo, dessa forma, um universo maior de investidores com maior segurança jurídica;

- Dotar de efetiva autonomia decisória e financeira as agências reguladoras, reduzindo a incerteza regulatória que faz enorme dano ao país;
- Acelerar o processo de privatização, nas áreas em que isso for necessário, garantindo que os recursos públicos não escoem pelo ralo dos prejuízos das empresas que hoje dependem do Tesouro Nacional.

Há no país mais de 7.400 obras paralisadas financiadas pelo Governo Federal, em todos os segmentos de infraestrutura física e social, envolvendo R\$ 76,7 bilhões. Retomá-las é imprescindível não apenas para impulsionar a economia no curto prazo, mas para expandir a capacidade de crescimento, competitividade do país e o bem-estar da população.

O Governo Meirelles vai estabelecer como prioritárias as obras que busquem claramente um grande retorno social, como, por exemplo, saneamento básico, mobilidade urbana e creches.

Um segundo grupo importante são obras que estão mais próximas de conclusão, pois com relativamente poucos recursos podem ser entregues à população.

Em terceiro, obras com maior potencial de atraírem recursos privados no atual estágio, minimizando o comprometimento do dinheiro público. Nesse contexto, o BNDES poderá ser instrumental no processo de avaliação e priorização das obras, envolvendo ainda universidades para auxiliar na identificação das prioridades.

A expansão da infraestrutura terá um planejamento integrado, que envolva os investidores. Para evitar a repetição de erros do passado como, por exemplo, começar uma obra sem um projeto executivo, ou mesmo o projeto básico, e alocar recursos

públicos sem qualquer consideração de como o projeto se encaixa no planejamento da expansão do setor.

O Governo Meirelles vai estabelecer um sistema aberto e interativo de planejamento, com a criação de “mesas de diálogo público-privado”, sob escrutínio da população e dos órgãos de controle.

A retomada das obras de infraestrutura e logística é decisiva para o aumento da competitividade da agricultura. Em apenas 40 anos, o Brasil saiu da situação de importador de alimentos para se tornar celeiro do mundo.

Lavouras e florestas plantadas ocupam 8% do território nacional. As pastagens, 19,7%.

No Ministério da Fazenda, Meirelles criou as condições para que bancos financiassem as duas maiores safras da história. Dívidas de pequenos agricultores do Nordeste foram renegociadas e acelerou-se a entrega de títulos de propriedade em todo o país.

Financiamento, inovação, expansão dos projetos de pequenos irrigantes e melhoria da infraestrutura serão prioridades para que os agricultores sigam ampliando a produtividade. Outras medidas de apoio estão previstas, como o reforço da segurança no campo e a expansão da telefonia celular, graças ao satélite geoestacionário do Brasil.

Um BRASIL MAIS INTEGRADO requer valorização da nossa biodiversidade e ações de proteção ao patrimônio natural. O Governo Meirelles seguirá com os objetivos do Acordo de Paris, elevando a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética, incentivando o reflorestamento e estimulando o investimento em energias renováveis.

A criação das unidades de conservação nos arquipélagos de São Paulo e São Pedro (PE) e Trindade e Martim Vaz (ES) representam avanços inquestionáveis na proteção de nossas áreas marinhas.

Programas de redução do desmatamento na Amazônia, de recuperação de nascentes e de revitalização do Rio São Francisco precisam ser acelerados, assim como a conversão de multas ambientais em novos recursos para serem usados em programas de conservação e revitalização do meio ambiente.

O BRASIL MAIS HUMANO

Um Brasil mais MAIS HUMANO requer de nós a compreensão das imensas e históricas desigualdades sociais. O Estado tem o dever de curar essa ferida.

Temos a obrigação de levar dignidade e respeito a todos que dependem do Sistema Único de Saúde, fortalecendo a saúde preventiva.

O sistema de saúde brasileiro dá prioridade ao tratamento da doença, e não do paciente. Esse modelo de saúde pública representa enorme custo para o Estado.

O objetivo é inverter a lógica e aumentar os investimentos em promoção da saúde e qualidade de vida.

Também é preciso trazer maior eficiência aos gastos do setor. Dados do Banco Mundial mostram que o Brasil poderia aumentar os resultados de saúde em 10% com o mesmo nível de gastos.

O estudo também aponta 37% de ineficiência na atenção primária e 71% nos cuidados de saúde secundários e terciários.

Dados do Conselho Federal de Medicina mostram que, nos últimos 13 anos, foram autorizados R\$ 80,5 bilhões para investimentos na saúde, mas apenas R\$ 33 bilhões foram efetivamente gastos e outros R\$ 47,5 bilhões deixaram de ser investidos. Em outras palavras, de cada R\$ 10 previstos para a melhoria da infraestrutura em saúde, R\$ 6 deixaram de ser aplicados. Isso precisa acabar.

O Governo Meirelles vai:

- Ampliar a participação do Governo Federal no financiamento do setor;
- Melhorar a aplicação dos recursos, investindo em melhor organização, eficiência e boa gestão do sistema, com critérios de desempenho; maior autonomia hospitalar; incentivos e planos de carreira; maior integração entre estabelecimentos públicos e privados;
- Ampliar os serviços de atenção básica e a coordenação das redes de atenção à saúde;
- Fortalecer e ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família;
- Facilitar o acesso da população a consultas e exames por meio da informatização das unidades de saúde;
- Promover o saneamento e a recuperação financeira dos hospitais filantrópicos e das Santas Casas;
- Retomar os mutirões da saúde.

O Brasil MAIS HUMANO respeita a diversidade, a pluralidade étnica e os direitos dos cidadãos consagrados na Constituição, na legislação ordinária e na jurisprudência.

O BRASIL MAIS SEGURO

Nós temos que voltar a confiar no Estado como ente protetor de todos nós.

O Brasil MAIS SEGURO será o maior programa de segurança pública já realizado no país. Faremos uma cooperação intensiva de inteligência com os estados para que as polícias resgatem a confiança da sociedade e para reduzir a violência que tem dizimado milhares de vidas brasileiras todos os anos.

De acordo com dados do Atlas da Violência 2018, o país registrou 62.517 homicídios em 2016, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes – 30 vezes a da Europa. São jovens e negros as maiores vítimas da violência. Em 2016, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no país em 2016 eram negras ou pardas.

Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas morreram devido à violência intencional no Brasil. Vários são os fatores que estão na origem do problema da segurança, mas três são particularmente importantes: impunidade, falta de policiamento ostensivo e precariedade do sistema penitenciário nacional.

A situação é mais grave nos estados do Norte e do Nordeste, onde estão as sete unidades da Federação com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Por isso, será necessário um olhar especial e cuidadoso com os brasileiros que vivem nessa região.

A taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006. Nossos jovens negros estão morrendo e isso precisa acabar.

Uma cultura de paz e confiança exige resgatar do terror da violência todas as populações vulneráveis.

Além de buscar oportunidades iguais para todos e focar em ensino de qualidade desde a primeira infância, é preciso atacar o problema imediato.

A explosão da população carcerária também é um problema grave. O número de presos quase dobrou em uma década, passando de 401,2 mil para 726,7 mil, de 2006 a 2016, tornando os presídios terrenos férteis para facções criminosas.

Ainda que a Constituição determine que esta é uma atribuição dos Estados, é impossível a qualquer governo desconhecer a crise da segurança pública. É preciso acabar com a impunidade, aumentar o policiamento, investir em ações de inteligência e reformar o sistema penitenciário nacional. O Governo Meirelles vai:

- Aumentar o policiamento ostensivo, com incremento de parcerias público-privadas;
- Investir em investigação policial – que hoje elucida apenas 15% dos homicídios cometidos no país – e na agilidade do trâmite judicial;
- Investir em inteligência, compartilhamento de informações, cooperação e coordenação entre órgãos de segurança pública nos três níveis da Federação, com coordenação da Presidência;
- Reformar o sistema penitenciário nacional, com a construção de novas penitenciárias, que consigam separar os chefes de quadrilhas dos detentos de menor periculosidade, cuja probabilidade de recuperação é elevada.

Um Brasil MAIS SEGURO fortalecerá a capacitação do país no campo da defesa. O Governo Meirelles incentivará os programas para dotar o país de meios para exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais e a segurança das linhas de comunicações marítimas; a vigilância, controle e defesa do espaço aéreo e a segurança das linhas de navegação aéreas; a vigilância, controle e defesa das fronteiras. O governo patrocinará ações que visem à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente, particularmente na Amazônia. Também fortalecerá a segurança cibernética do Brasil.

O Governo Meirelles trabalhará tanto com os parceiros tradicionais do Brasil como com novos atores, a exemplo dos países do Brics, para fortalecer e ampliar os projetos de cooperação na área de segurança. É imprescindível um mundo mais integrado, sobretudo nas ações de inteligência, para o combate ao crime transnacional, ao terrorismo, ao tráfico de pessoas e drogas.

**Um Brasil MAIS FORTE, MAIS JUSTO, MAIS INTEGRADO, MAIS HUMANO
e MAIS SEGURO é um Brasil à altura dos sonhos de cada um dos brasileiros.**

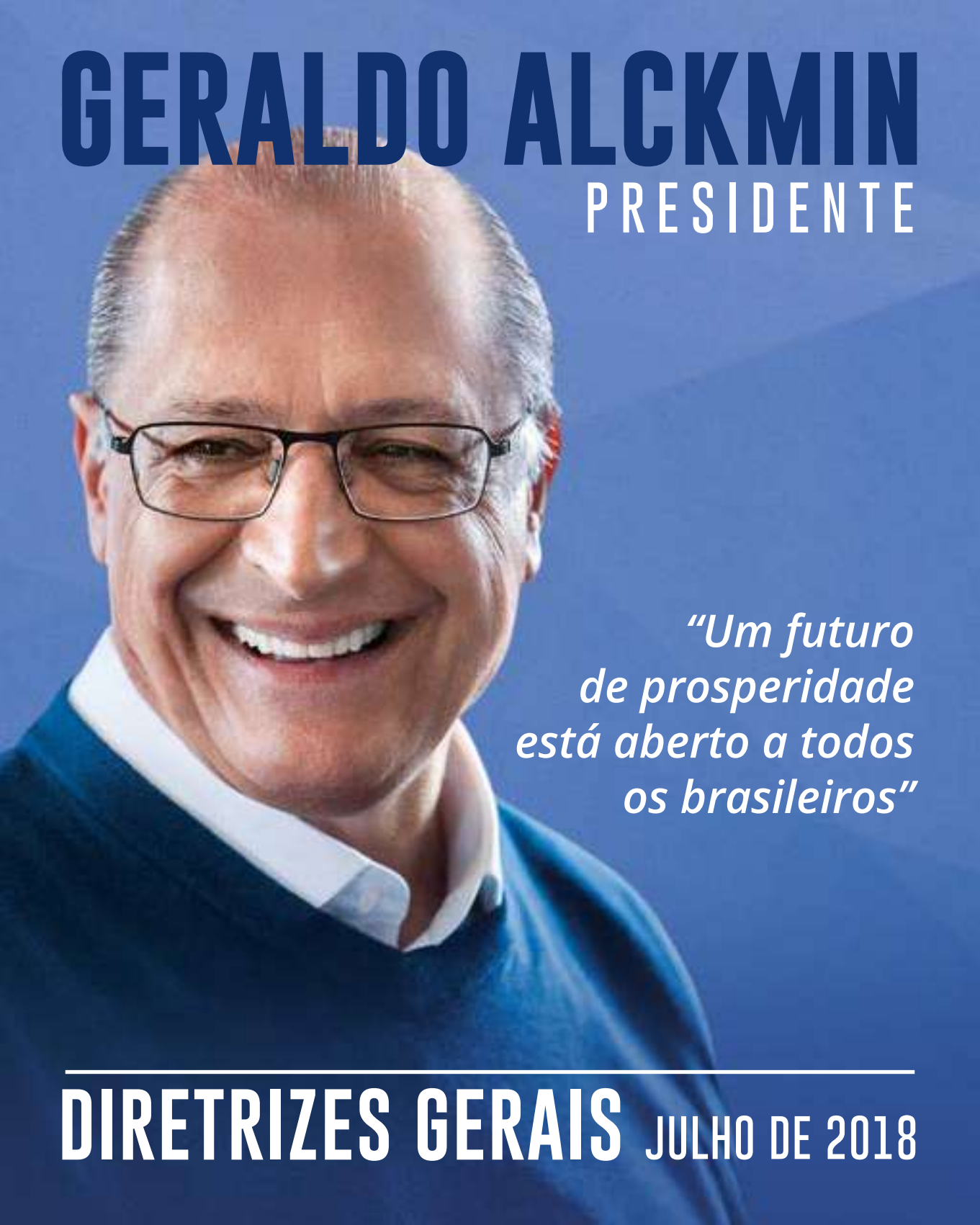
Só quem sabe quando e por que os governos anteriores erraram e tem a experiência para escolher o caminho certo a seguir pode mostrar que é possível construir o país que o POVO deseja.



Vice Germano Rigotto

GERALDO ALCKMIN

PRESIDENTE

A portrait of Geraldo Alckmin, a middle-aged man with glasses, smiling. He is wearing a dark blue sweater over a white collared shirt. The background is a solid blue color.

*“Um futuro
de prosperidade
está aberto a todos
os brasileiros”*

DIRETRIZES GERAIS JULHO DE 2018

SUMÁRIO

O BRASIL DA INDIGNAÇÃO *PÁG. 4*

O BRASIL DA SOLIDARIEDADE *PÁG. 8*

O BRASIL DA ESPERANÇA *PÁG. 12*



O Brasil precisa se livrar dos males da corrupção e do Estado ineficiente, que sorve dinheiro do povo por meio de impostos elevados e oferece serviços públicos de baixa qualidade.

O Brasil precisa se tornar um país mais justo, onde a igualdade de oportunidades seja assegurada pela educação pública de qualidade e por programas sociais que assegurem uma vida digna aos mais vulneráveis.

O Brasil precisa voltar a crescer, para que os brasileiros possam empreender, trabalhar, inovar, prosperar e criar suas famílias e negócios com segurança.

O BRASIL DA INDIGNAÇÃO



O BRASIL DA INDIGNAÇÃO

Ninguém aguenta mais sustentar um Estado caro e ineficiente que cobra altos impostos e presta serviços públicos de baixa qualidade. Vamos enfrentar esse problema, promovendo uma profunda reforma do Estado. Vamos combater a corrupção, eliminar privilégios e criar mecanismos de avaliação e de mensuração da qualidade e da eficiência dos serviços públicos.



- Tolerância zero com a corrupção
- Promover a reforma política e o voto distrital para reduzir o número de partidos e reaproximar o eleitor do seu representante
- Combater o desperdício, reduzindo o número de ministérios e cargos públicos e cortando despesas do Estado, bem como mordomias e privilégios
- Estabelecer uma cultura de acompanhamento e avaliação dos resultados de todas as políticas públicas implementadas pelo Estado
- Criar mecanismos de transparência para que o cidadão possa acompanhar a execução das políticas públicas e opinar sobre elas
- Garantir a segurança jurídica por meio da desburocratização de processos, simplificação de regras e despolitização de agências reguladoras
- Criar e desenvolver o 'Projeto Cidadão': menos regras, menos certidões, mais confiança na idoneidade dos cidadãos e punição rigorosa para quem fraudar
- Descentralizar o poder e dar mais autonomia para estados e municípios
- Eliminar o déficit público em dois anos
- Privatizar empresas estatais, de maneira criteriosa, para liberar recursos para fins socialmente mais úteis e aumentar a eficiência da economia
- Reduzir a fragmentação excessiva e os conflitos entre instâncias e órgãos de governo
- Simplificar o sistema tributário pela substituição de cinco impostos e contribuições por um único tributo: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA)
- Criar um sistema único de aposentadoria, igualando direitos e abolindo privilégios
- Reduzir o número de homicídios, engajando estados e municípios para reduzir a taxa de homicídios para, pelo menos, 20/100 mil habitantes
- Combater o crime organizado e o tráfico de armas e drogas com a integração da inteligência de todas as polícias
- Criar a Guarda Nacional como polícia militar federal apta a atuar em todo o território nacional.
- Apoiar uma ampla revisão da Lei de Execução Penal para tornar mais difícil a progressão de penas para os infratores que cometeram crimes violentos e que tenham envolvimento com o crime organizado

O BRASIL DA SOLIDARIEDADE



O BRASIL DA SOLIDARIEDADE

A redução das desigualdades sociais exigirá um sério comprometimento do governo, para melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso à saúde, combater a violência e promover o respeito às mulheres, idosos e minorias.



- **Vamos dar prioridade à primeira infância. Promoveremos a integração de programas sociais, de saúde e educação, do período pré-natal até os seis anos de idade, para que nossas crianças possam ter, de fato, igualdade de oportunidades**
- **Investiremos na educação básica de qualidade e teremos como meta crescer 50 pontos em 8 anos no PISA - o mais importante exame internacional de avaliação do ensino médio**
- **A revolução na educação básica requer um sério investimento na formação e qualificação dos professores. Vamos transformar a carreira do professor numa das mais prestigiadas e desejadas pelos nossos jovens**
- **Vamos incrementar o programa Bolsa Família, aumentando os benefícios para os mais necessitados**
- **A digitalização de dados, a implantação de um cadastro único de todos os usuários do SUS e a criação de um prontuário eletrônico com o histórico médico de cada paciente, são passos fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento na saúde e combater desperdícios**
- **Vamos ampliar o Programa Saúde da Família e incorporar a ele mais especialidades**
- **Criaremos um programa de credenciamento de ambulatórios e hospitais “amigos do idoso”**

- **Vamos fomentar ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias educativas de sensibilização de adolescentes e apoio integral no caso de gestação**
- **Atuaremos na prevenção primária e secundária ao crime nas áreas mais violentas do país, com atenção especial aos jovens, que são sua maior vítima**
- **Vamos estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças**
- **Adotaremos políticas afirmativas para as populações negra e indígena, garantindo a igualdade de oportunidades**
- **Vamos zelar pelo cumprimento dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e promover sua regulamentação**
- **Garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2027**
- **Oferecer proteção especial para o idoso, mediante programa de combate aos maus tratos, como também de acesso à moradia, educação e cursos profissionalizantes**

O BRASIL DA ESPERANÇA



O BRASIL DA ESPERANÇA

O Brasil precisa voltar a crescer, atrair investimento privado e gerar emprego e renda. Sem crescimento, não se resolvem os problemas econômicos e sociais, e não se combatem as desigualdades. Fazer o Brasil voltar a crescer é vital para o futuro de todos.



- Priorizaremos políticas que permitam às regiões Norte e Nordeste desenvolver plenamente as suas potencialidades em áreas como energias renováveis, turismo, indústria, agricultura e economia criativa
- Abriremos a economia e faremos com que o comércio exterior represente 50% do PIB. isso é vital para retomarmos a agenda de competitividade do país
- Transformaremos o Brasil no país mais atrativo para empreender e investir na América Latina
- Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada, como fator estratégico para aumento da competitividade da economia brasileira
- Fortaleceremos o ensino técnico e tecnológico, qualificando os jovens para atuar na nova economia
- Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil
- Usaremos a nossa diplomacia para firmar acordos comerciais que nos ajudem a expandir os mercados brasileiros no exterior e a reinserir o país na economia global
- Promoveremos o desenvolvimento da indústria 4.0, da economia criativa e da indústria do conhecimento, fomentando o empreendedorismo em áreas de

inovação, da cultura, do turismo e, especialmente, em áreas onde já somos líderes, como a agroindústria

- A liderança do Brasil na agricultura será reforçada pela transformação do Plano Safra em um plano plurianual para dar previsibilidade às regras da política agrícola, pela garantia da paz e da segurança jurídica no campo e pela consolidação dos programas de seguro agrícola e rural
- Nas Relações Exteriores, o Brasil vai defender vigorosamente os valores que prezamos internamente, como a democracia e os direitos humanos, em especial na América do Sul. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), servirão como referências no relacionamento externo brasileiro. A gestão da Amazônia, bioma compartilhado com nações amigas, receberá especial atenção. O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são grandes ativos do Brasil. Perseguiremos com afinco o cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris
- O Brasil vai crescer de forma sustentável. Somos a principal nação do mundo para liderar a economia verde, conciliando desenvolvimento com preservação. Por isso, seremos firmes e técnicos na questão ambiental, evitando a politização e a visão de curto prazo que pautaram os debates ambientais
- Reconhecemos as diversas manifestações da cultura brasileira em seu valor intrínseco, como ferramenta de projeção do Brasil e como parte da política de desenvolvimento econômico

**GERALDO
ALCKMIN**

Para ver o Programa de Governo
na íntegra, acesse o site:
geraldoalckmin.com.br

Programa da Coligação

VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL

Guilherme Boulos e Sonia Guajajara

Introdução

O programa de governo da aliança que envolve PSOL, PCB, MTST, APIB, Mídia Ninja e vários outros movimentos sociais tem objetivo de apresentar uma nova esperança para o Brasil, um projeto de país e de nação soberana, democrática, igualitária, revertendo o caos atual de aprofundamento das desigualdades sociais, do medo e da desesperança.

Após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, o Brasil passa por um reordenamento ultra-liberal do Estado, com o aprofundamento de ataques a toda ordem de direitos históricos da classe trabalhadora e setores oprimidos; há uma lógica opressiva e repressiva de extermínio nas periferias urbanas contra os mais pobres, jovens, negros, mulheres, LGBTI, no campo, contra os sem-terra, os povos indígenas, há uma crise de representações políticas e da institucionalidade construída pela Nova República.

Num país em que seis pessoas concentram a mesma riqueza que cem milhões de brasileiros, em que os bancos ampliam seu lucro em 21% e o agronegócio amplia o desmatamento da Amazônia em 27% – num único ano – mesmo com crescimento econômico negativo, não é de se estranhar que se amplie entre o povo o medo de um futuro ainda pior.

Mas apesar da ofensiva liberal para desmontar o Estado e precarizar direitos para que o Capital recomponha suas taxas de lucros, o Brasil não sai da crise. A ilegitimidade e impopularidade do governo Temer atinge níveis históricos, a crise econômica e social mantém o Brasil na estagnação e sem perspectiva de crescimento. Dramáticas taxas de desemprego, precarização salarial e de direitos, aumento do ódio, da intolerância e da violência. O Brasil precisa de outro caminho, pois se em algum momento imaginou-se ser possível conciliar os interesses dos trabalhadores e da “Casa Grande”, a história recente demonstrou que esse caminho não é alternativa.

Mas há também de uma ampla e multifacetada resistência social. Este quadro nos faz partir da ideia de que os dois eixos ordenadores deste programa são a luta contra a desigualdade social, visando seu fim – traço estrutural do país em suas mais diversas e perversas facetas nos seus 518 anos de história – e a democratização do poder político. Ou seja, a construção de outro projeto de poder cujo princípio seja a radicalização da democracia e da participação popular na busca de outro modelo de sociedade.

Por isso, vamos enfrentar os privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país. A estrutura oligárquica, predadora, atrasada, super-exploradora do capitalismo brasileiro, agora em sua fase ultraliberal, tem que ser confrontada com medidas e propostas que toquem a raiz dos privilégios dos dominantes, nesse sentido radical sim, pois não se pode pensar em democratização do poder e combate a desigualdade social sem tocar nos privilégios.

O programa apresenta medidas para enfrentar o capital financeiro, o agronegócio, os monopólios (incluindo os do controle da informação da grande mídia), combater os laços da dependência econômica, comercial e tecnológica, mudar a lógica de um aparelho de Estado ultra repressivo e voltado para agredir o seu próprio povo.

Por isso, apresentamos um perfil de programa anti-sistêmico, popular, radical e que combata o conservadorismo.

A fundamentação deste programa será a da centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas demandas de mulheres, negros e negras, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática. Será transversal nas suas demandas para buscar uma totalidade para um projeto de nação.

Por isso quando falarmos de modelo de desenvolvimento e de política econômica, estaremos falando e muito de meio-ambiente, de um balanço dos modelos de crescimento predadores de recursos naturais, florestas e comunidades humanas; estaremos falando também de mundo do trabalho e da seguridade social, da política de geração de empregos para a juventude.

Quando abordarmos as demandas das pautas de opressões, estaremos falando da maioria da classe trabalhadora brasileira. Não estaremos tratando "apenas" e separadamente do feminismo, da luta da negritude, das reivindicações do movimento

LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil. Trata-se de um profundo acerto de contas histórico que um novo programa de esquerda tem que fazer com a herança do genocídio negro e indígena, da escravidão e da opressão.

Quando estivermos falando de Estado e democratização do poder estaremos tratando da soberania nacional, da necessária democratização dos meios de comunicação, de um estado voltado para os direitos sociais, de participação popular na decisão dos grandes temas nacionais, de uma outra política de segurança pública, cidadã.

Por isso, decidimos construir esse programa a muitas mãos, de forma coletiva. Foram 17 Grupos de Trabalho, com quase 300 pessoas de movimentos sociais e da intelectualidade, para formular um programa que, sem perder a totalidade do projeto de país, fizesse um diagnóstico e um conjunto de propostas para cada um dos temas onde estão as demandas mais sensíveis do povo brasileiro. Submetemos os trabalhos iniciais para debate público e coleta propostas na plataforma online do Vamos. Também realizamos atividades públicas, em todas as regiões do Brasil! Por fim, chegamos a esta síntese, instrumento que apresenta entendimentos e demandas urgentes de nosso povo, um programa de governo de baixo para cima!

Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil é, portanto, um programa de país que apresenta seguir medidas para as principais questões nacionais que precisam ser respondidas nas eleições de 2018.

I- PARA TIRAR O BRASIL DA CRISE: UMA ECONOMIA A SERVIÇO DAS PESSOAS

O Brasil é um país continental com níveis abissais de desigualdade e de carências de infraestrutura física e social, que ainda enfrenta uma das maiores crises de sua história. Os últimos governos adotaram uma política de conciliação de classes nos anos 2000 favorecido por um cenário externo que permitiu a expansão de investimentos públicos e gastos sociais, redistribuindo renda na base da pirâmide sem enfrentar a concentração de renda no topo e seus mecanismos de reprodução. A política econômica e o orçamento público passaram a ser cada vez mais capturados pelos interesses de grupos de alto poder econômico e político, com prejuízos graves à maioria da população.

O breve ciclo de investimento dos anos 2000 também serviu para demonstrar como o desenvolvimento econômico pode tomar formas predatórias sobre o meio ambiente, de descaso com populações nativas e trabalhadores atingidos pelos grandes projetos e fortalecer o poder econômico. O programa de economia procura estabelecer as condições para a implementação de um novo projeto, reorganizando a estrutura produtiva nacional e direcionando o sistema de ciência, tecnologia e inovação para um modelo voltado a atender majoritariamente as longas carências que existem na sociedade brasileira.

A crise atual não é mais do que reflexo do esgotamento de um modelo de desenvolvimento insuficiente para promover mudanças estruturais necessárias, para que se estabeleça um processo de real transformação social. Sem uma reestruturação adequada da matriz industrial brasileira, sem a redução do peso fiscal provocado pela sustentação da dinâmica do rentismo e sem um processo substancial de transferência de renda para a população, qualquer suposto desenvolvimento econômico estará fadado aos ciclos de curta duração.

Nos cinco anos que antecederam a crise financeira internacional de 2007-8, o 0,1% mais rico da população se apropriou de 68% do crescimento da renda nacional. Ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao

crescimento acelerado dos rendimentos de trabalhadores da base da pirâmide — fruto da valorização do salário mínimo e do crescimento de setores muito intensivos em mão de obra menos qualificada —, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve altamente concentrada na mão dos super ricos.

Enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, o 1% mais rico subiu a sua parcela de 25% para 28%. Mais uma vez, fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% naqueles anos.

Desde o fim do ciclo de alta no preço dos produtos que mais exportamos (petróleo, minérios de ferro e *commodities* agrícolas), em 2011, a agenda de crescimento substituiu investimentos públicos e gastos sociais feitos diretamente pelo Estado pela concessão de incentivos à lucratividade das grandes corporações. As desonerações fiscais e demais medidas adotadas não só não geraram os efeitos esperados sobre os investimentos privados e as exportações, como ampliaram o caráter concentrador de renda da política econômica e contribuíram para deteriorar as contas públicas.

Desde 2015, a adoção da agenda de ajuste fiscal pela via dos cortes de investimentos e gastos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura e demais serviram para aprofundar a recessão brasileira e ampliar desigualdades. A falta de uma agenda para o crescimento econômico sustentável e a geração de empregos formais está tornando esta a mais lenta recuperação da história das crises brasileiras. O esgotamento do modelo anterior, sem nenhuma proposta de sua superação, no fim, é a causa também da deterioração das contas públicas, adiando a retomada da arrecadação de impostos e produzindo o aumento da dívida pública em proporção do PIB.

Além disso, desde o golpe parlamentar de 2016, o projeto para o país defendido pelo grande capital e aplicado pelo governo Temer acelerou o processo de desnacionalização iniciado na década de 90. Há uma tentativa em curso de destruir os mecanismos que nos permitiriam recuperar a capacidade do Estado de promover o bem-estar da população com o governo impondo uma política de desmonte institucional e promovendo a rapina das empresas estatais pelo capital internacional.

Além da privatização e do aumento de participação de empresas estrangeiras em setores estratégicos para o país, a partir da alteração da regra de exploração do Pré-Sal, que permite que outras empresas (nacionais ou estrangeiras) explorem nossos poços de petróleo, alterações na lei de mineração, e as tentativas de privatização da Eletrobrás e, até mesmo, do Aquífero Guarani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km², o golpe serviu também para mudar as relações entre capital e trabalho. A flexibilização do mercado de trabalho brasileiro se deu pela permissão do uso da terceirização em toda e qualquer atividade e da aprovação da reforma trabalhista – que alterou 117 artigos e 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) –, podendo ser sentida pela classe trabalhadora a partir do desemprego, das demissões em massa e da ampliação do trabalho informal e precarizado. O Brasil foi chamado à ordem e o governo Temer está integrando o país às normas de reprodução do capital no plano internacional.

O Brasil é o quinto país em extensão territorial e o primeiro em área agriculturável no planeta e tem as maiores reservas de água doce e riquezas minerais de importância estratégica como o nióbio. Apesar do processo de desindustrialização que vem sofrendo, possui ainda uma base industrial que permite rapidamente avançar na recuperação da indústria de transformação e tecnologia de ponta, além de uma posição geopolítica privilegiada no Atlântico Sul e na América do Sul. Temos amplas condições de superação da crise atual, através da utilização de nosso mercado interno e nosso potencial econômico.

Logo, a crise será enfrentada através da recuperação de uma trajetória de desenvolvimento, em que se procure responder aos problemas estruturais da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o processo de construção nacional fornece sustentação a uma política de geração de emprego e renda. Trata-se, portanto, de um programa focado em uma política de investimentos direcionada à melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura e na redução das desigualdades regionais, com um forte componente de geração de empregos e de melhoria direta das condições de vida da classe trabalhadora.

A mudança estrutural, aliada a uma perspectiva de integração regional, também irá contribuir para a superação da nossa inserção externa subordinada, marcada pela especialização na produção de *commodities* e importação de bens manufaturados de alto valor agregado. O programa propõe uma mudança na lógica de organização das

políticas industriais tradicionais, pensando a integração da política produtiva e tecnológica na política de desenvolvimento regional e urbano, definindo metas a partir da solução de questões concretas e de amplo interesse da população.

O programa distingue-se por ser, primeiramente, um projeto de transformação da estrutura econômica nacional, mas com coragem para enfrentar as questões relativas ao conflito distributivo que isso representa. Sua proposta se inicia, assim, com um amplo programa de geração de emprego com mudança estrutural, recolocando as questões macroeconômicas como formas de financiamento e sustentação do programa de transformação.

1. Desenvolvimento Produtivo e Tecnológico e Integração Nacional

As tentativas recentes de alteração radical nos padrões de vida da população através de políticas sociais, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, esbarraram nos limites da transformação social sem uma adequação gradual da estrutura produtiva às necessidades crescentes da população. A estrutura produtiva, desse modo, deve ser capaz não só de gerar mais empregos e renda como também de atender parte da expansão de uma demanda mais diversificada e sofisticada de bens e serviços, produzindo não só baixo impacto ambiental, mas também que proteja os direitos das populações nativas, quilombolas e trabalhadoras e trabalhadores.

No plano internacional, a ampliação das escalas produtivas, com a ascensão da manufatura chinesa e as transformações tecnológicas em curso – como a configuração da Indústria 4.0 – apontam para um horizonte de aprofundamento da desindustrialização e da especialização primário exportadora. O ressurgimento de políticas industriais de grande porte e, mais recentemente, o recrudescimento de políticas comerciais de cunho protecionista nas economias industrializadas ampliaram consideravelmente o cenário de incerteza sobre o comportamento da indústria e do comércio mundial no médio prazo. Nessa conjuntura, somente políticas realmente comprometidas com a transformação estrutural da economia brasileira poderão fazer frente aos desafios que serão colocados.

A conjuntura atual aponta para uma realidade em que as estratégias de desenvolvimento produtivo nacionais irão adquirir cada vez mais importância e urgência. Desse modo, um modelo de desenvolvimento nacional passa por ações de grande porte na promoção de uma estrutura produtiva diversificada, com base em políticas de inovação tecnológica e com atenção às necessidades sociais, regionais e

ambientais. A construção de um modelo de desenvolvimento nacional com amplo envolvimento da sociedade e capaz de mobilizar os recursos e instrumentos necessários passa também por rediscutir o sentido desse desenvolvimento produtivo e tecnológico seguido nas últimas décadas pelo Brasil e tendo como resultado a regressão de sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Muito mais que a promoção de empresas e setores considerados chaves, a política industrial deve pensar a reestruturação da indústria nacional a partir da assimilação das novas tecnologias e sua aplicação no provimento de uma infraestrutura social de bens e serviços públicos de maior qualidade e tecnologicamente mais eficientes. Com isto, haveria a possibilidade de políticas produtivas e tecnológicas que garantissem contrapartidas sociais claras, sem, contudo, abrir mão da promoção de tecnologias estratégicas e de instrumentos voltados ao fortalecimento da estrutura industrial brasileira.

Diante dessas transformações, é necessário rediscutir o tema e pensar novas formas de conduzir políticas para o setor industrial que evitem sua captura pelas grandes empresas e que ao mesmo tempo promovam o fortalecimento da estrutura produtiva brasileira, como condição para um desenvolvimento soberano. O que se propõe nesta agenda é uma nova forma de orientação das políticas voltadas para o setor produtivo, adaptada a partir da ideia de “política orientada por missões”. Essas políticas serão direcionadas para resolução de problemas concretos e de longa data da sociedade brasileira, com objetivo social bem definido.

Dessa forma, a política produtiva e tecnológica tem como sentido primordial a adequação gradual do sistema científico, tecnológico e de inovação aos problemas da própria sociedade, moldando assim novas trajetórias de especialização do setor produtivo brasileiro.

A proposta que se segue é a formação de eixos de atuação das políticas para o setor produtivo voltados para ações orientadas à solução de problemas históricos da sociedade brasileira, isto é, a construção de um plano de desenvolvimento voltado ao encaminhamento de soluções produtivas e tecnológicas para problemas estruturais da sociedade brasileira. Define-se, portanto, como uma política que visa utilizar a imensa carência de infraestrutura social para garantir maior apoio político, ampliação da escala produtiva de parte da indústria nacional e o aumento do encadeamento de importantes

setores industriais no Brasil através do fortalecimento de complexos produtivos ligados aos eixos temáticos propostos.

A organização a partir de tais eixos procura construir novas formas de apoio popular às políticas para o setor produtivo em função da geração de benefícios sociais diretos, de médio e de longo prazos. A reorganização da lógica de atuação da política produtiva e tecnológica ainda permite rediscutir o sentido da organização do sistema nacional de inovação e garantir um maior controle social das ações propostas. Parte-se, portanto, do princípio que a finalidade social juntamente com a ampliação do debate e do apoio da opinião pública sobre desenvolvimento produtivo e tecnológico podem criar as condições para a execução de uma política de grande porte necessária para fazer frente às mudanças previstas na estrutura produtiva mundial.

Em termos concretos, são eixos das políticas públicas em torno de temas gerais: **mobilidade urbana, saneamento básico e recursos hídricos, sistema de saúde – em particular a cadeia produtiva em torno do SUS** – e desenvolvimento dos biomas regionais – envolvendo o desenvolvimento de tecnologias aplicadas, o mapeamento dos genomas e a reorganização das zonas locais de produção a partir do papel do Estado na estruturação das cadeias de distribuição.

Os eixos procuram articular as políticas relativas ao fomento de setores chaves na economia nacional. O eixo de mobilidade urbana fornece um bom exemplo da organização dessa proposta de política, os investimentos nesta área possuem grande capacidade de geração de emprego, possuem insumos intensivos em tecnologia – podendo servir de base para políticas de conteúdo local – e possuem também efeitos de encadeamento consideráveis com a indústria nacional de bens de capital, além desses investimentos terem efeitos imediatos sobre a qualidade de vida da população nos grandes centros urbanos.

As chamadas tecnologias habilitadoras da nova revolução industrial possuem características que possibilitam explorar muitas dessas possibilidades. A disseminação dessas tecnologias ocorrerá, sobretudo, através da aplicação de soluções tecnológicas customizadas a uma série de atividades industriais, criando importantes nichos de mercado na exploração de serviços tecnológicos ligados tanto à manufatura como aos bens públicos (por exemplo, transporte, saneamento, energia renovável). Por suas características de tecnologias de propósito geral e com ampla disseminação nas

atividades produtivas, os serviços públicos estarão entre os grandes demandantes dessas tecnologias habilitadoras da manufatura avançada.

Com a mudança da lógica de orientação da política produtiva e tecnológica, parte dos recursos destinados à promoção do setor produtivo passa a estar atrelada à ampliação do estoque de bens e serviços públicos funcionais à melhoria do bem-estar social. A intensificação tecnológica dos serviços públicos e a ampliação de inovações voltadas ao desenvolvimento regional servirá de base para o incremento dos sistemas setoriais de inovação atrelados à modernização da infraestrutura social. Uma política com tal recorte tem como meta o aumento da adequação da estrutura de oferta às necessidades estruturais do desenvolvimento nacional, porém criando condições para o aumento da capacitação tecnológica de empresas brasileiras que atendam essas demandas.

O foco em problemas historicamente já colocados pela sociedade brasileira permite ainda utilizar a estrutura institucional já existente, como Embrapa, Embrapi, Fiocruz e o sistema de universidades públicas que, em geral, já são polos regionais importantes para a execução da política tecnológica e de inovação. Como o foco nas políticas passa a estar ligado a questões locais específicas, o programa procura estabelecer a centralidade da política de desenvolvimento regional como guia para as ações relativas às políticas produtiva e tecnológica.

Tal desenho de política de desenvolvimento produtivo procura integrar um conjunto fragmentado de políticas de desenvolvimento regional em uma política produtiva e tecnológica articulada em nível federal. Esta articulação serviria para criar um norte de coesão na infraestrutura relativa ao desenvolvimento regional, ampliada ao longo dos anos 2000. Com isto, articular em uma estratégia nacional a expansão dos Institutos Técnicos Federais, novos *campi* de universidades federais no interior do Brasil e as unidades regionais da Embrapa e outros centros de pesquisa. Avançar na integração dessas estruturas regionais é fundamental para explorar o potencial criado pela expansão recente das instituições de pesquisa locais, convertendo-as em instrumentos importantes para promover o aumento da produtividade e capacitação dos produtores locais.

Portanto, não se trata de se reinventar setores prioritários, nem trajetórias e paradigmas tecnológicos. Pelo contrário, defende-se que é possível criar condições para a promoção de empresas nacionais em setores dinâmicos do ponto de vista tecnológico,

porém com diferenças significativas sobre a forma de execução das políticas e cobrança dos atores envolvidos. A proposta se dirige sobretudo à mudança da lógica de articulação das políticas industriais, procurando ampliar o debate sobre o sentido do desenvolvimento e a participação da sociedade nas políticas científicas e tecnológicas.

Embora a proposta busque estruturar um norte para a política produtiva e tecnológica, não é de forma alguma excludente com as políticas de inovação de corte horizontal e com políticas verticais já estruturadas, como no caso da indústria de informática, das energias renováveis, da cadeia parapetroleira e da indústria de defesa.

A proposta de política produtiva porém, parte do princípio que é necessário: (i) criar articulação entre as políticas regionais e urbanas de desenvolvimento e a política produtiva e tecnológica em nível federal; (ii) ampliar os instrumentos de cobrança de contrapartidas e de controle social sobre a utilização dos recursos e o cumprimento de metas; e (iii) expandir as arenas de discussão sobre o sentido das políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência e tecnologia.

A garantia do controle público sobre esse modelo de desenvolvimento deve garantir o fortalecimento dos instrumentos necessários para a sua execução, o que inclui um maior protagonismo das empresas estatais e bancos públicos. Recuperar o protagonismo da política de base popular sobre a condução da economia significa também recuperar o papel tradicional das empresas estatais como instrumentos de promoção do aumento da competitividade setorial, através de políticas de compra e desenvolvimento tecnológico de fornecedores e empresas prestadoras de serviços, assim como ampliar a capacidade de regulação sobre os grandes grupos econômicos e de setores fornecedores de bens públicos – que em sua maioria possuem alto índice de concentração.

2. Instrumentos de Regulação e Instituições Públicas

Durante a última década, presenciaram-se mudanças substantivas no capitalismo brasileiro. A política de promoção de grandes empresas nacionais ampliou o grau de concentração industrial no Brasil e fortaleceu os grandes grupos econômicos de capital. O resultado dessa política foi a consolidação da presença de grupos econômicos em posições estratégicas na estrutura industrial e responsáveis pela organização de uma vasta gama de atividades de fundamental importância para o desenvolvimento nacional,

em um processo em que o modelo de desenvolvimento favoreceu a concentração do poder político.

No caso específico das grandes construtoras, o arranjo societário dos grandes projetos de investimento público e das concessões realizadas durante o Governo do Partido dos Trabalhadores privilegiou o papel central delas enquanto gestoras e realizadoras dos contratos e obras. A reorganização de cadeias produtivas estratégicas como na indústria parapetroleira e na indústria de defesa igualmente pretendia ter nas grandes construtoras agentes importantes na absorção de tecnologias chaves para garantir o fortalecimento da competitividade da indústria nacional nessas cadeias produtivas – como no caso do submarino nuclear.

O alto custo social e político da promoção dos grandes grupos econômicos, como demonstrou a conjuntura política recente, comprova o quão frágil pode ser um projeto de desenvolvimento apoiado em tais atores. É, portanto, necessário estabelecer instrumentos que melhorem o controle público sobre a transparência na condução dos projetos e cumprimento dos contratos. Neste sentido, a realização dos acordos judiciais apresenta uma oportunidade para que através da transferência de ações entre grupo controlador e setor público possa-se não só restituir os cofres públicos como ampliar os mecanismos de regulação pública sobre grandes grupos econômicos.

Nessa situação, o BNDES Participações – BNDESPar – passaria a depositário das ações em nome da União, colocando o Estado Brasileiro – em posição de *stakeholder* – no conselho deliberativo dos grupos econômicos envolvidos em processo de corrupção. Isso permitiria a redução dos riscos da descontinuidade dos projetos de investimento e de processos de transferência de tecnologias estratégicas, o que é especialmente importante no caso da indústria de Defesa. A participação pública ainda possibilitaria a ampliação dos canais de articulação destes importantes atores com as políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Além da ampliação do controle público sobre as grandes construtoras envolvidas em processos de corrupção, o programa defende a suspensão do processo de desnacionalização que vem sendo conduzido após o Golpe – como o emblemático processo de entrega da Embraer que vem sendo conduzido. A experiência internacional, demonstrada em situações recentes em que o Estado Nacional de economias avançadas atuou impedindo a aquisição de empresas de tecnologia estratégicas – como o

impedimento da aquisição por empresas estrangeiras da Qualcomm pelo governo dos Estados Unidos e da Aixtron pelo governo alemão – indica como no mundo contemporâneo o controle nacional sobre tecnologias chaves é considerado de interesse estratégico.

A maior participação pública nas grandes empresas em setores de alta intensidade tecnológica e a atuação das empresas estatais como promotoras do aumento da competitividade sistêmica continuam sendo elementos fundamentais em estratégias exitosas de desenvolvimento econômico no mundo contemporâneo. Por isso, é mais do que necessário, dadas as transformações recentes no capitalismo mundial, fortalecer o conjunto de empresas públicas como forma de garantir uma inserção internacional soberana. Empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás são, nessa perspectiva, instrumentos de intervenção estratégica do Estado na criação de condições para o desenvolvimento nacional.

A desastrosa política de preços recente da Petrobrás demonstra o alto custo social que pode representar a perda de controle público sobre setores que são estruturantes da economia nacional, como é o caso do setor de combustíveis e de energia. O controle público desses setores representa a garantia de sua articulação em uma política de desenvolvimento, com tarifas baixas e com respeito a legislação ambiental.

Nesse sentido, para aprofundar o controle sobre setores estratégicos, vamos reverter as privatizações, retomar o controle nacional da EMBRAER que é um setor de ponta e alta tecnologia. E buscar a nacionalização de setores como água, telecomunicações, e mineração com eficiência, transparência e controle social.

Em sentido oposto, setores estratégicos que foram privatizados apresentam atualmente baixas taxas de investimento e tarifas com elevado preço. A necessidade de se cumprir os contratos de concessão e ampliar os instrumentos de regulação sobre esses setores de infraestrutura, nesse contexto, passam a ter relação direta com qualquer plano de desenvolvimento produtivo e tecnológico. O setor de telecomunicações, por exemplo, tem papel chave na possibilidade de se criar condições para que o sistema industrial brasileiro possa assimilar parte das tecnologias da Indústria 4.0. Sem isso, qualquer esforço de ampliar a competitividade das empresas brasileiras ficaria comprometido

pela ausência de condições sistêmicas, tendo em vista o atraso da adequação da infraestrutura existente ao paradigma tecnológico.

A mudança do paradigma tecnológico vem redefinindo o papel do Estado e a necessidade de sua atuação no provimento de infraestrutura física, científica e tecnológica para a promoção da competitividade de todo o conjunto de empresas nacionais. Portanto, a viabilidade das políticas produtivas e tecnológicas requer maior capacidade de o setor público atuar na formação de recursos humanos e pesquisa básica, procurando coordenar Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), universidades e setor privado.

Os instrumentos públicos nesse caso devem estar voltados para a formação de uma rede de empresas integradoras das tecnologias do novo paradigma e de empresas produtoras de tecnologias aplicadas aos eixos de política produtiva e tecnológica. Neste sentido, é necessário dar continuidade à diversificação das formas de financiamento à inovação – como as chamadas públicas para *Venture Capital*, fundos não reembolsáveis e as modalidades de renda variável – ampliando os canais de atuação da Finep e BNDES. Deve-se atrelar a isto, porém, mecanismos que atuem também pelo lado da demanda pública através dos eixos de desenvolvimento propostos.

As instituições de financiamento devem, portanto, ampliar sua atuação direcionada à complexificação do setor de serviços tecnológicos e de empresas difusoras de tecnologias. Essa seria uma das formas de fortalecimento e complexificação do sistema de pequenas e médias empresas no Brasil. Mesmo reconhecendo a importância fundamental do crescimento e aumento da renda agregada para o conjunto das pequenas e médias empresas em especial, o fortalecimento desse segmento de empresas requer também a mobilização não só dos instrumentos tradicionais – como por exemplo, o Sebrae – como também a reorganização da infraestrutura de desenvolvimento regional, atuando na promoção de empresas de tecnologia de base regional e na reestruturação das cadeias de distribuição.

O plano de ação para pequenas e médias empresas de base regional, em geral, deve atuar não só via instrumentos de incentivo, mas deve contemplar igualmente as políticas de estruturação das redes de distribuição local. A atuação de instituições públicas na organização da distribuição da produção de complexos produtivos locais é condição para aumentar a viabilidade das pequenas empresas que não se encontram nos

grandes centros urbanos e para ampliar os efeitos das políticas de desenvolvimento regional.

As propostas desenvolvidas podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

- i. Criação de um grande programa de Obras Públicas no Brasil que irá expandir investimentos públicos em mobilidade urbana, moradia, saneamento básico e recursos hídricos, sistema de saúde, energias renováveis e desenvolvimento de biomas regionais para:
 - superação de carências e desigualdades históricas – de renda, de acesso a serviços e regionais;
 - saída da crise com geração de empregos e renda;
 - para o desenvolvimento de setores produtivos e tecnologias, incluindo a capacitação de pequenas e médias empresas.
- ii. O programa deverá articular entes federais, estaduais e municipais, bem como empresas privadas, bancos públicos e instituições de pesquisa:
 - além dos investimentos diretos a nível federal, investimentos de estados e municípios como contrapartida à renegociação e reestruturação de suas dívidas com a União;
 - financiamento de longo prazo a taxas de juros subsidiadas via BNDES e outros bancos públicos para inovação e investimentos das empresas nos setores-chave;
 - aumento do controle social e público sobre as empresas contratadas para a realização dos investimentos, o que inclui a utilização dos instrumentos legais como forma de aumentar a participação acionária da BNDESPar;
 - fortalecimento de institutos técnicos federais, novos campi de universidades e institutos de pesquisa (e.g unidades regionais da Embrapa) dentro da estratégia de desenvolvimento produtivo;
 - política específica para micro e pequenas e médias empresas nacionais.

- iii. Reverter o processo de desmonte dos bancos públicos e das empresas estatais para recuperar a capacidade de planejamento e coordenação dos investimentos de longo prazo em setores estratégicos, visando o crescimento econômico sustentável.

A utilização das instituições públicas como articuladoras das políticas de transformação da estrutura produtiva requer o imediato fim da privatização e desmantelamento do sistema de empresas públicas e instituições voltadas à pesquisa a que vem sendo conduzido. Para isso, o programa defende a construção de uma estrutura fiscal e tributária voltada à sustentação do processo de reestruturação da economia brasileira a partir das ideias propostas.

3. Uma Macroeconomia voltada à transformação social

A instituição de um novo modelo de financiamento das políticas públicas e desenvolvimento social somente será feita através da ampla mobilização do excedente econômico para as políticas de mudança estrutural da economia brasileira. A reorganização do orçamento público em torno de princípios mais democráticos e voltada ao processo de redução das desigualdades precisa enfrentar a lógica de captura das agências públicas pelo setor financeiro e reverter os mecanismos de transferência de renda para os ricos através dos juros e benefícios fiscais.

O programa prevê a recuperação da capacidade de gastos do Estado através da mudança da estrutura tributária, com simplificação e ampliação significativa da progressividade, e através da revisão da institucionalidade fiscalista que impede a utilização do gasto público como um instrumento de desenvolvimento e geração de emprego. A regulamentação financeira será o terceiro instrumento que possibilitará a redução do gasto com a dívida pública e a utilização da taxa de câmbio de forma mais estratégica.

A reorganização das finanças públicas e da gestão macroeconômica será reformulada em torno dos seguintes pontos:

3. Democratizar a composição das agências reguladoras para eliminar a nefasta influência das empresas reguladas, de modo a eliminar tarifas abusivas e garantir

serviços de mais alta qualidade e realização investimentos previstos em contrato nos setores de telecomunicações, água, saúde, energia, aviação, petróleo e transportes;

ii. Reformar o sistema tributário brasileiro para aumentar a equidade e a eficiência na arrecadação e seu caráter regulatório:

- reduzir alíquotas com base mais ampla ao nível da empresa e tributar mais progressivamente na renda da pessoa física, resultando em ganho líquido de 1,3% do PIB na arrecadação de imposto de renda (de 7% para 8,3% do PIB, nível inferior ao dos países na OCDE, que é de 11,1%);
 - aumentar a alíquota de isenção do IRPF, com correção da tabela do IRPF;
 - alíquota de 35% de IRPF para rendimentos acima de R\$ 325 mil por ano;
 - tributação linear sobre dividendos com base em uma alíquota de 20%;
 - redução da alíquota de IRPJ/CSLL para 25%, mas ampliando a base de incidência pela revisão de benefícios tributários, como juros sobre capital próprio, que hoje favorecem os que podem contratar planejamento tributário e aproveitar as brechas (*eg.* Bancos);
- aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade urbana e rural de 0,6% para 1% do PIB:
 - legislação para facilitar cobrança de dívidas;
 - reajuste da planta de valores dos imóveis;
 - aumento da alíquota e da progressividade.
- aumento da arrecadação com tributação sobre herança e doações inter vivos (ITCMD) de 1,7% para 1,9% do PIB tributando as grandes fortunas na herança:
 - federalizar o imposto sobre herança e aumento da arrecadação com tributação baseada em alíquotas progressivas de 2% a 40%;

- legislação para tornar nacional a administração do imposto, integrando-o com a base de dados do imposto de renda, de modo a reduzir a evasão pela mobilidade do patrimônio.
 - imposto sobre grandes fortunas com arrecadação adicional de 0,1% do PIB;
 - tributação ambiental;
 - revisão das desonerações e outros gastos tributários;
 - aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade rural;
 - legislação para fortalecer a cobrança de dívidas e a fiscalização;
 - legislação para livrar a definição do valor administrativo dos imóveis da influência de grupos de interesse políticos (*eg.* lobby ruralista);
 - regulamentação de maior progressividade de alíquotas para fins de justiça fiscal e instrumento extrafiscal para a política fundiária e fiscalização similar à do imposto de renda para as declarações do imposto territorial rural - ITR.
 - modernização e redução gradual das alíquotas dos tributos que incidem sobre bens e serviços, como a cesta básica (Pis/Cofins, IPI, ICMS etc.):
 - eliminação de cumulatividades via migração das bases de incidência para o valor agregado, com amplo aproveitamento de créditos, tributação e repartição no destino;
 - Manutenção das contribuições para a seguridade social em um modelo baseado na tributação sobre o valor agregado.
- iii. Adaptação das regras fiscais brasileiras para garantir a preservação dos investimentos públicos e gastos sociais e a estabilização da dívida pública em proporção do PIB:

- encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95;
- rever a Lei de Responsabilidade Fiscal, atual instrumento de estrangulamento das finanças públicas e indução da privatização dos serviços públicos;
- abandono da meta de superávit primário, que por depender do nível de arrecadação, dificulta o planejamento orçamentário e reforça o caráter pró-cíclico das despesas públicas;
- definição de metas plurianuais orçamentárias com base na estabilização da relação dívida-PIB no médio prazo.

iv. Mudança no perfil da dívida pública federal visando o alongamento de prazos, a eliminação da indexação dos títulos emitidos às variáveis macroeconômicas SELIC, inflação e câmbio e, assim, a redução do pagamento de juros sobre a dívida e seu caráter concentrador de renda:

- Realização de auditoria para evitar novos contratos lesivos ao povo brasileiro junto a instituições financeiras.

v. Redução da taxa de juros básica da economia pela menor vulnerabilidade externa e mitigação dos mecanismos de propagação de choques de oferta para o conjunto de preços da economia:

- regulação dos fluxos de capital de curto prazo (até 90 dias) com cobrança IOF para reduzir a volatilidade da taxa de câmbio e seus impactos sobre a taxa de juros;
- regulação sobre o mercado interbancário de câmbio que (i) onere a formação de grandes posições compradas ou vendidas em dólar no mercado à vista, e (ii) atente para episódios de manipulação por parte dos bancos como comprovado pela investigação sobre o “Cartel do Câmbio” concluída pelo CADE para o caso dos bancos estrangeiros;
- uso de depósitos de margem, prazos e alíquota sobre os valores nominais dos contratos de derivativos para reduzir o impacto da especulação financeira sobre o câmbio;

- mudança no índice de inflação considerado pela política monetária para: (a) retirar peso dos preços administrados, que são insensíveis à ação do Banco Central e (b) substituir ano-calendário pela taxa acumulada em 12 meses ou mais;
- desindexação de contratos de alugueis, concessões, pedágios e outros do índice de inflação passada;
- mandato duplo para o Banco Central para compatibilizar combate à inflação e redução do desemprego;
- reduzir dolarização e volatilidade dos preços de combustíveis e gás de cozinha, alterando a atual política de preços da Petrobrás;
- organizar o sistema de distribuição e incentivar a produção local de alimentos baseados na agricultura familiar para reduzir volatilidade nos preços;
- aumentar a independência do Banco Central em relação ao mercado financeiro:
 - Fim da circulação de executivos de alto escalão entre instituições de mercado e Banco Central pela chamada porta giratória;
 - prestação regular de contas do presidente do Banco Central ao Congresso;
 - aumentar a representatividade do Conselho Monetário Nacional, envolvendo a sociedade civil, organizações dos trabalhadores e movimentos sociais.

vi. Redução dos *spreads* e juros cobrados pelos bancos comerciais aos consumidores e empresas:

- redução da taxa de juros cobrada pelos bancos públicos para acirrar a concorrência no setor;
- realizar através dos bancos públicos uma política de refinanciamento das dívidas acumuladas por famílias e pequenas empresas a taxas de juros menores;
- fortalecer bancos comunitários e mecanismos alternativos de fomento.

- vii. Aplicação do teto constitucional para o conjunto das remunerações das três esferas de funcionalismo público, eliminando super-salários e super-aposentadorias.

As medidas propostas visam em sua maioria recuperar a capacidade de gasto discricionário do Estado e aumentar o poder de compra da população, reativando o mercado interno e recolocando a economia brasileira em trajetória de crescimento. A revogação da reforma trabalhista e a reconstrução do sistema de seguridade social visa, por fim, recuperar os mecanismos de proteção social e solidariedade intergeracional da economia nacional.

II – PODER E POLÍTICA: PRECISAMOS DE UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

UM ABISMO SEPARA O BRASIL DE BRASÍLIA

O país vive uma crise profunda. Um abismo separa o Brasil de Brasília. Os povos das instituições políticas. O assassinato de Marielle e a prisão e perseguição política de Lula transmitem uma mensagem nítida: os de baixo não devem fazer política, não devem se organizar. Se ousarem, serão massacrados. O Brasil da Casa Grande não combina com democracia.

Com o fim do sistema de pactos da Nova República, a democracia experimenta um acelerado processo de decomposição. Consumado o golpe jurídico-midiático-parlamentar, Temer é um presidente sem legitimidade e sem nenhum respaldo social. Cada vez mais encurralado por denúncias de corrupção, o usurpador mantém o suporte institucional para cumprir o mandato até o fim. A velha representação política luta para manter de pé o combalido sistema político. A seletiva e arbitrária Lava Jato quer impor mudanças reacionárias, de modo a tornar o sistema mais blindado e repressivo. Caminhamos para um regime ainda mais restrito que despreza a soberania popular caso não haja uma vigorosa mobilização popular.

A crise do centro do sistema, tanto à esquerda como à direita, abre espaço para novas forças políticas. A extrema-direita tem aproveitado isso nos últimos anos, conquistando maior influência, com uma demagógica voz anti-sistêmica. Do outro lado, a reorganização da esquerda ganhou um impulso com o lançamento da candidatura de Guilherme Boulos e Sonia Guajajara à Presidência. É urgente nos reconectar com a insatisfação do povo, sua revolta latente contra a vida que é nos imposta no capitalismo predatório.

Os sujeitos sociais e políticos não cabem mais nessas instituições. Por isso, reivindicam mudanças radicais. No entanto, não basta apenas uma tímida “reforma política” para alterar tal situação. O que o Brasil precisa é de uma modificação

estrutural de sua forma de governo que permita uma verdadeira incorporação dos povos aos processos de decisão e gestão. O aparato institucional criado após a ditadura não foi capaz de consolidar uma democracia entre nós. Superar esse fracasso histórico exige radicalizar a democracia. Precisamos defender as conquistas democráticas da Constituição 1988 e ir além. Uma revolução democrática feita por aquelas e aqueles contra os quais ergueram-se as cercas e as armas da Casa Grande.

O Brasil clama por uma revolução democrática que possa, enfim, saldar nossas dívidas históricas com o etnocídio e a escravidão. O poder da Casa Grande e seus privilégios só poderão ser derrotado por uma outra política, aquela que já é praticada e intuída nas ocupações de sem-teto e suas cozinhas coletivas; nas aldeias indígenas com seu rico universo de saberes sobre a vida compartilhada; nas práticas de cuidado, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, na cooperação e autonomia que ligam ocupações, florestas, periferias - uma política vinculada aos saberes práticos da vida cotidiana, com o desejo de tempo livre, de festa e prazer. Nos 200 anos de Marx nos parece importante retomar a imagem da revolução que, como uma “velha toupeira”, caminha incessantemente por baixo da terra, sem que se perceba a sua trajetória. Uma política sem-teto, uma política indígena, uma política da gente que trabalha cuidando, de gente que percorre nossas estradas sentindo na pele os impactos do aprofundamento da desigualdade. É essa revolta dos de baixo que pode irromper bruscamente na superfície desafiando os comandos já enferrujados, ecoando a força de uma mulher negra que recusa a obediência, nos oferecendo pistas para uma transformação com mais ousadia do que estamos acostumados a imaginar.

Essa real democracia exige a transferência paulatina de parte das atribuições dos poderes executivo, legislativo e também do judiciário para a deliberação direta. A ideia central deste processo de radicalização da democracia é: **governar não é dirigir. Governar é garantir as condições para que as pessoas dirijam a si mesmas de forma coletiva e cooperada.** A arquitetura de democracia direta, deve ser tecida desde a proximidade, onde está a energia criativa e a pluralidade para a resolução de problemas. O tempo livre é um dos elementos da arquitetura da democracia direta. É preciso pensar em mecanismos como a garantia da mobilidade, mas também a diminuição da jornada de trabalho pago e não pago, consequentemente mecanismos de socialização desse trabalho, para a produção de tempo livre. A participação precisa ser constantemente estimulada e cultivada, ela é um exercício ativo de politização e disputa

de poder. O desafio é engajar continuamente as pessoas comuns nas decisões sobre seus cotidianos. É preciso superar o "ciclo participacionista" dos governos anteriores oferecendo maior qualidade democrática para conselhos e fóruns de gestão com poder de gestão e orçamentário.

É fundamental fornecer à deliberação popular o poder de gestão. O Estado deve decidir suas políticas públicas a partir das decisões tomadas por conselhos populares setoriais e por conselhos populares locais. Tais conselhos têm como função maior livrar o Estado da cultura neoliberal tecnocrática e do poder dos lobbies, submetendo-o ao reconhecimento da inteligência prática das classes trabalhadoras. Os conselhos devem ser como instrumentos de politização permanente da vida cotidiana e do fortalecimento do engajamento coletivo, com função de gestão/decisão orçamentária e fiscalização no nível territorial (postos de saúde, escolas, creches, equipamentos de cultura, política de transporte, cozinhas comunitárias, moradia etc) buscando conferir poder deliberativo ao território.

Uma reforma efetiva do sistema político brasileiro vai muito além da reforma do sistema eleitoral discutida no Congresso Nacional e na imprensa. Deve ser mais ampla, extrapolando a vida partidária e colocando no centro a participação popular nas decisões políticas e econômicas. A política não é monopólio exclusivo dos detentores de mandatos e nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade, sendo fundamental a ampliação dos espaços de participação, de decisões políticas e o estabelecimento de políticas públicas de educação para a cidadania. Ainda assim, a consolidação da democracia passa, também, pela necessária democratização do processo eleitoral e do sistema partidário. É preciso afirmar claramente o compromisso com o barateamento das campanhas eleitorais, com a fixação de tetos baixos para gastos como medida fundamental para equalizar a competição e reduzir o poder político do dinheiro. De igual importância, é a garantia de representação negra e indígena na forma de cotas dentro das chapas.

O Estado brasileiro precisa se comprometer ativamente com o reconhecimento da existência dos mais de 300 povos indígenas, suas línguas, suas formas de propriedade, de democracia e seu modo de vida. **Na prática, esse compromisso busca o ativo engajamento à convenção 169** no que tange não só a obras e projetos, mas à **políticas públicas**, reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida. Garantir a continuidade e a ampliação da

política de demarcação de terras indígenas e quilombolas e reconhecer esses territórios também como laboratórios vivos de experiências democráticas.

É preciso, por fim, ter coragem de acabar com os privilégios daqueles que governam e nos representam como também do amplo sistema de justiça. Os salários de parlamentares e do judiciário devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso, assim todos nós poderemos acompanhar o que se faz com o dinheiro público. A política não pode ser um lugar de manutenção de privilégios como é hoje nosso envergonhado Congresso Nacional que em nome de deus e da família brasileira segue sustentando seus interesses próprios: boi, bala, bíblia, bancos. A política deve ser o lugar, fundamentalmente, de luta contra os privilégios.

É urgente compreender o sistema de justiça como um espaço de realização da política pública de justiça, da devida prestação jurisdicional, sem desprezar as regras de autonomia e independência sem as quais juízes e juízas não poderão exercer a função de solucionar conflitos, controlar o poder e garantir direitos humanos.

Contra o sistema da governabilidade dos pactos de manutenção de privilégios precisamos convocar permanentemente a mobilização popular, a força e a voz daqueles e daquelas que lutam por uma vida digna todos os dias e que trazem no corpo o desejo de outro mundo fundado da liberdade, na solidariedade e na verdadeira democracia.

1. Todo poder aos povos!

i. Novos conselhos, conselhos de verdade: por um sistema nacional de democracia direta

Defendemos que parte da destinação de gastos de todo orçamento de investimentos da união será dedicado a um novo sistema nacional de democracia direta. Um sistema nacional de coordenação federativa, com poder de deliberação e de gestão. O sistema nacional de DD seria composto por 1) conselhos locais/setoriais (educação, saúde, cultura, transporte, moradia); 2) conselhos nacionais de política econômica e setores estratégicos (política externa, COPOM, BNDES, BB, CEF, ITAIPU, Eletrobras,

Petrobras); e também 3) formas organizativas cidadãs, cooperadas e locais da vida coletiva/comum a partir de uma política de subsídio: refeitórios e cozinhas comunitárias, arquitetura popular, pequenas produções e comércios locais e suas organizações, educação popular e cursinhos comunitários, agroecologia, ocupações culturais, grupos territoriais de fiscalização e denúncia da abordagem e violência policial; grupos de autocuidado de compartilhamento de saberes sobre saúde, corpo, alimentos, plantas medicinais; autonomia reprodutiva, autonomia econômica de mulheres.

O Estado deve decidir suas políticas públicas a partir dos acúmulos desses conselhos populares setoriais e dos conselhos populares locais – uma cogestão, portanto, que mescle democracia direta e a democracia representativa. O sistema nacional de democracia direta tem como função maior livrar o Estado da cultura neoliberal tecnocrática e do poder dos lobbies, submetendo-o ao reconhecimento da inteligência prática das classes trabalhadoras. Os conselhos funcionariam como instrumentos de politização permanente da vida cotidiana e do fortalecimento do engajamento coletivo. O sistema nacional de democracia direta deve ser desburocratizado. Parte do esgotamento participacionista do ultimo ciclo tem a ver com o *“limite à atuação participativa que setores do governo promovem. As iniciativas esbarram no controle antecipado da distribuição de recursos, que é a tônica atual da administração pública, com a utilização cada vez maior de sistemas informatizados que se autobloqueiam caso haja uma pequena imperfeição em alguma de suas partes (um dos mais famosos é o temível Siconv, sistema informatizado de convênios - o que quase impossibilita a execução de atividades fim. (IPEA, 2014)*

Uma das atribuições desse sistema nacional seria também a criação de um *centro de pesquisa cidadã para novas tecnologias de democratização*: projetos territoriais, labs, apps, tecnologia social (ampliar a ideia de tecnologia), novos e mais eficazes mecanismos de decisão, produção de materiais e formação, produção de conhecimento sobre infraestrutura da vida coletiva; código abertos, software livre; plataformas colaborativas e de decisão que possam auxiliar a dinâmica dos conselhos e do sistema nacional.

2. Transparência e Gestão em Rede: Pela radicalização da abertura de informações

Para dar de fato poder, é preciso dar informações. Apesar de grandes avanços nas políticas de transparência e acesso à informações, ainda estamos na ponta da ponta do iceberg. Existe uma deepweb dos dados públicos, que vão desde sistemas automatizados que não seguem padrões até e-mails, agendas, documentos, notícias, fotos, vídeos e uma enorme gama de informações públicas que estão arquivadas em sistemas de grandes multinacionais como Microsoft, Google e Facebook, às quais nem o próprio governo tem o devido acesso. A radicalização da transparência passa por um upgrade tecnológico no setor público, que vai resolver integrações de dados e plataformas antigas, e dotar gestores e cidadãos de ferramentas digitais com o mesmo padrão de usabilidade e acessibilidade oferecido por ferramentas digitais privadas.

A democratização do poder começa com o pleno acesso às plataformas, dados e informações públicas, sendo essa também a principal ferramenta do estado e da cidadania contra a corrupção e desvio das verbas públicas. De um lado as informações são públicas e disponibilizadas em tempo real, de outra criam-se iniciativas cívicas de controle social que utilizam desse fluxo de dados para organizar redes de fiscalização e controle das atividades e gastos públicos.

i. Poder popular de revogação, deliberação e auto-representação

- 5% do eleitorado (7 milhões dos eleitores) pode obrigar que uma decisão tomada pelo Congresso ou pela presidência seja objeto de referendo. Uma petição assinada por ao menos 10% dos eleitores pode exigir que toda e qualquer decisão tomada pelo Congresso ou pela Presidência da República seja referendada ou vetada através de consulta à população.
- **Toda e qualquer reforma da Constituição só terá validade a partir de seu referendo popular.**

- As modificações constitucionais votadas no interregno do último governo não eleito (reforma trabalhista, lei de vinculação de gastos públicos etc.) serão submetidas a referendo e, caso seja escolhida a maioria, imediatamente revogadas.
- Após dois anos de exercício, todo e qualquer mandato executivo pode ser revogado em referendo. Basta que um percentual significativo do eleitorado exija, após dois anos, um referendo revogatório que será seguido de novas eleições.
- Desburocratização da possibilidade de leis de iniciativas populares, criando um órgão que garanta a agilidade de verificação das iniciativas e as encaminhe, garantindo também a possibilidade de assinaturas digitais.
- Possibilidade de formação de chapas cidadãs para a disputa de governos municipais desde que formadas até um ano antes das eleições, que consigam um número representativo de assinaturas e que disponha em uma plataforma pública e virtual seu programa de governo assim como todos os membros filiados à chapa cidadã.

ii. **Reforma eleitoral**

- Manutenção regular dos partidos políticos exclusivamente através de contribuições de filiados (até 10 salários mínimos mensais individualmente) e do fundo partidário;
- Uso de recursos do fundo partidário para a politização constante e ações afirmativas;
- Revogação da cláusula de barreira, garantindo o direito à livre organização partidária;
- Financiamento público de campanhas, permitindo a doação ao partido de pessoa física com teto de até um salário-mínimo;
- Restringir o auto-financiamento de candidato;

- Voto proporcional em listas partidárias preordenadas com alternância de gênero;
- Proibição do licenciamento de cargo eletivo para disputa de eleições para cargo diverso;
- Regulação na divulgação de pesquisas eleitorais em período anterior às eleições e restrição da divulgação nos veículos de comunicação no prazo mínimo a ser discutido;
- Restrição de contratação de cabos eleitorais nas campanhas;
- Garantia de representação negra e indígena na forma de cotas nas chapas proporcionais;
- Democratizar a Justiça Eleitoral, criando o Conselho Nacional de Regulamentação do Processo Eleitoral, com participação da sociedade civil;
- Criar órgão fiscalizador dos processos eleitorais composto pelos Partidos e organizações da sociedade civil, com dotação orçamentária própria;
- Instituição de mecanismo de destituição popular de mandatos, na forma de referendo revogatório para cargos majoritários a ser regulamento em lei específica;
- Definir distribuição de tempo de TV e fundo partidário público igualitários e democráticos, pondo fim às distorções do atual sistema, que permite a perpetuação dos grandes partidos;
- Ampliação do prazo de campanha eleitoral dos atuais 45 dias para 90 dias, como acontecia até 2014;
- Democratização dos partidos: eleições internas com cotas para mulheres e negrxs (com financiamento partidário, justo, transparente e igualitário); transparência a partir da instituição de contas abertas nos partidos aderindo à "lei de acesso à informação" e

disponibilizando todas as informações partidárias por meio de um portal público;

- Fim da reeleição indefinida para os cargos do legislativo.

3. Combate aos privilégios

i. Legislativo:

- Todos os detentores de cargos legislativos devem compor conselhos de eleitores com os quais tenham que manter reuniões periódicas, com prazo mínimo a ser determinado para prestar contas e discutir o mandato;
- Os salários de parlamentares devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em **um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso; essas medidas também serão adotadas para o Executivo;**
- A extinção privilégios disfarçados em benefícios que fortalecem a característica elitizada e elitista do legislativo. Essas medidas também serão adotadas para o Executivo, especialmente o presidente;
- Fim da reeleição indefinida;
- Participação popular na definição das prioridades do orçamento votado pelo legislativo.

ii. **Sistema de Justiça:**

- **democratização das estruturas internas.** Órgãos diretivos de tribunais acumulam importantes atribuições na definição dos rumos da prestação da justiça, como a alocação de investimentos, realização de concursos, criação de comissões e câmaras especiais. A gestão da Justiça deve atender os interesses da população e não dos próprios juízes. Tais órgãos diretivos devem, assim, ser escolhidos de forma democrática, impedindo a perpetuação de grupos internos no poder. **A escolha dos órgãos diretivos deve se dar por sufrágio direto e secreto não só dos juízes, mas também com participação de servidores do Judiciário e dos próprios jurisdicionados.** Além disso, a tomada de decisão de tais órgãos diretivos deve sempre se dar de forma pública, contando com a **participação e audiência dos impactados pelas decisões de gestão da justiça,** jurisdicionados das respectivas comarcas, estados ou nacionalmente. Isso se concretiza mediante audiências públicas, conferências e consultas populares;
- Os **processos de indicação de ministros de tribunais superiores devem ser mais transparentes,** com a inclusão de etapas de chamamento público de candidatos ao cargo, exposição de seus currículos, permitindo a intensificação da participação social no processo de escolha;
- O orçamento do Judiciário deve contar com modalidades de participação, voltado à distribuição de justiça. Isso exige, também uma profunda revisão da LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura), com a extinção privilégios disfarçados em benefícios que criam uma justiça elitizada e elitista, afastando os juízes da realidade da maior parte dos brasileiros;
- Para além da democratização das instâncias de gestão internas, é preciso criar espaços de participação e controle popular externo no Judiciário. Devem ser criadas Ouvidorias Judiciais, compostas por pessoas de fora

do Poder Judiciário, eleitas e não subordinadas aos órgãos diretivos dos tribunais. As Ouvidorias Judiciais serão espaços de comunicação da população com o Judiciário, com voto e voz na gestão da justiça;

- As Corregedorias, como órgãos de controle interno que são, devem ser transparentes e subordinadas a Ouvidorias externas compostas por jurisdicionados e movimentos sociais. Os processos, em regra, devem ser públicos e acessíveis a qualquer cidadão.
- Institucionalizar medidas que prevejam varas itinerantes, na perspectiva de desafogar a tramitação de ações, investindo nas audiências de conciliação;
- Instituição de mandatos para ministros das cortes superiores de 6 anos;
- Outras mudanças são exigidas para que o Judiciário cumpra seu papel de realizador da política pública de justiça. É preciso que os instrumentos de defesa de direitos humanos sejam aperfeiçoados, como a ampliação para movimentos sociais e organizações de defesa de direitos a legitimidade para propositura do IDC – Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal;
- Extinção do instrumento da Suspensão de Segurança, medida autoritária e antidemocrática, que esvazia a própria autoridade da função jurisdicional. Extinção das competências da Justiça Militar para crimes cometidos contra civis. Os recentes retrocessos promovidos nesse âmbito não podem ser consolidados;
- Outro ponto relevante reside na promoção de diversidade e democratização nos quadros do Judiciário. Para tanto, é preciso que sejam adotadas ações afirmativas capazes de incluir na magistratura e nos quadros de servidores públicos da justiça pobres, mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essas ações afirmativas devem ser

gradativas de forma a incluir, na mesma proporção populacional, tais perfis;

- Estabelecer eleições para parte das vagas do Conselho Nacional da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público (também com critérios de paridade de gênero, além de inclusão de negros/as e indígenas);
- Os salários do judiciário devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso;

iii. **Poder econômico**

- Abertura da contabilidade de todas as empresas públicas ou privadas a comitês eleitos de trabalhadores;
- Fim do sigilo das operações dos bancos públicos e estatais, exemplo BNDES, BB;
- Um órgão público também composto pelo sistema DD que se dedique à inibir e eliminar o mecanismo de "porta giratória";
- Fim do sigilo fiscal dos gastos tributários no que envolve contratações públicas de serviços privados.

4. Uma democracia de verdade pelas verdades da democracia: mecanismo para dar fim à violência de Estado

Considerando que o passado do país se constituiu em torno da colonização, da escravidão, do patriarcado e da dominação de classe, e que o atual regime democrático eleitoral sucede a longa e violenta ditadura civil-militar, o acesso às informações, por meio do exercício do direito à memória e à verdade, se torna um mecanismo central no processo de democratização do país. Há em funcionamento na atualidade estratégias autoritárias estruturando uma sociedade fundamentalmente etnocida, racista, feminicida, homofóbica e um Estado violento e genocida. Para lidar com esta condição o acionamento do direito à memória e à verdade poderia ocorrer, para maior efetividade, sob o olhar do presente e tendo em vista a estrutura autoritária descrita.

Neste sentido, pensamos que o Estado brasileiro, por meio do Executivo, poderia encaminhar as seguintes medidas sobre as violações de direitos na ditadura e que se seguiu em democracia:

i. Memória e verdade, ontem e hoje:

- Abertura de todos os arquivos militares do período da ditadura (1964-1985) que se referem à estrutura de repressão e às violações de direitos;
- Envio de projeto de lei de reinterpretação da Lei de Anistia (1979) de modo a autorizar à Justiça investigar e julgar as graves violações de direitos cometidos no período por torturadores do estado;
- Esclarecimento das circunstâncias e localização dos corpos desaparecidos;
- Consubstanciado pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) **criar uma nova Comissão da Verdade que apure os crimes do Estado cometidos nas últimas décadas, após o fim da ditadura (maio de 2006, Massacre do Carandiru, genocídio da população negra etc.);**

- Abertura dos arquivos do Itamaraty, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Pedir perdão aos povos indígenas pelo etnocídio nunca interrompido, aos brasileiros negros pela violência da escravidão, aos paraguaios pelo massacre da Guerra da Tríplice Aliança.
- Constituição de um banco de dados integrado com perfis genéticos dos familiares de desaparecidos políticos da ditadura e também da democracia, bem como de todas as vítimas de execuções sumárias.
- Criação do Programa Nacional de Memória com identificação dos lugares que serviram como centro de prisão e ou tortura durante a ditadura militar.
- Proporemos a retirada do crime de desacato do ordenamento jurídico, sobretudo pela incompatibilidade com o direito à liberdade de expressão.

ii. **Democratização das Forças armadas:**

- Popularizar e democratizar o recrutamento e a produção de conhecimento e tecnologia militar, democratizando o acesso e a divulgação dos centros de conhecimento e tecnologia como ITA, escola superior de guerra;
- Desmilitarizar o ensino fundamental e médio;
- Reforçar o Conselho de Defesa de América do Sul;
- Extinção de todas as escolas de acesso (preparatórias de cadetes),

democratizando a formação do oficialato e fazendo com que essa ocorra ao menos parcialmente em universidades civis, em turmas integradas com estudantes civis;

- Responsabilizar o Ministério da Educação pela estruturação dos conteúdos em matérias não especificamente técnicas militares, na educação de militares, em todos os níveis;
- Extinguir a dupla entrada – os privilegiados entram como oficiais, os mais pobres como praças - estabelecendo entrada única.
- Afastar as Forças Armadas de atividades policiais e Desmilitarizar as Polícias;
- Subordinar, claramente, as Forças Armadas ao Poder Civil tendo como seu Comandante em Chefe o Presidente da República eleito pelo Povo diretamente e em sufrágio universal;
- Exercitar o direito à liberdade ideológica e direito de voto a todos os membros das Forças Armadas Brasileiras, inclusive recrutas;
- Forças Armadas mais como um instrumento dissuasório e de autodefesa do que uma máquina com objetivos belicistas;
- Auxiliar nos trabalhos de socorro a municípios que sofrerem calamidades, sempre por determinação do Poder civil federal;

III - VIDAS NEGRAS IMPORTAM

Diagnóstico – potenciais e limites das conquistas do movimento negro

O movimento negro brasileiro teve conquistas institucionais importantes nos últimos 40 anos. Estas conquistas integram uma rica história de resistência negra e indígena no Brasil, que passa pelas resistências dos quilombos, pelas revoltas lideradas por negros e negras, com destaque para a Revolta de Búzios, a participação de negros e negras no movimento abolicionista com destaque para o grande jurista, poeta e jornalista Luiz Gama e, no período pós-abolicionista, as importantes experiências como a construção da Frente Negra Brasileira, os vários órgãos da imprensa negra, o Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento e o Teatro Popular, de Solano Trindade.

No período mais recente, destacamos os seguintes marcos históricos. O primeiro é o ano de 1978, quando da fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, depois rebatizado para Movimento Negro Unificado (MNU) lançado nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Era um momento de rearticulação dos movimentos sociais brasileiros após o golpe militar de 1964.

Após o fim da ditadura militar, especial atenção deve ser dada ao ano de 1988, coincidentemente o momento final da Constituinte. Era o ano de celebração do centenário da abolição e o movimento negro rejeitou a agenda oficial de “comemorações” e reivindicava a ideia de uma “abolição inconclusa” tendo em vista que o processo de abolição de escravização no Brasil foi realizado dentro de um projeto de exclusão e branqueamento da população brasileira conforme atestam intelectuais como Clóvis Moura e Lilia Schwartz.

Neste momento de denúncia da abolição inconclusa, foi coroada a reivindicação do movimento negro de criminalizar a prática do racismo que foi inclusa na Constituição

que estava sendo elaborada. Até aquele momento, vigorava a lei Afonso Arinos que tipificava a prática do racismo como contravenção. Criminalizado o racismo, a sua regulamentação veio na sequência por meio da Lei 7716/89, conhecida como Lei Caó (por ter sido proposta pelo deputado federal Carlos Alberto Oliveira, conhecido por Caó, do PDT/RJ). O que se depreende deste momento é um avanço da luta contra o racismo, de sua denúncia para a proposição de medidas legais e institucionais para o seu combate. E é neste bojo que são criadas novas entidades do movimento negro no Brasil, como o Núcleo de Consciência Negra em 1987, Instituto da Mulher Negra – Geledés, em São Paulo, e a União de Negros pela Igualdade, em Salvador. Também neste final dos anos 1980 são organizados encontros nacionais da mulher negra, fortalecendo a corrente do feminismo negro. Este momento pode ser definido como o segundo marco histórico da luta contra o racismo no período recente.

O terceiro marco veio com o tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995. Neste ano, o movimento negro organizou uma Marcha à Brasília – a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que mobilizou 30 mil pessoas na capital brasileira. Uma executiva da Marcha foi recebida pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e naquele ato foi entregue um programa de medidas de combate ao racismo elaborado pelas principais entidades do movimento negro. O presidente nomeou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para dar encaminhamento as propostas e, pela primeira vez na história do Brasil, um chefe de Estado é obrigado a admitir publicamente a existência do racismo no país e a necessidade de enfrentá-lo.

Um marco simbólico da data do tricentenário foi a titulação da primeira terra quilombola no Brasil, a da Comunidade Boa Vista, no Pará, em 20/11/1995, sete anos após a promulgação da Constituição que, no seu artigo 68 das Disposições Transitórias, garantiu este direito.

Fruto deste momento, dois fatos importantes para a luta contra o racismo no Brasil: primeiro, a nomeação de Dulce Pereira, ex-militante do MNU, jornalista, para a presidência da Fundação Cultural Palmares; e segundo, o processo de preparação do Brasil para a participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo em Durban no ano de 2001.

A Fundação Palmares constrói uma série de seminários e pré-conferências nacionais para a preparação da delegação brasileira em diálogo com os movimentos sociais negros no início dos anos 2000, inclusive financiando a participação de lideranças negras em conferências continentais e de movimentos sociais na América Latina, como a realizada em Santiago, o Seminário de Experts na CEPAL e o Foro de Movimentos Sociais, em Quito. No ano de 2001, é realizada a conferência em Durban que teve vários problemas, em particular o contencioso dos palestinos com Israel e de países africanos que exigiam reparações pela escravização e colonização por meio da suspensão do pagamento da dívida externa. O Brasil, por conta do processo de preparação e dos canais de diálogo estabelecidos com o movimento negro, compromete-se internacionalmente a adotar medidas de combate ao racismo. E este momento coroa outro avanço, para além da denúncia e da criminalização, a necessidade de se estabelecer um programa institucional de combate ao racismo e de um gerenciamento específico deste programa.

Já naquele momento, pesquisas realizadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) particularmente as coordenadas pelo Prof. Ricardo Henriques demonstravam que o racismo não seria superado apenas pelas políticas públicas generalistas. Por isto, uma formulação que cresceu naquele período foi a de políticas públicas horizontais (generalistas) e verticais (ações afirmativas).

Em 2003, no governo Lula, há um avanço no combate ao racismo com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no Ministério da Educação e Cultura. A questão racial é uma das prioridades na pauta das políticas públicas da SEPPIR, órgão criado em resposta a luta histórica do movimento negro. A SECAD foi incumbida de desenvolver e articular políticas e diretrizes em prol da igualdade racial, para grupos raciais discriminados, principalmente, os negros e negras. A SECAD foi criada em 2004 pelo Ministério da Educação com o objetivo de formular e implementar políticas de inclusão educacional, tendo em vista as especificidades e as desigualdades de nossa diversidade etnicorracial, cultural, de gênero, social, ambiental, regional.

A política educacional, a partir da alteração proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 pela Lei 10.639/03, impulsionou várias ações do governo para sua

implementação. Dessa forma, foram aprovadas as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme o parecer CNE/CP Nº 03/2004.

Avançando no campo das ações da política educacional, em 2009, foi traçado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse plano resulta da mobilização de instituições como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e principalmente empenho dos movimentos sociais, em especial o movimento negro e organizações da sociedade civil. O plano define um conjunto de ações a serem realizadas no sistema educacional, estabelecendo papéis para as instituições de ensino das esferas federal, estadual e municipal.

Importante destacar que a criação da SEPPIR ocorreu somente dois meses depois da posse de Lula, no mês de março e foi fruto de uma intensa discussão que vinha desde 1995 quando o governo de então dizia que não era necessário outro órgão específico para a questão racial já que existia a Fundação Palmares. O movimento negro questionava esta posição tendo em vista que a Fundação Palmares era um órgão subordinado ao Ministério da Cultura e, portanto, suas ações eram restritas a este tema (provavelmente por esta razão que a gestão de Dulce Pereira a frente da FP tenha tido uma visibilidade e protagonismo nunca antes visto neste órgão).

A partir daí as ações afirmativas foram se consolidando com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010); Lei de Cotas nas universidades federais (Lei 12.711/2012), Lei de cotas nos concursos públicos (Lei 12.990/2014), cotas no Prouni (Lei 11096/2005). Importante destacar que todas estas leis foram produtos de muitas lutas, o Estatuto da Igualdade Racial era um projeto do deputado federal Paulo Paim e vagou por muitos anos no Congresso Nacional e só foi aprovado porque houve intensa negociação com a bancada conservadora (que redundou, entre outras coisas, na retirada do artigo que criava um fundo de recursos para a promoção da igualdade racial); as cotas começaram com experiências no estado do Rio de Janeiro (o primeiro a implementar cotas nas universidades estaduais) e na Universidade de Brasília a partir da

luta do movimento. No Itamaraty, destaca-se o programa de bolsas para o Instituto Rio Branco que forma os profissionais do corpo diplomático.

Enfim, o Brasil constituiu uma arquitetura institucional importante para o enfrentamento do racismo e a promoção da equidade racial. Neste sentido, o movimento social de negros conquistou avanços significativos. Entretanto, os problemas do racismo continuam. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado, o feminicídio atinge principalmente as mulheres negras, o encarceramento em massa cresce em números assustadores, o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo, a desigualdade salarial entre brancos e negros continua alta. A representação de negras e negros nos espaços institucionais e midiáticos continua pequena (como a ausência de negras e negros nos parlamentos, nos cargos de primeiro escalão, nos meios de comunicação de massa, entre outros). O que ocorre?

Uma primeira resposta a este dilema tem sido formulada por parte do movimento negro e é chamado de RACISMO INSTITUCIONAL. Isto é, as instituições existentes têm uma estrutura de funcionamento permeada pelo racismo e, por isto, as políticas públicas aprovadas não são implantadas a contento. Um exemplo nítido disto é a quase não aplicação da Lei Caó – o crime de racismo praticamente não é aplicado. Outro exemplo é a pequena aplicação da Lei 10639 no sistema educacional. O perfil das instituições responsáveis pela aplicação destas políticas – sistema jurídico e sistema educacional – explicaria este dilema. Neste sentido, o momento seria a discussão de reformas nestes sistemas institucionais particularmente com a maior presença de profissionais negras e negros no seu comando. Por isto, a crítica do movimento negro nesta perspectiva vai no sentido de reivindicar maior presença negra nos espaços de poder.

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. O racismo institucional é uma derivação do racismo estrutural, a nossa sociedade desenvolveu as suas estruturas econômica, jurídica-política e social a partir da formação do Estado Nacional no século XIX em que firmou nas instituições a presença exclusiva da população branca e masculina no seu gerenciamento, continuidade do

passado colonial. As instituições abrigadas no estado brasileiro foram formadas numa sociedade que definiu a população negra como inferior e não capacitada, bárbara e inculta, seguindo a lógica do racismo cientificista. Estas concepções influenciavam todos os campos da sociedade e da cultura.

O racismo institucional evidencia a exclusão seletiva das populações negras, dessa forma a sociedade garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados; ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. Esta prática institucional está organizada dentro de um estado que existe para garantir o bem estar de um grupo em detrimento do outro.

Entretanto, há outra componente importante a ser avaliada que é de caráter estrutural. Retornemos aos anos 1980. O modelo de transição do regime ditatorial para o democrático manteve intactos os sistemas repressivos e seus agentes. A ponto de no ano de 1988, a Escola Superior de Guerra (ESG) das Forças Armadas, o mesmo *think tank* que elaborou a “doutrina de Segurança Nacional” que deu sustentação à ditadura militar, apresentar um documento com o propósito de intervir nos debates políticos das eleições presidenciais de 1989. O documento intitulava-se “Estrutura do Poder Democrático para o Século XXI: 1990/2000 – década vital para um Brasil moderno e democrático”. Neste documento, a ESG aponta dois focos perigosos para a estabilidade do poder – os “menores” abandonados e os cinturões de miséria.

Diagnosticava a ESG que a tendência destes focos era de aumento exponencial o que justificaria a manutenção de aparatos repressivos eficientes, entre os quais as próprias Forças Armadas. “Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de enfrentar esta horda de bandidos, matá-los e mesmo destruí-los para que seja mantida a Lei e a Ordem”, conclui esta parte do documento, demonstrando que o “inimigo interno” que durante a ditadura eram seus opositores (“os comunistas”) agora são os moradores das periferias (“menores abandonados e cinturões de miséria”). Assim, mesmo em um regime democrático, aparatos repressivos deveriam ser mantidos aproveitando, inclusive, a mão de obra qualificada, a estrutura institucional e mesmo a ideologia da segurança nacional que não foram plenamente enfrentadas e desmontadas na transição para a democracia.

Foi neste mesmo momento, no final dos anos 1980, que o movimento social denunciava o assassinato de crianças de rua, o movimento negro teve papel importante na campanha “Não matem nossas crianças”, o movimento hip-hop se apresentava como um grito da periferia contra a violência e, no plano institucional, conseguiu-se a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente.

Entretanto, é importante compreender porque estes processos de exclusão se intensificaram neste período de consolidação do regime democrático.

As agendas tragicamente coincidiram. A do avanço dos movimentos sociais na defesa da democracia e dos direitos sociais e a do avanço do paradigma neoliberal. O fim da Guerra Fria simbolizada em 1989 com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS em 1991, com a vitória das forças lideradas pelos EUA significou, naquele momento, no plano ideológico, uma avalanche conservadora sem precedentes colocando a esquerda socialista na defensiva e, no plano econômico, a consolidação do novo paradigma de produção e consumo do capitalismo na sua fase neoliberal.

Este novo paradigma aponta para uma produtividade intensiva que possibilita ao capital reduzir a necessidade de mão de obra por meio do emprego de tecnologias e processos novos e também para um paradigma de consumo intensivo, em que a busca não é para ampliar o mercado consumidor, mas sim para criar nichos de mercado, embora os ganhos em escala no interior dos nichos persistam. Adicione-se a isso a *financeirização* do capital, processo possibilitado pelos avanços informacionais, que permite a comunicação instantânea entre diferentes agentes econômicos ao redor do mundo, suportada pela enorme concentração do sistema bancário e financeiro, em que um número cada vez menor de instituições controla as finanças globais, dando lugar ao fenômeno do “rentismo”.

O racismo estrutural

O racismo retorna, assim, como uma ideologia que justifica esta separação entre a população incluída e descartável. Entre os incluídos, há uma zona de franja de inclusão

em que a ameaça de exclusão está sempre presente, daí que os projetos de cunho nazifacista ganham certos adeptos nas classes trabalhadoras.

Este processo é que alimenta a globalização do capital. A concentração se intensifica e chega a níveis alarmantes. Alguns dados:

- o Grupo WalMart, maior grupo empresarial do mundo, tem um faturamento que o coloca hoje como se fosse o 22º maior país do mundo, a frente da Argentina e da Suíça;
- o capital rentista especulativo movimenta uma soma que é quase 10 vezes o total de riquezas do mundo e tem suas ações concentradas em algumas bolsas de valores – Nova York, Tóquio, Londres;
- o capital especulativo criou uma arquitetura institucional de poder formada pelas agências de risco – que avaliam as economias dos países quanto as suas condições de pagarem suas dívidas com os bancos privados e suas notas são referências para os investimentos – e pelos organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial;

Com isto, o capital chega a uma situação de poder pleno que por meio da arquitetura global, se impõe sobre os Estados Nacionais. Importante ressaltar que este capital chegou a estes níveis por conta da sua organização por meio de rede global de células produtivas, em que as empresas situadas em várias localidades do planeta estão articuladas por centros gerenciadores, em geral situados nos países centrais do capitalismo. Este sistema mundo opera pela vantagem de os países mais desenvolvidos terem o domínio dos processos tecnológicos e seu desenvolvimento, fazendo com que as suas principais riquezas sejam patentes e royalties. Os países colocados na zona intermediária meramente aplicam estes processos e se especializam na produção manufatureira e ainda, abaixo destes, há os países meramente fornecedores de matérias primas e insumos. É por este motivo que há uma pressão forte para os países das zonas intermediárias e da base não investirem recursos na pesquisa científica e tecnológica e no ensino superior sob o argumento de que deveriam se concentrar no ensino básico e técnico – apenas para adestrar a mão de obra.

Por isto que o capital global pressiona pela desregulação do mercado de trabalho – os processos produtivos contemporâneos impõem a plena flexibilização da remuneração e da jornada, adequando-os às demandas do capital. Em um país capitalista dependente como o Brasil isto tem consequências brutais.

Isto porque se estruturalmente já há uma tendência a pauperização do trabalho por conta deste modelo, a retirada do arcabouço institucional de proteção ao trabalho piora ainda mais esta pauperização levando-a a níveis alarmantes. Por isto, a preocupação dos pensadores conservadores da Escola Superior de Guerra. O grau de tensionamento pode chegar a níveis insuportáveis. Daí que a ameaça constante de rupturas da ordem democrática burguesa, sejam elas abertas ou não, fazerem parte do cenário político. Trata-se de uma consequência de um modelo de acumulação de riquezas que pressiona para tanto.

Com isto, vemos que o racismo opera como um mecanismo de legitimação desta pauperização. E não é por acaso que homens negros e mulheres negras ocupam a base da pirâmide social e são alvos constantes dos mecanismos de violência mesmo em momentos de vigência de políticas de inclusão racial. 130 anos após a abolição, ainda existem trabalhadores em situação análoga à escravidão em diversos estados. As instituições são racistas não por uma deformação delas, mas porque atuam funcionalmente em relação à estrutura capitalista implantada no país.

O Capital Globalizado, por sua vez, necessita abrir fronteiras de expansão. Capital não é apenas dinheiro acumulado, mas em movimento buscando reproduzir-se. Estas fronteiras vão se reduzindo na medida em que este capital vai se concentrando e, por esta razão, ele tende a se tornar mais virulento. David Harvey aponta que os espaços urbanos são novas fronteiras de expansão deste capital – as cidades viraram mercadorias e são organizadas de forma a atender esta demanda do capital. Outras fronteiras estão na organização de megaeventos (como festivais, torneios esportivos), serviços na área de educação e cultura, entre outros. Tudo articulado com as gigantes de produção material em todos os ramos.

Neste processo de expansão global, o capital se defronta com esta agenda da diversidade que cresceu nos últimos tempos. Por isto, há uma apropriação capitalista da diversidade (étnica, de gênero, de orientação sexual, entre outras) transformando-a em mercadorias e até nichos de mercado. O rap é, segundo a Spotify, o gênero musical mais ouvido no mundo. As campanhas da FIFA contra o racismo têm este objetivo, assim como determinados produtos midiáticos que tratam destas temáticas. Enquanto isto, negros são escravizados na Líbia e crianças do Congo trabalham em regime de

escravidão na retirada do mineral Coltan, matéria prima para as telas de cristal líquido dos celulares e tablets com pequena reação da comunidade internacional. Conforme afirma Michele Alexander, para se manter o sistema de opressão racial, é preciso existir exceções – como é o caso de Obama, ex-presidente de uma nação que bate recordes de aprisionamento de jovens negros e negras.

A percepção da perversidade deste modelo cresce, inclusive por um dos suportes que deram sustentação a esta nova ordem do capital, que são as tecnologias da informação e comunicação (TICs). No caso do Brasil, em que este paradigma se cristalizou no mesmo momento histórico de crescimento dos movimentos sociais, a oposição popular ao neoliberalismo se fortaleceu. O fracasso do governo de FHC no período 1994-2002 foi uma demonstração disto. As privatizações mostraram a que vieram, o desmonte dos equipamentos sociais idem e a concentração de renda só aumentou. Por isto, a agenda neoliberal não tem apoio popular e só foi implantada recentemente de maneira mais intensa por meio de um golpe parlamentar e midiático cuja narrativa central foi o “combate à corrupção”, mas sem chegar ao centro estrutural de seu debate. A narrativa midiática deslocou o conflito social do campo e das classes sociais para a do indivíduo contra “os políticos corruptos”. É este discurso moralista que sustenta candidaturas de extrema-direita. As questões centrais do debate político estão periféricas, como a da colocação do país dentro deste cenário geopolítico-econômico internacional.

E quanto as conquistas institucionais do movimento negro? Quais são as suas perspectivas?

Efetivamente estas políticas de ação afirmativa – junto com as políticas de inclusão social dos governos Lula e Dilma, como a valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, entre outros - incluíram parcela da população negra, em especial a juventude negra, particularmente no sistema educacional e de acesso às informações. Se utilizarmos o conceito de Milton Santos de que o estoque de informações é um recurso disponível que compõe os territórios; temos que as periferias onde habitam estes jovens ganharam recursos que possibilitaram fortalecer os movimentos de resistência em um momento que os espaços urbanos se transformaram em espaços de reprodução do Capital globalizado e também com o acirramento das contradições de classe deslocadas para o campo das lutas populares. Com a precarização do mercado de

trabalho intensificada com a reforma trabalhista, as contradições de classe tendem a deslocar-se de forma mais intensa para as lutas populares na periferia transformando-a em *locus* privilegiado das contradições sociais. Importante perceber o jogo de forças que atua neste espaço, desde a narrativa da necessidade da violência policial (que atinge principalmente os situados na franja da inclusão), as fascinações de participar dos espaços de poder da visibilidade midiática, a narrativa salvacionista religiosa. As várias iniciativas coletivas nas periferias dialogam direta ou indiretamente com este jogo de forças e buscam constituir identificações que passam ao largo da perspectiva classista. O que unifica a periferia é a situação de violência sistêmica, porém este jogo de forças pluraliza as perspectivas de superação.

A articulação dos mecanismos de violência racial com as dinâmicas do capitalismo é a chave para a compreensão destes processos. Neste sentido, mais que institucional, devemos considerar o racismo como ESTRUTURAL, isto é, como um processo lógico de um sistema de acumulação de riquezas no geral, e de superexploração do trabalho no particular do Brasil. Por isto, dentro de um projeto político de uma nova esquerda, é fundamental o enfrentamento ao racismo estrutural.

Agendas contemporâneas do movimento negro

Diante desse diagnóstico apresentado: Não há como aprofundar a democratização do país, sem estender a **democracia para a periferia**, que mais de 30 anos após o fim do regime militar ainda vive verdadeiros estados de sítio informais, com invasões de domicílio sem ordens judiciais; execuções extrajudiciais; torturas nas delegacias; prisões ilegais.

Assim, o primeiro ponto a ser destacado no programa é o compromisso da aliança com políticas de combate ao **genocídio da população negra**.

Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. manifestado pelo extermínio da juventude negra nas periferias. Nesse período, enquanto o homicídio de jovens brancos diminuiu 6,8%, dentre a população negra esse número aumentou 23,1%, e em 2016, por exemplo, os negros corresponderam a 71,5 % das vítimas de homicídio no país.

Além disso, o encarceramento em massa de jovens negras e negros sustentado, principalmente, pela política de guerra às drogas, conferiu ao Brasil o título de terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 700.000 presos, sendo 40 % deles, presos provisórios.

O feminicídio, por sua vez, que atinge principalmente as mulheres negras, que tem taxas de violência 71 % maiores do que entre as mulheres brancas.

Como propostas políticas neste campo:

1 – Enfrentamento da manifestação mais cruel do racismo institucional: o genocídio da população negra, por meio de:

- i. Desmilitarização total das forças policiais;
- ii. Fim da política da guerra às drogas, construção de uma nova política de drogas;
- iii. Combate a todas as formas de feminicídio;
- iv. Fim dos autos de resistência que “legalizam” as execuções extrajudiciais;
- v. Políticas de combate à violência doméstica, destinação de recursos necessários para a plena aplicação da Lei Maria da Penha

2 – Plena execução das políticas públicas generalistas e de ação afirmativa intensificando a fiscalização e garantindo dotações orçamentárias

- i. Fiscalização do pleno cumprimento das políticas de ação afirmativa existentes e ampliação das mesmas (cotas raciais nas universidades e concursos públicos – com ampliação para a garantia da presença de negras e negros nos cargos comissionados, programas de saúde para a população negra, educação para as relações étnicorraciais);

- ii. Inclusão da exigência da representatividade étnica nos critérios de concessão e renovação de concessão para emissoras de TV e rádio; garantia do mesmo procedimento nas emissoras públicas e governamentais;
- iii. Garantia da representação da população negra e das mulheres nos espaços de poder institucional por meio de uma reforma política que institua cotas para mulheres, negros e negras e indígenas nas chapas proporcionais e majoritárias com distribuição proporcional de recursos do fundo eleitoral e partidário; garantia de um percentual mínimo do fundo partidário para a formação política de militantes negros e negras nos partidos políticos.
- iv. Titulação de todas as terras quilombolas e fortalecimento das mesmas por meio de políticas públicas;
- v. Garantia das políticas públicas generalistas nas áreas de saúde, educação, moradia, cultura, previdência, fim do congelamento imposto pela EC 95; revogação da reforma trabalhista;
- vi. Enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado

3 – Democratização da gestão das políticas de ação

- i. Recriação do ministério específico com o nome de Secretaria Especial de Políticas de Combate ao Racismo; alteração da concepção das políticas voltadas à população negra de “promoção da igualdade racial” para “políticas de combate ao racismo”;
- ii. Garantia da plena participação das representações do movimento negro na construção e gestão das políticas de ação afirmativa por meio de conselhos e conferências participativas e deliberativas;
- iii. Criação do Fundo de Políticas de Combate ao Racismo, com percentual fixo do orçamento, para sustentar as políticas e programas aprovados nas conferências de igualdade racial e conselhos de igualdade racial, regulamentados pelo Estatuto da Igualdade Racial e executadas pelo Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que praticamente não funcionou;

- iv. Garantia de um quadro administrativo próprio para a execução destas políticas.

4 – Saúde:

- i. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, estabelecida pela Portaria nº 992, de 2009. Precisamos firmar o compromisso do Governo Federal, com o correto financiamento do SUS (de acordo com a Lei 8080/90), para adoção de ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção das doenças da população negra;
- ii. Enfrentamento às doenças com maior incidência na população negra;
- iii. Saúde da mulher e da obrigação do governo com financiamento de políticas efetivas.

5 – Educação:

- i. Aplicação e ampliação das políticas de cotas raciais e políticas de permanência nas universidades e nos concursos públicos. As cotas raciais são uma importante política de reparação em um país que conta, em sua história, com mais de 300 anos de escravidão e 130 anos de trabalho livre;
- ii. Implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a LDB, que obrigam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino do país. Precisamos, com dinheiro público, capacitar os professores para dar aulas sobre o tema e garantir a estruturação de materiais para as escolas. Criar mecanismos de controle e responsabilização de instituições e profissionais que descumprirem a lei. É necessário que as crianças negras saibam que sua história não se resume à escravidão e resgatem a memória que seus antepassados construíram no continente africano.

6 - Emprego:

- i. Atualmente, os negros são 64% dos desempregados, segundo o IBGE. São também 66% dos trabalhadores domésticos e 67% dos ambulantes. O trabalho informal e o desemprego, diante da crise econômica, é a grande marca da desigualdade social que impacta na vida dos negros. Por isto, é necessária a **garantia de inserção de negras e negros no mercado de trabalho**, implantando medidas que coíbam a discriminação e o preconceito nos processos seletivos e a plena implantação das ações afirmativas nos cargos públicos em todos os poderes;
- ii. Extensão de todas as leis trabalhistas para todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

7 – Moradia e território:

A partir de 14 de maio de 1888, a população negra e majoritária do país foi jogada a própria sorte. Enquanto era articulado que povos brancos e europeus viessem aqui residir em condições privilegiadas de moradia adquirindo terras a baixíssimo custo.

A população negra saiu das senzalas sem nada nos bolsos submetidos automaticamente a pobreza, precariedade e vulnerabilidade dos assentamentos e favelas. A reforma agrária necessária para integração da população negra à sociedade no pós-abolição foi ignorada e boicotada pela classe dominante, os donos de grandes terras que não aceitaram que aqueles que antes eram seus servos e detentores do conhecimento pudessem ter possibilidade de adquirir e competir em igualdade tendo uma terra para gerir. Sendo assim, inviabilizaram a reforma agrária para poderem manter seus assédios e abusos para a população negra que se mantém até os dias atuais.

Em virtude desse histórico de expulsão da sociedade, é importante que haja políticas públicas que facilitem a inclusão da população negra que representa 70% dos moradores de favelas.

Precisamos garantir moradia para todos e o fortalecimento de políticas de moradia popular. Nesse sentido elencamos as seguintes ações a serem tomadas:

- i. Implementação da função social da propriedade;
- ii. Regularização fundiária de moradias em favelas e empreendimentos populares;
- iii. Urbanização das favelas garantindo qualidade de vida e infraestrutura;
- iv. Desapropriação e aquisição de terrenos para habitação de interesse social;
- v. Garantia de habitação de interesse social nas áreas urbanas e no campo;
- vi. Regulamentação e titulação de todas as terras quilombolas, inclusive as localizadas em espaços urbanos (e que precisam ser consideradas na elaboração dos planos diretores das cidades) com garantia das políticas públicas plenas e que o tema não seja tratado apenas pelo viés cultural ou identitário;
- vii. Combate e eliminação do racismo ambiental

8 – Racismo Religioso

Garantia plena das liberdades laicas por parte do Estado brasileiro, proibindo interferências religiosas nos organismos de Estado; garantia plena do exercício religioso em todos seus rituais e criminalização das práticas racistas contra as religiões de matriz africana. Reconhecimento legal do ofício dos sacerdotes das religiões de matriz africana, garantindo aos mesmos os direitos previdenciários.

9 – Cultura

No campo da cultura, além das propostas que já constam no capítulo específico do tema, é preciso instituir programas de fomento à cultura negra e periférica, atuar para o reconhecimento das manifestações negras como Patrimônio Cultural Imaterial.

IV - É PELA VIDA DAS MULHERES!

Um programa feminista para o Brasil tem como premissa garantir a todas as mulheres o básico direito à vida com autonomia, de modo que este setor, historicamente excluído, possa ocupar plenamente os espaços públicos e de decisão como sujeitas ativas. Precisamos de uma sociedade que reconheça as mulheres como sujeitas plenas e que garantam nossas vidas na totalidade. Esta é a nossa luta!

Diagnóstico

As mulheres são 51,6% da população brasileira, sendo as negras metade deste contingente. Não sabemos ao certo o percentual da população de mulheres transexuais e travestis e homens trans, não aferido por grandes pesquisas.

A inegável crise econômica atinge de maneira brutal os setores mais vulneráveis. Os alarmantes dados de desemprego que assolam 13,7 milhões de brasileiros representam 14% de mulheres desempregadas, enquanto o índice masculino é de 11%.

O relatório “A distância que nos une”, da Oxfam, aponta para a feminização da pobreza, sendo elas a maioria nas faixas salariais entre 0 a 1,5 salários mínimos, mesmo representando 37,3% das chefes de família. Analisando mais a fundo a desigualdade entre homens e mulheres, o Dossiê Mulheres Negras, organizado pelos Institutos Geledés e Criola, demonstra que estas representam o principal grupo em situação de pobreza: Somente 26.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011).

A desigualdade entre os gêneros e seu recorte racial é percebida pela população, nos mostra a pesquisa “O papel do homem na desconstrução do machismo”, do Instituto Avon em parceria com o Instituto Locomotiva, na qual 88% dos entrevistados

reconhecem que existe desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e 89% concordam que as mulheres negras sofrem ainda mais preconceito do que mulheres brancas.

Segundo o Atlas da Violência 2017, os casos de **feminicídio** no país cresceram 7,5% entre 2005 e 2015, sendo o maior aumento entre a parcela negra da população feminina. A cada duas horas uma mulher é morta. A pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” (2017, Datafolha/FBSP) mostra ainda que ao menos 12 mil mulheres foram vítimas de agressão física por dia no Brasil. Deste total, 39,2% foram vítimas dos namorados, cônjuges, ou ex-namorados e ex-cônjuges. Violência que começa cedo e numa escala assustadora: praticamente metade das jovens brasileiras (45%) sofreram algum tipo de violência no período de um ano! Dos dados, um nos é especialmente novo e aterrador. A cada três brasileiros, dois afirmam ter presenciado uma mulher sendo agredida física ou verbalmente no último ano. Em nota técnica publicada pelo IPEA em março de 2014 foi apresentado que 70% dos estupros contra mulheres adultas são cometidos por parentes, namorados ou amigos das vítimas. O mesmo documento apresenta que 51% das vítimas de violência sexual eram negras (mulheres, crianças e adolescentes). A quantidade de mulheres encarceradas vem crescendo de forma impressionante. Segundo estudo do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) divulgado em 2017, o número de mulheres presas cresce numa taxa de 10,7% ao mês. Há mais de 42 mil presas no país, compondo o a quarta maior população feminina encarcerada do mundo.

O Brasil também é o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo, o dado foi apresentado pela ONG Transgender Europe (TGEu) em 2016. Segundo o relatório da TGEu, o país registra, em números absolutos, mais que o triplo de assassinatos do segundo colocado, o México, onde foram contabilizadas 256 mortes entre janeiro de 2008 e julho de 2016. E a atual lei que define o que é feminicídio no Brasil não inclui em sua formulação as mortes que atingem pessoas transfemininas.

Desigualdade econômica e trabalho

Ao abordarmos o tema mulheres e trabalho, precisamos considerar a desigualdade não somente no âmbito do trabalho assalariado, mas também no âmbito do

trabalho doméstico não remunerado. Segundo o IBGE, as brasileiras dedicam, em média, 21 horas semanais aos trabalhos da casa – mais que o dobro dos homens - e 40 milhões de mulheres têm o trabalho doméstico não remunerado como sua única atividade. Apesar de invisibilizado e não pago, o trabalho doméstico e de cuidados desempenhado quase que exclusivamente pelas mulheres é essencial à produção e reprodução da vida em sociedade. Este não deve ser, portanto, um fardo das mulheres, mas responsabilidade coletiva e auxiliada por políticas públicas.

Mesmo o trabalho doméstico remunerado é uma atividade majoritariamente feminina. Segundo o DIEESE (2013), em 2011, das 6,6 milhões de pessoas ocupadas no serviço doméstico no país, 92,6% eram mulheres. É a terceira principal atividade econômica exercida por elas, ocupando 14,7% das brasileiras, atrás somente das atividades relativas à educação, saúde e serviços sociais, que somam 17,6%, e das ligadas ao comércio, com 17,4%, como mostra o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher produzido pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2015. Além de marcadamente feminina, os dados mostram uma presença maciça de mulheres negras e de baixa escolaridade. Mesmo que o direito a anotação do vínculo empregatício na Carteira de Trabalho seja previsto desde de 1972, no primeiro trimestre de 2015, conforme a PNAD, apenas 32,3% dos trabalhadores domésticos tinham carteira assinada.

Entre 2000 e 2010, o grau de formalização entre as trabalhadoras cresceu cerca de 30% menos que entre os trabalhadores. Em levantamento do IBGE de 2013, seus salários representam aproximadamente 65% dos salários masculinos no mercado informal e 75% no mercado formal. Em comparação ao rendimento médio de um homem branco, no mesmo período, uma mulher negra recebeu apenas cerca de trinta por cento do valor. Nem o maior grau de escolaridade e especialização alteram o gráfico da desigualdade salarial entre homens e mulheres, pois a diferença de remuneração entre homens e mulheres cresce conforme aumenta o grau de escolaridade e especialização delas.

O trabalho precarizado no Brasil, a exemplo dos postos terceirizados, tem gênero e raça. Dados revelados por uma pesquisa do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro apontam que 92% dos trabalhadores nos serviços de limpeza terceirizados são mulheres, enquanto 62% são negros. Os índices são próximos à Pesquisa de Emprego e Desemprego de 2013, que apontou que 70,6%

das mulheres negras que trabalhavam nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal estavam nos setores de serviços, na sua enorme maioria já como terceirizadas.

Se a situação geral das mulheres no mundo do trabalho, e das mulheres negras em particular, é grave e a informalidade crescente, entre as mulheres travestis e transexuais o emprego formal é raro. Estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% dessa população recorrem ao trabalho sexual ao menos em algum momento da vida.

Direitos sexuais e reprodutivos

Os direitos reprodutivos envolvem toda a garantia ao direito da mulher decidir sobre o seu próprio corpo. Viver a maternidade com plenas condições. O parto humanizado é umas das principais reivindicações, a desobrigação da imposição das “cesarianas” assim como por fim a violência obstétrica, quase sempre destinada às mulheres pobres e não brancas. Segundo a pesquisa “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional” sobre o parto e nascimento com coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, 66% das mulheres preferiram o parto normal no início da gravidez; apenas 59% tiveram o seu direito previsto por Lei e foram orientadas sobre a maternidade de referência para internação do parto; e uma parcela significativa das maternidades não apresentou o conjunto completo de medicamentos e equipamentos mínimos necessários ao atendimento da mãe e do bebê. A OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda que no máximo 15% dos partos sejam cesarianas e boa parte dos países respeita esta porcentagem. Já no Brasil, líder do ranking na América Latina, este número chega a aproximadamente 56% em sua totalidade. Diante disso é necessário garantir a implementação do Plano Nacional de Parto Humanizado para enfrentar a violência obstétrica no Brasil.

A descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita é uma das pautas a serem defendidas como condição de vida das mulheres cis e homens trans em nosso país. O IBGE estima que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto. A OMS (Organização Mundial de Saúde) fala em cerca de 1 milhão de abortos

inseguros feitos por ano e estima que a cada dois dias morre uma mulher por causa de aborto no Brasil, num cenário de subnotificações por se tratar de uma atividade ilegal exceto em caso de risco de vida à mãe, anencefalia e estupros. O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil, sendo que mulheres negras tem o dobro de chances de vir a óbito. Faltam hospitais da mulher e maternidades, atendimento adequado, programas de planejamento familiar que consigam dialogar com a realidade das mulheres. Importante ressaltar que o tema também influi diretamente a vida de pessoas transmasculinas, porém a quantificação em dados do impacto da criminalização do aborto na vida deste setor da sociedade é inexistente por conta da transfobia estrutural.

Uma recente ADPF construída pelo PSOL e a ANIS-Bioética objetiva garantir o direito de escolha da mulher sobre seu próprio corpo e tramita no Supremo Tribunal Federal.

Violência contra mulher

As mulheres não têm seus corpos resguardados. Sofremos com o permanente assédio sexual e moral presentes em todos os locais nesta sociedade, estampado nas bancas de jornal, nos programas televisivos que ‘coisificam’ as mulheres, transformando-nos em objetos sexuais e/ou escravas domésticas. A exploração sexual infantil de nossas meninas é outra forma bárbara de expor a violência, bem debaixo dos narizes de nossos “ilustres políticos”, assim como o tráfico internacional de mulheres, cujo negócio só perde em rentabilidade para o tráfico de drogas e de armas. São inúmeras as formas de violência as quais nós mulheres brasileiras trabalhadoras estamos submetidas.

As políticas públicas construídas e implementadas por alguns governos municipais e pelo governo federal, do campo progressista, não deram conta de reverter esta situação alarmante. Os poucos centros de acolhimento seguem sucateados ou fechados e os programas de prevenção, quando existem dependem de alguns profissionais da área de saúde e da educação.

As delegacias da mulher continuam sendo a única política (inexistente na maioria das cidades) de atendimento para estes casos e mesmo assim, são insuficientes, inclusive por atender somente em horário comercial e com um quadro profissional que mais amplia a violência contra a mulher que o procura. Assim, não temos uma política estatal capaz de garantir abrigos públicos para as mulheres e seus filhos.

A promulgação da Lei Maria da Penha constitui um avanço no âmbito jurídico ao combate da violência doméstica e familiar contra a mulher, mas tem se mostrado insuficiente. A lei reconhece a gravidade do problema e o caracteriza como crime; corrige distorções até então presentes no Código Penal. Para além do caráter punitivo, apresenta preocupação em prevenir a violência contra a mulher, garante assistência e proteção à ofendida, independente de sua orientação sexual, e a seus dependentes menores. Aponta, ainda, para a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Apesar dos avanços, hoje há uma ofensiva conservadora (com projetos como a retirada de gênero dos Planos de Educação e a “escola sem partido”). Por isso, a candidatura Boulos e Sonia entende que somente um programa de governo feminista e anti-racista dará conta de enfrentar esta realidade através da transversalidade e interseccionalidade na construção das políticas públicas.

PROPOSTAS:

1. Pacto Nacional contra a Violência e Pela vida das Mulheres. 1% do PIB para combate à violência contra a mulher! Estabelecer um programa interfederativo que garanta a vida das mulheres:

- i. Centros de referências de atendimento à mulher em cada região do país, em todas as cidades, a fim de facilitar o acesso das mulheres ao serviço;
- ii. Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco iminente

de morte e necessitem de uma colhida temporária e rápida resolução para o seu caso;

- iii. Patrulhas municipais Maria da Penha com a utilização de viaturas da guarda municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica;
- iv. Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 24 horas por dia e 7 dias por semana.

2. Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho: Salário igual para trabalho igual! Garantia da proteção legal às empregadas domésticas;

3. Pela socialização do trabalho doméstico com ampliação de serviços comunitários e coletivos, como restaurantes e lavanderias;

4. Ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças.

5. Políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis;

6. Garantir o acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher, bem como assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc);

7. Implantar de forma efetiva a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e avançar na política de saúde da mulher. A PAISM, nas suas diretrizes, prevê: o desenvolvimento de ações de atenção em todas as etapas da vida da mulher, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis,

prevenção do câncer, planejamento familiar e os direitos reprodutivos, de forma a superar o modelo centrado na atenção na saúde materno-infantil;

- 8. Desenvolver programas de educação sexual, de prevenção da DST/AIDS e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos anticoncepcionais e contraceptivos, inclusive pílula do dia seguinte;**
- 9. Assegurar o procedimento de interrupção gestacional nos casos já previstos em lei em toda a rede pública de saúde;**
- 10. Descriminalizar, de acordo com a proposta apresentada na ADPF 442, de autoria da Anis e/ PSOL; e legalizar o aborto de forma segura e gratuita nos termos do PL 882/2015;**
- 11. Promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras;**
- 12. Efetivar ações de assistência que previnam e tratem o câncer cérvico-uterino e de mama na população feminina cis e transmasculina;**
- 13. Reconhecer a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à sua saúde de forma despatologizada;**
- 14. Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs);**

- 15. Programar, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras;**
- 16. Oferecer atendimento público e humanizado para mulheres cis, travestis, transexuais e crianças, em situação de vulnerabilidade, tais como: moradora em situação de rua, de prostituição, drogas;**
- 17. Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a incorporação desta temática nos cursos de graduação de saúde;**
- 18. Tipificação do feminicídio de travestis e transexuais;**
- 19. Criação de serviços especializados de psiquiatria e psicologia nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para vítimas de violência;**
- 20. Um programa feminista de capacitação e formação continuada para profissionais dos serviços públicos da educação, saúde, cultura, turismo, comunicação e segurança;**
- 21. Discussão de gênero nas escolas;**
- 22. Criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias;**
- 23. Que as mulheres transexuais e travestis possam escolher cumprir pena em unidades prisionais femininas, enquanto houver prisão.**

V - DIVERSIDADE IMPORTA! UM PROGRAMA PARA A CIDADANIA LGBTI

A igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para a população LGBTI é um dos parâmetros fundamentais que permitem avaliar a qualidade de uma democracia do século XXI. E, nesse quesito, o Brasil não apenas está muito aquém do desejável – e muito atrás de outros países da região, como a Argentina e o Uruguai –, como também tem mostrado sinais de retrocesso, no mesmo período histórico em que boa parte da região avançou. Em que pesem algumas importantíssimas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça com relação a direitos civis, como o casamento igualitário e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans, o panorama da política brasileira em relação à diversidade é assustador.

Ao longo das últimas décadas, foi se impondo um sistema de “governabilidade”, como parte fundamental do “presidencialismo de coalizão”, que deu a setores ultraconservadores, fundamentalistas religiosos e neofascistas um antidemocrático poder de veto com relação aos direitos LGBTI, entre outras agendas libertárias. Apesar das decisões do STF e do CNJ, que regulamentaram na prática direitos fundamentais, o Congresso Nacional continua omissos em relação a esses avanços e se recusa a incluí-los na letra da lei. Programas e políticas públicas de inclusão e garantia de direitos que tinham começado no início dos governos petistas foram desmantelados para preservar a coalizão governista no parlamento (o caso mais destacado foi o programa “Escola sem homofobia”), o que não impediu que esses mesmos setores ultraconservadores apoiassem depois o golpe contra o governo Dilma. Já com o ilegítimo presidente Temer no governo, a situação piorou demais.

Na contramão da região e de quase todo o mundo ocidental, o Brasil, em vez de discutir direitos, discute absurdos, como o projeto fascista “Escola sem partido”, a “cura gay”, o “orgulho hétero” e leis municipais e estaduais que querem banir qualquer

política de valorização da diversidade, educação sexual inclusiva e combate ao *bullying* LGBTI-fóbico nas escolas, que os fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero”.

Com Michel Temer, a vida das LGBTI ficou ainda pior. O segmento foi diretamente afetado pelo desmonte total das leis trabalhistas, do SUS e SUAS e pelo congelamento de investimentos sociais por 20 anos. Intensificam-se projetos como o Escola Sem Partido, que proíbem o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Movimentos como o MBL intensificaram campanhas contra a “ideologia de gênero” em exposições de museus e outras expressões artísticas. E a expressão do conservadorismo também se dá no plano eleitoral, tendo Jair Bolsonaro como um de seus perigosos expoentes.

O PSOL tem sido, ao longo dos últimos anos, o partido que mais deu voz à luta da população LGBTI na política. Agora, nas eleições presidenciais, apresentamos ao Brasil um programa de governo para a cidadania LGBTI que visa:

- 1. Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade;**
- 2. Assumir a defesa irrestrita do estado laico, da liberdade de crença e de não-crença, das liberdades individuais e da igualdade de direitos e oportunidades para LGBTIs.;**
- 3. Entender que esses compromissos devem se materializar não apenas em programas e projetos específicos, mas também de forma transversal, como objetivo de todos os ministérios e de todas as políticas públicas;**
- 4. Vetar qualquer lei, aprovada por eventuais maiorias conservadoras no Congresso Nacional, que tenha por objeto restringir de alguma forma os direitos LGBTI;**

- 5. Manter o diálogo permanente com os movimentos sociais e de direitos humanos das pessoas LGBTI e promover formas de participação democrática dessa comunidade na elaboração de políticas públicas;**
- 6. Assumir a responsabilidade política que cabe ao presidente e à vice-presidenta da República na luta contra o preconceito, a discriminação, a exclusão e a violência contra a população LGBTI, não apenas através da ação de governo, mas também com o próprio exemplo, em suas atitudes individuais e discursos públicos;**
- 7. Promover que o Brasil assuma uma posição de liderança na defesa dos direitos LGBTI no cenário internacional, através de sua diplomacia, nos organismos e fóruns internacionais, nas relações bilaterais e nas políticas de concessão de asilo.**

1 – OS MESMOS DIREITOS PARA TODAS AS FAMÍLIAS

A Convenção Americana de Direitos Humanos diz que “todas as pessoas são iguais perante a lei” e “têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei”, e que a família deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado. Também diz que todos têm direito a contrair casamento, nas condições exigidas pelas leis internas, “na medida em que estas não afetem o princípio da não-discriminação”. Contudo, a enunciação desses princípios fundamentais, também presentes em outros tratados de direitos humanos e na própria Constituição Federal, conviveu durante muitos anos com normas que proibiam aos homossexuais de se casarem e excluía suas famílias da proteção da lei, assim como, no passado, esse mesmo direito foi negado aos protestantes, a ateus e fieis de outras religiões que não a católica, aos negros (por exemplo, pela proibição do casamento “inter-racial” em países como os EUA) e a outros grupos difamados.

A conquista do casamento igualitário é hoje uma das bandeiras mais importantes do movimento LGBTI no mundo inteiro. Em todos os países onde essa luta social foi vitoriosa, além de garantir direitos específicos que o casamento reconhece aos casais, a

mudança na lei provocou mudanças culturais que permitiram reduzir o preconceito e a violência contra a população LGBTI.

No Brasil, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo existe desde maio de 2013, quando foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, após uma representação do PSOL junto com a ARPEN-RJ. Os casais do mesmo sexo já podem se casar em qualquer cartório, mas ainda falta atualizar o Código Civil para registrar esse direito na letra da lei. E essa diferença entre o Brasil e outros países – como os vizinhos Argentina e Uruguai, que aprovaram o casamento igualitário no Congresso, com apoio dos seus governos e um amplo debate político e social – é fundamental para entender por que o impacto cultural da mudança normativa foi menor em nosso país, onde governo e parlamento se omitiram.

Por isso, o programa de Boulos e Sonia apoia a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5120/2013, dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que reconhece o casamento civil igualitário e garante a todos os casais, do mesmo ou de diferente sexo, os mesmos direitos na lei.

Nosso programa de governo também propõe:

Desenvolver uma política nacional de adoção que dê conta das necessidades das crianças e adolescentes sem família e inclua, como potenciais adotantes, os casais do mesmo sexo e as pessoas solteiras, com as mesmas condições e requisitos, sem qualquer tipo de discriminação; e garantir o acesso universal às técnicas de reprodução humana assistida, sem discriminar as pessoas LGBTI.

- Defender que a atual “licença maternidade” seja transformada em “licença parental”, permitindo que cada casal administre a distribuição do tempo, sem distinção legal entre pai e mãe ou por orientação sexual e/ou identidade de gênero.
- Revisar o conceito de família utilizado nos programas habitacionais e de moradia e outros programas sociais e políticas públicas, para abarcar todas as famílias, independentemente da orientação sexual e/ou identidade de gênero de seus membros.

2 – DIREITO À IDENTIDADE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS TRANS

Se, para lésbicas, gays e bissexuais, ser “visível” implica em se assumir publicamente, para as pessoas transexuais, travestis, transgênero e intersexuais, a visibilidade é compulsória a certa altura da vida, porque, ao contrário da orientação sexual, a identidade de gênero não pode ser escondida durante muito tempo no armário. Numa sociedade transfóbica, essa identidade é experienciada, pelas pessoas trans, como um estigma inocultável, da mesma forma que a cor da pele numa sociedade racista, porque ela está inscrita no corpo. E o preconceito, a discriminação e a violência física e simbólica, portanto, começam a atingi-las desde a infância. Ao mesmo tempo que suas identidades se tornam visíveis, elas mesmas são invisibilizadas enquanto pessoas com dignidade e direitos.

Na maioria dos casos, mulheres e homens trans são expulsos de casa, da escola, da família, do bairro, até da cidade. O preconceito e a violência que sofrem são maiores que o resto da população LGBTI e suas consequências, mais profundas. As pessoas trans são as principais vítimas dos crimes de ódio (e o Brasil é o país onde mais são assassinadas a cada ano por sua identidade de gênero), constituem o grupo mais vulnerável à epidemia de HIV/Aids, e também sofrem, como nenhum outro grupo social, a exclusão e a discriminação no acesso à educação, à saúde, ao emprego e à moradia. Todas essas formas de opressão são naturalizadas pela maioria da sociedade, que não as percebe, porque as próprias pessoas trans não são percebidas.

A invisibilidade legal é a primeira e, também, o ponto de partida de muitas formas de torná-las invisíveis. Homens e mulheres trans sofrem a cada dia o absurdo de uma legislação que lhes nega o direito a ser quem são, de usar legalmente o nome pelo qual são chamadas e que as identifica, e de ter seu gênero registrado nos documentos. Esse vazio legal produz constrangimento, muitos problemas na vida quotidiana, negação de direitos fundamentais e uma constante humilhação. Ainda por cima, a identidade de gênero das pessoas trans é tratada como doença ou patologia – como já aconteceu no passado com a homossexualidade.

Por isso, o governo de Boulos e Sônia vai apoiar a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5002/2013 (Lei João Nery), dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que despatologiza a transexualidade e reconhece o direito das pessoas trans à identidade de gênero e à autonomia para decidir sobre seus corpos.

Nosso programa de governo também propõe:

- i. Desenvolver uma política nacional para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na educação formal e em campanhas de difusão dirigidas às famílias;
- ii. Criar um programa de acolhimento, moradia e inclusão social para as pessoas trans expulsas do lar familiar e/ou em situação de rua;
- iii. Promover a inclusão de mulheres trans na lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e desenvolver uma política nacional de prevenção da violência e dos crimes de ódio contra a população LGBTI – em especial, contra a população trans, que hoje é alvo privilegiado desses crimes;
- iv. Reestruturar o processo transexualizador, em adequação ao CID-11, garantindo o cuidado das pessoas trans numa perspectiva não patologizante e de saúde integral, em sintonia com o projeto de Lei João Nery;
- v. Ampliar o número de ambulatórios voltados para a população trans, garantindo sua presença em todas as cidades com mais de 300 mil habitantes, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para pessoas que residem em municípios que ainda não contem com o serviço;
- vi. Articular uma rede de atenção e cuidado à população intersexual, garantindo sua autonomia para tomar decisões sobre seus corpos, orientação das famílias e proteção dos seus direitos.

3 – DERROTAR O PRECONCEITO, COMEÇANDO NA ESCOLA

O preconceito contra pessoas LGBTI começa na infância e na adolescência e constitui uma das principais razões para a evasão escolar e, principalmente, para situações de violência em escolas e universidades, além de deixar marcas que acompanham as pessoas pelo resto da vida. Dados de 2016, da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, apontam que estudantes LGBTI relatam frequentemente agressões dentro das escolas e alguns inclusive já cogitaram tirar a própria vida por causa da violência. De acordo com pesquisa do MEC, do mesmo ano, 73% foram agredidos verbalmente e 36% fisicamente.

A política de educação deve pautar-se por uma lógica inclusiva, laica, e que garanta o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual como projeto de formação permanente da cidadania. É fundamental defender uma escola plural, socialmente referenciada e voltada para o pensamento crítico. É imprescindível combater a discriminação, o preconceito e o discurso de ódio no âmbito da educação, garantindo o respeito pelas diferenças que nos enriquecem como sociedade e prevenindo todas as formas de violência, *bullying* e assédio.

O combate à LGBTI-fobia na escola é a única forma de impedir que esse problema continue existindo nas próximas gerações. Uma escola para uma sociedade democrática do século XXI deve combater as falsas certezas que produzem ódio, estigma, segregação, exclusão e violência — entendendo para isso que discurso de ódio não é opinião, que discriminação e opressão não são formas de exercício da liberdade, que a violência não é aceitável e que a diferença não é um problema. Essa escola deve problematizar os preconceitos que existem fora e dentro dela para que sejam desconstruídos; para que o respeito pelo outro e pela outra e a celebração da diferença e da diversidade substituam o medo e a rejeição contra aqueles e aquelas que são diferentes de nós ou da visão idealizada que temos de nós mesmos.

Por isso, o programa de Boulos e Sonia apoia a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-6005/2016 (Lei Escola Livre), do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que, além de fazer um contraponto ao projeto autoritário “Escola sem partido” e promover uma educação democrática e pluralista, estabelece políticas

para uma escola sem LGBTI-fobia e para a proteção dos direitos dos e das estudantes LGBTI.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Prevenir e enfrentar o *bullying* e a violência LGBTI-fóbica e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, através de educação permanente para os direitos humanos;
- ii. Produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes;
- iii. Garantir o uso de nome social nas escolas – na perspectiva do projeto de Lei João Nery – e dos banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida;
- iv. Desenvolver um programa nacional de prevenção do abandono escolar e de reinserção no sistema educativo, em todos os níveis, das pessoas LGBTI; e ações afirmativas para o acesso e permanência delas na universidade.

4 – EMPREGO, RENDA E MORADIA

Se a situação da classe trabalhadora, de modo geral, já é ruim – e piora cada vez mais como consequência da política econômica do governo golpista e da “reforma” trabalhista –, a situação específica dos trabalhadores e das trabalhadoras LGBTI é, de modo geral, bastante pior, de mais desemprego e precarização. Em diversas ocupações, o acesso dessa parcela da população é mais difícil e as condições de trabalho são mais desvantajosas.

Precisamos compreender os impactos das Reformas Trabalhista e Previdenciária para as LGBTI e que a luta classista está diretamente relacionada às opressões. O capitalismo se apropria da LGBTIfobia para lucrar, ou justificar a manutenção de parte da população fora do mercado de trabalho.

Um estudo elaborado pela empresa Elancers constata que 38% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBTI para cargos de chefia, e 7% não contratariam em hipótese alguma. A permanência de muitas pessoas LGBTI nas empresas também é prejudicada por situações de discriminação e assédio moral, que têm inclusive impacto na saúde.

Outro fator de exclusão da população LGBTI é o acesso à moradia. Logo que se assumem, muitos jovens são expulsos de casa e enfrentam dificuldades para conseguir moradia, mesmo que temporária. Muitos locatários se recusam a fechar contrato com transexuais, travestis ou casais do mesmo sexo, pois partem da visão preconceituosa de que existe uma promiscuidade especial dessa população, que colocaria em risco “a moral e os bons costumes”. Para quem não pode pagar ou cumprir as exigências, especialmente pessoas trans, o destino é viver na rua, abrigadas em marquises, em ocupações ou nos próprios locais de trabalho sexual. Nestes lugares, a discriminação e a violência são cotidianas.

É fundamental articular as políticas de assistência social e habitação para garantir o direito à moradia da população LGBTI. As unidades de acolhimento devem ser espaços não só para abrigo transitório, mas também pólos de difusão de arte e cultura LGBTI. Espaços concedidos e financiados pelo poder público, como referência da comunidade LGBTI para receber lésbicas, gays, bissexuais e transexuais sem moradia. Locais que respeitem múltiplas configurações familiares e que consigam, articulado com as políticas de habitação, trabalho e renda, promover a autonomia de pessoas LGBTI sem teto.

No caso específico das pessoas trans, é impossível falar em empregabilidade, moradia e inclusão social sem fazer referência ao trabalho sexual, já que uma alta porcentagem da população trans feminina brasileira se dedica à prostituição. E nós entendemos que essa questão deve ser encarada pelo Estado sem preconceitos morais e na perspectiva dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, desnaturalizando a relação entre identidades trans femininas e trabalho sexual.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Criar programas de assistência, orientação e formação técnica e profissional especializada, para facilitar a inserção da população LGBTI e, em especial, das pessoas trans adultas no mercado de trabalho;
- ii. Promover a inclusão, na legislação trabalhista, de normas contra a discriminação e o assédio moral LGBTI-fóbico nas empresas e no setor público;
- iii. Desenvolver campanhas de comunicação social para a promoção e valorização do emprego trans, combatendo o preconceito e a naturalização da exclusão desta população em diversos ofícios e profissões;
- iv. Reconhecimento das organizações de prostitutas como atores legítimos na busca por seus direitos;
- v. Ações afirmativas no acesso ao mercado de trabalho, como:
 - Cotas no serviço público federal, estadual e municipal para travestis e pessoas trans;
 - Cotas de diversidade sexual e de gênero (com ênfase em travestis e transexuais) em empresas, modelo semelhante à cota dos portadores de deficiência, com obrigatoriedade variável em faixas de tamanho de empresas;
- vi. Estabelecer uma regra transitória de inclusão na Previdência das pessoas trans idosas que não tiveram a possibilidade de trabalhar com carteira assinada ao longo da vida, por conta da discriminação e do preconceito;
- vii. Realizar um levantamento de pessoas LGBTI em situação de rua e da cobertura e situação dos diversos planos de moradia já existentes;
- viii. Rigor na responsabilização de famílias que abandonam ou demonstram incapacidade de criação de filhxs LGBTI;
- ix. Articular as políticas de assistência social e habitação para garantir o direito à moradia da população LGBTI, criando unidades de acolhimento – não só para abrigo transitório, respeitando as diversas configurações familiares, mas também como polos de difusão de arte

e cultura LGBTI – e desenvolver políticas afirmativas para a aquisição de habitação popular.

5 – SEGURANÇA: VIDAS LGBTI IMPORTAM!

A preocupação com a segurança pública tem sido um dos focos centrais da luta por direitos, pois trata-se de lutar pelo direito à existência. Desde o início do movimento LGBTI, a comunidade tem se organizado contra espancamentos e assassinatos, especialmente de travestis e transexuais. Essa violência é naturalizada e incentiva outras.

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTI no mundo. Apenas em 2017, de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia, foram registrados 445 assassinatos, o que representa uma vítima a cada 19 horas e um aumento de 30% em relação a 2016. Dados de 2012 apontavam que, nos atos de violência LGBTI-fóbica, 40% das vítimas são pretas e/ou pardas e 26%, brancas.

Esses números já são preocupantes, e ainda devemos considerar que há inúmeros casos não notificados, especialmente de vítimas travestis e transexuais. Por conta dos crimes de ódio e da falta de políticas públicas, a expectativa média de vida de mulheres trans não passa de 35 anos.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Promover a capacitação e o treinamento das polícias e demais forças de segurança (inclusive mudando os planos de estudo), para conscientizar seus integrantes a respeito da diversidade sexual e dos direitos das pessoas LGBTI;
- ii. Promover a inclusão da motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual nos registros dos boletins de ocorrência e demais protocolos de atendimentos na área da segurança pública e produzir estatísticas regionais e federais que ajudem a planejar melhores políticas públicas;

- iii. Desenvolver um plano nacional contra os crimes de ódio e a violência LGBTI-fóbica, com a integração de políticas de educação e cultura, comunicação social, segurança, justiça e outras;
- iv. Promover o debate no Congresso Nacional dos projetos que visam a criminalização da LGBTI-fobia, defendendo uma redação que reconheça a “motivação torpe” como agravante para os casos que envolvem violência física (assassinato, lesões corporais, estupro e outros crimes já tipificados no Código Penal) e estabeleça, para os casos de discriminação e injúria, medidas socioeducativas e de reparação de danos, sem privação da liberdade;
- v. Criar uma portaria LGBTI que replique a Resolução Conjunta Nº 1 do CNPCP e CNCD/LGBT, para os direitos de pessoas LGBTI no sistema penitenciário e apoiar aprovação do PL-9576/2018, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que cria espaços de vivência específica para pessoas trans nos presídios, como opção voluntária para aquelas que estão privadas da liberdade.

6 – SAÚDE INTEGRAL E DESPATOLOGIZAÇÃO

Na área da saúde, as pessoas LGBTI sofrem as consequências do sucateamento e das políticas neoliberais, como o resto da população, mas também enfrentam problemas específicos. As mulheres lésbicas e bissexuais sofrem, no atendimento ginecológico, a falta de preparo de muitos profissionais para lidar com suas necessidades, e o mesmo acontece, em outras especialidades, às pessoas trans e aos homens gays.

Os serviços do SUS para o processo transexualizador ainda tem pouca abrangência e um tempo de espera muito grande. As políticas de prevenção da epidemia de HIV/Aids focadas na população LGBTI foram em muitos casos desmanteladas, por pressão dos fundamentalistas religiosos, e isso teve um impacto direto nas estatísticas de transmissão do vírus, cuja incidência na população mais pobre e na população LGBTI cresceu, ao tempo que existem dificuldades na provisão dos medicamentos para o tratamento antirretroviral. E estes são apenas alguns exemplos.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Criar uma linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais e trabalhar junto às universidades para promover uma melhor formação dos profissionais da saúde nessa área, enfrentando também a violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans;
- ii. Implementar uma política de atenção integral à saúde de trabalhadores/as sexuais;
- iii. Realizar campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- iv. Promover a completa despatologização das identidades LGBTI, assim como o fim das “comunidades terapêuticas” e da pseudociência, das intervenções corporais indevidas em pessoas intersexo, das internações forçadas e dos tratamentos anticientíficos para a mal chamada “cura gay”;
- v. No mesmo sentido e em articulação com as autarquias profissionais, avaliar e responsabilizar serviços que se proponham a atuar nas áreas de gênero e sexualidade, capacitando os profissionais para evitar posturas antiéticas;
- vi. Criar plano de políticas públicas e metas para redução da transmissão do vírus do HIV, recuperando e reforçando campanhas e políticas específicas para a população LGBTI, negra, campesina e indígena, e da mortalidade por Aids e coinfeções como tuberculose e pneumonia;
- vii. Fortalecer as interações entre diferentes instituições e comunidades LGBTI, com atenção específica à saúde integral;
- viii. Acabar com a proibição de doar sangue para os homens que fazem sexo com homens, apoiando a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-6297/2016, do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ).

VI - UM PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O nosso programa de governo é comprometido com o enfrentamento dos privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país. Historicamente, a educação capaz de socializar a ciência, a tecnologia, a arte e a cultura a todo o povo – crianças, jovens, adultos e idosos, foi um privilégio de classe. Quando a escola pública foi ampliada, no período da ditadura, rapidamente foi sucateada. O mesmo aconteceu com a educação superior. Quando, já no século XXI, as primeiras gerações da classe trabalhadora chegaram de modo mais expressivo a universidade pública, os drásticos cortes de verbas passaram a ameaçar essa conquista.

Somente um governo de esquerda será capaz de assegurar caráter estratégico para a educação pública básica e superior, a ciência, a tecnologia e a inovação. Por isso, nosso governo, fruto da vitória da aliança entre o PSOL, o PCB e os movimentos sociais brasileiros, terá como diretriz a certeza de que uma sociedade democrática somente é possível com educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade, assegurada a todos e todas, como dever do Estado, tal como estabelecido pela Constituição Federal.

A democratização da educação exige a implementação de políticas direcionadas à ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais.

O povo brasileiro não pode ser privado do direito social à educação por motivos de renda, cor, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, crença, origem ou local em que reside. A descentralização da prestação dos serviços educacionais deve ser um instrumento facilitador do acesso a este bem fundamental para o pleno exercício da cidadania.

São, em geral, os pobres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, travestis, pessoas com deficiência ou em outra situação de vulnerabilidade, os brasileiros e brasileiras que estão fora da escola e que, mesmo quando conseguem uma vaga, sua permanência é precária e vários fatores os levam a abandonar de forma prematura.

A exclusão educacional é marcada também pelas desigualdades de raça e gênero, como apontam os dados da PNAD 2016. A taxa de analfabetismo para as pessoas pretas e pardas (9,9%) era duas vezes a das brancas (4,2%) em 2016. E 26,1% das mulheres jovens que não estudavam deixaram a escola para realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas. Garantir o direito a educação passa pelo enfrentamento as desigualdades.

Consideramos como sujeitos de direitos todos (as) brasileiros (as), sejam eles(as) moradores(as) do campo ou da cidade, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou deficientes, independentemente de suas condições sociais, econômicas, físicas ou religiosas.

Para nós a educação deve ser ofertada em espaços institucionais públicos não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais organizados para acolher crianças, adolescentes, jovens e adultos com qualidade. Rejeitamos a adoção de propostas de atendimento em espaços improvisados e inadequados para atender as especificidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos e por profissionais sem a formação inicial específica para esse atendimento.

Trabalharemos junto aos demais entes federados para que a educação seja coletiva, democrática, ética, respeitando as condições de cada criança, adolescente, jovem e adulto em seu tempo de vida e atenda suas necessidades e demandas.

Tendo presente que a educação é um direito de todos e dever do Estado (União, estados e municípios), trabalharemos para reverter as ações de privatização da educação, dentre as quais destacamos o avanço das parcerias do poder público com organizações privadas nas mais variadas formas, bem como o do atendimento em instituições conveniadas, ou as adoções de sistemas educacionais privados, seja através de apostilamentos, materiais didáticos, formações ou realizações de avaliações. Objetivamos reverter, também, as induções e adoções de políticas alternativas ou compensatórias que violem o direito à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos e a não garantia de direitos das/os profissionais da educação.

Antes de tudo...

Desde o primeiro dia de governo estaremos empenhados na revogação de todas as políticas nocivas aos interesses educacionais que foram implementadas no período do governo ilegítimo de Michel Temer.

Por isso, a primeira medida será encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que reduz ano a ano os gastos sociais por 20 anos.

Em seguida, serão revogadas a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, sendo reaberto o debate sobre os dois temas de forma ampla e participativa.

O Fórum Nacional de Educação, que foi objeto de intervenção do governo golpista, retomará seu funcionamento e sua composição será discutida de forma democrática e contemplará o caráter público e gratuito que a educação deve ter para se consolidar como um direito de todos e dever do Estado.

Além disso, nosso governo irá retomar a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), processo que foi igualmente desmontado pelo governo Temer.

O Conselho Nacional de Educação também será reformulado na sua composição e definição, incorporando a antiga reivindicação da comunidade educacional para que seja órgão de Estado deliberativo e representativo, garantindo a participação da sociedade civil, compreendendo sindicatos, entidades acadêmicas da área, os entes da federação, a representação dos estudantes, dos trabalhadores em educação e da comunidade escolar, sempre respeitando as indicações das entidades representativas.

1. A união assumirá um novo papel no dever do Estado para com a Educação

A disparidade entre os potenciais de arrecadação dos entes federados implica uma capacidade reduzida de oferta de serviços educacionais pelos estados e municípios mais pobres.

A garantia a uma educação de boa qualidade não pode estar condicionada à sorte de viver num município mais rico, ou à obrigação de estudar numa cidade diferente de onde se vive para ter acesso a esse serviço. A redução das

desigualdades no acesso à educação de qualidade social é dever do Estado que deve planejar a oferta educacional para alcançar esse objetivo.

Para isso, é necessária a articulação entre os distintos entes federados, guardando relação com o potencial de arrecadação e provimento do serviço. A União tem sido omissa no seu dever de garantir um padrão mínimo de qualidade na educação; atualmente, de cada R\$ 100,00 que são aplicados em educação no Brasil, a União contribui com menos de R\$ 25,00. Nosso governo mudará este cenário.

- i. No primeiro ano de governo será encaminhado ao Congresso Nacional a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, tendo por base a garantia do direito à educação, o combate às desigualdades e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014) ;
- ii. Ainda no primeiro ano será implementado o Sistema Nacional de Educação, com a função de coordenar o esforço estatal para cumprir as obrigações com nosso povo. Serão criadas instâncias de colaboração com a participação dos governos estaduais e municipais e também com forte participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e dos estudantes;
- iii. Será imediatamente regulamentado o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como exige a lei do PNE, garantindo aporte de recursos para diminuir as desigualdades na prestação de serviços educacionais e viabilizando o direito à educação pública digna a todos que vivem no país;
- iv. Considerando a discussão no Congresso de transformação do Fundeb em fundo permanente, nosso governo proporá:
 - A inclusão do CAQi no Fundeb como valor mínimo determinado no art. 211, § 1º da Constituição Federal;
 - A garantia de uma política de expansão de vagas, com recursos adicionais para investimento no fundo, de forma a garantir o cumprimento das metas do PNE para a educação básica.

Nossa aliança reconhece a capacidade formativa de educadores e gestores escolares, ao mesmo tempo em que, apoiado em pesquisas acadêmicas, também reconhece a fragilidade das formações iniciais que a maioria das faculdades privadas tem vendido aos professores e professoras, entretanto afirma que é a formação qualificada e a reflexão a partir das experiências escolares que possibilitam encorajar iniciativas e construir alternativas.

Somos contra a padronização curricular, modelo que se presta aos interesses dos mercados editoriais, consolida e legitima as grandes avaliações e pouco considera as necessidades e diferenças da educação brasileira. Defendemos diretrizes curriculares nacionais que possam assegurar a toda a população brasileira o acesso ao conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural em perspectiva histórico-crítica, valorizando a pertinência das escolas e universidades com os seus contextos sócio históricos e com as condições de vida de seus estudantes.

2 – Recursos públicos para as escolas públicas

Nosso programa recupera o ideal pelo qual Florestan Fernandes e outros tantos educadores lutaram: verbas públicas exclusivamente para escolas públicas. Nosso governo trabalhará todos os dias para garantir que os fundos públicos da educação sejam utilizados exclusivamente para a manutenção e o desenvolvimento de um ensino de qualidade social para todos e todas, em todos os níveis e modalidades.

- i. Será feita auditoria em todos os programas federais que repassam recursos públicos para o setor privado;
- ii. Visando defender o direito dos alunos que foram beneficiados pelos atuais programas (PROUNI e FIES) será feita uma transição da oferta subsidiada pelo Estado para a oferta pública;
- iii. Serão encaminhadas ao Congresso Nacional, no prazo menor possível, normas de regulação do exercício privado da oferta educacional, tendo como fundamento os preceitos

constitucionais e a garantia de um padrão de qualidade com remuneração condigna para os trabalhadores do setor;

- iv. Diante do alto índice de inadimplência no seio da juventude beneficiada com empréstimos do FIES, nosso governo proporá uma moratória de 1 ano para as dívidas estudantis, seguido de um Programa de Refinanciamento das Dívidas a ser discutido com os/as próprios estudantes! Não é justo que os nossos jovens, os que menos oportunidade de emprego possuem em meio a crise, também sejam vítimas de penalizações dos bancos públicos.

3 – Por uma educação para todas e todos

O nosso governo assumirá no dia 1º de janeiro de 2019, faltando cinco anos e meio para o encerramento da vigência do atual Plano Nacional de Educação. Nesta lei estão inscritos desafios que precisarão do esforço conjunto do governo federal e dos governos estaduais e municipais. A União assumirá as suas responsabilidades redistributivas e supletivas para com a educação básica e se concentrará no cumprimento das metas que são de sua responsabilidade.

- i. Por meio da regulamentação do regime de colaboração, via Sistema Nacional de Educação, a União atuará em conjunto com estados, municípios e o Distrito Federal para garantir o cumprimento do Artigo 208, inciso I da Constituição Federal, o mais breve possível. **Nenhum cidadão brasileiro de 4 a 17 anos ficará fora da escola;**
- ii. Por meio da implementação do CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial, a União colaborará com a diminuição das desigualdades territoriais, sociais e raciais. A meta, no âmbito do Fundeb, é que se chegue à equalização das oportunidades educacionais, de tal forma que os recursos disponibilizados por aluno se equivalham nas diferentes unidades da federação.

iii. O governo retomará o crescimento da oferta pública de ensino superior, **visando gerar 1 milhão de novas vagas em universidades** (Meta 12 do PNE), tendo como fundamento a expansão dos Institutos Federais e promovendo a integração desses com as Universidades Federais:

- 3.1. A prioridade é expandir nas regiões com menor cobertura e priorizar os cursos que promovam desenvolvimento local, possibilitem novos ecossistemas produtivos, e assegurem pessoal qualificado e conhecimento dos problemas das regiões, criando condições para a universalização do serviço público nas áreas de educação, saúde, moradia, transporte, saneamento e seguridade social;
- A União buscará fazer um planejamento de crescimento da oferta pública em conjunto com a rede estadual de instituições de ensino superior, inclusive utilizando a disposição constitucional de assistência técnica e financeira;
- Serão garantidas condições de funcionamento para as instituições federais existentes, processo que respeitará a autonomia constitucional, com especial atenção para as unidades criadas na última década;
- A ampliação do acesso ao ensino superior terá como perspectiva a inclusão e diversificação do perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente, garantidas pela expansão de vagas em conjunto com medidas de ação afirmativa e a adoção de políticas de permanência estudantil para reduzir as elevadas taxas de evasão do cenário atual. Por isso, será garantido o repasse de fundos governamentais para a construção e manutenção de

moradia estudantil, transporte gratuito, programas de alimentação e popularização do acesso à rede internet.

- iv. Em trabalho conjunto com estados e municípios e com apoio da sociedade civil, o governo erradicará o analfabetismo e diminuirá drasticamente o analfabetismo funcional, em todas as faixas etárias. Para além de pagar a dívida histórica com milhões de brasileiros e brasileiras excluídos da oferta escolar, para nosso governo a Educação de Jovens e Adultos é parte indissociável do direito a ter educação ao longo da vida;
- v. A União, em parceria com os municípios e o Distrito Federal, trabalhará para garantir e ampliar a oferta de vagas em creches para a população de 0 a 3 anos, por meio de reconhecimento do valor por aluno, compatível aos custos reais desta etapa de ensino no âmbito do FUNDEB, programa arrojado e pactuado de construção e aparelhamento de unidades e da valorização dos profissionais da educação;
- vi. A União, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, trabalhará para estender o atendimento em tempo integral, de forma integrada e intersetorial, em toda a educação básica;
- vii. Será desenvolvido programa de expansão de vagas na educação profissional, tanto pela ampliação da rede federal, quanto no apoio a expansão da rede estadual de escolas técnicas;
- viii. Os programas federais direcionados a educação básica deverão ser coerentes com a pactuação democrática prevista no SNE e operacionalizada no regime de colaboração, extinguindo quaisquer políticas baseadas nas trocas de favores e barganhas, ainda existentes.

4 – Pela valorização dos espaços de construção do conhecimento

Nosso governo colocará como um dos eixos do desenvolvimento do país a produção do conhecimento, partindo do entendimento que o local privilegiado dessa tarefa se dá nas Universidades Públicas.

Garantiremos a autonomia universitária prevista na Constituição Federal, extinguindo as medidas que afrontam o texto constitucional, possibilitando o autogoverno das instituições e efetiva autonomia de gestão financeira, administrativa, de pessoal e patrimonial. Como condição da autonomia de gestão financeira, estabelecer nova dotação orçamentária, considerando o custeio, as necessidades de investimentos, e o plano de desenvolvimento institucional das instituições, dialogando com as representações estudantis, dos técnico-administrativos e docentes, assim como com as entidades científicas, com dotação orçamentária compatível com as necessidades de bem-viver dos povos que requerem ciência, tecnologia, arte e cultura inventivas e comprometidas com o enfrentamento dos problemas nacionais e continentais.

Como parte da democratização do conhecimento, vamos apoiar, valorizar e viabilizar espaços de aprendizagem dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, por meio de universidades populares e interculturais.

Em conexão, mas respeitando as especificidades, será executado um programa nacional de fomento à inovação e a pesquisa e desenvolvimento, articulando as áreas econômica, social (educação, saúde, cidades etc.) com as áreas de ciência e tecnologia, bem como com a educação. Criar um fundo provisionado com recursos expressivos, articulados a partir do BNDES, para desenvolvimento de novos ecossistemas produtivos que rompam com a dependência tecnológica nas áreas estratégicas como energia, agricultura, fármacos, recursos hídricos, transporte, meio ambiente, saúde, cultura, arte.

Uma política nacional e democrática de Ciência, Tecnologia e Inovação é condição indispensável para um projeto de nação soberana, independente, justa e com igualdade social no lugar dos privilégios e da desigualdade. Todos os países que conseguiram promover Bem-Estar para as suas populações tiveram como uma das bases desse processo um Estado ativo no investimento em pesquisa e uma política democrática que garanta a passagem do conhecimento para o tecido produtivo sem que

isso seja apropriado por pequenos grupos, mas que gere ganhos que sejam revertidos para toda a sociedade.

É justamente para impedir consolidação de um ambiente de avanço tecnológico e inovação que o Golpe de 2016 ataca centralmente as universidades e a ciência brasileira. Promoveu o fim do Ministério de Ciência e Tecnologia, e pesados cortes de gastos, inclusive em bolsas e programas inteiros de troca científica. Também brutal, criminalização das universidades, a perseguição ao Reitor Cancellier é triste símbolo deste processo. Houve destruição de setores inteiros de pesquisa e do tecido produtivo. Tudo isso para garantir um Brasil submisso e periférico no capitalismo internacional e com mais privilégios e desigualdades no plano interno.

Não por acaso cientistas e pesquisadores foram aqueles e aquelas que mais se mobilizaram contra o golpe e pela democracia. Isso se deu pela pauta específica da luta pela ciência e inovação. Algumas mobilizações: Marchas pela Ciência, campanha pela volta do MCT - Campanha Conhecimento Sem Cortes. Ação da SBPC no Congresso que conseguiu diminuir os cortes para o orçamento desse ano (2018).

Para reverter esse quadro trágico e constituir um projeto de desenvolvimento justo, soberano e sustentável, nosso programa busca articular Ciência e Tecnologia e Inovação com uma ação estatal forte e democrática. Nosso objetivo é atingir um Desenvolvimento Sustentável e Soberano e um efetivo e estruturante combate às desigualdades e privilégios.

Será fortalecida a cooperação internacional por meio da integração dos sistemas de educação, ciência e tecnologia, constituindo programas de pesquisa estratégicos com a América Latina e outras regiões, ampliando a mobilidade estudantil, de docentes e trabalhadores, e instaurando, a partir das instituições públicas, formas de reconhecimento de títulos, cursos e disciplinas.

Iremos:

- i. recriar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a garantir de orçamento para viabilizar uma dinâmica de pesquisas de ponta.
- ii. Fundamental consolidar o processo de regulamentação e aplicação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, já aprovado pelo Congresso Nacional.

- iii. Além disso será fundamental elaborar um Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em um processo participativo envolvendo comunidade acadêmica, tecido produtivo e a sociedade civil. O objetivo desse Plano é estruturar uma política estratégica de pesquisa, com metas de longo, médio e curto prazo. É fundamental que se estruture esse processo de modo a evitar que as mudanças de governo inviabilizem dinâmicas de pesquisa que necessitam de décadas para se consolidar. Esse Plano irá seguir objetivos gerais próprios de um projeto de Desenvolvimento Justo e Sustentável – erradicação da pobreza, preservação dos biomas nacionais, promoção do Bem-Estar geral entre outros - e deve prever mecanismos de controle para evitar que o dinheiro público seja usado de modo irresponsável sob o guarda-chuva da necessidade de avaliar algumas pesquisas somente no longo prazo. Mas é indispensável garantir a autonomia e previsibilidade dos recursos para que a comunidade científica possa se planejar e produzir pesquisa de ponta.

5 – Por uma escola democrática

As transformações de que o país precisa exigem espaços de decisão efetivamente democráticos. As escolas, em todos os níveis, serão fortalecidas como espaços de debate de ideias, livres de todas as formas de preconceito. O governo trabalhará para que a escola seja um ambiente de respeito às diferenças e enfrentamento a qualquer tipo de preconceito e discriminação. Afinal, todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade e antidiscriminatória.

- i. O atual Conselho Nacional de Educação será reformulado, para que tenha independência e autonomia frente ao governo e, ao mesmo tempo, a sua representação seja expressão da pluralidade dos setores e segmentos educacionais. O Conselho será uma instância fundamental na pactuação do novo Sistema Nacional de Educação;

- ii. Será encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de reformulação do formato de eleição dos gestores das instituições federais de ensino superior, garantindo o aprofundamento da democracia nas Universidades e Institutos Federais. A proposta será amplamente discutida com a comunidade educacional;
- iii. Como parte do regime de colaboração federativa, as autarquias federais que se relacionam diretamente com estados e municípios serão democratizadas, garantindo-se presença de gestores da educação básica em seus conselhos;
- iv. Serão garantidas a pluralidade das ideias e a liberdade docente, tal como determina a Constituição Federal, e o governo federal adotará medidas para fortalecer a escola como espaço de promoção de valores democráticos, cidadãos, inclusivos e antidiscriminatórios;
- v. Serão desenvolvidos, ampliados e aprimorados programas de inclusão, de promoção da diversidade, de reconhecimento do direito à diferença, bem como de enfrentamento a preconceitos, discriminações e de prevenção à violência, inclusive com vistas a fortalecer o caráter público, gratuito, pluralista, laico, inclusivo e democrático da escola;
- vi. Estabelecer políticas que assegurem a interculturalidade, assegurando espaços educacionais auto organizados pelos povos indígenas, quilombola e demais grupos sociais que forjaram identidades históricas e profunda revisão do material didático que reproduz concepções marcadas pela colonialidade do saber e do poder, expressando concepções racistas e discriminatórias.

A repactuação federativa do Sistema Nacional de Educação estará ancorada numa redistribuição de recursos públicos, garantindo as condições para o cumprimento da Meta 20 do Plano Nacional de Educação. Assim, durante o nosso governo, serão criadas as condições legais e financeiras para que alcancemos, em 2024, o percentual de aplicação de 10% do PIB para a educação pública.

Em relação ao financiamento da educação básica este esforço se materializará em uma ampla revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), até dezembro de 2020 e na implementação do CAQI.

Os recursos públicos atualmente carregados ao FIES já superam o total de gastos com manutenção e desenvolvimento da educação superior do governo federal. Isto é inaceitável. Os últimos dados mostram mais de 41% de inadimplência no programa.

Isso significará uma revisão no peso e no formato dos programas ancorados em repasses financeiros ao setor privado, operando uma transição que não provoque descontinuidade nos contratos existentes, após feita a auditoria do funcionamento dos atuais programas, mas que implemente uma dinâmica na qual a prioridade será o investimento público na rede pública.

Será construída uma matriz de financiamento para a rede federal que garanta uma expansão de vagas, que seja sustentável e que esteja ancorada na existência de um padrão de qualidade.

Buscaremos pactuar também uma matriz de financiamento em parceria com os estados, visando aumentar a oferta de vagas para o ensino superior por meio de expansão das instituições de ensino superior estaduais.

7 – Por uma nova política de avaliação na Educação

As avaliações de larga escala devem servir para melhorar a qualidade da educação e não substituir as políticas públicas de educação.

O nosso governo romperá com a lógica autoritária e mercadológica presente no atual sistema de avaliação educacional. Os processos de avaliação em larga escala – da educação básica aos programas de pós-graduação- serão rediscutidos com vistas a garantir a participação dos entes federados e dos segmentos educacionais, valorizando a avaliação diagnóstica, processual e formativa.

Discutiremos o aprimoramento e a democratização dos processos de avaliação em larga escala e seus indicadores (como o IDEB), os quais necessariamente deverão levar em conta a qualidade da oferta, as condições intra e extraescolares e as experiências das comunidades escolares e precisam ser realizados em conjunto com os vários segmentos da sociedade brasileira.

8 – Pela valorização dos profissionais da Educação

Uma das conquistas mais importantes da sociedade brasileira na última década foi a aprovação de um piso salarial nacional para o magistério (lei 11.738/2008). Além de empenhar-se para garantir o efetivo cumprimento da lei, a União deverá desempenhar um papel ativo na viabilização das políticas de valorização profissional.

Assumimos o compromisso com a valorização profissional, a partir do tripé salário, carreira e formação, garantindo a articulação da formação inicial e continuada, através do fortalecimento dos fóruns de formação dos profissionais da educação e da articulação dos sistemas de ensino e das instituições públicas de formação superior.

- i. O nosso governo, por meio do CAQI auxiliará municípios e estados com maior dificuldade financeira a cumprir a legislação do piso nacional;
- ii. O uso dos recursos previstos em lei para a complementação do piso será regulamentado e executado;
- iii. O novo Conselho Nacional de Educação será o espaço adequado para a construção de políticas de valorização da carreira dos profissionais da educação básica;

- iv. Assumimos como meta, no âmbito da implantação do CAQi, alcançar um valor de Piso Nacional compatível com o salário mínimo necessário do DIEESE, o que significaria um reajuste superior a 50% no atual valor;
- v. O governo enviará projeto de lei ao congresso nacional com proposta de definição de Piso Salarial e parâmetros de carreira para os demais trabalhadores da educação.

9 – Educação não é mercadoria! O setor privado será regulado pelo poder público

Considerando a obrigação constitucional de regulação do setor privado e o peso que este possui atualmente na oferta do ensino superior, será encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Regulação do Setor Educacional Privado. A concentração acelerada de propriedade no setor privado, a fraca fiscalização do funcionamento, a precarização das relações de trabalho e o aumento da modalidade à distância como forma de maximizar seus lucros têm provocado consequências danosas à qualidade da formação das novas gerações de brasileiros. Dentre os pontos que serão considerados no referido texto temos:

- i. Combate a oligopolização do setor;
- ii. Regulamentação da participação acionária de empresas transnacionais na propriedade de estabelecimentos privados, como parte de uma transição que leve ao seu impedimento;
- iii. Estabelecer regras que garantam padrão de qualidade para o funcionamento das instituições;
- iv. Garantia de gestão democrática e liberdade de organização dos segmentos educacionais;
- v. Construção de novos padrões de formação dos professores, por meio de diálogo com as universidades públicas;

- vi. Apoiar o desenvolvimento acadêmico das instituições privadas sem fins mercantis, objetivando fortalecer o sistema de ensino superior com base nas referências de qualidade social.

VII - SAÚDE É PRIORIDADE: PÚBLICA E UNIVERSAL PARA TODOS E TODAS!

O povo brasileiro adoece de maneira profundamente desigual, apesar da garantia constitucional de ser a saúde um direito de todos e todas e dever do Estado. A classe social, o acesso ao trabalho, à moradia, à alimentação, à educação, aos serviços públicos e a direitos sociais são determinantes no seu processo de adoecimento.

A expectativa de vida ao nascer entre quem vive na região mais rica e mais pobre de uma mesma cidade chega a variar 26 anos. A mortalidade infantil em áreas das regiões Norte e Nordeste chega a quase três vezes a média nacional e vem crescendo com a crise. Temos uma morte no trabalho a cada 4 horas e somos a quarta nação com mais acidentes de trabalho. A vida nas cidades reproduz o adoecimento: além do déficit habitacional, temos péssimas condições de transporte e índices altíssimos de acidentes de trânsito. Ainda não universalizamos o saneamento básico: 45% dos brasileiros não têm tratamento adequado de esgoto. Cresce a sensação de insegurança generalizada, aumentando as taxas de suicídio e o uso de medicamentos contra depressão e ansiedade. No campo, tragédias ambientais como as de Mariana e Barcarena se multiplicam, o agronegócio e o extrativismo avançam causando danos irreversíveis à saúde dos ecossistemas e dos povos.

O machismo, o racismo estrutural e a LGBTIfobia também afetam as condições de saúde. Cerca de 60 mil pessoas são assassinadas por ano, mais de 70% delas são negras. Quatro mulheres morrem por dia em hospitais após buscarem socorro por complicações de aborto. A cada 19 horas, uma pessoa LGBTI é assassinada. A população indígena vem tendo a maior incidência de tuberculose e de outras doenças infectocontagiosas. Um terço dos adultos considera seu estado de saúde como regular, ruim ou muito ruim.

O processo de substituição dos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção psicossocial e comunitária foi paralisado por políticas que apostaram em métodos conservadores e na contramão das experiências internacionais, como as comunidades terapêuticas. A “guerra às drogas”, além de sua ineficácia, produziu nas últimas décadas uma imensa população carcerária: um em cada três presos do país responde por tráfico.

Para enfrentarmos esse cenário, é fundamental que o Estado atue na melhoria das condições de vida da população, na garantia do direito à saúde e na consolidação do SUS enquanto um sistema de saúde público, universal e gratuito. Foi através da expansão do SUS, do avanço da cobertura da Atenção Básica, de iniciativas como o Programa Nacional de Imunizações, de Controle de HIV/Aids e o Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos e de outras políticas sociais que o Brasil avançou nos seus principais indicadores de saúde nas últimas duas décadas.

Contudo, o SUS vive desde sua criação um subfinanciamento crônico agravado com a Emenda Constitucional 95, que condena o país a um colapso sanitário e social e a um sucateamento sem precedentes. Caso essa emenda estivesse em vigor entre 2003 e 2015, a União teria gasto 42% a menos (257 bilhões) com ações e serviços públicos de saúde.

Mesmo com cerca de 75% da população sendo atendida exclusivamente no SUS, os gastos privados com saúde superam os públicos. Os recursos destinados à saúde pública, no Brasil, representam metade da média do gasto em países com sistemas universais semelhantes. Além disso, o gasto federal com saúde (aproximadamente 1,7% do PIB) vem diminuindo proporcionalmente ao dos municípios e estados na última década.

A privatização da gestão, especialmente via Organizações Sociais e estimulada pela restrição orçamentária promovida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não resolveu o problema da eficiência na utilização dos recursos públicos. Ao contrário: precarizou o trabalho, drenou enormes volumes de recursos públicos e fragmentou ainda mais o sistema. A capacidade da gestão pública, por sua vez, é cada vez mais enfraquecida, limitada e inviabilizada pela falta de recursos e pelas regras de contratação de pessoal e aquisição de insumos. Os baixos salários, a concorrência com o

setor privado, os múltiplos vínculos, os contratos temporários precários e as péssimas condições de trabalho dificultam a fixação de profissionais no SUS.

A reformulação da Política Nacional de Atenção em Básica, em 2017, colocou em xeque a integralidade, o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e importantes avanços da Estratégia Saúde da Família. O país precisa fazer uma opção definitiva por uma Atenção Primária forte, qualificada, integral, longitudinal e resolutiva, garantindo a universalização da cobertura, o fortalecimento desta como porta de entrada e como real coordenadora do cuidado. Uma parcela significativa de unidades básicas de saúde não tem condições mínimas de funcionamento, seja por falta de profissionais, dispensação de medicamentos e até vacinação.

Precisamos assegurar um cuidado que seja capaz de absorver grande parte da demanda espontânea, que conte com mais recursos assistenciais e articule os serviços em rede. E que tenha protagonismo do trabalho comunitário, com uma equipe de saúde multiprofissional formada para trabalhar no SUS, e responder às necessidades da população. O Programa Mais Médicos ajudou a enfrentar uma carência histórica de médicos na Atenção Básica, mas não resolveu a má distribuição de médicos entre regiões e entre o setor público e privado e criou a maior parte das vagas de graduação de medicina em faculdades privadas. O Estado tem papel fundamental na regulação da formação para o SUS e precisa criar vagas de residência médica e multiprofissional na Atenção Primária, especialmente em locais com maior carência de profissionais.

A falta de coordenação das redes gera fragmentação. Precisamos de uma Rede de Urgências e Emergências integrada e com a Atenção Básica, garantindo a assistência pré e pós-hospitalar e rediscutindo o papel das UPAs, para que não haja relação predatória entre os níveis de atenção.

É urgente enfrentar os gargalos na atenção especializada e hospitalar, mudando a forma de contratação e o modelo de pagamento aos prestadores de serviço, e dando maior capacidade à gestão do SUS para organizar e direcionar a oferta privada secundária e terciária para toda a população. Com maior capacidade de planejamento da oferta pública e privada, é possível reduzir as filas e os tempos de espera e melhorar a distribuição de recursos humanos e de consultas, exames e cirurgias.

Precisamos também investir na ampliação e qualificação da rede hospitalar pública, especialmente nas regiões mais desassistidas e em especialidades onde há menor capacidade assistencial, aumentando a escala e a eficiência dos hospitais já existentes, ampliando o número de leitos e diminuindo sua ociosidade.

No campo da assistência farmacêutica, embora tenha havido avanços, o financiamento do consumo de medicamentos ambulatoriais segue sendo quase 90% privado. Esse gasto produz grandes iniquidades no padrão de consumo, prejudicando especialmente os mais pobres. Além disso, as farmácias e drogarias praticam margens de preços exorbitantes, se concentram em locais de maior renda e estimulam o uso irracional de medicamentos. A provisão pública de medicamentos na atenção básica é drasticamente afetada com o subfinanciamento federal e com problemas de logística e gestão, levando a situações recorrentes e inaceitáveis de desabastecimento. A situação se agrava ainda mais com os cortes no programa Farmácia Popular, que apesar de mais caro, de cobertura e abrangência mais restrita que a provisão pública, tem sido procurado por aqueles que não conseguem obter medicamentos no SUS. É fundamental o desenvolvimento de uma política industrial e de Ciência e Tecnologia para o setor farmacêutico que tenha os laboratórios e instituições de pesquisas públicas como pilares centrais, que seja orientada pelas demandas essenciais do SUS e que promova o desenvolvimento tecnológico guiado pelas necessidades de saúde.

A crise da saúde no país também decorre da mercantilização do sistema de saúde brasileiro aprofundada na última década. O modelo privado de prestação do cuidado gera grandes iniquidades e é ineficiente na produção de saúde, segmenta a assistência, prioriza a população mais saudável, deixa expostos grupos de risco como idosos e pacientes com câncer, depende da restrição de cobertura e acesso para aumentar sua lucratividade e é incapaz de dar resposta à determinação social da saúde da população. Além disso, concorre com o SUS, empurra os casos mais graves para o setor público e tem custos crescentes, não cumprindo seu papel complementar previsto na Constituição.

Grande parte da população que usa planos de saúde paga caro, tem cobertura restrita e de baixa qualidade e sofre com reajustes abusivos. Capturada por interesses econômicos, a Agência Nacional de Saúde Suplementar se coloca contra o interesse

público e atua em nome do lucro dos grandes grupos privados de saúde, das multinacionais e de investidores do mercado financeiro.

Não queremos um SUS apenas para os mais pobres. Nossa proposta é radicalizar a universalização do acesso a ações e serviços públicos de saúde através do SUS, garantindo a integralidade e a equidade. Queremos investir no sistema público para que atenda com qualidade a todos os brasileiros, inclusive aqueles que hoje sofrem, reféns dos planos de saúde.

Propostas para avançar na universalização e desprivatização do Sistema de Saúde brasileiro

1. Aumentar o financiamento federal na saúde de 1,7% para 3% do PIB:

- i. Encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95 e elevar o percentual da alíquota da saúde sobre a Receita Corrente Líquida;
- ii. Reverter progressivamente a renúncia tributária com planos de saúde, começando por grandes empresas e trabalhadores e trabalhadoras de renda muito elevada.

2. Expandir e fortalecer a rede pública na atenção primária, secundária e terciária e na provisão de medicamentos:

- i. Estabelecer mecanismos de gestão pública que permitam o planejamento estratégico de acordo com as necessidades da população e do SUS;
- ii. Criar uma carreira única interfederativa do SUS que melhore a remuneração e a distribuição de profissionais de saúde, que garanta e a estabilidade por meio de vínculo público, que permita progressão e mobilidade entre funções e níveis do sistema e promova educação e qualificação permanentes.
- iii. **Expandir e qualificar a cobertura da Atenção Básica a 100%**, priorizando o modelo da Estratégia Saúde da Família e tornando-a

progressivamente porta de entrada preferencial e reverter a Política Nacional de Atenção Básica de 2017;

- iv. **Ampliar o número de leitos hospitalares públicos de forma que represente no mínimo 50% dos leitos hospitalares SUS**, através de investimento em expansão e aumento de escala de hospitais regionais estratégicos;
- v. Rever as regras de contratação, convênio e remuneração de hospitais filantrópicos e privados e condicionar as isenções fiscais a hospitais filantrópicos com atendimento 100% SUS;
- vi. Ampliar o acesso a consultas e procedimentos na atenção especializada, de acordo com as necessidades regionais. **Estabelecer um teto de espera para consultas e cirurgias conforme as necessidades de saúde**, e, se necessário e solicitado pela autoridade local, utilizar a rede privada de serviços;
- vii. Ampliar a oferta pública de medicamentos na Atenção Básica, com investimentos na gestão e na infraestrutura e garantia do abastecimento e acesso da população;
- viii. Enfrentar o uso irracional de medicamentos, com regulação do comércio farmacêutico, revisão da política de preços e do rol de produtos que podem ser ofertados nas farmácias;
- ix. Avançar na redução de leitos psiquiátricos, expandir significativamente a rede de atenção psicossocial e comunitária e **estabelecer a Redução de Danos como principal diretriz para o tratamento de usuários de drogas**.

3. Desprivatizar o SUS e regulamentar o mercado da Saúde:

- i. Integrar e subordinar a Agência Nacional de Saúde Suplementar e suas atividades regulatórias ao Ministério da Saúde, com o fim da captura econômica e política da agência;
- ii. Estabelecer o fim das franquias e copagamento, limitar a oferta de planos de saúde com cobertura restrita;
- iii. Implementar o pleno e imediato ressarcimento dos planos de saúde ao SUS e auditar e cobrar as dívidas de planos de saúde com o SUS;

- iv. Impedir a participação de investidores financeiros e estrangeiros no capital das empresas e a propriedade cruzada de empresas de planos de saúde, grupos hospitalares e empresas de diagnóstico.

VIII – SEGURANÇA PÚBLICA DEFENDER A VIDA E NÃO A MORTE

A segurança pública, tema que emerge como necessidade urgente da população brasileira, não foi devidamente tratado no período de democratização que emergiu após a ditadura militar (1964-1985), apesar de alguns esforços de mudança terem sido realizados, especialmente por novas demandas da sociedade civil, no sentido de participação social, controle externo das organizações policiais, denúncia das arbitrariedades e das violências.

No momento em que se redigiu a Constituição de 1988, pouco ou quase nada mudou na ordem estabelecida herdada dos anos 1940 e dos governos militares. A estrutura das polícias manteve-se a mesma, não foram definidas responsabilidades precisas dos entes federados, não foram instituídos mecanismos de participação social e controle externo, foi aprofundada a centralidade das polícias e do cárcere para o tratamento das questões de segurança.

Por isso, nosso programa procura marcar a diferença de concepção, visando a construção de políticas públicas de segurança, cuja existência não pode estar confinada a ser exclusiva ou sinônimo de ação das polícias, ação repressora ou política de encarceramento.

É necessário construir um modelo de segurança em que a vida seja colocada em primeiro lugar, e não possa ser sacrificada em nome da defesa da ordem ou do patrimônio. Proteger a vida e assegurar o direito de todos e todas a uma vida segura deve ser o objetivo último da segurança pública.

Iremos desenvolver uma política de segurança pública com transversalidade e multidisciplinaridade nas mais diversas e necessárias políticas públicas em que o Estado brasileiro historicamente, sempre se esquivou promover. As consequências da omissão

no desenvolvimento das políticas públicas resultaram num quadro gravíssimo de violação aos direitos humanos, e reduziram as ações governamentais ao incremento das polícias e do sistema de justiça penal.

Nos últimos 18 anos, como reações a “crises” mais agudas e, portanto, investindo em uma lógica de curto prazo, paliativa e midiática, os governos federais tomaram uma série de iniciativas no campo da segurança sem, no entanto, alcançarem resultados significativos na redução da violência. Em 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, que vigorou por apenas dois anos. Em 2007 foi criado o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania) na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste mesmo ano foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei que criaria o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

No ano de 2009, houve uma das maiores oportunidades perdidas. A I Conferência Nacional de Segurança Pública, que teve etapas municipais e estaduais, aprovou uma série de diretrizes e recomendações oriundas dos trabalhadores da segurança pública, da sociedade civil organizada e dos representantes dos entes estatais. Propostas como desmilitarização das polícias, reforma do sistema de segurança pública, carreira única nas corporações etc., foram escritas pela primeira vez em um documento que acabou totalmente ignorado pelo governo da época.

Dilma Rousseff, por sua vez, apresentou o Programa Brasil Mais Seguro e, em 2015, o Programa Nacional de Redução de Homicídios, nunca implementado, principalmente em razão do golpe que resultou em seu impeachment. Com Temer, veio a intervenção no Rio de Janeiro. Mas não só. Na primeira quinzena de 2017, o número de mortes dentro do sistema prisional do Brasil superou o do Massacre do Carandiru: 133. O Secretário Nacional de Juventude do governo Temer, à época Bruno Júlio (PMDB), declarou que “era pouco”. Queria “uma chacina por semana”. Alexandre de Moraes, então ministro da Justiça, falou pouco sobre o caso. Estava ocupado apresentando um “novo” plano de segurança, tirado dos anos 1970, que tinha como centro a “Guerra às Drogas” e as medidas de militarização da Segurança, sem que houvesse nem mesmo um documento de base explicitando as suas premissas.

Mais recentemente, veio a aprovação pelo Congresso Nacional da lei do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, através da Lei Nº 13.657 de junho de 2018. A lei aprovada, contudo, pouca semelhança guarda com a versão inicial elaborada, especialmente porque reforçou a concepção de que segurança pública é problema exclusivo das polícias e se resolve por meio de operações especiais e forças tarefa – o que revela a ausência de um desenho sólido e integrado de política pública. O SUSP aprovado não institui participação social e nem qualquer tipo de controle externo das organizações envolvidas com a segurança pública, nada acrescenta ao pacto federativo de financiamento do sistema, não compartilha responsabilidade entre as diferentes instâncias de governo. Especialmente grave é a lei do SUSP não abordar a concepção e o financiamento das políticas de prevenção, reintegração dos egressos prisionais, formas alternativas de justiça ou penas alternativas. Seu provável efeito será o aprofundamento da competição entre as organizações policiais, o aprofundamento da autonomia das polícias em relação ao governo civil e a regulamentação das operações especiais de ocupação de territórios por meio da força, ou das forças-tarefa que tem agido em regime de exceção nos últimos anos no Brasil.

Nos últimos quinze anos, assistimos a um acentuado incremento de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sobretudo no Norte e Nordeste¹. O estudo mais recente publicado pelo Ipea (2018) mostra que as taxas de homicídio entre 2006 e 2016 tiveram uma queda de 46,7% em São Paulo, enquanto foi verificado um aumento de 256,9% no Rio Grande do Norte. Na soma do país, o número de assassinatos passou de 47,9mil para 62 mil ao ano e, em 2016, superaram pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes (30 vezes o observado na Europa). Nesse intervalo, o Brasil perdeu mais de meio milhão de pessoas – pais, mães, irmão/as, filhos/as - vítimas de homicídios, dos quais apenas cerca de 8% são investigados. Nas cidades menores, a quantidade de mortes violentas cresceu mais do que nas metrópoles. 50% delas ocorreram em apenas 123 cidades, o equivalente a 2,2% do total de municípios

¹ No ranking com as maiores taxas de homicídios, todos os 10 Estados são das duas regiões: Sergipe (64,7), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), Pará (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,3), Bahia (46,9), Acre (44,4), Ceará (40,6), Roraima (39,7).

brasileiros. O estudo conclui, ainda, que há uma correlação entre as condições educacionais, de oportunidades laborais e de vulnerabilidade econômica e a prevalência de mortes violentas: municípios com menor acesso à educação, com maior população em situação de pobreza e maiores taxas de desocupação apresentam maiores taxas de mortalidade violenta. Ao lado disto, os dados indicam que os homicídios de pessoas brancas declinaram e o crescimento se deve ao assassinato de pessoas negras, especialmente na faixa etária jovem.

O outro front desse extermínio, bastante invisibilizado, está no meio rural. Sequências de chacinas foram realizadas no campo, sobretudo no Norte e Centro-oeste do Brasil, contra camponeses/as e indígenas que lutam por reforma agrária e demarcação de terras para os povos originários. No período recente, a maior delas ocorreu em 24 de maio de 2017: nove homens e uma mulher ligados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram mortos na fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'Arco, sudeste do Pará, durante ação das Polícias Civil e Militar. Outras 14 pessoas foram baleadas e ficaram feridas. É o maior morticínio, em uma única investida, desde Eldorado dos Carajás (1992). De 2007 para cá, os assassinatos motivados por disputas de terras mais do que dobraram, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Brasil, considerado um dos países mais perigosos do mundo para ambientalistas, teve 58 assassinatos registrados pela CPT em 2016 – um crescimento de 23% com relação aos casos registrados em 2015. Em 2017 o número de mortes em conflitos agrários cresceu mais 15% na comparação com o ano anterior, num total de 70 assassinatos. Trata-se do maior número desde 2003.

Os agrupamentos ligados ao tráfico de drogas definidas como ilícitas, chamadas “facções”, também cresceram e se multiplicaram como resultado da política proibicionista (que incrementa a economia ilegal do tráfico) e do hiperencarceramento, que recolhe jovens envolvidos em pequenos ilícitos e os lança aos domínios dessas redes de quadrilhas. Antes concentradas no Sudeste – como o PCC, principalmente em São Paulo, e o Comando Vermelho, no Rio – essas organizações se espalharam pelo Brasil: hoje temos, entre tantas outras, a Família no Norte (FDN), no Amazonas, o Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte, os Guardiões do Estado (GDE), no Ceará e o Bonde dos 13, no Acre. Sem um número oficial, a agência DW Brasil calculou, em 2017, pelo menos 83 facções citadas em relatórios de CPIs e em mapeamentos de

especialistas com base em cruzamento de dados dos serviços de inteligência da Polícia Federal e secretarias de segurança públicas estaduais.

As principais vítimas da violência letal, em perfis divulgados a cada relatório e mapeamento, são jovens, negros e moradores das periferias. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1%, alcançando a taxa de 40,2 mortes por 100 mil habitantes, enquanto no resto da população caiu 6,8%. 71,5% das pessoas assassinadas em 2016 eram negras. No apartheid da violência, o Estado de Alagoas lidera a seletividade letal, com negros tendo 17 vezes mais chances de serem assassinados do que brancos. A resposta, quase automática e que “justifica” a letalidade, é a antecipação do envolvimento com o crime, numa construção narrativa que procura transformar a vítima de homicídio em um agressor real ou potencial. Ao lado destes indicadores, no entanto, o Atlas do Desenvolvimento do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) aponta que os brancos têm uma renda per capita 86% maior do que a população negra no estado, enquanto a mortalidade infantil para o mesmo segmento é 25% menor.

Levando-se em consideração o corte geracional, o Brasil vive outra tragédia. Analisando a década 2006 – 2016, do total de óbitos entre jovens de 15 a 29 anos, 50,3% foi causado pela violência. Temos hoje no Brasil um cenário desolador, em que um número inaceitavelmente alto de mães e pais têm que sepultar seus filhos, invertendo a ordem lógica, por motivos que poderiam e deveriam estar sendo evitados.

A aprovação do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que infelizmente por culpa das desfigurações realizadas pelo lobby das bancadas conservadoras no Congresso Nacional e dos setores conservadores das corporações, em nada se parece com a concepção de política pública voltada à promoção da cidadania, da participação social e dos direitos humanos que caracterizou os sistemas criados para a Saúde e Assistência Social. O documento aprovado não inovou em nada na proposição de princípios e diretrizes e deixou de estabelecer objetivos de segurança pública. Não estabeleceu a necessária coordenação entre os três níveis de governo de forma e não estabeleceu a articulação com as demais políticas públicas que possuem efeitos sobre a segurança. Será preciso rever e reformular, com ampla participação social, a concepção, as diretrizes e as metas do PNDPDS.

O Direito à Segurança passa pela Segurança dos Direitos!

Propomos a segurança tendo o respeito à Vida, à Dignidade Humana e a busca da convivência fraterna entre todos os brasileiros e brasileiras como centralidade. Isso implica uma compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes, mas, antes, a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. A moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com relação ao gênero, raça e à diversidade sexual são exemplos disso.

Desde a segunda metade do século passado, seja no âmbito federal ou na concretude das relações cidadinas, e em que pese as produções latino-americanas críticas ao recrudescimento penal, a segurança no Brasil foi marcada pela importação de teorias estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Teorias como a das “janelas quebradas”, cujo desdobramento prático são as políticas de “tolerância zero”, que intensificam o número de prisões e a repressão policial em nome da reconhecidamente ineficiente “guerra às drogas” (que não conseguiu, no entanto, reduzir a oferta, o consumo e a violência relacionada ao mercado atualmente ainda ilícito de determinadas substâncias). A tentativa de adequação da polícia ao novo momento democrático pós-Constituição de 1988, ao invés de trazer mudanças estruturais, como a desmilitarização da segurança pública, apenas importou certa doutrina de “policiamento comunitário”, também inspirada na teoria das janelas quebradas que, salvo raras exceções, não aproximou de fato a polícia da comunidade, mas apenas tratou de adotar mecanismos e conceitos de gestão empresarial na segurança pública e, ainda assim, não obteve sucesso na diminuição dos índices de violência e nem aumentou a confiança da população nas instituições policiais.

O “combate ao tráfico” aparece como prioridade nas sucessivas gestões e programas de governo, sem a reflexão sobre o modo ineficaz de tratamento do problema, complicando a questão a que se propõe resolver. Seja por opção ideológica, seja por pressão e subserviência aos jogos de poder e heranças oligárquicas, os governos têm

apostado no mais do mesmo da intensificação das práticas punitivistas, repressivas e de polícia de enfrentamento, sem atentar para uma real reparação e prevenção dos elementos intensificadores da conflitualidade social. Há uma desigualdade econômica e social que é causa de muitas mortes. Como apontamos, os grupos mais suscetíveis ao risco de morrer, as vítimas preferenciais da violência letal, são jovens negros, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas, pouco assistidos pelas políticas governamentais.

É, portanto, apenas com fins eleitoreiros, por meio da instrumentalização do medo e numa tentativa de maquiar uma realidade complexa e difícil de ser alterada, que alguns políticos apresentam como solução o tratamento penal da miséria e da desigualdade, transformando a questão social em caso de polícia. O medo tem sido historicamente utilizado como um instrumento político potente, servindo ao propósito de manipulação da população. Essa instrumentalização do medo é, em grande medida, complementada por programas policialescos que funcionam, eles mesmos, como trampolim político para quem tem na utilização da violência seu maior lucro eleitoral, além de contribuir com a “simbiose entre a segurança do mercado e o mercado da segurança”, contribuindo para a construção da imagem de um inimigo a ser exterminado. A difusão do medo é, assim, de enorme interesse para políticos e empresários da segurança privada, que vendem prisões, cercas elétricas, serviços de vigilância armada, câmeras de monitoramento, etc. A redução dessa realidade (violência) e sensação (medo), no entanto, pode ser alcançada com diversas medidas que não passam necessariamente por patrulhamento ou investimento privado dos que podem pagar (caro) e não dependem, exclusivamente, da segurança pública existente.

Os partidários do projeto neoliberal, que privatiza e condiciona o direito à segurança, apresentam um paradoxo permanente: pretendem implementar um “mais Estado” repressivo e/ou policial para solucionar o aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que é, ela mesma, causada pela ausência de uma intervenção estatal efetiva nos campos econômico e social. Isso não é mera coincidência: é precisamente devido ao fato das elites estatais abandonarem os mecanismos de distribuição de renda, geração de emprego, educação e saúde, cultura, esporte e lazer, deixando-os cada vez mais a cargo das iniciativas privadas ou particulares, que devem reforçar sua intervenção nos assuntos de “segurança”, reduzida à dimensão criminal.

Esse modelo aposta apenas em mais prisões (e em sua gestão em parceria com a iniciativa privada, aumentando o “custo” por preso de uma média de R\$2.400 para até R\$ 4.129 ao mês, de acordo com grupo de estudos carcerários da USP de Ribeirão Preto) e maior vigilância, numa lógica de maior controle e punição, sem afetar concretamente aquilo que pode evitar que os crimes aconteçam. O Brasil ocupa hoje a 3ª posição em encarceramento, com 726 mil presos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Infopen, 2017). Nas penitenciárias, 12% cumprem pena por homicídio e aproximadamente 40% estão em prisão provisória. Quando julgados, em torno de 30% dos que estiveram em prisão provisória são inocentados. 28% é composto por aqueles que cumprem pena por transgressões às leis de drogas. Não se trata dos chamados “traficantes”, fortemente armados, que se impõem pela força sobre comunidades. Trata-se sobretudo dos varejistas das substâncias ilícitas, presos em flagrante, sem armas, sem praticarem violência e sem vínculos orgânicos com organizações criminosas. A despeito disso, são condenados a pelo menos cinco anos, em regime fechado.

Lamentavelmente, quando se trata de segurança pública, dilui-se a ideologia política em nome do envelhecido discurso da “ordem”, de forma que ampla parte do campo à esquerda tem apresentado as mesmas propostas da direita, fundamentadas quase que exclusivamente na repressão policial e ostensiva que, na prática, chega a conceber garantias sociais como obstáculos para a realização da segurança. Contra essa retórica penal e excludente do direito à liberdade, inclusive de ir e vir, e à segurança, afirmamos que a destituição de direitos – com o consequente abandono das áreas mais afetadas pela dinâmica do capital e a lógica hiperconsumista e individualista – intensifica os conflitos e fragiliza os laços sociais, gerando uma hierarquização do valor da vida. Não será, portanto, a resposta repressiva e militarizada de sempre que contribuirá para a redução dos alarmantes índices de violência no Brasil.

Deve-se ainda ressaltar que estas mesmas práticas não são dirigidas à toda a população, indistintamente. A atual política criminal seleciona, dentre todos que entram em conflito com a lei, aqueles e aquelas que devem sentir o peso do punho de ferro do Estado Penal – o complemento necessário da mão invisível do Mercado -, seja por meio do encarceramento massivo e da humilhação dos mandados de busca e apreensão coletiva, que por vezes alcançam comunidade inteiras, seja pela concepção equivocada

de policiamento que acaba resultando nas subterrâneas e ilegais práticas de tortura, suborno e execução sumária, vide os trágicos episódios de chacinas que se ampliam no campo e na cidade. Aqui, mais uma vez, o racismo institucional entra como forte fator dessa desigualdade perante a lei, num processo de criminalização antecipada por características físicas (a cor da pele), sociais (classe) e geográficas (o local onde mora) que supostamente revelariam a periculosidade de algumas pessoas. Muitas vezes não é o tipo de crime que “pesa” na política criminal, mas o tipo de pessoa que comete o crime (vide o helicóptero do senador com meia tonelada de pasta de coca, sem grandes desdobramentos).

A condenação antecipada pela atuação seletiva das forças de segurança, expressa por exemplo nos frequentes “baculejos” ou “batidas policiais”, que abordam qualquer jovem de chinelo, bermuda e cabelo pintado que more nas regiões populares, se estende para a condenação judicial: nas audiências de custódia, para dar apenas um exemplo a partir dos estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a possibilidade de um branco preso em flagrante ser solto ao ser apresentado ao juiz é maior que de uma pessoa negra ou parda, nas mesmas condições. Do mesmo modo, as penitenciárias, desde que foram inventadas, possuem a mesma “clientela” ao longo dos anos: os pretos e os mais pobres, inclusive sem acesso à educação formal. Em uma frase: “Todo camburão (e toda penitenciária) tem um pouco de navio negreiro”.

O modelo atual de policiamento produz e reproduz desigualdades e tratamento discriminatório das juventudes, especialmente a juventude negra. Além de gerar insegurança, gera desconfiança e medo da população em relação à polícia, o que não condiz com o esperado para uma sociedade democrática. Novas formas de exercer o policiamento e o controle do crime necessitam ser desenvolvidas e valorizadas, reorientando a ação policial (sua formação, doutrina e avaliação de resultados) para as prioridades definidas em instâncias com participação social. Enfrentar a violência contra as mulheres requer técnicas e expertises diferentes das exigidas para lidar com roubos a mão armada e as formas de policiamento devem ser capazes de responder às diferentes necessidades de segurança dos diferentes públicos

O mau exemplo das UPPs: a redução da favela a três letras

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), instaladas no Rio de Janeiro a partir do ano de 2008, são um exemplo de política de segurança cara, ineficaz e extremamente prejudicial à vida social nas comunidades, a ponto de tornar-se letal para os jovens negros das favelas em que foram criadas. Instaladas com apoio total da grande mídia, como se fossem o remédio para todos os males daquelas comunidades, revelaram-se, ao longo do tempo, um grande fracasso na redução da violência. Na sua implementação, eram previstas ações integradas com as políticas assistenciais, que nunca foram implementadas, servindo como exemplo de uma política que apostou todas as fichas exclusivamente na militarização da segurança nos territórios pobres. Ao mesmo tempo, podem ser consideradas bem-sucedidas em promover a segregação e estigmatização das populações dessas comunidades, bem como de abrir esses territórios aos negócios e objetivos do mercado, especialmente durante os megaeventos esportivos da última década (Copa das Confederações, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo). Atualmente, as mesmas estão em processo de extinção, tendo já cumprido seu macabro papel.

A ocupação de territórios com exclusivo emprego de forças militares, experimentada com as UPP, foi um ensaio da ocupação permanente vivenciada pelas comunidades adotada como modelo da intervenção federal de caráter militar no Estado do Rio. Este modelo foi incansavelmente criticado e denunciado pelos movimentos sociais, cujas vozes no interior do PSOL buscam constantemente amplificar. A luta de Marielle Franco é emblemática da luta de milhares de vozes sem visibilidade nas grandes mídias, que se insurgem cotidianamente: os 50 mil votos recebidos por Marielle nas eleições municipais são indicativos da recusa de parcelas crescentes da sociedade no modelo da militarização da segurança.

Sua morte, como a de Anderson Gomes, que dirigia o carro ocupado por Marielle, já completou 4 meses, denunciando deste trágico modo a ineficiência da atual política de segurança em proteger vidas, elucidar crimes violentos e responsabilizar os agentes patrocinadores da violência.

Marielle Franco colocou sua vida a serviço da denúncia do extermínio e da proposição de uma nova concepção de segurança. E sua inspiração continua sendo o farol a iluminar o caminho da mudança.

Diante desse quadro, apresentamos a seguir alguns eixos de propostas para o campo da Segurança Pública:

i. Desmilitarização da Polícia e da Política

Desmilitarizar a polícia, a política e a vida é uma exigência democrática. A militarização é fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação e mantida por interesses particulares. Dentro desta lógica, as polícias (inclusive as civis e as próprias guardas municipais) reproduzem um esforço de guerra que serve à violação de direitos e à desumanização de grupos sociais amplamente criminalizados, assim como a violação dos direitos dos/as trabalhadores/as de segurança, a eles/as impondo uma cultura institucional de violência e silenciamento, repercutido nas ruas com as altas taxas de letalidade e vitimização policial. Segurança não é guerra e o povo não é inimigo. Faz-se urgente superar a herança da doutrina de segurança nacional - tornada lei no auge da repressão ditatorial - e a lógica do “inimigo interno” desprovido dos direitos a ter direitos, que realizam um massacre cotidiano entre as camadas populares. Nesse sentido, é a própria política criminal que precisa ser alterada.

Defendemos um modelo de polícia de caráter civil, com controle interno e externo, de ciclo completo mitigado em suas unidades federativas, com plano de cargos e carreiras com ingresso único, carreira única, plena garantia dos direitos trabalhistas e fundamentado na proteção à vida e na promoção da dignidade humana.

É bom salientar que na concepção de segurança como guerra, soldados não possuem direitos. Por isso, defendemos a desmilitarização como exclusão das polícias do quadro das forças auxiliares das forças armadas do Brasil. Defendemos que os policiais parem de ser equiparados a soldados das forças armadas em seus direitos, e que sejam considerados trabalhadores civis, com conhecimentos próprios e adequados aos desafios complexos da segurança pública entendida como segurança cidadã, como direito humano e inalienável.

2. Implementação da Agenda Nacional Pelo Desencarceramento

Inchar ainda mais o sistema carcerário é parte do problema, não da solução. As prisões constituem um grande fracasso da política criminal: favorecem uma rede para o cometimento de novos crimes, banalizam a violência, pioram as pessoas. Longe de promover qualquer “ressocialização”, ajudam a consolidar carreiras criminosas. Devemos, sempre que possível, apostar em formas alternativas de responsabilização no sentido do que foi apontado pelo documento da Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

3. Acabar com a guerra às drogas e fazer justiça de transição

É preciso afastar a política de drogas do direito penal e aproximá-lo da garantia do direito à saúde, permitindo o uso medicinal de certas drogas, mas considerando também o direito individual ao uso recreativo. Décadas de proibição não tiveram nenhum impacto na redução da demanda ou da oferta de drogas e aumentaram os danos causados pela interação com essas substâncias. Ao regulamentar a produção, o comércio da maconha e o consumo de drogas tornadas ilícitas, pretendemos reduzir os danos e a violência sistêmica causados pela falsa proibição delas. As razões para a manutenção dessa política até hoje são o controle militarizado de territórios e populações marginalizadas, o lucro desenfreado do comércio sem qualquer controle e o incremento dos negócios relacionados à segurança pública e privada. Por isso ela é conhecida como “guerra às drogas”.

Queremos acabar com essa guerra. Nosso objetivo é buscar a reconciliação da sociedade. Para isso, seguindo os princípios da justiça de transição reconhecidos pela ONU e praticado em diversos países, queremos criar uma comissão da verdade para investigar a história dessa política, a participação de governos estrangeiros, o direcionamento do poder bélico do estado contra comunidades e populações específicas, notadamente comunidades periféricas e as populações negra e indígena. Reestabelecer a verdade sobre a história da proibição no Brasil é o primeiro passo que precisamos encarar. Mas também precisamos fazer uma política de reparação dos danos causados

pela violência da guerra às drogas nesses territórios e contra essas populações. Por anos, crianças, adolescentes e adultos têm tido dificuldade de ir à escola e ao trabalho pelo simples fato de morar onde moram. Ao longo da vigência dessa política, milhares de famílias se fragmentaram e perderam entes queridos afetando profundamente suas vidas.

Não podemos voltar no tempo e desfazer o que foi feito, nem trazer de volta o que foi perdido, mas o que pudermos fazer para reparar os danos causados, é nosso dever enquanto sociedade fazê-lo. Em seguida, vamos propor uma lei que anistie as pessoas presas injustamente por tráfico de drogas e, por fim, fazer um processo gradual e seguro de regulamentação da produção e do comércio de substâncias hoje consideradas ilegais, a começar pela maconha. Vamos instituir um programa nacional de educação para prevenção ao consumo problemático de drogas, com participação da sociedade civil e da comunidade científica na elaboração de seu programa, estabelecendo uma educação honesta sobre drogas. Essa guerra tem causado muitos danos e é preciso uma política robusta para dar fim a ela de forma segura. Assim, teremos condições de garantir que ela não volte a acontecer.

4. Fortalecimento da rede socioassistencial

A morte começa no abandono. Essa é a dura realidade no cotidiano de milhares de meninos e meninas, adolescentes e jovens encontrada no Relatório Final “Cada Vida Importa”, documento elaborado pelo Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência. As periferias sofrem grande intervenção do Estado, mas quase que exclusivamente por políticas de controle, vigilância e repressão. Na maioria das periferias e favelas não existem investimentos estatais em equipamentos de arte, cultura, esporte e lazer, são poucos os equipamentos de assistência e saúde, não há sequer saneamento básico, mas concentram os maiores investimentos na tecnologia da morte, inclusive com tanques de guerra.

5. Controle Social e participação

Precisamos de participação social no controle da violência. Não há possibilidade de política de segurança que esteja dissociada dos processos de socialização e integração social. A Constituição diz expressamente que segurança é “direito e responsabilidade de

todos”. É preciso envolver o conjunto da sociedade no enfrentamento da violência: desarmar os espíritos, através de um esforço de mobilização permanente contra o comportamento violento e a favor da convivência fraterna e harmoniosa entre as pessoas. Nesse sentido, a criação conselhos de participação social em todas as instâncias de decisão sobre políticas de segurança, de centros de mediação comunitária e de ouvidorias externas para monitoramento das polícias são propostas fundamentais.

A segurança é o setor das políticas públicas clássicas mais fechado à participação social na definição dos seus rumos e prioridades. É preciso regulamentar e exigir a participação social em todas as instâncias de decisão da segurança, avaliando os resultados em termos de eficácia para a redução da violência e dos custos sociais das estratégias, recusando aquelas que aprofundam os efeitos discriminatórios.

6. Controle de armas

Quanto mais armas em circulação, maior o número de mortes (inclusive de quem a porta achando que vai se proteger). Precisamos do controle sobre as armas, não da sua expansão. Propomos o fomento para campanhas de desarmamento voluntário da população, além de ampliar o controle sobre armas e munições que circulam no território brasileiro, aprimorando os dispositivos previstos na Lei 10.826/03 e no Decreto 5.123/04. Além disso, é preciso envolver a diplomacia brasileira na relação com países fabricantes de armas e munições, bem como com nossos vizinhos de fronteira, para um esforço conjunto de controle de armas e munições.

7. Valorização dos profissionais de segurança

Sob nenhuma hipótese devemos reforçar o discurso de oposição entre segurança pública e direitos humanos. Se defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Na lógica da guerra, não avançaremos em nada. Somente um profissional consciente de seus direitos e deveres de trabalhador(a) poderá reconhecer e garantir direitos da população, que é o que se espera de um(a) policial em uma política distante do paradigma do combate armado. Para isso é preciso investir na criação e difusão de conhecimentos específicos voltados à complexidade das questões

de segurança, levando em conta as especificidades dos fenômenos violentos, capacitando os profissionais de segurança em conhecimentos teóricos, técnicos e práticos que impulsionem as mudanças urgentes e necessárias no campo da segurança.

8. Políticas de promoção da igualdade

O machismo, o racismo e a LGBTIfobia estão no centro da violência. Sem políticas específicas de promoção da igualdade e enfrentamento dos privilégios continuaremos derramando sangue e enxugando gelo.

A violência e as políticas discriminatórias são em si produtoras de desigualdades, e não são apenas efeitos secundários das desigualdades econômicas e estruturais. É preciso pensar e desenvolver ações específicas para a redução da violência, como um direito humano inalienável, e como parte da estratégia de redução de desigualdades criadas por relações de poder injustas.

9. Regulamentação dos programas policiaiscos

Um estudo conduzido pela ANDI em colaboração com o Intervozes, a Artigo 19 e o Ministério Público Federal aponta que pelo menos 12 leis brasileiras e sete tratados multilaterais são desrespeitados cotidianamente pelos programas ditos “policialescos” que se valem de uma concessão pública para ir ao ar (disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/guia-violacoes-de-direitos-humanos-na-midia-volume-i/>). Necessitamos de uma atuação de fiscalização destes conteúdos, uma vez que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa devem conviver harmonicamente com os demais direitos. O primeiro passo é compreender que tais programas não são propriamente jornalísticos, mas fazem parte de uma categoria específica, cujo conteúdo violento e sensacionalista não deve ser veiculado em todos os horários de uma rede de televisão aberta.

10. Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de informações

A transparência das ações do Estado é fundamental para o governo democrático. Sem dados confiáveis e amplamente disponíveis ao público em geral é impossível planejar, definir prioridades e monitorar os resultados das políticas. Uma política de dados e informações é fundamental para a integração das políticas de segurança, a cooperação entre os diferentes entes e organizações, a participação social na fiscalização e proposição de mudanças e correção de rumos.

11. Prevenção à Violência, redução de homicídios e políticas setoriais

As políticas de prevenção visam impedir, limitar e constranger o uso da violência na administração de conflitos, favorecendo o desenvolvimento de relações que se pautem pelos princípios dos direitos humanos, incluindo o respeito às diferenças. Numa sociedade desigual e hierarquizada, a prevenção de delitos e violência deve orientar-se por uma visão afirmativa de valorização da vida e da experiência das populações mais vulnerabilizadas, dentre as quais merecem destaque mulheres, jovens, negros, indígenas, LGBTQs e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. É preciso ter estratégias de ação antes que as violências ocorram. Estas ações precisam ser articuladas com as demais políticas de assistência e com a visão do desenvolvimento humano: escola, renda, trabalho, cultura, lazer, esporte, participação social, universidade. As políticas públicas de juventude são fundamentais para o deslocamento da visão de segurança pública que queremos promover. A mediação, a justiça restaurativa e as alternativas penais também devem ser fortalecidas.

A primavera feminista trouxe corpo a uma luta histórica contra a violência baseada no gênero. As juventudes são atores primordiais nas mudanças nas relações de gênero. A Lei Maria da Penha é um instrumento importante de luta. Mas é necessário valorizar os seus dispositivos de educação para a equidade, prevenção à violência e assistência às vítimas. O primeiro ciclo de interpretação da lei deu ênfase ao dispositivo penal e carcerário. É preciso agora investir na formação de policiais e juízes para lidar com as violências advindas da desigualdade de gênero. E é igualmente necessário desenvolver

as políticas e os equipamentos assistenciais e de cidadania que podem efetivamente permitir às mulheres sobreviver e superar relações violentas, sem colocar todas as fichas no punitivismo e no encarceramento. O mais importante é colocar o foco em proteger vidas e transformar relações, estimulando e incorporando as conquistas e os saberes oriundos da auto-organização das mulheres. Não podemos ter uma política que pense apenas no que fazer depois que as violências já ocorreram.

IX - UM PROGRAMA PARA CONSTRUIR E MANTER CIDADES

Somos 180 milhões de pessoas vivendo em cidades, sendo a grande maioria em cidades com mais de 100 mil habitantes e regiões metropolitanas. Outras 30 milhões de pessoas vivem no campo ou em milhares de pequenas cidades inseridas em um meio rural e que delas dependem para se abastecer e viver em sociedade. Muitas vezes são locais sem densidade econômica, incapazes de suprir as necessidades de conhecimento e troca.

As cidades são o local do trabalho, da produção, da vida, do lazer e da disputa pelo espaço por mais conhecimento e, no entanto, boa parte de nossos espaços urbanos foram autoproduzidos pelos próprios moradores com pouquíssimos recursos, fazendo com que milhares de pessoas vivam em condições urbanas e habitacionais precárias, com carências materiais e prestação de serviços precárias.

Tal precariedade se expressa não apenas do ponto de vista da qualidade dos serviços e condições de urbanidade, mas também do ponto de vista do poder dos cidadãos na definição de seu destino. A cidade que não oferece a todos e todas condições adequadas de vida urbana é gerida e decidida por poucos e para poucos.

Como forma de enfrentamento, posicionamento e superação, surgem estruturas sociais e culturais com forte coesão local, na forma dos movimentos sociais e coletivos, mostrando alternativas de como alterar as políticas e a visão centralizada de poder. Estas iniciativas, no entanto, não têm hoje a devida escuta e protagonismo.

Os diferentes biomas, inserções econômicas e culturais exigem que o direito à cidade seja tratado de forma diferenciada, respeitando os contextos sociais distintos; no entanto, até hoje não conseguimos romper com o modelo de política urbana implantado desde o regime militar, constituindo-se numa política pública de uma mão só, ou seja, um único desenho para todo o Brasil, sem o reconhecimento de suas diferenças e

voltado basicamente para gerar negócios para os setores empresariais envolvidos na construção e gestão do espaço urbano e retorno para as fontes que o financiam.

O modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, adotado a partir dos anos 1940 do século passado, baseado no transporte rodoviário individual, associado à flexibilidade dos transportes rodoviários favoreceu com que a expansão territorial das cidades ocorresse praticamente sem controle da urbanização, em um casamento perfeito com os processos de especulação imobiliária e a autoconstrução da moradia em periferias distantes. O espraiamento encareceu a provisão de todos os serviços urbanos, a começar pelo próprio transporte, de pessoas e de mercadorias.

Por outro lado, principalmente nas grandes cidades, o esvaziamento das áreas centrais, a expulsão da população de baixa renda para as periferias e a segregação espacial de usos residenciais e da oferta de empregos e serviços obriga as pessoas a realizar cotidianamente deslocamentos cada vez mais extensos, em um sistema viário congestionado pela frota crescente de automóveis e motocicletas, provocando impactos econômicos, sociais e ambientais, como o elevado número de mortes e poluição.

Parte dessa dinâmica vem de orientações de políticas industrial e energética implementadas historicamente pelo Governo Federal que afetaram diretamente o setor de transportes, em especial:

- Sucateamento dos sistemas de transporte ferroviário (e hidroviário) urbano e regional para viabilizar a expansão da indústria automobilística no país;
- Estímulos fiscais à produção e consumo de automóveis, notadamente com o incentivo aos carros “populares”, no Governo Collor, e na estratégia do Governo Lula para aquecer a economia a partir da crise de 2009;
- Políticas de preços de combustíveis que mantiveram baixos os preços da gasolina em relação ao preço do óleo diesel.

A falta de controle no processo de urbanização e desigualdade territorial das cidades brasileiras também se expressa em relação ao saneamento, pois apesar dos enormes recursos públicos investidos nos últimos anos, nossos córregos e rios continuam cada vez mais poluídos, os mananciais cada vez mais comprometidos, o abastecimento de água ainda não chega a toda população (principalmente nas áreas rurais e em algumas áreas de favelas das grandes cidades), a coleta e o afastamento de esgotos apresenta

índices de cobertura muito baixos e os índices de tratamento de esgotos são irrisórios. Embora o acesso à água tratada tenha sido significativamente ampliado, tendo como média nacional 83% da população atendida, o acesso à coleta de esgotos ainda é restrito à 51%, comprometendo tanto os indicadores de saúde pública quanto a qualidade ambiental das cidades.

Tal situação é decorrente de um modelo de prestação de serviço centralizado (com predominância das empresas estaduais) e que opera a partir de uma lógica empresarial e financeira. Assim, as empresas, cuja receita vem da medição da água fornecida à população, privilegiam o fornecimento de água tratada para as áreas de mais fácil acesso (deixando de atender as áreas rurais mais distantes e as zonas periféricas de pequenos municípios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste). Não têm interesse em fazer a coleta dos esgotos nas áreas mais pobres, tanto das cidades como do campo, nem em tratar os esgotos antes do lançamento nos cursos d'água, uma vez que esses serviços apresentam custos maiores e não geram receita correspondente. Esse modelo, baseado no lucro da venda de água, explica também a resistência das empresas em estender a tarifa social para todas as famílias mais pobres. Está também na base das recorrentes crises hídricas que afetam as grandes regiões metropolitanas, pois as empresas, buscando o lucro de curto prazo, não pensam no futuro e, ao invés de implantar programas de racionalização do consumo, preferem vender já a água que seria necessária para suprir a demanda da população nos anos futuros mais secos.

A temática gestão de resíduos recebeu diretrizes nacionais em 2007 (lei federal de saneamento básico) e 2010 (política nacional de resíduos sólidos). Avanços ocorreram na ampliação da destinação de resíduos a aterros sanitários, encerrando lixões, mas boa parte deles como resultado da movimentação de empreendedores privados, ligados a grandes empreiteiras, que estabelecem a lógica privada no vácuo do efetivo planejamento público. Os avanços mais significativos, desde a edição das políticas nacionais, também expressam um movimento na direção da ampliação dos aterros sanitários, quando países mais avançados se impõem movimento contrário, de redução drástica do uso de aterros (principalmente os países formadores originais da Comunidade Europeia).

Na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi preocupante, a forte atuação do setor empresarial responsável pelo entupimento das cidades com um sem número de embalagens. Fazendo com que sua responsabilidade legal de prover o

retorno organizado de embalagens, por logística reversa, fosse repassada aos municípios e seus sistemas públicos de limpeza urbana, usando parcerias com catadores e suas organizações como forma de “fingir” uma ação empresarial de responsabilidade social.

No tocante à questão dos catadores, o que tem se visto há muitos anos é a continuidade de políticas momentâneas de cunho filantrópico, em detrimento do traçado de estratégias que permitam a inclusão sócio produtiva em sistemas estáveis e estruturados de valorização de resíduos.

Após a edição das diretrizes nacionais ocorreram, portanto, poucas alterações no quadro das grandes cidades e dos pequenos municípios, estes ainda sem solução para a destinação dos resíduos, convivendo com lixões e a inexistência de escala para avançar para melhores alternativas.

Em suma, a política urbana e habitacional do governo federal vem, desde pelo menos os anos da ditadura militar, sendo definida e conduzida a partir do uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para financiar a construção de moradias, e obras de saneamento ou mobilidade, tendo o BNH, e depois a CAIXA, não apenas o papel de financiador, mas também o de gestor desta política. O fato de termos um banco como elemento central da política e desta se restringir a financiar (portanto emprestar com expectativa de retorno) define não apenas o “quê” será apoiado, mas também “como” e “por quem” isto será feito.

Em primeiro lugar, trata-se de basicamente emprestar dinheiro para que empreiteiros executem obras novas ou construtores produzam casas e apartamentos, ou ainda que pessoas com capacidade de retornar os empréstimos tomem emprestado para poder comprar suas casas. Além de se restringir a uma estratégia de financiamento bancário, desde sua montagem nos anos 1960 esta política se organiza de forma setorial: dinheiro para construção de casas, ou dinheiro para construção de pontes, viadutos e estações de tratamento de esgoto ou aterros sanitários e nunca construção de cidade.

Esta é uma das razões por que historicamente a política urbana do governo federal não apoia verdadeiramente as cidades no enfrentamento dos enormes desafios de construir cidades para todos, em um contexto no qual políticas locais são conduzidas pelos interesses dos que têm na cidade seus negócios e não nas necessidades da maioria da população, que não tem recursos para comprar a urbanidade.

Em primeiro lugar, por que não existem programas ou recursos para apoiar a produção de cidades (onde depois se possa construir as moradias)?

Por que diante de necessidades habitacionais múltiplas e variadas, inclusive da moradia como um serviço social emergencial, o único modelo disponível é o da construção de casas em espaços segregados da cidade? Mesmo quando o governo federal, como foi o caso do programa Minha Casa Minha Vida, disponibilizou enormes recursos do orçamento para poder subsidiar as casas e apartamentos, não se superou a visão setorial e não é possível ampliar acesso a moradia sem antes ampliar o acesso à terra.

Por que se pensa sempre em construir e inaugurar obras e nunca em manter e reformar o que temos, em um ciclo aonde nem bem inaugurados os empreendimentos já são ruínas?

Para superar este tema, partimos do seguinte princípios:

- 1. A política urbana deve apoiar a produção, manutenção e reforma das cidades voltadas para atender as necessidades da vida e não dos desejos de rentabilidade dos capitais investidos na cidade;**
- 2. Não tem mais sentido pensar a política urbana de forma setorial (habitação, saneamento, mobilidade urbana, meio ambiente, assistência social, patrimônio histórico etc.), fazer e manter a cidade é um desafio multisetorial;**
- 3. Para implementação da política a União desenvolverá programas para aplicação de recursos federais no financiamento de ações locais de produção, manutenção e reforma das cidades, de forma descentralizada apoiando as propostas que:**
 - i. Se enquadrem nos princípios e diretrizes da política;
 - ii. Tenham sido estabelecidos a partir de processos locais de planejamento multisetorial e com participação dos atores envolvidos, principalmente moradores.

- 3. Os recursos para financiamento da política serão repassados a estados e municípios, isoladamente ou consorciados, por meio de Fundos de Desenvolvimento Urbano que contem com mecanismos de controle social;**
- 4. Serão também disponibilizados recursos para que organizações da sociedade civil possam implementar projetos, em consonância com as diretrizes da política, através de editais públicos.**

PROPOSTA CENTRAL

Deverá ser criado um SISTEMA ÚNICO DE CIDADES que apoie a produção, manutenção e reforma das cidades de forma descentralizada e multisetorial, superando a fragmentação e os modelos únicos e homogêneos para todo o país e apostando em processos democráticos e participativos de planejamento e gestão.

PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Diversidade de programas habitacionais e Urbanização de assentamentos precários

De acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios e comunidades, apoiando com imóveis públicos da união e produção de terra urbanizada a construção de casas por cooperativas e autogestão.

2. Ação emergencial na habitação

Apoiando a criação de serviços sociais de moradia nos municípios em situação de emergência habitacional, incluindo programas de locação social, reforma e reabilitação de edifícios e imóveis vazios para produção de moradia, em várias

modalidades (casa própria, locação social, hotel social), assim como intervenções em áreas de risco.

3. Planejamento e Gestão integrada

Por meio de processos democráticos e participativos de planejamento e gestão, dos programas e projetos, o planejamento e as ações devem ser propostos de forma integrada, concatenando os esforços e recursos, através de fundos específicos, das três esferas públicas e orientar as intervenções e produção da esfera privada.

4. Assistência técnica pública

Com profissionais de diferentes formações junto aos municípios carentes e às comunidades locais visando o planejamento urbano e desenvolvimento local integrado, a produção habitacional, a qualificação de moradias existentes, apoio à autogestão, à regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários.

5. Desenvolvimento de política de financiamento e subsídios dos serviços de transporte coletivo

Política tarifária que permita o estabelecimento de teto nacional de tarifas que permitam o acesso da população à cidade (trabalho, educação, saúde, lazer, etc), garantindo também recursos para investimento continuado na construção de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo urbano de alta capacidade nas grandes cidades.

6. Democratização do uso do sistema viário

Com prioridade aos meios de transporte coletivo e aos não motorizados sobre o transporte motorizado individual.

7. Defesa da vida

Através da Orientação da gestão da circulação para ações de redução dos acidentes e das mortes no trânsito.

8. Universalização dos serviços de saneamento

Geridos pelo geridos pelo poder público, consórcios públicos ou outras soluções que garantam a titularidade municipal, de acordo com as diferentes realidades locais, através do planejamento e gestão integrados às políticas de desenvolvimento urbano e regional, Direcionando os recursos federais não onerosos prioritariamente para a expansão e tratamento dos esgotos, exigindo como contrapartida a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgotos, bem como a implantação efetiva da tarifa social para as famílias carentes.

9. Implementar a Lei Nacional e no Plano Nacional de Saneamento

Anulando todas as medidas de retrocesso implementadas pela Medida Provisória nº 844/2018.

10. Garantir a segurança hídrica nas regiões carentes

Induzir a adoção de soluções técnicas que permitam o gerenciamento das águas do período chuvoso e redução das carências, induzir a adoção de soluções técnicas que permitam o gerenciamento das águas do período chuvoso e redução das carências nos períodos de estiagem, assim como a adoção de estratégias de reuso e tratamento de águas residuárias, em localidades rurais e em ambientes urbanos. Ampliar de forma significativa os programas de incentivo à prestação de serviços ambientais (protetor-recebedor) visando a recuperação e preservação de nascentes, além de intensificar o programa de construção de Cisternas nos estados do Polígono das Secas e os programas de saneamento rural autossustentados e autogeridos por comunidades locais, dotando-os de assistência técnica contínua.

11. Priorizar de forma expressiva a gestão dos resíduos sólidos

Mediante o incentivo à constituição de Consórcios Públicos, autarquias operacionais interfederativas que assumam ou fomentem as ações municipais através de assistência técnica e recursos, visando a redução do aporte de resíduos em aterros sanitários. Será também estabelecida uma estratégia nacional de transição da destinação em lixões para cadeias locais/regionais que sustentem a valorização de resíduos e rompam a paralisia dos municípios, reduzindo emissões por transporte e gerando empregos, ocupação e renda.

X – TERRA, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE: UM NOVO E URGENTE MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo do programa da Aliança Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil, serão apresentadas as propostas para Terra, Territórios e Meio Ambiente.

- 1. Demarcação já;**
- 2. Reforma Agrária Popular e Agroecológica: democracia e justiça no acesso a terra;**
- 3. Desmatamento zero e manejo e restauração das florestas com espécies nativas;**
- 4. Proteção das águas e sistemas hídricos;**
- 5. Defesa dos bens comuns e dos direitos da natureza;**
- 6. Transição energética e produtiva, visando superar o uso dos combustíveis fósseis.**

Proposta 1. Demarcação já!

Pelo reconhecimento, homologação, demarcação e regularização imediata de todas as terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais

Isso pode ser feito:

- i. Acabando com o fisiologismo ruralista e a ingerência política na FUNAI e garantindo o investimento de orçamento e de pessoal no órgão para a conclusão dos trabalhos técnicos de identificação e delimitação das terras**

indígenas.

A FUNAI trabalha hoje com um universo de pelo menos 111 processos de identificação de terras indígenas que devem ser finalizados. Porém, o órgão enfrenta um grave sucateamento (corte de 50% do orçamento em 2017). Esse sucateamento acirra a violência contra os indígenas especialmente nas regiões sul, nordeste e no Mato Grosso do Sul. Na região Sul, pelo menos 48 terras indígenas aguardam a conclusão de seus processos há mais de 10 anos! Há processos que já levam mais de 30 anos na FUNAI.

É muito importante fazer essa distinção das regiões. Isso porque, até o início da década de 90 muito se avançou com a demarcação de terras indígenas na Amazônia legal. Assim, os desafios para o país agora incluem a conclusão de processos pendentes na região Norte, a proteção dos mais de 60 povos que ainda vivem em isolamento nas florestas, mas, fundamentalmente nosso esforço deve centrar-se em resolver a demarcação das terras indígenas fora da Amazônia.

E fora da Amazônia, os povos, seus modos de vida e seus reclamos territoriais são diferentes. Não podemos cair na conversa de políticos racistas (anti-indígenas) que insistem em dizer que é muita terra para pouco índio. Não é. Fora da Amazônia estamos falando:

- de uma significativa parcela da população indígena (quase 20% da população indígena nacional) que cresce e vive/resiste confinada em menos de 2% do total de extensão de terras já reconhecidas, fruto de uma política de assimilação e tentativa de aniquilamento cultural;
- de uma reivindicação territorial que é ínfima comparada à extensão territorial dos estados e ainda menor comparada à concentração de terras nas mãos de alguns particulares;
- e de áreas onde o aumento do latifúndio vem resultando na redução de população não-indígena.

No Brasil, 1% da população detém 46% do total de áreas privadas. Os mais de 305 povos indígenas (cerca de 1% da população geral) têm reconhecidos cerca

de 13% do território nacional, ou 462 terras (embora não necessariamente detenham a posse plena por causa de pendências administrativas e invasões de garimpeiros, madeireiros e pressão por grandes empreendimentos).

As terras indígenas são de propriedade da União e o crescimento populacional indígena está diretamente relacionado à segurança de seus territórios. Por isso, quando falamos de demarcação de terras estamos falando de um processo de reparação de violências e também de reforma agrária e ordenamento territorial.

- ii. **Nosso programa tem o compromisso político de dar os encaminhamentos cabíveis pelo Ministério da Justiça e pela Presidência da República para a homologação das terras indígenas já identificadas, com os devidos pagamentos indenizatórios cabíveis (tanto aos indígenas pela demora, como aos ocupantes não indígenas de boa-fé)**

Além dos processos na FUNAI, estão paralisados no Ministério da Justiça (aguardam Portaria Declaratória) e na Presidência da República (aguardam homologação) pelo menos 115 processos de demarcação de terras indígenas que já foram identificadas pela Funai. Essas áreas pendentes beneficiariam cerca de 125.574 habitantes indígenas.

De acordo com a Constituição Federal e o Decreto que regulamenta a demarcação de terras indígenas, nessa etapa (MJ e PR), os ocupantes não indígenas já tiveram a oportunidade de prestar informações e apresentar eventuais contestações ao processo na FUNAI. As benfeitorias das ocupações de boa-fé são avaliadas e indenizadas. E é possível ainda reclamar no Judiciário a indenização por titulações que tenham recebidos do Estado (nível federal ou estadual) em área que não poderiam ser entregues a famílias não-indígenas porque eram terras tradicionais. As demarcações de terras indígenas não ignoram os direitos das outras populações, por isso são consideradas medidas reparatórias e que precisam ser encaradas sem mais demora. A paralisação dos processos só torna a conta mais cara para todos. Se conseguirmos deixar de lado o preconceito, vemos que as soluções justas estão ao alcance.

- iii. **Realizando ações conjuntas (FUNAI, IBAMA, Incra, PF, PRF, Exército, etc) de desintrusão e de proteção das terras indígenas demarcadas, visando a garantia da posse plena pelos povos indígenas e o reassentamento de ocupantes não indígenas beneficiários da reforma agrária.**

De acordo com a FUNAI, atualmente existem 462 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País.

Os povos indígenas tiveram um papel fundamental na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul. Muitas plantas, por exemplo, surgiram como produto de técnicas indígenas de manejo da floresta, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária. No caso da castanha-do-pará e da araucária, estas árvores teriam sido distribuídas por uma grande área pelos povos indígenas antes da ocupação europeia no continente.

No sul do Brasil, por exemplo, a Terra Indígena (TI) Mangueirinha ajuda a conservar uma das últimas florestas de araucária nativas do mundo, enquanto que no Sul da Bahia, os Pataxó da TI Barra Velha, ajudam a proteger uma das áreas remanescentes de maior biodiversidade da Mata Atlântica. **Na Amazônia, maior Bioma brasileiro, enquanto 20% da floresta já foi desmatada nos últimos 40 anos, as Terras Indígenas juntas perderam apenas 1,9% de suas florestas originais. Os territórios indígenas conservam mais florestas do que as Unidades de Conservação e garantem a água para o campo e para as cidades.**

O Brasil é o país com a maior diversidade de povos da América Latina. São pelos menos 305 povos indígenas que falam mais de 270 línguas distintas além de cerca de 60 grupos isolados e têm nos seus territórios a base para sua existência com autonomia e de acordo com seus modos de vida, costumes e tradições. Todos/as queremos viver bem. Todos/as precisamos de um meio ambiente saudável e de cidades

justas. Mas os povos indígenas e quilombolas precisam, acima de tudo, de seus territórios. Impedir o acesso a suas terras é impedir a existência tradicional como tal.

iv. Respeitando o direito à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais

O Estado brasileiro é signatário da Convenção 169 da OIT (Decreto 5.051/2004), por isso é dever do Estado respeitar o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado, aos povos e comunidades tradicionais em todas as ações estatais que lhes afetem, garantindo ainda o usufruto exclusivo desses povos e comunidades sobre os recursos naturais presente em seus territórios tradicionais ocupados.

O Território Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade de negros e negras no Brasil, fruto das diversas resistências ao sistema escravocrata instaurado desde o Brasil colônia e pelas injustiças históricas ainda presentes nos dias atuais. Embora continue perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira atual, enquanto sistema, o regime escravocrata vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres sequestrados do continente africano. É imperioso reconhecer que a identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença, noção fundada sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de combate ao racismo ambiental e estrutural. Essas ações coletivas e representações, que são determinantes para o estabelecimento dos quilombos, constituem uma comunidade, um povo e a base elementar da sociedade brasileira.

Proposta 2. Reforma Agrária Popular e Agroecológica: democracia e justiça no acesso à terra

Ao contrário do agronegócio, que só gera concentração de renda, desemprego, pobreza e envenenamento da terra e da água, a Reforma Agrária Popular e Agroecológica pode resolver imediatamente quatro graves problemas da população mais pobre do meio rural: primeiro, ao conquistar um pedaço de terra, a família sem-

terra terá sua **moradia garantida**, pois construirá sua casa; segundo, resolverá a **questão da fome**, pois a família na terra produzirá sua própria comida; terceiro, resolverá o **problema do emprego**, pois é o trabalho familiar que vai garantir o sustento de todos; quarto, resolverá o **problema da renda**, pois depois de algum tempo na terra as famílias se organizam para produzir não só para a subsistência, produzem um excedente para ser comercializado, criam associações e cooperativas, desenvolvem formas de cooperação agrícola, se utilizam de tecnologias sustentáveis para aumentar a produção.

A **Reforma Agrária Popular e Agroecológica** é a **solução para os graves problemas sociais e ambientais** que vivemos: os *assentamentos* do MST e de outros movimentos populares que lutam pela terra, assim como as *comunidades quilombolas* e as terras *onde se encontram os povos indígenas/originários, pescadores, ribeirinhos*, são hoje o *melhor exemplo de como devemos tratar a natureza*, de como devemos cuidar da terra, da água e dos recursos naturais que temos à nossa disposição em todo o Brasil. A nossa proposta é produzir alimentação saudável, sem veneno, sem agrotóxico e barata para o povo brasileiro, priorizando o mercado interno, para melhorar a qualidade de vida da população que vive no campo e na cidade, e sempre pensando numa agricultura que une produção de alimentos a cuidados com a saúde da população. Isso é **agroecologia**, um novo modo de vida, uma nova relação entre ser humano e natureza, produzir alimentos ao mesmo tempo em que produzimos o bem-estar de toda a sociedade.

Programa da Reforma Agrária Popular e Agroecológica: para combater a desigualdade social no campo:

Usar a Constituição e as leis já existentes para desapropriar as terras que não cumprem a função social, priorizando as grandes propriedades, com mais de 500 hectares nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e com mais de 1000 hectares nas regiões Norte e Centro-Oeste e, terras que não cumprem a legislação ambiental e/ou trabalhista, com dívidas perante os bancos públicos e o governo federal e com trabalho escravo, com especial atenção às terras que estão sob o controle das corporações transnacionais, pois o controle nacional da terra e do território é um instrumento fundamental para a soberania nacional e o desenvolvimento. Nenhum país que tenha um governo

comprometido com os interesses nacionais permite o controle de grandes extensões de terra e de seu território por empresas de capital estrangeiro. A apropriação de terras pelo capital estrangeiro é uma das formas de desnacionalização da economia brasileira iniciada durante os 21 anos de ditadura empresarial-militar. Terra e território sob o controle do povo brasileiro;

Desapropriação imediata de terras de empresas que são responsáveis por grandes tragédias sociais e ambientais, como foi o caso da Samarco, em Mariana, onde a irresponsabilidade de um grupo de empresas destruiu a vida de milhares de pessoas, matou os rios da região, poluindo a água e a terra de vários municípios, causando um prejuízo inestimável para a população. Casos como este deveriam servir de exemplo, e a medida tomada pelo governo federal em situações extremas como esta é a desapropriação imediata seguida de rápida apuração dos fatos e punição dos responsáveis;

Desapropriar todas as terras públicas que foram griladas por grandes fazendeiros e empresas, e destiná-las ao *Programa de Reforma Agrária Popular*. O INCRA deve trabalhar em conjunto com os Institutos de Terra dos governos estaduais e com as prefeituras e movimentos populares para identificar e tomar as medidas necessárias para a desapropriação imediata, fazendo justiça e punindo os envolvidos por essa ação de corrupção envolvendo terras de propriedade de governos, ou seja, de propriedade do povo brasileiro;

Retomar e realizar as metas e objetivos do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), visando uma regularização fundiária massiva para diferentes setores da agricultura popular e assentamento de, no mínimo, 1 milhão de novas famílias sem terra;

Fortalecer, criar e estimular programas de cooperação agrícola entre as famílias assentadas, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais de diferentes regiões, dentro dos estados e em nível nacional. Construir uma rede nacional de cooperação entre esses setores da agricultura que são responsáveis pela produção de alimentos para o nosso povo;

Fortalecer os meios e programas existentes, e criar novos, para garantir uma melhor comercialização dos produtos agrícolas, com investimentos em infraestrutura, industrialização no campo, medidas que possam melhorar o transporte,

visando aproximar e desenvolver uma relação mais justa, próxima e solidária entre quem produz o alimento e quem consome o alimento;

Revogar todas as medidas tomadas pelos governos anteriores que autorizem ou facilitem a utilização de agrotóxicos na agricultura brasileira;

Debater com a sociedade e construir uma base social de apoio para a implementação de várias medidas para a regulação e controle rigoroso, numa ação imediata, **visando a extinção do modelo de agricultura baseado na utilização de veneno na produção de alimentos**. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Nos últimos 15 anos o mercado de consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu em 284%. Isso se deve também pelo crescente uso de sementes geneticamente modificadas, os transgênicos;

Fortalecer e estimular a agricultura popular (assentamentos, quilombolas, indígenas, posseiros, agricultura familiar/camponesa), sem veneno nem transgênicos. Iniciar um processo de transição para que ocorra uma reforma estrutural na produção de alimentos no Brasil, visando a completa eliminação das sementes transgênicas e dos agrotóxicos na agricultura; *combater o agronegócio, que faz com que hoje cada brasileiro consuma por ano, em média, 7,3 litros de veneno*;

Fortalecer e estimular a Educação no Campo em todas as suas experiências e níveis, garantindo educação pública, gratuita e de qualidade nas áreas rurais, com atenção especial para programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Lutar contra a proliferação das sementes transgênicas através da luta contra a oligopolização da agricultura. Hoje 5 empresas definem o que nós comemos: Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto e Dupont. Elas controlam 60% do mercado mundial de sementes. Controlam a produção e comercialização de sementes, e espalham as sementes transgênicas e os agrotóxicos no mundo, contaminando a água, o solo e os alimentos.

Proposta 3. Desmatamento zero e manejo e restauração das florestas com espécies nativas

O desmatamento tem sido o motor da expansão agropecuária no Brasil. Ele funcionou, junto com a escravidão e outras formas de trabalho compulsório, como um pilar da ocupação colonial do território. A agropecuária foi responsável (junto com a mineração) pelo essencial da atividade econômica que levou à destruição de quase toda a Mata Atlântica. Esse padrão predatório se intensificou no século XX, quando a fronteira agrícola e pecuária se expandiu para o Cerrado e a Floresta Amazônica. O desmatamento sempre foi, e continua sendo, segundo o SEEG, a principal fonte de emissão de gases do efeito estufa do país, o que levou a pressões para sua redução.

Uma forte redução do desmatamento na Amazônia teve lugar, de fato, entre 2005 e 2012. Mas desde então ele voltou a crescer. O Brasil desmata hoje perto de 20 mil km² de sua manta vegetal por ano. Segundo dados do INPE, apenas em 2017 eliminaram-se 6.947 km² na Amazônia e 9.483 km² no Cerrado, de vegetação nativa. Além disso, a expansão agropecuária está alterando o regime das chuvas, pressionando os sistemas hídricos, reduzindo a geração de energia e está diretamente relacionada com a crescente falta de água. No Cerrado encontram-se três grandes aquíferos (Guarani, Bambuí e Urucuaia) e nele nascem três grandes bacias hidrográficas (Tocantins-Araguaia, Paraná-Prata e São Francisco), que abastecem grande parte de nossa população e dos quais depende nossa biodiversidade. Este quadro de escassez tende a se agravar, se o Brasil continuar a conviver com a destruição de suas florestas. Estabelecer uma meta para a eliminação completa e definitiva do desmatamento no país e da destruição de vegetação nativa é urgente se quisermos manter um clima minimamente equilibrado para as próximas décadas.

É possível, necessário e vantajoso ao Brasil zerar o desmatamento em uma década em todos os biomas. Para que isso seja efetivo, a meta deve ser do “desmatamento zero” e não “desmatamento ilegal zero” ou mesmo “desmatamento líquido zero” – a proteção de florestas nativas com alto estoque de carbono, biodiversidade e serviços hídricos é necessária porque não pode ser igualada às plantações de florestas (reflorestamento industrial). Isso permitirá ao Brasil cumprir as metas assumidas na COP 21 do clima e na COP 13 da biodiversidade

O fim do desmatamento deve resultar de várias medidas: política de estímulo ao aumento da produtividade agrícola nas áreas já desmatadas; aumento da eficácia na fiscalização à atividade agropecuária e à grilagem de terra e o confisco de bens associados à crimes ambientais; estabelecimento de novas áreas protegidas; a ampliação e consolidação dos compromissos privados e públicos pelo desmatamento zero; o uso da tributação para o estímulo à conservação, com o combate à sonegação do ITR; e incentivos financeiros para aumentar a produtividade e alterar a matriz produtiva agropecuária.

Para efeitos legais, com o estabelecimento do desmatamento zero no país e a proteção das florestas nativas, a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal não mais concederão autorizações de desmatamento das florestas nativas brasileiras. Mas essa proibição não deve se aplicar em questões consideradas de segurança nacional, defesa civil, pesquisa, planos de manejo florestal, atividades de interesse social e utilidade pública especificadas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e atividades de baixo impacto a serem regulamentadas por ato do poder executivo.

As proibições de desmatamento de que trata esta lei terão exceção para os imóveis rurais da agricultura familiar (Lei 11.326/2006) por um período de cinco anos, condicionadas à implementação, pelo poder público, nestes imóveis, de programas de assistência técnica, extensão rural, fomento à recuperação de florestas nativas, transferência de tecnologia e de geração de renda compatíveis com o uso sustentável da floresta. E os desmatamentos em terras indígenas e populações tradicionais continuarão sendo regidos por legislação específica.

Proposta 4. Proteção das águas e sistemas hídricos

O Brasil vem enfrentando uma crescente escassez de água. A segurança hídrica da população, que deveria ser prioridade de qualquer governo, é colocada em segundo plano frente aos interesses do agronegócio, das mineradoras, das empreiteiras e das concessionárias privadas de serviços públicos. A “indústria da seca” ganha novas formas no castigado Nordeste, a privatização do fornecimento de água para as grandes cidades provoca desperdícios (essas empresas têm que vender água para dar lucro para

seus acionistas) e crises hídricas, o rio São Francisco definha com o crescimento do agronegócio e da irrigação em toda sua bacia; o rio Doce é destruído pela ganância da Samarco (associação da Vale S.A. e da BHP Billiton), o Cerrado (onde nascem as bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia, Paraná-Prata e São Francisco) vê sua vitalidade decair pela eliminação de cerca de 50% de sua cobertura vegetal...

Os exemplos definem uma regra geral. A água, fator vital para nossa vida, é reduzida a uma mercadoria, presa da lógica do lucro das grandes corporações, criando riscos crescentes para toda a sociedade. Mas ela deve ser um bem comum e estar disponível, com qualidade, para o atendimento das necessidades da humanidade e demais seres do planeta, através de serviços geridos pela própria sociedade organizada e articulada nos seus diversos níveis. O interesse das comunidades deve estar acima do lucro. A remunicipalização dos serviços de água é, nas grandes cidades, uma alternativa muito melhor do que a governança hídrica privada, que leva a falta de investimento em infraestrutura, escassez e desperdícios, aumentos das tarifas e danos ambientais. A população considera que é cada vez menos aceitável arcar com as implicações financeiras da remuneração dos acionistas, gerentes, auditores, consultores e advogados inerentes na gestão privada.

Precisamos superar a alienação da nossa sociedade em relação à água. A percepção, nas cidades de que basta abrir a torneira e depois pagar a conta deve ser rompida. A captura, transporte e riscos envolvidos na governança hídrica precisa envolver tanto a presença da sociedade civil no conselho das empresas responsáveis pela gestão hídrica quanto a divulgação das condições e riscos envolvidos para disponibilizar a água na quantidade e qualidade necessária a todos. Deve estar associada à universalização também do saneamento básico e à eliminação das fontes de poluição agrícola (pesticidas e fertilizantes), química e industrial. Necessitamos retomar a proteção dos nossos rios e aquíferos ameaçados de destruição pelo agronegócio e pela mineração. Água exige uma administração democrática, participativa, com distribuição de responsabilidade e arranjos institucionais complexos.

Transposição do rio São Francisco. Com obras avançadas e parcialmente inauguradas, propomos uma mudança de prioridade estratégica: a segurança hídrica da população, em especial no quadro de urbanização acelerada do Nordeste. A água transposta deve ser entregue para a população carente que sofre com a seca. Isso significa eliminar a indústria da seca na região. Consequência disso é romper com o

modelo concentrador e predatório dos hidronegócios ligados ao agronegócio, às empreiteiras e à grande indústria. O resultado positivo é reconstruir gradativamente o sistema hídrico que está morrendo e revivendo o São Francisco.

Proposta 5. Defesa dos bens comuns e dos direitos da natureza

Vivemos tempos de mercantilização, apropriação privada e destruição sistemática da natureza e dos bens comuns. Alcançamos uma situação inédita na história da humanidade, colocando em risco a manutenção dos sistemas ecológicos e da reprodução da vida na Terra; a lógica do capitalismo destrói a fonte de todas as riquezas, os/as trabalhadores/as e a terra. Com a “reprimarização da sua economia”, o Brasil se tornou um dos principais provedores de riquezas naturais para o mundo, exportando minérios, grãos, água e energia e consolidando um modelo de desenvolvimento baseado em hidroelétricas na Amazônia, uso dos combustíveis fósseis e grandes empreendimentos privados em todo o país; em comum entre todos, predação do meio-ambiente, injustiças sociais e racismo ambiental. As populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores e moradoras das periferias são as principais atingidas por esses projetos e as mais afetadas pela destruição da natureza e de seus territórios.

A urgente necessidade de revertermos esse quadro não passa pela chamada "economia verde", cujo principal objetivo é gerar novos mercados e lucros, como os da água, do carbono e da biodiversidade. Não é possível adequar os limites da natureza às exigências de exploração crescente de recursos naturais pelo mercado. Entendemos que água, sistemas hídricos, clima, oceanos, biodiversidade, patrimônio genético e o conhecimento devem ser considerados não mercadorias mas bens comuns de todos nós e geridos com cuidado. Isso significa o combate à apropriação privada dos territórios, aos megaprojetos e à mineração predatória que trazem sofrimento e morte. Além do combate à apropriação privada, a noção de bens comuns pressupõe uma gestão que envolva o protagonismo das comunidades locais que promovem seus modos de vida de forma a produzir baixo impacto ambiental e a proteger os bens da natureza, o conhecimento comum e nosso patrimônio genético.

Rejeitamos um modelo que se baseia na destruição da natureza e defendemos o reconhecimento dos direitos da natureza, entendendo nossos biomas e ecossistemas

como realizadores e reprodutores da vida, viabilizando as condições de sobrevivência humana. Os direitos da natureza, presentes na Constituição de países como Equador e Bolívia, e que defendemos para o Brasil, pressupõem o direito à existência, independente da ação humana, e a ter defensores e defensoras; o direito à restauração sem desconhecer o direito das comunidades à reparação; o direito à precaução e a aplicar restrições; o direito a não ser mercantilizado e a permitir atividades humanas e comunitárias. Em um contexto de destruição dos ecossistemas, essas noções colocam em xeque a falsa ideia de que os megaprojetos econômicos de exploração representam um interesse para todos; de fato, privilegiam poucos, geram desigualdades sociais e destruição ambiental. Os direitos da natureza contribuem um sentido pleno de “interesse geral” – também presente na concepção do conhecimento como bem comum – reconhecendo a importância de muitas populações locais, assim combatendo a desigualdade social através do acesso a recursos e da manutenção de seus modos de vida, e a necessidade da valorização dos defensores da natureza, que atualmente são criminalizados.

Proposta 6. Transição energética e produtiva, visando superar o uso dos combustíveis fósseis

Há consenso científico de que o Brasil é um país muito vulnerável às mudanças climáticas. A trajetória do sistema capitalista para um aquecimento médio global de 2 C nas próximas décadas põe em xeque os alicerces da economia nacional e de nossa sociedade. Seremos afetados por crescentes ondas de calor. Esse aquecimento é impulsionado pelo agronegócio, que destrói nossas mantas vegetais protetoras do clima e dos sistemas hídricos, sobretudo na Amazônia e no Cerrado. As florestas, destruídas pelos grandes fazendeiros, são substituídas por imensas extensões de soja, infestadas de agrotóxicos, e por gigantescos rebanhos bovinos que emitem metano, um gás do efeito estufa pior que o gás carbônico. Além disso, o Estado brasileiro tem investido em grandes hidrelétricas, igualmente produtoras de metano e destruidoras de territórios e ecossistemas, e em termelétricas movidas a gás, diesel e carvão que emitem gases de efeito estufa (GEE).

As consequências disso estão na letalidade dos picos de calor, na erosão e desertificação dos solos, nas secas mais graves e prolongadas (inclusive da Amazônia

em 2005, 2010 e 2016), no declínio dos aquíferos e reservatórios, nos incêndios florestais, nas pestes e epidemias – que se intensificam e ameaçam a saúde pública, aumentam a insegurança alimentar e a penúria de água para a população.

O Brasil não evitará os efeitos perversos desses processos se não atacar suas causas: (1) o modelo energético e produtivo atual, cada vez mais emissor de GEE provenientes da queima de combustíveis fósseis; e (2) o modelo agropecuário, que ao invés de produzir empregos, promover o bem-estar do homem do campo e pôr comida barata e saudável no prato do povo brasileiro, se limita a produzir commodities para exportações e aumentar as concentrações de GEE na atmosfera.

Signatário do Acordo de Paris, de 2015, o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões de GEE e a restaurar 120 mil km² de suas florestas até 2030. Honrar esse compromisso é decisivo para a sociedade brasileira. 60% da população do país tem menos de 29 anos. Para garantir um futuro digno para todos, é preciso uma mudança decisiva em nosso modelo energético, produtivo e agrário. Isso demanda uma transição para energias renováveis de baixo carbono (como a eólica e a solar), com a proibição de fraturamento hidráulico (fracking) do folhelho; uma indústria mais limpa, comprometida com a reciclagem, a engenharia reversa e a redução do uso dos plásticos e outros produtos de grande impacto ambiental; um sistema de transportes, baseado em modais coletivos e sob trilhos, que supere nossa dependência do rodoviarismo, do petróleo e reverta a cultura do automóvel nas grandes cidades; e uma agricultura de alimentos saudáveis, priorizando vegetais, respeitosa das florestas e voltada para a segurança alimentar do povo brasileiro.

Quanto às usinas nucleares: manter as Usinas Angra 1 e 2 já em funcionamento até o fim de sua vida útil, e suspender as obras e rediscutir com a participação da sociedade civil a continuidade do projeto de Angra 3, isso porque há diversas controvérsias geológicas, e dossiê elaborado pelo movimento Xô Nuclear. Outras dimensões do programa nuclear brasileiro devem se manter.

Sobre as usinas hidroelétricas: A energia gerada pelas usinas hidroelétricas é renovável, mas não é ambientalmente sustentável. As hidroelétricas têm um impacto devastador sobre os territórios, populações e biomas. A racionalidade de sua construção corresponde a uma etapa vencida dos processos de industrialização. Não entendemos serem necessárias construções de novas usinas neste momento.

Sobre a exploração do petróleo do pré-sal. O primeiro aspecto é reverter toda a legislação de privatização da exploração do petróleo e da Petrobras e sua entrega ao mercado e a dinâmica especulativa – inclusive com a importação de combustíveis! Isso envolve a anulação dos leilões efetuados e a soberania nacional em todo o ciclo do petróleo. O segundo é transformá-la de uma empresa de petróleo em uma como empresa de energia pública e democraticamente gerida e transparente em suas decisões (inclusive as que envolvem o preço do petróleo), com todo um setor voltado para o desenvolvimento de energias renováveis. O terceiro é iniciar a modernização do setor de transportes brasileiro, estimulando o transporte coletivo, o transporte sobre trilhos (para carga e passageiros) e o carro elétrico, o que irá reduzir a demanda de petróleo. Portanto a Petrobrás será protagonista na garantia da soberania nacional e avanço na transição energética.

XI - CHEGOU A HORA DE VENCER O DESEMPREGO

Em defesa dos Direitos da População Trabalhadora e da Urgente Melhoria das Condições de Trabalho no Brasil

A exploração do trabalho pelo capital constitui o principal fundamento das desigualdades sociais em uma sociedade capitalista. A riqueza criada pelo trabalhador é apropriada privadamente e acumulada nas mãos de poucos. Para fazer frente a essa situação, os trabalhadores se organizam coletivamente e lutam pelo reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas.

As alterações na legislação trabalhista e nas formas de contratação, a exemplo da terceirização, do trabalho temporário, em tempo parcial, do contrato intermitente, aumentam a incerteza e a vulnerabilidade do trabalhador, dificultando a criação de identidade coletiva de classe e sua capacidade de ação coletiva. Esse contexto desfavorável, porém, não é somente brasileiro, é mundial. De modo mais acentuado a partir dos anos 1990, a regulação social do trabalho vem se fragilizando, com uma tendência de fortalecimento da flexibilização das relações de trabalho, de redução de direitos, de substituição da lei pela negociação, o que amplia a liberdade do capital gerir a força de trabalho de acordo com as suas necessidades. A atuação do Estado no campo social é combatida em nome da liberdade de contratação e de uma suposta eficiência do mercado; o direito é combatido e apresentado como privilégio; direitos universais são substituídos por direitos focalizados e rebaixados. Ao mesmo tempo em que se opera o desmonte de serviços públicos, servidores são considerados ineficientes e parasitas, empresas públicas são privatizadas, setores inteiros de atividade são transferidos ao mercado e convertidos em novas fontes de acumulação de capital.

O resultado disso é o aumento sem precedentes da insegurança, da desigualdade e da exclusão social, verificando-se inclusive o crescimento do número de trabalhadores

empobrecidos. No Brasil, esse processo foi parcialmente interrompido entre os anos de 2003 e 2014, período em que houve uma pequena reversão de algumas tendências históricas, como: o aumento da inclusão dos ocupados na seguridade social e no acesso aos direitos trabalhistas, a queda do desemprego, a elevação dos salários, especialmente para os que se encontravam na base da pirâmide social e a diminuição da desigualdade das rendas do trabalho.

Ao mesmo tempo, a tendência de flexibilização das relações de trabalho, que havia sido introduzida com força nos anos 1990, continuou avançando, sendo possível observar: a proliferação de novas formas de contratação (tais como terceirização, temporário, parcial, pessoa jurídica, falso cooperativado, escraviários, etc); a despadronização da jornada de trabalho, por meio de estratégias como o banco de horas e da liberação do trabalho aos domingos e feriados, o que subordina o tempo de vida do trabalhador e da trabalhadora às necessidades do capital; o aumento da remuneração variável, que subordina parte crescente da remuneração advém do resultado da empresa ou do trabalho realizado pelo grupo ou pelo indivíduo (através da imposição de metas, resultados ou lucros).

Com a crise econômica e o golpe de 2016, as contradições se aprofundam. Os indicadores do mercado de trabalho mostram uma forte deterioração, especialmente com a elevação do desemprego e da informalidade. As medidas tomadas pelo governo Temer agravam a situação do trabalho e afetam a condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo daqueles que se julgavam inseridos de uma forma relativamente mais estável e protegida.

Os retrocessos são tão grandes que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras e suas formas de organização, em 2017, ano em que se completou o centenário da primeira greve geral no Brasil, o movimento sindical conseguiu organizar a maior greve nacional jamais realizada no país, com apoio de movimentos sociais e de igrejas de diferentes confissões. A greve de 28 de abril paralisou as capitais e as maiores cidades, levantando a bandeira de denúncia das reformas da previdência (que constitui outra frente de ataque do capital sobre os direitos sociais, que visa restringir o direito à aposentadoria e privatizar o sistema) e trabalhista. Mas é preciso aprofundar a conscientização e a organização dos trabalhadores sobre os riscos que correm, de modo a ampliar a resistência.

Não faz sentido que quem produz riqueza viva sob o signo da incerteza ou sob a ameaça permanente da exclusão e do desemprego. O trabalho continua sendo central como fonte de sociabilidade, de dignidade, de bem-viver. Nesse sentido, preservar direitos e melhorar as condições de trabalho são vitais não só para o indivíduo que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, bem como para a definição das estratégias de desenvolvimento de um país. Estas não podem estar baseadas numa perspectiva de redução de custos de contratação, que só beneficiam as empresas e a burguesia.

É preciso colocar a riqueza do trabalho a serviço da população trabalhadora. Estamos falando de população trabalhadora num sentido amplo, que inclui o pequeno proprietário no comércio, o prestador de serviços, o camponês que labuta na agricultura familiar e detém a propriedade de um pequeno lote de terra, o funcionário público, o desempregado, o informal que vive de “bicos”. Trata-se de um projeto para os 99% contra o 1% de privilegiados, a ser sustentado pelo movimento sindical, mas também pelo conjunto dos movimentos sociais que atua junto aos trabalhadores precários e não sindicalmente organizados. Nessa perspectiva, os privilegiados são aqueles que vivem às custas da exploração do trabalho alheio, que se beneficiam de incentivos e subsídios fiscais, que não pagam imposto sobre sua propriedade e seus exorbitantes ganhos financeiros.

O enfrentamento das dificuldades aqui apresentadas passa por dois planos de atuação: um imediato e outro de longo prazo. O primeiro requer a luta pelo emprego, em favor da lei e das políticas públicas. Nosso programa defende que o Estado, com o poder político democratizado, passe a ser fundamental na redução das desigualdades. O segundo tem como pressuposto o fato de que as desigualdades socioeconômicas só desaparecerão em uma sociedade sem exploração, de modo que é preciso ter no horizonte um projeto de transformação social que supere o capitalismo. A “Revolução Brasileira” compreende a conjunção dessas duas perspectivas como parte de um mesmo processo.

Nosso programa propõe:

1. Revogação completa das alterações legais instituídas pela Reforma Trabalhista em vigor desde 11 de novembro de 2017:

- i. Defesa intransigente das leis que asseguram a proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, que devem ser entendidas como um direito e não como um privilégio;
- ii. Combate à precarização da contratação da força de trabalho e à burla (promovida pelas diversas formas de relação de emprego disfarçada);
- iii. Adoção de medidas para restringir o alcance da terceirização, que constitui a principal forma de precarização do trabalho na medida em que promove redução de salários e direitos e redução da capacidade de resistência sindical;
- iv. Defesa e fortalecimento das instituições públicas, como a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e dos órgãos de fiscalização, com contratação de fiscais e melhoria de suas condições de trabalho. Tratam-se de espaços de afirmação dos direitos, que visam garantir os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho e do não retrocesso social.

Como Fazer: Encaminhar para consulta popular a revogação da Reforma Trabalhista

2. Plano de emergência para recuperação do emprego, da renda dos trabalhadores e do investimento público:

- i. Pleno emprego como horizonte. Para isso, introduzir metas de emprego na definição da política monetária, na definição dos investimentos públicos, na orientação da ação das empresas estatais e bancos públicos. Definir uma nova política econômica, que possibilite o investimento do Estado na criação de emprego socialmente útil;
- ii. Introduzir políticas de proteção aos desempregados e excluídos. Rever os critérios do Seguro desemprego, aumentando a duração do benefício e as parcelas a que o(a) trabalhador(a) desempregado tem direito. Além disso, acabar com o desvio de 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (que financia o seguro desemprego e o abono salarial) com a Desvinculação de Receitas da União – DRU.

- iii. Fomentar a permanência do trabalhador e da trabalhadora no campo e valorizar o trabalhador rural, a partir da ampliação dos seus direitos e da criação e revisão de políticas de fomento ao agricultor familiar como crédito, estímulo e instrumentos de comercialização do produto agrícola, educação e capacitação profissional;
- iv. Implementar um sistema econômico nacional, popular e soberano, que garanta o crescimento econômico sustentável, promova a reindustrialização (necessária para a geração de renda) e possibilite o investimento em tecnologia sob controle social e a serviço da maioria da população. A incorporação de novas tecnologias e do progresso técnico deve estar voltada ao atendimento das necessidades sociais, começando pelas mais prementes da população, como a criação de emprego com o investimento em infraestrutura física (ampliação do saneamento básico, da geração e transmissão de energia, ampliação e melhoria das vias de mobilidade, como linhas férreas, estradas, etc) e social (saúde, educação, etc);
- v. Implementar o Programa de Emprego Garantido, em que a força de trabalho seja diretamente remunerada pela União (em articulação com estados e municípios) e o esforço produtivo se volte para construção de infraestrutura social, com destaque para regeneração de periferias com construção de equipamentos públicos (praças, quadras, creches, etc), reordenamento do espaço urbano, saneamento básico, dentre outras obras que promovam o bem-estar social.

3. Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo:

O salário mínimo, ao melhorar a base da pirâmide salarial, é fundamental para a redução das desigualdades sociais. Propõe-se contundente política de valorização do Salário Mínimo, de modo a promover uma efetiva recuperação deste, visando aproximar o seu valor do mínimo necessário calculado mensalmente pelo Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Por exemplo, o salário mínimo federal está hoje em R\$ 954. O DIEESE calcula, entretanto, que, em junho de 2018, o valor necessário deveria ser de R\$ 3.804 (ou quatro vezes o valor em vigor). E a base para esse valor do salário mínimo necessário é a própria legislação que instituiu e regula o salário mínimo no Brasil.

Como fazer: Enviar ao Congresso Projeto de Lei e alterações no Projeto de Lei Orçamentária Anual estendendo a Política de Valorização do Salário Mínimo até 2030.

4. Erradicar o trabalho escravo ou análogo à situação de escravidão no Brasil:

- i. Desapropriação-sanção das propriedades e cassação do registro das empresas onde for encontrado trabalho escravo, conforme a Constituição Federal;
- ii. Rastreamento da cadeia produtiva e acompanhamento das condições de trabalho nos setores em que essa prática é mais recorrente, como a indústria têxtil e a agroindústria;
- iii. Proibição de que empresas flagradas em uso de trabalho degradante ou análogo ao trabalho escravo, diretamente ou ao longo de sua cadeia, desfrutem de qualquer benefício tributário ou creditício e celebrem contratos com o poder público.

5. Proteção ao emprego, com restrição legal às demissões imotivadas, combatendo assim a alta rotatividade no mercado de trabalho:

- i. Ratificação e efetivação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho;

- ii. Implantação de medidas para encarecer a demissão e penalizar os setores que se valem da alta rotatividade como mecanismo para reduzir salários e direitos, como a construção civil.

6. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial:

Pelos cálculos do DIEESE, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o potencial de gerar em torno de 3 milhões de novos postos de trabalho no País.

Para potencializar a geração de novos postos de trabalho, a Redução da Jornada de Trabalho deve vir acompanhada de medidas como uma nova regulamentação das horas extras e dos bancos de horas, visando o fim destes mecanismos. Isso é, não permitindo aos empresários compensar os efeitos de uma jornada menor de outra forma que não com a contratação de novos trabalhadores. O fim das horas extras, ou mesmo sua limitação, por si só, já teria um potencial de geração de mais de 1 milhão de postos de trabalho levando em consideração os dados do primeiro trimestre de 2018. Ou seja, a realização das horas extras, no Brasil, rouba mais de 1 milhão de postos de trabalho.

Como fazer: Apresentar ao Congresso Proposta de Emenda Constitucional reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas e ampliando para 120% o valor da hora extra.

7. Combate a todas as formas de desigualdades e de discriminação no mercado de trabalho

- i. Criação de mecanismos que garantam igualdade salarial para mulheres, negros e negras e população LGBTI. A dicotomia entre mundo produtivo e reprodutivo e a falta de reconhecimento da sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres oculta uma relação de profunda desigualdade no mercado de trabalho em que as mulheres estão confinadas às piores condições de trabalho e segregadas nas ocupações pouco valorizadas socialmente. Além disso, a herança escravocrata brasileira faz com que mulheres e homens negros sejam discriminados e designados para os piores serviços, com poucas chances de progressão na carreira ou de ascender a uma condição mais favorável, aprofundando

um mercado de trabalho já segmentado pelas diferenças regionais, pelas condições de contratação, pelo tamanho da empresa e segmento econômico;

Nesse sentido, o objetivo das políticas de igualdade no mundo do trabalho deve ser garantir que as pessoas, independentemente do sexo, raça e etnia, sejam igualmente valorizadas e remuneradas. Assim, pode-se avançar na conjugação de igualdade e diversidade.

- ii. Ratificação da Convenção 100 da OIT (salário igual para trabalho igual);
- iii. Ampliação de cotas no serviço público.

8. Fortalecimento da organização sindical, popular e política dos trabalhadores e trabalhadoras:

As organizações de representação de classe precisam ter condições de se organizar autonomamente, independentemente de patrões e governos. A colaboração e parceria entre segmentos populares e progressistas da sociedade é fundamental para retomar a construção de um campo de forças democrática, popular e progressista, bem como para lutar pela superação do atual quadro de desigualdades e do próprio sistema capitalista. Isso requer a defesa dos seguintes pontos:

- i. Fortalecimento dos vínculos entre as organizações sindicais e as formas de organização não sindical;
- ii. Direito de livre organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras;
- iii. Respeito ao direito de greve;
- iv. Direito de negociação coletiva, como forma de ampliar o patamar de direitos básicos assegurado em lei;
- v. Implementação em todas as esferas da Administração Pública da Convenção 151 da OIT (negociação coletiva no setor público), já ratificada pelo Brasil.

9. Democratização das decisões sobre produção e redistribuição da riqueza produzida

Uma sociedade mais justa e menos desigual não pode ser orientada pelas necessidades de satisfazer o processo de acumulação de capital. Assim, faz-se necessário:

- i. Rever o padrão de consumo, de modo que ele seja socialmente e ecologicamente sustentável;
- ii. garantir a todas as pessoas, junto com a redução substantiva da jornada, uma renda básica universal;
- iii. buscar a equidade e combater privilégios, tributando de forma mais justa a renda do capital e dos super ricos. Os sócios de empresas não pagam imposto de renda sobre dividendos e as alíquotas do IR sobre salário são injustamente aplicadas.

10. Fiscalizar e promover ambientes de trabalho saudáveis e com segurança para os trabalhadores e trabalhadoras

Segundo o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas entre o começo de 2017 e março de 2018, foram registradas 675.025 comunicações por acidentes de trabalho (CATs) no Brasil e notificadas 2.351 mortes de trabalhadores. **Ou seja, um trabalhador brasileiro morre a cada quatro horas e meia, vítima de acidente de trabalho.** O Brasil é o quarto colocado no ranking de acidentes de trabalho no mundo. Essa tragédia tem que acabar. Para isso, propomos:

- i. Convocar a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, para avaliar a implantação das propostas definidas na 4ª conferência, realizada em 2015; avaliar a Política e o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho de 2011 e 2012 e propor novos encaminhamentos para as questões de Saúde e Segurança no Trabalho, especialmente tendo em vista os impactos das novas tecnologias na precarização do trabalho e no desemprego;

- ii. Realizar concurso público principalmente para servidores nas áreas de controle e fiscalização, tanto do Ministério do Trabalho quanto das vigilâncias ligadas ao setor saúde e nas áreas de educação e pesquisa como a Fiocruz e Fundacentro;
- iii. Aumentar a penalidade aos empregadores que não estabelecerem condições seguras de trabalho e facilitar as ações regressivas contra as empresas que não praticam as normas de Saúde e Segurança no Trabalho;

11. Reestruturar e fortalecer a Política Nacional de Economia Solidária

Compreendemos a economia solidária como uma estratégia de combate às relações de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras inerentes ao capitalismo. A economia solidária acolhe diversas práticas econômicas baseadas na autogestão, incluindo produção, distribuição e consumo. Partindo dessa história e lógica de trabalho associado, compreendemos que os empreendimentos de economia solidária envolvem trabalhadores e trabalhadoras que empregam sua própria força de trabalho, meios de produção e gerem seu coletivo produtivo. Não se trata, portanto, de “empresários” que vivem às custas da exploração da força de trabalho alheia.

O cooperativismo construído na perspectiva social e solidária possui práticas consolidadas de autogestão e democracia, promovendo desenvolvimento econômico com participação social, ampliando a democracia participativa, aproximando as práticas de democracia política e econômica. Essa perspectiva do cooperativismo solidário é uma estratégia que promove distribuição de renda e fortalece direitos essenciais da população brasileira, com potencial de contribuir na superação das discriminações raciais, de gênero e geração.

As pautas da economia solidária e do cooperativismo solidário, inseridos no contexto geral da política econômica do país, estão ligadas à necessidade da revogação dos retrocessos dos últimos governos, em especial a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional 95, a Lei nº 13.365/2016 (que entrega a exploração de reservas nacionais a empresas internacionais de petróleo), a Lei nº 13.429/2017 (que elimina direitos dos trabalhadores e trabalhadoras por meio dela liberalização da terceirização da mão de

obra). Propomos ainda a valorização do cooperativismo com ênfase na economia solidária, visando o desenvolvimento sustentável e a justiça social.11.1 A partir do fortalecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, articular o Serviço Nacional de Assistência Técnica, de Crédito Subsidiado e de Garantia de Compras Públicas para Cooperativas de Trabalhadores. Certificar, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, os trabalhadores em empreendimentos de economia solidária, assegurando que a autogestão é a forma de organização dos empreendimentos.

XII - ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE PARA TODOS E TODAS

A Assistência Social só foi legalmente reconhecida como direito social e política de seguridade social na Constituição brasileira de 1988, em conjunto com as políticas públicas de Previdência Social, Saúde, Assistência Social e Trabalho. A Seguridade Social, de abrangência universal, em articulação com diretrizes econômicas, políticas e culturais, foi uma das grandes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras no documento constitucional e se apresenta como um mecanismo de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras pauperizados(as) da sociedade brasileira.

Historicamente, o Brasil relegou a assistência social aos porões do assistencialismo, filantropia, benemerência e favor, sem reconhecer a necessidade de garanti-la à população destituída do acesso aos bens e serviços. Formalmente, a Constituição Federal a reconhece como uma política social destinada *a quem dela necessitar*, que deve prestar serviços e benefícios especialmente para: aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho (desempregados, ou com atividade laboral sem registro na carteira de trabalho); obtêm baixos rendimentos; e pessoas que não possuam condições para assegurar sua existência (crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência). Sua regulamentação foi tardia, somente com aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, totalmente desconsiderada pelo Governo FHC, que não a implementou. Foi somente com a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 2005, no governo Lula, que a assistência social foi efetivamente estruturada como política pública, com a criação e instalação de um sistema de gestão estabelecido nacionalmente, descentralizado na execução e co-financiado pelas três esferas de governo, e com uma rede sócio-assistencial estatal e também privada submetida à regulamentação da LOAS. Com o SUAS criou-se uma inovadora rede de serviços sócio-assistenciais de proteção básica e especial, que visa concretizar a assistência social como direito social e dever do Estado. Mas, apesar dos esforços nos últimos anos, ainda permanecem muitos traços históricos do clientelismo, do favor e do primeiro-

damismo, que não a reconhecem como direito e política social, e insistem em manter a assistência social na esfera das relações privadas de benemerência e filantropia, desrespeitando a própria Constituição Federal. Exemplo maior disso deu-se com o Programa Criança Feliz, sob a responsabilidade de Marcela Temer, reproduzindo mais uma vez o tão criticado primeiro-damismo.

No entanto, há que se realizar um balanço crítico da experiência recente, tendo em vista estabelecer parâmetros para o que estamos caracterizando como um outro enfoque neste Programa de Governo. Reconhecemos os avanços na área da Assistência Social, mas visamos uma construção de baixo para cima do sistema, diga-se, para além dos programas e serviços nacionais. Um sistema que supere o familismo e a referência no combate à pobreza por meio de programas e serviços focalizados e seletivos, e que atualmente se referencia largamente na linguagem e orientação das agências multilaterais (vulnerabilidade, capacidades, vigilância, risco), na perspectiva de compensar os efeitos perversos das políticas neoliberais. Para tanto, o fio condutor desta proposta é estabelecer um debate nacional e democrático, que envolva trabalhadores, trabalhadoras e usuários, que avalie o choque de gestão que a área viveu induzido a partir do governo federal, na perspectiva de avançar na construção do SUAS como um sistema efetivamente descentralizado e participativo. Um Programa de esquerda deve reafirmar a Assistência Social como política pública de seguridade social, dever estatal e investimento do fundo público – superando o subfinanciamento dos serviços - e consolidar sua determinação constitucional de direito social a quem dela necessitar. Para tanto, deve se colocar como uma importante mediação na efetivação dos direitos e relação com as demais políticas sociais. Em suma, os limites que queremos superar são: a forte centralização do SUAS; o viés fiscalização e controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras pobres; a hiperfocalização combinada à seletividade; a concepção conservadora expressa numa terminologia que tem origem nas agências multilaterais; e o foco nos Programas de Transferência de renda para estimular o consumo.

Um princípio que deve transversalizar a proposta para a assistência social e para todas as políticas sociais é o reconhecimento da diversidade humana, constituinte da individualidade. Somos seres diversos. Assegurar o pleno desenvolvimento de nossas individualidades exige compromisso efetivo com a luta pela igualdade e pela liberdade e promoção de políticas sociais que articulem a defesa da universalidade com o reconhecimento das particularidades. As políticas sociais devem assegurar o

atendimento das necessidades e reivindicações que materializam a diversidade humana, em suas múltiplas expressões, a exemplo, dentre outras: de origem, raça, etnia, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental. A defesa da diversidade é, portanto, um caminho estratégico que articula nosso entendimento sobre a relevância da seguridade social, da assistência social e do conjunto das políticas sociais, na perspectiva da garantia dos direitos, da democratização da vida social; do combate à violência e o enfrentamento da desigualdade social. A sociedade brasileira tem em sua formação sócio histórica a deletéria articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Disso resulta a reprodução na vida cotidiana da violação dos direitos humanos, com inúmeras formas de violência, que particulariza e agrava a desigualdade social e o não reconhecimento da diversidade no país. Racismo, sexismo e LGBTIfobia crescem de forma assustadora, evidenciando autoritarismo e conservadorismo presentes nos mais diferentes ambientes da vida social, inclusive nos espaços públicos e institucionais, no acesso ao trabalho, à saúde, à educação e aos programas e serviços sócio-assistenciais. A Assistência Social e seus equipamentos deverão incorporar esse princípio e desenvolver propostas a partir das necessidades locais.

Outro princípio que deve reger a construção do SUAS é o da laicidade. Seja na dimensão da oferta de serviços públicos, seja da relação com a rede privada que ainda permanece forte na área. A área da Assistência Social é histórica e particularmente sensível à atuação de redes privadas filantrópicas confessionais de vários matizes. Muitas vezes a atuação dessas entidades não se pauta por uma perspectiva republicana, buscando interferir nos Conselhos e Conferências, bem como estabelecendo relações clientelistas com os governos para acesso aos recursos públicos que nem sempre chegam aos usuários, e até mesmo retaliando os trabalhadores do SUAS na perspectiva de fortalecer o trabalho de missionários. Nesse sentido, o compromisso da aliança é de defesa da laicidade do Estado e de que a oferta de serviços e benefícios seja implementada sob a ótica do direito e do dever público estatal. Nessa direção republicana a política deve combater o assistencialismo, o nepotismo e o clientelismo, bem como a apropriação indébita dos equipamentos públicos pela militarização e por organizações violentas e paramilitares nas comunidades.

Seguem elencadas abaixo propostas para a Assistência Social, tendo em vista desencadear o repensar do SUAS e da PNAS sob outros parâmetros, a partir de um

amplo processo de participação popular, o que poderá implicar em algumas alterações na LOAS:

1. **Consolidar e universalizar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, de modo a conectá-lo às necessidades sociais, fortalecer e ampliar os equipamentos sociais públicos (CRAS e CREAS), e transformá-los em espaços de representação radical e atendimento das demandas da classe trabalhadora. Sobre os equipamentos públicos criados a partir da PNAS e do SUAS, na Proteção Social Básica, existiam em 2016 (último Censo SUAS com dados disponíveis) 8.240 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), numa rede abrangente e localizada em geral nos territórios sócio-espacialmente segregados do país, onde vive a classe trabalhadora mais pauperizada. A proposta é qualificar e equipar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como espaços estratégicos de mobilização e educação popular, com autonomia para instituir bens e serviços socioassistenciais definidos em comitês populares, conforme a proposta que segue abaixo dos COMPAS (Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social). Ao invés de serem espaços de controle e “vigilância” sobre os trabalhadores e suas famílias, devem ser transformados em espaços de efetiva participação social;
2. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) constituem a Proteção Especial, e em 2016 eram 2521 (sendo 230 para atendimento às pessoas em situação de rua). **Eles também deverão ser fortalecidos, equipados, ampliados e repensados, tendo em vista o atendimento consistente, de modo a impactar nas condições de vida de seus usuários, em maioria idosos(as), pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua (Centros POP), juventude em conflito com a lei, migrantes, refugiados, mulheres, população LGBTI, pessoas em situação de violação de direitos, dentre outras demandas que possam se colocar.** Toda essa construção deverá se dar a partir das necessidades locais, com a revisão da PNAS e da tipificação de serviços, desencadeando um processo democrático de discussão;

3. **Revogar a Lei 9637 de 1998 que institui as organizações sociais e o Programa de Publicização**, para reverter toda a privatização da gestão na Seguridade Social e nas demais políticas sociais, que passaria a ser realizada por trabalhadores e trabalhadoras concursados, e com ampla participação da população no controle democrático. Os/as trabalhadores/as com contratos temporários devem ser mantidos até a possibilidade de realização de concursos públicos, de modo a não impactar na continuidade dos serviços;
4. Desenvolver um amplo **programa de obras públicas voltado aos equipamentos e infraestruturas das políticas sociais de seguridade social** tendo em vista recuperar suas condições físicas de atendimento, hoje precárias e indignas, revelando como são tratados os trabalhadores e trabalhadoras pobres neste país. No caso da Assistência Social, os CRAS e CREAS, mas também voltado para as escolas, postos de saúde e da previdência social, dentre outros;
5. **Transformar os Conselhos Nacional, Municipais e Estaduais de Assistência Social em Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS)**, que deverão existir também na área de referência dos CRAS, com real caráter deliberativo e autônomo para definir o montante e uso do fundo público destinado à assistência social em cada esfera de governo, bem como a definição da oferta de serviços locais. É preciso enfrentar o debate sobre os conselhos e conferências que não ampliaram o poder de participação e corroboraram dinâmicas de blindagem da democracia. Os COMPAS são uma resposta à necessidade e desafio do poder popular, que devemos enfrentar e traduzir em outras linguagens. E faz parte da nossa proposta de Sistema Nacional de Democracia Direta;
6. **Redefinir o tipo e alcance dos benefícios e serviços socioassistenciais hoje existentes, em conformidade com as demandas localmente definidas nos Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS)**, de modo a inverter a lógica de uma política pobre para os pobres e que vem de cima. Não são as pessoas e comunidades que tem que se adaptar ao

formato dos benefícios e serviços, mas os benefícios e serviços é que devem ser projetados para atender as necessidades reais das pessoas atendidas;

7. **Ampliar os critérios de acesso ao *Benefício de Prestação Continuada (BPC)* para pessoas idosas e pessoas com deficiência**, de modo a: a) aumentar o critério per capita de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo (como ademais até a justiça quando acionada já vem admitindo); b) excluir do cálculo da renda per capita, para concessão do BPC, os benefícios previdenciários de até um salário mínimo; c) reduzir a idade de acesso de 65 para 60 anos, em conformidade com o Estatuto do Idoso. No mês de março de 2018, o BPC atendeu 4.569.268 pessoas, sendo 2.541.699 pessoas com deficiência e 2.027.569 pessoas idosas. O valor do benefício corresponde ao valor do salário mínimo, atualmente de R\$ 954,00 e deverá continuar vinculado a este parâmetro;
8. **Assegurar os direitos sociais da pessoa idosa e pessoas com deficiência**, tendo em vista criar condições de promover sua autonomia e fortalecer as relações sociais e familiares, de modo a evitar todas as formas de discriminação a que são muitas vezes submetidos;
9. **Aumentar o valor do Programa Bolsa Família para transformá-lo em uma Renda Básica de Cidadania Universal, como política pública e direito social, com:**
 - i. A assistência social pode e deve ser, via mobilização nos seus equipamentos, estimuladora do acesso à saúde e educação. Mas é injusto que se corte o direito de uma família, sendo que a estrutura completa do Estado foi a responsável pelo não cumprimento das condicionalidades. Por exemplo, quando a criança que não consegue chegar na escola por ausência de transporte e a família é penalizada e excluída do programa. Para isso, a retirada do benefício de uma família deve considerar a infraestrutura regional, nesse sentido os COMPAS desempenham também este papel de acompanhamento;
 - ii. alteração dos critérios per capita para acesso, de modo **a ampliar o número de pessoas beneficiadas**, a exemplo do BPC, $\frac{1}{2}$ Salário

Mínimo per capita, conforme apontava a proposta inicial da LOAS. Vale lembrar que o Cadastro Único registra informações socioeconômicas de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Em março de 2018, existiam 26.698.288 famílias inscritas no Cadastro Único, ou seja, 75.236.076 pessoas. Estas famílias estão inscritas segundo os seguintes recortes de renda per capita:

- 12.428.217 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 3.234.071 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 4.383.920 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 4.951.369 com renda per capita acima de meio salário mínimo;

- iii. aumento do valor do benefício e correção monetária anual. Em maio de 2018, o PBF abrangeu 13.919.429 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 178,46. O valor total transferido foi de R\$ 2.484.070.551,00 neste mês. (MDS, 2018). **Nossa proposta é aumentar o valor mensal para um piso mínimo de ½ Salário Mínimo, podendo chegar a 1 Salário Mínimo, considerando a composição familiar e a presença de idosos, pessoas com deficiência e crianças;**
- iv. Não computar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no cálculo da renda familiar, para efeito do acesso ao Programa de Renda Básica de Cidadania Universal (atual PBF).

10. Possibilitar que o SUAS se constitua em espaço de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente a não redução da idade penal, com diversificação dos programas, serviços e benefícios, a partir das demandas locais e necessidades reais.

11. Articular e integrar a assistência social com as demais políticas públicas (como trabalho, saúde, educação etc.) por meio do desenvolvimento de atividades nos CRAS/CREAS e definidas pelos COMPAS, sem perder sua especificidade.

12. Referenciamento e articulação entre os CRAS e CREAS e unidades penitenciárias, com vistas ao trabalho com as famílias das pessoas que cumprem pena de restrição de liberdade e defesa dos direitos humanos;

13. Fortalecer os fóruns de trabalhadores de assistência social, respeitando sua autonomia, e assegurar sua participação e diálogo permanente com os Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS);

14. Assegurar que os/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social sejam concursados, com todos os direitos trabalhistas assegurados e Planos de Carreira Cargos e Salários. Hoje mais de 50% dos trabalhadores da área têm vínculos precários. E implementar a perspectiva da educação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, com novos parâmetros e a direção social da política apontados neste documento.

15. Assegurar que todos os CRAS e CREAS, dentre outros equipamentos estatais e privados na área da assistência social, garantam o respeito à diversidade humana e estejam preparados para prestar serviços de qualidade sem nenhum tipo de discriminação por classe, raça, sexo/gênero, orientação sexual, religião, geração, nacionalidade. A necessidade de criação de serviços para atendimentos específicos para a população LGBTI deve ser debatida com esses segmentos, em especial diante de situações de violência. Porém, o princípio orientador é de que todos os equipamentos públicos devem ter condições para assegurar o acesso aos direitos de todos(as) sem discriminação e segmentação.

16. Estabelecer um orçamento da Seguridade Social com os recursos canalizados para um fundo específico que servirá para o pagamento de benefícios, serviços, ações e programas no âmbito das políticas que integram a Seguridade Social. A garantia de um piso nacional para seguridade social, que garanta a realização de todas as políticas que a compõem. Assegurar o fim da DRU e das desonerações fiscais que incidem sobre os recursos da seguridade social. Ampliar significativamente a transferência de recursos para os serviços sócio-assistenciais, considerando que hoje quase todo o orçamento da Assistência Social se dirige para a transferência de renda, e

que há uma concentração da carga tributária na União que dificulta o co-financiamento na esfera local.

XIII - PREVIDÊNCIA SOCIAL: NENHUM DIREITO A MENOS

A previdência social foi historicamente construída pelos trabalhadores como mecanismo de solidariedade intergeracional e intracategorias para necessidades de suspensão temporária ou definitiva da capacidade laboral e para o sustento no fim da vida por meio da aposentadoria. No Brasil inicia-se como um mecanismo de auto organização sindical que se institucionaliza a partir da década de 1920 para algumas categorias de trabalhadores como resultado de lutas e mobilizações. Após este processo são instituídas as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, estes últimos progressivamente por categorias profissionais, o que foi unificado na Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS – 1960). Durante a ditadura civil-militar, a Previdência Social se amplía, estende-se para algumas categorias não-assalariadas e centraliza sua gestão por meio da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, depois transformado em INSS).

A Constituição de 1988 institui a Seguridade Social, composta pelas políticas de Assistência Social, Previdência Social, Saúde e Trabalho, com orçamento próprio com contribuições vinculadas, isto é, específicas para esse fim, composto pelas contribuições de trabalhadores e patrões, pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e pela Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL). A concepção de seguridade social foi enorme conquista democrática e significou o avanço da previdência de uma lógica puramente securitária para uma lógica de proteção social, junto com a possibilidade de universalização da saúde por meio do SUS, o estabelecimento da assistência social como direito social e dever do Estado estruturado no SUAS, e o seguro-desemprego e outros benefícios na área do trabalho. Não há, portanto, possibilidade de pensar estas políticas descoladas da seguridade social, sob pena de perder essa conquista histórica.

O período imediatamente posterior foi marcado pela afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, o que significou impactos regressivos nos direitos dos trabalhadores, particularmente para a Previdência Social, cada vez menos considerada uma política e um direito da Seguridade Social e cada vez mais tratada como seguro privado, ativo financeiro, privilégio, questão atuarial e fiscal.

A Previdência Social pública, desde a Constituição, foi separada em dois regimes: o regime geral (RGPS), para o conjunto dos trabalhadores assalariados e autônomos gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e um conjunto formado por numerosos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para a força de trabalho empregada pelo Estado, regulamentados e organizados pela União, Estados e Distrito Federal, e Municípios. Hoje, o conjunto de Regimes Próprios (conforme os indicadores da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda), totaliza 2.107 entes previdenciários.

As contrarreformas da Previdência Social começam a ser realizadas pelo governo FHC no regime geral, com a justificativa – sempre reiterada – do desequilíbrio financeiro e da inviabilidade atuarial do sistema, acusado de ser sistematicamente deficitário, argumentando com o envelhecimento progressivo da população.

A Seguridade Social, no entanto, nunca foi considerada conforme inscrita na Constituição Federal, como um conjunto de políticas com diversidade de fontes de financiamento. No caso da Previdência, os ideólogos das contrarreformas só contabilizam as contribuições de trabalhadores e patrões e ignoram as demais contribuições vinculadas ao orçamento da Seguridade Social. Contribuições que deveriam ser exclusivas da seguridade social sofrem grande impacto das políticas econômicas de desonerações fiscais e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), utilizadas pelos diferentes governos na esfera federal. A DRU foi aprovada como emenda constitucional em 1994 (denominada então, Fundo Social de Emergência) e permitia a desvinculação de 20% das receitas da Seguridade. Em 1996 transforma-se no Fundo de Estabilização Fiscal e em 2000 na Desvinculação das Receitas da União.

A primeira importante contrarreforma do regime geral foi implementada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A contrarreforma da previdência deste governo priorizou alterar o RGPS (também

ocorreram mudanças nos RPPS, mas sem a centralidade das que ocorreram no RGPS) e operou uma das mais importantes e dramáticas transformações, a substituição do tempo de trabalho por tempo de contribuição, além da instituição do Fator Previdenciário, em 1999, pela Lei 9876, (lei infraconstitucional). Estas mudanças, ao mesmo tempo, aumentaram a idade média (em cerca de 7 anos) para a aposentadoria e reduziram-lhe os valores médios (em cerca de 30%). Este mecanismo puniu, na prática, aqueles/as que começaram a contribuir mais cedo. Até a contrarreforma pela EC nº 20/98 as mulheres deviam comprovar 25 anos e os homens 30 anos de trabalho. A partir dessa emenda, as mulheres passam a contribuir por 30 anos e os homens por 35 como condição para acessar o direito à aposentadoria.

A segunda grande contrarreforma da Previdência Social ocorre pela Emenda Constitucional nº 41/2003, nos primeiros meses do governo Lula. Essa contrarreforma atinge prioritariamente o Regime Próprio das/dos trabalhadores da União, com desdobramentos, consequências e exigências de adaptação ao mesmo "paradigma" para todos os demais RPPS existentes no país. A proposta apresentada em maio de 2003 extinguiu a integralidade e a paridade dos proventos para os aposentados. Ao invés de se aposentarem com seu último salário, o cálculo dos benefícios passou a corresponder à média calculada sobre 80% das maiores remunerações de todo o período contributivo, de forma semelhante ao regime geral, porém sem a incidência do fator previdenciário. A EC nº41/2003 impôs ainda aos aposentados(as) e pensionistas a contribuição previdenciária ao seu RPPS sobre os proventos que excedessem o teto do regime geral, extremamente baixo, com o objetivo de incrementar a previdência complementar privada aberta ou fechada. Tal modificação configurou a quebra de uma Cláusula Pétreia da CF 88 por deixar de garantir a lógica anterior de solidariedade entre trabalhadores ativos (que contribuem enquanto trabalham) para o sustento na aposentadoria das anteriores gerações de trabalhadores.

Estas medidas todas, entretanto, objetivaram a criação do ambiente econômico e político para a transição do sistema previdenciário, baseado na solidariedade, financiado por regime público de repartição, para um sistema privado de “previdência complementar”, baseado na capitalização. Capitalização que consiste investir as contribuições da classe trabalhadora em capital fictício remunerado pela via dos juros, cujas formas mais recorrentes, são: a) compra de títulos públicos que deverão ser

remunerados inclusive pelo superávit e pela DRU sobre a Seguridade Social; b) pela compra de ações em empresas capitalistas (públicas e privadas), as mais lucrativas. Sabe-se que as empresas somente serão lucrativas tanto mais explorarem os trabalhadores. Chega-se a absurda situação na qual as renúncias mensais das trabalhadoras e trabalhadores para a “aposentadoria” transformam-se em capital. Por isto, a mais importante medida da EC nº 41/2003 foi a autorização de instituição de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) para os trabalhadores e trabalhadoras empregados pelo Estado.

O governo de Dilma Rousseff, por meio da Lei 12618/12, regulamenta a "previdência complementar" no setor público com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e autoriza estados e municípios a criarem seus próprios fundos. A partir dessa data, a(o)s trabalhadora(e)s que ingressem no Estado, passaram a contribuir com seu RPPS até o limite do teto do regime geral, o que implicou na redução da contribuição ao fundo público e, por isto, foi “necessário” ao Estado impor a cobrança previdenciária aos aposentados e pensionistas para garantir os recursos do período de transição entre os regimes e que não mais são recolhidos das novas gerações sobre a integralidade de seus proventos.

Desde então - abriu-se a possibilidade que foi e continua a ser implementada para todos os RPPS - o Estado brasileiro nos seus diferentes entes federativos oferece aos seus trabalhadores e trabalhadoras, como alternativa “previdenciária” para a velhice, a "previdência privada” nos moldes da Funpresp. Ao mesmo tempo, os RPPS nos estados, distrito federal e municípios passam por uma alteração na forma de seu funcionamento com a denominada segregação da massa dos recursos previdenciários, pela constituição de dois grupos no interior do RPPS: a) o primeiro grupo, em geral chamado Plano ou Fundo Financeiro, agrupa aquela(e)s que já estavam no RPPS (ativos, aposentados e pensionistas) quando da publicação da lei da segregação. Opera sob regime de repartição/solidariedade e, na hipótese de falta de recursos, a responsabilidade de prover os direitos é do Tesouro do ente estatal que foi o receptor das contribuições. É a fração em extinção do RPPS. b) o segundo grupo compõe o Plano ou Fundo Previdenciário público (RPPS), do qual participam trabalhadora(e)s ativos admitidos após a publicação da lei da segregação. Como neste não há trabalhadora(e)s em situação do direito de aposentação o fundo é superavitário. As contribuições para as

aposentadorias e pensões são administradas sob o regime de capitalização, aplicados no mercado de capitais com a promessa de “privilegiadas” aposentadorias no futuro.

Estes dois planos ou fundos segregados devem ter seus recursos financeiros geridos separadamente com contas bancárias separadas, contabilidade própria para cada grupo e individualizadas para cada trabalhador. Em síntese, trabalhadores e trabalhadoras que já estavam empregado(a)s no Estado em 1998 terão uma previdência solidária amparada pelo fundo público para o qual já verteram contribuições. No entanto, o Estado quase sempre utiliza esta gigantesca riqueza socialmente construída pela classe trabalhadora, e muitas vezes de forma espúria, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a aplicação de recursos previdenciários em paraísos fiscais. Os que ingressaram em períodos posteriores à contrarreforma posta pela EC n ° 20/98 e que ainda não alcançaram os requisitos para a aposentação, serão agrupados no segundo tipo de plano ou fundo acima descrito e que está autorizado a operar por capitalização, tanto quanto a própria “previdência complementar” de cujo exemplo dramático pela via pública do RPPS do Estado do Rio de Janeiro é tristemente exemplar.

Os RPPS passam a funcionar como capitalização, mas, então, em que reside a diferença entre os RPPS operados por capitalização e a previdência complementar? A diferença reside num único e importante mecanismo: a capitalização do RPPS é igualmente predatória para a classe trabalhadora, como a previdência privada. Entretanto, os regimes próprios têm a “solidariedade” do empregador, o Estado. Razão bastante para o que o TCE-RJ tenha determinado ao governador - sob pena de sua prisão - pagar as aposentadorias dos servidores aposentados e pensionistas durante a grande crise do Estado do RJ. A “previdência complementar” ou regime de capitalização, portanto, não é uma previdência: é um instrumento dos mercados de capitais, dos mercados financeiros que, são, sem rodeios, aplicações e mercados de risco. Por serem Fundações e associações de direito privado, independentes do Estado, a previdência complementar ao quebrar em uma crise ou no caso de uma queda da taxa de juros, não obriga o patrão (a União, o Estado e Distrito Federal e o Município) e seus gestores a se responsabilizarem por investimentos que resultarem em prejuízos e quebras das ditas "aposentadorias". Só quem perde são os trabalhadores que contribuíram, pois estes sistemas deixam de se caracterizar como solidariedade entre trabalhadores ativos e aposentados. Portanto, o teto da previdência pública deve ser

suficiente para assegurar a vida digna ao conjunto dos trabalhadores, não sendo menor que seu salário na vida ativa no momento da aposentadoria, de forma a não estimular a previdência privada.

Não menos nocivas são as tentativas do governo golpista de Michel Temer e sua base parlamentar de tentar viabilizar pelo menos partes da reforma da Previdência exigida pelo capital financeiro através de reformas infraconstitucionais (mudanças parciais que podem ser feitas através de leis ordinárias ou complementares sem depender de aprovação de PEC).

Feito o diagnóstico das sucessivas perdas de direitos previdenciários públicos, sociais, pela classe trabalhadora brasileira, o programa da candidatura Boulos e Sonia - radical e anti-sistêmica – tem como horizontes que a Previdência Social pública precisa ser fortalecida e não destruída, e que nenhum direito seja retirado.

O nosso programa de governo propõe:

- 1. Unificação progressiva de todos os regimes previdenciários (RGPS e RPPS) em um mesmo sistema público de aposentadorias integrais,** com as mesmas prerrogativas e direitos para todos, com percentuais de contribuição diferenciados de forma progressiva e regime por repartição/solidariedade e não de capitalização. Esta direção de uma reforma previdenciária democrática, solidária e profunda, bem como seus prazos, proposta de teto, regras de transição e de contribuição deverão ser apresentados à sociedade, para serem amplamente discutidos;
- 2. Vincular o reajuste do piso das aposentadorias ao salário mínimo e os demais benefícios ao IPC-M com uma política de recomposição do valor real do benefício;**
- 3. Garantir aposentadoria para todos e todas.** Dessa maneira, aqueles que atualmente não conseguem se aposentar porque não preenchem as condições de acesso, mesmo considerando o benefício rural, velhice e BPC, poderiam fazê-lo. Esse benefício seria financiado pelo orçamento

público, fundado no princípio da cidadania. O valor do benefício e o critério de acesso a ser concedido seria fruto de discussão com a sociedade. Como princípio, defende-se que nenhum benefício seja de valor inferior ao salário mínimo;

- 4. Garantia e ampliação do Orçamento da Seguridade Social com tributos ou percentuais vinculados e destinados às políticas que a compõem constitucionalmente,** bem como a proibição de desvinculação de verbas da seguridade social para qualquer outro fim, o que implica no fim da DRU e das desonerações. Realizar a cobrança da dívida ativa previdenciária;
- 5. Fim da contribuição dos aposentados e do fator previdenciário;**
- 6. Instituir comissão para uma auditoria nos sistemas previdenciários públicos atuais (RPPS e RGPS),** tendo em vista a aplicação dos recursos exclusivamente para os benefícios;
- 7. Fim da revisão criminosa dos benefícios de acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez e auxílios doença em curso no INSS e que já retirou benefícios de mais de 50% dos beneficiários;**
- 8. Estreita articulação entre a previdência social pública, a assistência social, a saúde e políticas de trabalho, de modo a consolidar a seguridade social pública;**
- 9. Suspensão imediata dos critérios restritivos e do tempo reduzido para usufruto dos seguintes benefícios: pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão.**

XIV - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -- POR UMA POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA

Introdução

No início de nossa civilização, a deficiência era atribuída a castigos divinos e fenômenos sobrenaturais. Às pessoas com deficiência restavam o abandono, o encarceramento ou a eliminação.

Posteriormente, impulsionada pela igreja, enraizada em todos os setores da sociedade, iniciou-se a fase caritativa da *proteção*, que, sem dúvida, foi um avanço, embora ainda prevalecessem a desqualificação da diferença e a limitação das potencialidades humanas daqueles que se desviavam da “normalidade”.

Nesse período, apareceram as primeiras instituições de “atendimento especial”, ainda de caráter segregador mas naquele momento necessárias, em função das escassas ações governamentais. Emergiu também o chamado “modelo médico da deficiência”, muito ligado à temática da reabilitação, que considera a deficiência como um problema da pessoa, a ser resolvido com tratamentos de saúde, individuais e prestados por profissionais, com vistas a se obter a cura ou a adaptação da pessoa ao meio. Segundo essa tendência, o corpo precisa ser “consertado”, “adaptado” e “normalizado” para funcionar a contento no ambiente social.

A partir de 1981, “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, decorrente da mobilização do próprio segmento, surgiu o *movimento de integração* que já pregava a inserção social, mas desde que o indivíduo pudesse adaptar-se ao meio.

Hoje, como consequência da conquista do protagonismo na luta das pessoas com deficiência por seus direitos, as mudanças de paradigma, o “modelo social” e o *movimento mundial pela participação e inclusão social* consideram a deficiência como expressão da diversidade humana e, respeitando ritmos e limitações, colocam a questão

no âmbito da afirmação de direitos. Dessa forma, não é o sujeito que precisa adaptar-se à sociedade e sim a sociedade que precisa adaptar-se às especificidades dos indivíduos.

Proposta de política pública

Em praticamente todo o território nacional as pessoas com deficiência encontram-se em situação de segregação e distanciamento do poder público, bem como fora dos padrões de produtividade, funcionalidade, eficiência e beleza, mesmo se considerarmos alguns avanços nas últimas décadas, advindas de ações pontuais do Governo Federal e de escassos exemplos municipais.

É visível o desmonte da máquina pública garantidora dos direitos fundamentais dos indivíduos e da sociedade brasileira realizada nesses últimos tempos. Os Ministérios, a nível federal, e as Secretarias, a nível estadual e municipal, da Área Social, vivem à míngua por falta de recursos para suportar os planos, projetos e ações do setor público. Saúde, Educação, Assistência e Previdência Social, Justiça e Cidadania, Trabalho e Renda são os setores mais afetados por essa política de desmonte. No mínimo, manter as políticas já em desenvolvimento é a nossa ação imediata. Aprofundar e universalizar essas políticas são nossos compromissos no médio prazo.

O congelamento dos gastos sociais por 20 anos, a precarização das relações de trabalho, a tentativa de reforma da previdência, revisão do benefício de prestação continuada, auxílios-doença e aposentadorias por invalidez afetam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras em geral e as pessoas com deficiência em particular. Com essa política, a reabilitação, a inclusão, a acessibilidade, a mobilidade, o direito ao emprego e renda e todos os demais direitos desses 45 milhões de brasileiros ficam ainda mais comprometidos. É preciso desmistificar a questão do aumento dos gastos sempre como problemas. Benefícios são investimentos, até por se tratar de uma dívida social com uma classe historicamente marginalizada. Investir em educação, saúde, emprego e renda, segurança e seguridade social, é a certeza de uma sociedade que será, ciclicamente, criativa e altamente produtiva.

Por meio da dinâmica proposta pelo Sistema Nacional de Democracia Direta, com a participação direta e popular, acreditamos que será mais fácil percorrer as longas questões legislativas para a solidificação dos direitos adquiridos e, também, ampliação destes. Podemos citar como exemplos o monitoramento independente da Convenção

Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a regulamentação da LBI – Lei Brasileira de Inclusão, a aprovação de legislação infraconstitucional para consolidação da Convenção Internacional, como tópicos de urgente tomada de posição.

Assim, para a efetivação de políticas públicas consonantes com as mais recentes tendências mundiais, nosso governo ressignificará a *SECRETARIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA* para uma gestão popular, democrática, transversal e inclusiva.

Essa alternativa de gestão tem o intuito de garantir direitos, inclusão, participação social e o pleno exercício da cidadania, propondo um novo sentido para as assim denominadas “deficiências”.

A perspectiva adotada busca romper com o pressuposto da “normalização” e da “adaptação” do indivíduo à sociedade, e introduz o conceito das deficiências como diferenças, colocando a questão no âmbito da afirmação de direitos. Objetiva o desmonte dos mecanismos históricos da exclusão, a garantia de direitos pessoais e sociais, destacando tanto as necessidades individuais quanto à reorganização da sociedade para derrubar as barreiras histórica e culturalmente construídas.

Políticas públicas inclusivas otimizam recursos humanos e financeiros, uma vez que derrubam mitos, adaptam estruturas existentes e sensibilizam funcionários, evitando a criação dos onerosos e desatualizados equipamentos e “lugares especiais”. Além disso, viabilizam uma difícil e inerente obrigação de qualquer governo, isto é, a de respeitar a isonomia (igualdade de todos perante a lei) e, ao mesmo tempo, mas sem optar por privilégios, observar as desvantagens históricas e sociais de alguns grupos da população.

A Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência irá:

- 1. Formular, implementar e coordenar a política para o segmento (gestão e cogestão);**
- 2. Atuar de maneira transversal, estimulando, orientando e apoiando conceitual e tecnicamente o conjunto do governo no processo de incorporação do recorte *deficiência* nas políticas;**
- 3. Desconstruir gradativamente o “modelo médico”, que considera a deficiência como doença, reproduzindo práticas e políticas assistencialistas,**

substituindo-o pelo “modelo biopsicossocial”, que compreende a deficiência como expressão da diversidade humana e a concebe como a interação do indivíduo com as barreiras ambientais;

4. Dialogar com o segmento e atores sociais (instituições, lideranças, etc.), assim como estar em sintonia com as demais políticas nacionais e internacionais de inclusão e participação social, na perspectiva da afirmação de direitos e do empoderamento das pessoas com deficiência;
5. Desenvolver ações de informação, sensibilização e capacitação para servidores, articuladas com todas as áreas do governo, de forma a promover mudanças atitudinais e manter pessoal qualificado para o atendimento de pessoas com deficiência;
6. Alterar paradigmas e concepções na administração pública, gestão e cogestão, subvertendo a tradição segregadora da maioria das ações voltadas ao segmento;
7. Disseminar, de forma transversal, a concepção inclusiva em todas as áreas da administração pública, visando à implementação de projetos e programas que permitam o acesso das pessoas com deficiência;
8. Promover a articulação entre o Estado e entidades não governamentais de atenção às pessoas com deficiência, conveniadas quando necessário, objetivando o caráter inclusivo em todas as ações voltadas ao segmento;
9. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências, no que diz respeito às acessibilidades arquitetônica, tecnológicas, de comunicação, de transporte, entre outras.;
10. Destinar recursos em ações que garantam o acesso das pessoas com deficiência a todas as políticas voltadas aos brasileiros.

O cargo de titular dessa unidade deverá ser ocupado por uma *pessoa com deficiência*, e o corpo técnico por profissionais com militância e acúmulo em políticas inclusivas de Estado.

XV - NOVA POLÍTICA CULTURAL PARA UM NOVO MUNDO

A cultura está na centralidade de uma nova forma de fazer política, encarnada nas linguagens, nos corpos, nos modos de ser e de fazer. Não existe democracia sem diversidade cultural. Nesta perspectiva, a cultura é um direito, da mesma forma que a saúde, a educação ou a moradia. Ela se integra e é indispensável ao conjunto de lutas por uma sociedade sem desigualdades, sem opressões e radicalmente democrática. É preciso reconhecer o valor civilizacional e o potencial de emancipação da cultura e da arte.

A cultura é um campo de afirmação e potencialização da diversidade em todos os setores. A cultura que vem das periferias, a cultura urbana, a cultura de matriz africana, as culturas indígenas, cultura digital, cultura feita por mulheres, negros, indígenas, LGBTI. Grupos historicamente desfavorecidos mas que fizeram da cultura um processo de resistência e criação.

Por isso o pleno exercício dos direitos culturais não pode ser uma abstração e nem uma letra morta prevista na Constituição Brasileira. A cada vez que as diferentes manifestações culturais são criminalizadas ou atacadas, não só temos uma violação do direito à cultura, uma violação das liberdades culturais, mas um ataque à democracia que produz violência real e simbólica. E produz desigualdade.

Não podemos deixar que cultura seja esse campo em que o capitalismo contemporâneo exerce sua ação predatória, pasteurizando sensibilidades e reduzindo as possibilidades emancipatórias. Ao inverter suas prioridades, a cultura faz emergir novos processos e protagonistas na produção cultural e social.

O Brasil vive hoje em um estado de “guerras culturais” produzidas artificialmente e que violam essas liberdades e o direito à cultura de cada um e dos

diferentes grupos. Então como assegurar e apoiar, com políticas públicas, essas formas de expressão, modos de criar e de viver e sua livre manifestação?

Inversão das Prioridades

Diante das desigualdades no campo social, a restrição de acesso à cultura, os grupos vulneráveis e minoritários emergem como campo prioritário de ação e propostas, sem abrir mão de ações e políticas que visam e mobilizam o campo da cultura como um todo contra as desigualdades e privilégios.

Faz parte da ideia de inversão das prioridades a criação de programas, leis e editais de acesso direto à verba pública, construídos em parceria com a sociedade civil, no lugar de leis de renúncia fiscal que beneficiam as empresas privadas e a indústria cultural. A desburocratização dos processos de inscrição e prestação de contas nos editais e programas públicos é mais um passo no sentido da inclusão dos grupos marginalizados. Também a garantia de acesso aos direitos de seguridade social, como todo trabalhador e trabalhadora.

O foco desta nova cultura estará nos processos artísticos e culturais entendendo os produtos culturais como resultados da formação e criação de coletivos e indivíduos em constante aprendizado.

Neste sentido é preciso retomar políticas que começaram a ser experimentadas nas últimas décadas e foram interrompidas, congeladas, desinvestidas, mesmo estando protegidas por Lei, como a política dos Pontos de Cultura assegurada pela Lei Cultura Viva que inovou em vários aspectos nas políticas culturais. Isso é, fortalecer a auto-organização e produção de cultura nos territórios e bairros através de cineclubes, festivais de teatro, música e artes autônomos.

Como aprimorar, dar escala a essas políticas que financiaram projetos culturais em todo o Brasil e que beneficiam toda uma rede capilarizada de agentes culturais, em municípios, cidades do interior, periferias? E que também dialogou e se expandiu por países Iberoamericano (Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai, México, El Salvador,

Guatemala, Costa Rica e até Espanha) mostrando o potencial da cultura de base comunitária e a filosofia latino-americana do Bem Viver.

Participação e Co-Gestão

O Direito à Cultura e o acesso aos bens culturais não podem ser decididos apenas pelo Estado, mas a partir de práticas de co-gestão e de participação na definição de políticas culturais. Co-gestão de equipamentos culturais e espaços públicos.

Reconhecimento das soluções que emergem de baixo pra cima, nos bairros, praças, na cultura de artistas de rua e práticas culturais realizadas nas quebradas; experiências de inovação cidadã, gestão compartilhada, que apontam para soluções vindas do próprio campo social e cultural.

Evidentemente, o Estado pode e deve assumir funções reguladoras na área econômica, sem perder de vista que sua tarefa principal é a de estabelecer uma política pública de cultura inclusiva, democrática e emancipadora, contraposta às dinâmicas e às lógicas mercantis.

Assim, o programa de governo que precisamos construir confere à cultura um papel central e transversal, definindo princípios como a diversidade, a inversão das atuais prioridades, a democratização das formulações e da gestão e o reconhecimento do Estado como indutor e facilitador efetivo nas esferas da criação, da formação e do patrimônio.

O Estado deve ser agente de interesses públicos capaz de defender o que, na vida simbólica das sociedades, não deve ser comercializado, como os direitos humanos, as inovações estéticas e a construção coletiva.

Contexto histórico das últimas décadas

A década de 1980 é o momento forte da vaga neoliberal, com efeitos tanto na economia, como em outros aspectos da vida social. Ela consistia, em linhas gerais, num

esforço agressivo de desregulamentação – dos mercados financeiros à legislação trabalhista – e no reforço da ideologia da competição, da livre iniciativa e do lucro.

É neste contexto que surgem, no Brasil, leis e programas na área das artes e da cultura que transferem competências e recursos da esfera estatal para a esfera privada. Em 1991 é promulgada a Lei Rouanet e, na sequência é criada a Lei do Audiovisual, em 1993, que aprofunda o mecanismo de renúncia fiscal e fortalece o processo de mercantilização e oligopolização da cultura.

Em termos muito simples, todas estas leis permitem que a atividade cultural (criação e circulação de obras, serviços, ações na área de patrimônio, memória, divulgação etc.) seja mantida com dinheiro público, mas seguindo critérios e interesses privados. Além do mais 80% de todos os recursos aplicados pela Lei Rouanet se concentram na região sudeste do país e que apenas 3% dos proponentes movimentam mais de 50% dos recursos totais.

O Brasil também foi protagonista de políticas inovadoras nas últimas décadas, embora insuficientes diante das carências crônicas do setor cultural. A cultura emergiu como um movimento social organizado e protagonizou ações significativas, com as ocupações de equipamentos públicos geridos pelo MinC em todo o Brasil diante do desmonte e proposta de extinção do Ministério da Cultura no governo de Michel Temer.

Novas reivindicações surgiram com a emergência de uma infinidade de linguagens, com a explosão da cultura das periferias (*o funk*, *o hip hop*), movimentos que produzem sentimento de pertencimento, de comunidade, assim como a visibilidade de midialivistas, coletivos culturais, Pontos de Cultura urbanos e rurais (violetiros, jongueiros, artesãos).

O Estado brasileiro teve que reconhecer e lidar com essa produção cultural das bordas e das periferias, reconhecer toda a produção cultural de tradição oral, povos de terreiro, grupos indígenas, de matriz africana e movimentos culturais de novo tipo.

Esse é um desafio que não foi equacionado. Mesmo as políticas mais inovadoras mostraram seus limites: burocratização excessiva, dificuldade de fazer os recursos

chegarem na ponta e escala, atingirem os mais de 5 mil municípios brasileiros. Não foi proposto um projeto radicalmente alternativo na direção de uma política cultural desmercantilizada.

No audiovisual, temos a experiência do Fundo Setorial do Audiovisual, gerido pela Ancine, que é hoje o principal mecanismo de desenvolvimento da categoria no Brasil. Formado por recursos de diversas fontes, principalmente impostos pagos por grandes empresas exibidoras e de telecomunicações.

Hoje suas linhas de financiamento se organizam de tal forma que o acesso à maior parte dos recursos ainda é majoritariamente das grandes empresas produtoras. Além disso, o FSA não combateu o sério problema de distribuição e exibição que vivemos hoje, em que apenas 7% dos municípios possuem salas de cinema. O FSA deve ser fortalecido e continuado, mas reformado para ampliar e facilitar o acesso ao fundo pelas mais diversas regiões e classes sociais, fomentando também produções marginalizadas e o acesso para o público de todo país.

A Cultura contra a desigualdade e pela democracia

Diante deste panorama, defendemos um conjunto amplo de iniciativas, amparado por definições políticas claras (dinheiro público gerido de forma pública é uma delas) e recursos à altura dos problemas e das necessidades atuais (a Proposta de Emenda Constitucional que prevê a aplicação de 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios em Cultura, é uma medida neste sentido).

O Fundo Nacional de Cultura será o mecanismo prioritário de distribuição da verba pública através da criação de programas, leis e editais públicos (numa parceria entre Estado e sociedade civil). Nosso objetivo é o fim das leis de renúncia fiscal, em especial a Lei Rouanet, maior exemplo de privatização no campo cultural.

Entendemos que a arte e a cultura tem um papel civilizacional e apresentam como tarefa a criação das bases de uma sociedade onde a solidariedade, a alteridade e a liberdade ocuparão um espaço central. A construção de uma sociedade do “bem viver” deve levar em conta a necessidade de desconstrução dos paradigmas do sistema político

e econômico atual. Desmercantilização, despatriarcalização e descolonização da cultura são objetivos a serem alcançados.

O nosso programa de governo propõe:

1. Apoiar a produção cultural vinda das periferias, culturas jovens, rurais e urbanas, culturas territoriais (indígenas, quilombolas), de matriz africana etc.

Apoiar formas colaborativas e em rede de produzir cultura, a partir de editais desburocratizados em todas as linguagens, desde pequenas ações até iniciativas de grande porte. Regionalização e desconcentração dos recursos nos eixos Rio/São Paulo. Trabalhar no sentido de uma cultura capaz de mudar os paradigmas civilizacionais: uma cultura socialista, com participação efetiva de todas as minorias e respeito ao meio ambiente;

2. Orçamento para a Cultura que corresponda à riqueza e à diversidade do nosso

povo: mínimo de 2% do orçamento da União, incentivando que seja garantido 1,5% do orçamento dos estados e 1% dos municípios. Esta é uma demanda histórica do campo cultural. Somente com um orçamento digno da diversidade e potência cultural do nosso povo será possível dar materialidade às demais propostas. Neste sentido, faz parte desta proposta o fim da PEC do Teto de Gastos;

3. Editais, leis, programas e um Fundo Nacional de Cultura com dotação orçamentária própria e continuada,

incluindo comissões julgadoras plurais e democráticas, formadas pela sociedade civil e pelo poder público. E a consequente restrição radical dos mecanismos de renúncia fiscal em favor de investimentos diretos (caminhando no sentido da extinção da Lei Rouanet e demais mecanismos de renúncia fiscal também nos Estados e Municípios). Faz parte desta proposta o aprimoramento dos dispositivos jurídicos que desburocratizam o acesso aos programas e editais.

Um exemplo bem sucedido de política pública de cultura no formato proposto é a Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo. A Lei, resultado da mobilização da categoria artística da cidade de São Paulo e aprovada na Câmara Municipal em 2001, apoiou centenas de coletivos teatrais espalhados pela cidade e se tornou um marco para as políticas públicas de cultura. O Fomento é uma política continuada com dotação

orçamentária determinada em Lei e rubrica no orçamento do município. O método de seleção envolve Estado e sociedade civil. A lógica não repousa mais unicamente sobre eventos ou obras, mas em processos de investigação, ações perenes e parcerias conjuntas com setores sociais tradicionalmente afastados das práticas artísticas.

4. Criação de um programa de seguridade social específico para trabalhadores de cultura que tem como caráter da própria profissão a intermitência, a descontinuidade entre períodos de emprego e desemprego (técnicos, artistas de espetáculo, profissionais do audiovisual, etc) de forma a combater a instabilidade e a precariedade da profissão. Criar seguridade social para quem trabalha com cultura é também uma forma de criar estabilidade e democratizá-la;

5. Transparência e participação efetiva da população na gestão das políticas culturais através de conferências, co-gestão de equipamentos públicos, mecanismos tecnológicos e demais métodos horizontais de formulação, gestão e decisão, de acordo com o previsto nas nossas propostas do Sistema Nacional de Democracia Direta. A participação popular deve se dar não somente de forma consultiva mas também deliberativa. Neste sentido, algumas das discussões e resoluções presentes no Sistema Nacional de Cultura podem apresentar-se como bons exemplos na elaboração destes mecanismos;

6. Integração e transversalidade da arte e cultura em todos os setores da vida social, como a educação, o esporte, o meio ambiente, comunicação e trabalho. Promover acesso à cidadania e ao direito cultural através de políticas, programas e projetos em parceria com a Educação (pois Educação sem cultura é adestramento). Algumas propostas já detalhadas no Plano Nacional de Cultura - como ações culturais nas Escolas, a presença da arte nos currículos etc - podem servir de modelo para o nosso programa;

7. Democratização do acesso ao audiovisual. Reformulação das prioridades do Fundo Setorial do Audiovisual, criando e fortalecendo linhas de promoção da democratização, descentralização, formação, distribuição e exibição de audiovisual, além de facilitar e desburocratizar o financiamento para pessoas físicas e coletivos. Voltar a priorizar a

Cinemateca como patrimônio do Estado para preservação da nossa história e promover o acesso democrático do público como espectadores de audiovisual;

8. Ampliação do acesso a bens e equipamentos culturais, rompendo com as desigualdades que reduzem esse direito a uma pequena parcela da população brasileira. Ampliação da infraestrutura cultural e democratização e co-gestão dos equipamentos públicos tendo como horizonte a universalização do acesso à cultura pela população brasileira. Universalização do acesso à banda larga, estímulo à apropriação tecnológica e autonomia no campo das tecnologias e plataformas digitais e abertas dando condições de possibilidade para o florescimento de uma cultura popular digital que impulse uma cidadania e governança digitais.

XVI – DEMOCRATIZAR TODOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diagnóstico: Uma comunicação concentrada e mercantilizada

A comunicação no mundo é dominada pelo poder econômico, concentrado em algumas poucas corporações. São exemplos Google, Facebook, Microsoft, Fox, Disney, Time Warner e, no Brasil, Grupo Globo e alguns poucos outros. Esse cenário se consolidou ao longo do século XX – de forma acelerada nos seus últimos 30 anos, no âmbito da reestruturação produtiva do sistema capitalista. Esta levou à alteração da base técnica do sistema, dando maior centralidade às tecnologias da informação e da comunicação, à ampliação da mercantilização de diferentes setores da vida social e à mundialização do capital. Nesse contexto, as estruturas nacionais, embora também atendam demandas próprias, foram moldadas para fortalecer econômica e ideologicamente os centros capitalistas internacionais.

O modelo comercial-monopolista prevalece hoje, integrando ou esmagando quase tudo aquilo que se levanta contra o sistema imposto pelo capital. Ele conseguiu estabelecer de forma bastante eficiente o casamento entre a produção de conteúdos (predominantemente voltados ao entretenimento) e a publicidade de mercadorias, sufocando iniciativas voltadas para a informação, a educação e mesmo para interesses não-mercantis – exemplo da comunicação pública e das práticas colaborativas de compartilhamento de saberes na Internet, por exemplo, hoje atacadas em todo o mundo.

Todas as mídias foram acompanhadas, em seu nascimento, de promessas de liberdade e democratização. Todavia, o capital apropriou-se delas e coordenou o processo de concentração que vemos, hoje, nos diferentes setores da comunicação (TV, rádio, revista, jornal, agências de notícias, cinema, telefonia, Internet etc.). Em cada um, porém, isto se manifesta de forma diferente, com hierarquias, ramificações e resistências,

bem como conflitos entre o capital nacional e transnacional. No caso do Brasil, esse processo levou à garantia da hegemonia do setor privado, ao sufocamento dos meios comunitários e livres e à constituição tardia de um sistema público.

É elucidativo ter em vista que apenas três empresas aglutinam aproximadamente 75% da audiência média nacional de televisão. A pesquisa *Media Ownership Monitor (MOM)*, coordenada pelas organizações Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras e lançada em 2017, debruçou-se sobre os 50 maiores meios de comunicação do Brasil e concluiu que cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade desses veículos. O modelo hegemônico de negócios, focado em explorar ao máximo a capacidade comercial do tempo de TV e na disseminação de conteúdos a partir das chamadas “cabeças de rede”, faz com que as transmissões brasileiras de rádio e televisão, mesmo locais, tenham uma narrativa praticamente uniforme, baseada no eixo Rio-São Paulo e nos interesses da classe, do gênero e da etnia das pessoas que os controlam: homens, brancos e ricos.

Em tal contexto, merece destaque o papel do Grupo Globo. É a partir de sua entrada no mercado, com o apoio econômico, técnico e administrativo do grupo americano Time-Life e político da ditadura civil-militar, que se configura um oligopólio na radiodifusão. A Globo garantiu para si a liderança isolada e incontestável no mercado nacional de mídia pelo menos nos últimos 40 anos. A partir dessa posição, foi capaz de desempenhar papel político decisivo em vários episódios da história brasileira, além de atuar cotidianamente na formação ideológica e cultural da população, seja legitimando valores como o consumismo e o individualismo, opressões como o racismo, o machismo e tantas outras.

Importante assinalar que esse papel não é desempenhado apenas pela Globo. Em geral, os meios de comunicação no Brasil – controlados por grupos políticos vinculados às elites locais, como no caso dos Jereissati (no Ceará), dos Sarney (no Maranhão), dos Barbalho (no Pará), dos Franco (em Sergipe), dos Magalhães (na Bahia) e dos Collor (em Alagoas) – utilizam seus veículos para o exercício do poder político. Assim, convivemos com um sistema que serve à concentração do poder, ao silenciamento de grupos sociais e à invisibilização da nossa diversidade. E que usa do seu poder político

para definir os rumos do país em função de seus interesses, como vimos na arquitetura do golpe em curso no país.

Muitas dessas empresas, tanto em âmbito nacional quanto local, configuram-se como grandes conglomerados compostos por veículos diferentes (jornais, revistas, portais de internet, distribuidoras de TV por assinatura, produtoras de cinema), concretizando a chamada concentração cruzada da propriedade.

Elas, não obstante, não concorrem entre si no mesmo patamar. Na última década, devido às transformações tecnológicas, econômicas e políticas que levaram à convergência dos meios, muitas companhias perderam espaço, como aquelas que tinham como negócio principal o impresso. O sistema de comunicação e os mercados específicos passaram a ser disputados também por grupos transnacionais de telecomunicações, cuja presença no Brasil foi alargada desde a privatização do setor, no fim da década de 1990. Entre os conglomerados nacionais, apenas a Globo manteve seu poderio, organizando-se para ocupar também a TV segmentada e a Internet. Sua diferença em relação aos demais está explícita em seu faturamento, que é superior à soma dos demais grupos que figuram entre os 10 maiores do Brasil.

O fato de termos um sistema de comunicações extremamente concentrado, hegemônico por grupos privados e vinculado a seus interesses está sustentado em diversas ilegalidades. Muitas das concessões de rádio e televisão, ao amparo do artigo 54 da Constituição Federal, ainda são controladas por políticos. Não por acaso, um terço do primeiro Ministério do governo golpista de Michel Temer era composto por homens brancos direta ou indiretamente ligados a empresas de radiodifusão. Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 32 deputados e oito senadores da atual legislatura são proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e TV. Indiretamente e contando o que ocorre nos estados e municípios, o número é bem maior.

Outra ilegalidade frequentemente praticada é o arrendamento da programação, que consiste na venda de parte de espaço na programação a terceiros, ultrapassando o limite de 25% para comercialização de publicidade que está estabelecido pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, art. 124). Por meio desse mecanismo, tem

crescido a presença de igrejas na programação. Tanto a posse por políticos quanto a comercialização de parte do espaço da programação para terceiros fragilizam o caráter público do serviço de comunicação.

No mesmo sentido, há a prática ilegal da transferência de outorga. Ignorando o viés público das concessões, grupos transferem o controle ou vendem o direito de usar o espectro para outros, que passam então a operar os veículos sem terem sido submetidos a processos públicos como licitações. Com isso, perpetua-se a ocupação do espectro por parte desses grupos, negando ao conjunto da população até mesmo a possibilidade de disputar uma concessão. Em vez dessa lógica, temos que afirmar que o espectro é um bem público e deve ser dividido e gerido como tal.

Concentração também nas telecomunicações

Ao contrário do que os defensores da privatização das telecomunicações apregoavam, a quebra do monopólio estatal no setor não resultou num mercado altamente competitivo e provedor de serviços de qualidade. Hoje, **as telecomunicações no Brasil estão altamente concentradas em poucos grupos privados, com as três maiores companhias controlando 94% da banda larga fixa; 94% da telefonia fixa e 81% da telefonia móvel.** O impacto dessa concentração para a oferta do serviço de acesso à Internet é brutal.

Segundo a PNAD 2017, pelo menos 30% da população brasileira não possuem acesso à Internet. Os maiores percentuais de ausência de conexão são registrados nas regiões Norte e Nordeste, com mais de 40% de pessoas desconectadas, sendo que, mesmo nos grandes centros urbanos, as populações que residem nas periferias estão alijadas do acesso pela rede fixa, ficando sujeitas à conexão pela rede móvel, bastante restrita e onde é frequente o desrespeito ao direito de neutralidade da rede; ou seja, sujeitas a bloqueios e restrição do acesso a aplicações definidas por acordos comerciais entre as operadoras do serviço de conexão à Internet e os fornecedores de aplicações, o que viola também o direito de escolha da população.

Dados divulgados pelo CETIC - departamento relacionado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil - relativos ao ano de 2016 revelam que, dos cidadãos com acesso à

Internet, 46% da classe C, 76% das classes D e E se conectam exclusivamente pela rede móvel, o que significa estarem sujeitos a planos comerciais ofertados para os consumidores de baixa renda, com limite mensal de dados extremamente reduzido - de 200 Mgb a 1 Gb, sendo que, ao final da franquia, ou têm o acesso bloqueado ou passam a acessar apenas Facebook e WhatsApp.

Ou seja, temos milhões de cidadãos e cidadãs sujeitos/as ao fornecimento do serviço com baixa qualidade do acesso, sem direitos assegurados, inviabilizando o exercício do direito à comunicação na rede de maneira efetiva.

Há anos o Poder Executivo vem resistindo a aplicar mecanismos já previstos na Lei Geral de Telecomunicações que poderiam viabilizar a utilização de bilhões de reais de recursos públicos pagos pelos consumidores dos serviços de telecomunicações, de modo a possibilitar investimentos na implantação de redes de alta capacidade distribuídas de forma isonômica, atendendo a demanda das regiões mais pobres do país. Ou seja, o Poder Executivo vem se furtando de sua obrigação constitucional de definir metas de universalização; adotar políticas públicas de garantia de acesso e regular melhor a oferta dos serviços pelas operadoras.

Neste sentido, tem violado de maneira sistemática o direito de acesso universal pelos cidadãos, já reconhecido como essencial pelas Nações Unidas e, no âmbito nacional, pelo Marco Civil da Internet. Em abril de 2014, mais de 110 países que participaram do encontro NET Mundial, realizado no Brasil, afirmaram o caráter público do serviço de acesso e de sua respectiva infraestrutura. Alinhado com o consenso a respeito da importância do serviço de acesso à Internet para o desenvolvimento econômico, social e cultural, o Marco Civil da Internet estabeleceu que se trata de serviço essencial para o exercício da cidadania e que deve estar acessível a todos, passando, então, a se tratar de um serviço universal.

Como consequência do reconhecimento do caráter universal do acesso à Internet, temos que os poderes públicos devem se responsabilizar por definir e implementar políticas públicas com a finalidade de ampliar o desenvolvimento da infraestrutura física de telecomunicações sobre a qual se apoia esse serviço, assim como atuar de modo a dar concretude aos importantes direitos estabelecidos pelo Marco Civil da

Internet, tais como a neutralidade da rede, mecanismos de proteção à liberdade de expressão e à privacidade.

Para tanto, o Marco Civil da Internet determinou que devem ser estabelecidos mecanismos de governança multiparticipativa, envolvendo os setores governamental, empresarial, da sociedade civil e comunidade acadêmica, de modo que a definição de diretrizes estratégicas que venham a orientar as políticas públicas de acesso a Internet, que envolvem direitos humanos fundamentais, possa se dar num ambiente democrático e com a participação efetiva de todos os agentes interessados.

Desde 2003, o governo brasileiro tem editado decretos voltados para a inclusão digital, inclusive o Decreto 7.175/2010, conhecido como o Plano Nacional de Banda Larga, que resgatou a Telebras e atribuiu a ela o papel de estimular a implantação de redes em regiões que não despertem o interesse dos maiores agentes econômicos e de estimular a oferta de serviços competitivos por intermédio dos pequenos e médios provedores. Não houve, contudo, o fortalecimento de fato da empresa.

Nos últimos anos, essa situação piorou, inclusive em virtude da situação de recuperação judicial da OI, concessionária que detém a posse das redes públicas de telecomunicações em 90% do território nacional, uma vez que, dentre as alternativas cogitadas para solucionar os graves problemas financeiros que contaminam a segurança e a soberania brasileira sobre toda a infraestrutura associada não só ao contrato de concessão, mas também às redes que dão suporte aos serviços de telefonia móvel e acesso a Internet, está o fatiamento da empresa e a venda para empresas internacionais.

Isto porque é a lógica privatista que tem sido ampliada. Além da proposta de extinguir o regime público das telecomunicações, o governo Temer adotou medidas para privatizar a capacidade do satélite geoestacionário brasileiro, construído com dinheiro público visando, sobretudo, levar conexão a áreas mais remotas do país, além de atender as Forças Armadas.

Novos atores e tecnologias, velhos problemas

A partir da segunda metade da década de 1990, com a abertura do setor e depois a privatização da Telebras, aprofundou-se a exploração comercial nas comunicações. A privatização abriu as portas do país a “global players”, corporações internacionais que, em um cenário de convergência tecnológica, ocupam diferentes segmentos do mercado e desafiam os poderes nacionais constituídos.

Hoje, três corporações controlam o acesso da maior parte da população brasileira à Internet. E, enquanto cerca de 40% da população permanece desconectada e excluída do novo cenário comunicacional, tais grupos objetivam fazer da rede e das novas tecnologias pontes para a comercialização de produtos e serviços e para o exercício da vigilância, seja por parte das corporações ou do próprio Estado.

Sobre tudo isso paira, nos últimos 20 anos, a sombra cada vez mais proeminente dos gigantes da Internet. Google, Facebook e Amazon – competidores mais jovens –, assim como Apple e Microsoft – um pouco mais antigos –, passaram a disputar espaços com as corporações tradicionais, impondo novas reacomodações das placas tectônicas dos oligopólios. Os marcos regulatórios da Internet, comunicação e mesmo aqueles referentes a direitos civis – como privacidade, liberdade de expressão etc. – têm sido marcados mundialmente pela intervenção desses diferentes agentes. Todos eles interessados em favorecer os seus mecanismos de concentração de poder, na definição dos novos padrões globais de dominação.

Os impactos dessas mudanças não se resumem às comunicações. Seduzidos pelas “flexibilizações” que as tecnologias digitais possibilitam, trabalhadoras e trabalhadores em todo mundo, interpelados por discursos que exaltam a falsa oportunidade de se exercer uma atividade econômica com autonomia e compelidos por um quadro mundial de crise, estão sendo submetidos cada vez mais a processos de precarização. Esse fenômeno, que tem sido chamado de “uberização do trabalho”, é a face mais nítida do uso das tecnologias não para promover autonomia, mas como forma de ampliar a exploração e, a um só tempo, fragilizar a defesa de direitos trabalhistas historicamente conquistados, já que o apelo ao “empreendedorismo” oculta o reconhecimento das pessoas como pertencentes a uma mesma classe social.

Toda essa lógica é produtora de mais desigualdade e de diversas contradições. Por um lado, a tendência hegemônica é expressa na combinação entre amplo desenvolvimento das forças produtivas e índices nunca antes vistos de barbárie. Em um cenário de crises frequentes e em que os direitos são suprimidos para deixar o caminho livre para a mercantilização total da vida e para a apropriação da riqueza por poucos, crescem as manifestações de ódio social, nas redes e nas ruas, que atingem principalmente as populações excluídas sócio e politicamente.

Por outro lado, as tecnologias permitem socialização do conhecimento e, com isso, fragilização da lógica mercantil; produção de arranjos econômicos marcados pela solidariedade e não pela competição; articulação de lutas em âmbito local e internacional; vocalização de resistências, inclusive aquelas historicamente relegadas a segundo plano, como a luta das mulheres, da população negra, indígena e LGBT.

Articuladas aos poderes dominantes, como temos visto no caso do Facebook nos Estados Unidos, as corporações que controlam as principais tecnologias e plataformas podem servir para favorecer um dos lados dessa disputa, baseadas naquilo que se convencionou chamar de “novo petróleo da economia”: nossos dados.

Para os capitalistas, a apropriação e o uso de dados interessam, pois isso garante a eles diminuir a aleatoriedade de realização das mercadorias. Os dados, por tudo isso, passaram a conformar parte fundamental do modelo de negócios dos grupos privados, como Google, Facebook, Amazon, mas também grupos locais dos mais diferentes setores da economia. Mas não só.

Hoje, a tendência à transformação dos cidadãos em suspeitos e, simultaneamente, em alvos personalizados do mercado está relacionada às tentativas de vigilância e controle de mentes e corpos, seja por parte de governos ou de corporações. Não à toa, há também quem aponte que vivermos hoje um capitalismo de vigilância. Estamos permanentemente vigiados: nossos trajetos, ações cotidianas, o que acessamos, com quem falamos e o quê falamos é registrado. Esse controle é funcional para o sistema, pois serve também para ampliar a criminalização dos dissonantes, como os movimentos sociais.

Temas como o papel do Estado nacional na regulação das práticas de agentes transnacionais e a proteção de dados pessoais ocupam, assim, espaço na agenda de pesquisas e no debate público. A União Europeia, por exemplo, detalhou suas regras sobre uso de dados pessoais por meio de uma nova diretiva, em 2016, com o objetivo de reforçar a proteção da privacidade no espaço digital e fortalecer o mecanismo de acompanhamento do cumprimento das normas.

O poder das grandes plataformas de serviços prestados na Internet tem posto em pauta a discussão sobre qual tratamento regulatório devem receber essas grandes plataformas de serviços prestados na Internet, também conhecidas como Over the Top (OTTs) por oferecerem aplicações e conteúdos sobre as camadas de infraestrutura de telecomunicações e protocolos de Internet. Esse debate tem se dado sob a premissa de que essas plataformas, apesar de muito poderosas, estariam sub-reguladas. Mas, ao invés de correremos o risco de comprometer o caráter aberto e democrático da Internet com uma regulação tradicional e excessiva, defendemos que essa discussão seja feita de forma participativa, tendo como atores centrais os organismos que receberam a atribuição de garantir os direitos estabelecidos com o Marco Civil da Internet, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), a fim de dar consequência a todas as dimensões desta lei, em vez de impor aos serviços prestados na Internet uma regulação marcada apenas pelo viés econômico, sem conferir a devida importância aos direitos fundamentais e à governança multissetorial da rede.

Em outro plano, é preciso atentar também para as infraestruturas. Hoje, poucos conglomerados transnacionais controlam os cabos que permitem os fluxos de comunicações na maior parte do mundo. Tais fluxos estão concentrados em torno dos países capitalistas centrais, o que implica desconexão ou tarifas elevadas em outras partes do mundo. Não há transparência na forma de gestão desses bens, que deveriam ser considerados bens comuns. A partir das revelações de Edward Snowden, sabemos que cabos foram interceptados pela Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA) para fins de espionagem. É um tema muito sério e que merece a atenção de uma esquerda atenta aos desafios do século XXI.

Resistências, reformas e poder popular: a comunicação como direito

Em meio a esse sistema global de dominação, desenvolvem-se também contradições. Diferentes agentes se organizam para subverter o sistema, operar em suas fissuras, se insurgir contra o que parece estabelecido definitivamente e extrair o conteúdo revolucionário que se manifesta - de forma invertida - a cada instante que o ser humano tem sua vida negada. O sujeito vive a experiência de ter o seu direito à comunicação suprimido e sente o estranhamento. A partir daí, alguns levantam resistências e constroem alternativas.

A história das mídias alternativas, contra-hegemônicas, independentes, comunitárias e públicas acompanha desde o princípio a construção do sistema de comunicação do Brasil. As rádios livres e comunitárias, assim como os jornais de bairros e de grupos sociais específicos são exemplos disso. Mais recentemente, no Brasil, sobretudo a partir de 2013, essa trajetória viu surgir novos expoentes, com o estabelecimento de coletivos focados no compartilhamento digital, no desenvolvimento de projetos de códigos abertos e em iniciativas de produtores de conteúdos voltados predominantemente para a web.

Em condições desproporcionais diante do poder das corporações que dominam o setor e, com frequência, enfrentando a repressão estatal, esses agentes têm conseguido, ao longo da história, cavar espaços. Hoje, muitas são as iniciativas capazes de estabelecer ações que incorporam as novas demandas do mundo da comunicação e as tarefas políticas de uma esquerda comprometida com a defesa de valores anticapitalistas. A capacidade desses grupos avançarem depende, em grande medida, da capacidade de organização da sociedade para enfrentar o capital, pois a comunicação é parte central da luta política que se estabelece na sociedade. Queremos fortalecer essas iniciativas de comunicação livre, popular e democrática e torná-las parte expressiva do sistema de comunicação no Brasil.

Em vez da lógica da comunicação e das tecnologias como mercadorias e instrumentos para manutenção de hegemonia dos que estão no poder, compreendemos a comunicação como um direito humano fundamental. Essa perspectiva vai além da liberdade de expressão e do acesso à informação, já garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e em outros acordos internacionais, pois não se trata de uma abordagem individual e pautada pela ideia da liberdade negativa, segundo a qual o

Estado não deve impedir a manifestação de ideias. A perspectiva do direito à comunicação afirma o papel do Estado na eliminação das restrições econômicas e sociais impostas a diversos grupos para se comunicar por meio de veículos massivos.

Isso significa que todas as pessoas devem ter condições para se expressar livremente, produzir conteúdo e fazer circular essas manifestações, sejam elas opiniões, informações ou produções culturais. Para tanto, é preciso que o Estado adote medidas contra as diferenças que limitam a condição de acesso à infraestrutura de comunicação, para que a produção e difusão de informações não se restrinja a tão poucos grupos e seja garantido o exercício do direito à comunicação de forma plena e em linha com o direito à informação e à expressão, já que os direitos humanos são complementares e indivisíveis.

Oportunidades perdidas e tarefas a cumprir

A história da imprensa brasileira é marcada pela presença de veículos alternativos desde o período colonial. A partir do Golpe Militar de 1964, os meios de comunicação se destacaram como espaços estratégicos de resistência e disputa política. Com a mídia hegemônica controlada e censurada, tornou-se necessário criar outros canais de interlocução com a sociedade, dentre eles os jornais alternativos. Na década de 1980, a diversificação e o surgimento de tecnologias que introduziram a radiodifusão de baixo custo levaram à expansão de rádios populares, o que contribuiu para a ampliação do debate e da percepção da importância da comunicação.

Em meio à luta por democracia e direitos, entraram na pauta da sociedade brasileira temas anteriormente excluídos dos espaços públicos, como a questão de gênero, a racial, a ambiental e, inclusive, discussões ligadas à comunicação social. Estas foram trazidas à tona por movimentos que então se organizavam, como a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNDPC). Desde a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o FNPDC incidiu na elaboração do texto da Constituição, inclusive por meio de coleta de 111.192 assinaturas em apoio à Emenda Popular nº 91, intitulada “Democratização dos meios de comunicação”, que propunha a constituição do monopólio estatal das telecomunicações e a criação do Conselho Nacional de Comunicações.

O texto passou a ser debatido em subcomissões da ANC e foi incluído no relatório da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). A pressão conservadora, contudo, inviabilizou o envio do relatório da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação para a Comissão de Sistematização. Esta foi a única comissão que não conseguiu apresentar relatório.

Uma nova proposta foi formulada pela ANC e resultou no Capítulo V da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna define como princípios norteadores da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão, por exemplo, a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221). A Constituição também proíbe o monopólio e o oligopólio nos meios de comunicação (art. 220) e estabelece a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal (artigo 223), o que ainda não foi alcançado.

A sociedade seguiu atuando em defesa da regulamentação do artigo 224, que prevê a instituição do Conselho de Comunicação Social (CCS) como órgão auxiliar do Congresso Nacional. A regulamentação veio a ocorrer em 1991, mas a primeira gestão do Conselho só tomou posse em 2002, o que demonstra a ausência de participação social nas discussões sobre as políticas de comunicação.

Também em 1991, houve a reunião de diversos comitês pela democratização os meios de comunicação, que vinham sendo articulados após a Constituinte, em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Ao longo dos anos 1990 e 2000, o fórum e outras organizações atuaram na luta pela democratização das comunicações, contra a privatização, em defesa do caráter público do serviço e por uma nova regra geral para as políticas de comunicação do país. Mudanças estruturais, contudo, não ocorreram, e mantiveram-se nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Apesar das pressões e da formulação de proposta por parte de setores progressistas da sociedade civil, os governos petistas perderam a oportunidade de

avançar na democratização da comunicação – que significaria, em última instância, a democratização do saber e do poder no Brasil. O que se viu foi uma pactuação, desde o primeiro momento, com os donos da mídia, e por isso seguimos com uma organização do sistema que concentra em poucos sujeitos o controle do discurso que é acessado pela maior parte da população brasileira.

Do ponto de vista da regulação, o capítulo da comunicação na Constituição segue não regulamentado, as regras para o setor são dispersas e pouco nítidas, sendo violadas constantemente pelos grupos privados, sem um órgão regulador que garanta, de fato, o respeito das poucas normas em vigor e o interesse público.

Já na parcela regulada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), não houve alterações na lógica de favorecimento do setor privado. A agência se porta como verdadeira representante dos interesses do mercado e é marcada pelo fenômeno da “porta giratória”, com seus ex-diretores frequentemente indo ocupar posições nas empresas reguladas ou criando consultorias para tais empresas.

Em relação às políticas públicas, o governo brasileiro sempre menosprezou a existência de um amplo ecossistema de mídias independentes que produzem conteúdo livremente e atendem às demandas locais, muitas vezes com mais credibilidade que os grandes meios. O Ministério das Comunicações, por exemplo, nas últimas décadas, não criou nenhuma política para incentivo, manutenção ou articulação dessas iniciativas, como existe em vários países da Europa. Partiu do Ministério da Cultura, em 2008, durante a gestão de Gilberto Gil, a iniciativa do programa de Pontos de Mídia Livre, voltado para a premiação de iniciativas de comunicação alternativa já em exercício. Mas o programa foi descontinuado.

Como poucos avanços do período recente, vale apontar o consórcio nacional que deu origem ao Sistema Brasileiro de TV Digital, em 2006; a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007; a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009; a proposição do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em 2010; a maior distribuição de aplicação das verbas publicitárias do governo federal; a ampliação das políticas de fomento ao audiovisual; e a aprovação do Marco Civil da Internet.

Todos eles, não obstante, são frágeis e carregam contradições. A TV Digital Interativa, a despeito de todo seu potencial, permanece uma mídia de circulação de conteúdos em “alta-definição”, sem abrir espaço para outras emissoras nem para o trânsito de dados e serviços de interesse público. A EBC, que resultou da pressão de organizações reunidas no Fórum Nacional de Comunicação Pública e que deveria encabeçar e impulsionar a articulação do sistema público, não ganhou a centralidade necessária, tanto do ponto de vista político e do debate público, quanto do orçamentário. A autonomia da EBC nasceu precária, com a indicação de pessoas ligadas ao governo para a gestão dos veículos e da empresa e pouca valorização das instâncias de participação, como o Conselho Curador.

Com o governo Temer, a situação tornou-se dramática. A EBC foi duramente atacada. No primeiro dia de governo interino, Temer enviou ao Congresso uma Medida Provisória, posteriormente convertida em lei, que extinguiu o mandato de presidente e o Conselho Curador. Recentemente, empossou na presidência da EBC seu ex-porta-voz, Alexandre Parola. Tais ações resultam em um abrupto esmagamento da comunicação pública, transformando os veículos da EBC em canais de propaganda do governo, sem qualquer autonomia. Na esteira disso, a Rede Pública de Comunicação foi desmontada. Processo semelhante tem ocorrido no caso das emissoras públicas estaduais, com a desestruturação das empresas ou desvirtuamento do caráter público delas, como vemos no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, São Paulo e outros estados.

Quanto à Confecom, o processo todo foi bastante tortuoso, restando a setores progressistas a batalha pela realização de uma conferência deliberativa e que tivesse a capacidade de apontar rumos para políticas. A mobilização foi intensa e o processo resultou em mais de 600 propostas aprovadas. Essas, contudo, não foram concretizadas. Um longo silêncio oficial sobre o assunto vigorou até o final de 2010, quando a Secretaria de Comunicação da Presidência da República voltou a pautar as comunicações em seminários e a elaborar proposta para um novo marco regulatório para o setor, mas este não chegou sequer a ser apresentado.

A partir das propostas aprovadas na Conferência, e tendo em vista a ausência de medidas por parte do Executivo, diferentes organizações que participaram do processo

conferencial articularam a campanha “Para Expressar a Liberdade – uma nova lei para um novo tempo”. Seguindo o que vinha sendo feito na Argentina, onde foi elaborada e aprovada a chamada Lei de Meios, reconhecida internacionalmente, inclusive por organismos da ONU, como importante mecanismo de democratização da comunicação, a campanha Para Expressar a Liberdade lançou, em agosto de 2013, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática.

Entre as propostas que integram o projeto e que derivam de todo esse acúmulo político, estão: reservar 33% do espectro de radiofrequência ao sistema público, garantindo espaço para os veículos comunitários; criar o Fundo Nacional de Comunicação Pública para apoiar o Sistema Público; proibir que igrejas e políticos eleitos (ou parentes próximos) tenham canais de rádio e TV; limitar a propriedade cruzada; garantir espaço para produção regional cultural, artística e jornalística na grade das emissoras (30% entre 7h e 0h, sendo pelo menos 7 horas semanais em horário nobre); destinar 1 hora por semestre para a expressão de grupos sociais relevantes (associações, sindicatos, movimentos sociais); proteger crianças e adolescentes, com classificação etária horária nos programas e sem publicidade direcionada a crianças de até 12 anos; e criar o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação, do qual fará parte o Defensor dos Direitos do Público.

Em relação ao Plano Nacional de Banda Larga e à distribuição das verbas publicitárias, aqui os limites são ainda maiores. No primeiro caso, não foi estabelecida uma política pública robusta para a garantia da universalização do acesso à Internet, nem mesmo para a sua garantia em instituições públicas de todo o país, como escolas e postos de saúde. A insuficiência do PNBL fez a lógica do mercado prevalecer – e, na lógica do mercado, a opção foi aumentar as conexões móveis, que consistem em um acesso precário à rede.

Já as verbas publicitárias governamentais, mesmo que democratizadas de acordo com o chamado critério da “mídia técnica”, foram mantidas, em sua maior parte, nas mãos de veículos que depois viriam a articular o próprio golpe parlamentar em 2016, como Globo e Veja. A diversificação não se tornou uma política pública baseada, de fato, em uma mudança de práticas e conceitos, e foi desmoronada após o fim do ciclo petista no governo federal. Com o governo Temer, a concentração da distribuição das

verbas foi fortalecida. Houve maior aporte financeiro para a propaganda governamental – utilizada à exaustão para convencer a população, inclusive por meio de informações falsas, de políticas que retiram direitos sociais, como a aprovação da PEC do teto de gastos públicos e das reformas.

Um ponto que merece também ser destacado é a ampliação das políticas de fomento à produção audiovisual. Essas políticas estão relacionadas à aposta na expansão da TV segmentada e foram pactuadas no processo de elaboração da regulamentação do setor, expressa na Lei do SeAC (Lei 12.485/12). A lei proibiu a propriedade cruzada nos elos de produção e distribuição dos Serviços de Acesso Condicionado (SeAC) e determinou a fixação de cotas de conteúdo nacional, regional e independente na programação da TV por assinatura. Houve a ampliação das telas de exibição desses conteúdos e do fomento à produção, gerando um ciclo positivo. É uma política que deve ser fortalecida e protegida, mas de modo que os recursos que sejam garantidos de fato a diversos produtores, por meio de processos de distribuição públicos, transparentes e com critérios definidos de forma participativa.

Por fim, uma das mais relevantes políticas do período neste campo foi a aprovação do Marco Civil da Internet. Em um momento de forte disputa de interesses, o Brasil afirmou o acesso à Internet como serviço “essencial ao exercício da cidadania” (art. 7º) e assegurou a neutralidade de rede, princípio que garante a não discriminação dos pacotes que trafegam na Internet, obrigando as operadoras a tratarem dados da mesma forma. Essas conquistas só foram possíveis porque o governo, então presidido por Dilma Rousseff, aceitou as propostas formuladas por organizações da sociedade civil que participaram da elaboração do texto da lei e que destacavam a compreensão da Internet como direito.

Não obstante, faltou ainda avançar em uma regra que complementaria o Marco Civil: a lei de proteção de dados pessoais. O Brasil não possui lei geral que proteja integralmente os dados da população, ao contrário, por exemplo, da União Europeia. Há previsão de algumas garantias no Marco Civil da Internet e no Código de Defesa do Consumidor, entre outras leis, mas que se demonstram insuficientes para lidar com a complexidade do fenômeno, o que demanda uma legislação específica. O escândalo recente envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica mostra os impactos do uso de

dados pessoais pelas corporações, tanto do ponto de vista da instrumentalização para uso político quanto econômico, pois a economia das grandes plataformas é, hoje, baseada na venda desses dados. Em julho de 2018, o Congresso brasileiro aprovou uma Lei Geral de Proteção de Dados, mas a Presidência da República ainda precisa sancionar o texto.

Sabemos que os avanços normativos são limitados, mas acreditamos que, no momento atual, é importante construir trincheiras de resistências e afirmação de direitos. Por isso, nosso programa apresenta uma plataforma que visa também mobilizar a sociedade para avançar na democratização das comunicações no Brasil!

Nosso programa de governo propõe:

1. Por um sistema midiático plural e de fato democrático

Independentemente de novas leis para o setor, com vontade política, várias medidas devem ser tomadas imediatamente pelo Executivo:

- i. impedir o controle de outorgas por deputados e senadores;
- ii. garantir o respeito aos direitos humanos na mídia (contra a barbárie dos programas policiaiscos);
- iii. impedir a venda e o arrendamento da grade de programação das emissoras;
- iv. Estruturar um sistema público de comunicação de fato autônomo e que chegue ao conjunto da população brasileira;
- v. Restabelecer os mecanismos de autonomia excluídos da lei que criou a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) por meio da MP 744, editada pelo governo Temer;
- vi. Restabelecer, também, o Conselho Curador da EBC e o mandato para presidente, e apoiando a participação dos/as trabalhadores/as da empresa em sua gestão.
- vii. Retomar a construção da Rede Pública de Televisão e a Rede Pública de Rádio, em parceria com as emissoras educativas nos estados;
- viii. Instituir um operador de rede do campo público, que assegure a difusão e alcance desses conteúdos pelo conjunto da população brasileira;
- ix. A democratização dos meios de comunicação também passará pela escolha do padrão de rádio digital a ser adotado no país, decisão que já se

arrasta desde 2010, a despeito da evidente superioridade do padrão DRM em relação ao seu concorrente HD Radio. A definição do padrão marcará uma decisão política em se utilizarem todas as faixas de frequência, fortalecendo tanto a Rádio Nacional da Amazônia em ondas curtas quanto as rádios de baixa-potência, livres e comunitárias, promovendo o desenvolvimento econômico nacional com a fabricação de equipamentos e serviços que, a exemplo da TV digital, devem ser amplamente adotados em toda a América Latina;

- x. Assegurar a manutenção do caráter estatal dos Correios, empresa pública estratégica para a garantia de um serviço essencial para o país e nossa população;
- xi. Reverter a mudança de caráter do Ministério das Comunicações (feita pelo governo Temer), dando à pasta a importância estratégica que ela deve ter;
- xii. No Congresso, faremos a disputa pela regulamentação dos artigos constitucionais relacionados à Comunicação:
 - vetar o monopólio e o oligopólio na radiodifusão;
 - estabelecer a complementaridade dos sistemas públicos, privado e estatal;
 - determinar que os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural.
- xiii. Proposta da nova Lei de Meios, que fará com que muito mais sujeitos possam participar da disputa pelas narrativas. Tal proposta vetará a propriedade cruzada; acabará com a renovação automática das concessões; e criará um órgão regulador independente para assegurar o respeito a direitos humanos nos meios de comunicação;
- xiv. A complementaridade entre os sistemas destinará 33% do espectro para a canais públicos e comunitários. A sustentabilidade desses meios será garantida pelo Fundo Nacional de Comunicação Pública, além dos fundos de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) e de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e pela destinação de pelo menos 20% do gasto em publicidade institucional dos governos;

xv. Criaremos um órgão regulador para assegurar o respeito a direitos humanos nos meios de comunicação, a exemplo da Defensoria do Público que existe na Argentina, garantindo o respeito a normas também em vigor no país – como os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Criança e do Adolescente, além de tratados e convenções internacionais ratificados pelo país – que hoje não são considerados para efeito de fiscalização das emissoras de radiodifusão:

- A este órgão caberá, entre outras funções, regular o direito de antena – que estará previsto em nossa proposta de lei – também para organizações da sociedade civil e movimentos populares, que terão direito a ocupar, de maneira compartilhada e ao longo do ano, tempo determinado na grade das emissoras para pautar suas agendas e temas de interesse público, como hoje já acontece com os partidos políticos.

2. Pelo fortalecimento da mídia livre, alternativa e comunitária

Nosso governo vai priorizar os veículos comunitários, com processos de outorga acessíveis ao conjunto da população, em que o critério definidor seja não a renda dos donos da mídia.

- i. Retomar a política de criação dos Canais da Cidadania e debater sobre um marco normativo para o setor que garanta que as comunidades – urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas – tenham o direito de expressar sua voz;
- ii. Anistia aos milhares de radiodifusores comunitários que respondem a processos injustos;
- iii. Desenvolver uma política de distribuição de verbas publicitárias dos governos, com critérios transparentes e democráticos, que incentive a comunicação local e alternativa;
- iv. As TVs comunitárias também devem ser fomentadas, valendo-se do recurso da multiprogramação;

- v. Do ponto de vista do financiamento, o Fundo Setorial do Audiovisual (mais de R\$ 1 bilhão) vai estimular a diversidade na produção e a universalização do acesso ao conteúdo audiovisual nacional;
- vi. Retomar o programa dos Pontos de Mídia Livre; estruturar políticas de comunicação local e comunitária em equipamentos públicos, como escolas e centros culturais; e incluir disciplinas de educação para a mídia nas escolas;

3. Todas e todos conectados: pelo acesso universal à Internet

Partindo da compreensão de que o acesso à Internet é um direito, queremos uma Internet mais justa, gratuita, mais segura, democrática e pública, que impulse a economia e torne o Estado mais eficiente porque mais democrático, facilitando a participação cidadã.

- i. Fortalecer a Telebras: empresa pública que se transformará em fornecedora de serviços de telecomunicações e, também, de provimento de conexão, em oposição à atual concentração privada no setor;
- ii. Retomar, através da Telebras o controle da infraestrutura pública. Por exemplo, poderia ser usada pelo governo para gerenciar as “redes da Oi”, hoje em recuperação judicial. A intervenção em casos como este é necessária, sob o risco de o país perder o controle das redes públicas;
- iii. Combater no Congresso a proposta de alteração da Lei Geral de Telecomunicações (PLC 79/2016), que pode levar à extinção do regime público no setor e transfere para iniciativa privada mais de R\$100 bilhões em infraestrutura de telecomunicações;
- iv. Impedir que os recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) sejam usados para o superávit primário. Aplicando em políticas públicas inovadoras, como o estímulo à construção de redes comunitárias, sem fins lucrativos e o **uso dos receptores de TV digital já distribuídos às famílias mais pobres junto a dispositivos de compartilhamento de Internet;**

- v. Garantir o acesso à Internet a todas as escolas, bibliotecas, órgãos e postos de saúde, transformando-os em pontos de cultura digital; que estimulem a construção de redes comunitárias, sem fins lucrativos, por parte da própria população, como já acontece em países como o México; e que articulem os receptores de TV digital já distribuídos às famílias mais pobres junto a dispositivos de compartilhamento de Internet, de baixíssimo custo e fácil implementação, dando consequência ao investimento de R\$ 60 milhões que mobilizou mais de 70 instituições de pesquisa de todo o país no processo de elaboração do padrão brasileiro de TV digital;
- vi. Voltaremos a incentivar o uso do software livre e a cultura não corporativa de direitos sobre informação;
- vii. A formação, como a inclusão de ensino de robótica nos currículos escolares;
- viii. Queremos que nossa população seja proativa no desenvolvimento tecnológico;
- ix. Quanto à iniciativa privada, o Estado atuará por uma regulação eficiente do setor, que leve as operadoras a praticar preços mais acessíveis, tarifas sociais e serviços de melhor qualidade. enquanto **preparamos a estrutura para Internet Banda Larga grátis em todo o Brasil;**

4. Privacidade e liberdade de expressão na rede: contra a mercantilização e vigilância de nossos dados

O recente escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica mostra os impactos da coleta e tratamento massivo de dados pessoais pelas corporações e Estados. No Brasil, ainda não dispomos de uma lei geral de proteção de dados pessoais.

- i. Apresentaremos uma lei robusta e eficaz, que impeça a continuidade dessa prática. Entendemos o consentimento livre, informado e inequívoco como mecanismo fundamental e defendemos que as informações coletadas também só sejam usadas para a finalidade específica para a qual foram coletadas;

- ii. O Congresso já aprovou, por unanimidade, um texto que avança significativamente neste sentido, mas que corre riscos de ser vetado pelo governo federal. Ao lado de dezenas de organizações da sociedade civil articuladas na campanha "Seus Dados São Você", sancionaremos integralmente o PL aprovado no Parlamento, que cria uma lei de proteção dados pessoais robusta e eficaz, que impede a continuidade dessa prática indiscriminada de tratamento da nossa privacidade;
- iii. Considerando que a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de políticas públicas também dependem do tratamento de dados, e o crescimento de iniciativas vinculadas à agenda da Internet das Coisas e das chamadas “cidades inteligentes”, apresentaremos na lei direitos como o uso do mínimo necessário de dados à prestação do serviço, o que barateia o fornecimento de internet, e a anonimização dos dados, para que os cidadãos não sejam monitorados no seu uso da rede;
- iv. Empresas e poder público deverão ser fiscalizados por uma autoridade pública independente, com participação social;

Diante do crescimento do discurso de ódio nas redes, que procura silenciar vozes de grupos minoritários e historicamente marginalizados:

- 1. O governo deve exigir das plataformas mecanismos claros e transparentes para a remoção de conteúdos ilícitos das redes. A garantia de tais direitos não pode, entretanto, se basear na violação de outros direitos previstos aos usuários da internet, como o anonimato, a liberdade de expressão e a privacidade;
- 2. Fomentar o equilíbrio, para garantir a diversidade e pluralidade nas redes – incluindo a necessidade de regular a concentração de conteúdo hoje constatada em plataformas como Google e Facebook;
- 3. Fortalecer a participação popular na governança da internet brasileira, com a garantia da estabilidade institucional ao Comitê

Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), organismo multissetorial e referência internacional neste campo.

XVII – A JUVENTUDE TEM DIREITO AO FUTURO

As juventudes brasileiras correspondem a cerca de 23% da população (aproximadamente 48 milhões de pessoas) e são fundamentalmente trabalhadoras e moradoras de centros urbanos (PNAD 2015). A atual geração, que é em geral mais escolarizada e informada que a dos seus pais e familiares, virou um alvo preferencial da retirada de direitos. Com o golpe de 2016, agravaram-se as desigualdades sociais em uma juventude composta majoritariamente por negros (64,87%), mulheres (58%) e pobres (83,5%) que vivem em famílias com renda per capita inferior a 1 salário mínimo (IPEA 2016).

Não temos dúvida: o futuro desta juventude, em especial os negros, mulheres e mais pobres, está ameaçado pelo atual projeto econômico e político capitalista que responde à crise com desemprego, extermínio, encarceramento, retirada de direitos e descaso em relação a suas necessidades. É para mudar essa realidade que vamos enfrentar os privilégios dos mais ricos que ameaçam o direito da juventude a sonhar com um futuro digno.

Sabemos ainda que é da juventude que tem surgido os exemplos mais fortes de questionamento às saídas antidemocráticas e de retirada de direitos em todo o mundo, como demonstram o movimento dos indignados na Espanha, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street nos EUA, os protestos de junho de 2013 no Brasil, a primavera feminista, as lutas e ocupações nas escolas e universidades contra o golpe, a Emenda Constitucional que congela investimentos sociais por 20 anos e a Reforma do Ensino Médio. Inspiramo-nos na força da juventude, porque sabemos que ela pode abalar as estruturas e mudar o país.

Comprometemo-nos a fazer diferente. Contra o fracasso das velhas formas de fazer política que fecham canais de participação e ignoram as demandas da juventude que ecoam em protestos país afora, nossa política não será elaborada no ar-

condicionado, do alto das torres e gabinetes: queremos ouvir a juventude para construir ombro a ombro um futuro com direitos, igualdade e diversidade. Isso se faz com um programa de enfrentamentos aos privilégios e desigualdades que se estruturam através do capitalismo, do machismo, do racismo e da LGBTIfobia. Vamos!

Nossa concepção de juventude

Entendemos a juventude como um setor social, marcado pela diversidade nas condições sociais, culturais, de classe, de gênero, raça, orientação sexual, geográficas e acreditamos que as juventudes são sujeitos de direitos e têm muito a dizer! Por isso, nosso programa é voltado para a maioria dos jovens. Aqueles que precisam da educação e saúde públicas, aqueles que precisam de trabalho para sobreviver e poder pensar no futuro. Para aqueles cujo futuro não é garantido. Nossa juventude é a juventude dos 99%.

Um futuro para a juventude é possível!

Em defesa da vida da juventude

Nenhum jovem merece morrer pela cor da sua pele ou por morar nas periferias. É urgente interromper o ciclo de violência que mata mais jovens brasileiros do que se mata em países em guerra, como a Síria. Quase metade das vítimas de assassinatos (47,85%) do Brasil possuem entre 15 e 29 anos e são na maioria negros, de baixa escolaridade e moradores de periferias urbanas.

Enquanto isso, segundo o Ministério da Justiça, 400 mil jovens estão encarcerados e aqueles entre 18 e 29 anos correspondem a 55% dos 726 mil presos brasileiros. Isto prova que inchar ainda mais o sistema carcerário é parte do problema, não da solução. As prisões constituem um grande fracasso da política criminal: favorecem uma rede para o cometimento de novos crimes, banalizam a violência, pioram as pessoas. Longe de promover qualquer "ressocialização", ajudam a consolidar carreiras criminosas. Devemos, sempre que possível, apostar em formas alternativas de responsabilização e criar mecanismos para ressocializar jovens encarcerados através do trabalho, do estudo, da cultura e do esporte.

Para garantir a vida e a justiça, partimos da defesa da desmilitarização das polícias e da política como uma exigência democrática. Segurança não é guerra e o

povo não é inimigo. A militarização é um legado da ditadura militar, fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação, mantida por interesses privados e que gera mais violência.

Ao mesmo tempo, para defender a vida, queremos prevenir o suicídio, que é a quarta maior causa de morte entre a juventude. Precisamos transformar este sofrimento em energia, através de políticas de prevenção específicas, que levem em conta o acolhimento e valorização do jovem LGBTI, das jovens mulheres e dos jovens negros, que reúnem os piores índices de suicídio jovem. Conheça nossas propostas:

Nosso programa de governo propõe:

1. Programa **“Juventude quer viver”**, aplicado nos 80 municípios que concentram a maior parte dos homicídios, em parceria com prefeituras, estados, ministério público, polícia civil e polícia militar, órgãos de saúde com foco em proteção social e intervenção estratégica, com ações de: atendimento (oficinas, atendimento psicossocial e grupos de jovens), acolhimento e trabalho em rede. Este programa busca causar impacto a partir da formação humana dos agentes de segurança, mapeamento dos principais locais foco dos homicídios de jovens e atuação conjunta dos órgãos públicos, envolvendo movimentos sociais de juventude, para enfrentamento à violência;
2. **Regulamentação das drogas.** Trazer a política sobre drogas para o campo da saúde é necessário e urgente. Décadas de proibição não tiveram nenhum efeito positivo sobre a violência. Hoje temos mais drogas em circulação e mais mortes relacionadas ao comércio do que ao consumo. Morre o varejista, não quem lucra num dos maiores negócios do mundo. Quer enfraquecer o tráfico? Regule, legalize!;
3. **Contra qualquer política de aumento da idade penal.** O Brasil possui uma legislação adequada para lidar com as infrações cometidas por adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a responsabilização pelos delitos cometidos por meio do cumprimento de medidas socioeducativas. Este modelo deve ser mantido e aperfeiçoado através do cumprimento do que está

proposto pelo SINASE - Sistema Nacional de Acompanhamento das Medidas Socioeducativas, aumentando o investimento das políticas socioeducativas;

4. **Política de prevenção ao suicídio jovem**, estrategicamente pensada a partir das condições que levam ao sofrimento psíquico, articulando transversalmente as políticas de saúde e assistência social com as demandas da juventude;
5. **Criação de Centros de Referência da Juventude**, com gestão democrática e menos burocrática, pautada nos direitos humanos.

Trabalho digno já!

A juventude brasileira é trabalhadora e o principal sonho da maioria (55%) dos jovens é formação profissional e emprego (BOX 1824). Não à toa: o desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos é de 27,3% (OIT 2017), o maior em 27 anos. Para quem consegue entrar, a regra é a informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho.

Hoje, boa parte dos jovens não conseguem sair da casa dos pais ou temem não conseguir pagar o aluguel. A geração com mais formação é também aquela com mais precarização: são os bolsistas da universidade, os que trabalham de graça como “trainees”, os precários estagiários e os que sofrem na linha de frente com “chantagens” ou demissões.

A desigualdade agrava o problema: seis em cada dez desempregados jovens são pardos ou negros (IBGE 2017) e as mulheres negras são a maioria dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, os sem-sem, que já somam 20% do total de jovens entre 14 e 29 anos. Por isso, partindo da revogação da reforma trabalhista, propomos:

6. **Articular a criação de novas oportunidades de emprego formal vinculadas às políticas e trajetórias de desenvolvimento local/regional, de gênero e raça.** É um dever do Estado estimular a criação de vagas de trabalho relacionadas ao projeto de desenvolvimento do país, além de monitorar e atuar sobre os fatores

de rejeição dos jovens candidatos às vagas disponibilizadas, informadas pelas empresas e organismos empregadores ou pelos próprios candidatos;

7. **Reorganizar os Centros de Atendimentos ao Trabalhador** para que ajudem na orientação vocacional, democratização das oportunidades formativas e colaborem para a intermediação das vagas ofertadas com a disponibilidade de trabalho dos jovens;
8. **Efetivar a Lei do Jovem Aprendiz.** Caso o país atingisse o mínimo de contratação 5%, poderíamos chegar a 900 mil aprendizes. É preciso incluir incentivos à contratação de mulheres, cis e trans, negros(as) e LGBTI, para combater a enorme diferença entre esses grupos no mundo do trabalho, e exigir fiscalização dos postos de trabalho e entidades formadoras;
9. **Incentivar o associativismo na juventude.** Estímulo aos bancos comunitários, moedas sociais, cooperativas de crédito consumo e produção autogeridas, incentivando iniciativas de juventude a partir da economia solidária;
10. Ampliação das **linhas de financiamento específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares**, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;
11. **Fiscalização da Lei do Estágio**, para evitar a superexploração do estagiário com aumento da sua jornada e de suas funções, sem remuneração adequada e garantir a função pedagógica do estágio de preparação para o trabalho.

Em defesa dos direitos das juventudes

Em 2015, ao completar 18 anos, 1,7 milhão de brasileiros tiveram de se apresentar numa unidade das forças armadas para o serviço militar obrigatório. Para a maioria dos jovens, o alistamento é um inconveniente. Apenas 86 mil foram incorporados no ano passado - isso equivale a 4,8% do total. Propomos:

12. Programa cidadania em ação: Fim do serviço militar obrigatório e criação de um serviço civil-comunitário com criação de 200 mil bolsas-salário para a formação de agentes comunitários juvenis para estimularem e dar visibilidade à produção cultural do território, articular contatos com os equipamentos existentes na cidade e criar redes entre os grupos e coletivos culturais, estimulando a autogestão dos mesmos.

Juventude ocupando e transformando seus territórios com arte e cultura

Dos saraus das periferias, das batalhas de rima, de break, às novas estéticas produzidas pelo tecnobrega, funk, suingueira, a juventude encontra um papel na sociedade e transforma seus territórios no campo e na cidade. Queremos fomentar a ocupação dos territórios com produção cultural e econômica. Por isso, propomos:

- 13. Fomento à cultura produzida pela juventude, por meio de editais nacionais acessíveis e simplificados para contemplar iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens em todo o território nacional**, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à cultura periférica, com especial atenção aos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, griôs, LGBTQs e mulheres, possibilitando maior visibilidade a grupos que lutam para se afirmar simbolicamente, considerando, inclusive, as questões regionais;
- 14. Investimento na criação de espaços de cultura e lazer aos jovens**, como bibliotecas, praças, pistas de skate, teatro e ginásios esportivos, sobretudo nas periferias. Esses espaços devem ser de convivência e descanso, com infraestrutura mínima de bebedouros, banheiros, iluminação, wi-fi etc.;
- 15. Desburocratizar o acesso dos grupos e coletivos culturais aos espaços públicos existentes**, impulsionando legislações que suspendam limites do uso público dos espaços - como exigência de licenciamento para pequenos eventos. Nessa perspectiva, criar mecanismos de fiscalização e formação das polícias para não reprimir grupos auto-organizados nos espaços públicos;
- 16. A juventude precisa exercer seu direito à cultura: meia-entrada deve ser um direito para todos os jovens até vinte e nove anos.** Propomos o fim da restrição de 40% da bilheteria para a meia-entrada, aprovada pelo Estatuto da Juventude. Ampliação e divulgação do programa ID Jovem.

Em defesa da juventude indígena e quilombola

Somos também jovens indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais que lutam para garantir a autonomia nas suas escolas, políticas para garantir sua soberania econômica e a preservação de sua cultura. Propomos:

17. Reversão dos cortes do governo Temer nas bolsas de estudantes indígenas e quilombolas, com ampliação do acesso e das bolsas de permanência desses estudantes;

18. Construção da primeira universidade indígena do Brasil, em uma perspectiva interdisciplinar e com currículos construídos junto às comunidades indígenas a partir de suas demandas fundamentais.

Apoio à auto-organização da juventude

A juventude organizada pode mudar os rumos de seu próprio futuro. Por isso, propomos:

19. Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos, DCEs e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude;

20. Organizar conselhos de juventude nos territórios, com estímulo à participação dos movimentos sociais, e com caráter deliberativo;

21. Criar um fundo nacional de juventude para alimentar o Sistema Nacional de Juventude com o financiamento das políticas em todos os entes da federação e execução de políticas transversais.

Direitos para a juventude na cidade

Para exercer direitos propomos:

22. Garantir o direito ao passe livre irrestrito! Chega de catracas para ter acesso à cidade, à educação, ao lazer e à saúde;

23. Garantir políticas de habitação para a juventude para acolher jovens LGBTI expulsos de casa e estimular que jovens tenham condição de morar com dignidade. À luz de experiências na Alemanha e similar às políticas de universidades como a UFOP, iremos garantir um incentivo financeiro para jovens trabalhadores, estudantes ou não, com experiências de repúblicas e assistência de moradia.

XVIII – ESPORTE E LAZER: DIREITOS SOCIAIS

A Constituição de 1988 definiu o esporte como direito individual e, na sua dimensão de lazer, como **direito social**. Esporte e Lazer são direitos porque são necessidades humanas e, assim, devem incumbir o Estado a desenvolver políticas públicas que garantam o acesso da população.

Nos governos subsequentes a 1988, as mudanças na legislação se limitaram à regulação do mercado sobre as práticas esportivas e de lazer. Entre 2003 e 2016, a agenda esportiva entrelaçou-se à agenda política com a promoção de grandes eventos: Pan-Americano e Para-Pan (2007); Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015); Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Em 2003, com o estabelecimento do ministério específico para o esporte, retomava-se a efêmera iniciativa tucana de 1995. O ministério dos esportes tornou-se o espaço privilegiado de articulação entre as entidades esportivas nacionais e internacionais e para a elaboração de medidas e políticas públicas.

Em 2003, foram sancionados o *Estatuto do Torcedor* (Lei 10.671/03) e a *Lei de Moralização do Esporte* (Lei 10.672/03), em continuidade ao trabalho realizado pela gestão tucana. O horizonte ideológico de ambos, apesar dos avanços com respeito à desorganização que marca o futebol brasileiro, não ultrapassa as balizas do Direito do Consumidor, reiterando a perspectiva de modernidade baseada no **futebol-empresa** e sua busca por patrocínios, investimentos, licenciamento de produtos, direitos de transmissão, bilheteria e publicidade.

A herança neoliberal do *Estatuto* poderia ter sido combatida durante a alteração estabelecida em 2010, pela Lei 12.299/10. No entanto, já envolvido na preparação da Copa de 2014 e nos Jogos de 2016 e submetido à lógica dos megaeventos esportivos, o governo não impediu que, nas modificações, se reforçasse a **criminalização das torcidas organizadas**, num processo análogo e que se intensificou *pari passu* à **criminalização dos movimentos sociais**.

Na esteira da política de **conciliação de classes**, enquanto a **burocracia esportiva reacomodava-se com o Planalto**, instituíam-se espaços de debate e formulação de políticas públicas por meio das **Conferências Nacionais do Esporte**.

A Carta de Brasília de 2004, resultado da primeira Conferência, destacava a participação popular, a transparência no gerenciamento de recursos, a inclusão social, a democratização e a constituição de um **Sistema Nacional do Esporte e Lazer**. O texto ultrapassava o modelo calcado no esporte de alto rendimento, articulando as políticas de esporte e lazer como direitos sociais.

A inflexão política ocorreu a partir da segunda conferência (2006). A pressão de grupos conservadores resultou na valorização do esporte de alto rendimento, a despeito de manifestações acerca da pretensão em se estabelecer uma estrutura democrática e descentralizada com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

A prioridade para o esporte espetacularizado consolidou-se na terceira conferência (2010). A essa altura, já estavam confirmados a Copa (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). A intenção era preparar o Brasil para organizar os megaeventos e torná-lo uma das dez potências esportivas internacionais, o que colaborou para frear a democratização do esporte e postergar a implementação do Sistema Nacional.

O governo reforçava-se com uma ampla base que encadeava administrações municipais e estaduais dos mais diversos partidos à cúpula federal. Os programas de incentivo às empresas, os financiamentos do BNDES e a ação das empreiteiras nacionais pavimentavam as obras de infraestrutura e construção das arenas esportivas.

O Caderno de Encargos entregue pela CBF e pelo governo à FIFA em 2007 norteou a elaboração da Lei 12.663/12, conhecida como a Lei Geral da Copa. Muitas das suas disposições representaram violações ao ordenamento jurídico e à soberania nacionais. Chancelada pelos três poderes da República, a Lei Geral estabelecia uma bolha de benefícios tributários e privilégios à FIFA.

O governo federal investiu nas obras de infraestrutura – justificadas pelo “legado esportivo” – e disponibilizou crédito farto e barato às empresas por meio do BNDES, para a construção das excludentes arenas esportivas. A enorme **transferência de recursos públicos para o setor privado** pode ser exemplificada pelos custos da Copa do Mundo, estimados em cerca de R\$ 40 bilhões, dos quais somente 13,37% originários da iniciativa privada.

A Copa do Mundo de futebol, bem como os Jogos Olímpicos, permitiram os lucros da grande mídia, garantiram vultosos recursos para as empreiteiras, rechearam os bolsos das grandes empresas que participaram dos consórcios esportivos, destinaram polpudas propinas para parlamentares e representantes dos três níveis da administração pública e possibilitaram a elitização nas arenas esportivas e estádios de futebol. Como diversas políticas públicas no Brasil, as políticas de esporte estiveram voltadas para os interesses das classes dominantes.

O financiamento público do esporte foi feito, sobretudo, por meio de gastos tributários, ou seja, desonerações e renúncias fiscais, sem controle por parte da sociedade e movimentado pelos interesses de empresas, clubes, federações e comitês. Entre 2015 e 2017, por exemplo, esses gastos representaram 54,4%. Enquanto 27,4% vieram de fontes extra-orçamentárias (patrocínio de estatais e entidades da administração federal, repasses sobre concursos prognósticos, contribuição sobre salários e sobre as transferências de atletas profissionais) e apenas 18,2% de fonte orçamentária. Ou seja, o Estado deixou de arrecadar ou permitiu que o setor privado definisse a prioridade da promoção esportiva.

Nos últimos três anos foram destinados cerca de R\$ 8 bilhões de recursos federais para o esporte. Mais de 50% foi investido sem qualquer controle da sociedade. Aliás, uma parcela significativa de recursos nem transitou pelo orçamento, sem discussões públicas sobre o seu direcionamento.

O Estado deixou de arrecadar ou permitiu que o setor privado definisse a prioridade da promoção esportiva. Por meio de medidas como a Lei de Incentivo ao Esporte, os recursos são destinados principalmente para os esportes de alto rendimento,

com mais visibilidade na mídia, beneficiando os grandes clubes e as entidades de administração esportiva.

Observa-se um processo de empobrecimento do futebol profissional no país, com a saída de jovens atletas para o exterior, a falência dos clubes pequenos, devido à inexistência de um calendário anual e um processo de elitização dos estádios e arenas, com a exclusão das camadas mais pobres. É necessário garantir o direito à prática dessa modalidade conjugada a uma política de fortalecimento dos clubes, compreendidos como entidades sociais de aglomeração dos sentimentos, que devem ofertar serviços acessíveis para as camadas subalternizadas.

Por outro lado, priorizar os esportes de alto rendimento, sobretudo as competições, naturalizam desigualdades e reforçam relações de dominação social. Sem negligenciar a importância dos grandes atletas, que possuem suas demandas legítimas, é necessário valorizar outras práticas, reconhecendo a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas.

Para democratizar o acesso ao esporte e às práticas corporais devemos considerar os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem. Também devemos recuperar a gestão pública eficiente de seus equipamentos e garantir o seu uso efetivo pelos cidadãos. Também reposicionando as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos, tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos para a iniciativa privada.

Para que as pessoas possam viver melhor, tendo seus corpos como autônomos, fortalecidos e livres, nosso programa de esporte e lazer propõe:

- 1. Constituir, de forma democrática e participativa, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**, articulando e integrando práticas corporais e esportivas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional de maneira a apoiar e fomentar projetos

e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;

2. **Romper com a política de conciliação com a cartolagem dos clubes,** federações e confederações esportivas e auditar as contas das entidades esportivas (CBF, COB e federações);
3. Criar a **Lei Prata da Casa:** uma taxa decrescente para as transferências internacionais de jogadores até 23 anos, forma legal para interferir no êxodo dos jovens atletas e proteger os clubes de formação, garantindo maior qualidade técnica para o futebol disputado no país.;
4. **Apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;**
5. **Garantir apoio institucional e incentivo financeiro ao futebol feminino;**
6. **Garantir a participação dos movimentos LGBTIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais;**
7. **Desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional;**
8. **Estabelecer programas de vivência e formação paralímpica** com o Comitê Paralímpico Brasileiro, federações e governos municipais e estaduais;
9. **Promover jogos, torneios e lazer para a Terceira Idade,** como forma de garantir a intersecção entre esporte e saúde, ampliando o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) e estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais;
10. **Promover jogos, torneios e competições entre escolas** como forma de incentivar o esporte lazer e sociabilidades no ambiente escolar;

- 11. Transformar Ministério do Esporte em Ministério do Esporte e Lazer;**
- 12. Realizar e atualizar permanentemente o Diagnóstico Nacional de Esporte e Lazer,** bem como fomentar a realização de diagnósticos estaduais, distrital e municipais;
- 13. Realizar a Conferência Nacional de Esporte e Lazer a cada dois anos** e induzir a realização de Conferências Livres, Regionais, Municipais, Distrital e estaduais;
- 14. Promover a cooperação esportiva internacional,** com prioridade aos países da América Latina, África e lusófonos;
- 15. Promover, em articulação e com protagonismo dos povos, Jogos Nacionais e Mundiais dos Povos Indígenas a cada dois anos** dando visibilidade às suas práticas corporais e às suas demandas sociais, políticas e culturais;
- 16. Fortalecer e ampliar a REDE CEDES** (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer);
- 17. Criar o Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Brasil,** que envolva a Rede CEDES, a Rede CENESP e criar o Centro de Desenvolvimento da Educação Física Escolar;
- 18. Implementar o Programa Nacional de fabricação de equipamentos e materiais esportivos: as Fábricas Sociais de Esporte e Lazer;**
- 19. Criar uma Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer,** que abranja os diversos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) para os diferentes trabalhadores de esporte e lazer (gestores, professores, técnicos, ex-atletas e agentes sociais) e programas sociais, vinculados às instituições formadoras;

20. **Democratizar e fortalecer o Conselho Nacional de Esporte**, com maior representatividade da sociedade com cunho consultivo e deliberativo;
21. **Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social;**
22. **Fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos**, revitalizados e qualificados nas cidades, incluindo programação com oficinas e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para a comunidade;
23. **Auditar as contas das entidades esportivas (CBF, COB e federações);**
24. **Destinar dotação orçamentária para o Esporte e o Lazer**, condizente com as metas já aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Esporte de 2006, sobretudo à vivência esportiva e ao lazer;
25. **Destinar os gastos orçamentários prioritariamente para a garantia do esporte e lazer como direito**, nos programas de fomento a vivência esportiva com fins educacionais e de participação;
26. **Redefinir os gastos tributários, com diminuição progressiva do volume de recursos que não transita pelo orçamento, inclusive a Lei de Incentivo do Esporte**. Concentrar a renúncia fiscal em projetos do interesse da sociedade e não dos interesses de patrocinadores e dirigentes;
27. **Destinar os recursos extra-orçamentários de empresas estatais para a garantia do esporte e lazer como direito e para a iniciação e a excelência esportivas;**
28. **Constituir um fundo público exclusivo do esporte e lazer, descentralizado e com acompanhamento da sociedade civil;**

- 29. Incluir a temática do Esporte e Lazer nas deliberações do Sistema Nacional de Democracia Direta** (conforme proposto no capítulo de Poder e Política deste programa) com a intervenção e deliberação da sociedade na utilização dos recursos;
- 30. Estabelecer com as entidades esportivas uma política nacional de formação e desenvolvimento de atletas, com a utilização dos recursos das loterias;**
- 31. Fomentar o processo de democratização dos clubes, federações e da CBF;**
- 32. Exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais,** acessíveis à população de baixa renda;
- 33. Defender a regulamentação da negociação coletiva e centralizada da venda dos direitos de transmissão televisiva e que a distribuição dos pagamentos:** 50% divididos igualitariamente entre todos os clubes, 25% baseados na classificação final do Campeonato anterior (o campeão recebendo 20 vezes mais o valor que recebe o último classificado) e 25% variáveis de acordo com o número de jogos transmitidos na televisão, como medida para combater a desigualdade da distribuição de tais recursos.
- 34. Destinar 5% do total arrecadado pela venda coletiva e centralizada dos direitos de transmissão a projetos sociais que promovam a prática do futebol, bem como a centros de formação para o futebol feminino;**
- 35. Revisar o Estatuto do Torcedor,** para reverter a criminalização dos torcedores, coibir manifestações preconceituosas racistas, homofóbicas, regionais e sexistas e garantir os horários de realização das partidas adequados aos interesses dos setores populares;

36. Promover a discussão acerca da reforma do calendário do futebol brasileiro
e da organização de seus campeonatos estaduais, regionais e nacionais de
maneira a constituir um verdadeiro sistema de competição nacional.

XIX – RELAÇÕES INTERNACIONAIS: SOBERANIA NACIONAL, AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE AOS POVOS

O 1% da população global – detentores da maior parte das riquezas – se articula em redes de finanças, informação e segurança sob a administração de estados nacionais, grandes corporações e organizações internacionais. Em nome dos mercados, fragilizam as democracias e promovem uma selvagem disputa que tende a exaurir os recursos naturais do planeta. Para enfrentar o desafio de um sistema que opera para concentrar ainda mais a riqueza e o poder, subjugando o homem e a natureza, é urgente fortalecer redes multilaterais e construir alianças entre os povos.

A emergência de posições políticas radicais conservadoras, por sua vez, leva ao fortalecimento e recrudescimento de nacionalismos excludentes, como evidenciam a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) e a situação em outros países europeus. Esses movimentos, alimentados pelo desemprego e sensação de impotência, funcionam como poderosos meios de opressão e supressão de direitos das populações mais vulneráveis. Se materializam também no ataque a normas e organizações que esses mesmos Estados ajudaram a criar, como o Sistema das Nações Unidas, expondo o mundo a um estado de incerteza e tensão.

Sob perspectiva nacional, o panorama global segue marcado pela centralidade dos Estados Unidos e pela ascensão da China. A crescente importância da Índia e de países do sudeste asiático aliados à força do Japão e à possibilidade de uma Coreia unificada anunciam uma possível preponderância da Ásia nas próximas décadas. De um ponto de vista mais geral, esses atores, ao lado do bloco europeu ocidental e da Rússia,

formam os grandes eixos do poder mundial, no qual a África e a América Latina seguem com papel marginal.

No plano econômico, a crise de 2008-09 aprofundou a extrema competição entre países em busca de capitais, controle de fontes de energia e mercados. Com a 4ª revolução industrial – automação e robótica – teremos cada vez mais fábricas sofisticadas com um número decrescente de trabalhadores e trabalhadoras em seu interior e tende a se reduzir a fase de exportação de empresas para o sul do mundo à procura da vantagem comparativa de força de trabalho abundante e barata.

A perspectiva colocada para a periferia – nessa lógica – é disputar a vinda de indústrias de menor uso de tecnologia e intenso uso da força de trabalho. São plantas mais simples, de bens de consumo leves, como têxteis, material esportivo, papelão, vidro etc., indústrias extrativistas, como petróleo – sem refino – e mineração ou maquiladoras. Tais investimentos só se concretizam com rebaixamentos constantes do preço do trabalho e precarização dos contratos de mão de obra (este é o sentido da reforma trabalhista sancionada em 2017). Nesse quadro, são dispensáveis pesquisa, inovação, universidades, sindicatos etc. São também desnecessárias articulações regionais e extrarregionais como Mercosul, Unasul e BRICS que funcionem de forma autônoma.

A geopolítica da economia extrativista expressa bem a atual forma neoliberal de globalização. A intensificação de investimentos para exploração da natureza em países ricos em “recursos naturais” (na realidade bens comuns) através da mineração, agricultura intensiva, pesca em larga escala, extração de madeira, de petróleo e gás, levaram fluxos de capital para o Sul Global. A diplomacia de matérias-primas de países como os da União Europeia, dos Estados Unidos, do Canadá e da China preocupa-se principalmente em assegurar o fornecimento de recursos naturais a seus mercados internos, salvaguardando sua própria competitividade.

Destaca-se com particular ênfase, neste contexto, a aceleração da estratégia do governo chinês de tornar a China um país global, apoiando todos os tipos de empresas a investir fora do país, mediante a oferta de apoio financeiro e coordenação e uma postura mais ativa para a diversificação de seus ativos. No Brasil, a mudança qualitativa na entrada do capital chinês se reflete na escala e velocidade, mas também na forma

financeirizada deste processo, que torna mais difícil conhecer o destino dos investimentos. Identifica-se, hoje, um especial interesse por hidrelétricas e pelo setor de mineração, com sérios riscos socioambientais em especial na região da Amazônia e do cerrado brasileiro.

Essas são algumas das razões profundas do golpe: reposicionar o Brasil na economia global. A mesma lógica regressiva acaba pautando a situação em outros países do continente, como Argentina. Vale lembrar que o golpe brasileiro veio na sequência de duas outras rupturas democráticas, a de Honduras (2009) e a do Paraguai (2012).

No plano político, ainda que ofuscada pela emergência asiática, em particular da China, a hegemonia norte-americana se mantém pela via da manutenção de uma indústria de defesa e aparato militar desproporcionalmente fortes, pela supremacia do dólar como moeda mundial e pelo uso discricionário do seu poder imperial. O discurso das “novas ameaças”, absorvido pelas principais potências, coloca temas como o terrorismo, a migração e o crime organizado como ameaças existenciais, portanto prioridades emergenciais. Isso despolitiza agendas, que passam a ser tratadas na lógica da exceção e de quebras dos mecanismos democráticos.

Conflitos armados ao redor do mundo, promovidos pelas grandes potências sob a lógica do neoliberalismo, provocam graves violações de direitos e deslocamentos forçados, criando grandes contingentes de refugiados. As violências sofridas pelos palestinos e outros povos oprimidos; o racismo, a xenofobia e as violências contra imigrantes e refugiados, povos tradicionais e minorias, em flagrante desacordo aos compromissos internacionais de direitos humanos e ao direito internacional humanitário, compõem este mosaico preocupante.

No campo da diplomacia brasileira, as elites antinacionais, antipopulares e antidemocráticas que articularam o golpe de 2016 se prestaram com avidez a desmontar o que restava de uma política externa mais autônoma e soberana.

A pouca legitimidade diante da opinião pública internacional e a ausência de resultados relevantes em política externa não os impediram de atender a demandas de grandes interesses globais. Entregaram parte das reservas do pré-sal, indenizações bilionárias foram pagas pela Petrobrás no exterior, houve mais abertura e

desnacionalização de setores estratégicos da economia e assumiram compromissos de liberalização do fluxo de capitais internacionais ainda mais abrangentes.

O panorama continental é marcado pelo abandono da UNASUL e esvaziamento do Mercosul, conformando-se com seu papel de mera área de livre comércio imperfeita, alterando assim as ambições em relação a um desenvolvimento regional comum e solidário. Ao mesmo tempo, o Brasil abriu mão da sua capacidade de interlocução, gerando um vácuo de atuação diplomática frente aos conflitos políticos na América Latina. Nesse contexto de retração, a vinculação da Colômbia à OTAN representa sério obstáculo na busca da integração regional.

O distanciamento da África, a queda da qualidade da representação brasileira nos BRICS e em outras coalizões e a redução dos projetos de cooperação Sul-Sul coroam o abandono de um papel ativo do Brasil.

Para fazer frente a este cenário, propomos uma política externa nacional, soberana, antiimperialista, solidária, democrática e popular, atenta às complexidades e desafios do Século XXI. É essencial que seja construída com canais mais fluidos de diálogo com a sociedade.

Para além da política externa ativa e altiva

A política externa dos últimos governos antes do golpe foi relativamente bem-sucedida em alguns de seus propósitos, mas esbarrou em limites internos e externos. Internamente, o maior limite foi dado pelas contradições do pacto de governabilidade. Outras dificuldades vêm da pouca abertura do Itamaraty e demais Ministérios, da falta de interesse e capacidade de supervisão do Legislativo, das pressões e grupos de interesse dos setores público e privado, do rarefeito debate público sobre política externa. Os limites externos estão relacionados à insuficiência de uma política estratégica perante a conduta imperialista das grandes potências. Esse processo ocorre num cenário internacional marcado pelas divisões entre os países em desenvolvimento, pelas crises cíclicas da economia mundial e pela inércia que prevalece nas grandes organizações multilaterais.

A atuação internacional brasileira buscou, nesse período, consolidar sua identidade de potência emergente, mediadora entre o Norte e Sul global, com capacidade de incidência no sistema internacional. Expressão maior disso foram as disputas brasileiras em organizações multilaterais, como OMC, FAO, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Conselho de Segurança da ONU. Almejou protagonismo nos rumos dos debates sobre desenvolvimento e se lançou como empreendedor de normas internacionais. Teve participação central nas agendas multilaterais de comércio, finanças, meio-ambiente, direitos humanos e outros temas, ainda que com contradições e limites. A criação dos BRICS baseava-se em agenda que apostava na multipolaridade e na reforma do sistema internacional.

Por outro lado, o predomínio da visão instrumental sobre as relações Sul-Sul evidenciou-se na exportação dos conflitos e contradições do nosso modelo de desenvolvimento. Em Moçambique, os investimentos no ProSavana e no Corredor Nacala, em concertação com o Japão, guardam semelhanças não apenas com a experiência do cerrado brasileiro, mas também com a expansão da fronteira do agronegócio em Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), configurando um modelo de inserção no sistema agroalimentar internacional subordinada aos interesses da agricultura de exportação.

Some-se a isso a controversa intervenção militar no Haiti. Realizada no marco das Nações Unidas, a operação reproduziu a lógica de atuação das grandes potências, com consequências graves para os direitos do povo haitiano. Por outro lado, acabou servindo, na prática, como exercício de treinamento das forças armadas para o desempenho das funções de polícia e violações, especialmente no Rio de Janeiro.

A atuação na área dos direitos humanos foi oscilante e apresentou contradições. Em alguns momentos, em coordenação com a sociedade civil, pautaram-se internacionalmente agendas progressistas. O respeito das obrigações que emanam das convenções ratificadas e o cumprimento de decisões internacionais ficaram aquém do desejável, mas pontualmente levaram a reformas significativas, como a aprovação da lei Maria da Penha, fruto de demandas internas que culminaram em decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e a conformação - tardia e frágil - da Comissão Nacional da Verdade, cujas recomendações ainda não foram cumpridas.

No que toca à diplomacia, entre as demandas acumuladas se encontra a construção de um quadro de servidores que expresse a diversidade do Brasil. As mulheres constituem apenas 23% do corpo diplomático e não comandam nenhuma das 12 principais Embaixadas. Nunca houve mulher chanceler, nem secretária-geral – segundo cargo mais importante. Os negros, por sua vez, não atingem 3% do corpo diplomático. Mesmo com nichos de alta competência e reconhecimento internacional, de forma semelhante ao Judiciário, o Itamaraty é uma estrutura elitista, corporativista, isolada da população e que reflete de forma particularmente acentuada as questões de classe, gênero e raça que permeiam a sociedade brasileira.

A criação de um Conselho de Política Externa é uma reivindicação antiga da sociedade civil, de movimentos sociais e de setores progressistas da administração pública.

Propostas

Nossas propostas para as relações internacionais do Brasil estão baseadas em três eixos que expressam o projeto representado por esta candidatura: i) Soberania e autonomia; ii) Direitos humanos e solidariedade; iii) Democratização da política externa.

A política externa não romperá sozinha com os entraves ao desenvolvimento, devendo atuar em linha com outras esferas do governo e com os anseios da sociedade. No entanto, pressões e constrangimentos externos por parte de grandes potências e dos interesses econômicos a elas atrelados obstaculizam a busca de um desenvolvimento justo, com igualdade e democracia, devendo ser enfrentados com visão estratégica e de longo prazo. Assim, em primeiro lugar, defenderemos o princípio de **soberania e da autonomia** nas relações exteriores do país a partir da recuperação de uma ideia de Nação popular, diversa e democrática.

Uma primeira ameaça a isso são as políticas de entrega e desmonte patrocinadas pelo governo Temer, em especial nas áreas de energia e defesa. Isso se concretiza com a venda de refinarias da Petrobrás, da Eletrobrás e da Embraer, em especial. Outros riscos provêm dos novos nacionalismos conservadores, em particular da política externa norte-

americana de Donald Trump. Esta tem como centro a defesa agressiva dos interesses dos EUA no mundo, bem como a promoção do ódio e da intolerância racial, da xenofobia e da violência sexual e de gênero.

Em segundo lugar, propomos uma política externa estruturada pela firme defesa dos **direitos humanos** e do princípio da **solidariedade entre os povos**. As lutas contra todas as formas de exploração e opressão, centrais para essa candidatura, devem moldar a atuação externa do Brasil. Isso significa a assumir protagonismo na defesa internacional da justiça social e da democracia e nas discussões ambientais e climáticas. Significa também uma postura de abertura e cooperação com os mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos, superando uma visão estreita de soberania que ignora as relações densas e complexas entre eles, a sociedade civil e os movimentos sociais brasileiros. Implica também compromisso com os direitos de outros povos e setores oprimidos.

Por fim, defendemos a **democratização da política externa**, que, como toda política pública, deve ser transparente e participativa para refletir as visões e anseios da sociedade.

1. Soberania & autonomia:

- i. O Brasil irá se posicionar de forma clara contra os novos nacionalismos conservadores, em particular a política externa norte-americana de Trump. Articularemos, para isso, diversos países na defesa dos Direitos Humanos, contra o militarismo e as demais expressões destes processos antidemocráticos;
- ii. Articularemos, também, um amplo movimento de retirada de bases militares norte-americanas no continente, e de oposição à possibilidade de presença da Quarta Frota no Atlântico Sul;
- iii. Retomar a integração soberana latino-americana como bloco de contraposição ao imperialismo e espaço democrático. Para isso, fortaleceremos, reestruturaremos e atualizaremos os organismos multilaterais criados desde a redemocratização, como o Mercosul, a Unasul e a CELAC (América Latina e

Caribe). Tornaremos suas esferas decisórias mais participativas e transparentes;

- No Mercosul, promover medidas para o seu fortalecimento institucional e para uma maior integração entre as sociedades dos países membros, condições para que o bloco resista a mudanças de orientação política dos governos. Propor a realização, em 2020, a primeira eleição direta no Brasil para o Parlamento do Mercosul.

- iv. Lutar pela democratização e maior efetividade das instituições internacionais, como as diversas instâncias e agências da ONU;
- v. Manifestar franca oposição a acordos com a OCDE e evitar articulações assimétricas e apressadas de comércio internacional.;
- vi. Retomar a agenda Sul-Sul e a diversificação de parcerias com a Ásia e a África para além das relações comerciais. Retomar a priorização do IBAS e outros mecanismos multilaterais;
- vii. Retomar um papel ativo e propositivo nos BRICs, promovendo a instituição de políticas de gênero, participação e acesso à informação, além de salvaguardas sociais e ambientais no Banco dos BRICS, tal como já existe em outras instituições financeiras internacionais;
- viii. Criar um programa estratégico de análise dos investimentos estrangeiros, mapeando a entrada dos investimentos externos e definindo setores de prioridade nacional, inclusive os que não podem ser destinados a venda ou exploração ampla pelo capital estrangeiro, como geração de energia, petróleo, terras agricultáveis, água e outros;
- ix. Criar, no Itamaraty, carreiras especializadas em países/línguas de crescente relevância, especialmente na Ásia (China, Rússia, Índia, Japão, Coreia);

- x. Prestar solidariedade ao povo venezuelano, pondo fim ao Grupo de Lima, retomando a mediação dos conflitos nos espaços multilaterais regionais – Unasul ou Mercosul – e reforçando a vigilância quanto às ameaças antidemocráticas e o cerco imperialista.

Há cerca de 4 milhões de brasileiros e brasileiras vivendo no exterior. Essa comunidade está organizada, tanto para defender os interesses de nosso país, a democracia aqui. Também produz e contribui para nossa economia e imagem no mundo. A comunidade brasileira vivendo no exterior, acreditando em nosso projeto nos procurou apresentando demandas significativas que esta Aliança defende para o governo:

- xi. Ampliação acordos internacionais sobre a previdência. Para que anos trabalhados fora do Brasil valham para aposentadoria; convênios nesses moldes já existem com Portugal e Itália. Isso garante a manutenção da relação destes brasileiros e brasileiras com o país.
- xii. Construir processos de diálogo, a partir da dinâmica de democracia direta e do ConPEB, para aumentar a participação política dessa população nos rumos do Brasil. Desde participação em plebiscitos e referendos, ou seja, aumentar a participação na vida institucional brasileira. Os compatriotas vivem fora, mas não deixam de ser brasileiros e brasileiras, tem direito a participar da vida social do Brasil!

2. Direitos humanos e solidariedade

- i. Assumir um papel de liderança internacional nas discussões multilaterais sobre direitos humanos e justiça social, meio-ambiente e clima, habitação, regimes de comércio e investimentos e outros temas;
- ii. Apoio a luta do povo palestino por liberdade, igualdade e justiça, apoiando seu direito inalienável à autodeterminação expresso no apoio a um estado palestino laico e não racista;

reiterar nossa oposição a todas as formas de discriminação, incluindo o antissemitismo e a islamofobia, e a todas as formas de colonialismo e imperialismo;

- iii. Promoção de cláusulas sociais, trabalhistas e ambientais no comércio internacional, a partir dos patamares já consolidados da legislação brasileira antes do golpe, defendendo um modelo que encurte, internalize ou pelo menos regionalize as cadeias produtivas;
- iv. Revisão das normas de propriedade intelectual formuladas no TRIPS, já que o sistema de patentes, como atualmente concebido, impõe custos sociais incalculáveis, além de limitar a inovação tecnológica;
- v. Estabelecer princípios de atuação para empresas brasileiras no exterior, coibindo uma perspectiva puramente utilitária, predatória do meio ambiente e violadora de direitos;
- vi. Promover a proteção aos refugiados e a garantia dos direitos humanos de migrantes, incluindo a sua não criminalização e a integração social, por meio da regularização migratória e do amplo acesso a direitos. Estes são garantidos no Brasil pela nova Lei de Migração, Lei Nº 13.445 de 2017;
- vii. Abertura e cooperação com os mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos; cumprimento das suas decisões e sentenças;
- viii. Cumprir as recomendações recebidas pelo Brasil na Revisão Periódica Universal, realizada no Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2017;
- ix. Instaurar, em janeiro de 2019, o órgão de seguimento às recomendações da Comissão Nacional da Verdade, e dar início à política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar; apoiar a ADPF nº. 320, de autoria do PSOL, que defende a inconstitucionalidade da aplicação da Lei de Anistia para os crimes de lesa humanidade.

3. Democratização da política externa

- i. Reforçar políticas para a democratização e maior diversidade no Itamaraty;
- ii. Ampliar o diálogo com o Legislativo, demais órgãos da administração pública e esferas de governo – Ministérios, estados e prefeituras;
- iii. Criar o Conselho de Política Externa (ConPeb), com participação da sociedade civil e movimentos sociais.

PLANO DE GOVERNO

2019-2022

COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO (PT - PCDOB - PROS)

BRASÍLIA, 11 DE SETEMBRO DE 2018



PRESIDENTE
HADDAD
É LULA
VICE: **MANUELA**

13

SUMÁRIO

O BRASIL FELIZ DE NOVO	4
1. SOBERANIA NACIONAL E POPULAR NA REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BRASIL	10
1.1 SOBERANIA NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA ALTIMA E ATIVA	10
1.1.1 Integração regional como base para a inserção do Brasil no mundo	11
1.1.2 Integração global, relações com a África e os BRICS	11
1.1.3 Defesa e soberania nacional	12
1.2. RECUPERAR E FORTALECER A SOBERANIA POPULAR	12
1.2.1 Revogar o legado do arbítrio	12
1.2.2 Promover uma ampla reforma política com participação popular	13
1.2.3 Promover a reforma do Estado	13
1.2.4 Promover a reforma do Sistema de Justiça	14
1.2.5 Promover o equilíbrio e justiça previdenciária	15
1.3 PROMOVER A DEMOCRACIA, O PLURALISMO E A DIVERSIDADE NA MÍDIA	16
1.4 O BRASIL PRECISA DE UM NOVO PROCESSO CONSTITUINTE: A SOBERANIA POPULAR EM GRAU MÁXIMO PARA A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	17
2. INAUGURAR UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	19
2.1 PROMOVER POLÍTICAS PARA AS MULHERES VISANDO A IGUALDADE DE GÊNERO	19
2.2 PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL	20
2.3 PROMOVER OS DIREITOS DAS JUVENTUDES	21
2.4 PROMOVER A CIDADANIA LGBTI+	21
2.5 PRIORIZANDO A PRIMEIRA INFÂNCIA	21
2.6 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS	22
2.7 PROMOVER A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	22
2.8 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS	22
2.9 DEFENDER OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES	23
2.10 PAÍS DE TODOS E TODAS	23
3. NOVO PACTO FEDERATIVO PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	24
3.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DO PAÍS	24
3.2 SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	28
3.3 SUPERAÇÃO DA POBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
3.4 SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ	31
3.4.1 Plano Nacional de Redução de Homicídios	31
3.4.2 Nova política sobre drogas	32
3.4.3 Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária	33
3.4.4 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP	33
3.5 CULTURA PARA GARANTIR A DEMOCRACIA, A LIBERDADE E A DIVERSIDADE	33
3.6 AGENDA DE FUTURO PARA O ESPORTE BRASILEIRO	35
4. PROMOVER UM NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	37
4.1 PROGRAMA MEU EMPREGO DE NOVO	38
4.2. ESTRUTURANDO UM NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	38

4.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial – PDRT	38
4.2.2 Emprego, ocupação e renda para todos	39
4.2.3 Planejamento, coordenação e financiamento do investimento público	40
4.2.4 Nova política macroeconômica e reforma tributária	40
4.3 ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO PRODUTIVA	42
4.3.1 Reindustrialização para o desenvolvimento nacional	42
4.3.2 Fortalecendo o empreendedorismo	43
4.3.3 Ampliação e requalificação da infraestrutura	44
4.3.4 Investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação	44
4.4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO: MAIS BRASIL PARA O MUNDO E PARA OS BRASILEIROS	45
5. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI	47
5.1 ECONOMIA DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E ALTO VALOR AGREGADO	48
5.1.1 Acumulando competências e aprendizados para inovar	48
5.1.2 Políticas de financiamento e Reforma Fiscal verde	48
5.1.3 Infraestrutura sustentável para o desenvolvimento	48
5.1.4 Sustentabilidade e soberania energética	49
5.1.5 Diversificando a matriz de transporte	49
5.1.6 Novo modelo de mineração	50
5.2 PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA E AO SANEAMENTO	50
5.3 VIVER BEM NAS CIDADES	51
5.3.1 Novo marco regulatório de desenvolvimento urbano	52
5.3.2 Garantindo o direito à moradia	52
5.3.3 Diálogo federativo na construção de soluções para os problemas urbanos	53
5.3.4 Mobilidade e acessibilidade urbana: uma cidade ágil que valoriza a vida	53
5.3.5 Cidades resilientes, menos poluídas e mais iluminadas	54
5.3.6 Gestão de resíduos	54
5.4 VIVER BEM NO CAMPO	55
5.4.1 Produzir alimentos saudáveis	55
5.4.2 Políticas para o agronegócio	56
5.4.3 Democratização da terra e reforma agrária	56
5.4.4 Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica	56
5.4.5 Aquicultura e pesca	57
5.4.6 Direitos humanos e sociais no campo	57
5.4.7 Viver bem no semiárido	57
5.4.8 Proteção e defesa dos animais	58
5.5 DESMATAMENTO ZERO, PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE E O PAPEL DA AMAZÔNIA NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA	58
5.6 NOVA GOVERNANÇA PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA	59
5.6.1 Educação ambiental	59

O BRASIL FELIZ DE NOVO

*Não adianta tentar parar as minhas ideias.
Elas já estão pairando no ar, e não tem com prendê-las.*

Luiz Inácio LULA da Silva
(Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 7 de abril de 2018)

Lula é uma ideia e agora um Plano de Governo. Sua liderança traduz-se hoje em uma ampla frente política e social, capaz de tirar o Brasil da encruzilhada histórica em que nos encontramos. Ou o país constrói o seu caminho para a democracia, desenvolvimento e a justiça social, ou afundará no rumo imposto pelo ilegítimo governo Temer e PSDB e sua maioria parlamentar, com apoio de setores da mídia e do empresariado.

Desde o golpe de 2016, inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados em um período curto da história brasileira. A perseguição judicial a Lula, com amplo respaldo midiático, que se materializou no indeferimento de sua candidatura a Presidente da República pelo Tribunal Superior Eleitoral, é o maior exemplo disso. A arbitrariedade do impedimento da candidatura de Lula – que lidera todas as pesquisas de intenção de votos - interdita a alternativa reconhecida pelo povo brasileiro para o desfecho da crise política no Brasil.

Nesse cenário, a Coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT, PCdoB e PROS) apresenta a **candidatura FERNANDO HADDAD PRESIDENTE e MANUELA D’ÁVILA VICE-PRESIDENTA para defender o Plano de Governo pensado por Lula e pelas forças sociais e políticas que o apoiam**. Este documento, que foi construído a milhares de mãos, é portador do compromisso dessa candidatura com a melhoria da vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Este Plano de Governo de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila propõe uma verdadeira **refundação democrática do Brasil** para recuperar a soberania nacional e popular, atingidas duramente a partir do golpe de 2016. Defendemos também um **projeto nacional de desenvolvimento** que enfrente a crise social e econômica que massacra nosso povo e um **novo período histórico de afirmação de direitos** dos trabalhadores das cidades, dos campos e das florestas, das mulheres, das juventudes, de negros, negras, indígenas, LGBTIs, espalhados pelas várias regiões desse país tão rico em diversidade.

O povo brasileiro sabe da nossa capacidade de conduzir o Brasil como ocorreu com a liderança de Lula durante as crises de 2003 e 2008, por exemplo. Liderança essa que levou o país a um novo patamar no concerto das Nações, fazendo-se respeitar nacional e internacionalmente pelos resultados obtidos na luta pela paz e contra a fome, na geração de empregos, na criação de políticas inovadoras promotoras de igualdade. Pelo que fez e vai fazer, a coligação O POVO FELIZ DE NOVO, com a candidatura de Fernando Haddad, é a alternativa política da maioria do povo para o grave momento atual

O BRASIL PRECISA DE UM PLANO POPULAR DE EMERGÊNCIA PARA DETER A CRISE

O povo tem pressa de voltar a viver com a certeza do trabalho, do salário e da proteção da lei. Por isso, nos primeiros meses de governo implantaremos o **Programa Meu Emprego de Novo**, com medidas emergenciais e estruturais, como primeiro passo para devolver a dignidade a milhões de famílias que tanto tem sofrido com o drama do desemprego. O Brasil vai voltar a gerar empregos no curto prazo, valorizar novamente o salário mínimo e impulsionar a economia popular, com investimentos públicos, retomada de obras paralisadas, estímulo ao crédito acessível para combater a inadimplência das famílias e empresas, num círculo virtuoso que ative a produção, o consumo e a economia nacional.

Quem quiser produzir e trabalhar terá o amparo do Estado. O governo Haddad vai recuperar a capacidade de nossa indústria num amplo esforço de **reindustrialização, diversificar as matrizes produtivas e energéticas** de forma sustentável, ampliar o **empreendedorismo** e o crédito cooperado, para incluir jovens, trabalhadores de meia idade e mulheres – as grandes vítimas do atual ciclo de desemprego – em oportunidades de **trabalho decente**.

Não é possível governar o Brasil nessa crise sem revogar as medidas que atacam a soberania nacional e popular, impostas pelo governo ilegítimo de Temer e sua maioria parlamentar golpista liderada pelo PSDB.

Proporemos por todos os meios democráticos, inclusive por referendos e plebiscitos, a **revogação da Emenda Constitucional 95**, que limita por vinte anos os investimentos e as políticas públicas capazes de gerar desenvolvimento, e **da reforma trabalhista** que precariza o trabalho e retira direitos históricos da classe trabalhadora. Além disso, **interromperemos as privatizações** e a venda do patrimônio público, essencial ao nosso projeto de Nação soberana e indutora do desenvolvimento, e tomaremos iniciativas imediatas para **recuperar as riquezas do pré-sal, o sistema de partilha e a capacidade de investimento da Petrobras** e demais empresas do Estado.

Haddad compartilha o sonho de Lula, de um país justo dentro de suas fronteiras e soberano na sua relação com o mundo. Nenhum país será grande se não pensar grande e se fizer respeitar. Para reconquistar esse respeito, vamos **interromper o caminho de a volta do Brasil ao vergonhoso Mapa da Fome** do qual saímos nos governos Lula e Dilma e recuperar a política externa ativa e ativa.

O BRASIL PRECISA DE REFORMAS ESTRUTURAIS

Para retomar o desenvolvimento da Nação, distribuir renda, riqueza e poder concentrados em poucas mãos e promover justiça social, o Brasil precisa caminhar firmemente para reformas estruturais na sua estrutura econômica, política e social.

Lula já provou que a economia cresce quando mais brasileiros e brasileiras participam dela de forma justa. Por isso, o governo Haddad vai propor uma **Reforma Tributária** orientada pelos princípios da progressividade, simplicidade, eficiência e da promoção da transição ecológica. Quem vive do seu trabalho e recebe até 5 salários mínimos, por exemplo, ficará isento do pagamento do Imposto de Renda. Em compensação, o “andar de cima”, os super-ricos, pagarão mais.

O governo Haddad vai enfrentar o alto custo do crédito e a especulação financeira por meio **da Reforma Bancária**. Manter equilíbrio fiscal combinado com avanços sociais e econômicos necessários é uma característica dos nossos governos reafirmada nesse plano e agora colocado numa perspectiva de compromisso com as reformas estruturais necessárias. O Estado vai recuperar sua capacidade de investimento e cobrar do setor privado a mesma corresponsabilidade no desenvolvimento nacional. Será prioridade baixar os altíssimos spreads bancários, as altas taxas de juros pagas diretamente pelo consumidor e pelo produtor para sistema financeiro, e permitir que esses recursos sejam canalizados para reativar a economia, pelo consumo e pelos investimentos produtivos.

O BRASIL PRECISA RESPIRAR E CONSTRUIR DEMOCRACIA

As reformas necessárias para a transformação social do País também passarão por fortalecer a democracia, tanto representativa quanto participativa, como diz a nossa Constituição.

Lula sempre lutou e Haddad e continuará lutando pela **Reforma Política com Participação Popular**. Quanto mais forte for a participação do povo, a transparência nas relações dos partidos e instituições políticas e do Estado com a população, e o caráter público do financiamento do sistema político,

menores serão a captura da política pelos capitais privados, a corrupção e os privilégios das elites políticas e econômicas. Além disso, vamos ampliar as tecnologias de informação e comunicação para a promoção da participação.

Será preciso avançar na **Reforma do Estado**, desprivatizando e combatendo privilégios patrimonialistas ainda presentes em todos os Poderes e instituições públicas, e na **Reforma do Sistema de Justiça**, democratizando as estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público, impedindo abusos e aumentando o acesso à Justiça a todas as parcelas da população, em particular os mais pobres.

Mas não haverá efetiva democracia na sociedade sem **democracia, diversidade e pluralismo na mídia**. Isso será feito por meio de um novo marco regulatório da comunicação social eletrônica, a fim de concretizar os princípios da Constituição Federal, bem como pelo fortalecimento da comunicação pública e das rádios e TVs comunitárias. Além disso, vamos conectar o país inteiro por meio do programa **Brasil 100% Online**, que promoverá a universalização da internet banda larga de qualidade.

UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

As duas grandes maiorias da população brasileira, mulheres e negros, bem como os povos indígenas e quilombolas, são os grupos sociais marginalizados historicamente em nossa sociedade e, conseqüentemente, são os mais atacados em seus direitos na atual crise. O combate ao racismo e ao machismo têm, para nós, papel estratégico na construção da democracia de alta intensidade pela qual lutamos.

Políticas para as mulheres visando a igualdade de gêneros e políticas de igualdade racial estarão no centro do Sistema Nacional de Direitos Humanos que vamos implementar a partir de uma conferência nacional popular de direitos humanos, que integre e promova os direitos de todos os setores em luta – as juventudes, a população LGBTI+, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos do campo, das florestas e das águas. Um país de todos e todas!

Para assegurar as conquistas da Constituição de 1988, as reformas estruturais e das instituições preconizadas, será necessário um novo processo constituinte. O governo Haddad participará, logo após a posse, da elaboração de um amplo roteiro de debates sobre os grandes temas nacionais e o sobre o formato da Constituinte.

NOVO PACTO FEDERATIVO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Hoje, União, estados e municípios dividem responsabilidades na oferta de serviços públicos para a promoção dos direitos sociais. Os governos Lula e Dilma ampliaram a oportunidade de novas políticas sociais e de parceria com estados e municípios que estão hoje sendo destruídos pelas escolhas neoliberais do governo Temer e PSDB.

O governo Haddad vai recuperar a capacidade do Estado retomar os grandes projetos sociais de nosso legado. O Bolsa Família, as políticas de apoio à agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis, o Minha Casa Minha Vida, o Mais Médicos, a Farmácia Popular e outros programas essenciais para os direitos da população mais pobre são viáveis e serão retomados num novo pacto federativo – um acordo liderado pelo governo federal para dividir responsabilidades e recursos com estados e municípios para esse esforço de melhor a vida do povo brasileiro.

O governo Haddad devolverá à educação a prioridade estratégica em nosso Projeto de Nação, atuando como atuou, da creche à pós graduação. Vamos ampliar sua atuação no ensino médio, revogando a reforma autoritária promovida pelo governo Temer e apoiando os Estados e o DF na ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade do ensino de nossa juventude. Vamos também ampliar a participação da União no ensino médio, normatizando o uso público dos recursos do Sistema S na oferta de ensino médio de qualidade e assumindo, em parceria com os Estados e o DF, a melhoria do ensino em escolas de regiões de alta vulnerabilidade. Vamos também ampliar o acesso e qualidade às creches.

Criaremos um programa de permanência na escola para jovens em situação de pobreza, combater a evasão e elevar o rendimento escolar.

Haddad reafirma também seu compromisso com o SUS e sua implantação total para assegurar a universalização do direito à saúde, fortalecendo a regionalização e a humanização como objetivos permanentes a serem alcançados. Programas como Mais Médicos, Saúde da Família, SAMU e Farmácia Popular, por exemplo, terão novamente todo apoio da União. Mas vamos além: em parceria com estados e municípios, vamos criar a rede de Clínicas de Especialidades Médicas, em todas as regiões de saúde, que articularão a atenção básica com cuidados especializados para atender a demanda de consultas, exames e cirurgias de média complexidade.

Defender a vida será a principal meta da União na área da Segurança Pública. O governo Haddad vai priorizar o Plano Nacional de Redução de Homicídios e enfrentar a mortandade que atinge principalmente nossa juventude, especialmente entre pessoas negras das periferias metropolitanas. O Brasil precisa de uma nova política de drogas, e o governo federal vai assumir, através da Polícia Federal, sua responsabilidade no enfrentamento do tráfico e do crime organizado. Atuaremos no sentido de integrar as ações de saúde e educação na prevenção e promover políticas sociais e de desenvolvimento nas comunidades hoje criminalizadas. Faremos combate implacável ao tráfico de armas e drogas, a lavagem de dinheiro e as movimentações financeiras do crime organizado.

O governo Haddad vai trabalhar pelo acesso pleno da população aos bens e serviços culturais como uma garantia de cidadania, em toda a riqueza de nossa diversidade e produção cultural regional e nacional. Cultura, esporte, lazer e assistência social são direitos constitucionais que devem gerar sistemas nacionais, a exemplo do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), que será defendido e promovido pelo governo federal, ou do Sistema Único do Esporte a ser criado no governo Haddad.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

A transição ecológica representa a nossa visão sobre o Brasil e a nova sociedade do século XXI. A atuação do Brasil nos fóruns internacionais sobre Meio Ambiente nos governos Lula e Dilma influenciaram decisivamente nos compromissos da humanidade na busca de uma economia justa e de baixo carbono. O governo Haddad vai avançar agora para garantir práticas e inovações verdes como motores de crescimento inclusivo, desenvolvimento nacional e oportunidades de bem viver para o nosso povo.

Nosso programa propõe a adoção de tecnologias verdes modernas, flexíveis e inteligentes em nossa matriz produtiva. Vamos investir pesado em Ciência, Tecnologia e Inovação nas universidades, institutos e centros de pesquisa. Podemos usar os avanços dos últimos anos na oferta de energia em níveis estáveis para fazer uma inflexão gradual em nossa matriz energética, rumo ao novo modelo energético. Nossos recursos naturais serão preservados e protegidos da devastação que a ameaça com os ataques do governo golpista. O Brasil precisa entender a água como direito humano e o saneamento como política pública essencial para a oferta desse direito. O governo Haddad vai investir na gestão sustentável dos recursos hídricos, protegendo aquíferos e lençóis freáticos da contaminação e superexploração, recuperando nascentes, despoluindo rios e ampliando as obras de saneamento para afastar o fantasma do racionamento de água. Vamos retomar a revitalização de bacias hidrográficas como a do São Francisco, uma prioridade de integração nacional e ampliar o programa de construção de cisternas.

Viver bem é o desafio a ser enfrentado nas cidades e no campo. A transição ecológica tem como horizonte o direito à cidade, com políticas integradas de ocupação do território segundo critérios públicos de integração de políticas de moradia, mobilidade e infraestrutura urbana. Reafirmamos nosso compromisso com a agenda da reforma urbana, Haddad vai rever e melhorar o Minha Casa Minha Vida para integrar o programa, em especial em áreas metropolitanas, na construção de territórios incluídos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Viver bem no campo tem como pressuposto integrar três dimensões essenciais à transição ecológica: produzir alimento saudável como prioridade da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo e abastecimento com qualidade nutricional nas cidades; ampliar a oferta de serviços nas pequenas cidades do interior, evitando a evasão territorial em busca de direitos à educação, ao trabalho, à saúde e à cultura nos centros maiores; e democratizar a propriedade da terra com políticas de reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica e da agroindustrialização da sua produção e ampliação do crédito e da economia solidária como instrumentos de desenvolvimento.

Nas grandes, mas também nas médias e pequenas cidades, a transição ecológica trará inovações no apoio à economia circular, a uma nova política de consumo e tratamento de resíduos, à busca de novas tecnologias de iluminação e mobilidade urbana e regional que terão sempre o governo Haddad como parceiro indutor.

RUMO AO FUTURO DESSE SONHO INTENSO QUE É O BRASIL

Lula é **considerado** no Brasil e no exterior como o melhor entre os melhores governantes que o Brasil já teve. Recebeu o país em frangalhos e o entregou à sucessora, Dilma, um país que atendeu sua população com empregos, salários valorizados e políticas públicas de qualidade e reconhecidas interna e externamente.

Seu legado nos habilita e nos move a pensar o futuro, num momento em que a sociedade brasileira se vê novamente em frangalhos pela aventura autoritária do Golpe e por um desmanche neoliberal de nossa economia e soberania.

O governo Haddad pode liderar a Nação, despertar a energia desperdiçada de nossa classe trabalhadora desempregada e precarizada, reagrupar nossos recursos humanos e materiais para uma refundação democrática do país e um novo projeto nacional de desenvolvimento que nos anime na construção do direito ao futuro.

Esse programa, que honra o legado de Lula e condensa suas ideias, tantas vezes expressas em suas caravanas, debates, discursos e cartas do cárcere, é uma produção coletiva que ele como nenhuma outra liderança política verbaliza e potencializa. Como presidente, Haddad será leal a este legado e implementará este programa, que mobilizou as forças mais comprometidas com o espírito da mudança, com a Democracia e com o povo brasileiro.

Esse é o programa da vitória, do #LulaLivre, da luta das mulheres e das juventudes, da resistência democrática, dos movimentos negros, indígenas, LBGTI+, dos trabalhadores e do povo por seus direitos violados.

No governo Haddad (2019-2022), o Brasil chegará à comemoração do bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022, com a cabeça erguida, podendo celebrar a soberania nacional e popular.

Vamos à luta, nas ruas e nas urnas, por esse direito ao Futuro.

#LulaLivre #LulaInocente #HaddadPresidente

Brasília, 15 de agosto de 2018
Coligação O Povo Feliz de Novo
PT, PCdoB, PROS

1. SOBERANIA NACIONAL E POPULAR NA REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BRASIL

O tempo presente impõe o desafio de **refundar e aprofundar a democracia no Brasil** na contramão do avanço do conservadorismo no cenário internacional, do autoritarismo na América Latina, do neoliberalismo e da intolerância no Brasil.

O pacto constitucional de 1988 foi quebrado pelo golpe de Estado de 2016, de natureza parlamentar, judicial, empresarial e midiática. O impeachment sem crime de responsabilidade da Presidenta Dilma e a prisão política sem crime e sem provas do Presidente Lula romperam os laços que sustentavam o ciclo político da Nova República, cujo pilar era a soberania do voto popular, segundo o qual quem ganha as eleições governa e quem perde vai para a oposição.

A cada dia que passa, vai aparecendo o principal objetivo da coalizão golpista: inverter as políticas que valorizaram, nos governos Lula e Dilma, o Trabalho diante do Capital, a Nação diante do Império, as maiorias e minorias oprimidas e discriminadas diante de uma elite misógina e racista, autoritária e excludente.

Respaldados pela maioria parlamentar e embalados pela mídia golpista, vão dilapidando a soberania nacional, os ganhos sociais dos mais pobres e os direitos alcançados por mulheres, jovens, negros e negras, povos indígenas, quilombolas, LGBTI+, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes em décadas de luta.

Nossa candidatura propõe dar um basta a todo esse retrocesso histórico. É preciso estabelecer o Estado Democrático de Direito para **refundar democraticamente o Brasil, pôr fim ao Golpe e sua herança, recuperar a soberania nacional e popular, realizar as reformas democráticas e populares interrompidas** para assegurar a soberania nacional, a distribuição de renda, riqueza e poder e a promoção dos direitos.

Além disso, é preciso avançar na efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, por meio do combate às desigualdades, geração de emprego e realização da reforma agrária e da reforma urbana. O ponto de partida será o enfrentamento ao Estado de exceção seletivo levado a cabo pelo governo golpista de Temer e do PSDB, com a cumplicidade dos três poderes, e, nesse processo, avançar na superação das desigualdades de classe, de gênero e étnico-racial que dilaceram a Nação brasileira desde a sua fundação.

1.1 SOBERANIA NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA ALTIMA E ATIVA

A crise do capitalismo, que teve seu epicentro nos países desenvolvidos, tem causado profundo impacto negativo sobre o Brasil e sobre a América Latina. A resposta dos países centrais é, no plano interno, aprofundar os ataques contra os direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras, e, no plano externo, aprofundar as agressões imperialistas contra a soberania nacional dos países economicamente mais frágeis e desencadear as guerras de pilhagem contra alguns países, especialmente os detentores de importantes reservas de petróleo.

O governo golpista do Brasil adotou uma política externa passiva e submissa, caracterizada por desconstrução da integração regional; desinvestimento na vertente geoestratégica Sul-Sul; abandono da aposta em um mundo multipolar e da postura equilibrada e negociadora em conflitos regionais; destruição dos núcleos estratégicos da indústria de defesa; submissão da política de defesa aos interesses norteamericanos; e alienação do patrimônio público estratégico a empresas estrangeiras. Essa política externa, que

traz embutido o risco de celebração de acordos comerciais de “nova geração” com países desenvolvidos, cria obstáculos a que governos nacionais e progressistas pratiquem políticas autônomas de desenvolvimento.

Por outro lado, as mudanças no cenário internacional, especialmente nos EUA sob governo Trump, apontam no sentido de esvaziamento dos organismos multilaterais, menor peso para aspectos normativos e maior ênfase à velha política de poder de ações unilaterais. Isso apresenta grandes riscos, como exacerbação de conflitos e ações militares unilaterais, mas também cria aberturas para um mundo mais multipolar, menos submetido à influência hegemônica de um polo de poder.

Nesse cenário, o Brasil deve retomar e aprofundar a política externa de integração latino-americana e a cooperação sul-sul (especialmente com a África), de modo a apoiar, ao mesmo tempo, o multilateralismo, a busca de soluções pelo diálogo e o repúdio à intervenção e a soluções de força. O fortalecimento dos BRICS é outra diretriz essencial de uma política externa que reforce a presença dos países em desenvolvimento na agenda internacional e proponha o desenvolvimento de novos instrumentos de cooperação e reformas nos organismos multilaterais.

O mundo precisa de paz. A política externa do governo Lula foi marcada pela construção da paz. A assinatura da Declaração de Teerã, mediada por Brasil e Turquia, demonstrou a possibilidade de resolver a questão do programa nuclear iraniano por meio do diálogo. Da mesma forma, o reconhecimento do Estado da Palestina foi um ato corajoso que indicou o único caminho possível para a Paz no Oriente Médio. O Presidente Lula é referência mundial no combate à fome e à pobreza. O governo Haddad fortalecerá o diálogo mundial pela construção da paz e retomará a cooperação nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, entre outras, em especial com países latinos e com a África. O Brasil também voltará a ter presença ativa no Sistema Internacional de Direitos Humanos.

1.1.1 Integração regional como base para a inserção do Brasil no mundo

A política externa ativa e altiva abriu novos mercados e parcerias estratégicas com países em desenvolvimento, e promoveu a expansão dos interesses nacionais em áreas geográficas antes praticamente abandonadas pela diplomacia do período neoliberal, como Oriente Médio, África e o sul da Ásia.

A América Latina e Caribe, especialmente, a América do Sul, se tornaram aptos para resolver os próprios conflitos e, portanto, menos propensos a sofrer intervenções indevidas de potências externas. Para tanto, foi de relevo especial a criação do Conselho de Defesa, no âmbito da Unasul.

É necessário recuperar os avanços na integração. Isso exigirá forte vontade política. Nosso novo governo promoverá a integração das cadeias produtivas regionais, o desenvolvimento da infraestrutura e o fortalecimento de instrumentos de financiamento do desenvolvimento, como Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCES e o Banco do Sul. Nesse contexto, serão priorizados esforços para fortalecer o Mercosul e a União das Nações da Sul-americanas– Unasul e consolidar a construção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC, potencializada com a histórica vitória de Lopez Obrador nas eleições mexicanas.

1.1.2 Integração global, relações com a África e os BRICS

Para além da integração sul e latino-americana, a retomada de uma atitude proativa no plano internacional. Serão fortalecidas as iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e os BRICS, que levaram à mudança de padrão nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e à transformação do G-8 no G-20. Isso é essencial para criar um mundo mais equilibrado e menos dependente de um único polo de poder, de modo a superar a hegemonia norte-americana. O governo Haddad estará empenhado também em promover a reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, assim como dos instrumentos de proteção aos Direitos Humanos no plano internacional e regional.

O Brasil precisa lutar para sediar o Arranjo Contingente de Reservas - ACR (fundo monetário dos BRICS), que está pronto para operar, assim como precisa contribuir para os avanços na formulação e participação no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que possui potencial para ser um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. É fundamental igualmente fortalecer as relações de amizade e parceria com a África, continente-mãe da Nação brasileira, e com os países árabes, com os quais mantemos interesses comuns e relações amistosas.

1.1.3 Defesa e soberania nacional

A plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional não pode prescindir de uma política de defesa sólida. Com os governos Lula e Dilma, inaugurou-se uma efetiva **Política Nacional de Defesa – PND**, que forneceu o quadro conceitual para programas de grande importância. Todo esse esforço está sendo sistematicamente destruído pelo governo golpista. Assiste-se, também, a um progressivo desvirtuamento do papel constitucional das Forças Armadas de resguardar nossa soberania. O maior exemplo disso é intervenção militar no Rio de Janeiro, em que o Exército foi levado a assumir indevidamente o papel das forças de segurança pública.

Recuperaremos a PND como pilar do novo modelo desenvolvimento nacional, implementando ações estratégicas de curto, médio e longo prazo de modernização da estrutura nacional de defesa. Além disso, priorizaremos a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil).

Será retomada a política de defesa de nosso território e mares, “a defesa da Pátria” preconizada para as Forças Armadas por nossa Constituição, por meio de projetos para o resguardo de nossa soberania, como a consolidação de uma Base Industrial e Tecnológica da Defesa (BITD), o submarino de propulsão nuclear, a política aeroespacial a partir da Base de Alcântara, o satélite geoestacionário, o Sistema de Foguetes - Astros 2020 e Blindados Guarani.

O governo Haddad **retomará os investimentos e valorizará as Forças Armadas, recompondo os efetivos e melhorando as condições de trabalho**. O ministério da Defesa voltará a ser ocupado por um civil. A Constituição será aplicada de maneira imediata e firme contra quem ameaça a democracia com atos e/ou declarações. Ademais, o governo federal fortalecerá o Itamaraty, que vem sendo desprestigiado e sucateado.

Além disso, serão tomadas todas as medidas jurídicas para preservar os interesses nacionais contra a ilegítima decisão do Governo Temer de entregar a Embraer para a Boeing, reforçando-a como instrumento nacional de grande importância tecnológica e estratégica.

1.2. RECUPERAR E FORTALECER A SOBERANIA POPULAR

1.2.1 Revogar o legado do arbítrio

Temer e seus aliados estão rasgando a Constituição de 1988. É preciso ficar claro que é impossível governar o Brasil no interesse da Nação e do Povo **sem revogar as medidas de caráter inconstitucional, antinacional ou antipopular editadas pelo atual governo ilegítimo**.

Lideram a fila a Emenda Constitucional nº 95, que impõe uma ortodoxia fiscal permanente e um teto declinante dos gastos públicos, a chamada Reforma Trabalhista que revogou direitos essenciais dos trabalhadores, as mudanças no marco regulatório do Pré-sal e a reforma do ensino médio, além das medidas de ataque à liberdade sindical e de criminalização das manifestações sociais. Aquilo que tiver emanado de ato exclusivo do Poder Executivo o governo Haddad fará a revogação de ofício. Aquelas medidas que foram

promovidas por decisões do Poder Legislativo, serão encaminhados ao Congresso as medidas competentes para sua revogação. Referendos revocatórios poderão ser necessários para dirimir democraticamente as divergências entre os Poderes Executivo e Legislativo sobre esse entulho autoritário legado pelo governo golpista.

1.2.2 Promover uma ampla reforma política com participação popular

A soberania popular pressupõe mais do que o livre exercício do voto e o respeito das instituições ao resultado das urnas. É preciso melhorar a qualidade da democracia no Brasil, combinar de forma eficaz a democracia representativa e novas formas de exercício da democracia participativa, e enfrentar o processo devastador de desqualificação da política e de deslegitimação das instituições, sob pena de agravamento da crise de representação política e do avanço de forças fascistas e autoritárias.

Esses são os objetivos da proposta de Haddad para uma **ampla reforma política com participação popular**. De um lado, a democracia representativa sairá fortalecida com o financiamento **público exclusivo** das campanhas. Historicamente, preconizamos a fidelidade partidária, o sistema eleitoral proporcional e a adoção do voto em lista preordenada. São medidas para fortalecer os partidos e reduzir os custos das campanhas e enfrentar a sub-representação da classe trabalhadora no Congresso. Defenderemos também a adoção da **paridade de gênero** e de cotas de **representatividade étnico-racial** na composição das listas, para enfrentar sub-representação de mulheres, indígenas, negros e negras. O amplo debate sobre outras medidas complementares, como a definição de regras transparentes e democráticas de composição das listas pelos partidos, de composição do voto em lista preordenada com votos nominais e de alteração no calendário eleitoral para introduzir o voto no Poder Legislativo em data diferente da eleição para o Poder Executivo, poderá produzir um sistema representativo de maior qualidade e efetividade. Do outro lado, regulamentar e ampliar os mecanismos de democracia participativa será essencial para o sucesso da democracia representativa.

Todos os mecanismos criados basicamente pelos governos Lula e Dilma de participação como Conselhos, Conferências, Consultas Públicas, audiências públicas, mesas de negociação ou de diálogo serão valorizados em busca de uma maior efetividade da participação social. Será qualificada a participação na elaboração e monitoramento do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA. Além disso, é fundamental aprofundar a efetividade dessa participação por meio de novos mecanismos deliberativos e de processos de participação que contribuam para a elevação de consciência cidadã. Para tanto, a **Política Nacional de Participação Social** do governo Haddad valorizará as experiências inovadoras de deliberação nos processos participativos. Vamos **expandir para o Presidente da República e para a iniciativa popular a prerrogativa de propor a convocação de plebiscitos e referendos**, que não poderão dispor sobre temas protegidos pelas cláusulas pétreas da Constituição de 1988. Ademais, será ampliada e potencializada a **participação cidadã por meio da internet**.

1.2.3 Promover a reforma do Estado

A reforma política, estrito senso, não esgota a necessária reforma do sistema político e do Estado Brasileiro. É preciso instituir medidas para **estimular a participação e o controle social em todos os poderes da União** (Executivo, Legislativo, Judiciário) e no Ministério Público, condição fundamental para o reequilíbrio de poder e valorização da esfera pública no país, e para efetivamente **direcionar a ação pública às necessidades da população**.

Sob o paradigma de um governo aberto, promoveremos a **recuperação e ativação das capacidades estatais de planejamento governamental de longo prazo e de coordenação estratégica dos investimentos**.

O Estado deve ter o tamanho necessário para promover a justa regulação da economia e da sociedade

e para a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade para o povo, de modo a alterar estruturas burocráticas que, embora aparentemente neutras, atuam no sentido de preservar e reforçar as profundas desigualdades sociais.

Para que o governo federal seja capaz implementar as ações previstas neste Plano, será necessário um processo acelerado de inovação administrativa, que se desdobra em três eixos de atuação: reconstrução da capacidade institucional e de gestão; entrega de serviços à população e às empresas com maior rapidez e qualidade; e maior transparência e eficiência do gasto público.

A partir de marcos estratégicos de desenvolvimento bem definidos, também pretendemos **racionalizar a atividade estatal e incrementar a cultura de avaliação da própria Administração**. Para direcionar a ação estatal aos que mais precisam, estabeleceremos **como critérios centrais de análise de suas políticas o impacto distributivo e o socioambiental**, bem como recortes regionais, etários, de gênero e raciais.

O governo Haddad também vai investir na **profissionalização e valorização do serviço público**. Propõe-se uma política de recursos humanos para o setor público que leve em consideração, de modo articulado e orgânico, as etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentadoria. É crucial associar a gestão das atividades profissionais e funções no setor público à ampliação da capacidade de prestar serviços de forma cada vez mais simples, ágil e efetiva. É preciso qualificar os concursos e **conter a privatização e a precarização no serviço público**, expressas pela terceirização irrestrita e pela disseminação de modelos de gestão e agências capturados e controlados pelo mercado.

Os órgãos de fiscalização e controle, cujo papel de combater o mau uso do dinheiro público é fundamental, passaram a extrapolar suas funções, impondo aos órgãos do Executivo suas preferências de políticas públicas e formas de implementá-las. Sem abrir mão dos mecanismos de controle voltados à proteção do dinheiro público, é fundamental devolver ao voto popular a definição dos rumos do Estado brasileiro. A **reforma dos tribunais de contas** deve visar a estabilidade das decisões e incluir alteração nos critérios de nomeação, instituição de tempo de mandatos, criação de Conselho Nacional e outros mecanismos de participação e controle social. Tais mudanças devem ter como pano de fundo a gradativa construção de uma gestão pública que não seja regida exclusivamente por uma cultura de controles burocráticos que interdite a ação estatal.

O povo tem pressa na resolução dos seus problemas. A **crise de representatividade do sistema político é também uma crise da capacidade do Estado prover serviços públicos**. É necessário estabelecer maior associação entre valores republicanos, gestão pública e demandas da população por **serviços públicos de qualidade**, garantindo ao Estado instrumentos para induzir o crescimento econômico e reduzir desigualdades. A relação entre os interesses públicos e privados deve se pautar pela mais absoluta transparência.

Vamos aperfeiçoar as leis e procedimentos que garantam cada vez maior **transparência e prevenção à corrupção, bem como aprimorar os mecanismos de gestão e as boas práticas regulatórias dos órgãos públicos**. Enfrentar a corrupção exige combate permanente à impunidade de corruptores e corruptos e **enfrentar uma cultura histórica de apropriação do público pelos interesses privados**, como os governos Lula e Dilma vinham fazendo, com medidas de fortalecimento dos órgãos de controle e de maior transparência da gestão pública. No entanto, a pauta do combate à corrupção não pode servir à criminalização da política: ela não legitima a adoção de julgamentos de exceção, o atropelamento dos direitos e garantias fundamentais ou a imposição de uma agenda programática que visa privatizar os serviços e o patrimônio público.

1.2.4 Promover a reforma do Sistema de Justiça

O governo Haddad proporá à sociedade brasileira retomar o debate sobre a necessária **reforma do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça**. É preciso alargar o acesso dos pobres à Justiça e conferir

agilidade e estabilidade às decisões judiciais. O investimento no setor deve ter como premissa a melhoria na prestação dos serviços à população, o que passa pela profissionalização da administração da Justiça, pela simplificação de procedimentos, pela ampliação dos serviços a regiões pouco favorecidas e pela estruturação e qualificação das carreiras auxiliares.

Temos que **eliminar os privilégios** e favorecer o ingresso e a ascensão nas carreiras do Sistema de Justiça a **todos os segmentos da população**, em particular daqueles que são vítimas históricas de desigualdades e opressões. Além disso, será necessário ainda **conferir transparência e controle social na administração da Justiça**.

Em um país tão marcado por desigualdades históricas e estruturais de classe, de raça e de gênero, a elitização das carreiras do sistema de Justiça amplia fossos entre o mundo do Direito e a vida das pessoas comuns. O acúmulo de privilégios inadequados demanda, como **em todos os poderes da República**, a salvaguarda dos princípios da moralidade e legalidade em ações concretas, como a proibição total de patrocínios empresariais a eventos das associações, instituições e carreiras do Sistema de Justiça; o **fim do auxílio-moradia** para magistrados, membros do Ministério Público e demais agentes públicos que possuam casa própria e residam no domicílio ou que usem imóvel funcional, bem como a regulamentação definitiva e segura da aplicação do teto ao funcionalismo público; a **redução do período de férias de 60 para 30 dias** para todas as carreiras que conservam esse privilégio; e a democratização **da escolha dos órgãos diretivos do Poder Judiciário**.

É preciso **repensar o papel e a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e instituir ouvidorias externas**, ocupadas por pessoas que não integrem as carreiras, ampliando a participação da sociedade para além das corporações do Sistema de Justiça.

Em linha com a experiência internacional das democracias consolidadas, e como elemento-chave de uma República, faz-se necessário **instituir tempo de mandatos para os membros do STF e das Cortes Superiores de Justiça**, não coincidente com a troca de governos e legislaturas.

É preciso introduzir **mudanças na escolha dos integrantes do STF dos Tribunais superiores**, conferindo transparência ao processo e um papel maior à sociedade civil organizada. Os nomeados devem ter compromisso com a democracia, com o Estado Democrático de Direito e com a separação de poderes, sobre- tudo com as garantias judiciais previstas na Constituição Federal.

Durante os governos Lula e Dilma, foram aprovadas leis extremamente relevantes com o objetivo de prevenir e punir crimes como o de corrupção, o crime organizado e o atentado contra o Estado. Se, de um lado, o país avançou na repressão a ilícitos cometidos pelos mais ricos e poderosos, o texto de algumas leis, por outro lado, tem permitido, ao longo de sua aplicação, um desvirtuamento que atenta contra a democracia, os direitos e garantias individuais estabelecidos como cláusula pétrea pela Constituição de 1988. A prisão de manifestantes não pode ser enquadrada na Lei Antiterrorismo. De igual modo, os acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção, não devem ser usados para proteger empresários corruptos em prejuízo da empresa e dos trabalhadores. As delações premiadas, previstas na Lei das Organizações Criminosas, também não podem se prestar a proteger bandidos confessos e a condenar pessoas inocentes. Isso porque delações premiadas só podem ser consideradas válidas após a apresentação de provas mínimas que sustentem as acusações.

Por essa razão, em diálogo com a sociedade, o governo constituirá comissões de alto nível para promover a **avaliação de impacto e propor alterações para o aperfeiçoamentos de leis** apontadas pela comunidade jurídica como violadoras de direitos e garantias constitucionais, que interditam a política em função de uma aplicação prática que desvirtua a finalidades.

1.2.5 Promover o equilíbrio e justiça previdenciária

Nosso compromisso primordial para assegurar a sustentabilidade econômica do sistema previdenciário é manter sua integração, como definida na Constituição Federal, com a Seguridade Social. Rejeitamos os postulados das reformas neoliberais da Previdência Social, em que a garantia dos direitos das futuras gerações é apresentada como um interesse oposto aos direitos da classe trabalhadora e do povo mais pobre no momento presente.

Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação. Esse caminho será novamente buscado, ao mesmo tempo em que serão adotadas medidas para combater, na ponta dos gastos, privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira. Ademais, o governo buscará a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral.

1.3 PROMOVER A DEMOCRACIA, O PLURALISMO E A DIVERSIDADE NA MÍDIA

O direito à comunicação tem sido constantemente violado no Brasil. **A diferença na condição de exercício da liberdade de expressão é uma das desigualdades centrais e uma ameaça efetiva à democracia na sociedade brasileira.** Todas as democracias consolidadas do mundo estabelecem mecanismos de regulação democrática como forma de apoiar o amplo exercício do direito humano à comunicação. As comunicações devem ser livres da ação de controle das autoridades e governantes, impedindo toda e qualquer tipo de censura, mas também da dominação de alguns poucos grupos econômicos. A liberdade de imprensa é fundamental; o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação também são essenciais em uma sociedade verdadeiramente democrática. Ademais, é preciso superar o anacronismo da legislação de 1962 que dispõe sobre rádio e TV.

Para enfrentar esse quadro, o governo Haddad irá apresentar, nos seis primeiros meses de governo, uma proposta de **novo marco regulatório da comunicação social eletrônica**, a fim de concretizar os princípios da Constituição Federal para democratizar largamente a comunicação social e **impedir que beneficiários das concessões públicas e controladores das novas mídias restrinjam o pluralismo e a diversidade.**

Em linha com o artigo 220 da CF, deve-se impedir monopólios e oligopólios diretos e indiretos, bem como impor limites à concentração dentro do mesmo mercado **por meio de restrições** à propriedade cruzada (controle de diferentes mídias) e à integração vertical (controle de diferentes atividades da mesma cadeia de valor), bem como vedação de toda e qualquer censura pública ou privada de natureza política, ideológica e artística; é preciso proibir também que os agentes políticos e seus familiares sejam detentores de concessões, e, ainda, fomentar a produção de conteúdos locais e regionais.

O monitoramento e aplicação dos princípios constitucionais deve se dar por meio de um órgão regulador com composição plural e supervisão da sociedade para evitar sua captura por qualquer tipo de interesse particular. O novo marco regulatório deverá levar em conta o cenário de convergência efetiva das comunicações, que transforma o controle econômico do setor em uma batalha global, na qual tempo de audiência e verba de publicidade são disputados por velhos e novos atores. Nesse contexto, regulação e políticas para o setor devem garantir a soberania econômica, cultural e política nas comunicações.

Outro problema central da efetividade do direito humano à comunicação é que o acesso à Internet em alta velocidade está hoje condicionado à renda dos cidadãos, o que amplia o fosso, entre pobres e ricos, de acesso a direitos e serviços. O governo Haddad criará o **programa Brasil 100% Online**, que prevê fortes investimentos para garantir a **universalização da banda larga barata e acessível para todos e todas.** O programa terá como meta garantir que todos os domicílios brasileiros tenham condição de acessar a Internet de alta velocidade, a um preço acessível, bem como baratear e melhorar a qualidade do acesso à Internet pelo

celular. Para isso, o **Brasil 100% Online** vai:

- i] conectar mais de 2 mil municípios à rede fibra ótica;
- ii] garantir que o Satélite Geoestacionário brasileiro seja usado para conexão de rádio IP em municípios de pequeno porte, áreas rurais e distritos isolados. Nosso governo não privatizará o Satélite Geoestacionário, como quer Temer e PSDB. A capacidade do satélite será utilizada para as políticas de Defesa Nacional e para a Telebrás universalizar a internet banda larga. A inclusão digital deve se sobrepor ao lucro privado de grandes empresas;
- iii] fazer com que todos os distritos brasileiros [mesmo aqueles afastados da sede dos municípios] recebam sinal de celular;
- iv] exigir das empresas que forneçam conexão de alta velocidade a 3.600 municípios que hoje só contam com 3G

O governo Haddad dará especial atenção à implementação da recém-aprovada **Lei de Proteção de Dados Pessoais**, inclusive à efetiva implantação da autoridade nela prevista e à consolidação prática do **Marco Civil da Internet** enquanto fundamento legal da **jurisdição brasileira** sobre as atividades na internet em território nacional, sendo assegurada a neutralidade da rede. Serão ainda fomentadas pesquisas e realizados investimentos em inovação que ampliem a presença de empreendedores brasileiros na Internet.

É essencial ainda restaurar o projeto da **Empresa Brasil de Comunicação**, de forma a retomar seu caráter público, garantir seu financiamento adequado e perene com recursos públicos, e ampliar seu impacto e seu alcance de audiência, para que tenha capacidade de contribuir efetivamente com a promoção do pluralismo e da diversidade.

A distribuição das concessões deve ampliar a participação de universidades, sindicatos e organizações da sociedade civil nas outorgas para o sistema público e privado de televisão e rádio. Faz-se necessário também **fortalecer as emissoras de rádio e TVs comunitárias**, que devem ser reconhecidas e contar com políticas públicas que promovam a sustentabilidade financeira, garantam condições igualitárias de potência e impeçam sua captura por grupos econômicos, políticos e religiosos. Em face disso, será preciso redefinir o papel da Anatel e da Polícia Federal para impedir perseguições.

O governo promoverá ainda a **desconcentração dos investimentos publicitários estatais**, de forma a promover a diversidade, inclusive regional, e impedir que os gastos públicos reforcem a concentração na comunicação.

1.4 O BRASIL PRECISA DE UM NOVO PROCESSO CONSTITUINTE: A SOBERANIA POPULAR EM GRAU MÁXIMO PARA A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O golpe aprofundou a crise de representação política e agravou o desequilíbrio no sistema de pesos e contrapesos das instituições republicanas. A refundação democrática liderada pela COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO implicará mudanças estruturais do Estado e da sociedade para restabelecer o equilíbrio entre os Poderes da República e assegurar a retomada do desenvolvimento, a garantia de direitos e as transformações necessárias ao país.

Para assegurar as conquistas democráticas inscritas na Constituição de 1988, as reformas estruturais indicadas neste Plano e a reforma das Instituições, é necessário um novo Processo Constituinte. Para tanto, construiremos as condições de sustentação social para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática, soberana e unicameral, eleita para este fim nos moldes da reforma política que preconizamos. Nosso governo participará logo após a posse da elaboração de um amplo roteiro de debates sobre os grandes temas nacionais e sobre o formato da Constituinte.

2. INAUGURAR UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

A refundação democrática do Brasil deve colocar no seu centro um novo e mais avançado compromisso com a promoção e defesa de direitos do povo brasileiro, entendendo democracia e direitos humanos como interdependentes.

A partir da Constituição de 1988, o Brasil construiu uma política de direitos humanos inserida e articulada com o Sistema Internacional (ONU) e Regional (OEA) de Direitos Humanos. Os governos Lula e Dilma dedicaram-se à superação da pobreza, à inclusão social e à efetividade dos direitos básicos da cidadania. Foram constituídas políticas de reconhecimento e cidadania às populações discriminadas e excluídas da economia e do poder político, tais como as mulheres, negras/os, indígenas, LGBTI+, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, jovens e idosos, especialmente os mais pobres das cidades, dos campos e das florestas.

Não por acaso, esses avanços foram interditados pelo golpe de 2016. Nunca tantos direitos foram cassados, violados e massacrados em um período tão curto da história brasileira. Valendo-se dos discursos do ódio, da intolerância, do preconceito e da execração pública querem condenar o povo brasileiro a sobreviver em uma ordem de barbárie desigual, violenta e injusta. O governo Haddad promoverá de maneira inequívoca a universalidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos humanos. Os programas e ações serão norteados por três princípios: a democratização do poder político e qualificação da democracia; a superação das desigualdades estruturais; e a garantia de voz para os que lutam por seus direitos e que têm sido historicamente silenciados.

O governo Haddad resgatará e atualizará o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que servirá de base à convocação de uma **conferência nacional popular de direitos humanos** e de conferências temáticas. Além de implementar as **recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, enfrentaremos o desafio de criar um **Sistema Nacional de Direitos Humanos**, articulado com os estados, DF, municípios e, sobretudo, com os movimentos sociais e sociedade civil organizada.

Recuperaremos também a governança adequada às formulações e implementação de políticas para os direitos humanos, esvaziada pelo governo ilegítimo. Para fortalecer e dar visibilidade à pauta, o governo Haddad **recriará, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial**, reconhecendo que a igualdade de gêneros e a igualdade racial são traços estruturantes de nosso projeto de democratização da sociedade brasileira.

Negros e mulheres, as duas grandes maiorias da população, bem como os povos indígenas e quilombolas, a “minoridade esquecida”, são os grupos sociais mais marginalizados por uma sociedade que se criou e se mantém racista e patriarcal. Assim, o combate ao racismo e ao machismo nas instituições e na sociedade brasileira terá papel estratégico para a construção de uma democracia que não se limite a formalidades. A busca da igualdade racial-étnica e de gênero balizará todas as políticas públicas, nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais.

2.1 PROMOVER POLÍTICAS PARA AS MULHERES VISANDO A IGUALDADE DE GÊNERO

As desigualdades vividas pelas mulheres se estruturam a partir de relações patriarcais e machistas que têm negado à mulher o seu desenvolvimento pleno. O governo Haddad retomará a **centralidade das políticas para as mulheres**, afirmando o protagonismo das mulheres no novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, por meio de políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres, a **igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho**, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres. A aprovação da PEC das Trabalhadoras Domésticas foi fundamental e precisa ser consolidada.

É preciso avançar na expansão dos direitos das mulheres e dos bebês, visando ampliar o valor e o tempo do seguro-desemprego para as gestantes e lactantes. Na ótica transversal, **o impacto de gênero servirá como eixo de avaliação necessário à formulação e à execução de toda e qualquer política pública**, com participação direta do Ministério das Mulheres.

Serão retomadas e consolidadas as políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma para o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Brasileira, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha.

Fundado no princípio constitucional da laicidade do Estado, promoveremos a saúde integral da mulher para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e fortalecerá uma perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTI+ na educação e demais políticas públicas.

2.2 PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

A **promoção da igualdade racial e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros**, secularmente negligenciados na sociedade brasileira, constituem outra prioridade estratégica e estruturante da refundação democrática do Brasil. Na prática, isso significa o enfrentamento ao racismo institucional e à violência genocida contra os povos originários e de matriz africana ainda perpetuados no Estado Democrático de Direito.

O conjunto de políticas de todas as áreas da administração direta, autárquica, fundacional e das empresas estatais estará articulado para viabilizar essa prioridade. Serão implementadas e impulsionadas **ações afirmativas nos serviços públicos** para corrigir as desigualdades raciais ainda fortemente presentes no mundo do trabalho.

Ademais, será implantado o quesito cor em todas as áreas de atendimento à saúde e no desenvolvimento de campanhas, e será ampliada a fiscalização para coibir a discriminação racial no SUS, detectada por pesquisa do Ministério da Saúde em 2014. Na ótica transversal, também **o impacto racial servirá como eixo de avaliação necessária à formulação e à execução de toda e qualquer política pública**, com participação direta do Ministério da Promoção da Igualdade Racial.

Embora as ações afirmativas tenham ampliado a presença dos negros e negras em órgãos do Estado e nas universidades, **as desigualdades raciais não tiveram diminuição relevante no mercado de trabalho**. Por isso, o governo federal adotará medidas para a indução da valorização dos negros e negras, visando a equiparação salarial e maior presença nos postos de chefia e direção. Para além disso, serão desenvolvidas campanhas e ampliada a fiscalização contra discriminação racial nas relações trabalhistas.

O governo vai trabalhar para aumentar significativamente a presença das mulheres e de negras/os nas instâncias de decisão do Poder Executivo, sobretudo na composição dos ministérios, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e Ministério Público. Proporemos um pacto nacional para elaboração e implementação do **Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica**. O equivocado paradigma de “guerra às drogas” será superado com mudanças na políticas de segurança pública (ver item de Segurança Pública Cidadã) e com a abolição dos autos de resistência, além de programas e ações que compreendam o

tema como uma questão de saúde pública, com forte atuação na educação, visando a prevenção do uso de drogas ilícitas.

2.3 PROMOVER OS DIREITOS DAS JUVENTUDES

As políticas para a promoção dos direitos das juventudes serão orientadas pela busca permanente da autonomia e emancipação dos jovens, pela valorização e promoção da participação social, pelo reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, e pelo **respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes**.

O desemprego é um dos grandes problemas que afetam os jovens. O governo Haddad promoverá o **Programa Meu Emprego de Novo**, com foco na juventude, e investirá na **inclusão qualificada no mercado de trabalho** por meio da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude.

Será retomada a **expansão de matrículas no ensino superior e nos ensinos técnico e profissional**. O governo Haddad ampliará a participação da União no ensino médio, de modo a transformar essas escolas em espaços de investigação e criação cultural e em polos de conhecimento, esporte e lazer, garantindo educação integral. Serão retomados, fortalecidos e ampliados os programas que valorizem e promovam os direitos das juventudes nos seus territórios, sejam eles rurais ou urbanos.

A **Política Nacional de Juventude (PNJ)** será orientada pelos direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude, com a construção do **Plano Nacional de Juventude** e do **Sistema Nacional de Juventude**. **Política** se faz com a juventude. Por isso, serão reconstruídos os instrumentos de promoção da **participação da juventude na elaboração, monitoramento e execução das políticas públicas, em especial as de juventude**.

2.4 PROMOVER A CIDADANIA LGBTI+

Promoveremos o **direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+**, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza. Serão realizados todos os esforços para que o Brasil supere a violência contra a população LGBTI+ e para que possa contar com uma lei que responsabilize os crimes de ódio, entre os quais os praticados contra as pessoas LGBTI+ – **criminalização da LGBTIfobia**.

Ademais, fortalecerá o Sistema Nacional LGBTI+ e instituirá a **Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+**, articulando órgãos federais, estaduais e municipais para que implementem políticas de promoção da orientação sexual e identidade de gênero. O governo vai investir na **saúde integral LGBTI+** e implementará programas e ações de **educação para a diversidade**, enfrentamento ao “bullying” e reversão da evasão escolar.

Além disso, implementaremos políticas para enfrentar a mortalidade das pessoas travestis e transexuais e criará nacionalmente o **Programa Transcidadania**, que garantirá bolsa de estudos a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade para concluírem o ensino fundamental e médio, articulado com formação profissional.

2.5 PRIORIZANDO A PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância – período que compreende o nascimento e os primeiros seis anos de vida da criança – é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Por isso, o cuidado com a primeira infância será uma diretriz estratégica do governo, de caráter transversal, com ações de proteção integral em

todos as áreas. O governo ilegítimo é o responsável direto pelo aumento da mortalidade infantil, além de ter paralisado o apoio aos municípios para a construção de creches. O governo Haddad retomará as políticas de saúde para as gestantes e de combate à mortalidade infantil, bem como apoiará fortemente os municípios para a ampliação das vagas em creche, que, além de representar um direito dos bebês e crianças, contribui para a autonomia das mulheres.

Além disso, promoveremos a **efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)**, combateremos o trabalho infantil, retomaremos e ampliaremos as políticas de proteção às crianças no contexto de suas famílias e comunidades, prevenindo o abandono e a violência. Serão aperfeiçoadas as redes de atendimento e proteção, qualificando e equipando os Conselhos Tutelares e integrando toda a rede de garantia de direitos desde o nascimento.

2.6 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS

Enfrentar com serenidade questões relacionadas ao envelhecimento da população exige atenção especial e planejamento do governo federal com relação aos serviços públicos visando o bem-estar e as demandas de saúde, previdência, cuidados e atenção à pessoa idosa. Serão desenvolvidas políticas específicas voltadas à **proteção socioeconômica e ao envelhecimento ativo da população**, especialmente em áreas de baixa renda. Entendendo que todos os serviços públicos devem ser preparados para o respeito à pessoa humana em todas as fases de sua vida, vamos implementar o Plano Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.

2.7 PROMOVER A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão foram grandes conquistas das pessoas com deficiência durante os governos Lula e Dilma. O governo Haddad terá compromisso com a realização de **políticas públicas para o pleno desenvolvimento e a autonomia das pessoas com deficiência**.

Para isso, o governo Haddad retomará o **Plano Viver Sem Limites** que prevê o atendimento das pessoas com deficiência desde o nascimento, a inclusão educacional, a formação de educadores, a oferta do atendimento educacional especializado e a articulação intersetorial das políticas públicas para as pessoas com deficiência. Serão fortalecidos os investimentos em pesquisa, produção e acesso de pessoas com deficiência a tecnologias assistivas. Ademais, serão garantidas as ações integradas para o acesso às políticas de assistência social, de atenção à saúde, de habitação, de formação profissional e acesso ao emprego e promovidas ações de acessibilidade arquitetônica, urbanística, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas.

O governo Haddad **adotará todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência** e ampliará a fiscalização para cumprimento pelas empresas das cotas para esse grupo social, com a participação efetiva das pessoas com deficiência e observando a diversidade que as compõem.

2.8 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS

O governo Haddad promoverá a dignidade humana, o viver bem e a produção nos territórios camponeses, e o **direito à terra, ao território e à cultura dos povos do campo, das florestas e das águas**. Promoveremos a reforma agrária, a titulação das terras quilombolas e a demarcação das áreas indígenas, bem

como os direitos dos ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, aldeados, entre outros. Além disso, enfrentaremos a violência no campo, articulando os órgãos de estado, os governos estaduais e municipais, e a sociedade civil para combater a impunidade de mandantes e executores, e para proteger a vida dos defensores de direitos humanos. Ademais, enfrentaremos **a criminalização dos movimentos sociais**.

2.9 DEFENDER OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES

Defender os direitos do consumidor é defender a própria cidadania. Nos governos Lula e Dilma, o desenvolvimento econômico com distribuição de renda integrou muita gente à categoria de consumidor. Esse processo veio acompanhado de uma forte política de defesa do consumidor. Avançou-se no fortalecimento e na integração de todos os PROCON por meio do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC); e na regulamentação dos Serviços de Atendimento ao Consumidor.

Foram criados o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC) e a plataforma digital de solução de conflitos de consumo, utilizada por mais de 1 milhão de consumidores para solucionar problemas de consumo com as empresas cadastradas. Além do acesso, o consumidor tem direito de consumir produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança e durabilidade, além da garantia e de bom atendimento. Por isso, o governo Haddad ampliará ainda mais o acesso dos consumidores aos mecanismos de solução de conflitos, voltará a **fortalecer o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor**, aperfeiçoará e desenvolverá serviços que impactam o dia-a-dia dos consumidores brasileiros, especialmente aqueles ligados a saúde suplementar, telecomunicações e transportes.

2.10 PAÍS DE TODOS E TODAS

O compromisso de Haddad com os direitos humanos não deixará ninguém para trás. O governo implementará políticas voltadas para todos os segmentos sociais. O governo Haddad promoverá o direito dos migrantes por meio de uma **Política Nacional de Migrações** e reconhecerá, de forma ampla, os **direitos de refugiados**. Além disso, serão implementadas **políticas intersetoriais para a população em situação de rua**.

3. NOVO PACTO FEDERATIVO PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Um dos obstáculos ao avanço dos direitos sociais é a crise fiscal dos Estados e Municípios, em parte decorrente dos atos preparatórios do golpe de 2016, iniciados logo após as eleições de 2014. A recessão econômica, transformada em depressão pela crise política patrocinada pelos golpistas, acarretou uma perda de receita expressiva dos entes federados, interrompendo um ciclo virtuoso que dava consequência tanto aos mandamentos constitucionais quanto aos direitos sociais.

O acesso à educação, saúde, cultura, entre outros, foi ampliado em praticamente todo o período dos governos Lula e Dilma. Contrariamente, desde o impeachment sem crime de responsabilidade, os direitos sociais vêm sendo suprimidos, com graves consequências para a qualidade de vida da população mais pobre. A ortodoxia fiscal permanente com o teto de gastos declinante, estabelecido pela EC nº. 95, é apenas um dos elementos a ser considerado. A realocação dos exíguos recursos públicos em desfavor dos mais pobres, o descaso com a situação dos entes federados e a falta de iniciativas que melhorem o desempenho da máquina pública precisam também ser abordados para explicar o quadro de absoluto desmonte do Estado social brasileiro.

A federação brasileira é muito desigual. Há disparidades no desenvolvimento das regiões e dos municípios, além das diferenças em relação à densidade demográfica, indicadores sociais e arrecadação tributária. Sem a retomada de políticas públicas orientadas para a redução das assimetrias regionais e sem uma repactuação federativa em que a União amplie sua participação, dificilmente haverá melhorias no curto prazo em diversas áreas de atuação. Nesse contexto, o Brasil precisa fazer o debate sobre a Lei Kandir.

O governo Haddad investirá no fortalecimento da **cooperação e colaboração federativa**, como os consórcios públicos, entre outras ferramentas, e no desenvolvimento institucional de Estados e Municípios. Implantará também um arrojado programa de assistência técnica para qualificação e o **aumento de capacidades técnicas e de gestão desses entes**. Ademais, implementará um **novo modelo de gestão e de delegação de recursos financeiros** para Estados e Municípios, que considere suas limitações institucionais, simplificando os procedimentos de repasses e de prestação de contas. O diálogo federativo e o aperfeiçoamento institucional dos entes têm um objetivo muito claro: assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade para o povo.

3.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DO PAÍS

A Educação é um direito humano fundamental e um dos principais meios de acesso à cultura, além de um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social. Por isso, os governos **Lula e Dilma priorizaram os investimentos em educação, da creche à pós-graduação**, por meio da adoção de uma série de políticas públicas integradas, complementares e articuladas.

Lula e Dilma mais que duplicaram o orçamento real do MEC, criaram o FUNDEB e o Piso Salarial Nacional do Magistério e expandiram a escolarização obrigatória (dos 4 aos 17 anos). As matrículas em creches quase triplicaram (de 1,23 milhão de matrículas, em 2003, para mais de 3,04 milhões em 2015) e o acesso à pré-escola foi praticamente universalizado. A qualidade da educação melhorou: as metas do IDEB foram atingidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e avançaram nos anos finais. Investiu-se fortemente na educação do campo, indígena e quilombola. A educação inclusiva para as pessoas com

deficiência também teve avanços significativos, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão. O programa Mais Educação ampliou o acesso à educação integral. O PRONATEC assegurou cursos técnicos e formação profissional para mais de 9,4 milhões de jovens.

Foram criadas 18 universidades, 173 campi e centenas de unidades dos Institutos Federais de Educação. As matrículas na educação superior saltaram de 3,4 milhões em 2002 para 8,1 milhão em 2015. A Lei de Cotas está democratizando a educação superior, enfrentando os grandes desafios das desigualdades sociais e da discriminação racial e assegurando políticas de acesso favorecido aos estudantes da escola pública, com recortes para as famílias de baixa renda, negros e indígenas; permitiu que a filha da trabalhadora realizasse o sonho de virar doutora, ao aumentar significativamente em presença de estudantes negros nas universidades brasileiras. O PROUNI, o FIES, o ENEM, o SISU incluíram milhões de jovens e ampliaram suas oportunidades.

O PNE (2014-2024) sintetizou os desafios, reunindo metas a serem perseguidas pelo Estado e pela sociedade na década seguinte. O golpe de 2016, no entanto, interrompeu um ciclo virtuoso de investimentos e abriu caminho para o desmonte da educação pública.

O governo Haddad **devolverá à educação prioridade estratégica**, orientando-se pelas seguintes diretrizes:

- a) Forte atuação na formação dos educadores e na gestão pedagógica da educação básica, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral;
- b) Concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação;
- c) Institucionalização do Sistema Nacional de Educação, instituindo instâncias de negociação interfederativa; criação de política de apoio à melhoria da qualidade da gestão em todos os níveis e aperfeiçoamento do SAEB;
- d) Criação de novo padrão de financiamento, visando progressivamente investir 10% do PIB em educação, conforme a meta 20 do PNE; implementação do Custo-Aluno-Qualidade (QAQ) e institucionalização do novo FUNDEB, de caráter permanente, com aumento da complementação da União; retomada dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal;
- e) Fortalecimento da gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis.

Na **educação infantil**, na perspectiva da educação integral, retomaremos intensamente a colaboração com municípios para **ampliação com qualidade das vagas em creches**, além de fortalecer as políticas voltadas para a pré-escola.

No **ensino fundamental**, serão realizados fortes ajustes na Base Nacional Comum Curricular, em diálogo com a sociedade, para retirar as imposições obscurantistas e alinhá-la às Diretrizes Nacionais Curriculares e ao PNE. O novo governo vai implementar uma **forte política nacional de alfabetização**, no âmbito do ensino fundamental, nos termos do PNE, em colaboração com Estados e Municípios, reconhecendo as diferentes necessidades dos educandos em cada lugar. Atenção especial será dada à valorização e à formação dos professores e professoras alfabetizadoras. Esse esforço envolverá também o fortalecimento do PIBID, voltado aos estudantes universitários de pedagogia e licenciatura, para oferecer experiência docente nas escolas públicas, com ênfase especial no reforço ao processo de alfabetização das crianças. **A meta é garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola e que aprendam.** Outra meta é assegurar que todas as crianças apresentem as habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, assim como os conhecimentos necessários no campo das ciências naturais e ciências humanas até os 8 anos ou até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

O governo Haddad também vai promover a **inclusão digital e tecnológica das crianças brasileiras**, introduzindo, desde o primeiro ano do ensino fundamental, com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais.

A transformação das escolas em ambientes de criação e desenvolvimento da curiosidade cria melhores condições de aprendizagem. Por isso, investirá na **ampliação da oferta de educação de tempo integral**, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Será dado novo tratamento à Educação de Jovens e Adultos – EJA, retomando a centralidade das ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas e retomando as políticas de assistência estudantil que possibilitam a conclusão dos estudos, a partir do ProJovem e do MOVA-Brasil como referências. O governo Haddad também **consolidará a política de educação especial na perspectiva inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino**.

Aproximadamente 25% dos professores que atuam na educação básica não possuem licenciatura específica para as disciplinas que lecionam. Essa realidade precisa ser superada. Para isso, vamos criar uma **política nacional de valorização e qualificação docente**, que dê início a uma profunda ressignificação da carreira e das estruturas de formação inicial e continuada dos professores, além de garantir o Piso Salarial Nacional e instituir diretrizes que permitam uma maior permanência dos profissionais nas unidades educacionais. Será reforçada e renovada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e retomado o projeto Universidade em Rede dos Professores, assegurando o acesso direto dos professores e professoras concursados nas vagas disponíveis e ociosas na rede de Universidades e Institutos Federais de Educação Superior.

Será implementada a **Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente** para subsidiar Estados, DF e Municípios na realização de concursos públicos para a contratação de professores para a educação básica. A prova será realizada anualmente, de forma descentralizada em todo o país, para o ingresso dos candidatos na carreira docente das redes públicas de educação básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados. Além disso, haverá forte investimento na formação de gestores escolares e na qualificação da gestão pedagógica. Será dada especial atenção à formação dos servidores escolares, por meio de novas ações e da retomada e ampliação do ProFuncionário.

O governo Haddad retomará os investimentos na **educação do campo, indígena e quilombola**, desenvolvendo políticas voltadas à formação de professores, construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar.

Instituiremos o Programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, com a implementação de políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas. Como contraponto ao Escola Sem Partido, nosso programa propõe a **Escola com Ciência e Cultura**, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural. As ações de educação para as relações étnico-raciais e as **políticas afirmativas e de valorização da diversidade** serão fortalecidas; serão massificadas políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTIfóbica.

O governo Haddad vai voltar a investir no **ensino superior e ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação**. **Universidades e Institutos Federais serão fortalecidos, interiorizados e expandidos com qualidade e financiamento permanente**. Serão recompostos os orçamentos das universidades e institutos federais, e o **Programa Nacional de Assistência Estudantil** será fortalecido.

Haddad tem comprovado compromisso com todas as etapas e modalidades de educação. **O governo federal, porém, dará atenção especial ao ensino médio**. De responsabilidade prioritária dos Estados e do Distrito Federal, o ensino médio vive uma grande crise: de cada 100 jovens que ingressam na escola, apenas 59 concluem o ensino médio; 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola; somente 5,6% das matrículas no ensino médio são em tempo integral; cerca de 11 milhões de jovens estão sem estudar e sem trabalhar; somente 22,6% das escolas de ensino médio têm infraestrutura considerada adequada.

Por tudo isso, o governo Haddad **priorizará o Ensino Médio**. O futuro presidente vai **revogar a reforma do ensino médio implantada pelo governo golpista**, que estabeleceu que uma parcela importante da grade curricular seja ofertada na modalidade de ensino à distância. O governo Haddad irá elaborar um novo marco legal em diálogo com a comunidade educacional, organizações estudantis e toda sociedade. O governo vai promover a **reformulação curricular** por meio da Base Nacional Comum Curricular do Ensino

Médio, construída em diálogo com a sociedade. A nova base garantirá aos estudantes educação integral, por meio de projetos pedagógicos que, a exemplo dos Institutos Federais, permitam o acesso ao estudo do português e da matemática, aos fundamentos das ciências, da filosofia, da sociologia e das artes, à educação física, à tecnologia, à pesquisa, em integração e articulação com a formação técnica e profissional.

No âmbito do Sistema Nacional de Educação, apoiaremos **os Estados e o DF** na ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade do ensino, com especial atenção ao ensino noturno. Será apoiada e induzida a expansão de novos modelos de ensino médio em tempo integral, ampliando a carga horária e tornando as ciências, a tecnologia, as humanidades e as artes uma experiência escolar mais atrativa.

Outra importante medida será a **aproximação do Sistema S da juventude** por meio de uma mudança em sua governança e concepção. O ensino técnico e profissionalizante será articulado com o ensino propedêutico, assegurando a possibilidade de acesso à educação universitária para todos os jovens que desejarem. O objetivo é direcionar 70% dos recursos destinados à gratuidade, oriundos das Contribuições Sociais arrecadadas pela União para manutenção do SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR, à ampliação da oferta de ensino médio de qualidade.

Além disso, haverá uma **forte participação da União na oferta do Ensino Médio, com a criação do Programa Ensino Médio Federal**, que prevê uma repactuação federativa a ser implementada, entre outras, pelas seguintes ações:

- a) Maior integração entre a Rede Federal de Educação e a educação básica;
- b) **Ampliação de vagas, fortalecimento dos campi e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, de modo a propiciar maior acesso e mais oportunidades às juventudes, sobretudo aos jovens que vivem em regiões mais vulneráveis e com maiores índices de violência.
- c) **Convênio com os Estados e o DF para que o governo federal se responsabilize por escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade**, e que terá as seguintes características:
 - O convênio será firmado, progressivamente, a partir da colaboração a ser estabelecida no âmbito das instâncias de articulação interfederativa, no âmbito do Sistema Nacional de Educação;
 - As escolas atendidas pelo convênio devem estar situadas nas áreas com mais alta vulnerabilidade social, elevados índices de violência (sobretudo contra a juventude negra) e baixo rendimento escolar (IDEB baixo);
 - As escolas serão acompanhadas e apoiadas pelo Instituto Federal de Educação mais próximo;
 - Plano de gestão e o projeto pedagógico escolar será construído a partir da integração, reconhecimento de saberes e cooperação mútua entre a gestão federal e os educadores das escolas;
 - O governo federal ficará responsável pela reforma e ampliação das escolas, implantação de internet de alta velocidade, laboratório, biblioteca e equipamentos desportivos e culturais;
 - O governo federal ofertará bolsa para que os educadores permaneçam nas escolas;
 - As escolas serão abertas para as respectivas comunidades e serão polos de cultura, esporte e lazer.

Ademais, no âmbito do Ensino Médio Federal, vamos criar um **programa de Bolsa permanência para os jovens** em situação de pobreza, de sorte a combater evasão e melhorar o rendimento escolar.

Com a reformulação completa do ensino médio, o governo Haddad pretende induzir o surgimento de escolas vivas, dinâmicas, que dialoguem com as reivindicações, sonhos e necessidades da juventude. Queremos que todo jovem brasileiro conclua o ensino médio na idade certa e tenha oportunidade de ingressar no ensino superior.

3.2 SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O Sistema Único de Saúde (SUS), inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende a toda população brasileira. **A coligação PT/PCdoB/PROS reafirma o compromisso de defender o SUS e continuar a luta pela implantação total do SUS**, como direito social de todo o povo brasileiro e dever do Estado, que passa pelas seguintes diretrizes: aumento imediato e progressivo do financiamento da saúde; valorização dos trabalhadores da saúde; investimento no complexo econômico-industrial da saúde; articulação federativa entre municípios, Estados e União; e diálogo permanente com a sociedade civil sobre o direito à saúde.

O fracasso econômico do golpe (mais de 13 milhões de desempregados) e suas medidas antipopulares de austeridade fiscal já se fazem sentir dramaticamente na saúde, por exemplo, com aumento da mortalidade infantil, diminuição da cobertura vacinal e volta de doenças evitáveis. As reformas impostas e as ações de desmonte do SUS estão destruindo ou ameaçando gravemente políticas universalizantes e inclusivas que foram construídas nos últimos anos, como o Mais Médicos, as UPAs, o SAMU, a Farmácia Popular, a Saúde da Família, o Programa Nacional de Imunizações, entre outros.

A partir de uma concepção fortemente privatizante da saúde, **o governo golpista e seus aliados não apenas ataca o SUS**, como procura criar regras que prejudicam fortemente os usuários de planos privados de saúde, por exemplo, com aumentos abusivos de preços e exclusões de cobertura. A proposta de criação de “planos populares de saúde” afronta a universalidade e impõe redução de direitos. Não capturadas pelo poder econômico, a ANS e ANVISA são essenciais para reduzir os gastos dos trabalhadores, das famílias e dos empregadores com remédios, planos, médicos e hospitais.

Haddad vai reverter medidas do governo golpista que atacam o direito à saúde.

O Brasil precisa enfrentar a queda proporcional das despesas federais de saúde em relação aos gastos públicos totais da área, assim como criar condições para ampliação do gasto federal em saúde em relação ao PIB. O país deve aumentar progressivamente o investimento público em saúde, de modo a atingir a meta de 6% em relação ao PIB. Novas regras fiscais, reforma tributária, retorno do Fundo Social do Pré-Sal, dentre outras medidas, contribuirão para a superação do subfinanciamento crônico da saúde pública.

O governo Haddad fortalecerá a **regionalização dos serviços de saúde**, que deve se pautar pela gestão da saúde interfederativa, racionalizando recursos financeiros e compartilhando a responsabilidade com o cuidado em saúde. Além disso, serão exploradas ao máximo a potencialidade econômica e tecnológica do complexo industrial da saúde de forma a atender as necessidades e especificidades do setor saúde, reduzindo custos e aumentando a eficiência tecnológica, fomentando a produção de ciência e tecnologia e incrementando o mercado interno, considerando os interesses e a soberania nacionais.

O governo Haddad **aprimorará a regulamentação das relações com o terceiro setor de saúde**, em particular com as organizações sociais, superando o paradigma da precarização e da terceirização da gestão. Ademais, regulará de forma mais transparente os planos privados de saúde, em favor de 22% da população que pagam por planos coletivos e individuais. Para nós, a participação social representa uma estratégia fundamental de implantação e consolidação do SUS. **Serão fortalecidos os conselhos e conferências de saúde**, de forma que seu papel de formulação de políticas seja o orientador das políticas para o setor.

O governo vai atuar fortemente na área da **promoção da saúde**, com políticas regulatórias e tributárias (referentes ao tabaco, sal, gorduras, açúcares, agrotóxicos etc.), por meio de programas que incentivem a atividade física e alimentação adequada, saudável e segura. Estabelecerá ainda forte ação de controle do *Aedes aegypti*, que vem fragilizando a saúde no país. Implantará também programas de valorização do parto normal, humanizado e seguro, de superação da violência obstétrica e da discriminação racial no SUS. Ademais, o governo Haddad reafirmará seu compromisso com a agenda da Reforma Psiquiátrica.

Além da saúde do trabalhador, o governo Haddad vai produzir políticas intersetoriais, por exemplo, para reduzir os acidentes de trânsito e todas as formas de violência, com a participação de diversas áreas do governo, para garantir atenção especial e integrada às populações vulneráveis. Serão implantadas ações voltadas para a saúde das mulheres, pessoas negras, LGBTI+, idosos, crianças, juventudes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população privada de liberdade, imigrantes, refugiados e povos do campo, das águas e das florestas.

Enfrentaremos o desafio de tornar o SUS realmente universal e integral, aperfeiçoando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) para consolidar esses pressupostos constitucionais. Para isso **a organização de uma atenção básica resolutiva e organizadora do cuidado à saúde é o eixo central da política assistencial** que se quer implementar.

A exitosa experiência do Programa Mais Médicos representa uma ousada iniciativa para garantir a atenção básica a dezenas de milhões de brasileiros. Esse programa deve nortear novas ações de ordenação da formação e especialização dos profissionais de saúde, considerado o interesse social e a organização e funcionamento do SUS, bem como a construção de carreiras abrangentes e flexíveis para atender as necessidades de toda população.

O governo Haddad retomará e ampliará programas de amplo reconhecimento popular e de especialistas, como o já citado Programa Mais Médicos e a Estratégia de Saúde da Família, o SAMU, o Farmácia Popular, Brasil Sorridente, a Rede de Atenção Psicossocial (com os CAPS III e Residências Terapêuticas) e a Rede de Atenção às Pessoas com Deficiência, entre outros, que estão sendo prejudicados e descontinuados pelo governo golpista.

Além disso, o governo federal, em parceria com Estados e municípios, vai criar a rede de **Clínicas de Especialidades Médicas** em todas as regiões de saúde. Integradas com a atenção básica, as Clínicas garantirão o acesso a cuidados especializados por equipes multiprofissionais para superar a demanda reprimida de consultas, exames e cirurgias de média complexidade. Serão organizadas de forma regional, com unidades de saúde fixas e unidades móveis e transporte aos pacientes em tratamento fora de domicílio.

As Clínicas de Especialidades Médicas contarão com médicos especialistas (tais como ortopedistas, cardiologistas, ginecologistas, oncologista, oftalmologista, endocrinologista) e profissionais das mais diversas áreas (fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, entre outras). Incluirão também hospitais-dia e poderão realizar diversos procedimentos, como cirurgias ambulatoriais especializadas, exames ultrassonográficos, procedimentos traumato-ortopédicos. Ademais, o governo federal organizará e intensificará os mutirões de exames e cirurgias.

A integração dos serviços básicos e especializados já existentes e a criação de novos onde for necessário, a qualificação do cuidado multiprofissional e a ampliação da resolatividade serão prioridades. Será investido ainda, na implantação de dispositivos de compartilhamento do cuidado, expansão do matriciamento, teleconsulta, apoio vivo nos territórios, entre outros, como agenda prioritária na construção de linhas de cuidado que ajudem a vencer a fragmentação e descontinuidade do cuidado em saúde.

Entendemos que uma atuação federal na média complexidade é tarefa importante e factível para o próximo período, visando garantir apoio técnico, financeiro e regulatório. Será implantado um eficiente sistema de regulação das filas para gerenciar o acesso a consultas, exames e procedimentos especializados, em cogestão com estados e municípios. Vamos garantir, ainda a estruturação de um sistema de transporte sanitário para a locomoção adequada e segura dos pacientes aos serviços especializados.

O governo Haddad investirá na implantação do **prontuário eletrônico** de forma universal e no aperfeiçoamento da governança da saúde. Estimulará ainda **a inovação na saúde**, ampliando a aplicação da internet e de aplicativos na promoção, prevenção, diagnóstico e educação em saúde. São essas ações articuladas e integradas que garantirão acesso a saúde e qualidade de vida.

3.3 SUPERAÇÃO DA POBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presidente Lula enfrentou o preconceito das elites contra os pobres e criou o Programa Bolsa Família. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o programa como referência na redução da pobreza e melhoria das condições sociais. Em 2015, mais de 13,7 milhões de famílias recebia o Bolsa Família, mas governo golpista de Temer e PSDB tem ameaçado o programa. Em 2017, mais de 326 mil domicílios deixaram de receber o benefício (PNAD/IBGE).

Lula foi o primeiro presidente que priorizou a segurança alimentar do povo. O conjunto de políticas integradas e prioridade política do Presidente assegurou a todos os brasileiros a realização das três refeições por dia. A política econômica do **golpe, porém, retirou os pobres do orçamento e poderá recolocar o Brasil no Mapa da Fome da FAO/ONU.**

A implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos governos Lula e Dilma contribuiu para a difusão de uma concepção de **Seguridade Social universal, democrática, pública, integrada, redistributiva e com serviços de qualidade**, reafirmando os princípios constitucionais e possibilitou a construção de uma ampla e territorializada rede de proteção social.

No final de 2015 já eram **mais de 30 milhões de famílias atendidas** nos Centros de Referência e nos Centros Especializados de Assistência Social e acolhidas e protegidas pelas redes estatal e pelas organizações de assistência social, que atende crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, mulheres em situação de violência, população LGBTI+, adolescentes em conflito com a lei, população em situação de rua, migrantes, famílias, população indígena, entre outros públicos com direitos violados. Os Benefícios de Prestação Continuada – BPC garantiam renda para mais de 4,4 milhões de beneficiários, sendo 2,4 pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

O golpe, especialmente pela instituição do Teto de Gastos, promoveu a ruptura do pacto federativo e descontinuidade da implantação e expansão da proteção social, principalmente nos territórios mais desiguais. As contrarreformas penalizam a classe trabalhadora e os cidadãos e cidadãs que acessam a proteção social não contributiva e demais direitos sociais.

O povo mais pobre voltará ser a grande prioridade no nosso próximo governo.

O governo criará o Programa Emergencial de Emprego (ver capítulo seguinte) e restabelecerá as bases que estruturaram o SUAS nos marcos de um novo pacto federativo, com revisão da partilha de recursos e responsabilidades dos entes federados. Essa mudança visa à expansão qualificada dos benefícios e serviços do SUAS em todos os territórios vulneráveis do Brasil, considerando as particularidades regionais e territoriais do país, fortalecendo a proteção social às pessoas idosas, crianças e adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, povos tradicionais e indígenas, população em situação de rua, migrantes, entre outros. O governo Haddad vai incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa família e promoverá a universalização da segurança de renda e ampliação de cobertura quanto a fatores de insegurança e desproteção social, especialmente inclusão produtiva.

O governo federal vai **ampliar o uso do Cadastro Único** como fonte de diagnóstico para a implementação de políticas sociais, conforme as demandas específicas de cada segmento, tendo como norte o combate às desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e territorial. Além realizar a efetiva integração dos sistemas públicos e qualificação dos serviços prestados, o governo federal avançará na implementação da Lei n. 10.835, de 2004, que institui a renda básica de cidadania.

Retomaremos e ampliaremos a **política nacional de segurança alimentar e nutricional**, combatendo a desnutrição infantil e promovendo a Soberania Alimentar (ver capítulo 5). O governo vai incorporar as famílias em condição de pobreza que foram excluídas de programas de transferência de renda,

disponibilizando assistência alimentar específica para os diversos grupos sociais em condição de vulnerabilidade. Ademais, vamos promover a agricultura familiar, em bases agroecológicas, sem o uso de agrotóxicos, aproximando produção e consumo de modo a assegurar o acesso de todos e todas a alimentos de qualidade. Liderando pelo exemplo, o Brasil vai retomar o protagonismo internacional no enfrentamento à fome e à miséria.

3.4 SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

Em que pesem os avanços dos governos Lula e Dilma, a atuação do Estado na segurança pública tem se revelado falha e precisa ser aprimorada. É preciso **retomar a linha mestra da segurança cidadã**, reconhecendo avanços obtidos em importantes experiências acumuladas ao longo desses anos e aprimorando a abordagem sobre os temas que mais afetam a segurança da população.

A efetividade das políticas de segurança pública depende fundamentalmente da capacidade do Poder Público **articular os programas e ações específicos com as políticas sociais**, ofertadas de forma integrada pela União, estados, DF e municípios.

Nesse sentido, este Plano propõe a repactuação federativa de modo a ampliar e qualificar a prestação de serviços públicos em educação, saúde, empregos, esporte e lazer, entre outras.

3.4.1 Plano Nacional de Redução de Homicídios

O quadro atual da segurança pública é devastador. O número de homicídios no país superou a marca de 63,8 mil por ano. Isso significa uma média de mais de 170 mortes por dia, ou seja, é como se todos dias caísse um grande avião sem sobreviventes no país. Os números são 30 vezes maiores que os constatados na Europa. Está muito acima da média de homicídios por habitantes verificada em países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento no mundo. **As vidas ceifadas são, em grande medida, de pessoas jovens, negras e moradoras da periferia.** Ocorrem com uso de arma de fogo, sendo especialmente aguda a situação em capitais do Norte e do Nordeste.

A prioridade da política de segurança deve ser a **redução expressiva de mortes violentas**. Refazer as bases para um **Plano Nacional de Redução de Homicídios** é urgente, tendo como referência os diagnósticos e o fortalecimento de sistemas de informação criados nos governos Lula e Dilma, como o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública - SINESP. Assim, serão adotadas **políticas intersetoriais que deem qualidade aos serviços públicos nos territórios vulneráveis** e tragam atenção à situação de crianças, jovens, negros, mulheres e população LGBTI+, com prioridade para a juventude negra, que vive nas periferias, que são vítimas de um verdadeiro extermínio ademais, em investigações policiais e nos processos judiciais, é preciso perseguir incansavelmente a meta de aumentar significativamente o esclarecimento da autoria dos casos de homicídios e latrocínios. Hoje, a taxa de solução desses crimes é muito baixa – menos de 10% dos homicídios investigados tem a autoria descoberta.

Nesse contexto, a política de **controle de armas e munições** deve ser aprimorada, reforçando seu rastreamento, por meio de rigorosa marcação, nos termos do estatuto do desarmamento. A redução da violência causada pelo uso de arma de fogo passa por utilizar inteligência acumulada para retirar armas ilegais de circulação e represar o tráfico nacional e internacional.

A **modernização do sistema institucional de segurança** e a consequente reforma das polícias não podem mais ser adiadas. É preciso também avançar no debate sobre a **militarização das polícias**, assegurando democratização, representação civil e processos internos mais justos, além da **valorização do profissional da segurança** e do fortalecimento da polícia científica. O policiamento ostensivo deve guardar isonomia aos cidadãos, em especial nas periferias, estruturando-se um controle externo efetivo com maior

transparência. Essas mudanças devem se dar a partir de debate nacional, estimulado pelo governo federal e envolvendo o conjunto da sociedade civil, visando rever e adaptar às exigências de uma sociedade complexa e democrática, que enfrenta os desafios do século XXI, o artigo 144 da Constituição, que define o sistema institucional da segurança pública, a distribuição de responsabilidades entre os entes federados e o modelo policial.

A redução dos alarmantes índices de mortes violentas no país passa também pela construção de um **sistema de inteligência fundado em alta tecnologia, monitoramento de nossas fronteiras, qualificação dos profissionais de segurança**, bem como pelo combate implacável à tortura. A capacidade de apuração de crimes e, portanto, de redução de impunidade, está diretamente ligada ao sucesso de uma Política Nacional de Redução de Homicídios.

3.4.2 Nova política sobre drogas

A atual política de repressão às drogas é equivocada, injusta e ineficaz, no Brasil e o no mundo. É o grande nó a ser desatado em favor do presente e do futuro de nossas crianças e jovens. Hoje, o país prende mais pessoas não violentas, não organizadas e desarmadas, envolvidas no varejo disperso do comércio de substâncias ilícitas, do que homicidas, traficantes de armas e lideranças do crime organizado que já se transnacionalizou. Com isso, agrava a já desumana condição dos presídios e funciona como recrutamento em massa para facções criminosas.

É premente **alterar a política de drogas**, para combater o que de fato é prioritário, o poder local armado despótico exercido sobre territórios e comunidades vulneráveis. É preciso enfrentar a rede de negócios ilegais que o tráfico internacional promove. O dinheiro decorrente do tráfico alimenta várias esferas da economia, viabiliza o acesso a armas em grande quantidade – que favorecem a violência letal – e financia a corrupção e outras atividades criminosas.

O país precisa olhar atentamente para as experiências internacionais que já colhem resultado positivos com a **descriminalização** e a regulação do comércio. É urgente promover políticas consistentes de prevenção da violência, evitando o recrutamento de jovens vulneráveis pelo crime. Para isso, é fundamental o Poder Público assegurar perspectivas de futuro para as juventudes, oferecendo-lhes educação, cultura, valorização e alternativas atraentes de integração à vida pacífica e ao mercado de trabalho.

Em paralelo, **o governo federal deve assumir suas responsabilidades no enfrentamento da criminalidade que, tendo origem transnacional, afeta a segurança dos estados e dos municípios**. Isso permitirá experiência inovadora de atuação da Polícia Federal no ciclo completo na cadeia do crime. A PF já atua na cooperação internacional, no controle de fronteiras e armas, e na repressão interestadual, o que a habilita a atuar no enfrentamento do crime organizado, do financiamento associado, em todas as modalidades criminosas de grande vulto que incidem sobre os centros urbanos, mas cujas dinâmicas extrapolam seus limites.

A proposta na área de segurança pública deve estar vinculada a medidas de **prevenção ao uso de drogas nas áreas de saúde e educação**. No âmbito da saúde, é preciso incentivar a abordagem científica e atualizada à luz dos protocolos reconhecidos internacionalmente como mais avançados e eficazes, fortalecer a rede de atenção psicossocial, permitir políticas de redução de danos e atuar com sensibilidade para abordar de diferentes e flexíveis formas a prevenção em relação a grupos sociais distintos.

Na educação, é preciso garantir que a comunicação com os adolescentes e jovens seja eficiente e não geradora de mitos e mentiras. Priorizar a dimensão do ensino que dialoga com a vida real do estudante é fundamental, de modo que a abordagem científica deve partir dos problemas experimentados no cotidiano. A prevenção passa pelo estabelecimento de políticas voltadas à primeira infância e de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos três níveis de ensino e de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas alinhados às diretrizes curriculares nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

3.4.3 Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Em conjunto com o sistema de justiça criminal, será preciso investir na gestão penitenciária capaz de promover reintegração social e não mais a retroalimentação de mão de obra das organizações criminosas. Para isso, o governo vai investir na reforma da legislação para reservar a privação de liberdade para condutas violentas e promover a eficácia das alternativas penais. Isso ocorrerá por meio de um **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária que estabeleça uma Política Nacional de Alternativas Penais**. O Plano conterá ações para o fortalecimento do sistema nacional de gestão penitenciária e preverá a criação de uma Escola Penitenciária Nacional para capacitação de gestores desse Sistema, de modo a qualificar a atuação estatal para um modelo que substitua o domínio das organizações criminosas.

O governo Haddad enfrentará o encarceramento em massa, sobretudo o da juventude negra e da periferia, diminuindo a pressão sobre o sistema carcerário, trazendo ganhos globais de economia de recursos. Abre espaço para que as polícias civil e militar se concentrem na repressão a crimes violentos e no combate às organizações criminosas, com foco na redução de homicídios. Em complemento, exige políticas de geração de trabalho e renda para jovens de baixa renda expostos ao ciclo de violência e exploração dos mercados ilegais.

3.4.4 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP

Na gestão da política nacional, o governo federal vai promover a integração com governos estaduais e municipais, com foco em inteligência, priorização da vida, controle de armas, repactuação das relações entre polícias e comunidades, prevenção e valorização profissional dos policiais. É preciso **corrigir o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP para adequá-lo ao paradigma da segurança cidadã e de participação social**, o que exigirá revisão e complementação da legislação recém-aprovada, que é, ademais de problemática, meramente indicativa.

Para deixar de sê-lo e alcançar real poder normativo, mudanças correspondentes no artigo 144 da CF serão necessárias, visando promover progressivamente o ciclo completo das polícias. O governo federal se empenhará junto ao Congresso Nacional para que, com base em grande debate nacional, e com envolvimento da sociedade e os profissionais da área – cujas condições de trabalho merecem ser valorizadas – se promovam essas alterações. Ao ser posto em prática, o SUSP precisa definir protocolos de organização e atuação, fontes de financiamento vinculadas a contrapartidas de prevenção e redução de crimes violentos e formação de gestores na área.

3.5 CULTURA PARA GARANTIR A DEMOCRACIA, A LIBERDADE E A DIVERSIDADE

Nesses dois anos de governo ilegítimo, **artistas e fazedores de cultura foram criminalizados, instituições culturais foram censuradas, segmentos culturais foram abandonados** ou perseguidos. Nesse período, cresceu a intolerância dos que não aceitam e suportam a liberdade e a diversidade de expressões artísticas e culturais. A **cultura** é um dos elementos constitutivos da própria democracia e da identidade nacional. Sem a realização da liberdade de expressão e da diversidade e sem o respeito a esses valores perdem-se as condições constituintes de uma sociedade democrática.

Para garantir esse novo ciclo democrático de que o Brasil precisa, nosso programa para cultura tem o foco na **retomada** de políticas construídas entre 2003 e 2016, além da formulação de **novos programas** que possam atender as atuais demandas do setor e garantir o desenvolvimento cultural para toda a sociedade. No governo Haddad, a cultura inscrever-se-á em um novo modelo de desenvolvimento que proporcione consolidação da democracia em nosso país, mais qualidade de vida para todos os brasileiros e brasileiras e

mais justiça social para o Brasil.

Um **novo ciclo de políticas públicas** será construído por meio dos mecanismos de participação desenvolvidos pelo MinC. Para esse fim, é fundamental o **diálogo com toda a comunidade cultural**, tendo um olhar atencioso para todos os criadores, artistas e realizadores que foram beneficiados pelas políticas efetivadas em nossos governos e foram responsáveis pela **criação de estéticas inovadoras e de formas originais de organização do fazer cultural**.

Os governos de Lula e Dilma deram prioridade para a área da cultura, com a **ampliação da atuação do Ministério, a criação de políticas públicas** como o **Cultura Viva** e o **Fundo Setorial do Audiovisual**, e o crescimento real do orçamento para cultura em mais de três vezes. Esse legado nos dá condições de enfrentar um dos principais desafios da construção desse novo ciclo de políticas públicas, que é a elaboração de um novo sistema de fomento: mais democrático, desconcentrado, territorializado e adequado à complexidade do campo. Além disso, para ativar toda a cadeia produtiva do setor, o Brasil precisa cumprir a recomendação da UNESCO e **aumentar progressivamente os recursos para o MinC, visando alcançar a meta 1% do orçamento da União, assim como fortalecer o papel e ampliar os recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC)**.

Consideramos o **acesso pleno aos bens e serviços culturais como uma garantia de cidadania**. Para efetivar esse direito, construiremos novos mecanismos de circulação dos bens culturais, **enfrentando o monopólio das empresas que atuam no setor pela lógica estrita do mercado**.

As políticas culturais devem ser políticas de Estado e, por isso, iremos observar as Conferências e o Plano Nacional de Cultura e **consolidar o Sistema Nacional de Cultura**, garantindo repasses, fundo a fundo, para estados e municípios, além da desburocratização dos mecanismos de fomento para o setor.

Implementaremos a **Lei Cultura Viva, com um conjunto inovador de políticas nos territórios**. O programa, que chegou a investir mais de R\$ 100 milhões por ano, foi praticamente extinto pela gestão atual do Ministério da Cultura. **Reorganizaremos as políticas setoriais** com programas que apoiem e atendam as demandas específicas que atravessam todas as dimensões, expressões e processos culturais e artísticos, abarcando desde os agentes das **culturas tradicionais, populares e regionais**, até os realizadores da cultura digital. Fortaleceremos a FUNARTE, construindo uma Política Nacional para as Artes vigorosa e abrangente, em articulação com estados e municípios, tomando para a **música, teatro, dança, circo e artes visuais** o exemplo positivo da política do audiovisual. Também investiremos na consolidação de uma **Política Nacional para o Livro, Leitura e Literatura**.

Aprofundaremos a política de desenvolvimento audiovisual conduzida pela Ancine, uma das mais robustas do mundo, garantindo que os investimentos do **Fundo Setorial do Audiovisual** promovam a diversificação dos produtores, com políticas afirmativas para mulheres e negros/as. Em diálogo com o setor, construiremos uma política para o vídeo sob demanda (VOD) que deverá garantir **espaço e fomento** para produção brasileira e independente, seguindo o exemplo bem-sucedido da política para TV por assinatura. Ao mesmo tempo, o governo Haddad irá democratizar o **acesso do público** brasileiro à produção fomentada com recursos públicos. Retomaremos de forma ativa as políticas para o patrimônio e museus através do **IPHAN** e do **IBRAM**. Essas duas instituições serão dotadas das condições para que conduzam iniciativas amplas e diversificadas de **proteção e promoção do patrimônio cultural** e de fortalecimento da **política nacional de museus**. Também a **Biblioteca Nacional**, a **Fundação Cultural Palmares** e a **Casa de Rui Barbosa** devem receber investimentos proporcionais à sua imensa importância para memória, pesquisa e acervo da cultura brasileira.

Reafirmaremos nosso compromisso com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, construindo um ciclo de políticas que respondam aos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. O ambiente digital também requer políticas inovadoras de **direito autoral**, já que, hoje, plataformas online e gravadoras absorvem recursos que deveriam **remunerar artistas e criadores brasileiros**. Além disso, é preciso fortalecer e ampliar o **acesso da população brasileira** a bens e serviços culturais online. O governo Haddad irá afirmar também o **caráter transversal da cultura** como

forma de ampliar a compreensão da sociedade brasileira sobre o papel da cultura e da arte tanto na construção de uma sociedade mais democrática quanto como um dispositivo para o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, assume o compromisso em intensificar o **diálogo da cultura com outros campos**, como a educação, a ciência e tecnologia, a comunicação, o esporte, a saúde, a economia e o turismo. No cenário global, fortaleceremos os mecanismos de inserção da cultura brasileira em sintonia com a presença ativa, ativa e soberana do Brasil no contexto das relações internacionais.

Nosso programa compreende a **cultura como um direito** de todas e todos e como um campo de luta pelas liberdades individuais e contra o racismo, o machismo, a LGBTIfobia, a intolerância religiosa e o avanço do conservadorismo no Brasil. A **defesa do livre pensar e da nossa diversidade** irá orientar todas as políticas do governo Haddad para a cultura.

3.6 AGENDA DE FUTURO PARA O ESPORTE BRASILEIRO

O esporte é um direito social previsto em nossa Constituição. Como instrumento de formação educacional e integração social, que contribui para a convivência em comunidade e para a vida saudável, **o esporte constrói a cidadania**. Como manifestação cultural é um dos pilares constituintes da **identidade brasileira**. É também uma **potente âncora econômica**, com força para gerar riquezas e empregos, sendo historicamente um importante fator de desenvolvimento social e inserção das minorias. Sua capacidade de mobilizar crianças, adolescentes e jovens permite a implementação de ações transversais nas áreas de educação, saúde e segurança cidadã.

Os governos Lula e Dilma investiram muito no esporte. Destacam-se a criação da **Bolsa Atleta** (auxílio financeiro para o jovem atleta estudar e treinar), a aprovação da **Lei de Incentivo ao Esporte**, induzindo a uma maior participação das empresas no patrocínio esportivo, a recuperação da **vocação esportiva das Forças Armadas e dos Clubes Esportivos Sociais**, instituições que estão na base da tradição esportiva brasileira, construção e requalificação de milhares de quadras esportivas, a recuperação dos equipamentos esportivos da maioria das modalidades esportivas, com a aquisição de equipamentos que permitiram um grande salto de qualidade na preparação dos atletas nacionais, além da organização dos grandes eventos esportivos.

Por decisão do Presidente Lula, o **esporte paralímpico passou a ser valorizado**, recebendo a mesma atenção que os esportes olímpicos. Como resultado, milhares de jovens com deficiência acharam uma oportunidade de vida no esporte, transformando o Brasil em uma potência no esporte paralímpico, revelando valorosos exemplos de sucesso e criando uma geração de novos ídolos, que assombram a todos com suas histórias de superação e dedicação. Na mesma linha, a Presidente Dilma apoiou a construção do **Centro Paralímpico Brasileiro**, um dos mais modernos do mundo, além de garantir a ampliação do financiamento ao esporte paralímpico. Esses novos recursos permitiram ao Comitê Paralímpico Brasileiro a gestão do Centro em altíssima qualidade, criando um dos maiores casos de sucesso na gestão do Legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, para citar apenas dois exemplos, induziram investimentos urbanos, modernizaram nossa infraestrutura esportiva, geraram investimentos em aeroportos e na economia do turismo. Em um período de pouco mais de uma década superamos o atraso da nossa infraestrutura esportiva e criamos um dos mais importantes conjunto de equipamentos esportivos do mundo. Projetos como o Metrô do Rio que se arrastavam a décadas foram entregues em prazo recorde, trazendo qualidade de vida à população.

Mostramos ao planeta que, fora de campo, somos capazes de receber povos do mundo todo. Lembramos com orgulho e nostalgia das imagens da convivência dos brasileiros com torcedores de todas as partes do planeta, em um ambiente de festa e com absoluta segurança. Os grandes eventos deixaram lições. É preciso continuar atraindo eventos internacionais para aproveitar a vantagem competitiva gerada pela qualidade das novas instalações esportivas. Avaliar os erros e acertos é um imperativo para que o país possa

continuar competitivo nesse segmento econômico tão relevante.

É tarefa urgente reverter o sucateamento de parte das estruturas criadas e retomar os investimentos em manutenção, operação e construção, abandonados em grande parte pelo governo golpista, bem como recuperar o projeto original de Legado dos Parques Olímpicos do Rio, articulando a Rede Nacional de Treinamento é tarefa de curto prazo.

Nosso programa de governo entende que o desenvolvimento do esporte deve ser tratado como política de Estado. Por essa razão, proporemos ao país um grande debate para a criação do **Sistema Único do Esporte**, definindo o papel da União, Estados, DF, Municípios e das entidades esportivas na oferta de políticas de esporte (sistema quadripartite), a exemplo do que ocorre na saúde, com o SUS. A governança desse Sistema deve assegurar a participação e controle social e a otimização dos recursos públicos.

Para promover um grande salto na gestão do esporte brasileiro, o governo vai implementar a **Universidade do Esporte**, articulando ensino, pesquisa e extensão, visando a formação de profissionais de nível internacional voltados para toda a cadeia produtiva do esporte (gestão esportiva, saúde, pesquisa e políticas públicas).

O futebol expressa a própria identidade nacional e será foco de importantes políticas públicas voltadas para a transparência, a boa gestão e o fortalecimento do mercado brasileiro. Por meio do BNDES, o governo implementará o **Programa de Modernização da Gestão do Futebol**, além de apoiar a construção de um **calendário unificado** que garanta atividade anual permanente para todas as séries e campeonatos. Apoiará também a estruturação a nível nacional do **futebol feminino**. O governo federal vai contribuir para a viabilização das Arenas da Copa nos Estados, estimulando a promoção de eventos e gerando, no curto prazo, milhares de empregos. O futebol se tornará vetor de desenvolvimento e promoção das capacidades do país.

O governo Haddad investirá em todas as práticas esportivas, tais como vôlei, basquete, natação e esportes radicais, tanto no esporte amador quanto no de alto rendimento. O **Plano Brasil Medalhas** será relançado e aperfeiçoado, bem como os investimentos na **Rede Nacional de Treinamento**. Serão retomados os investimentos na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo reforma e requalificação de quadras nas escolas. O foco será nos equipamentos voltados às juventudes e na acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. Além disso, serão **promovidos o esporte escolar** e a integração da política de esporte com as demais políticas públicas, o que inclui o apoio aos municípios na criação de espaços livres para prática espontânea de esporte pela população.

4. PROMOVER UM NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Após mais de uma década de crescimento econômico com inclusão social nos governos Lula e Dilma, o país voltou a conhecer a fome, a miséria e o desemprego em massa. Os golpistas retiraram do povo condições de cidadania e atacaram nossa soberania, vendendo riquezas e empresas aos estrangeiros. A interrupção arbitrária do governo Dilma pôs fim à estratégia exitosa de combinar o aprofundamento do regime democrático com inserção externa soberana. A expansão econômica, geradora de finanças públicas ordenadas, pleno emprego e massiva inclusão social, também foi interrompida. Com isso, o país passou a regredir consideravelmente, ficando aprisionado em uma armadilha recessiva que excluiu mais de 30 milhões de brasileiros do padrão de produção e consumo.

De um lado, quase 28 milhões de brasileiros estão com a força de trabalho subutilizada, dos quais **13 milhões estão desempregados** (PNADC/IBGE). Para os que estão ocupados, a precarização força cerca de 2/3 a buscarem atividades complementares de renda para sobreviver (bicos). De outro, a **ampliação da pobreza** transcorre simultaneamente à redução dos serviços públicos e à piora de qualidade decorrente da imposição da lei do teto nos gastos públicos não financeiros.

Nesse sentido, o Brasil se encontra diante de momento histórico próprio que exige profunda mudança qualitativa na dimensão econômica, social e política, que reverta a trajetória atual de abandono do desenvolvimento nacional. A combinação entre a maturidade do legado dos governos Lula e Dilma e os desafios do novo paradigma de produção industrial e tecnológico impõe a construção de uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional. A implementação desse novo projeto nacional de desenvolvimento pressupõe, primeiramente, revogar o legado do arbítrio:

- **Revogar a EC 95**, que impõe uma ortodoxia fiscal permanente com um teto declinante nos gastos públicos por 20 anos.
- **Revogar a reforma trabalhista** de Temer, substituindo-a pelo Estatuto do Trabalho, produzido de forma negociada.
- **Suspender a política de privatização** de empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional e a venda de terras, água e recursos naturais para estrangeiros.
- **Recuperar o Pré-Sal** para servir ao futuro do povo brasileiro, não aos interesses de empresas internacionais.

Para além da reversão do legado de Temer, o novo padrão de desenvolvimento assenta-se na estratégia que busca contemplar diferentes circuitos da economia nacional. Para isso, dois eixos distintos, porém articulados entre si, estão previstos.

O primeiro, de **natureza emergencial**, volta-se fundamentalmente à saída econômica da armadilha recessiva, cuja centralidade recai na geração de empregos e no reforço da renda disponível das famílias e das empresas, por meio (1) da redução dos juros e da difusão do crédito, (2) de um programa emergencial de empregos e (3) da garantia de recursos aos programas de transferência de renda. A retomada das obras paralisadas, de investimentos e dos programas de infraestrutura nos municípios se apresentam como essenciais, com o envolvimento direto de atores sociais e instituições representativas de trabalhadores, empresários e sociedade civil para elevar a ocupação da capacidade instalada existente de produção e consumo.

O segundo eixo, de **natureza estrutural**, buscará fundar as bases do novo projeto nacional de desenvolvimento, focado em sua dimensão territorial, visando a melhoria da qualidade de vida e a geração de oportunidades para todos, a ampliação e a renovação da capacidade produtiva e a escalada dos investimentos sustentáveis social e ambientalmente. Nesse sentido, esse eixo se divide em duas partes: a

primeira que caracteriza o modelo de desenvolvimento brasileiro e sua engenharia de financiamento, assim como transformações em algumas estruturas do Estado brasileiro; e a segunda, que trata dos investimentos em inovação e ciência necessários para a concretização desse novo projeto.

4.1 PROGRAMA MEU EMPREGO DE NOVO

O povo tem pressa. O desemprego e a falta de renda têm de ser enfrentados imediatamente. É preciso retomar com urgência a criação de oportunidades de trabalho. Os governos Lula e Dilma criaram mais de 20 milhões de empregos. O governo Haddad irá, em seus primeiros meses de mandato, implementar o **PROGRAMA MEU EMPREGO DE NOVO**, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho. A grande prioridade será a juventude. Entre as ações, destacam-se:

- Retomada imediata das 2.800 grandes **obras** paradas em todo o país, selecionadas por importância estratégica regional, bem como as pequenas iniciativas no plano municipal e estadual;
- Retomada dos investimentos da **Petrobras**;
- Retomada do **Programa Minha Casa Minha Vida** (PMCMV);
- Reforçar os investimentos no programa **Bolsa Família**, incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe;
- Criação do **programa DÍVIDA ZERO**, que prevê a instituição de linha de crédito em Banco público com juros e prazo acessíveis, para atender às pessoas que hoje se encontram no cadastro negativo do SPC e SERASA;
- Implantação do programa nacional de apoio às atividades da **economia social e solidária**.

Além dessas medidas de caráter emergencial, o Programa Meu Emprego de Novo contará com as ações estruturais indicadas neste Plano.

4.2. ESTRUTURANDO UM NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

A estruturação do novo projeto de desenvolvimento passa pela renovação e ampliação da capacidade de produção e consumo fundada em paradigma tecnológico e produtivo avançado e sustentável ambiental e socialmente. Nesse sentido, esse projeto deve se voltar para o **atendimento das necessidades do povo brasileiro**, tendo como preocupação central a geração de empregos e oportunidades para todos, além do fornecimento de serviços públicos de qualidade.

Para isso, é necessário se valer do enorme potencial de nosso mercado interno, fortalecido com a distribuição de renda e a oferta de crédito a custos justos, promover uma mudança na escala dos investimentos, concomitante com o seu financiamento em novas bases, assim como fortalecer nossas parcerias internacionais, construídas a partir de nossa inserção ativa e altiva no cenário externo. Além disso, deve-se ter em mente que o desenvolvimento ocorre e se consolida no território, com serviços públicos e estruturas produtivas locais, capazes de promover a inovação e o conhecimento.

Nesse sentido, o Brasil precisará adotar medidas que organizem o novo projeto nacional de desenvolvimento e que contemplem: (1) a necessária dimensão regional e territorial do desenvolvimento; (2) a geração de novos empregos de qualidade e o fortalecimento do estado de bem estar-social; (3) o fortalecimento da capacidade de coordenação, financiamento e planejamento estatal (4) uma nova orientação do regime de política macroeconômica voltado para o desenvolvimento e (5) a estratégia de expansão produtiva tecnologicamente avançada com sustentabilidade ambiental e social.

4.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial – PDRT

A visão regional e territorial é estratégica para mobilizar os recursos nacionais e para consolidar e

ampliar o viver bem brasileiro. É no território que se encontram amplas oportunidades para a efetiva transição ecológica sustentada na pluralidade cultural e sociobiodiversidade do Brasil, com seus conhecimentos, práticas, capacidades e insumos que podem ser base para novas tecnologias, sistemas, serviços e produtos, superando os modelos que concentram terra, renda, riqueza, cidadania e acesso a serviços públicos e a oportunidades.

Nosso Plano de Governo entende que é fundamental a elaboração de uma nova **Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial** (PDRT), com o objetivo de interiorização das oportunidades de inclusão produtiva a todos e redução das desigualdades. Essa política requer um novo aparato institucional competente, iniciativas contextualizadas e sistêmicas, ampla participação e diálogo em todos os níveis. Além de envolver o setor produtivo tradicional, será preciso mobilizar cooperativas e associações fundadas na diversidade ambiental e social, na economia solidária, na produção artesanal, com suas formas próprias de relacionamento entre natureza, economia e cultura, envolvendo agricultura familiar e os povos do campo, das florestas e das águas. Faz-se necessário também valorizar a economia dos pequenos negócios e as cooperativas intensivas em força de trabalho, assim como as incubadoras de pesquisas locais. Além disso, nosso programa propõe implementar o Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, interditado pelo governo Temer.

Os conhecimentos e oportunidades do território devem ser investidos no seu próprio desenvolvimento, reduzindo os vazamentos de renda e oportunidades, e promovendo melhores empregos e salários, enraizamento de capacidades estatais, sustentabilidade socioambiental e um círculo virtuoso de expansão do consumo e da produção regional. Para tanto, será preciso mobilizar os entes federativos e a sociedade para o planejamento e articulação das estratégias de desenvolvimento territorial nas distintas políticas, planos e orçamentos federais, regionais e estaduais.

Será preciso também desenvolver **marcos regulatórios e de governança territoriais**, que permitam a consideração de recortes territoriais nas políticas macroeconômicas e de financiamento do desenvolvimento por parte do BNDES, CEF, BB e bancos regionais, além de ampliar a capacidade dos estados e municípios, constrangidos pela dívida pública, de financiar o seu desenvolvimento e gerar emprego e renda melhor distribuídos no território brasileiro.

A Política de Desenvolvimento Regional e Territorial necessita ainda de uma nova agenda brasileira de ensino e pesquisa articulados às redes de conhecimento locais e regionais, avançando na criação e disseminação de conhecimentos, indicadores e modelos de políticas públicas próprios e capazes de orientar o desenvolvimento territorial, integrado, inclusivo e sustentável, com visão de futuro. Nesse sentido, a retomada da **interiorização das universidades públicas e dos institutos federais** de educação são fundamentais.

4.2.2 Emprego, ocupação e renda para todos

Ao introduzir a terceirização irrestrita, aprovar a reforma trabalhista e impor um cardápio de contratos precários de trabalho, o governo golpista desequilibrou as relações entre capital e trabalho, em favor dos empresários, e precarizou ainda mais o trabalho. Além das medidas emergenciais para a geração de empregos e a reversão do legado golpista, será preciso discutir o futuro do trabalho e a geração continuada de empregos de boa qualidade e remuneração. Para isso, se faz fundamental promover um amplo debate com a sociedade acerca das relações trabalhistas do futuro, em uma economia que crescentemente se concentra no setor de serviços e demanda novas formas de organização e regulação.

O governo Haddad vai aprofundar o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. Nesse sentido, nosso programa propõe:

- **Elaboração de um novo Estatuto do trabalho** em linha com as novas exigências de organização da produção do futuro com mais produtividade. Para tanto, será promovida a reformulação e ampliação do

sistema de formação ao longo da vida laboral dos trabalhadores, capaz de integrar no novo sistema de formação e aprendizagem as distintas linhas atualmente existentes. Ao mesmo tempo, a sua operacionalização contará com a valorização de sindicatos e associações de trabalhadores e empresários na orientação da preparação para a qualificação profissional. Também fará parte a reorganização dos fundos sociais existentes para criar uma nova política de proteção durante a vida laboral dos trabalhadores.

- **Implantação do programa de inclusão produtiva e de redes de apoio ao desenvolvimento da economia social e solidária** por meio do fortalecimento das políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento do trabalho nos pequenos negócios em consonância com a difusão tecnológica, assessoria de gestão, acesso aos mercados e ao crédito;

- **Criação do Programa SALÁRIO MÍNIMO FORTE:** pela legislação vigente, a regra de valorização do salário mínimo acaba em 1º de janeiro de 2019. Vamos manter e aperfeiçoar essa política. O reajuste do valor do salário mínimo continuará a ser definido por meio da fórmula que garante variação da inflação do ano anterior medida pelo INPC, acrescida da variação do PIB de dois anos antes, desde que ela seja positiva. Haverá ganho real do salário mínimo em todos os anos, mesmo que o crescimento do PIB seja negativo. Isso porque aumentar o poder de compra do trabalhador é uma das maneiras mais eficazes de fazer a economia crescer.

- **Promover um amplo debate sobre as condições necessárias para a redução da jornada de trabalho.**

4.2.3 Planejamento, coordenação e financiamento do investimento público

O estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento pressupõe o papel de coordenação do Estado no investimento e a construção de sinergias com o setor privado e o terceiro setor. A recuperação do planejamento enquanto instrumento de construção de horizontes de médio e longo prazos é uma característica fundamental do processo de desenvolvimento, podendo ser constituída mediante a criação de comitês executivos com a participação não governamental para agilizar a operacionalização das frentes de expansão produtiva.

O novo sistema de planejamento nacional deverá contar com o envolvimento direto do governo federal, com a realização de conferências nacionais estratégicas e o envolvimento direto de atores sociais. Internamente, o governo federal será reorganizado com vistas à definição de prioridades, formas de financiamento, metas quantitativas, monitoramento e avaliação de resultados. Será necessário retomar os investimentos em infraestrutura para que o País volte a crescer e gerar empregos de qualidade.

Nessa direção, nosso programa propõe que os investimentos públicos, compostos pelo orçamento de investimentos da União e das empresas estatais, não sejam computados para efeito de apuração do limite de gasto que sejam previstos pelas regras fiscais que estejam em vigor. A experiência do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa de Investimentos em Logística – PIL será recuperada, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, contratação e financiamento, com reforço da Empresa de Planejamento e Logística – EPL para elevar a qualidade dos projetos, reduzindo custos e tempo de realização.

4.2.4 Nova política macroeconômica e reforma tributária

As políticas monetária, fiscal e cambial devem estar voltadas para garantir o desenvolvimento econômico sustentável. Os governos do presidente Lula já demonstraram como é possível crescer, gerar empregos e distribuir renda, ao mesmo tempo em que se mantém a inflação baixa e se reduz o endividamento público. Foi no governo do presidente Lula que a dívida líquida brasileira foi mais reduzida e que a inflação se estabilizou em patamares baixos. Dada sua experiência bem-sucedida e seu compromisso histórico com a estabilidade macroeconômica, nosso programa apresenta as seguintes propostas para rearticular a atual institucionalidade da política macroeconômica:

Câmbio competitivo e menos volátil

Para que a taxa de câmbio possa reduzir sua volatilidade e tornar competitivos distintos setores da economia, o Brasil passará a adotar regulações que controlem a entrada de capital especulativo de curto prazo sobre o mercado interbancário e sobre o mercado de derivativos. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio, causada pela especulação financeira, deverá ser fortemente inibida. Também será constituído um imposto regulatório sobre a exportação, capaz de estimular a elevação do valor agregado das exportações e minimizar a variação cambial. Esse imposto deve acompanhar a variação dos preços e formar um fundo de estabilização cambial que beneficiará os exportadores no longo prazo.

Inflação controlada, juros baixos e crédito disponível

O Banco Central reforçará o controle da inflação e assumirá também o **compromisso com o emprego (mandato dual)**. Será construído de forma transparente, um novo indicador para a meta inflação, que oriente a definição da taxa básica de juros (SELIC). Ademais, será estimulado o aumento da concorrência, que contemple novos mecanismos de incremento da produtividade, ampliando a desindexação da economia.

No sentido da **democratização do crédito**, propõe-se a transformação profunda do sistema bancário e financeiro, que permita o acesso ao crédito barato para famílias, empresas e pequenos negócios, bem como o financiamento do desenvolvimento nacional. Para isso, o governo federal reduzirá o custo do crédito, **combatendo os elevados níveis de spread bancário**.

O aprofundamento da competição bancária deverá ser estimulada pelos bancos públicos e pela difusão de novas instituições de poupança e crédito. Daí porque torna-se fundamental **revitalizar os bancos públicos**, especialmente BNDES, BB e CEF, e os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento nacional. O Brasil precisa superar a estrutura oligopolista que controla o sistema financeiro e bancário privado. Tudo isso para a retomada da bancarização, ampliação dos serviços bancários e difusão do crédito aos pequenos negócios e à população de baixa renda.

Simultaneamente, propõe-se a adoção de uma **tributação progressiva** sobre os bancos, com alíquotas reduzidas para os que oferecerem crédito a custo menor e com prazos mais longos. Dessa forma, os bancos que abusam de seu poder de mercado para fornecer crédito com taxas de juros abusivas poderão ser penalizados pela própria lógica do mercado competitivo.

Para fomentar a concorrência bancária, também será importante o incentivo a outras formas e instituições de crédito, cooperativas e regionais. Por meio delas, o crédito pode se aproximar da realidade do consumidor e produtores locais, a preços justos, permitindo manter e reformular os mecanismos de crédito direcionados ao financiamento do desenvolvimento, com fortalecimento de um mercado de capitais privados, que poderá florescer com taxas de juros mais baixas e estáveis. Do outro lado, propõe-se a alteração da Taxa de Longo Prazo – TLP, visando filtrar a volatilidade excessiva típica dos títulos públicos de longo prazo e dar incentivo a setores e atividades de alta externalidade e retorno social.

Finanças saudáveis e Reforma Tributária com justiça social

A política fiscal é um dos principais instrumentos para viabilizar as demandas por mais serviços públicos. **A reforma nas regras fiscais** deve garantir a melhoria dos serviços públicos e a expansão dos investimentos, ao mesmo tempo em que recupera a capacidade de financiamento do Estado de bem-estar social, invertendo a atual trajetória da dívida e gerando resultados fiscais robustos. Diante do desordenamento das finanças públicas, a questão federativa ganha destaque, com a necessária renegociação das dívidas e da situação de guerra fiscal entre estados e municípios. Para isso, propõe-se o abatimento da dívida dos estados em conformidade com a aplicação dos atuais indexadores da dívida para o saldo devedor.

Outro tema central é a necessária **realização da reforma tributária** voltada para alteração na composição dos tributos, estabilizando, ao longo do mandato, a carga tributária líquida no patamar do último período, assegurando as transferências para as políticas sociais sem perda de receita real dos entes federados. As propostas que seguem orientam-se pela formação de um sistema que opere com eficiência arrecadatória e justiça social, regionalmente equitativo e simplificado, capaz de incentivar investimentos sociais e a transição ecológica.

A recuperação da capacidade de investimentos do Estado, o combate às desigualdades e a expansão das oportunidades no Brasil não serão obtidas apenas com políticas sociais de combate à pobreza. Exigem também que os mais ricos, sobretudo os que obtêm grandes ganhos financeiros, paguem mais impostos.

A estrutura tributária não pode continuar sendo predominantemente de impostos indiretos, que oneram em especial os assalariados e os mais pobres. Por isto, a **reforma tributária será orientada pelos princípios da progressividade, simplicidade, eficiência e da promoção da transição ecológica**, garantindo que os entes federados não tenham perda de arrecadação.

A reforma tributária compreenderá, entre outras medidas, a **tributação direta sobre lucros e dividendos e a criação e implementação gradual de Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**, que substitua a atual estrutura de impostos indiretos. No âmbito da reforma tributária, o governo Haddad vai criar implantar o **IMPOSTO DE RENDA JUSTO**, que prevê a reestruturação da tabela do imposto de pessoa física, para isentar quem ganha até cinco salários mínimos (R\$ 4.770), condicionado ao aumento das alíquotas para os super ricos.

4.3 ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO PRODUTIVA

A introdução do sistema de planejamento nacional que recupere a capacidade de coordenação estatal para expansão produtiva encontra-se em linha com o simultâneo restabelecimento do regime de articulação das políticas macroeconômicas e financeiras. Dessa forma, o Brasil voltará a ter condições de financiar o avanço de um do novo padrão de desenvolvimento assentado em uma renovada estrutura produtiva, mais eficiente, tecnologicamente avançada, capaz de atingir o pleno emprego da força de trabalho e de ser sustentável ecológica, territorial e socialmente.

A **estratégia nacional de expansão produtiva** será orientada pelos seguintes critérios: 1) integração regional como base para inserção soberana do Brasil no mundo; 2) redução da restrição externa; 3) maior potencial de desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias; 4) elevação do padrão de vida do conjunto da população; 5) sustentabilidade ambiental e desconcentração regional e espacial; e 6) integração social e geração de empregos de qualidade. A hierarquia dos setores escolhidos se realizará de acordo com a quantidade de critérios preenchidos.

4.3.1 Reindustrialização para o desenvolvimento nacional

No contexto da chamada 4ª Revolução Industrial, o Brasil é desafiado a se reindustrializar e modernizar seu parque produtivo. Há fortes imposições externas e internas no sentido de restringir o Brasil à condição de mero exportador de *commodities*, que devem continuar a ser valorizadas, mas não podem ser absolutizadas como único trunfo econômico do país. A indústria segue como um setor-chave para o desenvolvimento, para a oferta de melhores empregos, para a inovação tecnológica e, consequentemente, para o aumento da produtividade do trabalho. Impõem-se investimentos elevados em setores como os de bens de capital e da Defesa, a cadeia produtiva do petróleo, gás e biocombustíveis, fármacos e petroquímica, a construção civil e a agropecuária têm rico potencial de alavancar o crescimento econômico, na perspectiva de superação da dependência do setor primário-exportador na balança de pagamentos.

A Petrobras deve ser fortalecida, o regime de partilha na área do Pré-sal deve ser mantido, bem como a política de conteúdo local. A política industrial requer uma forte infraestrutura que integre e articule as

regiões do país, bem como a produção em grande escala de energia a partir de fontes limpas, uma vez que o país as possui em elevado potencial.

O processo de reindustrialização nacional transcorrerá com base na significativa **elevação da taxa de investimento**. Para tanto, o setor produtivo estatal deverá ser reconfigurado para fortalecer setores industriais estratégicos. Assim como os bancos públicos deverão assumir papel importante no padrão de financiamento da reindustrialização.

Os Investimentos Diretos do Exterior serão estimulados em conformidade com a estratégia nacional de reindustrialização do país cuja frente de expansão contemplará a elevação do valor agregado com sustentabilidade ambiental e protagonismo do progresso técnico.

O governo Haddad vai se empenhar na **reconstrução do parque industrial** em novas bases, com o estabelecimento de frentes de expansão produtiva com centralidade nos segmentos: (1) dos recursos naturais (energia, hidrocarbonetos, agropecuária), (2) indústria (insumos básicos, fármacos, bens de capitais, defesa e aeroespacial, microeletrônica e outras), (3) infraestrutura econômica (logística, ferrovias, rodovias, hidrovias, telecomunicações, banda larga), (4) infraestrutura social (saneamentos, habitação, mobilidade urbana, equipamentos de saúde, lazer e cultura). Ademais, o governo federal promoverá a **agroindustrialização do campo brasileiro**.

4.3.2 Fortalecendo o empreendedorismo

O **fortalecimento do empreendedorismo e o apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPE)** são fundamentais para o desenvolvimento do país e a retomada do crescimento econômico, por isso daremos prioridade ao incentivo as elas. Pois de cada 100 CNPJ no país, 99 são de microempreendedores individuais (MEI), micro ou pequenas empresas. São elas que geram mais da metade das vagas com carteira assinada e que abrigam boa parte dos desempregados que buscam alternativas de ocupação e renda, portanto fortalecer o empreendedorismo é uma prioridade do governo Haddad.

É fundamental conservar o **tratamento diferenciado aos pequenos negócios**, como determina a Constituição, conquistado em 2006 com a aprovação da Lei Geral da MPE e do Simples Nacional durante o governo do Presidente Lula. O sistema avançou com a criação do MEI, em 2009, e a ampliação dos limites de faturamento e inclusão de novas categorias nos anos seguintes. Graças a isso, em uma década o Brasil passou de 2,8 milhões de pequenos negócios para 12,1 milhões (sendo 7,2 milhões de MEI) no que talvez seja o maior movimento de formalização no mundo com benefícios para milhares de brasileiros e brasileiras que se incluíram na economia.

O **Simples representa desburocratização** e sobrevivência no mercado. Ele pode e deverá ser aperfeiçoado.

O governo Haddad implantará um **forte política de incentivo ao crédito para MPE**. O aumento da oferta de crédito passa por uma política diferenciada das instituições públicas, como BNDES e FINEP, atualmente voltados às grandes empresas, quando as pequenas representam 27% do PIB e não recebem a mesma atenção. Sem esquecer da importância do microcrédito e do cooperativismo, que precisam voltar a serem incentivados para aumentar a competitividade de um setor financeiro hoje altamente concentrado. As compras públicas, nas três esferas de poder, são outro instrumento previsto na Lei Geral que serão fomentados no governo Haddad.

Outro foco será realização de **parcerias estratégicas como o Sistema S**, em especial com o SEBRAE. O governo Haddad vai incentivar a capacitação técnica dos empresários nestas parcerias, para que os empreendedores possam ter uma gestão profissional e inovadora em seus negócios. O ambiente das *startups* crescerá no Brasil se a cultura empreendedora for trabalhada desde o ensino fundamental, passando pelas universidades e cursos profissionalizantes. Jovens das periferias, mulheres principalmente, são os que

mais crescem entre os donos de pequenos negócios e precisam se preparar para desenvolver suas empresas e transformar suas vidas e suas comunidades. Para nós, fortalecer o empreendedorismo de pequeno porte é um grande mecanismo de combate às desigualdades, com inclusão socioeconômica.

4.3.3 Ampliação e requalificação da infraestrutura

Para ampliar os investimentos em infraestrutura, o governo federal também irá **expandir a parceria com o setor privado** por meio de concessões e outras parcerias público-privadas, garantindo contratos que propiciem investimentos com o menor custo ao usuário, assegurando os investimentos necessários à infraestrutura nacional. Além disso, será necessário renegociar contratos de concessão que apresentem problemas para viabilizá-los.

Para isso, aperfeiçoará os diversos marcos regulatórios, visando criar um ambiente cada vez mais competitivo na prestação de serviços eficientes e de qualidade e promovendo a modernização das operações e profissionalização dos operadores. Avançará, ainda, no estímulo ao mercado privado de crédito de longo prazo e no desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto.

Para além do orçamento de investimentos, o governo criará o **fundo de financiamento da infraestrutura**, composto por pequena parcela redirecionada das reservas internacionais, recursos do BNDES e recursos privados. O fundo estimulará a alavancagem do mercado de títulos privados, a busca por financiamento em bancos internacionais e o envolvimento do setor financeiro privado no financiamento de longo prazo.

4.3.4 Investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação

Ciência e tecnologia aplicadas em inovações promovem transformações disruptivas dos paradigmas do sistema produtivo de bens e serviços para uma economia do conhecimento e para a transição ecológica. As desigualdades de padrão tecnológico rapidamente se transformam em defasagens que isolam ou excluem as estruturas produtivas nacionais frente à dinâmica de concorrência.

Para adentrar nessa nova onda de inovações, **o Brasil deverá investir significativamente em educação, ciência, tecnologia e inovação**. Além disso, existe a necessidade de rearticulação das políticas e instituições voltadas para a ciência, tecnologia e inovação, capazes de ampliar distâncias com as fronteiras tecnológicas em expansão. Nesse sentido, o Brasil deverá se integrar à nova onda produtiva e tecnológica mundial, contendo as seguintes orientações:

1. **Remontagem do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):** em pouco mais de dois anos, o governo Temer afundou o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação na maior crise da sua história. O governo Haddad promoverá a remontagem desse sistema – alavanca fundamental para o desenvolvimento do país – conectando as políticas públicas com o curso da expansão da fronteira de conhecimento aplicada em todas as áreas do sistema produtivo. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação deve associar universidades e centros de excelência em pesquisas públicas e privadas, capazes de operar em redes colaborativas e em coordenação com a estruturação de ecossistemas de inovação em áreas estratégicas (como manufatura avançada, biotecnologia, nanotecnologia, fármacos, energia e defesa nacional).

2. **Recomposição e ampliação do Sistema Nacional de Fomento de CT&I:** para alavancar o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será necessário recompor e ampliar os investimentos na área. Os orçamentos das agências de fomento federais, destacadamente os do CNPq e da CAPES serão recuperados e ampliados a partir dos patamares mais elevados alcançados nos governos Lula e Dilma. A exemplo do que ocorreu no governo Lula, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operado pela FINEP, serão progressivamente liberados na sua totalidade para

investimento. Os recursos disponíveis no FNDCT serão ampliados com a destinação de parcela dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, em substituição aos recursos anteriormente destinados ao Fundo Setorial do Petróleo. Serão aprofundadas e ampliadas as parcerias com as instituições e agências dos governos estaduais e municipais, para alavancar a integração, complementariedade, eficiência e eficácia do Sistema Nacional de CT&I.

3. **Recriação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI):** o MCTI será recriado para garantir a prioridade estratégica da área no novo projeto nacional de desenvolvimento, e articular iniciativas nacionais estruturantes a partir do núcleo central do Governo Federal.

4. **Plano Decenal de Ampliação dos Investimentos em CT&I:** o governo implementará um plano decenal de aumento dos investimentos nacionais em CTI, tanto governamentais quanto empresariais, visando atingir o patamar de 2% do PIB em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no país até 2030 – patamar necessário para garantir a nossa competitividade internacional face às mudanças nos paradigmas tecnológico-produtivos em curso no mundo.

4.4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO: MAIS BRASIL PARA O MUNDO E PARA OS BRASILEIROS

Um em cada dez empregos no mundo vem da atividade turística. Além de gerar renda e atrair investimentos, a indústria de viagens e turismo valoriza a cultura e o patrimônio histórico do Brasil. O turismo desenvolvido de forma sustentável, com o uso de tecnologias avançadas e uma gestão compartilhada pode garantir também a entrada de divisas e o crescimento do Brasil no setor, ainda pouco conhecido e estruturado.

O turismo precisa voltar a ser prioridade de governo como aconteceu durante o governo Lula. É uma **atividade intensiva em empregos**. Está baseado em pequenas empresas e tem grande poder de inserção e de ascensão social, porque não abrange somente os grandes centros, mas todo o seu entorno, inclusive nos setores associados, como o artesanato, a produção de alimentos na agricultura familiar e o entretenimento, entre outros.

Somos 207 milhões de brasileiros, mas hoje somente 60 milhões viajam pelo Brasil. O potencial do mercado interno é enorme e pode **multiplicar os 6,5 milhões de empregos** desse segmento. Para tornar os preços mais acessíveis, deve-se fomentar a concorrência e melhorar a infraestrutura de nossas estradas, aeroportos e portos, como foi realizado nos governos Lula e Dilma com o PAC. A Copa e as Olimpíadas ampliaram a infraestrutura hoteleira e aeroportuária do país, que hoje encontra-se em parte ociosa.

É preciso aumentar os recursos para promoção do Brasil no exterior. A queda brutal dos investimentos públicos em promoção fez o Brasil perder espaço no mercado internacional. O marketing digital deve ser uma ferramenta importante, por ser mais barato e ágil. É preciso recuperar a imagem do país, combater o turismo sexual, oferecer segurança e demonstrar toda a nossa diversidade. Temos turismo de sol e praia, de eventos culturais, religiosos, de negócios, de aventura, rural, ecoturismo e LGBTI+. Somos o primeiro lugar em recursos naturais no Ranking Mundial de Competitividade no Turismo, mas não basta; precisamos de produtos turísticos para atender ao novo perfil do viajante 100% conectado. O governo Haddad vai **recuperar a capacidade do Estado como indutor do turismo no Brasil**.

A **qualificação dos trabalhadores** nesse segmento é essencial, ao lado da formulação de políticas públicas, do monitoramento para sustentar a tomada de decisão e da busca de parcerias - inclusive para obter financiamentos externos para o segmento. A União, através do Ministério do Turismo terá papel indutor, mas a melhora só virá com planejamento e ações compartilhadas com Estados, municípios e iniciativa privada.

O governo Haddad vai recuperar a participação das lideranças empresariais e de trabalhadores que fazem essa atividade no país.

5. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

A **transição ecológica** representa nossa **visão** sobre o Brasil e a nova sociedade do século XXI. Um país em que as práticas, tecnologias e inovações verdes vão ajudar a criar mais e melhores empregos e serão novos motores de crescimento inclusivo. O Brasil precisa pensar no longo prazo. O governo Haddad dará os sinais decisivos para a **construção de uma economia justa e de baixo carbono**, contribuindo decisivamente para conter aquecimento global.

Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o viver bem do povo brasileiro e de toda humanidade. Os investimentos em agroecologia e na mudança da estrutura produtiva vão garantir um futuro moderno e sustentável em que todos possam respirar ar limpo, beber água potável, comer alimentos saudáveis, usufruir de mares e rios salubres, viver com saúde, ter empregos dignos e se orgulhar de suas raízes, sejam elas da cidade ou do campo. Os investimentos de baixo carbono ajudarão a modernizar e a dinamizar a nossa economia urbana e rural. Eles contribuirão para construir novas capacidades tecnológicas e inovativas, agregando valor à sua vasta sociobiodiversidade, tornando a economia brasileira mais competitiva, aumentando a renda das brasileiras e brasileiros e promovendo a inclusão social.

A **transição ecológica é uma dimensão estratégica deste Plano**, porque mobiliza temas estruturais de um país que se prepara para a nova sociedade do século XXI, prezando pela garantia e soberania dos bens compartilhados pelo povo brasileiro: natureza, ar, água, cultura e os espaços públicos.

Os ataques do golpe aos bens naturais

Com os governos Lula e Dilma, o Brasil teve crescimento econômico inclusivo, com redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa (GEE). **O governo ilegítimo introduziu medidas e reformas que colocam os custos da crise sobre os mais pobres e que liberam a exploração desenfreada da nossa vasta riqueza natural**, inclusive vendendo nossas terras e ativos ambientais aos estrangeiros. Com Temer, o meio ambiente e os povos do campo, das florestas e das águas são tratados como moeda de barganha política, ao flexibilizar licenciamento ambiental, suspender demarcação de terras indígenas, reduzir as unidades de conservação, facilitar a grilagem, dentre outros tantos retrocessos.

Haddad e a transição ecológica no Brasil

No nosso próximo governo, **o Brasil tornar-se-á um protagonista da transição ecológica**. A atual geração é a primeira a ter informações suficientes para agir sobre os riscos ambientais e aproveitar as oportunidades da transição ecológica, mas pode ser a última a ter tempo hábil para agir e evitar os piores danos da crise ambiental. Vamos introduzir uma agenda estratégica de transição ecológica, que colocará as políticas ambientais, territoriais, regionais, produtivas, tecnológicas, científicas e educacionais como aliadas e como instrumentos para **construir as bases para um Brasil do futuro mais próspero, mais inovador e sem pobreza**. As profundas mudanças que são necessárias para manter as emissões de GEE dentro de níveis seguros também podem ser uma alavanca para o desenvolvimento econômico com inclusão produtiva.

Esta transição ecológica só será plena se estiver ancorada **na democracia, na soberania nacional e na efetividade dos direitos civis**, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de todos, sobretudo dos povos do campo, das florestas e das águas, e na igualdade plena das mulheres, da juventude e das negras e negros em todos os aspectos da vida.

5.1 ECONOMIA DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E ALTO VALOR AGREGADO

A transição ecológica traz uma oportunidade única para o Brasil dar um salto de desenvolvimento definitivo para uma economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado com inclusão produtiva e superação da pobreza. Nosso Plano de Governo propõe uma **mudança na matriz produtiva liderada pela adoção de tecnologias verdes modernas, flexíveis e inteligentes**, capazes de responder às crescentes demandas por sustentabilidade e inovação. As tecnologias verdes incluem as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nano- tecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética e do uso de materiais, reciclagem etc.).

A vasta **biodiversidade e os conhecimentos tradicionais que o país abriga serão inspiração e bases para inovação verde e agregação de valor**. As tecnologias verdes perpassarão todos os setores da economia, fortalecendo o tecido produtivo e aumentando a capacidade de aprendizado e inovação. Além de reduzir a poluição, elas também modernizarão a matriz produtiva brasileira, **preparando a economia do país para competir com base nas novas tecnologias que definirão as economias avançadas do século XXI**, gerando mais e melhores empregos e integrando cada vez mais o campo e a cidade.

5.1.1 Acumulando competências e aprendizados para inovar

Para que os benefícios da transição ecológica ao desenvolvimento do país sejam plenamente aproveitados, vamos fortalecer os sistemas nacionais e locais de inovação orientados para essa transição. **Serão feitos fortes investimento no fortalecimento das competências verdes já acumuladas** (agroecologia, biocombustíveis, energia eólica, química verde etc.) **e na construção de novas capacidades produtivas, tecnológicas e inovativas** que garantam competitividade e geração de soluções sustentáveis adequadas às especificidades brasileiras.

5.1.2 Políticas de financiamento e Reforma Fiscal verde

Para promover a economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado, o governo Haddad **mobilizará recursos por meio de um conjunto de políticas de financiamento público de baixo custo**, que ajudará a reduzir os custos e os riscos da transição. Será composto por uma combinação de financiamentos reembolsáveis e não-reembolsáveis para investimentos verdes de maior risco e incerteza. O financiamento não-reembolsável terá como foco os projetos de **empresas em parceria com universidades, institutos e centros de pesquisa**, e concentrar-se-á nos primeiros anos do ciclo de investimento, ajudando a dar o pontapé inicial da transição ecológica e apoiando os setores produtivos a superar os altos custos de capital inicial, o “vale da morte” do processo inovativo, e os riscos de investir e adotar novas tecnologias verdes.

Para mobilizar ainda mais recursos, será realizada uma **reforma fiscal verde**, que progressivamente aumentará o custo da poluição e premiará investimentos e inovação de baixo carbono. A reforma incluirá a **desoneração de tributos sobre investimentos verdes** (isenção de IPI, dedução de tributos embutidos em bens de capital e recuperação imediata de ICMS e PIS/COFINS), reduzindo o custo tributário do investimento verde em 46,5%. Sem elevar a carga tributária, a reforma também criará um **tributo sobre carbono**, que já foi adotado em vários países para aumentar o custo das emissões de gases de efeito estufa. Orientado pelo princípio da neutralidade tributária, a receita será utilizada para reduzir tributos distorcivos e regressivos.

5.1.3 Infraestrutura sustentável para o desenvolvimento

A oferta eficiente de infraestrutura é um dos pilares do desenvolvimento, pois afeta positivamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social.

Em um país continental como o Brasil, é fator fundamental de integração, equilíbrio ambiental e diminuição de desigualdades regionais e sociais. Para o Brasil crescer e se desenvolver, é preciso priorizar os investimentos em infraestrutura – que geram empregos e dinamizam a economia – orientados pela busca da sustentabilidade.

5.1.4 Sustentabilidade e soberania energética

O governo Lula investirá no **aperfeiçoamento do modelo energético**, orientado pelas seguintes diretrizes (1) a retomada do controle público, interrompendo as privatizações; (2) a diversificação da matriz elétrica, direcionando investimentos para expandir a geração com energias renováveis (solar, eólica e biomassa); (3) tarifas justas; e (4) participação social. A **Eletrobras retomará seu papel estratégico** no sistema energético brasileiro, contribuindo para a expansão da geração e transmissão de energia no país.

As mudanças terão como meta **zerar as emissões de GEE da matriz elétrica brasileira até 2050**. Também será perseguida a meta de **instalar kits fotovoltaicos em 500 mil residências por ano**. A micro e mini-geração de energia renovável será impulsionada pela venda do excedente de energia gerada por residências, comércio e indústria.

Nos empreendimentos energéticos, os povos do campo, das florestas e das águas, especialmente indígenas, quilombolas e ribeirinhos, afetados pelas obras não apenas serão compensados pelo dano ambiental, como também poderão se tornar sócios dos empreendimentos, recebendo, por exemplo, royalties.

O governo federal investirá na **modernização do sistema elétrico existente**, sobretudo das usinas geradoras, com incorporação das tecnologias de futuro nas redes de transmissão, como redes elétricas inteligentes. Além disso, perseguirá o **aumento da eficiência energética**, fortalecerá o Programa Reluz e agilizará a expansão do Programa Luz para Todos para as localidades isoladas na Amazônia.

O governo Haddad devolverá à **Petrobras sua função de agente estratégico do desenvolvimento brasileiro**, garantindo-a como empresa petrolífera verticalizada – atuando em exploração, produção, transporte, refino, distribuição e revenda de combustíveis – e como empresa integrada de energia, presente no ramo de petróleo e em biocombustíveis, energia elétrica, fertilizantes, gás natural e, sobretudo, petroquímica. Especial atenção terá a ampliação do parque de refino, sobretudo acabando com a ociosidade atual das refinarias da Petrobras, para que seja garantido o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional. Será interrompida a alienação em curso de ativos estratégicos da empresa, ao tempo em que a política de conteúdo local será retomada e aprimorada.

A **política de preços de combustíveis da Petrobras será reorientada**. O mercado brasileiro é aberto a importações, mas isso não significa que o petróleo retirado no Brasil, aqui transportado e refinado, com custo bem menor que o internacional, seja vendido aos brasileiros segundo a Nova Política de Preços da Petrobras do governo Temer, a PPI (Paridade de Preços Internacionais), enormemente mais caro que o produto nacional. Essa mudança tem por objetivo garantir um preço estável e acessível para os combustíveis. O gás é um produto que não pode faltar na casa das famílias. O governo Haddad vai criar o **Programa Gás a Preço Justo**, que garantirá que o preço do gás caiba no bolso das famílias para que todos possam cozinhar e comer com dignidade e segurança novamente.

5.1.5 Diversificando a matriz de transporte

O crescimento econômico em bases consistentes exige a retomada de investimentos em **infraestrutura de transporte limpa, que garanta diversificação dos modais de cargas e passageiros**, incluindo ferrovias, hidrovias e meios menos poluentes, melhorando a eficiência operacional no escoamento da produção ao mercado interno e exportação. Exige também a redução de custos logísticos, aumentando a

competitividade das exportações brasileiras e a redução do custo dos bens para o consumo interno.

A política de infraestrutura de transportes do governo Haddad será orientada por três diretrizes: (1) recuperar, modernizar e expandir a infraestrutura de transportes, promovendo a progressiva racionalização dessa matriz; (2) expandir a parceria com o setor privado com foco no usuário, por meio de medidas como o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios da área de transporte e do mercado privado de crédito de longo prazo, para **ampliar a infraestrutura com modicidade tarifária**; (3) fortalecer as instituições federais para retomar as funções de planejamento e de regulação, aperfeiçoando o aparato de gestão na área de transporte que compõe o Sistema Nacional de Transporte (DNIT, VALEC, EPL etc.) e construindo um novo modelo para a INFRAERO, as Companhias de Docas e o setor aquaviário.

5.1.6 Novo modelo de mineração

O Brasil possui uma imensa riqueza mineral. O país, porém, exporta minérios brutos, sem valor agregado, gerando empregos em outros países. Por outro lado, crimes ambientais como o de Mariana (MG) e de Barbacena (PA) ligaram o sinal de alerta máximo pelos impactos ambientais e sociais que produziram. Além de exigir a punição dos responsáveis, o governo Haddad vai criar um **novo marco regulatório da mineração**, a ser construído de forma participativa, prevendo medidas para que a atividade mineradora produza com maior valor agregado e responsabilidade social e ambiental.

O marco ainda conterá previsão para a responsabilização das empresas e pessoas físicas quanto aos impactos ambientais e sociais por práticas que desrespeitem a legislação; a criação de órgão de fiscalização e regulação da atividade mineradora; estímulo ao desenvolvimento tecnológico e inovação das empresas do setor; e a instituição de políticas para as comunidades atingidas pela mineração, inclusive compensação financeira. A **agregação de valor à cadeia da mineração e a produção sustentável** contribuem para o desenvolvimento do país e para a proteção da sociobiodiversidade brasileira. Além do marco regulatório, é preciso investir em pesquisa e mitigação de impactos para o setor.

5.2 PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA E AO SANEAMENTO

Reconhecemos o acesso universal à água e ao saneamento como um direito fundamental que deve pautar todas as políticas públicas referentes à segurança hídrica. Por isso, atuaremos fortemente **para garantir a oferta de água para todos e todas com qualidade e regularidade**, em sintonia com as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de Água e Saneamento da ONU.

Para isso, serão **retomadas as ações iniciadas nos governos Lula e Dilma** e adotadas novas medidas para **ampliar a infraestrutura de oferta de água**, com o fim de reduzir a vulnerabilidade às secas em regiões com balanço hídrico crítico. Isso ocorrerá por meio da retomada ou início de obras de adutoras, canais e barragens, priorizando o consumo humano e a dessedentação animal. Será também desenvolvida a **política de reuso e reciclagem** da água, de **promoção da eficiência hídrica** e de busca de **fontes não-convencionais**, como a dessalinização de água do mar. Será adotado um **novo modelo para expansão da irrigação**, que considere tanto os agricultores familiares quanto a produção em larga escala e que priorize tecnologias que garantam a racionalização dos recursos hídricos.

Vamos investir na **gestão sustentável dos recursos hídricos**, interrompendo os processos de privatizações, aperfeiçoando o arcabouço legal/institucional do Sistema Nacional em linha com as ações previstas no Projeto Legado da ANA, de modo a promover uma governança efetivamente pública. Ademais, é preciso avançar na **revitalização de bacias hidrográficas** e na **despoluição dos rios** para recuperar sua capacidade hídrica. Essas tarefas deverão ser desenvolvidas com ampla participação da sociedade, no âmbito dos Comitês de Bacia.

O Presidente Lula tirou do papel o Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco. Nosso

próximo governo concluirá as obras paradas pelo governo ilegítimo, retomará as ações de revitalização do Velho Chico e repactuará com os Estados beneficiados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) os termos do sistema de gestão das águas da Transposição. O governo Haddad fortalecerá, ainda, as ações federativas com vistas a **proteger os aquíferos estratégicos e os lençóis freáticos** racionalizando seu uso, evitando riscos de contaminação e superexploração e privatização.

Será retomado o apoio a Estados e Municípios para dar consequência à Política de **Saneamento Ambiental Integrado** que avance no objetivo de universalização da cobertura de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário e na disposição e tratamento de resíduos sólidos, para atender os brasileiros com um serviço de saneamento eficiente. As iniciativas de saneamento rural serão ampliadas, priorizando o atendimento de áreas do semiárido brasileiro, da Amazônia Legal e da bacia do Rio São Francisco, com a expansão do atendimento das comunidades indígenas, de remanescentes de quilombos, de reservas extrativistas, de projetos de assentamento da reforma agrária, populações ribeirinhas e outras. Os Municípios terão apoio federal para levar adiante a **gestão integrada de resíduos sólidos** sob sua responsabilidade.

5.3 VIVER BEM NAS CIDADES

As cidades brasileiras abrigam 87% dos brasileiros, uma imensa parcela da população que busca melhores condições de vida. **A transição ecológica tem como horizonte o Direito à Cidade**, entendido não apenas como o combate às desigualdades, com a provisão de moradia digna, segurança jurídica na posse da terra e condições básicas de infraestrutura urbana, que fazem parte da agenda da reforma urbana, como também a democratização dos espaços urbanos, a prioridade do viário para o transporte coletivo e mobilidade ativa e a perspectiva de tornar as cidades mais limpas e saudáveis.

A Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela reforma urbana por prever o princípio da função social da propriedade urbana e diversos instrumentos que garantam a sua aplicação. Nas três últimas décadas, diversas leis foram criadas para fazer cumprir a Constituição, como o Estatuto da Cidade (2001), lei federal que dispõe sobre os mais relevantes instrumentos de combate à especulação, de regularização fundiária urbana e de garantia ao direito à habitação. Lula criou o Ministério das Cidades (2003) e o Conselho das Cidades (2004), sancionou o projeto de lei de iniciativa popular que criou o Fundo e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) e promoveu o Plano Nacional de Habitação (2007/2008), além de ter viabilizado as leis nacionais de saneamento (2009) e de resíduos sólidos (2010). A Lei Nacional da Mobilidade Urbana (2012) completou a estruturação de uma base legal e institucional moderna e compatível com um novo modelo de desenvolvimento urbano sustentável para o século XXI.

Na contramão do avanço contínuo na política urbana, o governo golpista editou Lei nº 13.465/2017, que alterou as bases da regularização fundiária urbana e rural. Essa lei representa uma ruptura na trajetória de progressivo cumprimento da função social da propriedade. Como consequência, o último ano foi marcado pela concentração de terra urbana e rural e aumento do desmatamento.

Haddad reafirma seu compromisso com a agenda de reforma urbana e enfrentará as necessidades habitacionais, com uma estratégia que considere a hierarquia, a diversidade e a complexidade da rede urbana na estruturação das políticas urbanas, e as diferentes formas de enfrentamento do problema da moradia. O peso econômico e populacional das cidades exige uma política de desenvolvimento urbano como componente estratégico para implementação de um projeto de país que recupere o combate às desigualdades como compromisso fundamental.

Os reconhecidos avanços obtidos nos mais de 13 anos de governos Lula e Dilma ainda não foram suficientes para alterar a lógica de reprodução das desigualdades em nossas pequenas ou grandes cidades, sobretudo das regiões metropolitanas, onde os problemas são mais complexos e exigem maiores investimentos. Há, ainda, grandes déficits de infraestrutura, muitas vezes associados à segregação representada pelas favelas e pela moradia periférica, como expressão socioterritorial da desigualdade do

país. Para garantir o direito a viver bem nas cidades, é necessário **transformá-las em territórios inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**.

5.3.1 Novo marco regulatório de desenvolvimento urbano

Para que isso ocorra, a nova Política Urbana que será implementada pelo governo Haddad, além de gerar maior articulação entre as políticas de planejamento territorial, saneamento, regulação fundiária, habitação e mobilidade urbana, também dialogará com as agendas ambientais, de combate à violência e às desigualdades racial e de gênero.

Será instituído novo **Marco Regulatório de Desenvolvimento Urbano**, que terá como referência a Nova Agenda Urbana aprovada na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em 2016, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como do Estatuto da Cidade e todo o marco institucional aprovado até 2014. O objetivo desse novo marco é garantir o direito à cidade, a democratização do espaço público e a sustentabilidade urbana. Ele criará o **Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)** que aprimorará os mecanismos de **cooperação federativa**, de sorte a compatibilizar as agendas das pequenas, médias e grandes cidades, bem com a dos Estados maiores e menores. O Sistema definirá novos e adequados mecanismos para uma **governança metropolitana ou regional**, além de estimular a participação de setores não estatais na política urbana.

O governo federal, por meio do SNDU, instituirá **programa de assistência técnica para a qualificação e o aumento da capacidade técnica e de gestão** dos municípios e estados, que, por sua vez, serão estimulados a ampliar sua contribuição no fortalecimento da capacidade institucional e de gestão do poder local, principal responsável pelas políticas urbanas.

5.3.2 Garantindo o direito à moradia

O governo Haddad vai enfrentar o desafio de garantir **moradia digna** para o povo, a partir da diversidade de alternativas de atendimento, contemplando: urbanização e regularização fundiária de loteamentos irregulares e assentamento precários; produção de unidades novas de Habitação de Interesse Social – HIS, incluindo promoção pública, privada e por autogestão; locação social; retrofit de edifícios habitacionais em áreas consolidadas; implantação de loteamentos de HIS; provisão de material de construção com assessoria técnica à habitação popular.

O **Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)** será retomado com modificações relevantes para que possa ser uma ferramenta que contribua com a estratégia da nova política urbana. Criado para enfrentar a crise de 2008, o programa teve resultados expressivos, pois, além de estimular a economia e gerar empregos, melhorou as condições habitacionais de milhões de brasileiros e brasileiras, já que em nove anos foram contratadas cerca de 4,28 milhões de novas unidades.

O governo Haddad vai **fazer o aperfeiçoamento do PMCMV**, buscando privilegiar a localização dos conjuntos habitacionais em áreas consolidadas, dotadas de infraestrutura urbana e mais próximas dos empregos. Serão estimuladas, ainda, a elaboração de projetos de melhor qualidade, assim como a incorporação de boas práticas e tecnologias ambientais, como reuso de água e eficiência energética. O PMCMV terá como meta a contratação de 2 milhões de moradia até 2022, com prioridade para as famílias de baixa renda. Será priorizado o atendimento às famílias da Faixa 1 (renda familiar de até R\$1.800). **As modalidades rural e Entidades serão fortalecidas** – com maciça participação popular em sua implementação –, pois foram alvos de desmonte pelo governo golpista.

Essa nova etapa do programa, por sua vez, vai requerer uma estratégia que considere outros aspectos além de produção massiva de unidades, exigindo uma visão mais abrangente e integrada no âmbito do Ministério das Cidades – que deverá ser reestruturado para possibilitar uma ação mais articulada – e uma interlocução mais proativa com os municípios e estados, cujas iniciativas devem ser apoiadas pelo governo federal, ensejando maior flexibilidade nos programas habitacionais.

Para garantir uma melhor localização e inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, o governo federal deve induzir os municípios a adotarem medidas efetivas de combate à especulação imobiliária e cumprimento da função social da propriedade, adotando instrumentos capazes de combater a retenção de imóveis e terrenos ociosos. Imóveis desocupados e sem destinação dos três níveis de governo e de autarquias federais deverão ser utilizados para a produção de habitação social. Ademais, um novo mecanismo poderá ser criado: o “subsídio localização”, um valor adicional para incentivar a produção de habitação social bem localizada.

O enfrentamento da questão habitacional exige outros programas, além da produção de unidades novas. O Programa PAC Urbanização de Assentamentos Precários será retomado, visando garantir a implantação de infraestrutura em assentamentos precários e loteamentos irregulares, a eliminação das áreas de risco, a recuperação ambiental e a garantia do direito de permanência e posse dos moradores de assentamentos informais. Para tanto, será elaborada uma **Política Nacional de Regularização Fundiária** com a utilização dos mecanismos históricos das administrações populares a fim de fazer face ao marco regulatório trazido pela Lei nº 13.465/2017, que deverá ser revista. A formulação de um **programa de Locação Social** para a reforma e adequação de edifícios para uso habitacional poderá possibilitar o atendimento de grupos sociais vulneráveis em regiões consolidadas das cidades e, ao mesmo tempo, tornar-se-á um instrumento de recuperação de áreas um processo de degradação.

A criação de programas com menor custo médio unitário, como a provisão de lotes urbanizados com material de construção, pode, sobretudo nas pequenas cidades, ampliar o benefício com menor custo e subsídio. A destinação de recursos não onerosos para os municípios que tenham capacidade institucional e urbana para implementar programas habitacionais compatíveis com sua realidade urbana, conforme as diretrizes do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Desenvolvimento urbano, poderá gerar uma melhor relação custo/benefício nos investimentos do governo federal.

5.3.3 Diálogo federativo na construção de soluções para os problemas urbanos

Promoveremos a implementação do Estatuto da Metrópole, por meio de aperfeiçoamento da **governança interfederativa**, de modo a garantir soluções pactuadas para os problemas que atingem as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com destaque para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. Também serão aperfeiçoados os mecanismos de governança das cidades médias e pequenas visando a otimização de recursos públicos e a agilidade nas soluções para problemas de caráter regional ou intermunicipal.

Ademais, o governo Haddad promoverá, retomará, fortalecerá e ampliará os mecanismos de participação social na elaboração e execução de políticas públicas, como Conferências e Conselhos.

5.3.4 Mobilidade e acessibilidade urbana: uma cidade ágil que valoriza a vida

Um dos maiores desafios para assegurar o viver bem nas cidades é a mobilidade urbana, especialmente nas grandes cidades. Por isso, vamos investir em infraestrutura de mobilidade sustentável, que reduza o tempo de deslocamento das pessoas, que rompa com o paradigma excludente e poluente do transporte individual motorizado e que assegure tarifas acessíveis.

A prioridade do governo será apoiar a **expansão e a modernização dos sistemas de transporte público, prioritariamente os de alta e média capacidade** – trens, metrô, VLT, BRT e corredores exclusivos de ônibus. Simultaneamente, serão incentivados Estados, DF e Municípios a promover o transporte público confortável – piso rebaixado, motor dianteiro, ar condicionado, suspensão macia – e a implantação de ciclovias, exigindo essas políticas como condição de acesso a recursos para mobilidade.

A diretriz estratégica é o fomento ao **transporte público acessível e inclusivo** para pessoas com deficiência e idosos, que dê conforto e segurança aos passageiros e que já antecipe o fato de, nos próximos

anos, haver mais idosos do que crianças no Brasil. Além disso, o governo Haddad municipalizará a CIDE combustível para assegurar a redução das tarifas, expansão das gratuidades e do transporte público.

Serão incentivados os sistemas de carona solidária e de compartilhamento de veículos, que aumentam a eficiência de consumo de combustível e uso do espaço urbano com veículos individuais. Além disso, o governo fará investimentos no desenvolvimento tecnológico nacional para alavancar a frota de veículos movidos a etanol, biodiesel, biocombustíveis e híbridos; também serão incentivados os veículos elétricos alimentados pela eletricidade limpa. Será promovido ainda o transporte não motorizado, com a expansão de ciclovias e calçadas.

Em parceria com os Municípios, DF e Estados, o governo federal vai desenvolver políticas para **redução drástica dos acidentes e mortes no trânsito**, através de ações permanentes nas escolas e junto à sociedade, com melhoria na formação de condutores e com redução de velocidade nos centros urbanos.

5.3.5 Cidades resilientes, menos poluídas e mais iluminadas

Para construir **cidades menos poluídas**, o governo apoiará e incentivará os Estados e os Municípios a adotarem uma política de gestão ambiental urbana que proporcione a proteção dos mananciais, o aumento das taxas de arborização urbana e de áreas de lazer, o estímulo à redução do consumo de energia, da emissão de poluentes que afetam a qualidade do ar, solo e água e de GEE; da promoção de energia limpa, do uso sustentável da terra e dos recursos naturais, da proteção de ecossistemas e da biodiversidade.

A **resiliência urbana** para diminuição do risco de desastres será perseguida por meio de medidas que promovam a adaptação às alterações climáticas. Para isso, o governo vai investir em ações de **defesa urbana e drenagem** para prevenção, controle e mitigação de riscos de enchentes e inundações recorrentes, bem como de despoluição de cursos d'água. Ademais, apoiará as medidas para **contenção de encostas e deslizamentos em áreas de risco**, além de dar suporte à estruturação e fortalecimento de **sistemas de monitoramento e alerta de desastres naturais**.

Para assegurar cidades mais iluminadas, o governo federal vai apoiar, por meio de PPP, os **municípios de todo país a trocar sua iluminação pública por iluminação a LED**, que, além de reduzir drasticamente o consumo de energia, contribui para a segurança e mobilidade das pessoas.

5.3.6 Gestão de resíduos

O governo deverá retomar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), baseada na Lei nº 12.305/2010 e no Decreto nº 7.404/2010, em especial no que se refere à eliminação dos lixões no país, ao cumprimento das metas de reciclagem e à efetivação dos acordos setoriais relativos à logística reversa. Ademais, irá aprofundar medidas visando incorporar princípios da **economia circular**, para estimular o uso racional dos recursos energéticos e materiais, de sorte a gerar resíduos mínimos e promover o consumo consciente. A transição ecológica requer o rompimento com o paradigma linear da produção-consumo-descarte.

Para tanto, o governo federal deverá **apoiar o DF, os estados e municípios na implantação de PNRS**, em linha com as diretrizes nacionais – prevendo o tratamento e disposição final eficientes dos resíduos sólidos urbanos, mediante a implantação de aterros sanitários e de sistemas fechados de compostagem em aglomerados urbanos –, **incentivar a coleta seletiva e a reciclagem**, ampliar a responsabilidade dos particulares com seus resíduos, adotar medidas eficazes, assegurar acordos setoriais que garantam a logística reversa e apoiar as cooperativas de catadores como um elemento estrutural da política.

Ademais, o governo federal adotará medidas concretas para diminuição dos impactos ambientais gerados pelo consumo de descartáveis, estimulando a mudanças de hábitos para redução de seu uso e/ou substituição por materiais biodegradáveis.

5.4 VIVER BEM NO CAMPO

Terra, água e biodiversidade estão no centro da crise ambiental brasileira, que também afeta as cidades. Assim, a transição ecológica **realça a interdependência entre cidade e campo**. Para se viver bem nas cidades, é fundamental que o campo produza alimentos saudáveis. Por outro lado, o viver bem no campo pressupõe a extensão para o rural dos bens e serviços que, muitas vezes, limitam-se às cidades, tais como saneamento básico, saúde, educação, cultura e internet de alta velocidade. **É preciso superar a legislação atual que define o rural como o lugar onde não há infraestrutura urbana.**

O projeto neoliberal submete os bens públicos ambientais aos interesses do mercado. Para tanto, defende a flexibilização completa da regulação voltada para esses bens. Entendemos que o Poder Público tem um papel fundamental na democratização do acesso a terras rurais e urbanas, no ordenamento dos usos do solo e da água, na proteção da biodiversidade e na regulação democrática dos recursos naturais. Mais do que isso, o Estado deve prover políticas articuladas voltadas ao território, terras, rios e florestas, visando o viver bem no campo e na cidade.

É no campo que os impactos das mudanças climáticas serão mais sentidos, dada a vulnerabilidade da produção aos seus efeitos, tanto na agricultura de subsistência, com efeitos graves sobre os povos do campo, das florestas e das águas, quanto na agroexportadora que tem papel importante na balança comercial brasileira. Entretanto, é também **o campo que pode dar contribuições mais substanciais para a transição ecológica no Brasil**. O uso democrático e sustentável da terra, com a preservação da biodiversidade e dos seus serviços ecossistêmicos (principalmente a água), é essencial para a prosperidade socioeconômica das presentes e futuras gerações de brasileiras e brasileiros.

O Brasil precisa aproveitar o momento de desvalorização do câmbio e dos altos preços das principais commodities exportadas para dar solidez a práticas mais sustentáveis de produção no campo. A prioridade deve ser a **produção agroecológica**, tornando as práticas de **agricultura de baixo carbono** formas dominantes de produção no agronegócio e na agricultura familiar, em sintonia com a UNCTAD que, desde 2013, afirma que o mundo precisa de novos paradigmas no desenvolvimento agrícola pautados pela “intensificação ecológica”.

Evidentemente, essa perspectiva envolve um processo de transição de longo prazo, que deve ser intensificado no nosso próximo governo. Essa agenda passa pela recriação, em órgão único, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Aquicultura e Pesca, bem como pelo redesenho dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

5.4.1 Produzir alimentos saudáveis

O Brasil é um dos países que mais consome agrotóxicos no mundo. Enquanto nos EUA se consome 2.6kg/ha/ano de agrotóxicos, aqui, se consome 6.1kg/ha/ano, incluindo aqueles sabidamente cancerígenos e causadores de má-formação na gravidez, proibidos na maior parte do mundo.

Para mudar essa situação, o governo Haddad vai instituir um **programa de redução de agrotóxicos**, com medidas específicas e imediatas, entre as quais destacam-se o estímulo aos biopesticidas e a atualização da legislação nacional às recentes recomendações da FAO. Ademais, serão revisados os incentivos fiscais e tributários existentes para os insumos químicos proibidos em outras partes do mundo, além de fortalecidas a avaliação e a fiscalização periódicas dos agrotóxicos autorizados no país pela ANVISA.

Serão incentivadas a agricultura com método de produção integrada e a construção de uma política de manejo e cuidado para culturas especiais (*minorcrops*) com poucas ou quase nenhuma alternativa fitossanitárias, com foco em alternativas e práticas agroecológicas. Serão banidos também no Brasil os

agrotóxicos que já estão proibidos nos principais mercados internacionais do Brasil.

5.4.2 Políticas para o agronegócio

A produção e exportação agropecuária é um dos carros-chefe da economia real brasileira, especialmente na última década, caracterizada pela alta dos preços das principais commodities no mercado internacional. Esse segmento – que inclui a agricultura, pecuária, a indústria de insumos e o setor de serviços – responde por 23% do PIB e por mais de 40% das exportações do país.

O apoio do governo federal deve ser acompanhado da **regulação do grande agronegócio** para mitigar os danos socioambientais, impedir o avanço do desmatamento, assegurar o ordenamento da expansão territorial da agricultura de escala, corrigir as permissividades normativas, impedir excessos das subvenções públicas e subordinar sua dinâmica aos interesses da soberania alimentar do país. O crédito rural terá mudanças. Além de não financiar práticas produtivas ofensivas ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas, serão valorizadas as boas práticas ambientais na agricultura. O novo marco legal do Plano Safra conterá diretriz para que, até 2030, o financiamento esteja integralmente voltado para a agricultura de baixo carbono (Plano Safra ABC). Além disso, por meio de políticas fiscais, serão estimuladas as **exportações de produtos de maior valor agregado** para reduzir a primarização da pauta exportadora.

5.4.3 Democratização da terra e reforma agrária

A Reforma Agrária, em um país que tem a história de dominação da terra pelas elites políticas e econômicas, é a principal ferramenta para a construção da vida digna no campo, enfrentando os problemas do capitalismo moderno e excludente. O reconhecimento de direitos, a democratização do acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar visam estimular a ruralização voluntária, em contraposição à urbanização forçada.

Para isso, **o governo Haddad colocará a reforma agrária no centro da agenda pública nacional**. Promoverá a atualização dos parâmetros de aferição da função social da terra rural, como determina a Constituição, que contemplará não só a produtividade econômica, mas também a legislação ambiental e trabalhista. O **Imposto Territorial Rural (ITR)** será totalmente reformado e transformado em tributo regulatório de **caráter progressivo no tempo**. Juntamente com outros mecanismos legais, o novo ITR será voltado para desestimular o processo especulativo, as práticas predatórias ao meio ambiente e a aquisição de terras por estrangeiros.

Além disso, o governo promoverá a **regularização fundiária dos territórios tradicionais e historicamente ocupados, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas e assegurará a titularidade prioritária às mulheres** nos lotes dos assentamentos nos programas de reforma agrária.

5.4.4 Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica

O governo Haddad dará prioridade absoluta ao **fortalecimento, à expansão da agricultura familiar e à promoção da agroindustrialização**, especialmente a baseada em processos cooperativos, de diversificação da produção regional, de estruturas produtivas de pequeno e médio porte articuladas com um sistema de armazenamento e comercialização dos produtos da agricultura camponesa. Para tanto, atualizará e ampliará o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e reorientará a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a compra de alimentos da agricultura familiar. O governo federal estimulará o fortalecimento de mecanismos simplificados para potencializar o escoamento da produção da agricultura em mercados, feiras e comércios locais que façam chegar alimentos saudáveis a preço acessível nas grandes cidades.

O desafio estratégico a ser enfrentado pelo governo na agricultura de larga escala e a familiar é a transição para um **modelo produtivo de base agroecológica**. Essa transição não será simples, nem imediata.

Implicará desde mudanças na maneira de alocar os recursos até alterações nos currículos dos cursos de agronomia e técnicos agrícolas. Nesse contexto, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) terá papel importante, razão pela qual ele será retomado, fortalecido e ampliado no próximo governo.

Além disso, vamos aprimorar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e recuperar a Embrapa para assegurar centralidade para as pesquisas voltadas à agricultura de base agroecológica. O PRONAF também terá mudanças. O programa, cujo valor saltou de pouco mais de R\$ 2 bi, em 2002/2003, para quase R\$ 30 bi, em 2015/2016, será simplificado, fortalecido e ampliado, e conterà ações que promovam a indução da produção agroecológica e a tomada de crédito por mulheres produtoras. Ademais, conterà mecanismos para o acesso ao crédito pelos segmentos empobrecidos da agricultura familiar e pelos povos do campo, das águas e das florestas.

5.4.5 Aquicultura e pesca

O governo Haddad recolocará a pesca e aquicultura na agenda do país, com ações voltadas a estimular a produção e o consumo interno, às exportações de pescado e, sobretudo, à estruturação da cadeia produtiva, com práticas ambientalmente sustentáveis. Será desenvolvida uma **forte política de inclusão social e econômica dos pescadores artesanais**, com ações de melhoria da renda, do crédito, da infraestrutura, da assistência técnica, da comercialização e da garantia dos direitos sociais; o objetivo é a redução das desigualdades. Ademais, o governo implantará um **robusto programa de desenvolvimento da aquicultura** com investimentos em pesquisa, em crédito, em assistência técnica, em licenciamento ambiental e em emissão das Cessão de Águas da União.

5.4.6 Direitos humanos e sociais no campo

Temos compromisso com a efetivação dos direitos sociais dos povos do campo, das águas e das florestas. Todos os programas e ações do governo federal serão voltados igualmente para as cidades e para o campo, de modo a assegurar as condições de permanência e o viver bem no meio rural, com saúde, educação, moradia digna, saneamento, iluminação, transportes e atrativos culturais, de esporte e de lazer. Merece, ainda, destaque a **universalização do acesso à internet banda larga barata e acessível em todas as localidades**.

Serão fortalecidos programas e ações voltados à infância e adolescência e implementado o **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. A educação do campo, indígena e quilombola será priorizada, com investimentos na formação de professores, na construção e reforma de escolas e na aquisição de veículos adequados ao transporte escolar seguro, com oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional dos jovens do campo e fomento à pedagogia da alternância. O governo enfrentará duramente a violência no campo e a impunidade, de modo a assegurar os direitos humanos dos que lutam pelo direito à terra e ao território, especialmente dos defensores de direitos humanos.

5.4.7 Viver bem no semiárido

Lula foi presidente que mais fez pelo Semiárido brasileiro. As políticas de segurança alimentar, de transferência de renda e de segurança hídrica, **com a participação da sociedade civil no seu desenho e execução**, mudaram a região. No próximo governo serão fortalecidas as políticas de inclusão produtiva e **superação da pobreza, as políticas de enfrentamento à seca, de combate à desertificação** e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; políticas de **convivência com o semiárido**, em especial as práticas de manejo e conservação do solo, da vegetação nativa e das águas, que promovam a soberania alimentar, hídrica e energética, conservando paisagens e serviços ecossistêmicos, numa perspectiva agroecológica. Será ainda retomado e ampliado o **projeto 1 milhão de cisternas**, apoiando as iniciativas de autogestão e convivência com o semiárido.

5.4.8 Proteção e defesa dos animais

A Constituição de 1988 veda práticas que submetam os animais à crueldade, e a Lei de Crimes Ambientais criminaliza os atos de abuso e maus-tratos de animais nativos ou exóticos. O aparato legal, porém, tem sido insuficiente. Diversos movimentos sociais denunciam o descumprimento e pregam o reconhecimento dos direitos dos animais. Inspirado pelas experiências internacionais, o governo promoverá um amplo debate para a construção de **políticas públicas nacionais de proteção e defesa dos animais**, em especial na área de educação, visando a construção de uma nova cultura sobre tema.

5.5 DESMATAMENTO ZERO, PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE E O PAPEL DA AMAZÔNIA NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

A transição ecológica requer que um forte compromisso do governo federal com a proteção às florestas e à sociobiodiversidade. Nesse sentido, assumimos o compromisso com a **taxa de desmatamento líquido zero até 2022**. Para a expansão da produção agropecuária, **os mais de 240 milhões de hectares já abertos para agricultura e pastagens no Brasil devem ser usados de forma mais eficiente**.

O fim da expansão da fronteira agropecuária é fundamental para a preservação da biodiversidade e para a provisão de serviços ecossistêmicos vitais para a prosperidade socioeconômica do país e para a manutenção dos meios de vida de povos do campo, das florestas e das águas, tais como provisão de água, regulação do clima, fertilização, formação de solos, dentre outros. Sem florestas não há chuvas e sem chuvas não há água, o que agravará o racionamento nas metrópoles e demais cidades brasileiras.

O governo federal fiscalizará o **cumprimento imediatamente o Código Florestal**, incluindo o Cadastro Ambiental Rural. Além disso, fortalecerá a proteção das unidades de conservação e dos demais bens da natureza.

A conservação da biodiversidade brasileira é realizada em grande medida pelos povos do campo, das águas e das florestas. Por isso, o governo assegurará seus direitos territoriais, enfrentará os conflitos socioambientais e estimulará a economia da floresta, com políticas de valorização dos produtos da sociobiodiversidade, assim como de mecanismos de garantia de preço e valorização da conservação dos biomas.

As políticas inovadoras que a transição ecológica requer terão impacto direto na Amazônia, que representa cerca de 60% do território brasileiro e constitui a maior cobertura de floresta tropical do planeta. A região concentra 98% das terras indígenas e 77% das unidades de conservação que, somadas aos territórios quilombolas, representam 32% da superfície do País. Sua extensão e biodiversidade abriga 170 povos indígenas, 357 comunidades remanescentes de quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, assentados da reforma agrária, entre outros. Essa fantástica diversidade cultural será integralmente acolhida e incorporada ao processo de transição ecológica.

A transição ecológica traz para a Amazônia a oportunidade de ter um papel de liderança na criação de alternativas capazes de enfrentar os desafios das crises econômica e ambiental. A Região, responsável por cerca de 1/5 da água doce do mundo, captura em suas ricas florestas e solos quantidades substanciais de carbono que, do contrário, se concentrariam na atmosfera, gerando aquecimento global. A transição terá como fundamento também um modelo ecológico de desenvolvimento territorial mediado pela tradição, pela cultura e pela convivência harmoniosa com a floresta.

A **valorização da Amazônia** tem papel fundamental na integração sul-americana. Dentre os cinco países de maior biodiversidade do mundo estão o Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Além disso, partilham esse bioma a Bolívia, o Equador, a Guiana e o Suriname. Esses países já possuem uma agenda estratégica de cooperação, o que facilita pensar a transição ecológica no espaço ampliado da concertação regional.

A transição ecológica ainda dialoga com as **transformações territoriais da Amazônia**, possibilitando o enfrentamento ao desmatamento, às atividades madeireiras e queimadas ilegais, à expansão desordenada da pecuária e da soja, bem como à implantação de grandes projetos minerais, energéticos e viários que implicam em graves consequências para a territorialidade, cultura e sobrevivência dos povos amazônidas. Para isso, será preciso aperfeiçoar os mecanismos de governança do Estado brasileiro, assegurando o necessário diálogo federativo e a participação social no processos decisórios.

5.6 NOVA GOVERNANÇA PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

A transição ecológica requer a mobilização de todos os segmentos da sociedade. Haddad tem autoridade e experiência para construir um **novo pacto social pela transição ecológica**, que integre as forças sociais no campo e na cidade comprometidas com essa agenda. Para isso, será realizada a **Conferência da Terra** para reunir diversos setores da sociedade na discussão sobre as múltiplas dimensões e sentidos da transição ecológica, no intuito de construir consensos à altura dos desafios que virão. Essa grande articulação exige novo modelo de governança para os bens da natureza no Brasil, que incluirá:

- **Alinhar as Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA)** à estratégia de transição ecológica, para assegurar recursos para os programas e ações previstas neste Plano;
- **Criação do Programa de Transição Ecológica**, trazendo um novo modelo de planejamento, gestão, execução dos programas e ações relacionados com a agenda da transição ecológica;
- **Redesenho e empoderamento dos órgãos governamentais de gestão dos recursos naturais** (terra, água e biodiversidade);
- **Fortalecimento da gestão participativa na transição ecológica**, por meio de medidas que impliquem maior institucionalização, ativação e responsividade das conferências, conselhos e órgãos colegiados.
- **Criação de instância integradora, ligada diretamente à Presidência da República**, dotada de poder para pactuar e condicionar a atuação de todos os ministérios e demais órgãos do governo federal.

A nova governança para os bens ambientais que se propõe, sob o comando pessoal e direto do Presidente da República, conduzirá a transição ecológica do país, permitindo que o Brasil se torne uma potência ambiental.

As mudanças climáticas representam um grande desafio para o planeta. **Com esse programa, o Brasil poderá liderar pelo exemplo e atuará para uma governança global efetiva dos bens públicos ambientais.** As respostas brasileiras ao Acordo de Paris e à Agenda 2030 e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se tornarão referências para outros países em desenvolvimento.

O governo Haddad proporá a criação de um **Fundo de Adaptação dos países da América Latina e do Caribe** para apoiar países da região a enfrentar desastres climáticos. Além disso, atuará para **fortalecer a cooperação Sul-Sul em mitigação e adaptação**, buscando integrar mercados, para gerar demanda e escala suficientes para impulsionar os novos mercados bens e serviços sustentáveis. Observando os princípios da solidariedade internacional e das **responsabilidades comuns mas diferenciadas**, atuaremos para garantir que as nações mais desenvolvidas cumpram com seus compromissos de facilitar e de garantir a transferência de tecnologias de baixo carbono, capacitação e acesso a financiamento de baixo custo aos países em desenvolvimento.

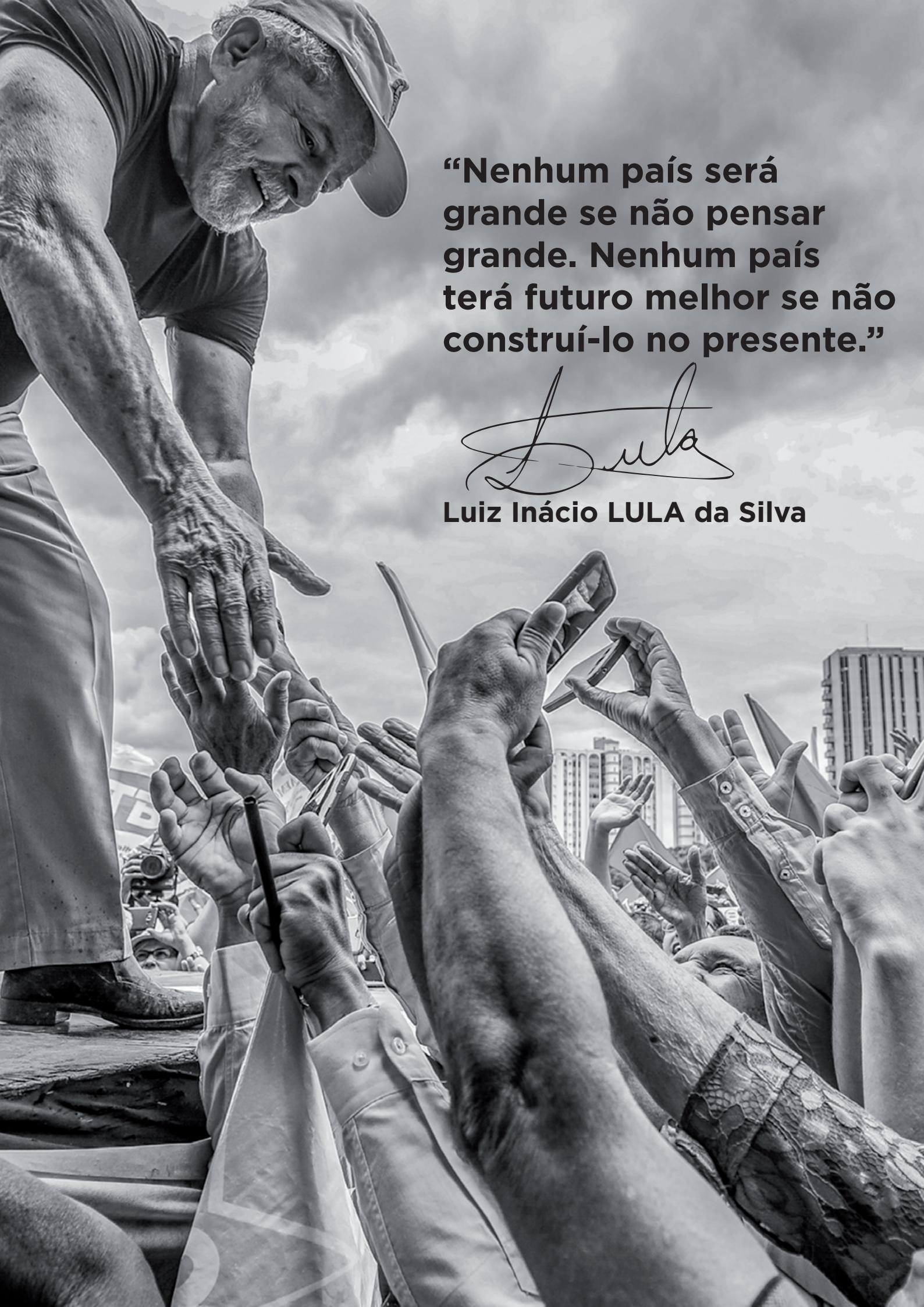
5.6.1 Educação ambiental

A transição ecológica pressupõe uma **consistente política pública de educação ambiental**. Os processos educadores ambientalistas devem estar no coração do governo e perpassar todas as políticas públicas e formas de atuação do Estado brasileiro junto à sociedade.

A **transversalidade** da temática exigirá uma política de **educação ambiental permanente**,

continuada e articulada com a totalidade da sociedade brasileira. Sem participação social não há educação ambiental.

O governo retomará as ações de educação ambiental implementadas desde 2003 e desenvolverá uma estratégia nacional de educomunicação socioambiental e de programas voltados a escolas, instituições e territórios sustentáveis, inclusive programa de formação de educadores/ as ambientais comprometidos com a transição ecológica. Apoiará também os Estados, o DF e os Municípios na formulação e implantação de políticas de educação ambiental, envolvendo universidades, escolas e demais órgãos públicos, redes, movimentos sociais e toda a sociedade civil organizada.



**“Nenhum país será
grande se não pensar
grande. Nenhum país
terá futuro melhor se não
construí-lo no presente.”**

A stylized, handwritten signature of Luiz Inácio Lula da Silva in black ink.

Luiz Inácio LULA da Silva

Programa da Coligação

VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL

Guilherme Boulos e Sonia Guajajara

Introdução

O programa de governo da aliança que envolve PSOL, PCB, MTST, APIB, Mídia Ninja e vários outros movimentos sociais tem objetivo de apresentar uma nova esperança para o Brasil, um projeto de país e de nação soberana, democrática, igualitária, revertendo o caos atual de aprofundamento das desigualdades sociais, do medo e da desesperança.

Após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, o Brasil passa por um reordenamento ultra-liberal do Estado, com o aprofundamento de ataques a toda ordem de direitos históricos da classe trabalhadora e setores oprimidos; há uma lógica opressiva e repressiva de extermínio nas periferias urbanas contra os mais pobres, jovens, negros, mulheres, LGBTI, no campo, contra os sem-terra, os povos indígenas, há uma crise de representações políticas e da institucionalidade construída pela Nova República.

Num país em que seis pessoas concentram a mesma riqueza que cem milhões de brasileiros, em que os bancos ampliam seu lucro em 21% e o agronegócio amplia o desmatamento da Amazônia em 27% – num único ano – mesmo com crescimento econômico negativo, não é de se estranhar que se amplie entre o povo o medo de um futuro ainda pior.

Mas apesar da ofensiva liberal para desmontar o Estado e precarizar direitos para que o Capital recomponha suas taxas de lucros, o Brasil não sai da crise. A ilegitimidade e impopularidade do governo Temer atinge níveis históricos, a crise econômica e social mantém o Brasil na estagnação e sem perspectiva de crescimento. Dramáticas taxas de desemprego, precarização salarial e de direitos, aumento do ódio, da intolerância e da violência. O Brasil precisa de outro caminho, pois se em algum momento imaginou-se ser possível conciliar os interesses dos trabalhadores e da “Casa Grande”, a história recente demonstrou que esse caminho não é alternativa.

Mas há também de uma ampla e multifacetada resistência social. Este quadro nos faz partir da ideia de que os dois eixos ordenadores deste programa são a luta contra a desigualdade social, visando seu fim – traço estrutural do país em suas mais diversas e perversas facetas nos seus 518 anos de história – e a democratização do poder político. Ou seja, a construção de outro projeto de poder cujo princípio seja a radicalização da democracia e da participação popular na busca de outro modelo de sociedade.

Por isso, vamos enfrentar os privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país. A estrutura oligárquica, predadora, atrasada, super-exploradora do capitalismo brasileiro, agora em sua fase ultraliberal, tem que ser confrontada com medidas e propostas que toquem a raiz dos privilégios dos dominantes, nesse sentido radical sim, pois não se pode pensar em democratização do poder e combate a desigualdade social sem tocar nos privilégios.

O programa apresenta medidas para enfrentar o capital financeiro, o agronegócio, os monopólios (incluindo os do controle da informação da grande mídia), combater os laços da dependência econômica, comercial e tecnológica, mudar a lógica de um aparelho de Estado ultra repressivo e voltado para agredir o seu próprio povo.

Por isso, apresentamos um perfil de programa anti-sistêmico, popular, radical e que combata o conservadorismo.

A fundamentação deste programa será a da centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas demandas de mulheres, negros e negras, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática. Será transversal nas suas demandas para buscar uma totalidade para um projeto de nação.

Por isso quando falarmos de modelo de desenvolvimento e de política econômica, estaremos falando e muito de meio-ambiente, de um balanço dos modelos de crescimento predadores de recursos naturais, florestas e comunidades humanas; estaremos falando também de mundo do trabalho e da seguridade social, da política de geração de empregos para a juventude.

Quando abordarmos as demandas das pautas de opressões, estaremos falando da maioria da classe trabalhadora brasileira. Não estaremos tratando "apenas" e separadamente do feminismo, da luta da negritude, das reivindicações do movimento

LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil. Trata-se de um profundo acerto de contas histórico que um novo programa de esquerda tem que fazer com a herança do genocídio negro e indígena, da escravidão e da opressão.

Quando estivermos falando de Estado e democratização do poder estaremos tratando da soberania nacional, da necessária democratização dos meios de comunicação, de um estado voltado para os direitos sociais, de participação popular na decisão dos grandes temas nacionais, de uma outra política de segurança pública, cidadã.

Por isso, decidimos construir esse programa a muitas mãos, de forma coletiva. Foram 17 Grupos de Trabalho, com quase 300 pessoas de movimentos sociais e da intelectualidade, para formular um programa que, sem perder a totalidade do projeto de país, fizesse um diagnóstico e um conjunto de propostas para cada um dos temas onde estão as demandas mais sensíveis do povo brasileiro. Submetemos os trabalhos iniciais para debate público e coleta propostas na plataforma online do Vamos. Também realizamos atividades públicas, em todas as regiões do Brasil! Por fim, chegamos a esta síntese, instrumento que apresenta entendimentos e demandas urgentes de nosso povo, um programa de governo de baixo para cima!

Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil é, portanto, um programa de país que apresenta seguir medidas para as principais questões nacionais que precisam ser respondidas nas eleições de 2018.

I- PARA TIRAR O BRASIL DA CRISE: UMA ECONOMIA A SERVIÇO DAS PESSOAS

O Brasil é um país continental com níveis abissais de desigualdade e de carências de infraestrutura física e social, que ainda enfrenta uma das maiores crises de sua história. Os últimos governos adotaram uma política de conciliação de classes nos anos 2000 favorecido por um cenário externo que permitiu a expansão de investimentos públicos e gastos sociais, redistribuindo renda na base da pirâmide sem enfrentar a concentração de renda no topo e seus mecanismos de reprodução. A política econômica e o orçamento público passaram a ser cada vez mais capturados pelos interesses de grupos de alto poder econômico e político, com prejuízos graves à maioria da população.

O breve ciclo de investimento dos anos 2000 também serviu para demonstrar como o desenvolvimento econômico pode tomar formas predatórias sobre o meio ambiente, de descaso com populações nativas e trabalhadores atingidos pelos grandes projetos e fortalecer o poder econômico. O programa de economia procura estabelecer as condições para a implementação de um novo projeto, reorganizando a estrutura produtiva nacional e direcionando o sistema de ciência, tecnologia e inovação para um modelo voltado a atender majoritariamente as longas carências que existem na sociedade brasileira.

A crise atual não é mais do que reflexo do esgotamento de um modelo de desenvolvimento insuficiente para promover mudanças estruturais necessárias, para que se estabeleça um processo de real transformação social. Sem uma reestruturação adequada da matriz industrial brasileira, sem a redução do peso fiscal provocado pela sustentação da dinâmica do rentismo e sem um processo substancial de transferência de renda para a população, qualquer suposto desenvolvimento econômico estará fadado aos ciclos de curta duração.

Nos cinco anos que antecederam a crise financeira internacional de 2007-8, o 0,1% mais rico da população se apropriou de 68% do crescimento da renda nacional. Ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao

crescimento acelerado dos rendimentos de trabalhadores da base da pirâmide — fruto da valorização do salário mínimo e do crescimento de setores muito intensivos em mão de obra menos qualificada —, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve altamente concentrada na mão dos super ricos.

Enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, o 1% mais rico subiu a sua parcela de 25% para 28%. Mais uma vez, fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% naqueles anos.

Desde o fim do ciclo de alta no preço dos produtos que mais exportamos (petróleo, minérios de ferro e *commodities* agrícolas), em 2011, a agenda de crescimento substituiu investimentos públicos e gastos sociais feitos diretamente pelo Estado pela concessão de incentivos à lucratividade das grandes corporações. As desonerações fiscais e demais medidas adotadas não só não geraram os efeitos esperados sobre os investimentos privados e as exportações, como ampliaram o caráter concentrador de renda da política econômica e contribuíram para deteriorar as contas públicas.

Desde 2015, a adoção da agenda de ajuste fiscal pela via dos cortes de investimentos e gastos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura e demais serviram para aprofundar a recessão brasileira e ampliar desigualdades. A falta de uma agenda para o crescimento econômico sustentável e a geração de empregos formais está tornando esta a mais lenta recuperação da história das crises brasileiras. O esgotamento do modelo anterior, sem nenhuma proposta de sua superação, no fim, é a causa também da deterioração das contas públicas, adiando a retomada da arrecadação de impostos e produzindo o aumento da dívida pública em proporção do PIB.

Além disso, desde o golpe parlamentar de 2016, o projeto para o país defendido pelo grande capital e aplicado pelo governo Temer acelerou o processo de desnacionalização iniciado na década de 90. Há uma tentativa em curso de destruir os mecanismos que nos permitiriam recuperar a capacidade do Estado de promover o bem-estar da população com o governo impondo uma política de desmonte institucional e promovendo a rapina das empresas estatais pelo capital internacional.

Além da privatização e do aumento de participação de empresas estrangeiras em setores estratégicos para o país, a partir da alteração da regra de exploração do Pré-Sal, que permite que outras empresas (nacionais ou estrangeiras) explorem nossos poços de petróleo, alterações na lei de mineração, e as tentativas de privatização da Eletrobrás e, até mesmo, do Aquífero Guarani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km², o golpe serviu também para mudar as relações entre capital e trabalho. A flexibilização do mercado de trabalho brasileiro se deu pela permissão do uso da terceirização em toda e qualquer atividade e da aprovação da reforma trabalhista – que alterou 117 artigos e 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) –, podendo ser sentida pela classe trabalhadora a partir do desemprego, das demissões em massa e da ampliação do trabalho informal e precarizado. O Brasil foi chamado à ordem e o governo Temer está integrando o país às normas de reprodução do capital no plano internacional.

O Brasil é o quinto país em extensão territorial e o primeiro em área agriculturável no planeta e tem as maiores reservas de água doce e riquezas minerais de importância estratégica como o nióbio. Apesar do processo de desindustrialização que vem sofrendo, possui ainda uma base industrial que permite rapidamente avançar na recuperação da indústria de transformação e tecnologia de ponta, além de uma posição geopolítica privilegiada no Atlântico Sul e na América do Sul. Temos amplas condições de superação da crise atual, através da utilização de nosso mercado interno e nosso potencial econômico.

Logo, a crise será enfrentada através da recuperação de uma trajetória de desenvolvimento, em que se procure responder aos problemas estruturais da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o processo de construção nacional fornece sustentação a uma política de geração de emprego e renda. Trata-se, portanto, de um programa focado em uma política de investimentos direcionada à melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura e na redução das desigualdades regionais, com um forte componente de geração de empregos e de melhoria direta das condições de vida da classe trabalhadora.

A mudança estrutural, aliada a uma perspectiva de integração regional, também irá contribuir para a superação da nossa inserção externa subordinada, marcada pela especialização na produção de *commodities* e importação de bens manufaturados de alto valor agregado. O programa propõe uma mudança na lógica de organização das

políticas industriais tradicionais, pensando a integração da política produtiva e tecnológica na política de desenvolvimento regional e urbano, definindo metas a partir da solução de questões concretas e de amplo interesse da população.

O programa distingue-se por ser, primeiramente, um projeto de transformação da estrutura econômica nacional, mas com coragem para enfrentar as questões relativas ao conflito distributivo que isso representa. Sua proposta se inicia, assim, com um amplo programa de geração de emprego com mudança estrutural, recolocando as questões macroeconômicas como formas de financiamento e sustentação do programa de transformação.

1. Desenvolvimento Produtivo e Tecnológico e Integração Nacional

As tentativas recentes de alteração radical nos padrões de vida da população através de políticas sociais, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, esbarraram nos limites da transformação social sem uma adequação gradual da estrutura produtiva às necessidades crescentes da população. A estrutura produtiva, desse modo, deve ser capaz não só de gerar mais empregos e renda como também de atender parte da expansão de uma demanda mais diversificada e sofisticada de bens e serviços, produzindo não só baixo impacto ambiental, mas também que proteja os direitos das populações nativas, quilombolas e trabalhadoras e trabalhadores.

No plano internacional, a ampliação das escalas produtivas, com a ascensão da manufatura chinesa e as transformações tecnológicas em curso – como a configuração da Indústria 4.0 – apontam para um horizonte de aprofundamento da desindustrialização e da especialização primário exportadora. O ressurgimento de políticas industriais de grande porte e, mais recentemente, o recrudescimento de políticas comerciais de cunho protecionista nas economias industrializadas ampliaram consideravelmente o cenário de incerteza sobre o comportamento da indústria e do comércio mundial no médio prazo. Nessa conjuntura, somente políticas realmente comprometidas com a transformação estrutural da economia brasileira poderão fazer frente aos desafios que serão colocados.

A conjuntura atual aponta para uma realidade em que as estratégias de desenvolvimento produtivo nacionais irão adquirir cada vez mais importância e urgência. Desse modo, um modelo de desenvolvimento nacional passa por ações de grande porte na promoção de uma estrutura produtiva diversificada, com base em políticas de inovação tecnológica e com atenção às necessidades sociais, regionais e

ambientais. A construção de um modelo de desenvolvimento nacional com amplo envolvimento da sociedade e capaz de mobilizar os recursos e instrumentos necessários passa também por rediscutir o sentido desse desenvolvimento produtivo e tecnológico seguido nas últimas décadas pelo Brasil e tendo como resultado a regressão de sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Muito mais que a promoção de empresas e setores considerados chaves, a política industrial deve pensar a reestruturação da indústria nacional a partir da assimilação das novas tecnologias e sua aplicação no provimento de uma infraestrutura social de bens e serviços públicos de maior qualidade e tecnologicamente mais eficientes. Com isto, haveria a possibilidade de políticas produtivas e tecnológicas que garantissem contrapartidas sociais claras, sem, contudo, abrir mão da promoção de tecnologias estratégicas e de instrumentos voltados ao fortalecimento da estrutura industrial brasileira.

Diante dessas transformações, é necessário rediscutir o tema e pensar novas formas de conduzir políticas para o setor industrial que evitem sua captura pelas grandes empresas e que ao mesmo tempo promovam o fortalecimento da estrutura produtiva brasileira, como condição para um desenvolvimento soberano. O que se propõe nesta agenda é uma nova forma de orientação das políticas voltadas para o setor produtivo, adaptada a partir da ideia de “política orientada por missões”. Essas políticas serão direcionadas para resolução de problemas concretos e de longa data da sociedade brasileira, com objetivo social bem definido.

Dessa forma, a política produtiva e tecnológica tem como sentido primordial a adequação gradual do sistema científico, tecnológico e de inovação aos problemas da própria sociedade, moldando assim novas trajetórias de especialização do setor produtivo brasileiro.

A proposta que se segue é a formação de eixos de atuação das políticas para o setor produtivo voltados para ações orientadas à solução de problemas históricos da sociedade brasileira, isto é, a construção de um plano de desenvolvimento voltado ao encaminhamento de soluções produtivas e tecnológicas para problemas estruturais da sociedade brasileira. Define-se, portanto, como uma política que visa utilizar a imensa carência de infraestrutura social para garantir maior apoio político, ampliação da escala produtiva de parte da indústria nacional e o aumento do encadeamento de importantes

setores industriais no Brasil através do fortalecimento de complexos produtivos ligados aos eixos temáticos propostos.

A organização a partir de tais eixos procura construir novas formas de apoio popular às políticas para o setor produtivo em função da geração de benefícios sociais diretos, de médio e de longo prazos. A reorganização da lógica de atuação da política produtiva e tecnológica ainda permite rediscutir o sentido da organização do sistema nacional de inovação e garantir um maior controle social das ações propostas. Parte-se, portanto, do princípio que a finalidade social juntamente com a ampliação do debate e do apoio da opinião pública sobre desenvolvimento produtivo e tecnológico podem criar as condições para a execução de uma política de grande porte necessária para fazer frente às mudanças previstas na estrutura produtiva mundial.

Em termos concretos, são eixos das políticas públicas em torno de temas gerais: **mobilidade urbana, saneamento básico e recursos hídricos, sistema de saúde – em particular a cadeia produtiva em torno do SUS** – e desenvolvimento dos biomas regionais – envolvendo o desenvolvimento de tecnologias aplicadas, o mapeamento dos genomas e a reorganização das zonas locais de produção a partir do papel do Estado na estruturação das cadeias de distribuição.

Os eixos procuram articular as políticas relativas ao fomento de setores chaves na economia nacional. O eixo de mobilidade urbana fornece um bom exemplo da organização dessa proposta de política, os investimentos nesta área possuem grande capacidade de geração de emprego, possuem insumos intensivos em tecnologia – podendo servir de base para políticas de conteúdo local – e possuem também efeitos de encadeamento consideráveis com a indústria nacional de bens de capital, além desses investimentos terem efeitos imediatos sobre a qualidade de vida da população nos grandes centros urbanos.

As chamadas tecnologias habilitadoras da nova revolução industrial possuem características que possibilitam explorar muitas dessas possibilidades. A disseminação dessas tecnologias ocorrerá, sobretudo, através da aplicação de soluções tecnológicas customizadas a uma série de atividades industriais, criando importantes nichos de mercado na exploração de serviços tecnológicos ligados tanto à manufatura como aos bens públicos (por exemplo, transporte, saneamento, energia renovável). Por suas características de tecnologias de propósito geral e com ampla disseminação nas

atividades produtivas, os serviços públicos estarão entre os grandes demandantes dessas tecnologias habilitadoras da manufatura avançada.

Com a mudança da lógica de orientação da política produtiva e tecnológica, parte dos recursos destinados à promoção do setor produtivo passa a estar atrelada à ampliação do estoque de bens e serviços públicos funcionais à melhoria do bem-estar social. A intensificação tecnológica dos serviços públicos e a ampliação de inovações voltadas ao desenvolvimento regional servirá de base para o incremento dos sistemas setoriais de inovação atrelados à modernização da infraestrutura social. Uma política com tal recorte tem como meta o aumento da adequação da estrutura de oferta às necessidades estruturais do desenvolvimento nacional, porém criando condições para o aumento da capacitação tecnológica de empresas brasileiras que atendam essas demandas.

O foco em problemas historicamente já colocados pela sociedade brasileira permite ainda utilizar a estrutura institucional já existente, como Embrapa, Embrapi, Fiocruz e o sistema de universidades públicas que, em geral, já são polos regionais importantes para a execução da política tecnológica e de inovação. Como o foco nas políticas passa a estar ligado a questões locais específicas, o programa procura estabelecer a centralidade da política de desenvolvimento regional como guia para as ações relativas às políticas produtiva e tecnológica.

Tal desenho de política de desenvolvimento produtivo procura integrar um conjunto fragmentado de políticas de desenvolvimento regional em uma política produtiva e tecnológica articulada em nível federal. Esta articulação serviria para criar um norte de coesão na infraestrutura relativa ao desenvolvimento regional, ampliada ao longo dos anos 2000. Com isto, articular em uma estratégia nacional a expansão dos Institutos Técnicos Federais, novos *campi* de universidades federais no interior do Brasil e as unidades regionais da Embrapa e outros centros de pesquisa. Avançar na integração dessas estruturas regionais é fundamental para explorar o potencial criado pela expansão recente das instituições de pesquisa locais, convertendo-as em instrumentos importantes para promover o aumento da produtividade e capacitação dos produtores locais.

Portanto, não se trata de se reinventar setores prioritários, nem trajetórias e paradigmas tecnológicos. Pelo contrário, defende-se que é possível criar condições para a promoção de empresas nacionais em setores dinâmicos do ponto de vista tecnológico,

porém com diferenças significativas sobre a forma de execução das políticas e cobrança dos atores envolvidos. A proposta se dirige sobretudo à mudança da lógica de articulação das políticas industriais, procurando ampliar o debate sobre o sentido do desenvolvimento e a participação da sociedade nas políticas científicas e tecnológicas.

Embora a proposta busque estruturar um norte para a política produtiva e tecnológica, não é de forma alguma excludente com as políticas de inovação de corte horizontal e com políticas verticais já estruturadas, como no caso da indústria de informática, das energias renováveis, da cadeia parapetroleira e da indústria de defesa.

A proposta de política produtiva porém, parte do princípio que é necessário: (i) criar articulação entre as políticas regionais e urbanas de desenvolvimento e a política produtiva e tecnológica em nível federal; (ii) ampliar os instrumentos de cobrança de contrapartidas e de controle social sobre a utilização dos recursos e o cumprimento de metas; e (iii) expandir as arenas de discussão sobre o sentido das políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência e tecnologia.

A garantia do controle público sobre esse modelo de desenvolvimento deve garantir o fortalecimento dos instrumentos necessários para a sua execução, o que inclui um maior protagonismo das empresas estatais e bancos públicos. Recuperar o protagonismo da política de base popular sobre a condução da economia significa também recuperar o papel tradicional das empresas estatais como instrumentos de promoção do aumento da competitividade setorial, através de políticas de compra e desenvolvimento tecnológico de fornecedores e empresas prestadoras de serviços, assim como ampliar a capacidade de regulação sobre os grandes grupos econômicos e de setores fornecedores de bens públicos – que em sua maioria possuem alto índice de concentração.

2. Instrumentos de Regulação e Instituições Públicas

Durante a última década, presenciaram-se mudanças substantivas no capitalismo brasileiro. A política de promoção de grandes empresas nacionais ampliou o grau de concentração industrial no Brasil e fortaleceu os grandes grupos econômicos de capital. O resultado dessa política foi a consolidação da presença de grupos econômicos em posições estratégicas na estrutura industrial e responsáveis pela organização de uma vasta gama de atividades de fundamental importância para o desenvolvimento nacional,

em um processo em que o modelo de desenvolvimento favoreceu a concentração do poder político.

No caso específico das grandes construtoras, o arranjo societário dos grandes projetos de investimento público e das concessões realizadas durante o Governo do Partido dos Trabalhadores privilegiou o papel central delas enquanto gestoras e realizadoras dos contratos e obras. A reorganização de cadeias produtivas estratégicas como na indústria parapetroleira e na indústria de defesa igualmente pretendia ter nas grandes construtoras agentes importantes na absorção de tecnologias chaves para garantir o fortalecimento da competitividade da indústria nacional nessas cadeias produtivas – como no caso do submarino nuclear.

O alto custo social e político da promoção dos grandes grupos econômicos, como demonstrou a conjuntura política recente, comprova o quão frágil pode ser um projeto de desenvolvimento apoiado em tais atores. É, portanto, necessário estabelecer instrumentos que melhorem o controle público sobre a transparência na condução dos projetos e cumprimento dos contratos. Neste sentido, a realização dos acordos judiciais apresenta uma oportunidade para que através da transferência de ações entre grupo controlador e setor público possa-se não só restituir os cofres públicos como ampliar os mecanismos de regulação pública sobre grandes grupos econômicos.

Nessa situação, o BNDES Participações – BNDESPar – passaria a depositário das ações em nome da União, colocando o Estado Brasileiro – em posição de *stakeholder* – no conselho deliberativo dos grupos econômicos envolvidos em processo de corrupção. Isso permitiria a redução dos riscos da descontinuidade dos projetos de investimento e de processos de transferência de tecnologias estratégicas, o que é especialmente importante no caso da indústria de Defesa. A participação pública ainda possibilitaria a ampliação dos canais de articulação destes importantes atores com as políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Além da ampliação do controle público sobre as grandes construtoras envolvidas em processos de corrupção, o programa defende a suspensão do processo de desnacionalização que vem sendo conduzido após o Golpe – como o emblemático processo de entrega da Embraer que vem sendo conduzido. A experiência internacional, demonstrada em situações recentes em que o Estado Nacional de economias avançadas atuou impedindo a aquisição de empresas de tecnologia estratégicas – como o

impedimento da aquisição por empresas estrangeiras da Qualcomm pelo governo dos Estados Unidos e da Aixtron pelo governo alemão – indica como no mundo contemporâneo o controle nacional sobre tecnologias chaves é considerado de interesse estratégico.

A maior participação pública nas grandes empresas em setores de alta intensidade tecnológica e a atuação das empresas estatais como promotoras do aumento da competitividade sistêmica continuam sendo elementos fundamentais em estratégias exitosas de desenvolvimento econômico no mundo contemporâneo. Por isso, é mais do que necessário, dadas as transformações recentes no capitalismo mundial, fortalecer o conjunto de empresas públicas como forma de garantir uma inserção internacional soberana. Empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás são, nessa perspectiva, instrumentos de intervenção estratégica do Estado na criação de condições para o desenvolvimento nacional.

A desastrosa política de preços recente da Petrobrás demonstra o alto custo social que pode representar a perda de controle público sobre setores que são estruturantes da economia nacional, como é o caso do setor de combustíveis e de energia. O controle público desses setores representa a garantia de sua articulação em uma política de desenvolvimento, com tarifas baixas e com respeito a legislação ambiental.

Nesse sentido, para aprofundar o controle sobre setores estratégicos, vamos reverter as privatizações, retomar o controle nacional da EMBRAER que é um setor de ponta e alta tecnologia. E buscar a nacionalização de setores como água, telecomunicações, e mineração com eficiência, transparência e controle social.

Em sentido oposto, setores estratégicos que foram privatizados apresentam atualmente baixas taxas de investimento e tarifas com elevado preço. A necessidade de se cumprir os contratos de concessão e ampliar os instrumentos de regulação sobre esses setores de infraestrutura, nesse contexto, passam a ter relação direta com qualquer plano de desenvolvimento produtivo e tecnológico. O setor de telecomunicações, por exemplo, tem papel chave na possibilidade de se criar condições para que o sistema industrial brasileiro possa assimilar parte das tecnologias da Indústria 4.0. Sem isso, qualquer esforço de ampliar a competitividade das empresas brasileiras ficaria comprometido

pela ausência de condições sistêmicas, tendo em vista o atraso da adequação da infraestrutura existente ao paradigma tecnológico.

A mudança do paradigma tecnológico vem redefinindo o papel do Estado e a necessidade de sua atuação no provimento de infraestrutura física, científica e tecnológica para a promoção da competitividade de todo o conjunto de empresas nacionais. Portanto, a viabilidade das políticas produtivas e tecnológicas requer maior capacidade de o setor público atuar na formação de recursos humanos e pesquisa básica, procurando coordenar Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), universidades e setor privado.

Os instrumentos públicos nesse caso devem estar voltados para a formação de uma rede de empresas integradoras das tecnologias do novo paradigma e de empresas produtoras de tecnologias aplicadas aos eixos de política produtiva e tecnológica. Neste sentido, é necessário dar continuidade à diversificação das formas de financiamento à inovação – como as chamadas públicas para *Venture Capital*, fundos não reembolsáveis e as modalidades de renda variável – ampliando os canais de atuação da Finep e BNDES. Deve-se atrelar a isto, porém, mecanismos que atuem também pelo lado da demanda pública através dos eixos de desenvolvimento propostos.

As instituições de financiamento devem, portanto, ampliar sua atuação direcionada à complexificação do setor de serviços tecnológicos e de empresas difusoras de tecnologias. Essa seria uma das formas de fortalecimento e complexificação do sistema de pequenas e médias empresas no Brasil. Mesmo reconhecendo a importância fundamental do crescimento e aumento da renda agregada para o conjunto das pequenas e médias empresas em especial, o fortalecimento desse segmento de empresas requer também a mobilização não só dos instrumentos tradicionais – como por exemplo, o Sebrae – como também a reorganização da infraestrutura de desenvolvimento regional, atuando na promoção de empresas de tecnologia de base regional e na reestruturação das cadeias de distribuição.

O plano de ação para pequenas e médias empresas de base regional, em geral, deve atuar não só via instrumentos de incentivo, mas deve contemplar igualmente as políticas de estruturação das redes de distribuição local. A atuação de instituições públicas na organização da distribuição da produção de complexos produtivos locais é condição para aumentar a viabilidade das pequenas empresas que não se encontram nos

grandes centros urbanos e para ampliar os efeitos das políticas de desenvolvimento regional.

As propostas desenvolvidas podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

- i. Criação de um grande programa de Obras Públicas no Brasil que irá expandir investimentos públicos em mobilidade urbana, moradia, saneamento básico e recursos hídricos, sistema de saúde, energias renováveis e desenvolvimento de biomas regionais para:
 - superação de carências e desigualdades históricas – de renda, de acesso a serviços e regionais;
 - saída da crise com geração de empregos e renda;
 - para o desenvolvimento de setores produtivos e tecnologias, incluindo a capacitação de pequenas e médias empresas.
- ii. O programa deverá articular entes federais, estaduais e municipais, bem como empresas privadas, bancos públicos e instituições de pesquisa:
 - além dos investimentos diretos a nível federal, investimentos de estados e municípios como contrapartida à renegociação e reestruturação de suas dívidas com a União;
 - financiamento de longo prazo a taxas de juros subsidiadas via BNDES e outros bancos públicos para inovação e investimentos das empresas nos setores-chave;
 - aumento do controle social e público sobre as empresas contratadas para a realização dos investimentos, o que inclui a utilização dos instrumentos legais como forma de aumentar a participação acionária da BNDESpa;
 - fortalecimento de institutos técnicos federais, novos campi de universidades e institutos de pesquisa (e.g unidades regionais da Embrapa) dentro da estratégia de desenvolvimento produtivo;
 - política específica para micro e pequenas e médias empresas nacionais.

- iii. Reverter o processo de desmonte dos bancos públicos e das empresas estatais para recuperar a capacidade de planejamento e coordenação dos investimentos de longo prazo em setores estratégicos, visando o crescimento econômico sustentável.

A utilização das instituições públicas como articuladoras das políticas de transformação da estrutura produtiva requer o imediato fim da privatização e desmantelamento do sistema de empresas públicas e instituições voltadas à pesquisa a que vem sendo conduzido. Para isso, o programa defende a construção de uma estrutura fiscal e tributária voltada à sustentação do processo de reestruturação da economia brasileira a partir das ideias propostas.

3. Uma Macroeconomia voltada à transformação social

A instituição de um novo modelo de financiamento das políticas públicas e desenvolvimento social somente será feita através da ampla mobilização do excedente econômico para as políticas de mudança estrutural da economia brasileira. A reorganização do orçamento público em torno de princípios mais democráticos e voltada ao processo de redução das desigualdades precisa enfrentar a lógica de captura das agências públicas pelo setor financeiro e reverter os mecanismos de transferência de renda para os ricos através dos juros e benefícios fiscais.

O programa prevê a recuperação da capacidade de gastos do Estado através da mudança da estrutura tributária, com simplificação e ampliação significativa da progressividade, e através da revisão da institucionalidade fiscalista que impede a utilização do gasto público como um instrumento de desenvolvimento e geração de emprego. A regulamentação financeira será o terceiro instrumento que possibilitará a redução do gasto com a dívida pública e a utilização da taxa de câmbio de forma mais estratégica.

A reorganização das finanças públicas e da gestão macroeconômica será reformulada em torno dos seguintes pontos:

3. Democratizar a composição das agências reguladoras para eliminar a nefasta influência das empresas reguladas, de modo a eliminar tarifas abusivas e garantir

serviços de mais alta qualidade e realização investimentos previstos em contrato nos setores de telecomunicações, água, saúde, energia, aviação, petróleo e transportes;

ii. Reformar o sistema tributário brasileiro para aumentar a equidade e a eficiência na arrecadação e seu caráter regulatório:

- reduzir alíquotas com base mais ampla ao nível da empresa e tributar mais progressivamente na renda da pessoa física, resultando em ganho líquido de 1,3% do PIB na arrecadação de imposto de renda (de 7% para 8,3% do PIB, nível inferior ao dos países na OCDE, que é de 11,1%);
 - aumentar a alíquota de isenção do IRPF, com correção da tabela do IRPF;
 - alíquota de 35% de IRPF para rendimentos acima de R\$ 325 mil por ano;
 - tributação linear sobre dividendos com base em uma alíquota de 20%;
 - redução da alíquota de IRPJ/CSLL para 25%, mas ampliando a base de incidência pela revisão de benefícios tributários, como juros sobre capital próprio, que hoje favorecem os que podem contratar planejamento tributário e aproveitar as brechas (*eg.* Bancos);
- aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade urbana e rural de 0,6% para 1% do PIB:
 - legislação para facilitar cobrança de dívidas;
 - reajuste da planta de valores dos imóveis;
 - aumento da alíquota e da progressividade.
- aumento da arrecadação com tributação sobre herança e doações inter vivos (ITCMD) de 1,7% para 1,9% do PIB tributando as grandes fortunas na herança:
 - federalizar o imposto sobre herança e aumento da arrecadação com tributação baseada em alíquotas progressivas de 2% a 40%;

- legislação para tornar nacional a administração do imposto, integrando-o com a base de dados do imposto de renda, de modo a reduzir a evasão pela mobilidade do patrimônio.
 - imposto sobre grandes fortunas com arrecadação adicional de 0,1% do PIB;
 - tributação ambiental;
 - revisão das desonerações e outros gastos tributários;
 - aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade rural;
 - legislação para fortalecer a cobrança de dívidas e a fiscalização;
 - legislação para livrar a definição do valor administrativo dos imóveis da influência de grupos de interesse políticos (*eg.* lobby ruralista);
 - regulamentação de maior progressividade de alíquotas para fins de justiça fiscal e instrumento extrafiscal para a política fundiária e fiscalização similar à do imposto de renda para as declarações do imposto territorial rural - ITR.
 - modernização e redução gradual das alíquotas dos tributos que incidem sobre bens e serviços, como a cesta básica (Pis/Cofins, IPI, ICMS etc.):
 - eliminação de cumulatividades via migração das bases de incidência para o valor agregado, com amplo aproveitamento de créditos, tributação e repartição no destino;
 - Manutenção das contribuições para a seguridade social em um modelo baseado na tributação sobre o valor agregado.
- iii. Adaptação das regras fiscais brasileiras para garantir a preservação dos investimentos públicos e gastos sociais e a estabilização da dívida pública em proporção do PIB:

- encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95;
- rever a Lei de Responsabilidade Fiscal, atual instrumento de estrangulamento das finanças públicas e indução da privatização dos serviços públicos;
- abandono da meta de superávit primário, que por depender do nível de arrecadação, dificulta o planejamento orçamentário e reforça o caráter pró-cíclico das despesas públicas;
- definição de metas plurianuais orçamentárias com base na estabilização da relação dívida-PIB no médio prazo.

iv. Mudança no perfil da dívida pública federal visando o alongamento de prazos, a eliminação da indexação dos títulos emitidos às variáveis macroeconômicas SELIC, inflação e câmbio e, assim, a redução do pagamento de juros sobre a dívida e seu caráter concentrador de renda:

- Realização de auditoria para evitar novos contratos lesivos ao povo brasileiro junto a instituições financeiras.

v. Redução da taxa de juros básica da economia pela menor vulnerabilidade externa e mitigação dos mecanismos de propagação de choques de oferta para o conjunto de preços da economia:

- regulação dos fluxos de capital de curto prazo (até 90 dias) com cobrança IOF para reduzir a volatilidade da taxa de câmbio e seus impactos sobre a taxa de juros;
- regulação sobre o mercado interbancário de câmbio que (i) onere a formação de grandes posições compradas ou vendidas em dólar no mercado à vista, e (ii) atente para episódios de manipulação por parte dos bancos como comprovado pela investigação sobre o “Cartel do Câmbio” concluída pelo CADE para o caso dos bancos estrangeiros;
- uso de depósitos de margem, prazos e alíquota sobre os valores nominais dos contratos de derivativos para reduzir o impacto da especulação financeira sobre o câmbio;

- mudança no índice de inflação considerado pela política monetária para: (a) retirar peso dos preços administrados, que são insensíveis à ação do Banco Central e (b) substituir ano-calendário pela taxa acumulada em 12 meses ou mais;
- desindexação de contratos de alugueis, concessões, pedágios e outros do índice de inflação passada;
- mandato duplo para o Banco Central para compatibilizar combate à inflação e redução do desemprego;
- reduzir dolarização e volatilidade dos preços de combustíveis e gás de cozinha, alterando a atual política de preços da Petrobrás;
- organizar o sistema de distribuição e incentivar a produção local de alimentos baseados na agricultura familiar para reduzir volatilidade nos preços;
- aumentar a independência do Banco Central em relação ao mercado financeiro:
 - Fim da circulação de executivos de alto escalão entre instituições de mercado e Banco Central pela chamada porta giratória;
 - prestação regular de contas do presidente do Banco Central ao Congresso;
 - aumentar a representatividade do Conselho Monetário Nacional, envolvendo a sociedade civil, organizações dos trabalhadores e movimentos sociais.

vi. Redução dos *spreads* e juros cobrados pelos bancos comerciais aos consumidores e empresas:

- redução da taxa de juros cobrada pelos bancos públicos para acirrar a concorrência no setor;
- realizar através dos bancos públicos uma política de refinanciamento das dívidas acumuladas por famílias e pequenas empresas a taxas de juros menores;
- fortalecer bancos comunitários e mecanismos alternativos de fomento.

- vii. Aplicação do teto constitucional para o conjunto das remunerações das três esferas de funcionalismo público, eliminando super-salários e super-aposentadorias.

As medidas propostas visam em sua maioria recuperar a capacidade de gasto discricionário do Estado e aumentar o poder de compra da população, reativando o mercado interno e recolocando a economia brasileira em trajetória de crescimento. A revogação da reforma trabalhista e a reconstrução do sistema de seguridade social visa, por fim, recuperar os mecanismos de proteção social e solidariedade intergeracional da economia nacional.

II – PODER E POLÍTICA: PRECISAMOS DE UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

UM ABISMO SEPARA O BRASIL DE BRASÍLIA

O país vive uma crise profunda. Um abismo separa o Brasil de Brasília. Os povos das instituições políticas. O assassinato de Marielle e a prisão e perseguição política de Lula transmitem uma mensagem nítida: os de baixo não devem fazer política, não devem se organizar. Se ousarem, serão massacrados. O Brasil da Casa Grande não combina com democracia.

Com o fim do sistema de pactos da Nova República, a democracia experimenta um acelerado processo de decomposição. Consumado o golpe jurídico-midiático-parlamentar, Temer é um presidente sem legitimidade e sem nenhum respaldo social. Cada vez mais encurralado por denúncias de corrupção, o usurpador mantém o suporte institucional para cumprir o mandato até o fim. A velha representação política luta para manter de pé o combalido sistema político. A seletiva e arbitrária Lava Jato quer impor mudanças reacionárias, de modo a tornar o sistema mais blindado e repressivo. Caminhamos para um regime ainda mais restrito que despreza a soberania popular caso não haja uma vigorosa mobilização popular.

A crise do centro do sistema, tanto à esquerda como à direita, abre espaço para novas forças políticas. A extrema-direita tem aproveitado isso nos últimos anos, conquistando maior influência, com uma demagógica voz anti-sistêmica. Do outro lado, a reorganização da esquerda ganhou um impulso com o lançamento da candidatura de Guilherme Boulos e Sonia Guajajara à Presidência. É urgente nos reconectar com a insatisfação do povo, sua revolta latente contra a vida que é nos imposta no capitalismo predatório.

Os sujeitos sociais e políticos não cabem mais nessas instituições. Por isso, reivindicam mudanças radicais. No entanto, não basta apenas uma tímida “reforma política” para alterar tal situação. O que o Brasil precisa é de uma modificação

estrutural de sua forma de governo que permita uma verdadeira incorporação dos povos aos processos de decisão e gestão. O aparato institucional criado após a ditadura não foi capaz de consolidar uma democracia entre nós. Superar esse fracasso histórico exige radicalizar a democracia. Precisamos defender as conquistas democráticas da Constituição 1988 e ir além. Uma revolução democrática feita por aquelas e aqueles contra os quais ergueram-se as cercas e as armas da Casa Grande.

O Brasil clama por uma revolução democrática que possa, enfim, saldar nossas dívidas históricas com o etnocídio e a escravidão. O poder da Casa Grande e seus privilégios só poderão ser derrotado por uma outra política, aquela que já é praticada e intuída nas ocupações de sem-teto e suas cozinhas coletivas; nas aldeias indígenas com seu rico universo de saberes sobre a vida compartilhada; nas práticas de cuidado, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, na cooperação e autonomia que ligam ocupações, florestas, periferias - uma política vinculada aos saberes práticos da vida cotidiana, com o desejo de tempo livre, de festa e prazer. Nos 200 anos de Marx nos parece importante retomar a imagem da revolução que, como uma “velha toupeira”, caminha incessantemente por baixo da terra, sem que se perceba a sua trajetória. Uma política sem-teto, uma política indígena, uma política da gente que trabalha cuidando, de gente que percorre nossas estradas sentindo na pele os impactos do aprofundamento da desigualdade. É essa revolta dos de baixo que pode irromper bruscamente na superfície desafiando os comandos já enferrujados, ecoando a força de uma mulher negra que recusa a obediência, nos oferecendo pistas para uma transformação com mais ousadia do que estamos acostumados a imaginar.

Essa real democracia exige a transferência paulatina de parte das atribuições dos poderes executivo, legislativo e também do judiciário para a deliberação direta. A ideia central deste processo de radicalização da democracia é: **governar não é dirigir. Governar é garantir as condições para que as pessoas dirijam a si mesmas de forma coletiva e cooperada.** A arquitetura de democracia direta, deve ser tecida desde a proximidade, onde está a energia criativa e a pluralidade para a resolução de problemas. O tempo livre é um dos elementos da arquitetura da democracia direta. É preciso pensar em mecanismos como a garantia da mobilidade, mas também a diminuição da jornada de trabalho pago e não pago, consequentemente mecanismos de socialização desse trabalho, para a produção de tempo livre. A participação precisa ser constantemente estimulada e cultivada, ela é um exercício ativo de politização e disputa

de poder. O desafio é engajar continuamente as pessoas comuns nas decisões sobre seus cotidianos. É preciso superar o "ciclo participacionista" dos governos anteriores oferecendo maior qualidade democrática para conselhos e fóruns de gestão com poder de gestão e orçamentário.

É fundamental fornecer à deliberação popular o poder de gestão. O Estado deve decidir suas políticas públicas a partir das decisões tomadas por conselhos populares setoriais e por conselhos populares locais. Tais conselhos têm como função maior livrar o Estado da cultura neoliberal tecnocrática e do poder dos lobbies, submetendo-o ao reconhecimento da inteligência prática das classes trabalhadoras. Os conselhos devem ser como instrumentos de politização permanente da vida cotidiana e do fortalecimento do engajamento coletivo, com função de gestão/decisão orçamentária e fiscalização no nível territorial (postos de saúde, escolas, creches, equipamentos de cultura, política de transporte, cozinhas comunitárias, moradia etc) buscando conferir poder deliberativo ao território.

Uma reforma efetiva do sistema político brasileiro vai muito além da reforma do sistema eleitoral discutida no Congresso Nacional e na imprensa. Deve ser mais ampla, extrapolando a vida partidária e colocando no centro a participação popular nas decisões políticas e econômicas. A política não é monopólio exclusivo dos detentores de mandatos e nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade, sendo fundamental a ampliação dos espaços de participação, de decisões políticas e o estabelecimento de políticas públicas de educação para a cidadania. Ainda assim, a consolidação da democracia passa, também, pela necessária democratização do processo eleitoral e do sistema partidário. É preciso afirmar claramente o compromisso com o barateamento das campanhas eleitorais, com a fixação de tetos baixos para gastos como medida fundamental para equalizar a competição e reduzir o poder político do dinheiro. De igual importância, é a garantia de representação negra e indígena na forma de cotas dentro das chapas.

O Estado brasileiro precisa se comprometer ativamente com o reconhecimento da existência dos mais de 300 povos indígenas, suas línguas, suas formas de propriedade, de democracia e seu modo de vida. **Na prática, esse compromisso busca o ativo engajamento à convenção 169** no que tange não só a obras e projetos, mas à **políticas públicas**, reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida. Garantir a continuidade e a ampliação da

política de demarcação de terras indígenas e quilombolas e reconhecer esses territórios também como laboratórios vivos de experiências democráticas.

É preciso, por fim, ter coragem de acabar com os privilégios daqueles que governam e nos representam como também do amplo sistema de justiça. Os salários de parlamentares e do judiciário devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso, assim todos nós poderemos acompanhar o que se faz com o dinheiro público. A política não pode ser um lugar de manutenção de privilégios como é hoje nosso envergonhado Congresso Nacional que em nome de deus e da família brasileira segue sustentando seus interesses próprios: boi, bala, bíblia, bancos. A política deve ser o lugar, fundamentalmente, de luta contra os privilégios.

É urgente compreender o sistema de justiça como um espaço de realização da política pública de justiça, da devida prestação jurisdicional, sem desprezar as regras de autonomia e independência sem as quais juízes e juízas não poderão exercer a função de solucionar conflitos, controlar o poder e garantir direitos humanos.

Contra o sistema da governabilidade dos pactos de manutenção de privilégios precisamos convocar permanentemente a mobilização popular, a força e a voz daqueles e daquelas que lutam por uma vida digna todos os dias e que trazem no corpo o desejo de outro mundo fundado da liberdade, na solidariedade e na verdadeira democracia.

1. Todo poder aos povos!

i. Novos conselhos, conselhos de verdade: por um sistema nacional de democracia direta

Defendemos que parte da destinação de gastos de todo orçamento de investimentos da união será dedicado a um novo sistema nacional de democracia direta. Um sistema nacional de coordenação federativa, com poder de deliberação e de gestão. O sistema nacional de DD seria composto por 1) conselhos locais/setoriais (educação, saúde, cultura, transporte, moradia); 2) conselhos nacionais de política econômica e setores estratégicos (política externa, COPOM, BNDES, BB, CEF, ITAIPU, Eletrobras,

Petrobras); e também 3) formas organizativas cidadãs, cooperadas e locais da vida coletiva/comum a partir de uma política de subsídio: refeitórios e cozinhas comunitárias, arquitetura popular, pequenas produções e comércios locais e suas organizações, educação popular e cursinhos comunitários, agroecologia, ocupações culturais, grupos territoriais de fiscalização e denúncia da abordagem e violência policial; grupos de autocuidado de compartilhamento de saberes sobre saúde, corpo, alimentos, plantas medicinais; autonomia reprodutiva, autonomia econômica de mulheres.

O Estado deve decidir suas políticas públicas a partir dos acúmulos desses conselhos populares setoriais e dos conselhos populares locais – uma cogestão, portanto, que mescle democracia direta e a democracia representativa. O sistema nacional de democracia direta tem como função maior livrar o Estado da cultura neoliberal tecnocrática e do poder dos lobbies, submetendo-o ao reconhecimento da inteligência prática das classes trabalhadoras. Os conselhos funcionariam como instrumentos de politização permanente da vida cotidiana e do fortalecimento do engajamento coletivo. O sistema nacional de democracia direta deve ser desburocratizado. Parte do esgotamento participacionista do ultimo ciclo tem a ver com o *“limite à atuação participativa que setores do governo promovem. As iniciativas esbarram no controle antecipado da distribuição de recursos, que é a tônica atual da administração pública, com a utilização cada vez maior de sistemas informatizados que se autobloqueiam caso haja uma pequena imperfeição em alguma de suas partes (um dos mais famosos é o temível Siconv, sistema informatizado de convênios - o que quase impossibilita a execução de atividades fim. (IPEA, 2014)*

Uma das atribuições desse sistema nacional seria também a criação de um *centro de pesquisa cidadã para novas tecnologias de democratização*: projetos territoriais, labs, apps, tecnologia social (ampliar a ideia de tecnologia), novos e mais eficazes mecanismos de decisão, produção de materiais e formação, produção de conhecimento sobre infraestrutura da vida coletiva; código abertos, software livre; plataformas colaborativas e de decisão que possam auxiliar a dinâmica dos conselhos e do sistema nacional.

2. Transparência e Gestão em Rede: Pela radicalização da abertura de informações

Para dar de fato poder, é preciso dar informações. Apesar de grandes avanços nas políticas de transparência e acesso à informações, ainda estamos na ponta da ponta do iceberg. Existe uma deepweb dos dados públicos, que vão desde sistemas automatizados que não seguem padrões até e-mails, agendas, documentos, notícias, fotos, vídeos e uma enorme gama de informações públicas que estão arquivadas em sistemas de grandes multinacionais como Microsoft, Google e Facebook, às quais nem o próprio governo tem o devido acesso. A radicalização da transparência passa por um upgrade tecnológico no setor público, que vai resolver integrações de dados e plataformas antigas, e dotar gestores e cidadãos de ferramentas digitais com o mesmo padrão de usabilidade e acessibilidade oferecido por ferramentas digitais privadas.

A democratização do poder começa com o pleno acesso às plataformas, dados e informações públicas, sendo essa também a principal ferramenta do estado e da cidadania contra a corrupção e desvio das verbas públicas. De um lado as informações são públicas e disponibilizadas em tempo real, de outra criam-se iniciativas cívicas de controle social que utilizam desse fluxo de dados para organizar redes de fiscalização e controle das atividades e gastos públicos.

i. Poder popular de revogação, deliberação e auto-representação

- 5% do eleitorado (7 milhões dos eleitores) pode obrigar que uma decisão tomada pelo Congresso ou pela presidência seja objeto de referendo. Uma petição assinada por ao menos 10% dos eleitores pode exigir que toda e qualquer decisão tomada pelo Congresso ou pela Presidência da República seja referendada ou vetada através de consulta à população.
- **Toda e qualquer reforma da Constituição só terá validade a partir de seu referendo popular.**

- As modificações constitucionais votadas no interregno do último governo não eleito (reforma trabalhista, lei de vinculação de gastos públicos etc.) serão submetidas a referendo e, caso seja escolhida a maioria, imediatamente revogadas.
- Após dois anos de exercício, todo e qualquer mandato executivo pode ser revogado em referendo. Basta que um percentual significativo do eleitorado exija, após dois anos, um referendo revogatório que será seguido de novas eleições.
- Desburocratização da possibilidade de leis de iniciativas populares, criando um órgão que garanta a agilidade de verificação das iniciativas e as encaminhe, garantindo também a possibilidade de assinaturas digitais.
- Possibilidade de formação de chapas cidadãs para a disputa de governos municipais desde que formadas até um ano antes das eleições, que consigam um número representativo de assinaturas e que disponha em uma plataforma pública e virtual seu programa de governo assim como todos os membros filiados à chapa cidadã.

ii. **Reforma eleitoral**

- Manutenção regular dos partidos políticos exclusivamente através de contribuições de filiados (até 10 salários mínimos mensais individualmente) e do fundo partidário;
- Uso de recursos do fundo partidário para a politização constante e ações afirmativas;
- Revogação da cláusula de barreira, garantindo o direito à livre organização partidária;
- Financiamento público de campanhas, permitindo a doação ao partido de pessoa física com teto de até um salário-mínimo;
- Restringir o auto-financiamento de candidato;

- Voto proporcional em listas partidárias preordenadas com alternância de gênero;
- Proibição do licenciamento de cargo eletivo para disputa de eleições para cargo diverso;
- Regulação na divulgação de pesquisas eleitorais em período anterior às eleições e restrição da divulgação nos veículos de comunicação no prazo mínimo a ser discutido;
- Restrição de contratação de cabos eleitorais nas campanhas;
- Garantia de representação negra e indígena na forma de cotas nas chapas proporcionais;
- Democratizar a Justiça Eleitoral, criando o Conselho Nacional de Regulamentação do Processo Eleitoral, com participação da sociedade civil;
- Criar órgão fiscalizador dos processos eleitorais composto pelos Partidos e organizações da sociedade civil, com dotação orçamentária própria;
- Instituição de mecanismo de destituição popular de mandatos, na forma de referendo revogatório para cargos majoritários a ser regulamento em lei específica;
- Definir distribuição de tempo de TV e fundo partidário público igualitários e democráticos, pondo fim às distorções do atual sistema, que permite a perpetuação dos grandes partidos;
- Ampliação do prazo de campanha eleitoral dos atuais 45 dias para 90 dias, como acontecia até 2014;
- Democratização dos partidos: eleições internas com cotas para mulheres e negrxs (com financiamento partidário, justo, transparente e igualitário); transparência a partir da instituição de contas abertas nos partidos aderindo à "lei de acesso à informação" e

disponibilizando todas as informações partidárias por meio de um portal público;

- Fim da reeleição indefinida para os cargos do legislativo.

3. Combate aos privilégios

i. Legislativo:

- Todos os detentores de cargos legislativos devem compor conselhos de eleitores com os quais tenham que manter reuniões periódicas, com prazo mínimo a ser determinado para prestar contas e discutir o mandato;
- Os salários de parlamentares devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em **um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso; essas medidas também serão adotadas para o Executivo;**
- A extinção privilégios disfarçados em benefícios que fortalecem a característica elitizada e elitista do legislativo. Essas medidas também serão adotadas para o Executivo, especialmente o presidente;
- Fim da reeleição indefinida;
- Participação popular na definição das prioridades do orçamento votado pelo legislativo.

ii. **Sistema de Justiça:**

- **democratização das estruturas internas.** Órgãos diretivos de tribunais acumulam importantes atribuições na definição dos rumos da prestação da justiça, como a alocação de investimentos, realização de concursos, criação de comissões e câmaras especiais. A gestão da Justiça deve atender os interesses da população e não dos próprios juízes. Tais órgãos diretivos devem, assim, ser escolhidos de forma democrática, impedindo a perpetuação de grupos internos no poder. **A escolha dos órgãos diretivos deve se dar por sufrágio direto e secreto não só dos juízes, mas também com participação de servidores do Judiciário e dos próprios jurisdicionados.** Além disso, a tomada de decisão de tais órgãos diretivos deve sempre se dar de forma pública, contando com a **participação e audiência dos impactados pelas decisões de gestão da justiça,** jurisdicionados das respectivas comarcas, estados ou nacionalmente. Isso se concretiza mediante audiências públicas, conferências e consultas populares;
- Os **processos de indicação de ministros de tribunais superiores devem ser mais transparentes,** com a inclusão de etapas de chamamento público de candidatos ao cargo, exposição de seus currículos, permitindo a intensificação da participação social no processo de escolha;
- O orçamento do Judiciário deve contar com modalidades de participação, voltado à distribuição de justiça. Isso exige, também uma profunda revisão da LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura), com a extinção privilégios disfarçados em benefícios que criam uma justiça elitizada e elitista, afastando os juízes da realidade da maior parte dos brasileiros;
- Para além da democratização das instâncias de gestão internas, é preciso criar espaços de participação e controle popular externo no Judiciário. Devem ser criadas Ouvidorias Judiciais, compostas por pessoas de fora

do Poder Judiciário, eleitas e não subordinadas aos órgãos diretivos dos tribunais. As Ouvidorias Judiciais serão espaços de comunicação da população com o Judiciário, com voto e voz na gestão da justiça;

- As Corregedorias, como órgãos de controle interno que são, devem ser transparentes e subordinadas a Ouvidorias externas compostas por jurisdicionados e movimentos sociais. Os processos, em regra, devem ser públicos e acessíveis a qualquer cidadão.
- Institucionalizar medidas que prevejam varas itinerantes, na perspectiva de desafogar a tramitação de ações, investindo nas audiências de conciliação;
- Instituição de mandatos para ministros das cortes superiores de 6 anos;
- Outras mudanças são exigidas para que o Judiciário cumpra seu papel de realizador da política pública de justiça. É preciso que os instrumentos de defesa de direitos humanos sejam aperfeiçoados, como a ampliação para movimentos sociais e organizações de defesa de direitos a legitimidade para propositura do IDC – Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal;
- Extinção do instrumento da Suspensão de Segurança, medida autoritária e antidemocrática, que esvazia a própria autoridade da função jurisdicional. Extinção das competências da Justiça Militar para crimes cometidos contra civis. Os recentes retrocessos promovidos nesse âmbito não podem ser consolidados;
- Outro ponto relevante reside na promoção de diversidade e democratização nos quadros do Judiciário. Para tanto, é preciso que sejam adotadas ações afirmativas capazes de incluir na magistratura e nos quadros de servidores públicos da justiça pobres, mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essas ações afirmativas devem ser

gradativas de forma a incluir, na mesma proporção populacional, tais perfis;

- Estabelecer eleições para parte das vagas do Conselho Nacional da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público (também com critérios de paridade de gênero, além de inclusão de negros/as e indígenas);
- Os salários do judiciário devem ser estipulados segundo a realidade salarial do povo brasileiro e todos os seus gastos e contratações devem ser disponibilizados em um sistema online integrado de transparência total e de fácil acesso;

iii. **Poder econômico**

- Abertura da contabilidade de todas as empresas públicas ou privadas a comitês eleitos de trabalhadores;
- Fim do sigilo das operações dos bancos públicos e estatais, exemplo BNDES, BB;
- Um órgão público também composto pelo sistema DD que se dedique à inibir e eliminar o mecanismo de "porta giratória";
- Fim do sigilo fiscal dos gastos tributários no que envolve contratações públicas de serviços privados.

4. Uma democracia de verdade pelas verdades da democracia: mecanismo para dar fim à violência de Estado

Considerando que o passado do país se constituiu em torno da colonização, da escravidão, do patriarcado e da dominação de classe, e que o atual regime democrático eleitoral sucede a longa e violenta ditadura civil-militar, o acesso às informações, por meio do exercício do direito à memória e à verdade, se torna um mecanismo central no processo de democratização do país. Há em funcionamento na atualidade estratégias autoritárias estruturando uma sociedade fundamentalmente etnocida, racista, feminicida, homofóbica e um Estado violento e genocida. Para lidar com esta condição o acionamento do direito à memória e à verdade poderia ocorrer, para maior efetividade, sob o olhar do presente e tendo em vista a estrutura autoritária descrita.

Neste sentido, pensamos que o Estado brasileiro, por meio do Executivo, poderia encaminhar as seguintes medidas sobre as violações de direitos na ditadura e que se seguiu em democracia:

i. Memória e verdade, ontem e hoje:

- Abertura de todos os arquivos militares do período da ditadura (1964-1985) que se referem à estrutura de repressão e às violações de direitos;
- Envio de projeto de lei de reinterpretação da Lei de Anistia (1979) de modo a autorizar à Justiça investigar e julgar as graves violações de direitos cometidos no período por torturadores do estado;
- Esclarecimento das circunstâncias e localização dos corpos desaparecidos;
- Consubstanciado pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) **criar uma nova Comissão da Verdade que apure os crimes do Estado cometidos nas últimas décadas, após o fim da ditadura (maio de 2006, Massacre do Carandiru, genocídio da população negra etc.);**

- Abertura dos arquivos do Itamaraty, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Pedir perdão aos povos indígenas pelo etnocídio nunca interrompido, aos brasileiros negros pela violência da escravidão, aos paraguaios pelo massacre da Guerra da Tríplice Aliança.
- Constituição de um banco de dados integrado com perfis genéticos dos familiares de desaparecidos políticos da ditadura e também da democracia, bem como de todas as vítimas de execuções sumárias.
- Criação do Programa Nacional de Memória com identificação dos lugares que serviram como centro de prisão e ou tortura durante a ditadura militar.
- Proporemos a retirada do crime de desacato do ordenamento jurídico, sobretudo pela incompatibilidade com o direito à liberdade de expressão.

ii. **Democratização das Forças armadas:**

- Popularizar e democratizar o recrutamento e a produção de conhecimento e tecnologia militar, democratizando o acesso e a divulgação dos centros de conhecimento e tecnologia como ITA, escola superior de guerra;
- Desmilitarizar o ensino fundamental e médio;
- Reforçar o Conselho de Defesa de América do Sul;
- Extinção de todas as escolas de acesso (preparatórias de cadetes),

democratizando a formação do oficialato e fazendo com que essa ocorra ao menos parcialmente em universidades civis, em turmas integradas com estudantes civis;

- Responsabilizar o Ministério da Educação pela estruturação dos conteúdos em matérias não especificamente técnicas militares, na educação de militares, em todos os níveis;
- Extinguir a dupla entrada – os privilegiados entram como oficiais, os mais pobres como praças - estabelecendo entrada única.
- Afastar as Forças Armadas de atividades policiais e Desmilitarizar as Polícias;
- Subordinar, claramente, as Forças Armadas ao Poder Civil tendo como seu Comandante em Chefe o Presidente da República eleito pelo Povo diretamente e em sufrágio universal;
- Exercitar o direito à liberdade ideológica e direito de voto a todos os membros das Forças Armadas Brasileiras, inclusive recrutas;
- Forças Armadas mais como um instrumento dissuasório e de autodefesa do que uma máquina com objetivos belicistas;
- Auxiliar nos trabalhos de socorro a municípios que sofrerem calamidades, sempre por determinação do Poder civil federal;

III - VIDAS NEGRAS IMPORTAM

Diagnóstico – potenciais e limites das conquistas do movimento negro

O movimento negro brasileiro teve conquistas institucionais importantes nos últimos 40 anos. Estas conquistas integram uma rica história de resistência negra e indígena no Brasil, que passa pelas resistências dos quilombos, pelas revoltas lideradas por negros e negras, com destaque para a Revolta de Búzios, a participação de negros e negras no movimento abolicionista com destaque para o grande jurista, poeta e jornalista Luiz Gama e, no período pós-abolicionista, as importantes experiências como a construção da Frente Negra Brasileira, os vários órgãos da imprensa negra, o Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento e o Teatro Popular, de Solano Trindade.

No período mais recente, destacamos os seguintes marcos históricos. O primeiro é o ano de 1978, quando da fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, depois rebatizado para Movimento Negro Unificado (MNU) lançado nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Era um momento de rearticulação dos movimentos sociais brasileiros após o golpe militar de 1964.

Após o fim da ditadura militar, especial atenção deve ser dada ao ano de 1988, coincidentemente o momento final da Constituinte. Era o ano de celebração do centenário da abolição e o movimento negro rejeitou a agenda oficial de “comemorações” e reivindicava a ideia de uma “abolição inconclusa” tendo em vista que o processo de abolição de escravização no Brasil foi realizado dentro de um projeto de exclusão e branqueamento da população brasileira conforme atestam intelectuais como Clóvis Moura e Lilia Schwartz.

Neste momento de denúncia da abolição inconclusa, foi coroada a reivindicação do movimento negro de criminalizar a prática do racismo que foi inclusa na Constituição

que estava sendo elaborada. Até aquele momento, vigorava a lei Afonso Arinos que tipificava a prática do racismo como contravenção. Criminalizado o racismo, a sua regulamentação veio na sequência por meio da Lei 7716/89, conhecida como Lei Caó (por ter sido proposta pelo deputado federal Carlos Alberto Oliveira, conhecido por Caó, do PDT/RJ). O que se depreende deste momento é um avanço da luta contra o racismo, de sua denúncia para a proposição de medidas legais e institucionais para o seu combate. E é neste bojo que são criadas novas entidades do movimento negro no Brasil, como o Núcleo de Consciência Negra em 1987, Instituto da Mulher Negra – Geledés, em São Paulo, e a União de Negros pela Igualdade, em Salvador. Também neste final dos anos 1980 são organizados encontros nacionais da mulher negra, fortalecendo a corrente do feminismo negro. Este momento pode ser definido como o segundo marco histórico da luta contra o racismo no período recente.

O terceiro marco veio com o tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995. Neste ano, o movimento negro organizou uma Marcha à Brasília – a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que mobilizou 30 mil pessoas na capital brasileira. Uma executiva da Marcha foi recebida pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e naquele ato foi entregue um programa de medidas de combate ao racismo elaborado pelas principais entidades do movimento negro. O presidente nomeou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para dar encaminhamento as propostas e, pela primeira vez na história do Brasil, um chefe de Estado é obrigado a admitir publicamente a existência do racismo no país e a necessidade de enfrentá-lo.

Um marco simbólico da data do tricentenário foi a titulação da primeira terra quilombola no Brasil, a da Comunidade Boa Vista, no Pará, em 20/11/1995, sete anos após a promulgação da Constituição que, no seu artigo 68 das Disposições Transitórias, garantiu este direito.

Fruto deste momento, dois fatos importantes para a luta contra o racismo no Brasil: primeiro, a nomeação de Dulce Pereira, ex-militante do MNU, jornalista, para a presidência da Fundação Cultural Palmares; e segundo, o processo de preparação do Brasil para a participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo em Durban no ano de 2001.

A Fundação Palmares constrói uma série de seminários e pré-conferências nacionais para a preparação da delegação brasileira em diálogo com os movimentos sociais negros no início dos anos 2000, inclusive financiando a participação de lideranças negras em conferências continentais e de movimentos sociais na América Latina, como a realizada em Santiago, o Seminário de Experts na CEPAL e o Foro de Movimentos Sociais, em Quito. No ano de 2001, é realizada a conferência em Durban que teve vários problemas, em particular o contencioso dos palestinos com Israel e de países africanos que exigiam reparações pela escravização e colonização por meio da suspensão do pagamento da dívida externa. O Brasil, por conta do processo de preparação e dos canais de diálogo estabelecidos com o movimento negro, compromete-se internacionalmente a adotar medidas de combate ao racismo. E este momento coroa outro avanço, para além da denúncia e da criminalização, a necessidade de se estabelecer um programa institucional de combate ao racismo e de um gerenciamento específico deste programa.

Já naquele momento, pesquisas realizadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) particularmente as coordenadas pelo Prof. Ricardo Henriques demonstravam que o racismo não seria superado apenas pelas políticas públicas generalistas. Por isto, uma formulação que cresceu naquele período foi a de políticas públicas horizontais (generalistas) e verticais (ações afirmativas).

Em 2003, no governo Lula, há um avanço no combate ao racismo com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no Ministério da Educação e Cultura. A questão racial é uma das prioridades na pauta das políticas públicas da SEPPIR, órgão criado em resposta a luta histórica do movimento negro. A SECAD foi incumbida de desenvolver e articular políticas e diretrizes em prol da igualdade racial, para grupos raciais discriminados, principalmente, os negros e negras. A SECAD foi criada em 2004 pelo Ministério da Educação com o objetivo de formular e implementar políticas de inclusão educacional, tendo em vista as especificidades e as desigualdades de nossa diversidade etnicorracial, cultural, de gênero, social, ambiental, regional.

A política educacional, a partir da alteração proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 pela Lei 10.639/03, impulsionou várias ações do governo para sua

implementação. Dessa forma, foram aprovadas as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme o parecer CNE/CP Nº 03/2004.

Avançando no campo das ações da política educacional, em 2009, foi traçado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse plano resulta da mobilização de instituições como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e principalmente empenho dos movimentos sociais, em especial o movimento negro e organizações da sociedade civil. O plano define um conjunto de ações a serem realizadas no sistema educacional, estabelecendo papéis para as instituições de ensino das esferas federal, estadual e municipal.

Importante destacar que a criação da SEPPIR ocorreu somente dois meses depois da posse de Lula, no mês de março e foi fruto de uma intensa discussão que vinha desde 1995 quando o governo de então dizia que não era necessário outro órgão específico para a questão racial já que existia a Fundação Palmares. O movimento negro questionava esta posição tendo em vista que a Fundação Palmares era um órgão subordinado ao Ministério da Cultura e, portanto, suas ações eram restritas a este tema (provavelmente por esta razão que a gestão de Dulce Pereira a frente da FP tenha tido uma visibilidade e protagonismo nunca antes visto neste órgão).

A partir daí as ações afirmativas foram se consolidando com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010); Lei de Cotas nas universidades federais (Lei 12.711/2012), Lei de cotas nos concursos públicos (Lei 12.990/2014), cotas no Prouni (Lei 11096/2005). Importante destacar que todas estas leis foram produtos de muitas lutas, o Estatuto da Igualdade Racial era um projeto do deputado federal Paulo Paim e vagou por muitos anos no Congresso Nacional e só foi aprovado porque houve intensa negociação com a bancada conservadora (que redundou, entre outras coisas, na retirada do artigo que criava um fundo de recursos para a promoção da igualdade racial); as cotas começaram com experiências no estado do Rio de Janeiro (o primeiro a implementar cotas nas universidades estaduais) e na Universidade de Brasília a partir da

luta do movimento. No Itamaraty, destaca-se o programa de bolsas para o Instituto Rio Branco que forma os profissionais do corpo diplomático.

Enfim, o Brasil constituiu uma arquitetura institucional importante para o enfrentamento do racismo e a promoção da equidade racial. Neste sentido, o movimento social de negros conquistou avanços significativos. Entretanto, os problemas do racismo continuam. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado, o feminicídio atinge principalmente as mulheres negras, o encarceramento em massa cresce em números assustadores, o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo, a desigualdade salarial entre brancos e negros continua alta. A representação de negras e negros nos espaços institucionais e midiáticos continua pequena (como a ausência de negras e negros nos parlamentos, nos cargos de primeiro escalão, nos meios de comunicação de massa, entre outros). O que ocorre?

Uma primeira resposta a este dilema tem sido formulada por parte do movimento negro e é chamado de RACISMO INSTITUCIONAL. Isto é, as instituições existentes têm uma estrutura de funcionamento permeada pelo racismo e, por isto, as políticas públicas aprovadas não são implantadas a contento. Um exemplo nítido disto é a quase não aplicação da Lei Caó – o crime de racismo praticamente não é aplicado. Outro exemplo é a pequena aplicação da Lei 10639 no sistema educacional. O perfil das instituições responsáveis pela aplicação destas políticas – sistema jurídico e sistema educacional – explicaria este dilema. Neste sentido, o momento seria a discussão de reformas nestes sistemas institucionais particularmente com a maior presença de profissionais negras e negros no seu comando. Por isto, a crítica do movimento negro nesta perspectiva vai no sentido de reivindicar maior presença negra nos espaços de poder.

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. O racismo institucional é uma derivação do racismo estrutural, a nossa sociedade desenvolveu as suas estruturas econômica, jurídica-política e social a partir da formação do Estado Nacional no século XIX em que firmou nas instituições a presença exclusiva da população branca e masculina no seu gerenciamento, continuidade do

passado colonial. As instituições abrigadas no estado brasileiro foram formadas numa sociedade que definiu a população negra como inferior e não capacitada, bárbara e inculta, seguindo a lógica do racismo cientificista. Estas concepções influenciavam todos os campos da sociedade e da cultura.

O racismo institucional evidencia a exclusão seletiva das populações negras, dessa forma a sociedade garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados; ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. Esta prática institucional está organizada dentro de um estado que existe para garantir o bem estar de um grupo em detrimento do outro.

Entretanto, há outra componente importante a ser avaliada que é de caráter estrutural. Retornemos aos anos 1980. O modelo de transição do regime ditatorial para o democrático manteve intactos os sistemas repressivos e seus agentes. A ponto de no ano de 1988, a Escola Superior de Guerra (ESG) das Forças Armadas, o mesmo *think tank* que elaborou a “doutrina de Segurança Nacional” que deu sustentação à ditadura militar, apresentar um documento com o propósito de intervir nos debates políticos das eleições presidenciais de 1989. O documento intitulava-se “Estrutura do Poder Democrático para o Século XXI: 1990/2000 – década vital para um Brasil moderno e democrático”. Neste documento, a ESG aponta dois focos perigosos para a estabilidade do poder – os “menores” abandonados e os cinturões de miséria.

Diagnosticava a ESG que a tendência destes focos era de aumento exponencial o que justificaria a manutenção de aparatos repressivos eficientes, entre os quais as próprias Forças Armadas. “Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de enfrentar esta horda de bandidos, matá-los e mesmo destruí-los para que seja mantida a Lei e a Ordem”, conclui esta parte do documento, demonstrando que o “inimigo interno” que durante a ditadura eram seus opositores (“os comunistas”) agora são os moradores das periferias (“menores abandonados e cinturões de miséria”). Assim, mesmo em um regime democrático, aparatos repressivos deveriam ser mantidos aproveitando, inclusive, a mão de obra qualificada, a estrutura institucional e mesmo a ideologia da segurança nacional que não foram plenamente enfrentadas e desmontadas na transição para a democracia.

Foi neste mesmo momento, no final dos anos 1980, que o movimento social denunciava o assassinato de crianças de rua, o movimento negro teve papel importante na campanha “Não matem nossas crianças”, o movimento hip-hop se apresentava como um grito da periferia contra a violência e, no plano institucional, conseguiu-se a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente.

Entretanto, é importante compreender porque estes processos de exclusão se intensificaram neste período de consolidação do regime democrático.

As agendas tragicamente coincidiram. A do avanço dos movimentos sociais na defesa da democracia e dos direitos sociais e a do avanço do paradigma neoliberal. O fim da Guerra Fria simbolizada em 1989 com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS em 1991, com a vitória das forças lideradas pelos EUA significou, naquele momento, no plano ideológico, uma avalanche conservadora sem precedentes colocando a esquerda socialista na defensiva e, no plano econômico, a consolidação do novo paradigma de produção e consumo do capitalismo na sua fase neoliberal.

Este novo paradigma aponta para uma produtividade intensiva que possibilita ao capital reduzir a necessidade de mão de obra por meio do emprego de tecnologias e processos novos e também para um paradigma de consumo intensivo, em que a busca não é para ampliar o mercado consumidor, mas sim para criar nichos de mercado, embora os ganhos em escala no interior dos nichos persistam. Adicione-se a isso a *financeirização* do capital, processo possibilitado pelos avanços informacionais, que permite a comunicação instantânea entre diferentes agentes econômicos ao redor do mundo, suportada pela enorme concentração do sistema bancário e financeiro, em que um número cada vez menor de instituições controla as finanças globais, dando lugar ao fenômeno do “rentismo”.

O racismo estrutural

O racismo retorna, assim, como uma ideologia que justifica esta separação entre a população incluída e descartável. Entre os incluídos, há uma zona de franja de inclusão

em que a ameaça de exclusão está sempre presente, daí que os projetos de cunho nazifacista ganham certos adeptos nas classes trabalhadoras.

Este processo é que alimenta a globalização do capital. A concentração se intensifica e chega a níveis alarmantes. Alguns dados:

- o Grupo WalMart, maior grupo empresarial do mundo, tem um faturamento que o coloca hoje como se fosse o 22º maior país do mundo, a frente da Argentina e da Suíça;
- o capital rentista especulativo movimenta uma soma que é quase 10 vezes o total de riquezas do mundo e tem suas ações concentradas em algumas bolsas de valores – Nova York, Tóquio, Londres;
- o capital especulativo criou uma arquitetura institucional de poder formada pelas agências de risco – que avaliam as economias dos países quanto as suas condições de pagarem suas dívidas com os bancos privados e suas notas são referências para os investimentos – e pelos organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial;

Com isto, o capital chega a uma situação de poder pleno que por meio da arquitetura global, se impõe sobre os Estados Nacionais. Importante ressaltar que este capital chegou a estes níveis por conta da sua organização por meio de rede global de células produtivas, em que as empresas situadas em várias localidades do planeta estão articuladas por centros gerenciadores, em geral situados nos países centrais do capitalismo. Este sistema mundo opera pela vantagem de os países mais desenvolvidos terem o domínio dos processos tecnológicos e seu desenvolvimento, fazendo com que as suas principais riquezas sejam patentes e royalties. Os países colocados na zona intermediária meramente aplicam estes processos e se especializam na produção manufatureira e ainda, abaixo destes, há os países meramente fornecedores de matérias primas e insumos. É por este motivo que há uma pressão forte para os países das zonas intermediárias e da base não investirem recursos na pesquisa científica e tecnológica e no ensino superior sob o argumento de que deveriam se concentrar no ensino básico e técnico – apenas para adestrar a mão de obra.

Por isto que o capital global pressiona pela desregulação do mercado de trabalho – os processos produtivos contemporâneos impõem a plena flexibilização da remuneração e da jornada, adequando-os às demandas do capital. Em um país capitalista dependente como o Brasil isto tem consequências brutais.

Isto porque se estruturalmente já há uma tendência a pauperização do trabalho por conta deste modelo, a retirada do arcabouço institucional de proteção ao trabalho piora ainda mais esta pauperização levando-a a níveis alarmantes. Por isto, a preocupação dos pensadores conservadores da Escola Superior de Guerra. O grau de tensionamento pode chegar a níveis insuportáveis. Daí que a ameaça constante de rupturas da ordem democrática burguesa, sejam elas abertas ou não, fazerem parte do cenário político. Trata-se de uma consequência de um modelo de acumulação de riquezas que pressiona para tanto.

Com isto, vemos que o racismo opera como um mecanismo de legitimação desta pauperização. E não é por acaso que homens negros e mulheres negras ocupam a base da pirâmide social e são alvos constantes dos mecanismos de violência mesmo em momentos de vigência de políticas de inclusão racial. 130 anos após a abolição, ainda existem trabalhadores em situação análoga à escravidão em diversos estados. As instituições são racistas não por uma deformação delas, mas porque atuam funcionalmente em relação à estrutura capitalista implantada no país.

O Capital Globalizado, por sua vez, necessita abrir fronteiras de expansão. Capital não é apenas dinheiro acumulado, mas em movimento buscando reproduzir-se. Estas fronteiras vão se reduzindo na medida em que este capital vai se concentrando e, por esta razão, ele tende a se tornar mais virulento. David Harvey aponta que os espaços urbanos são novas fronteiras de expansão deste capital – as cidades viraram mercadorias e são organizadas de forma a atender esta demanda do capital. Outras fronteiras estão na organização de megaeventos (como festivais, torneios esportivos), serviços na área de educação e cultura, entre outros. Tudo articulado com as gigantes de produção material em todos os ramos.

Neste processo de expansão global, o capital se defronta com esta agenda da diversidade que cresceu nos últimos tempos. Por isto, há uma apropriação capitalista da diversidade (étnica, de gênero, de orientação sexual, entre outras) transformando-a em mercadorias e até nichos de mercado. O rap é, segundo a Spotify, o gênero musical mais ouvido no mundo. As campanhas da FIFA contra o racismo têm este objetivo, assim como determinados produtos midiáticos que tratam destas temáticas. Enquanto isto, negros são escravizados na Líbia e crianças do Congo trabalham em regime de

escravidão na retirada do mineral Coltan, matéria prima para as telas de cristal líquido dos celulares e tablets com pequena reação da comunidade internacional. Conforme afirma Michele Alexander, para se manter o sistema de opressão racial, é preciso existir exceções – como é o caso de Obama, ex-presidente de uma nação que bate recordes de aprisionamento de jovens negros e negras.

A percepção da perversidade deste modelo cresce, inclusive por um dos suportes que deram sustentação a esta nova ordem do capital, que são as tecnologias da informação e comunicação (TICs). No caso do Brasil, em que este paradigma se cristalizou no mesmo momento histórico de crescimento dos movimentos sociais, a oposição popular ao neoliberalismo se fortaleceu. O fracasso do governo de FHC no período 1994-2002 foi uma demonstração disto. As privatizações mostraram a que vieram, o desmonte dos equipamentos sociais idem e a concentração de renda só aumentou. Por isto, a agenda neoliberal não tem apoio popular e só foi implantada recentemente de maneira mais intensa por meio de um golpe parlamentar e midiático cuja narrativa central foi o “combate à corrupção”, mas sem chegar ao centro estrutural de seu debate. A narrativa midiática deslocou o conflito social do campo e das classes sociais para a do indivíduo contra “os políticos corruptos”. É este discurso moralista que sustenta candidaturas de extrema-direita. As questões centrais do debate político estão periféricas, como a da colocação do país dentro deste cenário geopolítico-econômico internacional.

E quanto as conquistas institucionais do movimento negro? Quais são as suas perspectivas?

Efetivamente estas políticas de ação afirmativa – junto com as políticas de inclusão social dos governos Lula e Dilma, como a valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, entre outros - incluíram parcela da população negra, em especial a juventude negra, particularmente no sistema educacional e de acesso às informações. Se utilizarmos o conceito de Milton Santos de que o estoque de informações é um recurso disponível que compõe os territórios; temos que as periferias onde habitam estes jovens ganharam recursos que possibilitaram fortalecer os movimentos de resistência em um momento que os espaços urbanos se transformaram em espaços de reprodução do Capital globalizado e também com o acirramento das contradições de classe deslocadas para o campo das lutas populares. Com a precarização do mercado de

trabalho intensificada com a reforma trabalhista, as contradições de classe tendem a deslocar-se de forma mais intensa para as lutas populares na periferia transformando-a em *locus* privilegiado das contradições sociais. Importante perceber o jogo de forças que atua neste espaço, desde a narrativa da necessidade da violência policial (que atinge principalmente os situados na franja da inclusão), as fascinações de participar dos espaços de poder da visibilidade midiática, a narrativa salvacionista religiosa. As várias iniciativas coletivas nas periferias dialogam direta ou indiretamente com este jogo de forças e buscam constituir identificações que passam ao largo da perspectiva classista. O que unifica a periferia é a situação de violência sistêmica, porém este jogo de forças pluraliza as perspectivas de superação.

A articulação dos mecanismos de violência racial com as dinâmicas do capitalismo é a chave para a compreensão destes processos. Neste sentido, mais que institucional, devemos considerar o racismo como ESTRUTURAL, isto é, como um processo lógico de um sistema de acumulação de riquezas no geral, e de superexploração do trabalho no particular do Brasil. Por isto, dentro de um projeto político de uma nova esquerda, é fundamental o enfrentamento ao racismo estrutural.

Agendas contemporâneas do movimento negro

Diante desse diagnóstico apresentado: Não há como aprofundar a democratização do país, sem estender a **democracia para a periferia**, que mais de 30 anos após o fim do regime militar ainda vive verdadeiros estados de sítio informais, com invasões de domicílio sem ordens judiciais; execuções extrajudiciais; torturas nas delegacias; prisões ilegais.

Assim, o primeiro ponto a ser destacado no programa é o compromisso da aliança com políticas de combate ao **genocídio da população negra**.

Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. manifestado pelo extermínio da juventude negra nas periferias. Nesse período, enquanto o homicídio de jovens brancos diminuiu 6,8%, dentre a população negra esse número aumentou 23,1%, e em 2016, por exemplo, os negros corresponderam a 71,5 % das vítimas de homicídio no país.

Além disso, o encarceramento em massa de jovens negras e negros sustentado, principalmente, pela política de guerra às drogas, conferiu ao Brasil o título de terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 700.000 presos, sendo 40 % deles, presos provisórios.

O feminicídio, por sua vez, que atinge principalmente as mulheres negras, que tem taxas de violência 71 % maiores do que entre as mulheres brancas.

Como propostas políticas neste campo:

1 – Enfrentamento da manifestação mais cruel do racismo institucional: o genocídio da população negra, por meio de:

- i. Desmilitarização total das forças policiais;
- ii. Fim da política da guerra às drogas, construção de uma nova política de drogas;
- iii. Combate a todas as formas de feminicídio;
- iv. Fim dos autos de resistência que “legalizam” as execuções extrajudiciais;
- v. Políticas de combate à violência doméstica, destinação de recursos necessários para a plena aplicação da Lei Maria da Penha

2 – Plena execução das políticas públicas generalistas e de ação afirmativa intensificando a fiscalização e garantindo dotações orçamentárias

- i. Fiscalização do pleno cumprimento das políticas de ação afirmativa existentes e ampliação das mesmas (cotas raciais nas universidades e concursos públicos – com ampliação para a garantia da presença de negras e negros nos cargos comissionados, programas de saúde para a população negra, educação para as relações étnicorraciais);

- ii. Inclusão da exigência da representatividade étnica nos critérios de concessão e renovação de concessão para emissoras de TV e rádio; garantia do mesmo procedimento nas emissoras públicas e governamentais;
- iii. Garantia da representação da população negra e das mulheres nos espaços de poder institucional por meio de uma reforma política que institua cotas para mulheres, negros e negras e indígenas nas chapas proporcionais e majoritárias com distribuição proporcional de recursos do fundo eleitoral e partidário; garantia de um percentual mínimo do fundo partidário para a formação política de militantes negros e negras nos partidos políticos.
- iv. Titulação de todas as terras quilombolas e fortalecimento das mesmas por meio de políticas públicas;
- v. Garantia das políticas públicas generalistas nas áreas de saúde, educação, moradia, cultura, previdência, fim do congelamento imposto pela EC 95; revogação da reforma trabalhista;
- vi. Enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado

3 – Democratização da gestão das políticas de ação

- i. Recriação do ministério específico com o nome de Secretaria Especial de Políticas de Combate ao Racismo; alteração da concepção das políticas voltadas à população negra de “promoção da igualdade racial” para “políticas de combate ao racismo”;
- ii. Garantia da plena participação das representações do movimento negro na construção e gestão das políticas de ação afirmativa por meio de conselhos e conferências participativas e deliberativas;
- iii. Criação do Fundo de Políticas de Combate ao Racismo, com percentual fixo do orçamento, para sustentar as políticas e programas aprovados nas conferências de igualdade racial e conselhos de igualdade racial, regulamentados pelo Estatuto da Igualdade Racial e executadas pelo Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que praticamente não funcionou;

- iv. Garantia de um quadro administrativo próprio para a execução destas políticas.

4 – Saúde:

- i. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, estabelecida pela Portaria nº 992, de 2009. Precisamos firmar o compromisso do Governo Federal, com o correto financiamento do SUS (de acordo com a Lei 8080/90), para adoção de ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção das doenças da população negra;
- ii. Enfrentamento às doenças com maior incidência na população negra;
- iii. Saúde da mulher e da obrigação do governo com financiamento de políticas efetivas.

5 – Educação:

- i. Aplicação e ampliação das políticas de cotas raciais e políticas de permanência nas universidades e nos concursos públicos. As cotas raciais são uma importante política de reparação em um país que conta, em sua história, com mais de 300 anos de escravidão e 130 anos de trabalho livre;
- ii. Implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a LDB, que obrigam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino do país. Precisamos, com dinheiro público, capacitar os professores para dar aulas sobre o tema e garantir a estruturação de materiais para as escolas. Criar mecanismos de controle e responsabilização de instituições e profissionais que descumprirem a lei. É necessário que as crianças negras saibam que sua história não se resume à escravidão e resgatem a memória que seus antepassados construíram no continente africano.

6 - Emprego:

- i. Atualmente, os negros são 64% dos desempregados, segundo o IBGE. São também 66% dos trabalhadores domésticos e 67% dos ambulantes. O trabalho informal e o desemprego, diante da crise econômica, é a grande marca da desigualdade social que impacta na vida dos negros. Por isto, é necessária a **garantia de inserção de negras e negros no mercado de trabalho**, implantando medidas que coíbam a discriminação e o preconceito nos processos seletivos e a plena implantação das ações afirmativas nos cargos públicos em todos os poderes;
- ii. Extensão de todas as leis trabalhistas para todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

7 – Moradia e território:

A partir de 14 de maio de 1888, a população negra e majoritária do país foi jogada a própria sorte. Enquanto era articulado que povos brancos e europeus viessem aqui residir em condições privilegiadas de moradia adquirindo terras a baixíssimo custo.

A população negra saiu das senzalas sem nada nos bolsos submetidos automaticamente a pobreza, precariedade e vulnerabilidade dos assentamentos e favelas. A reforma agrária necessária para integração da população negra à sociedade no pós-abolição foi ignorada e boicotada pela classe dominante, os donos de grandes terras que não aceitaram que aqueles que antes eram seus servos e detentores do conhecimento pudessem ter possibilidade de adquirir e competir em igualdade tendo uma terra para gerir. Sendo assim, inviabilizaram a reforma agrária para poderem manter seus assédios e abusos para a população negra que se mantém até os dias atuais.

Em virtude desse histórico de expulsão da sociedade, é importante que haja políticas públicas que facilitem a inclusão da população negra que representa 70% dos moradores de favelas.

Precisamos garantir moradia para todos e o fortalecimento de políticas de moradia popular. Nesse sentido elencamos as seguintes ações a serem tomadas:

- i. Implementação da função social da propriedade;
- ii. Regularização fundiária de moradias em favelas e empreendimentos populares;
- iii. Urbanização das favelas garantindo qualidade de vida e infraestrutura;
- iv. Desapropriação e aquisição de terrenos para habitação de interesse social;
- v. Garantia de habitação de interesse social nas áreas urbanas e no campo;
- vi. Regulamentação e titulação de todas as terras quilombolas, inclusive as localizadas em espaços urbanos (e que precisam ser consideradas na elaboração dos planos diretores das cidades) com garantia das políticas públicas plenas e que o tema não seja tratado apenas pelo viés cultural ou identitário;
- vii. Combate e eliminação do racismo ambiental

8 – Racismo Religioso

Garantia plena das liberdades laicas por parte do Estado brasileiro, proibindo interferências religiosas nos organismos de Estado; garantia plena do exercício religioso em todos seus rituais e criminalização das práticas racistas contra as religiões de matriz africana. Reconhecimento legal do ofício dos sacerdotes das religiões de matriz africana, garantindo aos mesmos os direitos previdenciários.

9 – Cultura

No campo da cultura, além das propostas que já constam no capítulo específico do tema, é preciso instituir programas de fomento à cultura negra e periférica, atuar para o reconhecimento das manifestações negras como Patrimônio Cultural Imaterial.

IV - É PELA VIDA DAS MULHERES!

Um programa feminista para o Brasil tem como premissa garantir a todas as mulheres o básico direito à vida com autonomia, de modo que este setor, historicamente excluído, possa ocupar plenamente os espaços públicos e de decisão como sujeitas ativas. Precisamos de uma sociedade que reconheça as mulheres como sujeitas plenas e que garantam nossas vidas na totalidade. Esta é a nossa luta!

Diagnóstico

As mulheres são 51,6% da população brasileira, sendo as negras metade deste contingente. Não sabemos ao certo o percentual da população de mulheres transexuais e travestis e homens trans, não aferido por grandes pesquisas.

A inegável crise econômica atinge de maneira brutal os setores mais vulneráveis. Os alarmantes dados de desemprego que assolam 13,7 milhões de brasileiros representam 14% de mulheres desempregadas, enquanto o índice masculino é de 11%.

O relatório “A distância que nos une”, da Oxfam, aponta para a feminização da pobreza, sendo elas a maioria nas faixas salariais entre 0 a 1,5 salários mínimos, mesmo representando 37,3% das chefes de família. Analisando mais a fundo a desigualdade entre homens e mulheres, o Dossiê Mulheres Negras, organizado pelos Institutos Geledés e Criola, demonstra que estas representam o principal grupo em situação de pobreza: Somente 26.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011).

A desigualdade entre os gêneros e seu recorte racial é percebida pela população, nos mostra a pesquisa “O papel do homem na desconstrução do machismo”, do Instituto Avon em parceria com o Instituto Locomotiva, na qual 88% dos entrevistados

reconhecem que existe desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e 89% concordam que as mulheres negras sofrem ainda mais preconceito do que mulheres brancas.

Segundo o Atlas da Violência 2017, os casos de **feminicídio** no país cresceram 7,5% entre 2005 e 2015, sendo o maior aumento entre a parcela negra da população feminina. A cada duas horas uma mulher é morta. A pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” (2017, Datafolha/FBSP) mostra ainda que ao menos 12 mil mulheres foram vítimas de agressão física por dia no Brasil. Deste total, 39,2% foram vítimas dos namorados, cônjuges, ou ex-namorados e ex-cônjuges. Violência que começa cedo e numa escala assustadora: praticamente metade das jovens brasileiras (45%) sofreram algum tipo de violência no período de um ano! Dos dados, um nos é especialmente novo e aterrador. A cada três brasileiros, dois afirmam ter presenciado uma mulher sendo agredida física ou verbalmente no último ano. Em nota técnica publicada pelo IPEA em março de 2014 foi apresentado que 70% dos estupros contra mulheres adultas são cometidos por parentes, namorados ou amigos das vítimas. O mesmo documento apresenta que 51% das vítimas de violência sexual eram negras (mulheres, crianças e adolescentes). A quantidade de mulheres encarceradas vem crescendo de forma impressionante. Segundo estudo do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) divulgado em 2017, o número de mulheres presas cresce numa taxa de 10,7% ao mês. Há mais de 42 mil presas no país, compondo o a quarta maior população feminina encarcerada do mundo.

O Brasil também é o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo, o dado foi apresentado pela ONG Transgender Europe (TGEu) em 2016. Segundo o relatório da TGEu, o país registra, em números absolutos, mais que o triplo de assassinatos do segundo colocado, o México, onde foram contabilizadas 256 mortes entre janeiro de 2008 e julho de 2016. E a atual lei que define o que é feminicídio no Brasil não inclui em sua formulação as mortes que atingem pessoas transfemininas.

Desigualdade econômica e trabalho

Ao abordarmos o tema mulheres e trabalho, precisamos considerar a desigualdade não somente no âmbito do trabalho assalariado, mas também no âmbito do

trabalho doméstico não remunerado. Segundo o IBGE, as brasileiras dedicam, em média, 21 horas semanais aos trabalhos da casa – mais que o dobro dos homens - e 40 milhões de mulheres têm o trabalho doméstico não remunerado como sua única atividade. Apesar de invisibilizado e não pago, o trabalho doméstico e de cuidados desempenhado quase que exclusivamente pelas mulheres é essencial à produção e reprodução da vida em sociedade. Este não deve ser, portanto, um fardo das mulheres, mas responsabilidade coletiva e auxiliada por políticas públicas.

Mesmo o trabalho doméstico remunerado é uma atividade majoritariamente feminina. Segundo o DIEESE (2013), em 2011, das 6,6 milhões de pessoas ocupadas no serviço doméstico no país, 92,6% eram mulheres. É a terceira principal atividade econômica exercida por elas, ocupando 14,7% das brasileiras, atrás somente das atividades relativas à educação, saúde e serviços sociais, que somam 17,6%, e das ligadas ao comércio, com 17,4%, como mostra o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher produzido pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2015. Além de marcadamente feminina, os dados mostram uma presença maciça de mulheres negras e de baixa escolaridade. Mesmo que o direito a anotação do vínculo empregatício na Carteira de Trabalho seja previsto desde de 1972, no primeiro trimestre de 2015, conforme a PNAD, apenas 32,3% dos trabalhadores domésticos tinham carteira assinada.

Entre 2000 e 2010, o grau de formalização entre as trabalhadoras cresceu cerca de 30% menos que entre os trabalhadores. Em levantamento do IBGE de 2013, seus salários representam aproximadamente 65% dos salários masculinos no mercado informal e 75% no mercado formal. Em comparação ao rendimento médio de um homem branco, no mesmo período, uma mulher negra recebeu apenas cerca de trinta por cento do valor. Nem o maior grau de escolaridade e especialização alteram o gráfico da desigualdade salarial entre homens e mulheres, pois a diferença de remuneração entre homens e mulheres cresce conforme aumenta o grau de escolaridade e especialização delas.

O trabalho precarizado no Brasil, a exemplo dos postos terceirizados, tem gênero e raça. Dados revelados por uma pesquisa do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro apontam que 92% dos trabalhadores nos serviços de limpeza terceirizados são mulheres, enquanto 62% são negros. Os índices são próximos à Pesquisa de Emprego e Desemprego de 2013, que apontou que 70,6%

das mulheres negras que trabalhavam nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal estavam nos setores de serviços, na sua enorme maioria já como terceirizadas.

Se a situação geral das mulheres no mundo do trabalho, e das mulheres negras em particular, é grave e a informalidade crescente, entre as mulheres travestis e transexuais o emprego formal é raro. Estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% dessa população recorrem ao trabalho sexual ao menos em algum momento da vida.

Direitos sexuais e reprodutivos

Os direitos reprodutivos envolvem toda a garantia ao direito da mulher decidir sobre o seu próprio corpo. Viver a maternidade com plenas condições. O parto humanizado é umas das principais reivindicações, a desobrigação da imposição das “cesarianas” assim como por fim a violência obstétrica, quase sempre destinada às mulheres pobres e não brancas. Segundo a pesquisa “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional” sobre o parto e nascimento com coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, 66% das mulheres preferiram o parto normal no início da gravidez; apenas 59% tiveram o seu direito previsto por Lei e foram orientadas sobre a maternidade de referência para internação do parto; e uma parcela significativa das maternidades não apresentou o conjunto completo de medicamentos e equipamentos mínimos necessários ao atendimento da mãe e do bebê. A OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda que no máximo 15% dos partos sejam cesarianas e boa parte dos países respeita esta porcentagem. Já no Brasil, líder do ranking na América Latina, este número chega a aproximadamente 56% em sua totalidade. Diante disso é necessário garantir a implementação do Plano Nacional de Parto Humanizado para enfrentar a violência obstétrica no Brasil.

A descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita é uma das pautas a serem defendidas como condição de vida das mulheres cis e homens trans em nosso país. O IBGE estima que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto. A OMS (Organização Mundial de Saúde) fala em cerca de 1 milhão de abortos

inseguros feitos por ano e estima que a cada dois dias morre uma mulher por causa de aborto no Brasil, num cenário de subnotificações por se tratar de uma atividade ilegal exceto em caso de risco de vida à mãe, anencefalia e estupros. O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil, sendo que mulheres negras tem o dobro de chances de vir a óbito. Faltam hospitais da mulher e maternidades, atendimento adequado, programas de planejamento familiar que consigam dialogar com a realidade das mulheres. Importante ressaltar que o tema também influi diretamente a vida de pessoas transmasculinas, porém a quantificação em dados do impacto da criminalização do aborto na vida deste setor da sociedade é inexistente por conta da transfobia estrutural.

Uma recente ADPF construída pelo PSOL e a ANIS-Bioética objetiva garantir o direito de escolha da mulher sobre seu próprio corpo e tramita no Supremo Tribunal Federal.

Violência contra mulher

As mulheres não têm seus corpos resguardados. Sofremos com o permanente assédio sexual e moral presentes em todos os locais nesta sociedade, estampado nas bancas de jornal, nos programas televisivos que ‘coisificam’ as mulheres, transformando-nos em objetos sexuais e/ou escravas domésticas. A exploração sexual infantil de nossas meninas é outra forma bárbara de expor a violência, bem debaixo dos narizes de nossos “ilustres políticos”, assim como o tráfico internacional de mulheres, cujo negócio só perde em rentabilidade para o tráfico de drogas e de armas. São inúmeras as formas de violência as quais nós mulheres brasileiras trabalhadoras estamos submetidas.

As políticas públicas construídas e implementadas por alguns governos municipais e pelo governo federal, do campo progressista, não deram conta de reverter esta situação alarmante. Os poucos centros de acolhimento seguem sucateados ou fechados e os programas de prevenção, quando existem dependem de alguns profissionais da área de saúde e da educação.

As delegacias da mulher continuam sendo a única política (inexistente na maioria das cidades) de atendimento para estes casos e mesmo assim, são insuficientes, inclusive por atender somente em horário comercial e com um quadro profissional que mais amplia a violência contra a mulher que o procura. Assim, não temos uma política estatal capaz de garantir abrigos públicos para as mulheres e seus filhos.

A promulgação da Lei Maria da Penha constitui um avanço no âmbito jurídico ao combate da violência doméstica e familiar contra a mulher, mas tem se mostrado insuficiente. A lei reconhece a gravidade do problema e o caracteriza como crime; corrige distorções até então presentes no Código Penal. Para além do caráter punitivo, apresenta preocupação em prevenir a violência contra a mulher, garante assistência e proteção à ofendida, independente de sua orientação sexual, e a seus dependentes menores. Aponta, ainda, para a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Apesar dos avanços, hoje há uma ofensiva conservadora (com projetos como a retirada de gênero dos Planos de Educação e a “escola sem partido”). Por isso, a candidatura Boulos e Sonia entende que somente um programa de governo feminista e anti-racista dará conta de enfrentar esta realidade através da transversalidade e interseccionalidade na construção das políticas públicas.

PROPOSTAS:

1. Pacto Nacional contra a Violência e Pela vida das Mulheres. 1% do PIB para combate à violência contra a mulher! Estabelecer um programa interfederativo que garanta a vida das mulheres:

- i. Centros de referências de atendimento à mulher em cada região do país, em todas as cidades, a fim de facilitar o acesso das mulheres ao serviço;
- ii. Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco iminente

de morte e necessitem de uma colhida temporária e rápida resolução para o seu caso;

- iii. Patrulhas municipais Maria da Penha com a utilização de viaturas da guarda municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica;
- iv. Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 24 horas por dia e 7 dias por semana.

2. Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho: Salário igual para trabalho igual! Garantia da proteção legal às empregadas domésticas;

3. Pela socialização do trabalho doméstico com ampliação de serviços comunitários e coletivos, como restaurantes e lavanderias;

4. Ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças.

5. Políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis;

6. Garantir o acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher, bem como assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc);

7. Implantar de forma efetiva a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e avançar na política de saúde da mulher. A PAISM, nas suas diretrizes, prevê: o desenvolvimento de ações de atenção em todas as etapas da vida da mulher, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis,

prevenção do câncer, planejamento familiar e os direitos reprodutivos, de forma a superar o modelo centrado na atenção na saúde materno-infantil;

- 8. Desenvolver programas de educação sexual, de prevenção da DST/AIDS e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos anticoncepcionais e contraceptivos, inclusive pílula do dia seguinte;**
- 9. Assegurar o procedimento de interrupção gestacional nos casos já previstos em lei em toda a rede pública de saúde;**
- 10. Descriminalizar, de acordo com a proposta apresentada na ADPF 442, de autoria da Anis e/ PSOL; e legalizar o aborto de forma segura e gratuita nos termos do PL 882/2015;**
- 11. Promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras;**
- 12. Efetivar ações de assistência que previnam e tratem o câncer cérvico-uterino e de mama na população feminina cis e transmasculina;**
- 13. Reconhecer a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à sua saúde de forma despatologizada;**
- 14. Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs);**

- 15. Programar, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras;**
- 16. Oferecer atendimento público e humanizado para mulheres cis, travestis, transexuais e crianças, em situação de vulnerabilidade, tais como: moradora em situação de rua, de prostituição, drogas;**
- 17. Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a incorporação desta temática nos cursos de graduação de saúde;**
- 18. Tipificação do feminicídio de travestis e transexuais;**
- 19. Criação de serviços especializados de psiquiatria e psicologia nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para vítimas de violência;**
- 20. Um programa feminista de capacitação e formação continuada para profissionais dos serviços públicos da educação, saúde, cultura, turismo, comunicação e segurança;**
- 21. Discussão de gênero nas escolas;**
- 22. Criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias;**
- 23. Que as mulheres transexuais e travestis possam escolher cumprir pena em unidades prisionais femininas, enquanto houver prisão.**

V - DIVERSIDADE IMPORTA! UM PROGRAMA PARA A CIDADANIA LGBTI

A igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para a população LGBTI é um dos parâmetros fundamentais que permitem avaliar a qualidade de uma democracia do século XXI. E, nesse quesito, o Brasil não apenas está muito aquém do desejável – e muito atrás de outros países da região, como a Argentina e o Uruguai –, como também tem mostrado sinais de retrocesso, no mesmo período histórico em que boa parte da região avançou. Em que pesem algumas importantíssimas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça com relação a direitos civis, como o casamento igualitário e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans, o panorama da política brasileira em relação à diversidade é assustador.

Ao longo das últimas décadas, foi se impondo um sistema de “governabilidade”, como parte fundamental do “presidencialismo de coalizão”, que deu a setores ultraconservadores, fundamentalistas religiosos e neofascistas um antidemocrático poder de veto com relação aos direitos LGBTI, entre outras agendas libertárias. Apesar das decisões do STF e do CNJ, que regulamentaram na prática direitos fundamentais, o Congresso Nacional continua omissos em relação a esses avanços e se recusa a incluí-los na letra da lei. Programas e políticas públicas de inclusão e garantia de direitos que tinham começado no início dos governos petistas foram desmantelados para preservar a coalizão governista no parlamento (o caso mais destacado foi o programa “Escola sem homofobia”), o que não impediu que esses mesmos setores ultraconservadores apoiassem depois o golpe contra o governo Dilma. Já com o ilegítimo presidente Temer no governo, a situação piorou demais.

Na contramão da região e de quase todo o mundo ocidental, o Brasil, em vez de discutir direitos, discute absurdos, como o projeto fascista “Escola sem partido”, a “cura gay”, o “orgulho hétero” e leis municipais e estaduais que querem banir qualquer

política de valorização da diversidade, educação sexual inclusiva e combate ao *bullying* LGBTI-fóbico nas escolas, que os fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero”.

Com Michel Temer, a vida das LGBTI ficou ainda pior. O segmento foi diretamente afetado pelo desmonte total das leis trabalhistas, do SUS e SUAS e pelo congelamento de investimentos sociais por 20 anos. Intensificam-se projetos como o Escola Sem Partido, que proíbem o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Movimentos como o MBL intensificaram campanhas contra a “ideologia de gênero” em exposições de museus e outras expressões artísticas. E a expressão do conservadorismo também se dá no plano eleitoral, tendo Jair Bolsonaro como um de seus perigosos expoentes.

O PSOL tem sido, ao longo dos últimos anos, o partido que mais deu voz à luta da população LGBTI na política. Agora, nas eleições presidenciais, apresentamos ao Brasil um programa de governo para a cidadania LGBTI que visa:

- 1. Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade;**
- 2. Assumir a defesa irrestrita do estado laico, da liberdade de crença e de não-crença, das liberdades individuais e da igualdade de direitos e oportunidades para LGBTIs.;**
- 3. Entender que esses compromissos devem se materializar não apenas em programas e projetos específicos, mas também de forma transversal, como objetivo de todos os ministérios e de todas as políticas públicas;**
- 4. Vetar qualquer lei, aprovada por eventuais maiorias conservadoras no Congresso Nacional, que tenha por objeto restringir de alguma forma os direitos LGBTI;**

- 5. Manter o diálogo permanente com os movimentos sociais e de direitos humanos das pessoas LGBTI e promover formas de participação democrática dessa comunidade na elaboração de políticas públicas;**
- 6. Assumir a responsabilidade política que cabe ao presidente e à vice-presidenta da República na luta contra o preconceito, a discriminação, a exclusão e a violência contra a população LGBTI, não apenas através da ação de governo, mas também com o próprio exemplo, em suas atitudes individuais e discursos públicos;**
- 7. Promover que o Brasil assuma uma posição de liderança na defesa dos direitos LGBTI no cenário internacional, através de sua diplomacia, nos organismos e fóruns internacionais, nas relações bilaterais e nas políticas de concessão de asilo.**

1 – OS MESMOS DIREITOS PARA TODAS AS FAMÍLIAS

A Convenção Americana de Direitos Humanos diz que “todas as pessoas são iguais perante a lei” e “têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei”, e que a família deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado. Também diz que todos têm direito a contrair casamento, nas condições exigidas pelas leis internas, “na medida em que estas não afetem o princípio da não-discriminação”. Contudo, a enunciação desses princípios fundamentais, também presentes em outros tratados de direitos humanos e na própria Constituição Federal, conviveu durante muitos anos com normas que proibiam aos homossexuais de se casarem e excluía suas famílias da proteção da lei, assim como, no passado, esse mesmo direito foi negado aos protestantes, a ateus e fieis de outras religiões que não a católica, aos negros (por exemplo, pela proibição do casamento “inter-racial” em países como os EUA) e a outros grupos difamados.

A conquista do casamento igualitário é hoje uma das bandeiras mais importantes do movimento LGBTI no mundo inteiro. Em todos os países onde essa luta social foi vitoriosa, além de garantir direitos específicos que o casamento reconhece aos casais, a

mudança na lei provocou mudanças culturais que permitiram reduzir o preconceito e a violência contra a população LGBTI.

No Brasil, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo existe desde maio de 2013, quando foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, após uma representação do PSOL junto com a ARPEN-RJ. Os casais do mesmo sexo já podem se casar em qualquer cartório, mas ainda falta atualizar o Código Civil para registrar esse direito na letra da lei. E essa diferença entre o Brasil e outros países – como os vizinhos Argentina e Uruguai, que aprovaram o casamento igualitário no Congresso, com apoio dos seus governos e um amplo debate político e social – é fundamental para entender por que o impacto cultural da mudança normativa foi menor em nosso país, onde governo e parlamento se omitiram.

Por isso, o programa de Boulos e Sonia apoia a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5120/2013, dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que reconhece o casamento civil igualitário e garante a todos os casais, do mesmo ou de diferente sexo, os mesmos direitos na lei.

Nosso programa de governo também propõe:

Desenvolver uma política nacional de adoção que dê conta das necessidades das crianças e adolescentes sem família e inclua, como potenciais adotantes, os casais do mesmo sexo e as pessoas solteiras, com as mesmas condições e requisitos, sem qualquer tipo de discriminação; e garantir o acesso universal às técnicas de reprodução humana assistida, sem discriminar as pessoas LGBTI.

- Defender que a atual “licença maternidade” seja transformada em “licença parental”, permitindo que cada casal administre a distribuição do tempo, sem distinção legal entre pai e mãe ou por orientação sexual e/ou identidade de gênero.
- Revisar o conceito de família utilizado nos programas habitacionais e de moradia e outros programas sociais e políticas públicas, para abarcar todas as famílias, independentemente da orientação sexual e/ou identidade de gênero de seus membros.

2 – DIREITO À IDENTIDADE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS TRANS

Se, para lésbicas, gays e bissexuais, ser “visível” implica em se assumir publicamente, para as pessoas transexuais, travestis, transgênero e intersexuais, a visibilidade é compulsória a certa altura da vida, porque, ao contrário da orientação sexual, a identidade de gênero não pode ser escondida durante muito tempo no armário. Numa sociedade transfóbica, essa identidade é experienciada, pelas pessoas trans, como um estigma inocultável, da mesma forma que a cor da pele numa sociedade racista, porque ela está inscrita no corpo. E o preconceito, a discriminação e a violência física e simbólica, portanto, começam a atingi-las desde a infância. Ao mesmo tempo que suas identidades se tornam visíveis, elas mesmas são invisibilizadas enquanto pessoas com dignidade e direitos.

Na maioria dos casos, mulheres e homens trans são expulsos de casa, da escola, da família, do bairro, até da cidade. O preconceito e a violência que sofrem são maiores que o resto da população LGBTI e suas consequências, mais profundas. As pessoas trans são as principais vítimas dos crimes de ódio (e o Brasil é o país onde mais são assassinadas a cada ano por sua identidade de gênero), constituem o grupo mais vulnerável à epidemia de HIV/Aids, e também sofrem, como nenhum outro grupo social, a exclusão e a discriminação no acesso à educação, à saúde, ao emprego e à moradia. Todas essas formas de opressão são naturalizadas pela maioria da sociedade, que não as percebe, porque as próprias pessoas trans não são percebidas.

A invisibilidade legal é a primeira e, também, o ponto de partida de muitas formas de torná-las invisíveis. Homens e mulheres trans sofrem a cada dia o absurdo de uma legislação que lhes nega o direito a ser quem são, de usar legalmente o nome pelo qual são chamadas e que as identifica, e de ter seu gênero registrado nos documentos. Esse vazio legal produz constrangimento, muitos problemas na vida quotidiana, negação de direitos fundamentais e uma constante humilhação. Ainda por cima, a identidade de gênero das pessoas trans é tratada como doença ou patologia – como já aconteceu no passado com a homossexualidade.

Por isso, o governo de Boulos e Sônia vai apoiar a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5002/2013 (Lei João Nery), dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que despatologiza a transexualidade e reconhece o direito das pessoas trans à identidade de gênero e à autonomia para decidir sobre seus corpos.

Nosso programa de governo também propõe:

- i. Desenvolver uma política nacional para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na educação formal e em campanhas de difusão dirigidas às famílias;
- ii. Criar um programa de acolhimento, moradia e inclusão social para as pessoas trans expulsas do lar familiar e/ou em situação de rua;
- iii. Promover a inclusão de mulheres trans na lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e desenvolver uma política nacional de prevenção da violência e dos crimes de ódio contra a população LGBTI – em especial, contra a população trans, que hoje é alvo privilegiado desses crimes;
- iv. Reestruturar o processo transexualizador, em adequação ao CID-11, garantindo o cuidado das pessoas trans numa perspectiva não patologizante e de saúde integral, em sintonia com o projeto de Lei João Nery;
- v. Ampliar o número de ambulatórios voltados para a população trans, garantindo sua presença em todas as cidades com mais de 300 mil habitantes, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para pessoas que residem em municípios que ainda não contem com o serviço;
- vi. Articular uma rede de atenção e cuidado à população intersexual, garantindo sua autonomia para tomar decisões sobre seus corpos, orientação das famílias e proteção dos seus direitos.

3 – DERROTAR O PRECONCEITO, COMEÇANDO NA ESCOLA

O preconceito contra pessoas LGBTI começa na infância e na adolescência e constitui uma das principais razões para a evasão escolar e, principalmente, para situações de violência em escolas e universidades, além de deixar marcas que acompanham as pessoas pelo resto da vida. Dados de 2016, da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, apontam que estudantes LGBTI relatam frequentemente agressões dentro das escolas e alguns inclusive já cogitaram tirar a própria vida por causa da violência. De acordo com pesquisa do MEC, do mesmo ano, 73% foram agredidos verbalmente e 36% fisicamente.

A política de educação deve pautar-se por uma lógica inclusiva, laica, e que garanta o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual como projeto de formação permanente da cidadania. É fundamental defender uma escola plural, socialmente referenciada e voltada para o pensamento crítico. É imprescindível combater a discriminação, o preconceito e o discurso de ódio no âmbito da educação, garantindo o respeito pelas diferenças que nos enriquecem como sociedade e prevenindo todas as formas de violência, *bullying* e assédio.

O combate à LGBTI-fobia na escola é a única forma de impedir que esse problema continue existindo nas próximas gerações. Uma escola para uma sociedade democrática do século XXI deve combater as falsas certezas que produzem ódio, estigma, segregação, exclusão e violência — entendendo para isso que discurso de ódio não é opinião, que discriminação e opressão não são formas de exercício da liberdade, que a violência não é aceitável e que a diferença não é um problema. Essa escola deve problematizar os preconceitos que existem fora e dentro dela para que sejam desconstruídos; para que o respeito pelo outro e pela outra e a celebração da diferença e da diversidade substituam o medo e a rejeição contra aqueles e aquelas que são diferentes de nós ou da visão idealizada que temos de nós mesmos.

Por isso, o programa de Boulos e Sonia apoia a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-6005/2016 (Lei Escola Livre), do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que, além de fazer um contraponto ao projeto autoritário “Escola sem partido” e promover uma educação democrática e pluralista, estabelece políticas

para uma escola sem LGBTI-fobia e para a proteção dos direitos dos e das estudantes LGBTI.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Prevenir e enfrentar o *bullying* e a violência LGBTI-fóbica e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, através de educação permanente para os direitos humanos;
- ii. Produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes;
- iii. Garantir o uso de nome social nas escolas – na perspectiva do projeto de Lei João Nery – e dos banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida;
- iv. Desenvolver um programa nacional de prevenção do abandono escolar e de reinserção no sistema educativo, em todos os níveis, das pessoas LGBTI; e ações afirmativas para o acesso e permanência delas na universidade.

4 – EMPREGO, RENDA E MORADIA

Se a situação da classe trabalhadora, de modo geral, já é ruim – e piora cada vez mais como consequência da política econômica do governo golpista e da “reforma” trabalhista –, a situação específica dos trabalhadores e das trabalhadoras LGBTI é, de modo geral, bastante pior, de mais desemprego e precarização. Em diversas ocupações, o acesso dessa parcela da população é mais difícil e as condições de trabalho são mais desvantajosas.

Precisamos compreender os impactos das Reformas Trabalhista e Previdenciária para as LGBTI e que a luta classista está diretamente relacionada às opressões. O capitalismo se apropria da LGBTIfobia para lucrar, ou justificar a manutenção de parte da população fora do mercado de trabalho.

Um estudo elaborado pela empresa Elancers constata que 38% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBTI para cargos de chefia, e 7% não contratariam em hipótese alguma. A permanência de muitas pessoas LGBTI nas empresas também é prejudicada por situações de discriminação e assédio moral, que têm inclusive impacto na saúde.

Outro fator de exclusão da população LGBTI é o acesso à moradia. Logo que se assumem, muitos jovens são expulsos de casa e enfrentam dificuldades para conseguir moradia, mesmo que temporária. Muitos locatários se recusam a fechar contrato com transexuais, travestis ou casais do mesmo sexo, pois partem da visão preconceituosa de que existe uma promiscuidade especial dessa população, que colocaria em risco “a moral e os bons costumes”. Para quem não pode pagar ou cumprir as exigências, especialmente pessoas trans, o destino é viver na rua, abrigadas em marquises, em ocupações ou nos próprios locais de trabalho sexual. Nestes lugares, a discriminação e a violência são cotidianas.

É fundamental articular as políticas de assistência social e habitação para garantir o direito à moradia da população LGBTI. As unidades de acolhimento devem ser espaços não só para abrigo transitório, mas também pólos de difusão de arte e cultura LGBTI. Espaços concedidos e financiados pelo poder público, como referência da comunidade LGBTI para receber lésbicas, gays, bissexuais e transexuais sem moradia. Locais que respeitem múltiplas configurações familiares e que consigam, articulado com as políticas de habitação, trabalho e renda, promover a autonomia de pessoas LGBTI sem teto.

No caso específico das pessoas trans, é impossível falar em empregabilidade, moradia e inclusão social sem fazer referência ao trabalho sexual, já que uma alta porcentagem da população trans feminina brasileira se dedica à prostituição. E nós entendemos que essa questão deve ser encarada pelo Estado sem preconceitos morais e na perspectiva dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, desnaturalizando a relação entre identidades trans femininas e trabalho sexual.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Criar programas de assistência, orientação e formação técnica e profissional especializada, para facilitar a inserção da população LGBTI e, em especial, das pessoas trans adultas no mercado de trabalho;
- ii. Promover a inclusão, na legislação trabalhista, de normas contra a discriminação e o assédio moral LGBTI-fóbico nas empresas e no setor público;
- iii. Desenvolver campanhas de comunicação social para a promoção e valorização do emprego trans, combatendo o preconceito e a naturalização da exclusão desta população em diversos ofícios e profissões;
- iv. Reconhecimento das organizações de prostitutas como atores legítimos na busca por seus direitos;
- v. Ações afirmativas no acesso ao mercado de trabalho, como:
 - Cotas no serviço público federal, estadual e municipal para travestis e pessoas trans;
 - Cotas de diversidade sexual e de gênero (com ênfase em travestis e transexuais) em empresas, modelo semelhante à cota dos portadores de deficiência, com obrigatoriedade variável em faixas de tamanho de empresas;
- vi. Estabelecer uma regra transitória de inclusão na Previdência das pessoas trans idosas que não tiveram a possibilidade de trabalhar com carteira assinada ao longo da vida, por conta da discriminação e do preconceito;
- vii. Realizar um levantamento de pessoas LGBTI em situação de rua e da cobertura e situação dos diversos planos de moradia já existentes;
- viii. Rigor na responsabilização de famílias que abandonam ou demonstram incapacidade de criação de filhxs LGBTI;
- ix. Articular as políticas de assistência social e habitação para garantir o direito à moradia da população LGBTI, criando unidades de acolhimento – não só para abrigo transitório, respeitando as diversas configurações familiares, mas também como polos de difusão de arte

e cultura LGBTI – e desenvolver políticas afirmativas para a aquisição de habitação popular.

5 – SEGURANÇA: VIDAS LGBTI IMPORTAM!

A preocupação com a segurança pública tem sido um dos focos centrais da luta por direitos, pois trata-se de lutar pelo direito à existência. Desde o início do movimento LGBTI, a comunidade tem se organizado contra espancamentos e assassinatos, especialmente de travestis e transexuais. Essa violência é naturalizada e incentiva outras.

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTI no mundo. Apenas em 2017, de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia, foram registrados 445 assassinatos, o que representa uma vítima a cada 19 horas e um aumento de 30% em relação a 2016. Dados de 2012 apontavam que, nos atos de violência LGBTI-fóbica, 40% das vítimas são pretas e/ou pardas e 26%, brancas.

Esses números já são preocupantes, e ainda devemos considerar que há inúmeros casos não notificados, especialmente de vítimas travestis e transexuais. Por conta dos crimes de ódio e da falta de políticas públicas, a expectativa média de vida de mulheres trans não passa de 35 anos.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Promover a capacitação e o treinamento das polícias e demais forças de segurança (inclusive mudando os planos de estudo), para conscientizar seus integrantes a respeito da diversidade sexual e dos direitos das pessoas LGBTI;
- ii. Promover a inclusão da motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual nos registros dos boletins de ocorrência e demais protocolos de atendimentos na área da segurança pública e produzir estatísticas regionais e federais que ajudem a planejar melhores políticas públicas;

- iii. Desenvolver um plano nacional contra os crimes de ódio e a violência LGBTI-fóbica, com a integração de políticas de educação e cultura, comunicação social, segurança, justiça e outras;
- iv. Promover o debate no Congresso Nacional dos projetos que visam a criminalização da LGBTI-fobia, defendendo uma redação que reconheça a “motivação torpe” como agravante para os casos que envolvem violência física (assassinato, lesões corporais, estupro e outros crimes já tipificados no Código Penal) e estabeleça, para os casos de discriminação e injúria, medidas socioeducativas e de reparação de danos, sem privação da liberdade;
- v. Criar uma portaria LGBTI que replique a Resolução Conjunta Nº 1 do CNPCP e CNCD/LGBT, para os direitos de pessoas LGBTI no sistema penitenciário e apoiar aprovação do PL-9576/2018, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que cria espaços de vivência específica para pessoas trans nos presídios, como opção voluntária para aquelas que estão privadas da liberdade.

6 – SAÚDE INTEGRAL E DESPATOLOGIZAÇÃO

Na área da saúde, as pessoas LGBTI sofrem as consequências do sucateamento e das políticas neoliberais, como o resto da população, mas também enfrentam problemas específicos. As mulheres lésbicas e bissexuais sofrem, no atendimento ginecológico, a falta de preparo de muitos profissionais para lidar com suas necessidades, e o mesmo acontece, em outras especialidades, às pessoas trans e aos homens gays.

Os serviços do SUS para o processo transexualizador ainda tem pouca abrangência e um tempo de espera muito grande. As políticas de prevenção da epidemia de HIV/Aids focadas na população LGBTI foram em muitos casos desmanteladas, por pressão dos fundamentalistas religiosos, e isso teve um impacto direto nas estatísticas de transmissão do vírus, cuja incidência na população mais pobre e na população LGBTI cresceu, ao tempo que existem dificuldades na provisão dos medicamentos para o tratamento antirretroviral. E estes são apenas alguns exemplos.

Nosso programa de governo propõe:

- i. Criar uma linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais e trabalhar junto às universidades para promover uma melhor formação dos profissionais da saúde nessa área, enfrentando também a violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans;
- ii. Implementar uma política de atenção integral à saúde de trabalhadores/as sexuais;
- iii. Realizar campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- iv. Promover a completa despatologização das identidades LGBTI, assim como o fim das “comunidades terapêuticas” e da pseudociência, das intervenções corporais indevidas em pessoas intersexo, das internações forçadas e dos tratamentos anticientíficos para a mal chamada “cura gay”;
- v. No mesmo sentido e em articulação com as autarquias profissionais, avaliar e responsabilizar serviços que se proponham a atuar nas áreas de gênero e sexualidade, capacitando os profissionais para evitar posturas antiéticas;
- vi. Criar plano de políticas públicas e metas para redução da transmissão do vírus do HIV, recuperando e reforçando campanhas e políticas específicas para a população LGBTI, negra, campesina e indígena, e da mortalidade por Aids e coinfeções como tuberculose e pneumonia;
- vii. Fortalecer as interações entre diferentes instituições e comunidades LGBTI, com atenção específica à saúde integral;
- viii. Acabar com a proibição de doar sangue para os homens que fazem sexo com homens, apoiando a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-6297/2016, do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ).

VI - UM PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O nosso programa de governo é comprometido com o enfrentamento dos privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país. Historicamente, a educação capaz de socializar a ciência, a tecnologia, a arte e a cultura a todo o povo – crianças, jovens, adultos e idosos, foi um privilégio de classe. Quando a escola pública foi ampliada, no período da ditadura, rapidamente foi sucateada. O mesmo aconteceu com a educação superior. Quando, já no século XXI, as primeiras gerações da classe trabalhadora chegaram de modo mais expressivo a universidade pública, os drásticos cortes de verbas passaram a ameaçar essa conquista.

Somente um governo de esquerda será capaz de assegurar caráter estratégico para a educação pública básica e superior, a ciência, a tecnologia e a inovação. Por isso, nosso governo, fruto da vitória da aliança entre o PSOL, o PCB e os movimentos sociais brasileiros, terá como diretriz a certeza de que uma sociedade democrática somente é possível com educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade, assegurada a todos e todas, como dever do Estado, tal como estabelecido pela Constituição Federal.

A democratização da educação exige a implementação de políticas direcionadas à ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais.

O povo brasileiro não pode ser privado do direito social à educação por motivos de renda, cor, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, crença, origem ou local em que reside. A descentralização da prestação dos serviços educacionais deve ser um instrumento facilitador do acesso a este bem fundamental para o pleno exercício da cidadania.

São, em geral, os pobres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, travestis, pessoas com deficiência ou em outra situação de vulnerabilidade, os brasileiros e brasileiras que estão fora da escola e que, mesmo quando conseguem uma vaga, sua permanência é precária e vários fatores os levam a abandonar de forma prematura.

A exclusão educacional é marcada também pelas desigualdades de raça e gênero, como apontam os dados da PNAD 2016. A taxa de analfabetismo para as pessoas pretas e pardas (9,9%) era duas vezes a das brancas (4,2%) em 2016. E 26,1% das mulheres jovens que não estudavam deixaram a escola para realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas. Garantir o direito a educação passa pelo enfrentamento as desigualdades.

Consideramos como sujeitos de direitos todos (as) brasileiros (as), sejam eles(as) moradores(as) do campo ou da cidade, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou deficientes, independentemente de suas condições sociais, econômicas, físicas ou religiosas.

Para nós a educação deve ser ofertada em espaços institucionais públicos não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais organizados para acolher crianças, adolescentes, jovens e adultos com qualidade. Rejeitamos a adoção de propostas de atendimento em espaços improvisados e inadequados para atender as especificidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos e por profissionais sem a formação inicial específica para esse atendimento.

Trabalharemos junto aos demais entes federados para que a educação seja coletiva, democrática, ética, respeitando as condições de cada criança, adolescente, jovem e adulto em seu tempo de vida e atenda suas necessidades e demandas.

Tendo presente que a educação é um direito de todos e dever do Estado (União, estados e municípios), trabalharemos para reverter as ações de privatização da educação, dentre as quais destacamos o avanço das parcerias do poder público com organizações privadas nas mais variadas formas, bem como o do atendimento em instituições conveniadas, ou as adoções de sistemas educacionais privados, seja através de apostilamentos, materiais didáticos, formações ou realizações de avaliações. Objetivamos reverter, também, as induções e adoções de políticas alternativas ou compensatórias que violem o direito à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos e a não garantia de direitos das/os profissionais da educação.

Antes de tudo...

Desde o primeiro dia de governo estaremos empenhados na revogação de todas as políticas nocivas aos interesses educacionais que foram implementadas no período do governo ilegítimo de Michel Temer.

Por isso, a primeira medida será encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que reduz ano a ano os gastos sociais por 20 anos.

Em seguida, serão revogadas a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, sendo reaberto o debate sobre os dois temas de forma ampla e participativa.

O Fórum Nacional de Educação, que foi objeto de intervenção do governo golpista, retomará seu funcionamento e sua composição será discutida de forma democrática e contemplará o caráter público e gratuito que a educação deve ter para se consolidar como um direito de todos e dever do Estado.

Além disso, nosso governo irá retomar a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), processo que foi igualmente desmontado pelo governo Temer.

O Conselho Nacional de Educação também será reformulado na sua composição e definição, incorporando a antiga reivindicação da comunidade educacional para que seja órgão de Estado deliberativo e representativo, garantindo a participação da sociedade civil, compreendendo sindicatos, entidades acadêmicas da área, os entes da federação, a representação dos estudantes, dos trabalhadores em educação e da comunidade escolar, sempre respeitando as indicações das entidades representativas.

1. A união assumirá um novo papel no dever do Estado para com a Educação

A disparidade entre os potenciais de arrecadação dos entes federados implica uma capacidade reduzida de oferta de serviços educacionais pelos estados e municípios mais pobres.

A garantia a uma educação de boa qualidade não pode estar condicionada à sorte de viver num município mais rico, ou à obrigação de estudar numa cidade diferente de onde se vive para ter acesso a esse serviço. A redução das

desigualdades no acesso à educação de qualidade social é dever do Estado que deve planejar a oferta educacional para alcançar esse objetivo.

Para isso, é necessária a articulação entre os distintos entes federados, guardando relação com o potencial de arrecadação e provimento do serviço. A União tem sido omissa no seu dever de garantir um padrão mínimo de qualidade na educação; atualmente, de cada R\$ 100,00 que são aplicados em educação no Brasil, a União contribui com menos de R\$ 25,00. Nosso governo mudará este cenário.

- i. No primeiro ano de governo será encaminhado ao Congresso Nacional a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, tendo por base a garantia do direito à educação, o combate às desigualdades e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014) ;
- ii. Ainda no primeiro ano será implementado o Sistema Nacional de Educação, com a função de coordenar o esforço estatal para cumprir as obrigações com nosso povo. Serão criadas instâncias de colaboração com a participação dos governos estaduais e municipais e também com forte participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e dos estudantes;
- iii. Será imediatamente regulamentado o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como exige a lei do PNE, garantindo aporte de recursos para diminuir as desigualdades na prestação de serviços educacionais e viabilizando o direito à educação pública digna a todos que vivem no país;
- iv. Considerando a discussão no Congresso de transformação do Fundeb em fundo permanente, nosso governo proporá:
 - A inclusão do CAQi no Fundeb como valor mínimo determinado no art. 211, § 1º da Constituição Federal;
 - A garantia de uma política de expansão de vagas, com recursos adicionais para investimento no fundo, de forma a garantir o cumprimento das metas do PNE para a educação básica.

Nossa aliança reconhece a capacidade formativa de educadores e gestores escolares, ao mesmo tempo em que, apoiado em pesquisas acadêmicas, também reconhece a fragilidade das formações iniciais que a maioria das faculdades privadas tem vendido aos professores e professoras, entretanto afirma que é a formação qualificada e a reflexão a partir das experiências escolares que possibilitam encorajar iniciativas e construir alternativas.

Somos contra a padronização curricular, modelo que se presta aos interesses dos mercados editoriais, consolida e legitima as grandes avaliações e pouco considera as necessidades e diferenças da educação brasileira. Defendemos diretrizes curriculares nacionais que possam assegurar a toda a população brasileira o acesso ao conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural em perspectiva histórico-crítica, valorizando a pertinência das escolas e universidades com os seus contextos sócio históricos e com as condições de vida de seus estudantes.

2 – Recursos públicos para as escolas públicas

Nosso programa recupera o ideal pelo qual Florestan Fernandes e outros tantos educadores lutaram: verbas públicas exclusivamente para escolas públicas. Nosso governo trabalhará todos os dias para garantir que os fundos públicos da educação sejam utilizados exclusivamente para a manutenção e o desenvolvimento de um ensino de qualidade social para todos e todas, em todos os níveis e modalidades.

- i. Será feita auditoria em todos os programas federais que repassam recursos públicos para o setor privado;
- ii. Visando defender o direito dos alunos que foram beneficiados pelos atuais programas (PROUNI e FIES) será feita uma transição da oferta subsidiada pelo Estado para a oferta pública;
- iii. Serão encaminhadas ao Congresso Nacional, no prazo menor possível, normas de regulação do exercício privado da oferta educacional, tendo como fundamento os preceitos

constitucionais e a garantia de um padrão de qualidade com remuneração condigna para os trabalhadores do setor;

- iv. Diante do alto índice de inadimplência no seio da juventude beneficiada com empréstimos do FIES, nosso governo proporá uma moratória de 1 ano para as dívidas estudantis, seguido de um Programa de Refinanciamento das Dívidas a ser discutido com os/as próprios estudantes! Não é justo que os nossos jovens, os que menos oportunidade de emprego possuem em meio a crise, também sejam vítimas de penalizações dos bancos públicos.

3 – Por uma educação para todas e todos

O nosso governo assumirá no dia 1º de janeiro de 2019, faltando cinco anos e meio para o encerramento da vigência do atual Plano Nacional de Educação. Nesta lei estão inscritos desafios que precisarão do esforço conjunto do governo federal e dos governos estaduais e municipais. A União assumirá as suas responsabilidades redistributivas e supletivas para com a educação básica e se concentrará no cumprimento das metas que são de sua responsabilidade.

- i. Por meio da regulamentação do regime de colaboração, via Sistema Nacional de Educação, a União atuará em conjunto com estados, municípios e o Distrito Federal para garantir o cumprimento do Artigo 208, inciso I da Constituição Federal, o mais breve possível. **Nenhum cidadão brasileiro de 4 a 17 anos ficará fora da escola;**
- ii. Por meio da implementação do CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial, a União colaborará com a diminuição das desigualdades territoriais, sociais e raciais. A meta, no âmbito do Fundeb, é que se chegue à equalização das oportunidades educacionais, de tal forma que os recursos disponibilizados por aluno se equivalham nas diferentes unidades da federação.

iii. O governo retomará o crescimento da oferta pública de ensino superior, **visando gerar 1 milhão de novas vagas em universidades** (Meta 12 do PNE), tendo como fundamento a expansão dos Institutos Federais e promovendo a integração desses com as Universidades Federais:

- 3.1. A prioridade é expandir nas regiões com menor cobertura e priorizar os cursos que promovam desenvolvimento local, possibilitem novos ecossistemas produtivos, e assegurem pessoal qualificado e conhecimento dos problemas das regiões, criando condições para a universalização do serviço público nas áreas de educação, saúde, moradia, transporte, saneamento e seguridade social;
- A União buscará fazer um planejamento de crescimento da oferta pública em conjunto com a rede estadual de instituições de ensino superior, inclusive utilizando a disposição constitucional de assistência técnica e financeira;
- Serão garantidas condições de funcionamento para as instituições federais existentes, processo que respeitará a autonomia constitucional, com especial atenção para as unidades criadas na última década;
- A ampliação do acesso ao ensino superior terá como perspectiva a inclusão e diversificação do perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente, garantidas pela expansão de vagas em conjunto com medidas de ação afirmativa e a adoção de políticas de permanência estudantil para reduzir as elevadas taxas de evasão do cenário atual. Por isso, será garantido o repasse de fundos governamentais para a construção e manutenção de

moradia estudantil, transporte gratuito, programas de alimentação e popularização do acesso à rede internet.

- iv. Em trabalho conjunto com estados e municípios e com apoio da sociedade civil, o governo erradicará o analfabetismo e diminuirá drasticamente o analfabetismo funcional, em todas as faixas etárias. Para além de pagar a dívida histórica com milhões de brasileiros e brasileiras excluídos da oferta escolar, para nosso governo a Educação de Jovens e Adultos é parte indissociável do direito a ter educação ao longo da vida;
- v. A União, em parceria com os municípios e o Distrito Federal, trabalhará para garantir e ampliar a oferta de vagas em creches para a população de 0 a 3 anos, por meio de reconhecimento do valor por aluno, compatível aos custos reais desta etapa de ensino no âmbito do FUNDEB, programa arrojado e pactuado de construção e aparelhamento de unidades e da valorização dos profissionais da educação;
- vi. A União, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, trabalhará para estender o atendimento em tempo integral, de forma integrada e intersetorial, em toda a educação básica;
- vii. Será desenvolvido programa de expansão de vagas na educação profissional, tanto pela ampliação da rede federal, quanto no apoio a expansão da rede estadual de escolas técnicas;
- viii. Os programas federais direcionados a educação básica deverão ser coerentes com a pactuação democrática prevista no SNE e operacionalizada no regime de colaboração, extinguindo quaisquer políticas baseadas nas trocas de favores e barganhas, ainda existentes.

4 – Pela valorização dos espaços de construção do conhecimento

Nosso governo colocará como um dos eixos do desenvolvimento do país a produção do conhecimento, partindo do entendimento que o local privilegiado dessa tarefa se dá nas Universidades Públicas.

Garantiremos a autonomia universitária prevista na Constituição Federal, extinguindo as medidas que afrontam o texto constitucional, possibilitando o autogoverno das instituições e efetiva autonomia de gestão financeira, administrativa, de pessoal e patrimonial. Como condição da autonomia de gestão financeira, estabelecer nova dotação orçamentária, considerando o custeio, as necessidades de investimentos, e o plano de desenvolvimento institucional das instituições, dialogando com as representações estudantis, dos técnico-administrativos e docentes, assim como com as entidades científicas, com dotação orçamentária compatível com as necessidades de bem-viver dos povos que requerem ciência, tecnologia, arte e cultura inventivas e comprometidas com o enfrentamento dos problemas nacionais e continentais.

Como parte da democratização do conhecimento, vamos apoiar, valorizar e viabilizar espaços de aprendizagem dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, por meio de universidades populares e interculturais.

Em conexão, mas respeitando as especificidades, será executado um programa nacional de fomento à inovação e a pesquisa e desenvolvimento, articulando as áreas econômica, social (educação, saúde, cidades etc.) com as áreas de ciência e tecnologia, bem como com a educação. Criar um fundo provisionado com recursos expressivos, articulados a partir do BNDES, para desenvolvimento de novos ecossistemas produtivos que rompam com a dependência tecnológica nas áreas estratégicas como energia, agricultura, fármacos, recursos hídricos, transporte, meio ambiente, saúde, cultura, arte.

Uma política nacional e democrática de Ciência, Tecnologia e Inovação é condição indispensável para um projeto de nação soberana, independente, justa e com igualdade social no lugar dos privilégios e da desigualdade. Todos os países que conseguiram promover Bem-Estar para as suas populações tiveram como uma das bases desse processo um Estado ativo no investimento em pesquisa e uma política democrática que garanta a passagem do conhecimento para o tecido produtivo sem que

isso seja apropriado por pequenos grupos, mas que gere ganhos que sejam revertidos para toda a sociedade.

É justamente para impedir consolidação de um ambiente de avanço tecnológico e inovação que o Golpe de 2016 ataca centralmente as universidades e a ciência brasileira. Promoveu o fim do Ministério de Ciência e Tecnologia, e pesados cortes de gastos, inclusive em bolsas e programas inteiros de troca científica. Também brutal, criminalização das universidades, a perseguição ao Reitor Cancellier é triste símbolo deste processo. Houve destruição de setores inteiros de pesquisa e do tecido produtivo. Tudo isso para garantir um Brasil submisso e periférico no capitalismo internacional e com mais privilégios e desigualdades no plano interno.

Não por acaso cientistas e pesquisadores foram aqueles e aquelas que mais se mobilizaram contra o golpe e pela democracia. Isso se deu pela pauta específica da luta pela ciência e inovação. Algumas mobilizações: Marchas pela Ciência, campanha pela volta do MCT - Campanha Conhecimento Sem Cortes. Ação da SBPC no Congresso que conseguiu diminuir os cortes para o orçamento desse ano (2018).

Para reverter esse quadro trágico e constituir um projeto de desenvolvimento justo, soberano e sustentável, nosso programa busca articular Ciência e Tecnologia e Inovação com uma ação estatal forte e democrática. Nosso objetivo é atingir um Desenvolvimento Sustentável e Soberano e um efetivo e estruturante combate às desigualdades e privilégios.

Será fortalecida a cooperação internacional por meio da integração dos sistemas de educação, ciência e tecnologia, constituindo programas de pesquisa estratégicos com a América Latina e outras regiões, ampliando a mobilidade estudantil, de docentes e trabalhadores, e instaurando, a partir das instituições públicas, formas de reconhecimento de títulos, cursos e disciplinas.

Iremos:

- i. recriar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a garantir de orçamento para viabilizar uma dinâmica de pesquisas de ponta.
- ii. Fundamental consolidar o processo de regulamentação e aplicação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, já aprovado pelo Congresso Nacional.

- iii. Além disso será fundamental elaborar um Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em um processo participativo envolvendo comunidade acadêmica, tecido produtivo e a sociedade civil. O objetivo desse Plano é estruturar uma política estratégica de pesquisa, com metas de longo, médio e curto prazo. É fundamental que se estruture esse processo de modo a evitar que as mudanças de governo inviabilizem dinâmicas de pesquisa que necessitam de décadas para se consolidar. Esse Plano irá seguir objetivos gerais próprios de um projeto de Desenvolvimento Justo e Sustentável – erradicação da pobreza, preservação dos biomas nacionais, promoção do Bem-Estar geral entre outros - e deve prever mecanismos de controle para evitar que o dinheiro público seja usado de modo irresponsável sob o guarda-chuva da necessidade de avaliar algumas pesquisas somente no longo prazo. Mas é indispensável garantir a autonomia e previsibilidade dos recursos para que a comunidade científica possa se planejar e produzir pesquisa de ponta.

5 – Por uma escola democrática

As transformações de que o país precisa exigem espaços de decisão efetivamente democráticos. As escolas, em todos os níveis, serão fortalecidas como espaços de debate de ideias, livres de todas as formas de preconceito. O governo trabalhará para que a escola seja um ambiente de respeito às diferenças e enfrentamento a qualquer tipo de preconceito e discriminação. Afinal, todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade e antidiscriminatória.

- i. O atual Conselho Nacional de Educação será reformulado, para que tenha independência e autonomia frente ao governo e, ao mesmo tempo, a sua representação seja expressão da pluralidade dos setores e segmentos educacionais. O Conselho será uma instância fundamental na pactuação do novo Sistema Nacional de Educação;

- ii. Será encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de reformulação do formato de eleição dos gestores das instituições federais de ensino superior, garantindo o aprofundamento da democracia nas Universidades e Institutos Federais. A proposta será amplamente discutida com a comunidade educacional;
- iii. Como parte do regime de colaboração federativa, as autarquias federais que se relacionam diretamente com estados e municípios serão democratizadas, garantindo-se presença de gestores da educação básica em seus conselhos;
- iv. Serão garantidas a pluralidade das ideias e a liberdade docente, tal como determina a Constituição Federal, e o governo federal adotará medidas para fortalecer a escola como espaço de promoção de valores democráticos, cidadãos, inclusivos e antidiscriminatórios;
- v. Serão desenvolvidos, ampliados e aprimorados programas de inclusão, de promoção da diversidade, de reconhecimento do direito à diferença, bem como de enfrentamento a preconceitos, discriminações e de prevenção à violência, inclusive com vistas a fortalecer o caráter público, gratuito, pluralista, laico, inclusivo e democrático da escola;
- vi. Estabelecer políticas que assegurem a interculturalidade, assegurando espaços educacionais auto organizados pelos povos indígenas, quilombola e demais grupos sociais que forjaram identidades históricas e profunda revisão do material didático que reproduz concepções marcadas pela colonialidade do saber e do poder, expressando concepções racistas e discriminatórias.

A repactuação federativa do Sistema Nacional de Educação estará ancorada numa redistribuição de recursos públicos, garantindo as condições para o cumprimento da Meta 20 do Plano Nacional de Educação. Assim, durante o nosso governo, serão criadas as condições legais e financeiras para que alcancemos, em 2024, o percentual de aplicação de 10% do PIB para a educação pública.

Em relação ao financiamento da educação básica este esforço se materializará em uma ampla revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), até dezembro de 2020 e na implementação do CAQI.

Os recursos públicos atualmente carregados ao FIES já superam o total de gastos com manutenção e desenvolvimento da educação superior do governo federal. Isto é inaceitável. Os últimos dados mostram mais de 41% de inadimplência no programa.

Isso significará uma revisão no peso e no formato dos programas ancorados em repasses financeiros ao setor privado, operando uma transição que não provoque descontinuidade nos contratos existentes, após feita a auditoria do funcionamento dos atuais programas, mas que implemente uma dinâmica na qual a prioridade será o investimento público na rede pública.

Será construída uma matriz de financiamento para a rede federal que garanta uma expansão de vagas, que seja sustentável e que esteja ancorada na existência de um padrão de qualidade.

Buscaremos pactuar também uma matriz de financiamento em parceria com os estados, visando aumentar a oferta de vagas para o ensino superior por meio de expansão das instituições de ensino superior estaduais.

7 – Por uma nova política de avaliação na Educação

As avaliações de larga escala devem servir para melhorar a qualidade da educação e não substituir as políticas públicas de educação.

O nosso governo romperá com a lógica autoritária e mercadológica presente no atual sistema de avaliação educacional. Os processos de avaliação em larga escala – da educação básica aos programas de pós-graduação- serão rediscutidos com vistas a garantir a participação dos entes federados e dos segmentos educacionais, valorizando a avaliação diagnóstica, processual e formativa.

Discutiremos o aprimoramento e a democratização dos processos de avaliação em larga escala e seus indicadores (como o IDEB), os quais necessariamente deverão levar em conta a qualidade da oferta, as condições intra e extraescolares e as experiências das comunidades escolares e precisam ser realizados em conjunto com os vários segmentos da sociedade brasileira.

8 – Pela valorização dos profissionais da Educação

Uma das conquistas mais importantes da sociedade brasileira na última década foi a aprovação de um piso salarial nacional para o magistério (lei 11.738/2008). Além de empenhar-se para garantir o efetivo cumprimento da lei, a União deverá desempenhar um papel ativo na viabilização das políticas de valorização profissional.

Assumimos o compromisso com a valorização profissional, a partir do tripé salário, carreira e formação, garantindo a articulação da formação inicial e continuada, através do fortalecimento dos fóruns de formação dos profissionais da educação e da articulação dos sistemas de ensino e das instituições públicas de formação superior.

- i. O nosso governo, por meio do CAQI auxiliará municípios e estados com maior dificuldade financeira a cumprir a legislação do piso nacional;
- ii. O uso dos recursos previstos em lei para a complementação do piso será regulamentado e executado;
- iii. O novo Conselho Nacional de Educação será o espaço adequado para a construção de políticas de valorização da carreira dos profissionais da educação básica;

- iv. Assumimos como meta, no âmbito da implantação do CAQi, alcançar um valor de Piso Nacional compatível com o salário mínimo necessário do DIEESE, o que significaria um reajuste superior a 50% no atual valor;
- v. O governo enviará projeto de lei ao congresso nacional com proposta de definição de Piso Salarial e parâmetros de carreira para os demais trabalhadores da educação.

9 – Educação não é mercadoria! O setor privado será regulado pelo poder público

Considerando a obrigação constitucional de regulação do setor privado e o peso que este possui atualmente na oferta do ensino superior, será encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Regulação do Setor Educacional Privado. A concentração acelerada de propriedade no setor privado, a fraca fiscalização do funcionamento, a precarização das relações de trabalho e o aumento da modalidade à distância como forma de maximizar seus lucros têm provocado consequências danosas à qualidade da formação das novas gerações de brasileiros. Dentre os pontos que serão considerados no referido texto temos:

- i. Combate a oligopolização do setor;
- ii. Regulamentação da participação acionária de empresas transnacionais na propriedade de estabelecimentos privados, como parte de uma transição que leve ao seu impedimento;
- iii. Estabelecer regras que garantam padrão de qualidade para o funcionamento das instituições;
- iv. Garantia de gestão democrática e liberdade de organização dos segmentos educacionais;
- v. Construção de novos padrões de formação dos professores, por meio de diálogo com as universidades públicas;

- vi. Apoiar o desenvolvimento acadêmico das instituições privadas sem fins mercantis, objetivando fortalecer o sistema de ensino superior com base nas referências de qualidade social.

VII - SAÚDE É PRIORIDADE: PÚBLICA E UNIVERSAL PARA TODOS E TODAS!

O povo brasileiro adoece de maneira profundamente desigual, apesar da garantia constitucional de ser a saúde um direito de todos e todas e dever do Estado. A classe social, o acesso ao trabalho, à moradia, à alimentação, à educação, aos serviços públicos e a direitos sociais são determinantes no seu processo de adoecimento.

A expectativa de vida ao nascer entre quem vive na região mais rica e mais pobre de uma mesma cidade chega a variar 26 anos. A mortalidade infantil em áreas das regiões Norte e Nordeste chega a quase três vezes a média nacional e vem crescendo com a crise. Temos uma morte no trabalho a cada 4 horas e somos a quarta nação com mais acidentes de trabalho. A vida nas cidades reproduz o adoecimento: além do déficit habitacional, temos péssimas condições de transporte e índices altíssimos de acidentes de trânsito. Ainda não universalizamos o saneamento básico: 45% dos brasileiros não têm tratamento adequado de esgoto. Cresce a sensação de insegurança generalizada, aumentando as taxas de suicídio e o uso de medicamentos contra depressão e ansiedade. No campo, tragédias ambientais como as de Mariana e Barcarena se multiplicam, o agronegócio e o extrativismo avançam causando danos irreversíveis à saúde dos ecossistemas e dos povos.

O machismo, o racismo estrutural e a LGBTIfobia também afetam as condições de saúde. Cerca de 60 mil pessoas são assassinadas por ano, mais de 70% delas são negras. Quatro mulheres morrem por dia em hospitais após buscarem socorro por complicações de aborto. A cada 19 horas, uma pessoa LGBTI é assassinada. A população indígena vem tendo a maior incidência de tuberculose e de outras doenças infectocontagiosas. Um terço dos adultos considera seu estado de saúde como regular, ruim ou muito ruim.

O processo de substituição dos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção psicossocial e comunitária foi paralisado por políticas que apostaram em métodos conservadores e na contramão das experiências internacionais, como as comunidades terapêuticas. A “guerra às drogas”, além de sua ineficácia, produziu nas últimas décadas uma imensa população carcerária: um em cada três presos do país responde por tráfico.

Para enfrentarmos esse cenário, é fundamental que o Estado atue na melhoria das condições de vida da população, na garantia do direito à saúde e na consolidação do SUS enquanto um sistema de saúde público, universal e gratuito. Foi através da expansão do SUS, do avanço da cobertura da Atenção Básica, de iniciativas como o Programa Nacional de Imunizações, de Controle de HIV/Aids e o Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos e de outras políticas sociais que o Brasil avançou nos seus principais indicadores de saúde nas últimas duas décadas.

Contudo, o SUS vive desde sua criação um subfinanciamento crônico agravado com a Emenda Constitucional 95, que condena o país a um colapso sanitário e social e a um sucateamento sem precedentes. Caso essa emenda estivesse em vigor entre 2003 e 2015, a União teria gasto 42% a menos (257 bilhões) com ações e serviços públicos de saúde.

Mesmo com cerca de 75% da população sendo atendida exclusivamente no SUS, os gastos privados com saúde superam os públicos. Os recursos destinados à saúde pública, no Brasil, representam metade da média do gasto em países com sistemas universais semelhantes. Além disso, o gasto federal com saúde (aproximadamente 1,7% do PIB) vem diminuindo proporcionalmente ao dos municípios e estados na última década.

A privatização da gestão, especialmente via Organizações Sociais e estimulada pela restrição orçamentária promovida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não resolveu o problema da eficiência na utilização dos recursos públicos. Ao contrário: precarizou o trabalho, drenou enormes volumes de recursos públicos e fragmentou ainda mais o sistema. A capacidade da gestão pública, por sua vez, é cada vez mais enfraquecida, limitada e inviabilizada pela falta de recursos e pelas regras de contratação de pessoal e aquisição de insumos. Os baixos salários, a concorrência com o

setor privado, os múltiplos vínculos, os contratos temporários precários e as péssimas condições de trabalho dificultam a fixação de profissionais no SUS.

A reformulação da Política Nacional de Atenção em Básica, em 2017, colocou em xeque a integralidade, o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e importantes avanços da Estratégia Saúde da Família. O país precisa fazer uma opção definitiva por uma Atenção Primária forte, qualificada, integral, longitudinal e resolutiva, garantindo a universalização da cobertura, o fortalecimento desta como porta de entrada e como real coordenadora do cuidado. Uma parcela significativa de unidades básicas de saúde não tem condições mínimas de funcionamento, seja por falta de profissionais, dispensação de medicamentos e até vacinação.

Precisamos assegurar um cuidado que seja capaz de absorver grande parte da demanda espontânea, que conte com mais recursos assistenciais e articule os serviços em rede. E que tenha protagonismo do trabalho comunitário, com uma equipe de saúde multiprofissional formada para trabalhar no SUS, e responder às necessidades da população. O Programa Mais Médicos ajudou a enfrentar uma carência histórica de médicos na Atenção Básica, mas não resolveu a má distribuição de médicos entre regiões e entre o setor público e privado e criou a maior parte das vagas de graduação de medicina em faculdades privadas. O Estado tem papel fundamental na regulação da formação para o SUS e precisa criar vagas de residência médica e multiprofissional na Atenção Primária, especialmente em locais com maior carência de profissionais.

A falta de coordenação das redes gera fragmentação. Precisamos de uma Rede de Urgências e Emergências integrada e com a Atenção Básica, garantindo a assistência pré e pós-hospitalar e rediscutindo o papel das UPAs, para que não haja relação predatória entre os níveis de atenção.

É urgente enfrentar os gargalos na atenção especializada e hospitalar, mudando a forma de contratação e o modelo de pagamento aos prestadores de serviço, e dando maior capacidade à gestão do SUS para organizar e direcionar a oferta privada secundária e terciária para toda a população. Com maior capacidade de planejamento da oferta pública e privada, é possível reduzir as filas e os tempos de espera e melhorar a distribuição de recursos humanos e de consultas, exames e cirurgias.

Precisamos também investir na ampliação e qualificação da rede hospitalar pública, especialmente nas regiões mais desassistidas e em especialidades onde há menor capacidade assistencial, aumentando a escala e a eficiência dos hospitais já existentes, ampliando o número de leitos e diminuindo sua ociosidade.

No campo da assistência farmacêutica, embora tenha havido avanços, o financiamento do consumo de medicamentos ambulatoriais segue sendo quase 90% privado. Esse gasto produz grandes iniquidades no padrão de consumo, prejudicando especialmente os mais pobres. Além disso, as farmácias e drogarias praticam margens de preços exorbitantes, se concentram em locais de maior renda e estimulam o uso irracional de medicamentos. A provisão pública de medicamentos na atenção básica é drasticamente afetada com o subfinanciamento federal e com problemas de logística e gestão, levando a situações recorrentes e inaceitáveis de desabastecimento. A situação se agrava ainda mais com os cortes no programa Farmácia Popular, que apesar de mais caro, de cobertura e abrangência mais restrita que a provisão pública, tem sido procurado por aqueles que não conseguem obter medicamentos no SUS. É fundamental o desenvolvimento de uma política industrial e de Ciência e Tecnologia para o setor farmacêutico que tenha os laboratórios e instituições de pesquisas públicas como pilares centrais, que seja orientada pelas demandas essenciais do SUS e que promova o desenvolvimento tecnológico guiado pelas necessidades de saúde.

A crise da saúde no país também decorre da mercantilização do sistema de saúde brasileiro aprofundada na última década. O modelo privado de prestação do cuidado gera grandes iniquidades e é ineficiente na produção de saúde, segmenta a assistência, prioriza a população mais saudável, deixa expostos grupos de risco como idosos e pacientes com câncer, depende da restrição de cobertura e acesso para aumentar sua lucratividade e é incapaz de dar resposta à determinação social da saúde da população. Além disso, concorre com o SUS, empurra os casos mais graves para o setor público e tem custos crescentes, não cumprindo seu papel complementar previsto na Constituição.

Grande parte da população que usa planos de saúde paga caro, tem cobertura restrita e de baixa qualidade e sofre com reajustes abusivos. Capturada por interesses econômicos, a Agência Nacional de Saúde Suplementar se coloca contra o interesse

público e atua em nome do lucro dos grandes grupos privados de saúde, das multinacionais e de investidores do mercado financeiro.

Não queremos um SUS apenas para os mais pobres. Nossa proposta é radicalizar a universalização do acesso a ações e serviços públicos de saúde através do SUS, garantindo a integralidade e a equidade. Queremos investir no sistema público para que atenda com qualidade a todos os brasileiros, inclusive aqueles que hoje sofrem, reféns dos planos de saúde.

Propostas para avançar na universalização e desprivatização do Sistema de Saúde brasileiro

1. Aumentar o financiamento federal na saúde de 1,7% para 3% do PIB:

- i. Encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95 e elevar o percentual da alíquota da saúde sobre a Receita Corrente Líquida;
- ii. Reverter progressivamente a renúncia tributária com planos de saúde, começando por grandes empresas e trabalhadores e trabalhadoras de renda muito elevada.

2. Expandir e fortalecer a rede pública na atenção primária, secundária e terciária e na provisão de medicamentos:

- i. Estabelecer mecanismos de gestão pública que permitam o planejamento estratégico de acordo com as necessidades da população e do SUS;
- ii. Criar uma carreira única interfederativa do SUS que melhore a remuneração e a distribuição de profissionais de saúde, que garanta e a estabilidade por meio de vínculo público, que permita progressão e mobilidade entre funções e níveis do sistema e promova educação e qualificação permanentes.
- iii. **Expandir e qualificar a cobertura da Atenção Básica a 100%**, priorizando o modelo da Estratégia Saúde da Família e tornando-a

progressivamente porta de entrada preferencial e reverter a Política Nacional de Atenção Básica de 2017;

- iv. **Ampliar o número de leitos hospitalares públicos de forma que represente no mínimo 50% dos leitos hospitalares SUS**, através de investimento em expansão e aumento de escala de hospitais regionais estratégicos;
- v. Rever as regras de contratação, convênio e remuneração de hospitais filantrópicos e privados e condicionar as isenções fiscais a hospitais filantrópicos com atendimento 100% SUS;
- vi. Ampliar o acesso a consultas e procedimentos na atenção especializada, de acordo com as necessidades regionais. **Estabelecer um teto de espera para consultas e cirurgias conforme as necessidades de saúde**, e, se necessário e solicitado pela autoridade local, utilizar a rede privada de serviços;
- vii. Ampliar a oferta pública de medicamentos na Atenção Básica, com investimentos na gestão e na infraestrutura e garantia do abastecimento e acesso da população;
- viii. Enfrentar o uso irracional de medicamentos, com regulação do comércio farmacêutico, revisão da política de preços e do rol de produtos que podem ser ofertados nas farmácias;
- ix. Avançar na redução de leitos psiquiátricos, expandir significativamente a rede de atenção psicossocial e comunitária e **estabelecer a Redução de Danos como principal diretriz para o tratamento de usuários de drogas**.

3. Desprivatizar o SUS e regulamentar o mercado da Saúde:

- i. Integrar e subordinar a Agência Nacional de Saúde Suplementar e suas atividades regulatórias ao Ministério da Saúde, com o fim da captura econômica e política da agência;
- ii. Estabelecer o fim das franquias e copagamento, limitar a oferta de planos de saúde com cobertura restrita;
- iii. Implementar o pleno e imediato ressarcimento dos planos de saúde ao SUS e auditar e cobrar as dívidas de planos de saúde com o SUS;

- iv. Impedir a participação de investidores financeiros e estrangeiros no capital das empresas e a propriedade cruzada de empresas de planos de saúde, grupos hospitalares e empresas de diagnóstico.

VIII – SEGURANÇA PÚBLICA DEFENDER A VIDA E NÃO A MORTE

A segurança pública, tema que emerge como necessidade urgente da população brasileira, não foi devidamente tratado no período de democratização que emergiu após a ditadura militar (1964-1985), apesar de alguns esforços de mudança terem sido realizados, especialmente por novas demandas da sociedade civil, no sentido de participação social, controle externo das organizações policiais, denúncia das arbitrariedades e das violências.

No momento em que se redigiu a Constituição de 1988, pouco ou quase nada mudou na ordem estabelecida herdada dos anos 1940 e dos governos militares. A estrutura das polícias manteve-se a mesma, não foram definidas responsabilidades precisas dos entes federados, não foram instituídos mecanismos de participação social e controle externo, foi aprofundada a centralidade das polícias e do cárcere para o tratamento das questões de segurança.

Por isso, nosso programa procura marcar a diferença de concepção, visando a construção de políticas públicas de segurança, cuja existência não pode estar confinada a ser exclusiva ou sinônimo de ação das polícias, ação repressora ou política de encarceramento.

É necessário construir um modelo de segurança em que a vida seja colocada em primeiro lugar, e não possa ser sacrificada em nome da defesa da ordem ou do patrimônio. Proteger a vida e assegurar o direito de todos e todas a uma vida segura deve ser o objetivo último da segurança pública.

Iremos desenvolver uma política de segurança pública com transversalidade e multidisciplinaridade nas mais diversas e necessárias políticas públicas em que o Estado brasileiro historicamente, sempre se esquivou promover. As consequências da omissão

no desenvolvimento das políticas públicas resultaram num quadro gravíssimo de violação aos direitos humanos, e reduziram as ações governamentais ao incremento das polícias e do sistema de justiça penal.

Nos últimos 18 anos, como reações a “crises” mais agudas e, portanto, investindo em uma lógica de curto prazo, paliativa e midiática, os governos federais tomaram uma série de iniciativas no campo da segurança sem, no entanto, alcançarem resultados significativos na redução da violência. Em 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, que vigorou por apenas dois anos. Em 2007 foi criado o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania) na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste mesmo ano foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei que criaria o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

No ano de 2009, houve uma das maiores oportunidades perdidas. A I Conferência Nacional de Segurança Pública, que teve etapas municipais e estaduais, aprovou uma série de diretrizes e recomendações oriundas dos trabalhadores da segurança pública, da sociedade civil organizada e dos representantes dos entes estatais. Propostas como desmilitarização das polícias, reforma do sistema de segurança pública, carreira única nas corporações etc., foram escritas pela primeira vez em um documento que acabou totalmente ignorado pelo governo da época.

Dilma Rousseff, por sua vez, apresentou o Programa Brasil Mais Seguro e, em 2015, o Programa Nacional de Redução de Homicídios, nunca implementado, principalmente em razão do golpe que resultou em seu impeachment. Com Temer, veio a intervenção no Rio de Janeiro. Mas não só. Na primeira quinzena de 2017, o número de mortes dentro do sistema prisional do Brasil superou o do Massacre do Carandiru: 133. O Secretário Nacional de Juventude do governo Temer, à época Bruno Júlio (PMDB), declarou que “era pouco”. Queria “uma chacina por semana”. Alexandre de Moraes, então ministro da Justiça, falou pouco sobre o caso. Estava ocupado apresentando um “novo” plano de segurança, tirado dos anos 1970, que tinha como centro a “Guerra às Drogas” e as medidas de militarização da Segurança, sem que houvesse nem mesmo um documento de base explicitando as suas premissas.

Mais recentemente, veio a aprovação pelo Congresso Nacional da lei do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, através da Lei Nº 13.657 de junho de 2018. A lei aprovada, contudo, pouca semelhança guarda com a versão inicial elaborada, especialmente porque reforçou a concepção de que segurança pública é problema exclusivo das polícias e se resolve por meio de operações especiais e forças tarefa – o que revela a ausência de um desenho sólido e integrado de política pública. O SUSP aprovado não institui participação social e nem qualquer tipo de controle externo das organizações envolvidas com a segurança pública, nada acrescenta ao pacto federativo de financiamento do sistema, não compartilha responsabilidade entre as diferentes instâncias de governo. Especialmente grave é a lei do SUSP não abordar a concepção e o financiamento das políticas de prevenção, reintegração dos egressos prisionais, formas alternativas de justiça ou penas alternativas. Seu provável efeito será o aprofundamento da competição entre as organizações policiais, o aprofundamento da autonomia das polícias em relação ao governo civil e a regulamentação das operações especiais de ocupação de territórios por meio da força, ou das forças-tarefa que tem agido em regime de exceção nos últimos anos no Brasil.

Nos últimos quinze anos, assistimos a um acentuado incremento de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sobretudo no Norte e Nordeste¹. O estudo mais recente publicado pelo Ipea (2018) mostra que as taxas de homicídio entre 2006 e 2016 tiveram uma queda de 46,7% em São Paulo, enquanto foi verificado um aumento de 256,9% no Rio Grande do Norte. Na soma do país, o número de assassinatos passou de 47,9mil para 62 mil ao ano e, em 2016, superaram pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes (30 vezes o observado na Europa). Nesse intervalo, o Brasil perdeu mais de meio milhão de pessoas – pais, mães, irmão/as, filhos/as - vítimas de homicídios, dos quais apenas cerca de 8% são investigados. Nas cidades menores, a quantidade de mortes violentas cresceu mais do que nas metrópoles. 50% delas ocorreram em apenas 123 cidades, o equivalente a 2,2% do total de municípios

¹ No ranking com as maiores taxas de homicídios, todos os 10 Estados são das duas regiões: Sergipe (64,7), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), Pará (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,3), Bahia (46,9), Acre (44,4), Ceará (40,6), Roraima (39,7).

brasileiros. O estudo conclui, ainda, que há uma correlação entre as condições educacionais, de oportunidades laborais e de vulnerabilidade econômica e a prevalência de mortes violentas: municípios com menor acesso à educação, com maior população em situação de pobreza e maiores taxas de desocupação apresentam maiores taxas de mortalidade violenta. Ao lado disto, os dados indicam que os homicídios de pessoas brancas declinaram e o crescimento se deve ao assassinato de pessoas negras, especialmente na faixa etária jovem.

O outro front desse extermínio, bastante invisibilizado, está no meio rural. Sequências de chacinas foram realizadas no campo, sobretudo no Norte e Centro-oeste do Brasil, contra camponeses/as e indígenas que lutam por reforma agrária e demarcação de terras para os povos originários. No período recente, a maior delas ocorreu em 24 de maio de 2017: nove homens e uma mulher ligados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram mortos na fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'Arco, sudeste do Pará, durante ação das Polícias Civil e Militar. Outras 14 pessoas foram baleadas e ficaram feridas. É o maior morticínio, em uma única investida, desde Eldorado dos Carajás (1992). De 2007 para cá, os assassinatos motivados por disputas de terras mais do que dobraram, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Brasil, considerado um dos países mais perigosos do mundo para ambientalistas, teve 58 assassinatos registrados pela CPT em 2016 – um crescimento de 23% com relação aos casos registrados em 2015. Em 2017 o número de mortes em conflitos agrários cresceu mais 15% na comparação com o ano anterior, num total de 70 assassinatos. Trata-se do maior número desde 2003.

Os agrupamentos ligados ao tráfico de drogas definidas como ilícitas, chamadas “facções”, também cresceram e se multiplicaram como resultado da política proibicionista (que incrementa a economia ilegal do tráfico) e do hiperencarceramento, que recolhe jovens envolvidos em pequenos ilícitos e os lança aos domínios dessas redes de quadrilhas. Antes concentradas no Sudeste – como o PCC, principalmente em São Paulo, e o Comando Vermelho, no Rio – essas organizações se espalharam pelo Brasil: hoje temos, entre tantas outras, a Família no Norte (FDN), no Amazonas, o Sindicato do Crime, no Rio Grande do Norte, os Guardiões do Estado (GDE), no Ceará e o Bonde dos 13, no Acre. Sem um número oficial, a agência DW Brasil calculou, em 2017, pelo menos 83 facções citadas em relatórios de CPIs e em mapeamentos de

especialistas com base em cruzamento de dados dos serviços de inteligência da Polícia Federal e secretarias de segurança públicas estaduais.

As principais vítimas da violência letal, em perfis divulgados a cada relatório e mapeamento, são jovens, negros e moradores das periferias. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1%, alcançando a taxa de 40,2 mortes por 100 mil habitantes, enquanto no resto da população caiu 6,8%. 71,5% das pessoas assassinadas em 2016 eram negras. No apartheid da violência, o Estado de Alagoas lidera a seletividade letal, com negros tendo 17 vezes mais chances de serem assassinados do que brancos. A resposta, quase automática e que “justifica” a letalidade, é a antecipação do envolvimento com o crime, numa construção narrativa que procura transformar a vítima de homicídio em um agressor real ou potencial. Ao lado destes indicadores, no entanto, o Atlas do Desenvolvimento do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) aponta que os brancos têm uma renda per capita 86% maior do que a população negra no estado, enquanto a mortalidade infantil para o mesmo segmento é 25% menor.

Levando-se em consideração o corte geracional, o Brasil vive outra tragédia. Analisando a década 2006 – 2016, do total de óbitos entre jovens de 15 a 29 anos, 50,3% foi causado pela violência. Temos hoje no Brasil um cenário desolador, em que um número inaceitavelmente alto de mães e pais têm que sepultar seus filhos, invertendo a ordem lógica, por motivos que poderiam e deveriam estar sendo evitados.

A aprovação do SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que infelizmente por culpa das desfigurações realizadas pelo lobby das bancadas conservadoras no Congresso Nacional e dos setores conservadores das corporações, em nada se parece com a concepção de política pública voltada à promoção da cidadania, da participação social e dos direitos humanos que caracterizou os sistemas criados para a Saúde e Assistência Social. O documento aprovado não inovou em nada na proposição de princípios e diretrizes e deixou de estabelecer objetivos de segurança pública. Não estabeleceu a necessária coordenação entre os três níveis de governo de forma e não estabeleceu a articulação com as demais políticas públicas que possuem efeitos sobre a segurança. Será preciso rever e reformular, com ampla participação social, a concepção, as diretrizes e as metas do PNDPDS.

O Direito à Segurança passa pela Segurança dos Direitos!

Propomos a segurança tendo o respeito à Vida, à Dignidade Humana e a busca da convivência fraterna entre todos os brasileiros e brasileiras como centralidade. Isso implica uma compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes, mas, antes, a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. A moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com relação ao gênero, raça e à diversidade sexual são exemplos disso.

Desde a segunda metade do século passado, seja no âmbito federal ou na concretude das relações cidadinas, e em que pese as produções latino-americanas críticas ao recrudescimento penal, a segurança no Brasil foi marcada pela importação de teorias estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Teorias como a das “janelas quebradas”, cujo desdobramento prático são as políticas de “tolerância zero”, que intensificam o número de prisões e a repressão policial em nome da reconhecidamente ineficiente “guerra às drogas” (que não conseguiu, no entanto, reduzir a oferta, o consumo e a violência relacionada ao mercado atualmente ainda ilícito de determinadas substâncias). A tentativa de adequação da polícia ao novo momento democrático pós-Constituição de 1988, ao invés de trazer mudanças estruturais, como a desmilitarização da segurança pública, apenas importou certa doutrina de “policiamento comunitário”, também inspirada na teoria das janelas quebradas que, salvo raras exceções, não aproximou de fato a polícia da comunidade, mas apenas tratou de adotar mecanismos e conceitos de gestão empresarial na segurança pública e, ainda assim, não obteve sucesso na diminuição dos índices de violência e nem aumentou a confiança da população nas instituições policiais.

O “combate ao tráfico” aparece como prioridade nas sucessivas gestões e programas de governo, sem a reflexão sobre o modo ineficaz de tratamento do problema, complicando a questão a que se propõe resolver. Seja por opção ideológica, seja por pressão e subserviência aos jogos de poder e heranças oligárquicas, os governos têm

apostado no mais do mesmo da intensificação das práticas punitivistas, repressivas e de polícia de enfrentamento, sem atentar para uma real reparação e prevenção dos elementos intensificadores da conflitualidade social. Há uma desigualdade econômica e social que é causa de muitas mortes. Como apontamos, os grupos mais suscetíveis ao risco de morrer, as vítimas preferenciais da violência letal, são jovens negros, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas, pouco assistidos pelas políticas governamentais.

É, portanto, apenas com fins eleitoreiros, por meio da instrumentalização do medo e numa tentativa de maquiar uma realidade complexa e difícil de ser alterada, que alguns políticos apresentam como solução o tratamento penal da miséria e da desigualdade, transformando a questão social em caso de polícia. O medo tem sido historicamente utilizado como um instrumento político potente, servindo ao propósito de manipulação da população. Essa instrumentalização do medo é, em grande medida, complementada por programas policialescos que funcionam, eles mesmos, como trampolim político para quem tem na utilização da violência seu maior lucro eleitoral, além de contribuir com a “simbiose entre a segurança do mercado e o mercado da segurança”, contribuindo para a construção da imagem de um inimigo a ser exterminado. A difusão do medo é, assim, de enorme interesse para políticos e empresários da segurança privada, que vendem prisões, cercas elétricas, serviços de vigilância armada, câmeras de monitoramento, etc. A redução dessa realidade (violência) e sensação (medo), no entanto, pode ser alcançada com diversas medidas que não passam necessariamente por patrulhamento ou investimento privado dos que podem pagar (caro) e não dependem, exclusivamente, da segurança pública existente.

Os partidários do projeto neoliberal, que privatiza e condiciona o direito à segurança, apresentam um paradoxo permanente: pretendem implementar um “mais Estado” repressivo e/ou policial para solucionar o aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que é, ela mesma, causada pela ausência de uma intervenção estatal efetiva nos campos econômico e social. Isso não é mera coincidência: é precisamente devido ao fato das elites estatais abandonarem os mecanismos de distribuição de renda, geração de emprego, educação e saúde, cultura, esporte e lazer, deixando-os cada vez mais a cargo das iniciativas privadas ou particulares, que devem reforçar sua intervenção nos assuntos de “segurança”, reduzida à dimensão criminal.

Esse modelo aposta apenas em mais prisões (e em sua gestão em parceria com a iniciativa privada, aumentando o “custo” por preso de uma média de R\$2.400 para até R\$ 4.129 ao mês, de acordo com grupo de estudos carcerários da USP de Ribeirão Preto) e maior vigilância, numa lógica de maior controle e punição, sem afetar concretamente aquilo que pode evitar que os crimes aconteçam. O Brasil ocupa hoje a 3ª posição em encarceramento, com 726 mil presos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Infopen, 2017). Nas penitenciárias, 12% cumprem pena por homicídio e aproximadamente 40% estão em prisão provisória. Quando julgados, em torno de 30% dos que estiveram em prisão provisória são inocentados. 28% é composto por aqueles que cumprem pena por transgressões às leis de drogas. Não se trata dos chamados “traficantes”, fortemente armados, que se impõem pela força sobre comunidades. Trata-se sobretudo dos varejistas das substâncias ilícitas, presos em flagrante, sem armas, sem praticarem violência e sem vínculos orgânicos com organizações criminosas. A despeito disso, são condenados a pelo menos cinco anos, em regime fechado.

Lamentavelmente, quando se trata de segurança pública, dilui-se a ideologia política em nome do envelhecido discurso da “ordem”, de forma que ampla parte do campo à esquerda tem apresentado as mesmas propostas da direita, fundamentadas quase que exclusivamente na repressão policial e ostensiva que, na prática, chega a conceber garantias sociais como obstáculos para a realização da segurança. Contra essa retórica penal e excludente do direito à liberdade, inclusive de ir e vir, e à segurança, afirmamos que a destituição de direitos – com o conseqüente abandono das áreas mais afetadas pela dinâmica do capital e a lógica hiperconsumista e individualista – intensifica os conflitos e fragiliza os laços sociais, gerando uma hierarquização do valor da vida. Não será, portanto, a resposta repressiva e militarizada de sempre que contribuirá para a redução dos alarmantes índices de violência no Brasil.

Deve-se ainda ressaltar que estas mesmas práticas não são dirigidas à toda a população, indistintamente. A atual política criminal seleciona, dentre todos que entram em conflito com a lei, aqueles e aquelas que devem sentir o peso do punho de ferro do Estado Penal – o complemento necessário da mão invisível do Mercado -, seja por meio do encarceramento massivo e da humilhação dos mandados de busca e apreensão coletiva, que por vezes alcançam comunidade inteiras, seja pela concepção equivocada

de policiamento que acaba resultando nas subterrâneas e ilegais práticas de tortura, suborno e execução sumária, vide os trágicos episódios de chacinas que se ampliam no campo e na cidade. Aqui, mais uma vez, o racismo institucional entra como forte fator dessa desigualdade perante a lei, num processo de criminalização antecipada por características físicas (a cor da pele), sociais (classe) e geográficas (o local onde mora) que supostamente revelariam a periculosidade de algumas pessoas. Muitas vezes não é o tipo de crime que “pesa” na política criminal, mas o tipo de pessoa que comete o crime (vide o helicóptero do senador com meia tonelada de pasta de coca, sem grandes desdobramentos).

A condenação antecipada pela atuação seletiva das forças de segurança, expressa por exemplo nos frequentes “baculejos” ou “batidas policiais”, que abordam qualquer jovem de chinelo, bermuda e cabelo pintado que more nas regiões populares, se estende para a condenação judicial: nas audiências de custódia, para dar apenas um exemplo a partir dos estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a possibilidade de um branco preso em flagrante ser solto ao ser apresentado ao juiz é maior que de uma pessoa negra ou parda, nas mesmas condições. Do mesmo modo, as penitenciárias, desde que foram inventadas, possuem a mesma “clientela” ao longo dos anos: os pretos e os mais pobres, inclusive sem acesso à educação formal. Em uma frase: “Todo camburão (e toda penitenciária) tem um pouco de navio negreiro”.

O modelo atual de policiamento produz e reproduz desigualdades e tratamento discriminatório das juventudes, especialmente a juventude negra. Além de gerar insegurança, gera desconfiança e medo da população em relação à polícia, o que não condiz com o esperado para uma sociedade democrática. Novas formas de exercer o policiamento e o controle do crime necessitam ser desenvolvidas e valorizadas, reorientando a ação policial (sua formação, doutrina e avaliação de resultados) para as prioridades definidas em instâncias com participação social. Enfrentar a violência contra as mulheres requer técnicas e expertises diferentes das exigidas para lidar com roubos a mão armada e as formas de policiamento devem ser capazes de responder às diferentes necessidades de segurança dos diferentes públicos

O mau exemplo das UPPs: a redução da favela a três letras

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), instaladas no Rio de Janeiro a partir do ano de 2008, são um exemplo de política de segurança cara, ineficaz e extremamente prejudicial à vida social nas comunidades, a ponto de tornar-se letal para os jovens negros das favelas em que foram criadas. Instaladas com apoio total da grande mídia, como se fossem o remédio para todos os males daquelas comunidades, revelaram-se, ao longo do tempo, um grande fracasso na redução da violência. Na sua implementação, eram previstas ações integradas com as políticas assistenciais, que nunca foram implementadas, servindo como exemplo de uma política que apostou todas as fichas exclusivamente na militarização da segurança nos territórios pobres. Ao mesmo tempo, podem ser consideradas bem-sucedidas em promover a segregação e estigmatização das populações dessas comunidades, bem como de abrir esses territórios aos negócios e objetivos do mercado, especialmente durante os megaeventos esportivos da última década (Copa das Confederações, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo). Atualmente, as mesmas estão em processo de extinção, tendo já cumprido seu macabro papel.

A ocupação de territórios com exclusivo emprego de forças militares, experimentada com as UPP, foi um ensaio da ocupação permanente vivenciada pelas comunidades adotada como modelo da intervenção federal de caráter militar no Estado do Rio. Este modelo foi incansavelmente criticado e denunciado pelos movimentos sociais, cujas vozes no interior do PSOL buscam constantemente amplificar. A luta de Marielle Franco é emblemática da luta de milhares de vozes sem visibilidade nas grandes mídias, que se insurgem cotidianamente: os 50 mil votos recebidos por Marielle nas eleições municipais são indicativos da recusa de parcelas crescentes da sociedade no modelo da militarização da segurança.

Sua morte, como a de Anderson Gomes, que dirigia o carro ocupado por Marielle, já completou 4 meses, denunciando deste trágico modo a ineficiência da atual política de segurança em proteger vidas, elucidar crimes violentos e responsabilizar os agentes patrocinadores da violência.

Marielle Franco colocou sua vida a serviço da denúncia do extermínio e da proposição de uma nova concepção de segurança. E sua inspiração continua sendo o farol a iluminar o caminho da mudança.

Diante desse quadro, apresentamos a seguir alguns eixos de propostas para o campo da Segurança Pública:

i. Desmilitarização da Polícia e da Política

Desmilitarizar a polícia, a política e a vida é uma exigência democrática. A militarização é fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação e mantida por interesses particulares. Dentro desta lógica, as polícias (inclusive as civis e as próprias guardas municipais) reproduzem um esforço de guerra que serve à violação de direitos e à desumanização de grupos sociais amplamente criminalizados, assim como a violação dos direitos dos/as trabalhadores/as de segurança, a eles/as impondo uma cultura institucional de violência e silenciamento, repercutido nas ruas com as altas taxas de letalidade e vitimização policial. Segurança não é guerra e o povo não é inimigo. Faz-se urgente superar a herança da doutrina de segurança nacional - tornada lei no auge da repressão ditatorial - e a lógica do “inimigo interno” desprovido dos direitos a ter direitos, que realizam um massacre cotidiano entre as camadas populares. Nesse sentido, é a própria política criminal que precisa ser alterada.

Defendemos um modelo de polícia de caráter civil, com controle interno e externo, de ciclo completo mitigado em suas unidades federativas, com plano de cargos e carreiras com ingresso único, carreira única, plena garantia dos direitos trabalhistas e fundamentado na proteção à vida e na promoção da dignidade humana.

É bom salientar que na concepção de segurança como guerra, soldados não possuem direitos. Por isso, defendemos a desmilitarização como exclusão das polícias do quadro das forças auxiliares das forças armadas do Brasil. Defendemos que os policiais parem de ser equiparados a soldados das forças armadas em seus direitos, e que sejam considerados trabalhadores civis, com conhecimentos próprios e adequados aos desafios complexos da segurança pública entendida como segurança cidadã, como direito humano e inalienável.

2. Implementação da Agenda Nacional Pelo Desencarceramento

Inchar ainda mais o sistema carcerário é parte do problema, não da solução. As prisões constituem um grande fracasso da política criminal: favorecem uma rede para o cometimento de novos crimes, banalizam a violência, pioram as pessoas. Longe de promover qualquer “ressocialização”, ajudam a consolidar carreiras criminosas. Devemos, sempre que possível, apostar em formas alternativas de responsabilização no sentido do que foi apontado pelo documento da Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

3. Acabar com a guerra às drogas e fazer justiça de transição

É preciso afastar a política de drogas do direito penal e aproximá-lo da garantia do direito à saúde, permitindo o uso medicinal de certas drogas, mas considerando também o direito individual ao uso recreativo. Décadas de proibição não tiveram nenhum impacto na redução da demanda ou da oferta de drogas e aumentaram os danos causados pela interação com essas substâncias. Ao regulamentar a produção, o comércio da maconha e o consumo de drogas tornadas ilícitas, pretendemos reduzir os danos e a violência sistêmica causados pela falsa proibição delas. As razões para a manutenção dessa política até hoje são o controle militarizado de territórios e populações marginalizadas, o lucro desenfreado do comércio sem qualquer controle e o incremento dos negócios relacionados à segurança pública e privada. Por isso ela é conhecida como “guerra às drogas”.

Queremos acabar com essa guerra. Nosso objetivo é buscar a reconciliação da sociedade. Para isso, seguindo os princípios da justiça de transição reconhecidos pela ONU e praticado em diversos países, queremos criar uma comissão da verdade para investigar a história dessa política, a participação de governos estrangeiros, o direcionamento do poder bélico do estado contra comunidades e populações específicas, notadamente comunidades periféricas e as populações negra e indígena. Reestabelecer a verdade sobre a história da proibição no Brasil é o primeiro passo que precisamos encarar. Mas também precisamos fazer uma política de reparação dos danos causados

pela violência da guerra às drogas nesses territórios e contra essas populações. Por anos, crianças, adolescentes e adultos têm tido dificuldade de ir à escola e ao trabalho pelo simples fato de morar onde moram. Ao longo da vigência dessa política, milhares de famílias se fragmentaram e perderam entes queridos afetando profundamente suas vidas.

Não podemos voltar no tempo e desfazer o que foi feito, nem trazer de volta o que foi perdido, mas o que pudermos fazer para reparar os danos causados, é nosso dever enquanto sociedade fazê-lo. Em seguida, vamos propor uma lei que anistie as pessoas presas injustamente por tráfico de drogas e, por fim, fazer um processo gradual e seguro de regulamentação da produção e do comércio de substâncias hoje consideradas ilegais, a começar pela maconha. Vamos instituir um programa nacional de educação para prevenção ao consumo problemático de drogas, com participação da sociedade civil e da comunidade científica na elaboração de seu programa, estabelecendo uma educação honesta sobre drogas. Essa guerra tem causado muitos danos e é preciso uma política robusta para dar fim a ela de forma segura. Assim, teremos condições de garantir que ela não volte a acontecer.

4. Fortalecimento da rede socioassistencial

A morte começa no abandono. Essa é a dura realidade no cotidiano de milhares de meninos e meninas, adolescentes e jovens encontrada no Relatório Final “Cada Vida Importa”, documento elaborado pelo Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência. As periferias sofrem grande intervenção do Estado, mas quase que exclusivamente por políticas de controle, vigilância e repressão. Na maioria das periferias e favelas não existem investimentos estatais em equipamentos de arte, cultura, esporte e lazer, são poucos os equipamentos da assistência e saúde, não há sequer saneamento básico, mas concentram os maiores investimentos na tecnologia da morte, inclusive com tanques de guerra.

5. Controle Social e participação

Precisamos de participação social no controle da violência. Não há possibilidade de política de segurança que esteja dissociada dos processos de socialização e integração social. A Constituição diz expressamente que segurança é “direito e responsabilidade de

todos”. É preciso envolver o conjunto da sociedade no enfrentamento da violência: desarmar os espíritos, através de um esforço de mobilização permanente contra o comportamento violento e a favor da convivência fraterna e harmoniosa entre as pessoas. Nesse sentido, a criação conselhos de participação social em todas as instâncias de decisão sobre políticas de segurança, de centros de mediação comunitária e de ouvidorias externas para monitoramento das polícias são propostas fundamentais.

A segurança é o setor das políticas públicas clássicas mais fechado à participação social na definição dos seus rumos e prioridades. É preciso regulamentar e exigir a participação social em todas as instâncias de decisão da segurança, avaliando os resultados em termos de eficácia para a redução da violência e dos custos sociais das estratégias, recusando aquelas que aprofundam os efeitos discriminatórios.

6. Controle de armas

Quanto mais armas em circulação, maior o número de mortes (inclusive de quem a porta achando que vai se proteger). Precisamos do controle sobre as armas, não da sua expansão. Propomos o fomento para campanhas de desarmamento voluntário da população, além de ampliar o controle sobre armas e munições que circulam no território brasileiro, aprimorando os dispositivos previstos na Lei 10.826/03 e no Decreto 5.123/04. Além disso, é preciso envolver a diplomacia brasileira na relação com países fabricantes de armas e munições, bem como com nossos vizinhos de fronteira, para um esforço conjunto de controle de armas e munições.

7. Valorização dos profissionais de segurança

Sob nenhuma hipótese devemos reforçar o discurso de oposição entre segurança pública e direitos humanos. Se defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Na lógica da guerra, não avançaremos em nada. Somente um profissional consciente de seus direitos e deveres de trabalhador(a) poderá reconhecer e garantir direitos da população, que é o que se espera de um(a) policial em uma política distante do paradigma do combate armado. Para isso é preciso investir na criação e difusão de conhecimentos específicos voltados à complexidade das questões

de segurança, levando em conta as especificidades dos fenômenos violentos, capacitando os profissionais de segurança em conhecimentos teóricos, técnicos e práticos que impulsionem as mudanças urgentes e necessárias no campo da segurança.

8. Políticas de promoção da igualdade

O machismo, o racismo e a LGBTIfobia estão no centro da violência. Sem políticas específicas de promoção da igualdade e enfrentamento dos privilégios continuaremos derramando sangue e enxugando gelo.

A violência e as políticas discriminatórias são em si produtoras de desigualdades, e não são apenas efeitos secundários das desigualdades econômicas e estruturais. É preciso pensar e desenvolver ações específicas para a redução da violência, como um direito humano inalienável, e como parte da estratégia de redução de desigualdades criadas por relações de poder injustas.

9. Regulamentação dos programas policiaiscos

Um estudo conduzido pela ANDI em colaboração com o Intervozes, a Artigo 19 e o Ministério Público Federal aponta que pelo menos 12 leis brasileiras e sete tratados multilaterais são desrespeitados cotidianamente pelos programas ditos “policialescos” que se valem de uma concessão pública para ir ao ar (disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/guia-violacoes-de-direitos-humanos-na-midia-volume-i/>). Necessitamos de uma atuação de fiscalização destes conteúdos, uma vez que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa devem conviver harmonicamente com os demais direitos. O primeiro passo é compreender que tais programas não são propriamente jornalísticos, mas fazem parte de uma categoria específica, cujo conteúdo violento e sensacionalista não deve ser veiculado em todos os horários de uma rede de televisão aberta.

10. Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de informações

A transparência das ações do Estado é fundamental para o governo democrático. Sem dados confiáveis e amplamente disponíveis ao público em geral é impossível planejar, definir prioridades e monitorar os resultados das políticas. Uma política de dados e informações é fundamental para a integração das políticas de segurança, a cooperação entre os diferentes entes e organizações, a participação social na fiscalização e proposição de mudanças e correção de rumos.

11. Prevenção à Violência, redução de homicídios e políticas setoriais

As políticas de prevenção visam impedir, limitar e constranger o uso da violência na administração de conflitos, favorecendo o desenvolvimento de relações que se pautem pelos princípios dos direitos humanos, incluindo o respeito às diferenças. Numa sociedade desigual e hierarquizada, a prevenção de delitos e violência deve orientar-se por uma visão afirmativa de valorização da vida e da experiência das populações mais vulnerabilizadas, dentre as quais merecem destaque mulheres, jovens, negros, indígenas, LGBTQs e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. É preciso ter estratégias de ação antes que as violências ocorram. Estas ações precisam ser articuladas com as demais políticas de assistência e com a visão do desenvolvimento humano: escola, renda, trabalho, cultura, lazer, esporte, participação social, universidade. As políticas públicas de juventude são fundamentais para o deslocamento da visão de segurança pública que queremos promover. A mediação, a justiça restaurativa e as alternativas penais também devem ser fortalecidas.

A primavera feminista trouxe corpo a uma luta histórica contra a violência baseada no gênero. As juventudes são atores primordiais nas mudanças nas relações de gênero. A Lei Maria da Penha é um instrumento importante de luta. Mas é necessário valorizar os seus dispositivos de educação para a equidade, prevenção à violência e assistência às vítimas. O primeiro ciclo de interpretação da lei deu ênfase ao dispositivo penal e carcerário. É preciso agora investir na formação de policiais e juízes para lidar com as violências advindas da desigualdade de gênero. E é igualmente necessário desenvolver

as políticas e os equipamentos assistenciais e de cidadania que podem efetivamente permitir às mulheres sobreviver e superar relações violentas, sem colocar todas as fichas no punitivismo e no encarceramento. O mais importante é colocar o foco em proteger vidas e transformar relações, estimulando e incorporando as conquistas e os saberes oriundos da auto-organização das mulheres. Não podemos ter uma política que pense apenas no que fazer depois que as violências já ocorreram.

IX - UM PROGRAMA PARA CONSTRUIR E MANTER CIDADES

Somos 180 milhões de pessoas vivendo em cidades, sendo a grande maioria em cidades com mais de 100 mil habitantes e regiões metropolitanas. Outras 30 milhões de pessoas vivem no campo ou em milhares de pequenas cidades inseridas em um meio rural e que delas dependem para se abastecer e viver em sociedade. Muitas vezes são locais sem densidade econômica, incapazes de suprir as necessidades de conhecimento e troca.

As cidades são o local do trabalho, da produção, da vida, do lazer e da disputa pelo espaço por mais conhecimento e, no entanto, boa parte de nossos espaços urbanos foram autoproduzidos pelos próprios moradores com pouquíssimos recursos, fazendo com que milhares de pessoas vivam em condições urbanas e habitacionais precárias, com carências materiais e prestação de serviços precárias.

Tal precariedade se expressa não apenas do ponto de vista da qualidade dos serviços e condições de urbanidade, mas também do ponto de vista do poder dos cidadãos na definição de seu destino. A cidade que não oferece a todos e todas condições adequadas de vida urbana é gerida e decidida por poucos e para poucos.

Como forma de enfrentamento, posicionamento e superação, surgem estruturas sociais e culturais com forte coesão local, na forma dos movimentos sociais e coletivos, mostrando alternativas de como alterar as políticas e a visão centralizada de poder. Estas iniciativas, no entanto, não têm hoje a devida escuta e protagonismo.

Os diferentes biomas, inserções econômicas e culturais exigem que o direito à cidade seja tratado de forma diferenciada, respeitando os contextos sociais distintos; no entanto, até hoje não conseguimos romper com o modelo de política urbana implantado desde o regime militar, constituindo-se numa política pública de uma mão só, ou seja, um único desenho para todo o Brasil, sem o reconhecimento de suas diferenças e

voltado basicamente para gerar negócios para os setores empresariais envolvidos na construção e gestão do espaço urbano e retorno para as fontes que o financiam.

O modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, adotado a partir dos anos 1940 do século passado, baseado no transporte rodoviário individual, associado à flexibilidade dos transportes rodoviários favoreceu com que a expansão territorial das cidades ocorresse praticamente sem controle da urbanização, em um casamento perfeito com os processos de especulação imobiliária e a autoconstrução da moradia em periferias distantes. O espraiamento encareceu a provisão de todos os serviços urbanos, a começar pelo próprio transporte, de pessoas e de mercadorias.

Por outro lado, principalmente nas grandes cidades, o esvaziamento das áreas centrais, a expulsão da população de baixa renda para as periferias e a segregação espacial de usos residenciais e da oferta de empregos e serviços obriga as pessoas a realizar cotidianamente deslocamentos cada vez mais extensos, em um sistema viário congestionado pela frota crescente de automóveis e motocicletas, provocando impactos econômicos, sociais e ambientais, como o elevado número de mortes e poluição.

Parte dessa dinâmica vem de orientações de políticas industrial e energética implementadas historicamente pelo Governo Federal que afetaram diretamente o setor de transportes, em especial:

- Sucateamento dos sistemas de transporte ferroviário (e hidroviário) urbano e regional para viabilizar a expansão da indústria automobilística no país;
- Estímulos fiscais à produção e consumo de automóveis, notadamente com o incentivo aos carros “populares”, no Governo Collor, e na estratégia do Governo Lula para aquecer a economia a partir da crise de 2009;
- Políticas de preços de combustíveis que mantiveram baixos os preços da gasolina em relação ao preço do óleo diesel.

A falta de controle no processo de urbanização e desigualdade territorial das cidades brasileiras também se expressa em relação ao saneamento, pois apesar dos enormes recursos públicos investidos nos últimos anos, nossos córregos e rios continuam cada vez mais poluídos, os mananciais cada vez mais comprometidos, o abastecimento de água ainda não chega a toda população (principalmente nas áreas rurais e em algumas áreas de favelas das grandes cidades), a coleta e o afastamento de esgotos apresenta

índices de cobertura muito baixos e os índices de tratamento de esgotos são irrisórios. Embora o acesso à água tratada tenha sido significativamente ampliado, tendo como média nacional 83% da população atendida, o acesso à coleta de esgotos ainda é restrito à 51%, comprometendo tanto os indicadores de saúde pública quanto a qualidade ambiental das cidades.

Tal situação é decorrente de um modelo de prestação de serviço centralizado (com predominância das empresas estaduais) e que opera a partir de uma lógica empresarial e financeira. Assim, as empresas, cuja receita vem da medição da água fornecida à população, privilegiam o fornecimento de água tratada para as áreas de mais fácil acesso (deixando de atender as áreas rurais mais distantes e as zonas periféricas de pequenos municípios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste). Não têm interesse em fazer a coleta dos esgotos nas áreas mais pobres, tanto das cidades como do campo, nem em tratar os esgotos antes do lançamento nos cursos d'água, uma vez que esses serviços apresentam custos maiores e não geram receita correspondente. Esse modelo, baseado no lucro da venda de água, explica também a resistência das empresas em estender a tarifa social para todas as famílias mais pobres. Está também na base das recorrentes crises hídricas que afetam as grandes regiões metropolitanas, pois as empresas, buscando o lucro de curto prazo, não pensam no futuro e, ao invés de implantar programas de racionalização do consumo, preferem vender já a água que seria necessária para suprir a demanda da população nos anos futuros mais secos.

A temática gestão de resíduos recebeu diretrizes nacionais em 2007 (lei federal de saneamento básico) e 2010 (política nacional de resíduos sólidos). Avanços ocorreram na ampliação da destinação de resíduos a aterros sanitários, encerrando lixões, mas boa parte deles como resultado da movimentação de empreendedores privados, ligados a grandes empreiteiras, que estabelecem a lógica privada no vácuo do efetivo planejamento público. Os avanços mais significativos, desde a edição das políticas nacionais, também expressam um movimento na direção da ampliação dos aterros sanitários, quando países mais avançados se impõem movimento contrário, de redução drástica do uso de aterros (principalmente os países formadores originais da Comunidade Europeia).

Na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi preocupante, a forte atuação do setor empresarial responsável pelo entupimento das cidades com um sem número de embalagens. Fazendo com que sua responsabilidade legal de prover o

retorno organizado de embalagens, por logística reversa, fosse repassada aos municípios e seus sistemas públicos de limpeza urbana, usando parcerias com catadores e suas organizações como forma de “fingir” uma ação empresarial de responsabilidade social.

No tocante à questão dos catadores, o que tem se visto há muitos anos é a continuidade de políticas momentâneas de cunho filantrópico, em detrimento do traçado de estratégias que permitam a inclusão sócio produtiva em sistemas estáveis e estruturados de valorização de resíduos.

Após a edição das diretrizes nacionais ocorreram, portanto, poucas alterações no quadro das grandes cidades e dos pequenos municípios, estes ainda sem solução para a destinação dos resíduos, convivendo com lixões e a inexistência de escala para avançar para melhores alternativas.

Em suma, a política urbana e habitacional do governo federal vem, desde pelo menos os anos da ditadura militar, sendo definida e conduzida a partir do uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para financiar a construção de moradias, e obras de saneamento ou mobilidade, tendo o BNH, e depois a CAIXA, não apenas o papel de financiador, mas também o de gestor desta política. O fato de termos um banco como elemento central da política e desta se restringir a financiar (portanto emprestar com expectativa de retorno) define não apenas o “quê” será apoiado, mas também “como” e “por quem” isto será feito.

Em primeiro lugar, trata-se de basicamente emprestar dinheiro para que empreiteiros executem obras novas ou construtores produzam casas e apartamentos, ou ainda que pessoas com capacidade de retornar os empréstimos tomem emprestado para poder comprar suas casas. Além de se restringir a uma estratégia de financiamento bancário, desde sua montagem nos anos 1960 esta política se organiza de forma setorial: dinheiro para construção de casas, ou dinheiro para construção de pontes, viadutos e estações de tratamento de esgoto ou aterros sanitários e nunca construção de cidade.

Esta é uma das razões por que historicamente a política urbana do governo federal não apoia verdadeiramente as cidades no enfrentamento dos enormes desafios de construir cidades para todos, em um contexto no qual políticas locais são conduzidas pelos interesses dos que têm na cidade seus negócios e não nas necessidades da maioria da população, que não tem recursos para comprar a urbanidade.

Em primeiro lugar, por que não existem programas ou recursos para apoiar a produção de cidades (onde depois se possa construir as moradias)?

Por que diante de necessidades habitacionais múltiplas e variadas, inclusive da moradia como um serviço social emergencial, o único modelo disponível é o da construção de casas em espaços segregados da cidade? Mesmo quando o governo federal, como foi o caso do programa Minha Casa Minha Vida, disponibilizou enormes recursos do orçamento para poder subsidiar as casas e apartamentos, não se superou a visão setorial e não é possível ampliar acesso a moradia sem antes ampliar o acesso à terra.

Por que se pensa sempre em construir e inaugurar obras e nunca em manter e reformar o que temos, em um ciclo aonde nem bem inaugurados os empreendimentos já são ruínas?

Para superar este tema, partimos do seguinte princípios:

- 1. A política urbana deve apoiar a produção, manutenção e reforma das cidades voltadas para atender as necessidades da vida e não dos desejos de rentabilidade dos capitais investidos na cidade;**
- 2. Não tem mais sentido pensar a política urbana de forma setorial (habitação, saneamento, mobilidade urbana, meio ambiente, assistência social, patrimônio histórico etc.), fazer e manter a cidade é um desafio multisetorial;**
- 3. Para implementação da política a União desenvolverá programas para aplicação de recursos federais no financiamento de ações locais de produção, manutenção e reforma das cidades, de forma descentralizada apoiando as propostas que:**
 - i. Se enquadrem nos princípios e diretrizes da política;
 - ii. Tenham sido estabelecidos a partir de processos locais de planejamento multisetorial e com participação dos atores envolvidos, principalmente moradores.

3. Os recursos para financiamento da política serão repassados a estados e municípios, isoladamente ou consorciados, por meio de Fundos de Desenvolvimento Urbano que contem com mecanismos de controle social;
4. Serão também disponibilizados recursos para que organizações da sociedade civil possam implementar projetos, em consonância com as diretrizes da política, através de editais públicos.

PROPOSTA CENTRAL

Deverá ser criado um SISTEMA ÚNICO DE CIDADES que apoie a produção, manutenção e reforma das cidades de forma descentralizada e multisetorial, superando a fragmentação e os modelos únicos e homogêneos para todo o país e apostando em processos democráticos e participativos de planejamento e gestão.

PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Diversidade de programas habitacionais e Urbanização de assentamentos precários

De acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios e comunidades, apoiando com imóveis públicos da união e produção de terra urbanizada a construção de casas por cooperativas e autogestão.

2. Ação emergencial na habitação

Apoiando a criação de serviços sociais de moradia nos municípios em situação de emergência habitacional, incluindo programas de locação social, reforma e reabilitação de edifícios e imóveis vazios para produção de moradia, em várias

modalidades (casa própria, locação social, hotel social), assim como intervenções em áreas de risco.

3. Planejamento e Gestão integrada

Por meio de processos democráticos e participativos de planejamento e gestão, dos programas e projetos, o planejamento e as ações devem ser propostos de forma integrada, concatenando os esforços e recursos, através de fundos específicos, das três esferas públicas e orientar as intervenções e produção da esfera privada.

4. Assistência técnica pública

Com profissionais de diferentes formações junto aos municípios carentes e às comunidades locais visando o planejamento urbano e desenvolvimento local integrado, a produção habitacional, a qualificação de moradias existentes, apoio à autogestão, à regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários.

5. Desenvolvimento de política de financiamento e subsídios dos serviços de transporte coletivo

Política tarifária que permita o estabelecimento de teto nacional de tarifas que permitam o acesso da população à cidade (trabalho, educação, saúde, lazer, etc), garantindo também recursos para investimento continuado na construção de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo urbano de alta capacidade nas grandes cidades.

6. Democratização do uso do sistema viário

Com prioridade aos meios de transporte coletivo e aos não motorizados sobre o transporte motorizado individual.

7. Defesa da vida

Através da Orientação da gestão da circulação para ações de redução dos acidentes e das mortes no trânsito.

8. Universalização dos serviços de saneamento

Geridos pelo geridos pelo poder público, consórcios públicos ou outras soluções que garantam a titularidade municipal, de acordo com as diferentes realidades locais, através do planejamento e gestão integrados às políticas de desenvolvimento urbano e regional, Direcionando os recursos federais não onerosos prioritariamente para a expansão e tratamento dos esgotos, exigindo como contrapartida a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgotos, bem como a implantação efetiva da tarifa social para as famílias carentes.

9. Implementar a Lei Nacional e no Plano Nacional de Saneamento

Anulando todas as medidas de retrocesso implementadas pela Medida Provisória nº 844/2018.

10. Garantir a segurança hídrica nas regiões carentes

Induzir a adoção de soluções técnicas que permitam o gerenciamento das águas do período chuvoso e redução das carências, induzir a adoção de soluções técnicas que permitam o gerenciamento das águas do período chuvoso e redução das carências nos períodos de estiagem, assim como a adoção de estratégias de reuso e tratamento de águas residuárias, em localidades rurais e em ambientes urbanos. Ampliar de forma significativa os programas de incentivo à prestação de serviços ambientais (protetor-recebedor) visando a recuperação e preservação de nascentes, além de intensificar o programa de construção de Cisternas nos estados do Polígono das Secas e os programas de saneamento rural autossustentados e autogeridos por comunidades locais, dotando-os de assistência técnica contínua.

11. Priorizar de forma expressiva a gestão dos resíduos sólidos

Mediante o incentivo à constituição de Consórcios Públicos, autarquias operacionais interfederativas que assumam ou fomentem as ações municipais através de assistência técnica e recursos, visando a redução do aporte de resíduos em aterros sanitários. Será também estabelecida uma estratégia nacional de transição da destinação em lixões para cadeias locais/regionais que sustentem a valorização de resíduos e rompam a paralisia dos municípios, reduzindo emissões por transporte e gerando empregos, ocupação e renda.

X – TERRA, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE: UM NOVO E URGENTE MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo do programa da Aliança Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil, serão apresentadas as propostas para Terra, Territórios e Meio Ambiente.

- 1. Demarcação já;**
- 2. Reforma Agrária Popular e Agroecológica: democracia e justiça no acesso a terra;**
- 3. Desmatamento zero e manejo e restauração das florestas com espécies nativas;**
- 4. Proteção das águas e sistemas hídricos;**
- 5. Defesa dos bens comuns e dos direitos da natureza;**
- 6. Transição energética e produtiva, visando superar o uso dos combustíveis fósseis.**

Proposta 1. Demarcação já!

Pelo reconhecimento, homologação, demarcação e regularização imediata de todas as terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais

Isso pode ser feito:

- i. Acabando com o fisiologismo ruralista e a ingerência política na FUNAI e garantindo o investimento de orçamento e de pessoal no órgão para a conclusão dos trabalhos técnicos de identificação e delimitação das terras**

indígenas.

A FUNAI trabalha hoje com um universo de pelo menos 111 processos de identificação de terras indígenas que devem ser finalizados. Porém, o órgão enfrenta um grave sucateamento (corte de 50% do orçamento em 2017). Esse sucateamento acirra a violência contra os indígenas especialmente nas regiões sul, nordeste e no Mato Grosso do Sul. Na região Sul, pelo menos 48 terras indígenas aguardam a conclusão de seus processos há mais de 10 anos! Há processos que já levam mais de 30 anos na FUNAI.

É muito importante fazer essa distinção das regiões. Isso porque, até o início da década de 90 muito se avançou com a demarcação de terras indígenas na Amazônia legal. Assim, os desafios para o país agora incluem a conclusão de processos pendentes na região Norte, a proteção dos mais de 60 povos que ainda vivem em isolamento nas florestas, mas, fundamentalmente nosso esforço deve centrar-se em resolver a demarcação das terras indígenas fora da Amazônia.

E fora da Amazônia, os povos, seus modos de vida e seus reclamos territoriais são diferentes. Não podemos cair na conversa de políticos racistas (anti-indígenas) que insistem em dizer que é muita terra para pouco índio. Não é. Fora da Amazônia estamos falando:

- de uma significativa parcela da população indígena (quase 20% da população indígena nacional) que cresce e vive/resiste confinada em menos de 2% do total de extensão de terras já reconhecidas, fruto de uma política de assimilação e tentativa de aniquilamento cultural;
- de uma reivindicação territorial que é ínfima comparada à extensão territorial dos estados e ainda menor comparada à concentração de terras nas mãos de alguns particulares;
- e de áreas onde o aumento do latifúndio vem resultando na redução de população não-indígena.

No Brasil, 1% da população detém 46% do total de áreas privadas. Os mais de 305 povos indígenas (cerca de 1% da população geral) têm reconhecidos cerca

de 13% do território nacional, ou 462 terras (embora não necessariamente detenham a posse plena por causa de pendências administrativas e invasões de garimpeiros, madeireiros e pressão por grandes empreendimentos).

As terras indígenas são de propriedade da União e o crescimento populacional indígena está diretamente relacionado à segurança de seus territórios. Por isso, quando falamos de demarcação de terras estamos falando de um processo de reparação de violências e também de reforma agrária e ordenamento territorial.

- ii. Nosso programa tem o compromisso político de dar os encaminhamentos cabíveis pelo Ministério da Justiça e pela Presidência da República para a homologação das terras indígenas já identificadas, com os devidos pagamentos indenizatórios cabíveis (tanto aos indígenas pela demora, como aos ocupantes não indígenas de boa-fé)**

Além dos processos na FUNAI, estão paralisados no Ministério da Justiça (aguardam Portaria Declaratória) e na Presidência da República (aguardam homologação) pelo menos 115 processos de demarcação de terras indígenas que já foram identificadas pela Funai. Essas áreas pendentes beneficiariam cerca de 125.574 habitantes indígenas.

De acordo com a Constituição Federal e o Decreto que regulamenta a demarcação de terras indígenas, nessa etapa (MJ e PR), os ocupantes não indígenas já tiveram a oportunidade de prestar informações e apresentar eventuais contestações ao processo na FUNAI. As benfeitorias das ocupações de boa-fé são avaliadas e indenizadas. E é possível ainda reclamar no Judiciário a indenização por titulações que tenham recebidos do Estado (nível federal ou estadual) em área que não poderiam ser entregues a famílias não-indígenas porque eram terras tradicionais. As demarcações de terras indígenas não ignoram os direitos das outras populações, por isso são consideradas medidas reparatórias e que precisam ser encaradas sem mais demora. A paralisação dos processos só torna a conta mais cara para todos. Se conseguirmos deixar de lado o preconceito, vemos que as soluções justas estão ao alcance.

- iii. **Realizando ações conjuntas (FUNAI, IBAMA, Incra, PF, PRF, Exército, etc) de desintrusão e de proteção das terras indígenas demarcadas, visando a garantia da posse plena pelos povos indígenas e o reassentamento de ocupantes não indígenas beneficiários da reforma agrária.**

De acordo com a FUNAI, atualmente existem 462 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País.

Os povos indígenas tiveram um papel fundamental na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul. Muitas plantas, por exemplo, surgiram como produto de técnicas indígenas de manejo da floresta, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária. No caso da castanha-do-pará e da araucária, estas árvores teriam sido distribuídas por uma grande área pelos povos indígenas antes da ocupação europeia no continente.

No sul do Brasil, por exemplo, a Terra Indígena (TI) Mangueirinha ajuda a conservar uma das últimas florestas de araucária nativas do mundo, enquanto que no Sul da Bahia, os Pataxó da TI Barra Velha, ajudam a proteger uma das áreas remanescentes de maior biodiversidade da Mata Atlântica. **Na Amazônia, maior Bioma brasileiro, enquanto 20% da floresta já foi desmatada nos últimos 40 anos, as Terras Indígenas juntas perderam apenas 1,9% de suas florestas originais. Os territórios indígenas conservam mais florestas do que as Unidades de Conservação e garantem a água para o campo e para as cidades.**

O Brasil é o país com a maior diversidade de povos da América Latina. São pelos menos 305 povos indígenas que falam mais de 270 línguas distintas além de cerca de 60 grupos isolados e têm nos seus territórios a base para sua existência com autonomia e de acordo com seus modos de vida, costumes e tradições. Todos/as queremos viver bem. Todos/as precisamos de um meio ambiente saudável e de cidades

justas. Mas os povos indígenas e quilombolas precisam, acima de tudo, de seus territórios. Impedir o acesso a suas terras é impedir a existência tradicional como tal.

iv. Respeitando o direito à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais

O Estado brasileiro é signatário da Convenção 169 da OIT (Decreto 5.051/2004), por isso é dever do Estado respeitar o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado, aos povos e comunidades tradicionais em todas as ações estatais que lhes afetem, garantindo ainda o usufruto exclusivo desses povos e comunidades sobre os recursos naturais presente em seus territórios tradicionais ocupados.

O Território Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade de negros e negras no Brasil, fruto das diversas resistências ao sistema escravocrata instaurado desde o Brasil colônia e pelas injustiças históricas ainda presentes nos dias atuais. Embora continue perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira atual, enquanto sistema, o regime escravocrata vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres sequestrados do continente africano. É imperioso reconhecer que a identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença, noção fundada sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de combate ao racismo ambiental e estrutural. Essas ações coletivas e representações, que são determinantes para o estabelecimento dos quilombos, constituem uma comunidade, um povo e a base elementar da sociedade brasileira.

Proposta 2. Reforma Agrária Popular e Agroecológica: democracia e justiça no acesso à terra

Ao contrário do agronegócio, que só gera concentração de renda, desemprego, pobreza e envenenamento da terra e da água, a Reforma Agrária Popular e Agroecológica pode resolver imediatamente quatro graves problemas da população mais pobre do meio rural: primeiro, ao conquistar um pedaço de terra, a família sem-

terra terá sua **moradia garantida**, pois construirá sua casa; segundo, resolverá a **questão da fome**, pois a família na terra produzirá sua própria comida; terceiro, resolverá o **problema do emprego**, pois é o trabalho familiar que vai garantir o sustento de todos; quarto, resolverá o **problema da renda**, pois depois de algum tempo na terra as famílias se organizam para produzir não só para a subsistência, produzem um excedente para ser comercializado, criam associações e cooperativas, desenvolvem formas de cooperação agrícola, se utilizam de tecnologias sustentáveis para aumentar a produção.

A **Reforma Agrária Popular e Agroecológica** é a **solução para os graves problemas sociais e ambientais** que vivemos: os *assentamentos* do MST e de outros movimentos populares que lutam pela terra, assim como as *comunidades quilombolas* e as terras *onde se encontram os povos indígenas/originários, pescadores, ribeirinhos*, são hoje o *melhor exemplo de como devemos tratar a natureza*, de como devemos cuidar da terra, da água e dos recursos naturais que temos à nossa disposição em todo o Brasil. A nossa proposta é produzir alimentação saudável, sem veneno, sem agrotóxico e barata para o povo brasileiro, priorizando o mercado interno, para melhorar a qualidade de vida da população que vive no campo e na cidade, e sempre pensando numa agricultura que une produção de alimentos a cuidados com a saúde da população. Isso é **agroecologia**, um novo modo de vida, uma nova relação entre ser humano e natureza, produzir alimentos ao mesmo tempo em que produzimos o bem-estar de toda a sociedade.

Programa da Reforma Agrária Popular e Agroecológica: para combater a desigualdade social no campo:

Usar a Constituição e as leis já existentes para desapropriar as terras que não cumprem a função social, priorizando as grandes propriedades, com mais de 500 hectares nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e com mais de 1000 hectares nas regiões Norte e Centro-Oeste e, terras que não cumprem a legislação ambiental e/ou trabalhista, com dívidas perante os bancos públicos e o governo federal e com trabalho escravo, com especial atenção às terras que estão sob o controle das corporações transnacionais, pois o controle nacional da terra e do território é um instrumento fundamental para a soberania nacional e o desenvolvimento. Nenhum país que tenha um governo

comprometido com os interesses nacionais permite o controle de grandes extensões de terra e de seu território por empresas de capital estrangeiro. A apropriação de terras pelo capital estrangeiro é uma das formas de desnacionalização da economia brasileira iniciada durante os 21 anos de ditadura empresarial-militar. Terra e território sob o controle do povo brasileiro;

Desapropriação imediata de terras de empresas que são responsáveis por grandes tragédias sociais e ambientais, como foi o caso da Samarco, em Mariana, onde a irresponsabilidade de um grupo de empresas destruiu a vida de milhares de pessoas, matou os rios da região, poluindo a água e a terra de vários municípios, causando um prejuízo inestimável para a população. Casos como este deveriam servir de exemplo, e a medida tomada pelo governo federal em situações extremas como esta é a desapropriação imediata seguida de rápida apuração dos fatos e punição dos responsáveis;

Desapropriar todas as terras públicas que foram griladas por grandes fazendeiros e empresas, e destiná-las ao *Programa de Reforma Agrária Popular*. O INCRA deve trabalhar em conjunto com os Institutos de Terra dos governos estaduais e com as prefeituras e movimentos populares para identificar e tomar as medidas necessárias para a desapropriação imediata, fazendo justiça e punindo os envolvidos por essa ação de corrupção envolvendo terras de propriedade de governos, ou seja, de propriedade do povo brasileiro;

Retomar e realizar as metas e objetivos do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), visando uma regularização fundiária massiva para diferentes setores da agricultura popular e assentamento de, no mínimo, 1 milhão de novas famílias sem terra;

Fortalecer, criar e estimular programas de cooperação agrícola entre as famílias assentadas, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais de diferentes regiões, dentro dos estados e em nível nacional. Construir uma rede nacional de cooperação entre esses setores da agricultura que são responsáveis pela produção de alimentos para o nosso povo;

Fortalecer os meios e programas existentes, e criar novos, para garantir uma melhor comercialização dos produtos agrícolas, com investimentos em infraestrutura, industrialização no campo, medidas que possam melhorar o transporte,

visando aproximar e desenvolver uma relação mais justa, próxima e solidária entre quem produz o alimento e quem consome o alimento;

Revogar todas as medidas tomadas pelos governos anteriores que autorizem ou facilitem a utilização de agrotóxicos na agricultura brasileira;

Debater com a sociedade e construir uma base social de apoio para a implementação de várias medidas para a regulação e controle rigoroso, numa ação imediata, **visando a extinção do modelo de agricultura baseado na utilização de veneno na produção de alimentos**. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Nos últimos 15 anos o mercado de consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu em 284%. Isso se deve também pelo crescente uso de sementes geneticamente modificadas, os transgênicos;

Fortalecer e estimular a agricultura popular (assentamentos, quilombolas, indígenas, posseiros, agricultura familiar/camponesa), sem veneno nem transgênicos. Iniciar um processo de transição para que ocorra uma reforma estrutural na produção de alimentos no Brasil, visando a completa eliminação das sementes transgênicas e dos agrotóxicos na agricultura; *combater o agronegócio, que faz com que hoje cada brasileiro consuma por ano, em média, 7,3 litros de veneno*;

Fortalecer e estimular a Educação no Campo em todas as suas experiências e níveis, garantindo educação pública, gratuita e de qualidade nas áreas rurais, com atenção especial para programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Lutar contra a proliferação das sementes transgênicas através da luta contra a oligopolização da agricultura. Hoje 5 empresas definem o que nós comemos: Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto e Dupont. Elas controlam 60% do mercado mundial de sementes. Controlam a produção e comercialização de sementes, e espalham as sementes transgênicas e os agrotóxicos no mundo, contaminando a água, o solo e os alimentos.

Proposta 3. Desmatamento zero e manejo e restauração das florestas com espécies nativas

O desmatamento tem sido o motor da expansão agropecuária no Brasil. Ele funcionou, junto com a escravidão e outras formas de trabalho compulsório, como um pilar da ocupação colonial do território. A agropecuária foi responsável (junto com a mineração) pelo essencial da atividade econômica que levou à destruição de quase toda a Mata Atlântica. Esse padrão predatório se intensificou no século XX, quando a fronteira agrícola e pecuária se expandiu para o Cerrado e a Floresta Amazônica. O desmatamento sempre foi, e continua sendo, segundo o SEEG, a principal fonte de emissão de gases do efeito estufa do país, o que levou a pressões para sua redução.

Uma forte redução do desmatamento na Amazônia teve lugar, de fato, entre 2005 e 2012. Mas desde então ele voltou a crescer. O Brasil desmata hoje perto de 20 mil km² de sua manta vegetal por ano. Segundo dados do INPE, apenas em 2017 eliminaram-se 6.947 km² na Amazônia e 9.483 km² no Cerrado, de vegetação nativa. Além disso, a expansão agropecuária está alterando o regime das chuvas, pressionando os sistemas hídricos, reduzindo a geração de energia e está diretamente relacionada com a crescente falta de água. No Cerrado encontram-se três grandes aquíferos (Guarani, Bambuí e Urucuaia) e nele nascem três grandes bacias hidrográficas (Tocantins-Araguaia, Paraná-Prata e São Francisco), que abastecem grande parte de nossa população e dos quais depende nossa biodiversidade. Este quadro de escassez tende a se agravar, se o Brasil continuar a conviver com a destruição de suas florestas. Estabelecer uma meta para a eliminação completa e definitiva do desmatamento no país e da destruição de vegetação nativa é urgente se quisermos manter um clima minimamente equilibrado para as próximas décadas.

É possível, necessário e vantajoso ao Brasil zerar o desmatamento em uma década em todos os biomas. Para que isso seja efetivo, a meta deve ser do “desmatamento zero” e não “desmatamento ilegal zero” ou mesmo “desmatamento líquido zero” – a proteção de florestas nativas com alto estoque de carbono, biodiversidade e serviços hídricos é necessária porque não pode ser igualada às plantações de florestas (reflorestamento industrial). Isso permitirá ao Brasil cumprir as metas assumidas na COP 21 do clima e na COP 13 da biodiversidade

O fim do desmatamento deve resultar de várias medidas: política de estímulo ao aumento da produtividade agrícola nas áreas já desmatadas; aumento da eficácia na fiscalização à atividade agropecuária e à grilagem de terra e o confisco de bens associados à crimes ambientais; estabelecimento de novas áreas protegidas; a ampliação e consolidação dos compromissos privados e públicos pelo desmatamento zero; o uso da tributação para o estímulo à conservação, com o combate à sonegação do ITR; e incentivos financeiros para aumentar a produtividade e alterar a matriz produtiva agropecuária.

Para efeitos legais, com o estabelecimento do desmatamento zero no país e a proteção das florestas nativas, a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal não mais concederão autorizações de desmatamento das florestas nativas brasileiras. Mas essa proibição não deve se aplicar em questões consideradas de segurança nacional, defesa civil, pesquisa, planos de manejo florestal, atividades de interesse social e utilidade pública especificadas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e atividades de baixo impacto a serem regulamentadas por ato do poder executivo.

As proibições de desmatamento de que trata esta lei terão exceção para os imóveis rurais da agricultura familiar (Lei 11.326/2006) por um período de cinco anos, condicionadas à implementação, pelo poder público, nestes imóveis, de programas de assistência técnica, extensão rural, fomento à recuperação de florestas nativas, transferência de tecnologia e de geração de renda compatíveis com o uso sustentável da floresta. E os desmatamentos em terras indígenas e populações tradicionais continuarão sendo regidos por legislação específica.

Proposta 4. Proteção das águas e sistemas hídricos

O Brasil vem enfrentando uma crescente escassez de água. A segurança hídrica da população, que deveria ser prioridade de qualquer governo, é colocada em segundo plano frente aos interesses do agronegócio, das mineradoras, das empreiteiras e das concessionárias privadas de serviços públicos. A “indústria da seca” ganha novas formas no castigado Nordeste, a privatização do fornecimento de água para as grandes cidades provoca desperdícios (essas empresas têm que vender água para dar lucro para

seus acionistas) e crises hídricas, o rio São Francisco definha com o crescimento do agronegócio e da irrigação em toda sua bacia; o rio Doce é destruído pela ganância da Samarco (associação da Vale S.A. e da BHP Billiton), o Cerrado (onde nascem as bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia, Paraná-Prata e São Francisco) vê sua vitalidade decair pela eliminação de cerca de 50% de sua cobertura vegetal...

Os exemplos definem uma regra geral. A água, fator vital para nossa vida, é reduzida a uma mercadoria, presa da lógica do lucro das grandes corporações, criando riscos crescentes para toda a sociedade. Mas ela deve ser um bem comum e estar disponível, com qualidade, para o atendimento das necessidades da humanidade e demais seres do planeta, através de serviços geridos pela própria sociedade organizada e articulada nos seus diversos níveis. O interesse das comunidades deve estar acima do lucro. A remunicipalização dos serviços de água é, nas grandes cidades, uma alternativa muito melhor do que a governança hídrica privada, que leva a falta de investimento em infraestrutura, escassez e desperdícios, aumentos das tarifas e danos ambientais. A população considera que é cada vez menos aceitável arcar com as implicações financeiras da remuneração dos acionistas, gerentes, auditores, consultores e advogados inerentes na gestão privada.

Precisamos superar a alienação da nossa sociedade em relação à água. A percepção, nas cidades de que basta abrir a torneira e depois pagar a conta deve ser rompida. A captura, transporte e riscos envolvidos na governança hídrica precisa envolver tanto a presença da sociedade civil no conselho das empresas responsáveis pela gestão hídrica quanto a divulgação das condições e riscos envolvidos para disponibilizar a água na quantidade e qualidade necessária a todos. Deve estar associada à universalização também do saneamento básico e à eliminação das fontes de poluição agrícola (pesticidas e fertilizantes), química e industrial. Precisamos retomar a proteção dos nossos rios e aquíferos ameaçados de destruição pelo agronegócio e pela mineração. Água exige uma administração democrática, participativa, com distribuição de responsabilidade e arranjos institucionais complexos.

Transposição do rio São Francisco. Com obras avançadas e parcialmente inauguradas, propomos uma mudança de prioridade estratégica: a segurança hídrica da população, em especial no quadro de urbanização acelerada do Nordeste. A água transposta deve ser entregue para a população carente que sofre com a seca. Isso significa eliminar a indústria da seca na região. Consequência disso é romper com o

modelo concentrador e predatório dos hidronegócios ligados ao agronegócio, às empreiteiras e à grande indústria. O resultado positivo é reconstruir gradativamente o sistema hídrico que está morrendo e revivendo o São Francisco.

Proposta 5. Defesa dos bens comuns e dos direitos da natureza

Vivemos tempos de mercantilização, apropriação privada e destruição sistemática da natureza e dos bens comuns. Alcançamos uma situação inédita na história da humanidade, colocando em risco a manutenção dos sistemas ecológicos e da reprodução da vida na Terra; a lógica do capitalismo destrói a fonte de todas as riquezas, os/as trabalhadores/as e a terra. Com a “reprimarização da sua economia”, o Brasil se tornou um dos principais provedores de riquezas naturais para o mundo, exportando minérios, grãos, água e energia e consolidando um modelo de desenvolvimento baseado em hidroelétricas na Amazônia, uso dos combustíveis fósseis e grandes empreendimentos privados em todo o país; em comum entre todos, predação do meio-ambiente, injustiças sociais e racismo ambiental. As populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores e moradoras das periferias são as principais atingidas por esses projetos e as mais afetadas pela destruição da natureza e de seus territórios.

A urgente necessidade de revertermos esse quadro não passa pela chamada "economia verde", cujo principal objetivo é gerar novos mercados e lucros, como os da água, do carbono e da biodiversidade. Não é possível adequar os limites da natureza às exigências de exploração crescente de recursos naturais pelo mercado. Entendemos que água, sistemas hídricos, clima, oceanos, biodiversidade, patrimônio genético e o conhecimento devem ser considerados não mercadorias mas bens comuns de todos nós e geridos com cuidado. Isso significa o combate à apropriação privada dos territórios, aos megaprojetos e à mineração predatória que trazem sofrimento e morte. Além do combate à apropriação privada, a noção de bens comuns pressupõe uma gestão que envolva o protagonismo das comunidades locais que promovem seus modos de vida de forma a produzir baixo impacto ambiental e a proteger os bens da natureza, o conhecimento comum e nosso patrimônio genético.

Rejeitamos um modelo que se baseia na destruição da natureza e defendemos o reconhecimento dos direitos da natureza, entendendo nossos biomas e ecossistemas

como realizadores e reprodutores da vida, viabilizando as condições de sobrevivência humana. Os direitos da natureza, presentes na Constituição de países como Equador e Bolívia, e que defendemos para o Brasil, pressupõem o direito à existência, independente da ação humana, e a ter defensores e defensoras; o direito à restauração sem desconhecer o direito das comunidades à reparação; o direito à precaução e a aplicar restrições; o direito a não ser mercantilizado e a permitir atividades humanas e comunitárias. Em um contexto de destruição dos ecossistemas, essas noções colocam em xeque a falsa ideia de que os megaprojetos econômicos de exploração representam um interesse para todos; de fato, privilegiam poucos, geram desigualdades sociais e destruição ambiental. Os direitos da natureza contribuem um sentido pleno de “interesse geral” – também presente na concepção do conhecimento como bem comum – reconhecendo a importância de muitas populações locais, assim combatendo a desigualdade social através do acesso a recursos e da manutenção de seus modos de vida, e a necessidade da valorização dos defensores da natureza, que atualmente são criminalizados.

Proposta 6. Transição energética e produtiva, visando superar o uso dos combustíveis fósseis

Há consenso científico de que o Brasil é um país muito vulnerável às mudanças climáticas. A trajetória do sistema capitalista para um aquecimento médio global de 2 C nas próximas décadas põe em xeque os alicerces da economia nacional e de nossa sociedade. Seremos afetados por crescentes ondas de calor. Esse aquecimento é impulsionado pelo agronegócio, que destrói nossas mantas vegetais protetoras do clima e dos sistemas hídricos, sobretudo na Amazônia e no Cerrado. As florestas, destruídas pelos grandes fazendeiros, são substituídas por imensas extensões de soja, infestadas de agrotóxicos, e por gigantescos rebanhos bovinos que emitem metano, um gás do efeito estufa pior que o gás carbônico. Além disso, o Estado brasileiro tem investido em grandes hidrelétricas, igualmente produtoras de metano e destruidoras de territórios e ecossistemas, e em termelétricas movidas a gás, diesel e carvão que emitem gases de efeito estufa (GEE).

As consequências disso estão na letalidade dos picos de calor, na erosão e desertificação dos solos, nas secas mais graves e prolongadas (inclusive da Amazônia

em 2005, 2010 e 2016), no declínio dos aquíferos e reservatórios, nos incêndios florestais, nas pestes e epidemias – que se intensificam e ameaçam a saúde pública, aumentam a insegurança alimentar e a penúria de água para a população.

O Brasil não evitará os efeitos perversos desses processos se não atacar suas causas: (1) o modelo energético e produtivo atual, cada vez mais emissor de GEE provenientes da queima de combustíveis fósseis; e (2) o modelo agropecuário, que ao invés de produzir empregos, promover o bem-estar do homem do campo e pôr comida barata e saudável no prato do povo brasileiro, se limita a produzir commodities para exportações e aumentar as concentrações de GEE na atmosfera.

Signatário do Acordo de Paris, de 2015, o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões de GEE e a restaurar 120 mil km² de suas florestas até 2030. Honrar esse compromisso é decisivo para a sociedade brasileira. 60% da população do país tem menos de 29 anos. Para garantir um futuro digno para todos, é preciso uma mudança decisiva em nosso modelo energético, produtivo e agrário. Isso demanda uma transição para energias renováveis de baixo carbono (como a eólica e a solar), com a proibição de fraturamento hidráulico (fracking) do folhelho; uma indústria mais limpa, comprometida com a reciclagem, a engenharia reversa e a redução do uso dos plásticos e outros produtos de grande impacto ambiental; um sistema de transportes, baseado em modais coletivos e sob trilhos, que supere nossa dependência do rodoviarismo, do petróleo e reverta a cultura do automóvel nas grandes cidades; e uma agricultura de alimentos saudáveis, priorizando vegetais, respeitosa das florestas e voltada para a segurança alimentar do povo brasileiro.

Quanto às usinas nucleares: manter as Usinas Angra 1 e 2 já em funcionamento até o fim de sua vida útil, e suspender as obras e rediscutir com a participação da sociedade civil a continuidade do projeto de Angra 3, isso porque há diversas controvérsias geológicas, e dossiê elaborado pelo movimento Xô Nuclear. Outras dimensões do programa nuclear brasileiro devem se manter.

Sobre as usinas hidroelétricas: A energia gerada pelas usinas hidroelétricas é renovável, mas não é ambientalmente sustentável. As hidroelétricas têm um impacto devastador sobre os territórios, populações e biomas. A racionalidade de sua construção corresponde a uma etapa vencida dos processos de industrialização. Não entendemos serem necessárias construções de novas usinas neste momento.

Sobre a exploração do petróleo do pré-sal. O primeiro aspecto é reverter toda a legislação de privatização da exploração do petróleo e da Petrobras e sua entrega ao mercado e a dinâmica especulativa – inclusive com a importação de combustíveis! Isso envolve a anulação dos leilões efetuados e a soberania nacional em todo o ciclo do petróleo. O segundo é transformá-la de uma empresa de petróleo em uma como empresa de energia pública e democraticamente gerida e transparente em suas decisões (inclusive as que envolvem o preço do petróleo), com todo um setor voltado para o desenvolvimento de energias renováveis. O terceiro é iniciar a modernização do setor de transportes brasileiro, estimulando o transporte coletivo, o transporte sobre trilhos (para carga e passageiros) e o carro elétrico, o que irá reduzir a demanda de petróleo. Portanto a Petrobrás será protagonista na garantia da soberania nacional e avanço na transição energética.

XI - CHEGOU A HORA DE VENCER O DESEMPREGO

Em defesa dos Direitos da População Trabalhadora e da Urgente Melhoria das Condições de Trabalho no Brasil

A exploração do trabalho pelo capital constitui o principal fundamento das desigualdades sociais em uma sociedade capitalista. A riqueza criada pelo trabalhador é apropriada privadamente e acumulada nas mãos de poucos. Para fazer frente a essa situação, os trabalhadores se organizam coletivamente e lutam pelo reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas.

As alterações na legislação trabalhista e nas formas de contratação, a exemplo da terceirização, do trabalho temporário, em tempo parcial, do contrato intermitente, aumentam a incerteza e a vulnerabilidade do trabalhador, dificultando a criação de identidade coletiva de classe e sua capacidade de ação coletiva. Esse contexto desfavorável, porém, não é somente brasileiro, é mundial. De modo mais acentuado a partir dos anos 1990, a regulação social do trabalho vem se fragilizando, com uma tendência de fortalecimento da flexibilização das relações de trabalho, de redução de direitos, de substituição da lei pela negociação, o que amplia a liberdade do capital gerir a força de trabalho de acordo com as suas necessidades. A atuação do Estado no campo social é combatida em nome da liberdade de contratação e de uma suposta eficiência do mercado; o direito é combatido e apresentado como privilégio; direitos universais são substituídos por direitos focalizados e rebaixados. Ao mesmo tempo em que se opera o desmonte de serviços públicos, servidores são considerados ineficientes e parasitas, empresas públicas são privatizadas, setores inteiros de atividade são transferidos ao mercado e convertidos em novas fontes de acumulação de capital.

O resultado disso é o aumento sem precedentes da insegurança, da desigualdade e da exclusão social, verificando-se inclusive o crescimento do número de trabalhadores

empobrecidos. No Brasil, esse processo foi parcialmente interrompido entre os anos de 2003 e 2014, período em que houve uma pequena reversão de algumas tendências históricas, como: o aumento da inclusão dos ocupados na seguridade social e no acesso aos direitos trabalhistas, a queda do desemprego, a elevação dos salários, especialmente para os que se encontravam na base da pirâmide social e a diminuição da desigualdade das rendas do trabalho.

Ao mesmo tempo, a tendência de flexibilização das relações de trabalho, que havia sido introduzida com força nos anos 1990, continuou avançando, sendo possível observar: a proliferação de novas formas de contratação (tais como terceirização, temporário, parcial, pessoa jurídica, falso cooperativado, escraviários, etc); a despadronização da jornada de trabalho, por meio de estratégias como o banco de horas e da liberação do trabalho aos domingos e feriados, o que subordina o tempo de vida do trabalhador e da trabalhadora às necessidades do capital; o aumento da remuneração variável, que subordina parte crescente da remuneração advém do resultado da empresa ou do trabalho realizado pelo grupo ou pelo indivíduo (através da imposição de metas, resultados ou lucros).

Com a crise econômica e o golpe de 2016, as contradições se aprofundam. Os indicadores do mercado de trabalho mostram uma forte deterioração, especialmente com a elevação do desemprego e da informalidade. As medidas tomadas pelo governo Temer agravam a situação do trabalho e afetam a condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo daqueles que se julgavam inseridos de uma forma relativamente mais estável e protegida.

Os retrocessos são tão grandes que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras e suas formas de organização, em 2017, ano em que se completou o centenário da primeira greve geral no Brasil, o movimento sindical conseguiu organizar a maior greve nacional jamais realizada no país, com apoio de movimentos sociais e de igrejas de diferentes confissões. A greve de 28 de abril paralisou as capitais e as maiores cidades, levantando a bandeira de denúncia das reformas da previdência (que constitui outra frente de ataque do capital sobre os direitos sociais, que visa restringir o direito à aposentadoria e privatizar o sistema) e trabalhista. Mas é preciso aprofundar a conscientização e a organização dos trabalhadores sobre os riscos que correm, de modo a ampliar a resistência.

Não faz sentido que quem produz riqueza viva sob o signo da incerteza ou sob a ameaça permanente da exclusão e do desemprego. O trabalho continua sendo central como fonte de sociabilidade, de dignidade, de bem-viver. Nesse sentido, preservar direitos e melhorar as condições de trabalho são vitais não só para o indivíduo que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, bem como para a definição das estratégias de desenvolvimento de um país. Estas não podem estar baseadas numa perspectiva de redução de custos de contratação, que só beneficiam as empresas e a burguesia.

É preciso colocar a riqueza do trabalho a serviço da população trabalhadora. Estamos falando de população trabalhadora num sentido amplo, que inclui o pequeno proprietário no comércio, o prestador de serviços, o camponês que labuta na agricultura familiar e detém a propriedade de um pequeno lote de terra, o funcionário público, o desempregado, o informal que vive de “bicos”. Trata-se de um projeto para os 99% contra o 1% de privilegiados, a ser sustentado pelo movimento sindical, mas também pelo conjunto dos movimentos sociais que atua junto aos trabalhadores precários e não sindicalmente organizados. Nessa perspectiva, os privilegiados são aqueles que vivem às custas da exploração do trabalho alheio, que se beneficiam de incentivos e subsídios fiscais, que não pagam imposto sobre sua propriedade e seus exorbitantes ganhos financeiros.

O enfrentamento das dificuldades aqui apresentadas passa por dois planos de atuação: um imediato e outro de longo prazo. O primeiro requer a luta pelo emprego, em favor da lei e das políticas públicas. Nosso programa defende que o Estado, com o poder político democratizado, passe a ser fundamental na redução das desigualdades. O segundo tem como pressuposto o fato de que as desigualdades socioeconômicas só desaparecerão em uma sociedade sem exploração, de modo que é preciso ter no horizonte um projeto de transformação social que supere o capitalismo. A “Revolução Brasileira” compreende a conjunção dessas duas perspectivas como parte de um mesmo processo.

Nosso programa propõe:

1. Revogação completa das alterações legais instituídas pela Reforma Trabalhista em vigor desde 11 de novembro de 2017:

i. Defesa intransigente das leis que asseguram a proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, que devem ser entendidas como um direito e não como um privilégio;

ii. Combate à precarização da contratação da força de trabalho e à burla (promovida pelas diversas formas de relação de emprego disfarçada);

iii. Adoção de medidas para restringir o alcance da terceirização, que constitui a principal forma de precarização do trabalho na medida em que promove redução de salários e direitos e redução da capacidade de resistência sindical;

iv. Defesa e fortalecimento das instituições públicas, como a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e dos órgãos de fiscalização, com contratação de fiscais e melhoria de suas condições de trabalho. Tratam-se de espaços de afirmação dos direitos, que visam garantir os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho e do não retrocesso social.

Como Fazer: Encaminhar para consulta popular a revogação da Reforma Trabalhista

2. Plano de emergência para recuperação do emprego, da renda dos trabalhadores e do investimento público:

i. Pleno emprego como horizonte. Para isso, introduzir metas de emprego na definição da política monetária, na definição dos investimentos públicos, na orientação da ação das empresas estatais e bancos públicos. Definir uma nova política econômica, que possibilite o investimento do Estado na criação de emprego socialmente útil;

ii. Introduzir políticas de proteção aos desempregados e excluídos. Rever os critérios do Seguro desemprego, aumentando a duração do benefício e as parcelas a que o(a) trabalhador(a) desempregado tem direito. Além disso, acabar com o desvio de 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (que financia o seguro desemprego e o abono salarial) com a Desvinculação de Receitas da União – DRU.

- iii. Fomentar a permanência do trabalhador e da trabalhadora no campo e valorizar o trabalhador rural, a partir da ampliação dos seus direitos e da criação e revisão de políticas de fomento ao agricultor familiar como crédito, estímulo e instrumentos de comercialização do produto agrícola, educação e capacitação profissional;
- iv. Implementar um sistema econômico nacional, popular e soberano, que garanta o crescimento econômico sustentável, promova a reindustrialização (necessária para a geração de renda) e possibilite o investimento em tecnologia sob controle social e a serviço da maioria da população. A incorporação de novas tecnologias e do progresso técnico deve estar voltada ao atendimento das necessidades sociais, começando pelas mais prementes da população, como a criação de emprego com o investimento em infraestrutura física (ampliação do saneamento básico, da geração e transmissão de energia, ampliação e melhoria das vias de mobilidade, como linhas férreas, estradas, etc) e social (saúde, educação, etc);
- v. Implementar o Programa de Emprego Garantido, em que a força de trabalho seja diretamente remunerada pela União (em articulação com estados e municípios) e o esforço produtivo se volte para construção de infraestrutura social, com destaque para regeneração de periferias com construção de equipamentos públicos (praças, quadras, creches, etc), reordenamento do espaço urbano, saneamento básico, dentre outras obras que promovam o bem-estar social.

3. Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo:

O salário mínimo, ao melhorar a base da pirâmide salarial, é fundamental para a redução das desigualdades sociais. Propõe-se contundente política de valorização do Salário Mínimo, de modo a promover uma efetiva recuperação deste, visando aproximar o seu valor do mínimo necessário calculado mensalmente pelo Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Por exemplo, o salário mínimo federal está hoje em R\$ 954. O DIEESE calcula, entretanto, que, em junho de 2018, o valor necessário deveria ser de R\$ 3.804 (ou quatro vezes o valor em vigor). E a base para esse valor do salário mínimo necessário é a própria legislação que instituiu e regula o salário mínimo no Brasil.

Como fazer: Enviar ao Congresso Projeto de Lei e alterações no Projeto de Lei Orçamentária Anual estendendo a Política de Valorização do Salário Mínimo até 2030.

4. Erradicar o trabalho escravo ou análogo à situação de escravidão no Brasil:

- i. Desapropriação-sanção das propriedades e cassação do registro das empresas onde for encontrado trabalho escravo, conforme a Constituição Federal;
- ii. Rastreamento da cadeia produtiva e acompanhamento das condições de trabalho nos setores em que essa prática é mais recorrente, como a indústria têxtil e a agroindústria;
- iii. Proibição de que empresas flagradas em uso de trabalho degradante ou análogo ao trabalho escravo, diretamente ou ao longo de sua cadeia, desfrutem de qualquer benefício tributário ou creditício e celebrem contratos com o poder público.

5. Proteção ao emprego, com restrição legal às demissões imotivadas, combatendo assim a alta rotatividade no mercado de trabalho:

- i. Ratificação e efetivação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho;

- ii. Implantação de medidas para encarecer a demissão e penalizar os setores que se valem da alta rotatividade como mecanismo para reduzir salários e direitos, como a construção civil.

6. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial:

Pelos cálculos do DIEESE, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o potencial de gerar em torno de 3 milhões de novos postos de trabalho no País.

Para potencializar a geração de novos postos de trabalho, a Redução da Jornada de Trabalho deve vir acompanhada de medidas como uma nova regulamentação das horas extras e dos bancos de horas, visando o fim destes mecanismos. Isso é, não permitindo aos empresários compensar os efeitos de uma jornada menor de outra forma que não com a contratação de novos trabalhadores. O fim das horas extras, ou mesmo sua limitação, por si só, já teria um potencial de geração de mais de 1 milhão de postos de trabalho levando em consideração os dados do primeiro trimestre de 2018. Ou seja, a realização das horas extras, no Brasil, rouba mais de 1 milhão de postos de trabalho.

Como fazer: Apresentar ao Congresso Proposta de Emenda Constitucional reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas e ampliando para 120% o valor da hora extra.

7. Combate a todas as formas de desigualdades e de discriminação no mercado de trabalho

- i. Criação de mecanismos que garantam igualdade salarial para mulheres, negros e negras e população LGBTI. A dicotomia entre mundo produtivo e reprodutivo e a falta de reconhecimento da sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres oculta uma relação de profunda desigualdade no mercado de trabalho em que as mulheres estão confinadas às piores condições de trabalho e segregadas nas ocupações pouco valorizadas socialmente. Além disso, a herança escravocrata brasileira faz com que mulheres e homens negros sejam discriminados e designados para os piores serviços, com poucas chances de progressão na carreira ou de ascender a uma condição mais favorável, aprofundando

um mercado de trabalho já segmentado pelas diferenças regionais, pelas condições de contratação, pelo tamanho da empresa e segmento econômico;

Nesse sentido, o objetivo das políticas de igualdade no mundo do trabalho deve ser garantir que as pessoas, independentemente do sexo, raça e etnia, sejam igualmente valorizadas e remuneradas. Assim, pode-se avançar na conjugação de igualdade e diversidade.

- ii. Ratificação da Convenção 100 da OIT (salário igual para trabalho igual);
- iii. Ampliação de cotas no serviço público.

8. Fortalecimento da organização sindical, popular e política dos trabalhadores e trabalhadoras:

As organizações de representação de classe precisam ter condições de se organizar autonomamente, independentemente de patrões e governos. A colaboração e parceria entre segmentos populares e progressistas da sociedade é fundamental para retomar a construção de um campo de forças democrática, popular e progressista, bem como para lutar pela superação do atual quadro de desigualdades e do próprio sistema capitalista. Isso requer a defesa dos seguintes pontos:

- i. Fortalecimento dos vínculos entre as organizações sindicais e as formas de organização não sindical;
- ii. Direito de livre organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras;
- iii. Respeito ao direito de greve;
- iv. Direito de negociação coletiva, como forma de ampliar o patamar de direitos básicos assegurado em lei;
- v. Implementação em todas as esferas da Administração Pública da Convenção 151 da OIT (negociação coletiva no setor público), já ratificada pelo Brasil.

9. Democratização das decisões sobre produção e redistribuição da riqueza produzida

Uma sociedade mais justa e menos desigual não pode ser orientada pelas necessidades de satisfazer o processo de acumulação de capital. Assim, faz-se necessário:

- i. Rever o padrão de consumo, de modo que ele seja socialmente e ecologicamente sustentável;
- ii. garantir a todas as pessoas, junto com a redução substantiva da jornada, uma renda básica universal;
- iii. buscar a equidade e combater privilégios, tributando de forma mais justa a renda do capital e dos super ricos. Os sócios de empresas não pagam imposto de renda sobre dividendos e as alíquotas do IR sobre salário são injustamente aplicadas.

10. Fiscalizar e promover ambientes de trabalho saudáveis e com segurança para os trabalhadores e trabalhadoras

Segundo o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas entre o começo de 2017 e março de 2018, foram registradas 675.025 comunicações por acidentes de trabalho (CATs) no Brasil e notificadas 2.351 mortes de trabalhadores. **Ou seja, um trabalhador brasileiro morre a cada quatro horas e meia, vítima de acidente de trabalho.** O Brasil é o quarto colocado no ranking de acidentes de trabalho no mundo. Essa tragédia tem que acabar. Para isso, propomos:

- i. Convocar a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, para avaliar a implantação das propostas definidas na 4ª conferência, realizada em 2015; avaliar a Política e o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho de 2011 e 2012 e propor novos encaminhamentos para as questões de Saúde e Segurança no Trabalho, especialmente tendo em vista os impactos das novas tecnologias na precarização do trabalho e no desemprego;

- ii. Realizar concurso público principalmente para servidores nas áreas de controle e fiscalização, tanto do Ministério do Trabalho quanto das vigilâncias ligadas ao setor saúde e nas áreas de educação e pesquisa como a Fiocruz e Fundacentro;
- iii. Aumentar a penalidade aos empregadores que não estabelecerem condições seguras de trabalho e facilitar as ações regressivas contra as empresas que não praticam as normas de Saúde e Segurança no Trabalho;

11. Reestruturar e fortalecer a Política Nacional de Economia Solidária

Compreendemos a economia solidária como uma estratégia de combate às relações de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras inerentes ao capitalismo. A economia solidária acolhe diversas práticas econômicas baseadas na autogestão, incluindo produção, distribuição e consumo. Partindo dessa história e lógica de trabalho associado, compreendemos que os empreendimentos de economia solidária envolvem trabalhadores e trabalhadoras que empregam sua própria força de trabalho, meios de produção e gerem seu coletivo produtivo. Não se trata, portanto, de “empresários” que vivem às custas da exploração da força de trabalho alheia.

O cooperativismo construído na perspectiva social e solidária possui práticas consolidadas de autogestão e democracia, promovendo desenvolvimento econômico com participação social, ampliando a democracia participativa, aproximando as práticas de democracia política e econômica. Essa perspectiva do cooperativismo solidário é uma estratégia que promove distribuição de renda e fortalece direitos essenciais da população brasileira, com potencial de contribuir na superação das discriminações raciais, de gênero e geração.

As pautas da economia solidária e do cooperativismo solidário, inseridos no contexto geral da política econômica do país, estão ligadas à necessidade da revogação dos retrocessos dos últimos governos, em especial a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional 95, a Lei nº 13.365/2016 (que entrega a exploração de reservas nacionais a empresas internacionais de petróleo), a Lei nº 13.429/2017 (que elimina direitos dos trabalhadores e trabalhadoras por meio dela liberalização da terceirização da mão de

obra). Propomos ainda a valorização do cooperativismo com ênfase na economia solidária, visando o desenvolvimento sustentável e a justiça social.11.1 A partir do fortalecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, articular o Serviço Nacional de Assistência Técnica, de Crédito Subsidiado e de Garantia de Compras Públicas para Cooperativas de Trabalhadores. Certificar, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, os trabalhadores em empreendimentos de economia solidária, assegurando que a autogestão é a forma de organização dos empreendimentos.

XII - ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE PARA TODOS E TODAS

A Assistência Social só foi legalmente reconhecida como direito social e política de seguridade social na Constituição brasileira de 1988, em conjunto com as políticas públicas de Previdência Social, Saúde, Assistência Social e Trabalho. A Seguridade Social, de abrangência universal, em articulação com diretrizes econômicas, políticas e culturais, foi uma das grandes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras no documento constitucional e se apresenta como um mecanismo de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras pauperizados(as) da sociedade brasileira.

Historicamente, o Brasil relegou a assistência social aos porões do assistencialismo, filantropia, benemerência e favor, sem reconhecer a necessidade de garanti-la à população destituída do acesso aos bens e serviços. Formalmente, a Constituição Federal a reconhece como uma política social destinada *a quem dela necessitar*, que deve prestar serviços e benefícios especialmente para: aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho (desempregados, ou com atividade laboral sem registro na carteira de trabalho); obtêm baixos rendimentos; e pessoas que não possuam condições para assegurar sua existência (crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência). Sua regulamentação foi tardia, somente com aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, totalmente desconsiderada pelo Governo FHC, que não a implementou. Foi somente com a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 2005, no governo Lula, que a assistência social foi efetivamente estruturada como política pública, com a criação e instalação de um sistema de gestão estabelecido nacionalmente, descentralizado na execução e co-financiado pelas três esferas de governo, e com uma rede sócio-assistencial estatal e também privada submetida à regulamentação da LOAS. Com o SUAS criou-se uma inovadora rede de serviços sócio-assistenciais de proteção básica e especial, que visa concretizar a assistência social como direito social e dever do Estado. Mas, apesar dos esforços nos últimos anos, ainda permanecem muitos traços históricos do clientelismo, do favor e do primeiro-

damismo, que não a reconhecem como direito e política social, e insistem em manter a assistência social na esfera das relações privadas de benemerência e filantropia, desrespeitando a própria Constituição Federal. Exemplo maior disso deu-se com o Programa Criança Feliz, sob a responsabilidade de Marcela Temer, reproduzindo mais uma vez o tão criticado primeiro-damismo.

No entanto, há que se realizar um balanço crítico da experiência recente, tendo em vista estabelecer parâmetros para o que estamos caracterizando como um outro enfoque neste Programa de Governo. Reconhecemos os avanços na área da Assistência Social, mas visamos uma construção de baixo para cima do sistema, diga-se, para além dos programas e serviços nacionais. Um sistema que supere o familismo e a referência no combate à pobreza por meio de programas e serviços focalizados e seletivos, e que atualmente se referencia largamente na linguagem e orientação das agências multilaterais (vulnerabilidade, capacidades, vigilância, risco), na perspectiva de compensar os efeitos perversos das políticas neoliberais. Para tanto, o fio condutor desta proposta é estabelecer um debate nacional e democrático, que envolva trabalhadores, trabalhadoras e usuários, que avalie o choque de gestão que a área viveu induzido a partir do governo federal, na perspectiva de avançar na construção do SUAS como um sistema efetivamente descentralizado e participativo. Um Programa de esquerda deve reafirmar a Assistência Social como política pública de seguridade social, dever estatal e investimento do fundo público – superando o subfinanciamento dos serviços - e consolidar sua determinação constitucional de direito social a quem dela necessitar. Para tanto, deve se colocar como uma importante mediação na efetivação dos direitos e relação com as demais políticas sociais. Em suma, os limites que queremos superar são: a forte centralização do SUAS; o viés fiscalização e controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras pobres; a hiperfocalização combinada à seletividade; a concepção conservadora expressa numa terminologia que tem origem nas agências multilaterais; e o foco nos Programas de Transferência de renda para estimular o consumo.

Um princípio que deve transversalizar a proposta para a assistência social e para todas as políticas sociais é o reconhecimento da diversidade humana, constituinte da individualidade. Somos seres diversos. Assegurar o pleno desenvolvimento de nossas individualidades exige compromisso efetivo com a luta pela igualdade e pela liberdade e promoção de políticas sociais que articulem a defesa da universalidade com o reconhecimento das particularidades. As políticas sociais devem assegurar o

atendimento das necessidades e reivindicações que materializam a diversidade humana, em suas múltiplas expressões, a exemplo, dentre outras: de origem, raça, etnia, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental. A defesa da diversidade é, portanto, um caminho estratégico que articula nosso entendimento sobre a relevância da seguridade social, da assistência social e do conjunto das políticas sociais, na perspectiva da garantia dos direitos, da democratização da vida social; do combate à violência e o enfrentamento da desigualdade social. A sociedade brasileira tem em sua formação sócio histórica a deletéria articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Disso resulta a reprodução na vida cotidiana da violação dos direitos humanos, com inúmeras formas de violência, que particulariza e agrava a desigualdade social e o não reconhecimento da diversidade no país. Racismo, sexismo e LGBTIfobia crescem de forma assustadora, evidenciando autoritarismo e conservadorismo presentes nos mais diferentes ambientes da vida social, inclusive nos espaços públicos e institucionais, no acesso ao trabalho, à saúde, à educação e aos programas e serviços sócio-assistenciais. A Assistência Social e seus equipamentos deverão incorporar esse princípio e desenvolver propostas a partir das necessidades locais.

Outro princípio que deve reger a construção do SUAS é o da laicidade. Seja na dimensão da oferta de serviços públicos, seja da relação com a rede privada que ainda permanece forte na área. A área da Assistência Social é histórica e particularmente sensível à atuação de redes privadas filantrópicas confessionais de vários matizes. Muitas vezes a atuação dessas entidades não se pauta por uma perspectiva republicana, buscando interferir nos Conselhos e Conferências, bem como estabelecendo relações clientelistas com os governos para acesso aos recursos públicos que nem sempre chegam aos usuários, e até mesmo retaliando os trabalhadores do SUAS na perspectiva de fortalecer o trabalho de missionários. Nesse sentido, o compromisso da aliança é de defesa da laicidade do Estado e de que a oferta de serviços e benefícios seja implementada sob a ótica do direito e do dever público estatal. Nessa direção republicana a política deve combater o assistencialismo, o nepotismo e o clientelismo, bem como a apropriação indébita dos equipamentos públicos pela militarização e por organizações violentas e paramilitares nas comunidades.

Seguem elencadas abaixo propostas para a Assistência Social, tendo em vista desencadear o repensar do SUAS e da PNAS sob outros parâmetros, a partir de um

amplo processo de participação popular, o que poderá implicar em algumas alterações na LOAS:

1. **Consolidar e universalizar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, de modo a conectá-lo às necessidades sociais, fortalecer e ampliar os equipamentos sociais públicos (CRAS e CREAS), e transformá-los em espaços de representação radical e atendimento das demandas da classe trabalhadora. Sobre os equipamentos públicos criados a partir da PNAS e do SUAS, na Proteção Social Básica, existiam em 2016 (último Censo SUAS com dados disponíveis) 8.240 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), numa rede abrangente e localizada em geral nos territórios sócio-espacialmente segregados do país, onde vive a classe trabalhadora mais pauperizada. A proposta é qualificar e equipar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como espaços estratégicos de mobilização e educação popular, com autonomia para instituir bens e serviços socioassistenciais definidos em comitês populares, conforme a proposta que segue abaixo dos COMPAS (Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social). Ao invés de serem espaços de controle e “vigilância” sobre os trabalhadores e suas famílias, devem ser transformados em espaços de efetiva participação social;
2. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) constituem a Proteção Especial, e em 2016 eram 2521 (sendo 230 para atendimento às pessoas em situação de rua). **Eles também deverão ser fortalecidos, equipados, ampliados e repensados, tendo em vista o atendimento consistente, de modo a impactar nas condições de vida de seus usuários, em maioria idosos(as), pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua (Centros POP), juventude em conflito com a lei, migrantes, refugiados, mulheres, população LGBTI, pessoas em situação de violação de direitos, dentre outras demandas que possam se colocar.** Toda essa construção deverá se dar a partir das necessidades locais, com a revisão da PNAS e da tipificação de serviços, desencadeando um processo democrático de discussão;

3. **Revogar a Lei 9637 de 1998 que institui as organizações sociais e o Programa de Publicização**, para reverter toda a privatização da gestão na Seguridade Social e nas demais políticas sociais, que passaria a ser realizada por trabalhadores e trabalhadoras concursados, e com ampla participação da população no controle democrático. Os/as trabalhadores/as com contratos temporários devem ser mantidos até a possibilidade de realização de concursos públicos, de modo a não impactar na continuidade dos serviços;
4. Desenvolver um amplo **programa de obras públicas voltado aos equipamentos e infraestruturas das políticas sociais de seguridade social** tendo em vista recuperar suas condições físicas de atendimento, hoje precárias e indignas, revelando como são tratados os trabalhadores e trabalhadoras pobres neste país. No caso da Assistência Social, os CRAS e CREAS, mas também voltado para as escolas, postos de saúde e da previdência social, dentre outros;
5. **Transformar os Conselhos Nacional, Municipais e Estaduais de Assistência Social em Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS)**, que deverão existir também na área de referência dos CRAS, com real caráter deliberativo e autônomo para definir o montante e uso do fundo público destinado à assistência social em cada esfera de governo, bem como a definição da oferta de serviços locais. É preciso enfrentar o debate sobre os conselhos e conferências que não ampliaram o poder de participação e corroboraram dinâmicas de blindagem da democracia. Os COMPAS são uma resposta à necessidade e desafio do poder popular, que devemos enfrentar e traduzir em outras linguagens. E faz parte da nossa proposta de Sistema Nacional de Democracia Direta;
6. **Redefinir o tipo e alcance dos benefícios e serviços socioassistenciais hoje existentes, em conformidade com as demandas localmente definidas nos Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS)**, de modo a inverter a lógica de uma política pobre para os pobres e que vem de cima. Não são as pessoas e comunidades que tem que se adaptar ao

formato dos benefícios e serviços, mas os benefícios e serviços é que devem ser projetados para atender as necessidades reais das pessoas atendidas;

7. **Ampliar os critérios de acesso ao *Benefício de Prestação Continuada (BPC)* para pessoas idosas e pessoas com deficiência**, de modo a: a) aumentar o critério per capita de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo (como ademais até a justiça quando acionada já vem admitindo); b) excluir do cálculo da renda per capita, para concessão do BPC, os benefícios previdenciários de até um salário mínimo; c) reduzir a idade de acesso de 65 para 60 anos, em conformidade com o Estatuto do Idoso. No mês de março de 2018, o BPC atendeu 4.569.268 pessoas, sendo 2.541.699 pessoas com deficiência e 2.027.569 pessoas idosas. O valor do benefício corresponde ao valor do salário mínimo, atualmente de R\$ 954,00 e deverá continuar vinculado a este parâmetro;
8. **Assegurar os direitos sociais da pessoa idosa e pessoas com deficiência**, tendo em vista criar condições de promover sua autonomia e fortalecer as relações sociais e familiares, de modo a evitar todas as formas de discriminação a que são muitas vezes submetidos;
9. **Aumentar o valor do Programa Bolsa Família para transformá-lo em uma Renda Básica de Cidadania Universal, como política pública e direito social, com:**
 - i. A assistência social pode e deve ser, via mobilização nos seus equipamentos, estimuladora do acesso à saúde e educação. Mas é injusto que se corte o direito de uma família, sendo que a estrutura completa do Estado foi a responsável pelo não cumprimento das condicionalidades. Por exemplo, quando a criança que não consegue chegar na escola por ausência de transporte e a família é penalizada e excluída do programa. Para isso, a retirada do benefício de uma família deve considerar a infraestrutura regional, nesse sentido os COMPAS desempenham também este papel de acompanhamento;
 - ii. alteração dos critérios per capita para acesso, de modo **a ampliar o número de pessoas beneficiadas**, a exemplo do BPC, $\frac{1}{2}$ Salário

Mínimo per capita, conforme apontava a proposta inicial da LOAS. Vale lembrar que o Cadastro Único registra informações socioeconômicas de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Em março de 2018, existiam 26.698.288 famílias inscritas no Cadastro Único, ou seja, 75.236.076 pessoas. Estas famílias estão inscritas segundo os seguintes recortes de renda per capita:

- 12.428.217 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 3.234.071 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 4.383.920 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 4.951.369 com renda per capita acima de meio salário mínimo;

- iii. aumento do valor do benefício e correção monetária anual. Em maio de 2018, o PBF abrangeu 13.919.429 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 178,46. O valor total transferido foi de R\$ 2.484.070.551,00 neste mês. (MDS, 2018). **Nossa proposta é aumentar o valor mensal para um piso mínimo de ½ Salário Mínimo, podendo chegar a 1 Salário Mínimo, considerando a composição familiar e a presença de idosos, pessoas com deficiência e crianças;**
- iv. Não computar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no cálculo da renda familiar, para efeito do acesso ao Programa de Renda Básica de Cidadania Universal (atual PBF).

10. Possibilitar que o SUAS se constitua em espaço de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente a não redução da idade penal, com diversificação dos programas, serviços e benefícios, a partir das demandas locais e necessidades reais.

11. Articular e integrar a assistência social com as demais políticas públicas (como trabalho, saúde, educação etc.) por meio do desenvolvimento de atividades nos CRAS/CREAS e definidas pelos COMPAS, sem perder sua especificidade.

12. Referenciamento e articulação entre os CRAS e CREAS e unidades penitenciárias, com vistas ao trabalho com as famílias das pessoas que cumprem pena de restrição de liberdade e defesa dos direitos humanos;

13. Fortalecer os fóruns de trabalhadores de assistência social, respeitando sua autonomia, e assegurar sua participação e diálogo permanente com os Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social (COMPAS);

14. Assegurar que os/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social sejam concursados, com todos os direitos trabalhistas assegurados e Planos de Carreira Cargos e Salários. Hoje mais de 50% dos trabalhadores da área têm vínculos precários. E implementar a perspectiva da educação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, com novos parâmetros e a direção social da política apontados neste documento.

15. Assegurar que todos os CRAS e CREAS, dentre outros equipamentos estatais e privados na área da assistência social, garantam o respeito à diversidade humana e estejam preparados para prestar serviços de qualidade sem nenhum tipo de discriminação por classe, raça, sexo/gênero, orientação sexual, religião, geração, nacionalidade. A necessidade de criação de serviços para atendimentos específicos para a população LGBTI deve ser debatida com esses segmentos, em especial diante de situações de violência. Porém, o princípio orientador é de que todos os equipamentos públicos devem ter condições para assegurar o acesso aos direitos de todos(as) sem discriminação e segmentação.

16. Estabelecer um orçamento da Seguridade Social com os recursos canalizados para um fundo específico que servirá para o pagamento de benefícios, serviços, ações e programas no âmbito das políticas que integram a Seguridade Social. A garantia de um piso nacional para seguridade social, que garanta a realização de todas as políticas que a compõem. Assegurar o fim da DRU e das desonerações fiscais que incidem sobre os recursos da seguridade social. Ampliar significativamente a transferência de recursos para os serviços sócio-assistenciais, considerando que hoje quase todo o orçamento da Assistência Social se dirige para a transferência de renda, e

que há uma concentração da carga tributária na União que dificulta o co-financiamento na esfera local.

XIII - PREVIDÊNCIA SOCIAL: NENHUM DIREITO A MENOS

A previdência social foi historicamente construída pelos trabalhadores como mecanismo de solidariedade intergeracional e intracategorias para necessidades de suspensão temporária ou definitiva da capacidade laboral e para o sustento no fim da vida por meio da aposentadoria. No Brasil inicia-se como um mecanismo de auto organização sindical que se institucionaliza a partir da década de 1920 para algumas categorias de trabalhadores como resultado de lutas e mobilizações. Após este processo são instituídas as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, estes últimos progressivamente por categorias profissionais, o que foi unificado na Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS – 1960). Durante a ditadura civil-militar, a Previdência Social se amplía, estende-se para algumas categorias não-assalariadas e centraliza sua gestão por meio da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, depois transformado em INSS).

A Constituição de 1988 institui a Seguridade Social, composta pelas políticas de Assistência Social, Previdência Social, Saúde e Trabalho, com orçamento próprio com contribuições vinculadas, isto é, específicas para esse fim, composto pelas contribuições de trabalhadores e patrões, pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e pela Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL). A concepção de seguridade social foi enorme conquista democrática e significou o avanço da previdência de uma lógica puramente securitária para uma lógica de proteção social, junto com a possibilidade de universalização da saúde por meio do SUS, o estabelecimento da assistência social como direito social e dever do Estado estruturado no SUAS, e o seguro-desemprego e outros benefícios na área do trabalho. Não há, portanto, possibilidade de pensar estas políticas descoladas da seguridade social, sob pena de perder essa conquista histórica.

O período imediatamente posterior foi marcado pela afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, o que significou impactos regressivos nos direitos dos trabalhadores, particularmente para a Previdência Social, cada vez menos considerada uma política e um direito da Seguridade Social e cada vez mais tratada como seguro privado, ativo financeiro, privilégio, questão atuarial e fiscal.

A Previdência Social pública, desde a Constituição, foi separada em dois regimes: o regime geral (RGPS), para o conjunto dos trabalhadores assalariados e autônomos gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e um conjunto formado por numerosos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para a força de trabalho empregada pelo Estado, regulamentados e organizados pela União, Estados e Distrito Federal, e Municípios. Hoje, o conjunto de Regimes Próprios (conforme os indicadores da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda), totaliza 2.107 entes previdenciários.

As contrarreformas da Previdência Social começam a ser realizadas pelo governo FHC no regime geral, com a justificativa – sempre reiterada – do desequilíbrio financeiro e da inviabilidade atuarial do sistema, acusado de ser sistematicamente deficitário, argumentando com o envelhecimento progressivo da população.

A Seguridade Social, no entanto, nunca foi considerada conforme inscrita na Constituição Federal, como um conjunto de políticas com diversidade de fontes de financiamento. No caso da Previdência, os ideólogos das contrarreformas só contabilizam as contribuições de trabalhadores e patrões e ignoram as demais contribuições vinculadas ao orçamento da Seguridade Social. Contribuições que deveriam ser exclusivas da seguridade social sofrem grande impacto das políticas econômicas de desonerações fiscais e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), utilizadas pelos diferentes governos na esfera federal. A DRU foi aprovada como emenda constitucional em 1994 (denominada então, Fundo Social de Emergência) e permitia a desvinculação de 20% das receitas da Seguridade. Em 1996 transforma-se no Fundo de Estabilização Fiscal e em 2000 na Desvinculação das Receitas da União.

A primeira importante contrarreforma do regime geral foi implementada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A contrarreforma da previdência deste governo priorizou alterar o RGPS (também

ocorreram mudanças nos RPPS, mas sem a centralidade das que ocorreram no RGPS) e operou uma das mais importantes e dramáticas transformações, a substituição do tempo de trabalho por tempo de contribuição, além da instituição do Fator Previdenciário, em 1999, pela Lei 9876, (lei infraconstitucional). Estas mudanças, ao mesmo tempo, aumentaram a idade média (em cerca de 7 anos) para a aposentadoria e reduziram-lhe os valores médios (em cerca de 30%). Este mecanismo puniu, na prática, aqueles/as que começaram a contribuir mais cedo. Até a contrarreforma pela EC nº 20/98 as mulheres deviam comprovar 25 anos e os homens 30 anos de trabalho. A partir dessa emenda, as mulheres passam a contribuir por 30 anos e os homens por 35 como condição para acessar o direito à aposentadoria.

A segunda grande contrarreforma da Previdência Social ocorre pela Emenda Constitucional nº 41/2003, nos primeiros meses do governo Lula. Essa contrarreforma atinge prioritariamente o Regime Próprio das/dos trabalhadores da União, com desdobramentos, consequências e exigências de adaptação ao mesmo "paradigma" para todos os demais RPPS existentes no país. A proposta apresentada em maio de 2003 extinguiu a integralidade e a paridade dos proventos para os aposentados. Ao invés de se aposentarem com seu último salário, o cálculo dos benefícios passou a corresponder à média calculada sobre 80% das maiores remunerações de todo o período contributivo, de forma semelhante ao regime geral, porém sem a incidência do fator previdenciário. A EC nº41/2003 impôs ainda aos aposentados(as) e pensionistas a contribuição previdenciária ao seu RPPS sobre os proventos que excedessem o teto do regime geral, extremamente baixo, com o objetivo de incrementar a previdência complementar privada aberta ou fechada. Tal modificação configurou a quebra de uma Cláusula Pétreia da CF 88 por deixar de garantir a lógica anterior de solidariedade entre trabalhadores ativos (que contribuem enquanto trabalham) para o sustento na aposentadoria das anteriores gerações de trabalhadores.

Estas medidas todas, entretanto, objetivaram a criação do ambiente econômico e político para a transição do sistema previdenciário, baseado na solidariedade, financiado por regime público de repartição, para um sistema privado de “previdência complementar”, baseado na capitalização. Capitalização que consiste investir as contribuições da classe trabalhadora em capital fictício remunerado pela via dos juros, cujas formas mais recorrentes, são: a) compra de títulos públicos que deverão ser

remunerados inclusive pelo superávit e pela DRU sobre a Seguridade Social; b) pela compra de ações em empresas capitalistas (públicas e privadas), as mais lucrativas. Sabe-se que as empresas somente serão lucrativas tanto mais explorarem os trabalhadores. Chega-se a absurda situação na qual as renúncias mensais das trabalhadoras e trabalhadores para a “aposentadoria” transformam-se em capital. Por isto, a mais importante medida da EC nº 41/2003 foi a autorização de instituição de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) para os trabalhadores e trabalhadoras empregados pelo Estado.

O governo de Dilma Rousseff, por meio da Lei 12618/12, regulamenta a "previdência complementar" no setor público com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e autoriza estados e municípios a criarem seus próprios fundos. A partir dessa data, a(o)s trabalhadora(e)s que ingressem no Estado, passaram a contribuir com seu RPPS até o limite do teto do regime geral, o que implicou na redução da contribuição ao fundo público e, por isto, foi “necessário” ao Estado impor a cobrança previdenciária aos aposentados e pensionistas para garantir os recursos do período de transição entre os regimes e que não mais são recolhidos das novas gerações sobre a integralidade de seus proventos.

Desde então - abriu-se a possibilidade que foi e continua a ser implementada para todos os RPPS - o Estado brasileiro nos seus diferentes entes federativos oferece aos seus trabalhadores e trabalhadoras, como alternativa “previdenciária” para a velhice, a "previdência privada” nos moldes da Funpresp. Ao mesmo tempo, os RPPS nos estados, distrito federal e municípios passam por uma alteração na forma de seu funcionamento com a denominada segregação da massa dos recursos previdenciários, pela constituição de dois grupos no interior do RPPS: a) o primeiro grupo, em geral chamado Plano ou Fundo Financeiro, agrupa aquela(e)s que já estavam no RPPS (ativos, aposentados e pensionistas) quando da publicação da lei da segregação. Opera sob regime de repartição/solidariedade e, na hipótese de falta de recursos, a responsabilidade de prover os direitos é do Tesouro do ente estatal que foi o receptor das contribuições. É a fração em extinção do RPPS. b) o segundo grupo compõe o Plano ou Fundo Previdenciário público (RPPS), do qual participam trabalhadora(e)s ativos admitidos após a publicação da lei da segregação. Como neste não há trabalhadora(e)s em situação do direito de aposentação o fundo é superavitário. As contribuições para as

aposentadorias e pensões são administradas sob o regime de capitalização, aplicados no mercado de capitais com a promessa de “privilegiadas” aposentadorias no futuro.

Estes dois planos ou fundos segregados devem ter seus recursos financeiros geridos separadamente com contas bancárias separadas, contabilidade própria para cada grupo e individualizadas para cada trabalhador. Em síntese, trabalhadores e trabalhadoras que já estavam empregado(a)s no Estado em 1998 terão uma previdência solidária amparada pelo fundo público para o qual já verteram contribuições. No entanto, o Estado quase sempre utiliza esta gigantesca riqueza socialmente construída pela classe trabalhadora, e muitas vezes de forma espúria, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a aplicação de recursos previdenciários em paraísos fiscais. Os que ingressaram em períodos posteriores à contrarreforma posta pela EC n.º 20/98 e que ainda não alcançaram os requisitos para a aposentação, serão agrupados no segundo tipo de plano ou fundo acima descrito e que está autorizado a operar por capitalização, tanto quanto a própria “previdência complementar” de cujo exemplo dramático pela via pública do RPPS do Estado do Rio de Janeiro é tristemente exemplar.

Os RPPS passam a funcionar como capitalização, mas, então, em que reside a diferença entre os RPPS operados por capitalização e a previdência complementar? A diferença reside num único e importante mecanismo: a capitalização do RPPS é igualmente predatória para a classe trabalhadora, como a previdência privada. Entretanto, os regimes próprios têm a “solidariedade” do empregador, o Estado. Razão bastante para o que o TCE-RJ tenha determinado ao governador - sob pena de sua prisão - pagar as aposentadorias dos servidores aposentados e pensionistas durante a grande crise do Estado do RJ. A “previdência complementar” ou regime de capitalização, portanto, não é uma previdência: é um instrumento dos mercados de capitais, dos mercados financeiros que, são, sem rodeios, aplicações e mercados de risco. Por serem Fundações e associações de direito privado, independentes do Estado, a previdência complementar ao quebrar em uma crise ou no caso de uma queda da taxa de juros, não obriga o patrão (a União, o Estado e Distrito Federal e o Município) e seus gestores a se responsabilizarem por investimentos que resultarem em prejuízos e quebras das ditas “aposentadorias”. Só quem perde são os trabalhadores que contribuíram, pois estes sistemas deixam de se caracterizar como solidariedade entre trabalhadores ativos e aposentados. Portanto, o teto da previdência pública deve ser

suficiente para assegurar a vida digna ao conjunto dos trabalhadores, não sendo menor que seu salário na vida ativa no momento da aposentadoria, de forma a não estimular a previdência privada.

Não menos nocivas são as tentativas do governo golpista de Michel Temer e sua base parlamentar de tentar viabilizar pelo menos partes da reforma da Previdência exigida pelo capital financeiro através de reformas infraconstitucionais (mudanças parciais que podem ser feitas através de leis ordinárias ou complementares sem depender de aprovação de PEC).

Feito o diagnóstico das sucessivas perdas de direitos previdenciários públicos, sociais, pela classe trabalhadora brasileira, o programa da candidatura Boulos e Sonia - radical e anti-sistêmica – tem como horizontes que a Previdência Social pública precisa ser fortalecida e não destruída, e que nenhum direito seja retirado.

O nosso programa de governo propõe:

- 1. Unificação progressiva de todos os regimes previdenciários (RGPS e RPPS) em um mesmo sistema público de aposentadorias integrais,** com as mesmas prerrogativas e direitos para todos, com percentuais de contribuição diferenciados de forma progressiva e regime por repartição/solidariedade e não de capitalização. Esta direção de uma reforma previdenciária democrática, solidária e profunda, bem como seus prazos, proposta de teto, regras de transição e de contribuição deverão ser apresentados à sociedade, para serem amplamente discutidos;
- 2. Vincular o reajuste do piso das aposentadorias ao salário mínimo e os demais benefícios ao IPC-M com uma política de recomposição do valor real do benefício;**
- 3. Garantir aposentadoria para todos e todas.** Dessa maneira, aqueles que atualmente não conseguem se aposentar porque não preenchem as condições de acesso, mesmo considerando o benefício rural, velhice e BPC, poderiam fazê-lo. Esse benefício seria financiado pelo orçamento

público, fundado no princípio da cidadania. O valor do benefício e o critério de acesso a ser concedido seria fruto de discussão com a sociedade. Como princípio, defende-se que nenhum benefício seja de valor inferior ao salário mínimo;

- 4. Garantia e ampliação do Orçamento da Seguridade Social com tributos ou percentuais vinculados e destinados às políticas que a compõem constitucionalmente,** bem como a proibição de desvinculação de verbas da seguridade social para qualquer outro fim, o que implica no fim da DRU e das desonerações. Realizar a cobrança da dívida ativa previdenciária;
- 5. Fim da contribuição dos aposentados e do fator previdenciário;**
- 6. Instituir comissão para uma auditoria nos sistemas previdenciários públicos atuais (RPPS e RGPS),** tendo em vista a aplicação dos recursos exclusivamente para os benefícios;
- 7. Fim da revisão criminosa dos benefícios de acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez e auxílios doença em curso no INSS e que já retirou benefícios de mais de 50% dos beneficiários;**
- 8. Estreita articulação entre a previdência social pública, a assistência social, a saúde e políticas de trabalho, de modo a consolidar a seguridade social pública;**
- 9. Suspensão imediata dos critérios restritivos e do tempo reduzido para usufruto dos seguintes benefícios: pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão.**

XIV - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -- POR UMA POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA

Introdução

No início de nossa civilização, a deficiência era atribuída a castigos divinos e fenômenos sobrenaturais. Às pessoas com deficiência restavam o abandono, o encarceramento ou a eliminação.

Posteriormente, impulsionada pela igreja, enraizada em todos os setores da sociedade, iniciou-se a fase caritativa da *proteção*, que, sem dúvida, foi um avanço, embora ainda prevalecessem a desqualificação da diferença e a limitação das potencialidades humanas daqueles que se desviavam da “normalidade”.

Nesse período, apareceram as primeiras instituições de “atendimento especial”, ainda de caráter segregador mas naquele momento necessárias, em função das escassas ações governamentais. Emergiu também o chamado “modelo médico da deficiência”, muito ligado à temática da reabilitação, que considera a deficiência como um problema da pessoa, a ser resolvido com tratamentos de saúde, individuais e prestados por profissionais, com vistas a se obter a cura ou a adaptação da pessoa ao meio. Segundo essa tendência, o corpo precisa ser “consertado”, “adaptado” e “normalizado” para funcionar a contento no ambiente social.

A partir de 1981, “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, decorrente da mobilização do próprio segmento, surgiu o *movimento de integração* que já pregava a inserção social, mas desde que o indivíduo pudesse adaptar-se ao meio.

Hoje, como consequência da conquista do protagonismo na luta das pessoas com deficiência por seus direitos, as mudanças de paradigma, o “modelo social” e o *movimento mundial pela participação e inclusão social* consideram a deficiência como expressão da diversidade humana e, respeitando ritmos e limitações, colocam a questão

no âmbito da afirmação de direitos. Dessa forma, não é o sujeito que precisa adaptar-se à sociedade e sim a sociedade que precisa adaptar-se às especificidades dos indivíduos.

Proposta de política pública

Em praticamente todo o território nacional as pessoas com deficiência encontram-se em situação de segregação e distanciamento do poder público, bem como fora dos padrões de produtividade, funcionalidade, eficiência e beleza, mesmo se considerarmos alguns avanços nas últimas décadas, advindas de ações pontuais do Governo Federal e de escassos exemplos municipais.

É visível o desmonte da máquina pública garantidora dos direitos fundamentais dos indivíduos e da sociedade brasileira realizada nesses últimos tempos. Os Ministérios, a nível federal, e as Secretarias, a nível estadual e municipal, da Área Social, vivem à míngua por falta de recursos para suportar os planos, projetos e ações do setor público. Saúde, Educação, Assistência e Previdência Social, Justiça e Cidadania, Trabalho e Renda são os setores mais afetados por essa política de desmonte. No mínimo, manter as políticas já em desenvolvimento é a nossa ação imediata. Aprofundar e universalizar essas políticas são nossos compromissos no médio prazo.

O congelamento dos gastos sociais por 20 anos, a precarização das relações de trabalho, a tentativa de reforma da previdência, revisão do benefício de prestação continuada, auxílios-doença e aposentadorias por invalidez afetam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras em geral e as pessoas com deficiência em particular. Com essa política, a reabilitação, a inclusão, a acessibilidade, a mobilidade, o direito ao emprego e renda e todos os demais direitos desses 45 milhões de brasileiros ficam ainda mais comprometidos. É preciso desmistificar a questão do aumento dos gastos sempre como problemas. Benefícios são investimentos, até por se tratar de uma dívida social com uma classe historicamente marginalizada. Investir em educação, saúde, emprego e renda, segurança e seguridade social, é a certeza de uma sociedade que será, ciclicamente, criativa e altamente produtiva.

Por meio da dinâmica proposta pelo Sistema Nacional de Democracia Direta, com a participação direta e popular, acreditamos que será mais fácil percorrer as longas questões legislativas para a solidificação dos direitos adquiridos e, também, ampliação destes. Podemos citar como exemplos o monitoramento independente da Convenção

Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a regulamentação da LBI – Lei Brasileira de Inclusão, a aprovação de legislação infraconstitucional para consolidação da Convenção Internacional, como tópicos de urgente tomada de posição.

Assim, para a efetivação de políticas públicas consonantes com as mais recentes tendências mundiais, nosso governo ressignificará a *SECRETARIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA* para uma gestão popular, democrática, transversal e inclusiva.

Essa alternativa de gestão tem o intuito de garantir direitos, inclusão, participação social e o pleno exercício da cidadania, propondo um novo sentido para as assim denominadas “deficiências”.

A perspectiva adotada busca romper com o pressuposto da “normalização” e da “adaptação” do indivíduo à sociedade, e introduz o conceito das deficiências como diferenças, colocando a questão no âmbito da afirmação de direitos. Objetiva o desmonte dos mecanismos históricos da exclusão, a garantia de direitos pessoais e sociais, destacando tanto as necessidades individuais quanto à reorganização da sociedade para derrubar as barreiras histórica e culturalmente construídas.

Políticas públicas inclusivas otimizam recursos humanos e financeiros, uma vez que derrubam mitos, adaptam estruturas existentes e sensibilizam funcionários, evitando a criação dos onerosos e desatualizados equipamentos e “lugares especiais”. Além disso, viabilizam uma difícil e inerente obrigação de qualquer governo, isto é, a de respeitar a isonomia (igualdade de todos perante a lei) e, ao mesmo tempo, mas sem optar por privilégios, observar as desvantagens históricas e sociais de alguns grupos da população.

A Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência irá:

- 1. Formular, implementar e coordenar a política para o segmento (gestão e cogestão);**
- 2. Atuar de maneira transversal, estimulando, orientando e apoiando conceitual e tecnicamente o conjunto do governo no processo de incorporação do recorte *deficiência* nas políticas;**
- 3. Desconstruir gradativamente o “modelo médico”, que considera a deficiência como doença, reproduzindo práticas e políticas assistencialistas,**

substituindo-o pelo “modelo biopsicossocial”, que compreende a deficiência como expressão da diversidade humana e a concebe como a interação do indivíduo com as barreiras ambientais;

4. Dialogar com o segmento e atores sociais (instituições, lideranças, etc.), assim como estar em sintonia com as demais políticas nacionais e internacionais de inclusão e participação social, na perspectiva da afirmação de direitos e do empoderamento das pessoas com deficiência;
5. Desenvolver ações de informação, sensibilização e capacitação para servidores, articuladas com todas as áreas do governo, de forma a promover mudanças atitudinais e manter pessoal qualificado para o atendimento de pessoas com deficiência;
6. Alterar paradigmas e concepções na administração pública, gestão e cogestão, subvertendo a tradição segregadora da maioria das ações voltadas ao segmento;
7. Disseminar, de forma transversal, a concepção inclusiva em todas as áreas da administração pública, visando à implementação de projetos e programas que permitam o acesso das pessoas com deficiência;
8. Promover a articulação entre o Estado e entidades não governamentais de atenção às pessoas com deficiência, conveniadas quando necessário, objetivando o caráter inclusivo em todas as ações voltadas ao segmento;
9. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências, no que diz respeito às acessibilidades arquitetônica, tecnológicas, de comunicação, de transporte, entre outras.;
10. Destinar recursos em ações que garantam o acesso das pessoas com deficiência a todas as políticas voltadas aos brasileiros.

O cargo de titular dessa unidade deverá ser ocupado por uma *pessoa com deficiência*, e o corpo técnico por profissionais com militância e acúmulo em políticas inclusivas de Estado.

XV - NOVA POLÍTICA CULTURAL PARA UM NOVO MUNDO

A cultura está na centralidade de uma nova forma de fazer política, encarnada nas linguagens, nos corpos, nos modos de ser e de fazer. Não existe democracia sem diversidade cultural. Nesta perspectiva, a cultura é um direito, da mesma forma que a saúde, a educação ou a moradia. Ela se integra e é indispensável ao conjunto de lutas por uma sociedade sem desigualdades, sem opressões e radicalmente democrática. É preciso reconhecer o valor civilizacional e o potencial de emancipação da cultura e da arte.

A cultura é um campo de afirmação e potencialização da diversidade em todos os setores. A cultura que vem das periferias, a cultura urbana, a cultura de matriz africana, as culturas indígenas, cultura digital, cultura feita por mulheres, negros, indígenas, LGBTI. Grupos historicamente desfavorecidos mas que fizeram da cultura um processo de resistência e criação.

Por isso o pleno exercício dos direitos culturais não pode ser uma abstração e nem uma letra morta prevista na Constituição Brasileira. A cada vez que as diferentes manifestações culturais são criminalizadas ou atacadas, não só temos uma violação do direito à cultura, uma violação das liberdades culturais, mas um ataque à democracia que produz violência real e simbólica. E produz desigualdade.

Não podemos deixar que cultura seja esse campo em que o capitalismo contemporâneo exerce sua ação predatória, pasteurizando sensibilidades e reduzindo as possibilidades emancipatórias. Ao inverter suas prioridades, a cultura faz emergir novos processos e protagonistas na produção cultural e social.

O Brasil vive hoje em um estado de “guerras culturais” produzidas artificialmente e que violam essas liberdades e o direito à cultura de cada um e dos

diferentes grupos. Então como assegurar e apoiar, com políticas públicas, essas formas de expressão, modos de criar e de viver e sua livre manifestação?

Inversão das Prioridades

Diante das desigualdades no campo social, a restrição de acesso à cultura, os grupos vulneráveis e minoritários emergem como campo prioritário de ação e propostas, sem abrir mão de ações e políticas que visam e mobilizam o campo da cultura como um todo contra as desigualdades e privilégios.

Faz parte da ideia de inversão das prioridades a criação de programas, leis e editais de acesso direto à verba pública, construídos em parceria com a sociedade civil, no lugar de leis de renúncia fiscal que beneficiam as empresas privadas e a indústria cultural. A desburocratização dos processos de inscrição e prestação de contas nos editais e programas públicos é mais um passo no sentido da inclusão dos grupos marginalizados. Também a garantia de acesso aos direitos de seguridade social, como todo trabalhador e trabalhadora.

O foco desta nova cultura estará nos processos artísticos e culturais entendendo os produtos culturais como resultados da formação e criação de coletivos e indivíduos em constante aprendizado.

Neste sentido é preciso retomar políticas que começaram a ser experimentadas nas últimas décadas e foram interrompidas, congeladas, desinvestidas, mesmo estando protegidas por Lei, como a política dos Pontos de Cultura assegurada pela Lei Cultura Viva que inovou em vários aspectos nas políticas culturais. Isso é, fortalecer a auto-organização e produção de cultura nos territórios e bairros através de cineclubes, festivais de teatro, música e artes autônomos.

Como aprimorar, dar escala a essas políticas que financiaram projetos culturais em todo o Brasil e que beneficiam toda uma rede capilarizada de agentes culturais, em municípios, cidades do interior, periferias? E que também dialogou e se expandiu por países Iberoamericano (Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai, México, El Salvador,

Guatemala, Costa Rica e até Espanha) mostrando o potencial da cultura de base comunitária e a filosofia latino-americana do Bem Viver.

Participação e Co-Gestão

O Direito à Cultura e o acesso aos bens culturais não podem ser decididos apenas pelo Estado, mas a partir de práticas de co-gestão e de participação na definição de políticas culturais. Co-gestão de equipamentos culturais e espaços públicos.

Reconhecimento das soluções que emergem de baixo pra cima, nos bairros, praças, na cultura de artistas de rua e práticas culturais realizadas nas quebradas; experiências de inovação cidadã, gestão compartilhada, que apontam para soluções vindas do próprio campo social e cultural.

Evidentemente, o Estado pode e deve assumir funções reguladoras na área econômica, sem perder de vista que sua tarefa principal é a de estabelecer uma política pública de cultura inclusiva, democrática e emancipadora, contraposta às dinâmicas e às lógicas mercantis.

Assim, o programa de governo que precisamos construir confere à cultura um papel central e transversal, definindo princípios como a diversidade, a inversão das atuais prioridades, a democratização das formulações e da gestão e o reconhecimento do Estado como indutor e facilitador efetivo nas esferas da criação, da formação e do patrimônio.

O Estado deve ser agente de interesses públicos capaz de defender o que, na vida simbólica das sociedades, não deve ser comercializado, como os direitos humanos, as inovações estéticas e a construção coletiva.

Contexto histórico das últimas décadas

A década de 1980 é o momento forte da vaga neoliberal, com efeitos tanto na economia, como em outros aspectos da vida social. Ela consistia, em linhas gerais, num

esforço agressivo de desregulamentação – dos mercados financeiros à legislação trabalhista – e no reforço da ideologia da competição, da livre iniciativa e do lucro.

É neste contexto que surgem, no Brasil, leis e programas na área das artes e da cultura que transferem competências e recursos da esfera estatal para a esfera privada. Em 1991 é promulgada a Lei Rouanet e, na sequência é criada a Lei do Audiovisual, em 1993, que aprofunda o mecanismo de renúncia fiscal e fortalece o processo de mercantilização e oligopolização da cultura.

Em termos muito simples, todas estas leis permitem que a atividade cultural (criação e circulação de obras, serviços, ações na área de patrimônio, memória, divulgação etc.) seja mantida com dinheiro público, mas seguindo critérios e interesses privados. Além do mais 80% de todos os recursos aplicados pela Lei Rouanet se concentram na região sudeste do país e que apenas 3% dos proponentes movimentam mais de 50% dos recursos totais.

O Brasil também foi protagonista de políticas inovadoras nas últimas décadas, embora insuficientes diante das carências crônicas do setor cultural. A cultura emergiu como um movimento social organizado e protagonizou ações significativas, com as ocupações de equipamentos públicos geridos pelo MinC em todo o Brasil diante do desmonte e proposta de extinção do Ministério da Cultura no governo de Michel Temer.

Novas reivindicações surgiram com a emergência de uma infinidade de linguagens, com a explosão da cultura das periferias (*o funk, o hip hop*), movimentos que produzem sentimento de pertencimento, de comunidade, assim como a visibilidade de midialivistas, coletivos culturais, Pontos de Cultura urbanos e rurais (violetiros, jongueiros, artesãos).

O Estado brasileiro teve que reconhecer e lidar com essa produção cultural das bordas e das periferias, reconhecer toda a produção cultural de tradição oral, povos de terreiro, grupos indígenas, de matriz africana e movimentos culturais de novo tipo.

Esse é um desafio que não foi equacionado. Mesmo as políticas mais inovadoras mostraram seus limites: burocratização excessiva, dificuldade de fazer os recursos

chegarem na ponta e escala, atingirem os mais de 5 mil municípios brasileiros. Não foi proposto um projeto radicalmente alternativo na direção de uma política cultural desmercantilizada.

No audiovisual, temos a experiência do Fundo Setorial do Audiovisual, gerido pela Ancine, que é hoje o principal mecanismo de desenvolvimento da categoria no Brasil. Formado por recursos de diversas fontes, principalmente impostos pagos por grandes empresas exibidoras e de telecomunicações.

Hoje suas linhas de financiamento se organizam de tal forma que o acesso à maior parte dos recursos ainda é majoritariamente das grandes empresas produtoras. Além disso, o FSA não combateu o sério problema de distribuição e exibição que vivemos hoje, em que apenas 7% dos municípios possuem salas de cinema. O FSA deve ser fortalecido e continuado, mas reformado para ampliar e facilitar o acesso ao fundo pelas mais diversas regiões e classes sociais, fomentando também produções marginalizadas e o acesso para o público de todo país.

A Cultura contra a desigualdade e pela democracia

Diante deste panorama, defendemos um conjunto amplo de iniciativas, amparado por definições políticas claras (dinheiro público gerido de forma pública é uma delas) e recursos à altura dos problemas e das necessidades atuais (a Proposta de Emenda Constitucional que prevê a aplicação de 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios em Cultura, é uma medida neste sentido).

O Fundo Nacional de Cultura será o mecanismo prioritário de distribuição da verba pública através da criação de programas, leis e editais públicos (numa parceria entre Estado e sociedade civil). Nosso objetivo é o fim das leis de renúncia fiscal, em especial a Lei Rouanet, maior exemplo de privatização no campo cultural.

Entendemos que a arte e a cultura tem um papel civilizacional e apresentam como tarefa a criação das bases de uma sociedade onde a solidariedade, a alteridade e a liberdade ocuparão um espaço central. A construção de uma sociedade do “bem viver” deve levar em conta a necessidade de desconstrução dos paradigmas do sistema político

e econômico atual. Desmercantilização, despatriarcalização e descolonização da cultura são objetivos a serem alcançados.

O nosso programa de governo propõe:

1. Apoiar a produção cultural vinda das periferias, culturas jovens, rurais e urbanas, culturas territoriais (indígenas, quilombolas), de matriz africana etc.

Apoiar formas colaborativas e em rede de produzir cultura, a partir de editais desburocratizados em todas as linguagens, desde pequenas ações até iniciativas de grande porte. Regionalização e desconcentração dos recursos nos eixos Rio/São Paulo. Trabalhar no sentido de uma cultura capaz de mudar os paradigmas civilizacionais: uma cultura socialista, com participação efetiva de todas as minorias e respeito ao meio ambiente;

2. Orçamento para a Cultura que corresponda à riqueza e à diversidade do nosso

povo: mínimo de 2% do orçamento da União, incentivando que seja garantido 1,5% do orçamento dos estados e 1% dos municípios. Esta é uma demanda histórica do campo cultural. Somente com um orçamento digno da diversidade e potência cultural do nosso povo será possível dar materialidade às demais propostas. Neste sentido, faz parte desta proposta o fim da PEC do Teto de Gastos;

3. Editais, leis, programas e um Fundo Nacional de Cultura com dotação orçamentária própria e continuada,

incluindo comissões julgadoras plurais e democráticas, formadas pela sociedade civil e pelo poder público. E a consequente restrição radical dos mecanismos de renúncia fiscal em favor de investimentos diretos (caminhando no sentido da extinção da Lei Rouanet e demais mecanismos de renúncia fiscal também nos Estados e Municípios). Faz parte desta proposta o aprimoramento dos dispositivos jurídicos que desburocratizam o acesso aos programas e editais.

Um exemplo bem sucedido de política pública de cultura no formato proposto é a Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo. A Lei, resultado da mobilização da categoria artística da cidade de São Paulo e aprovada na Câmara Municipal em 2001, apoiou centenas de coletivos teatrais espalhados pela cidade e se tornou um marco para as políticas públicas de cultura. O Fomento é uma política continuada com dotação

orçamentária determinada em Lei e rubrica no orçamento do município. O método de seleção envolve Estado e sociedade civil. A lógica não repousa mais unicamente sobre eventos ou obras, mas em processos de investigação, ações perenes e parcerias conjuntas com setores sociais tradicionalmente afastados das práticas artísticas.

4. Criação de um programa de seguridade social específico para trabalhadores de cultura que tem como caráter da própria profissão a intermitência, a descontinuidade entre períodos de emprego e desemprego (técnicos, artistas de espetáculo, profissionais do audiovisual, etc) de forma a combater a instabilidade e a precariedade da profissão. Criar seguridade social para quem trabalha com cultura é também uma forma de criar estabilidade e democratizá-la;

5. Transparência e participação efetiva da população na gestão das políticas culturais através de conferências, co-gestão de equipamentos públicos, mecanismos tecnológicos e demais métodos horizontais de formulação, gestão e decisão, de acordo com o previsto nas nossas propostas do Sistema Nacional de Democracia Direta. A participação popular deve se dar não somente de forma consultiva mas também deliberativa. Neste sentido, algumas das discussões e resoluções presentes no Sistema Nacional de Cultura podem apresentar-se como bons exemplos na elaboração destes mecanismos;

6. Integração e transversalidade da arte e cultura em todos os setores da vida social, como a educação, o esporte, o meio ambiente, comunicação e trabalho. Promover acesso à cidadania e ao direito cultural através de políticas, programas e projetos em parceria com a Educação (pois Educação sem cultura é adestramento). Algumas propostas já detalhadas no Plano Nacional de Cultura - como ações culturais nas Escolas, a presença da arte nos currículos etc - podem servir de modelo para o nosso programa;

7. Democratização do acesso ao audiovisual. Reformulação das prioridades do Fundo Setorial do Audiovisual, criando e fortalecendo linhas de promoção da democratização, descentralização, formação, distribuição e exibição de audiovisual, além de facilitar e desburocratizar o financiamento para pessoas físicas e coletivos. Voltar a priorizar a

Cinemateca como patrimônio do Estado para preservação da nossa história e promover o acesso democrático do público como espectadores de audiovisual;

8. Ampliação do acesso a bens e equipamentos culturais, rompendo com as desigualdades que reduzem esse direito a uma pequena parcela da população brasileira. Ampliação da infraestrutura cultural e democratização e co-gestão dos equipamentos públicos tendo como horizonte a universalização do acesso à cultura pela população brasileira. Universalização do acesso à banda larga, estímulo à apropriação tecnológica e autonomia no campo das tecnologias e plataformas digitais e abertas dando condições de possibilidade para o florescimento de uma cultura popular digital que impulse uma cidadania e governança digitais.

XVI – DEMOCRATIZAR TODOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diagnóstico: Uma comunicação concentrada e mercantilizada

A comunicação no mundo é dominada pelo poder econômico, concentrado em algumas poucas corporações. São exemplos Google, Facebook, Microsoft, Fox, Disney, Time Warner e, no Brasil, Grupo Globo e alguns poucos outros. Esse cenário se consolidou ao longo do século XX – de forma acelerada nos seus últimos 30 anos, no âmbito da reestruturação produtiva do sistema capitalista. Esta levou à alteração da base técnica do sistema, dando maior centralidade às tecnologias da informação e da comunicação, à ampliação da mercantilização de diferentes setores da vida social e à mundialização do capital. Nesse contexto, as estruturas nacionais, embora também atendam demandas próprias, foram moldadas para fortalecer econômica e ideologicamente os centros capitalistas internacionais.

O modelo comercial-monopolista prevalece hoje, integrando ou esmagando quase tudo aquilo que se levanta contra o sistema imposto pelo capital. Ele conseguiu estabelecer de forma bastante eficiente o casamento entre a produção de conteúdos (predominantemente voltados ao entretenimento) e a publicidade de mercadorias, sufocando iniciativas voltadas para a informação, a educação e mesmo para interesses não-mercantis – exemplo da comunicação pública e das práticas colaborativas de compartilhamento de saberes na Internet, por exemplo, hoje atacadas em todo o mundo.

Todas as mídias foram acompanhadas, em seu nascimento, de promessas de liberdade e democratização. Todavia, o capital apropriou-se delas e coordenou o processo de concentração que vemos, hoje, nos diferentes setores da comunicação (TV, rádio, revista, jornal, agências de notícias, cinema, telefonia, Internet etc.). Em cada um, porém, isto se manifesta de forma diferente, com hierarquias, ramificações e resistências,

bem como conflitos entre o capital nacional e transnacional. No caso do Brasil, esse processo levou à garantia da hegemonia do setor privado, ao sufocamento dos meios comunitários e livres e à constituição tardia de um sistema público.

É elucidativo ter em vista que apenas três empresas aglutinam aproximadamente 75% da audiência média nacional de televisão. A pesquisa *Media Ownership Monitor (MOM)*, coordenada pelas organizações Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras e lançada em 2017, debruçou-se sobre os 50 maiores meios de comunicação do Brasil e concluiu que cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade desses veículos. O modelo hegemônico de negócios, focado em explorar ao máximo a capacidade comercial do tempo de TV e na disseminação de conteúdos a partir das chamadas “cabeças de rede”, faz com que as transmissões brasileiras de rádio e televisão, mesmo locais, tenham uma narrativa praticamente uniforme, baseada no eixo Rio-São Paulo e nos interesses da classe, do gênero e da etnia das pessoas que os controlam: homens, brancos e ricos.

Em tal contexto, merece destaque o papel do Grupo Globo. É a partir de sua entrada no mercado, com o apoio econômico, técnico e administrativo do grupo americano Time-Life e político da ditadura civil-militar, que se configura um oligopólio na radiodifusão. A Globo garantiu para si a liderança isolada e incontestável no mercado nacional de mídia pelo menos nos últimos 40 anos. A partir dessa posição, foi capaz de desempenhar papel político decisivo em vários episódios da história brasileira, além de atuar cotidianamente na formação ideológica e cultural da população, seja legitimando valores como o consumismo e o individualismo, opressões como o racismo, o machismo e tantas outras.

Importante assinalar que esse papel não é desempenhado apenas pela Globo. Em geral, os meios de comunicação no Brasil – controlados por grupos políticos vinculados às elites locais, como no caso dos Jereissati (no Ceará), dos Sarney (no Maranhão), dos Barbalho (no Pará), dos Franco (em Sergipe), dos Magalhães (na Bahia) e dos Collor (em Alagoas) – utilizam seus veículos para o exercício do poder político. Assim, convivemos com um sistema que serve à concentração do poder, ao silenciamento de grupos sociais e à invisibilização da nossa diversidade. E que usa do seu poder político

para definir os rumos do país em função de seus interesses, como vimos na arquitetura do golpe em curso no país.

Muitas dessas empresas, tanto em âmbito nacional quanto local, configuram-se como grandes conglomerados compostos por veículos diferentes (jornais, revistas, portais de internet, distribuidoras de TV por assinatura, produtoras de cinema), concretizando a chamada concentração cruzada da propriedade.

Elas, não obstante, não concorrem entre si no mesmo patamar. Na última década, devido às transformações tecnológicas, econômicas e políticas que levaram à convergência dos meios, muitas companhias perderam espaço, como aquelas que tinham como negócio principal o impresso. O sistema de comunicação e os mercados específicos passaram a ser disputados também por grupos transnacionais de telecomunicações, cuja presença no Brasil foi alargada desde a privatização do setor, no fim da década de 1990. Entre os conglomerados nacionais, apenas a Globo manteve seu poderio, organizando-se para ocupar também a TV segmentada e a Internet. Sua diferença em relação aos demais está explícita em seu faturamento, que é superior à soma dos demais grupos que figuram entre os 10 maiores do Brasil.

O fato de termos um sistema de comunicações extremamente concentrado, hegemônico por grupos privados e vinculado a seus interesses está sustentado em diversas ilegalidades. Muitas das concessões de rádio e televisão, ao amparo do artigo 54 da Constituição Federal, ainda são controladas por políticos. Não por acaso, um terço do primeiro Ministério do governo golpista de Michel Temer era composto por homens brancos direta ou indiretamente ligados a empresas de radiodifusão. Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 32 deputados e oito senadores da atual legislatura são proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e TV. Indiretamente e contando o que ocorre nos estados e municípios, o número é bem maior.

Outra ilegalidade frequentemente praticada é o arrendamento da programação, que consiste na venda de parte de espaço na programação a terceiros, ultrapassando o limite de 25% para comercialização de publicidade que está estabelecido pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, art. 124). Por meio desse mecanismo, tem

crescido a presença de igrejas na programação. Tanto a posse por políticos quanto a comercialização de parte do espaço da programação para terceiros fragilizam o caráter público do serviço de comunicação.

No mesmo sentido, há a prática ilegal da transferência de outorga. Ignorando o viés público das concessões, grupos transferem o controle ou vendem o direito de usar o espectro para outros, que passam então a operar os veículos sem terem sido submetidos a processos públicos como licitações. Com isso, perpetua-se a ocupação do espectro por parte desses grupos, negando ao conjunto da população até mesmo a possibilidade de disputar uma concessão. Em vez dessa lógica, temos que afirmar que o espectro é um bem público e deve ser dividido e gerido como tal.

Concentração também nas telecomunicações

Ao contrário do que os defensores da privatização das telecomunicações apregoavam, a quebra do monopólio estatal no setor não resultou num mercado altamente competitivo e provedor de serviços de qualidade. Hoje, **as telecomunicações no Brasil estão altamente concentradas em poucos grupos privados, com as três maiores companhias controlando 94% da banda larga fixa; 94% da telefonia fixa e 81% da telefonia móvel.** O impacto dessa concentração para a oferta do serviço de acesso à Internet é brutal.

Segundo a PNAD 2017, pelo menos 30% da população brasileira não possuem acesso à Internet. Os maiores percentuais de ausência de conexão são registrados nas regiões Norte e Nordeste, com mais de 40% de pessoas desconectadas, sendo que, mesmo nos grandes centros urbanos, as populações que residem nas periferias estão alijadas do acesso pela rede fixa, ficando sujeitas à conexão pela rede móvel, bastante restrita e onde é frequente o desrespeito ao direito de neutralidade da rede; ou seja, sujeitas a bloqueios e restrição do acesso a aplicações definidas por acordos comerciais entre as operadoras do serviço de conexão à Internet e os fornecedores de aplicações, o que viola também o direito de escolha da população.

Dados divulgados pelo CETIC - departamento relacionado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil - relativos ao ano de 2016 revelam que, dos cidadãos com acesso à

Internet, 46% da classe C, 76% das classes D e E se conectam exclusivamente pela rede móvel, o que significa estarem sujeitos a planos comerciais ofertados para os consumidores de baixa renda, com limite mensal de dados extremamente reduzido - de 200 Mgb a 1 Gb, sendo que, ao final da franquia, ou têm o acesso bloqueado ou passam a acessar apenas Facebook e WhatsApp.

Ou seja, temos milhões de cidadãos e cidadãs sujeitos/as ao fornecimento do serviço com baixa qualidade do acesso, sem direitos assegurados, inviabilizando o exercício do direito à comunicação na rede de maneira efetiva.

Há anos o Poder Executivo vem resistindo a aplicar mecanismos já previstos na Lei Geral de Telecomunicações que poderiam viabilizar a utilização de bilhões de reais de recursos públicos pagos pelos consumidores dos serviços de telecomunicações, de modo a possibilitar investimentos na implantação de redes de alta capacidade distribuídas de forma isonômica, atendendo a demanda das regiões mais pobres do país. Ou seja, o Poder Executivo vem se furtando de sua obrigação constitucional de definir metas de universalização; adotar políticas públicas de garantia de acesso e regular melhor a oferta dos serviços pelas operadoras.

Neste sentido, tem violado de maneira sistemática o direito de acesso universal pelos cidadãos, já reconhecido como essencial pelas Nações Unidas e, no âmbito nacional, pelo Marco Civil da Internet. Em abril de 2014, mais de 110 países que participaram do encontro NET Mundial, realizado no Brasil, afirmaram o caráter público do serviço de acesso e de sua respectiva infraestrutura. Alinhado com o consenso a respeito da importância do serviço de acesso à Internet para o desenvolvimento econômico, social e cultural, o Marco Civil da Internet estabeleceu que se trata de serviço essencial para o exercício da cidadania e que deve estar acessível a todos, passando, então, a se tratar de um serviço universal.

Como consequência do reconhecimento do caráter universal do acesso à Internet, temos que os poderes públicos devem se responsabilizar por definir e implementar políticas públicas com a finalidade de ampliar o desenvolvimento da infraestrutura física de telecomunicações sobre a qual se apoia esse serviço, assim como atuar de modo a dar concretude aos importantes direitos estabelecidos pelo Marco Civil da

Internet, tais como a neutralidade da rede, mecanismos de proteção à liberdade de expressão e à privacidade.

Para tanto, o Marco Civil da Internet determinou que devem ser estabelecidos mecanismos de governança multiparticipativa, envolvendo os setores governamental, empresarial, da sociedade civil e comunidade acadêmica, de modo que a definição de diretrizes estratégicas que venham a orientar as políticas públicas de acesso a Internet, que envolvem direitos humanos fundamentais, possa se dar num ambiente democrático e com a participação efetiva de todos os agentes interessados.

Desde 2003, o governo brasileiro tem editado decretos voltados para a inclusão digital, inclusive o Decreto 7.175/2010, conhecido como o Plano Nacional de Banda Larga, que resgatou a Telebras e atribuiu a ela o papel de estimular a implantação de redes em regiões que não despertem o interesse dos maiores agentes econômicos e de estimular a oferta de serviços competitivos por intermédio dos pequenos e médios provedores. Não houve, contudo, o fortalecimento de fato da empresa.

Nos últimos anos, essa situação piorou, inclusive em virtude da situação de recuperação judicial da OI, concessionária que detém a posse das redes públicas de telecomunicações em 90% do território nacional, uma vez que, dentre as alternativas cogitadas para solucionar os graves problemas financeiros que contaminam a segurança e a soberania brasileira sobre toda a infraestrutura associada não só ao contrato de concessão, mas também às redes que dão suporte aos serviços de telefonia móvel e acesso a Internet, está o fatiamento da empresa e a venda para empresas internacionais.

Isto porque é a lógica privatista que tem sido ampliada. Além da proposta de extinguir o regime público das telecomunicações, o governo Temer adotou medidas para privatizar a capacidade do satélite geoestacionário brasileiro, construído com dinheiro público visando, sobretudo, levar conexão a áreas mais remotas do país, além de atender as Forças Armadas.

Novos atores e tecnologias, velhos problemas

A partir da segunda metade da década de 1990, com a abertura do setor e depois a privatização da Telebras, aprofundou-se a exploração comercial nas comunicações. A privatização abriu as portas do país a “global players”, corporações internacionais que, em um cenário de convergência tecnológica, ocupam diferentes segmentos do mercado e desafiam os poderes nacionais constituídos.

Hoje, três corporações controlam o acesso da maior parte da população brasileira à Internet. E, enquanto cerca de 40% da população permanece desconectada e excluída do novo cenário comunicacional, tais grupos objetivam fazer da rede e das novas tecnologias pontes para a comercialização de produtos e serviços e para o exercício da vigilância, seja por parte das corporações ou do próprio Estado.

Sobre tudo isso paira, nos últimos 20 anos, a sombra cada vez mais proeminente dos gigantes da Internet. Google, Facebook e Amazon – competidores mais jovens –, assim como Apple e Microsoft – um pouco mais antigos –, passaram a disputar espaços com as corporações tradicionais, impondo novas reacomodações das placas tectônicas dos oligopólios. Os marcos regulatórios da Internet, comunicação e mesmo aqueles referentes a direitos civis – como privacidade, liberdade de expressão etc. – têm sido marcados mundialmente pela intervenção desses diferentes agentes. Todos eles interessados em favorecer os seus mecanismos de concentração de poder, na definição dos novos padrões globais de dominação.

Os impactos dessas mudanças não se resumem às comunicações. Seduzidos pelas “flexibilizações” que as tecnologias digitais possibilitam, trabalhadoras e trabalhadores em todo mundo, interpelados por discursos que exaltam a falsa oportunidade de se exercer uma atividade econômica com autonomia e compelidos por um quadro mundial de crise, estão sendo submetidos cada vez mais a processos de precarização. Esse fenômeno, que tem sido chamado de “uberização do trabalho”, é a face mais nítida do uso das tecnologias não para promover autonomia, mas como forma de ampliar a exploração e, a um só tempo, fragilizar a defesa de direitos trabalhistas historicamente conquistados, já que o apelo ao “empreendedorismo” oculta o reconhecimento das pessoas como pertencentes a uma mesma classe social.

Toda essa lógica é produtora de mais desigualdade e de diversas contradições. Por um lado, a tendência hegemônica é expressa na combinação entre amplo desenvolvimento das forças produtivas e índices nunca antes vistos de barbárie. Em um cenário de crises frequentes e em que os direitos são suprimidos para deixar o caminho livre para a mercantilização total da vida e para a apropriação da riqueza por poucos, crescem as manifestações de ódio social, nas redes e nas ruas, que atingem principalmente as populações excluídas sócio e politicamente.

Por outro lado, as tecnologias permitem socialização do conhecimento e, com isso, fragilização da lógica mercantil; produção de arranjos econômicos marcados pela solidariedade e não pela competição; articulação de lutas em âmbito local e internacional; vocalização de resistências, inclusive aquelas historicamente relegadas a segundo plano, como a luta das mulheres, da população negra, indígena e LGBT.

Articuladas aos poderes dominantes, como temos visto no caso do Facebook nos Estados Unidos, as corporações que controlam as principais tecnologias e plataformas podem servir para favorecer um dos lados dessa disputa, baseadas naquilo que se convencionou chamar de “novo petróleo da economia”: nossos dados.

Para os capitalistas, a apropriação e o uso de dados interessam, pois isso garante a eles diminuir a aleatoriedade de realização das mercadorias. Os dados, por tudo isso, passaram a conformar parte fundamental do modelo de negócios dos grupos privados, como Google, Facebook, Amazon, mas também grupos locais dos mais diferentes setores da economia. Mas não só.

Hoje, a tendência à transformação dos cidadãos em suspeitos e, simultaneamente, em alvos personalizados do mercado está relacionada às tentativas de vigilância e controle de mentes e corpos, seja por parte de governos ou de corporações. Não à toa, há também quem aponte que vivemos hoje um capitalismo de vigilância. Estamos permanentemente vigiados: nossos trajetos, ações cotidianas, o que acessamos, com quem falamos e o quê falamos é registrado. Esse controle é funcional para o sistema, pois serve também para ampliar a criminalização dos dissonantes, como os movimentos sociais.

Temas como o papel do Estado nacional na regulação das práticas de agentes transnacionais e a proteção de dados pessoais ocupam, assim, espaço na agenda de pesquisas e no debate público. A União Europeia, por exemplo, detalhou suas regras sobre uso de dados pessoais por meio de uma nova diretiva, em 2016, com o objetivo de reforçar a proteção da privacidade no espaço digital e fortalecer o mecanismo de acompanhamento do cumprimento das normas.

O poder das grandes plataformas de serviços prestados na Internet tem posto em pauta a discussão sobre qual tratamento regulatório devem receber essas grandes plataformas de serviços prestados na Internet, também conhecidas como Over the Top (OTTs) por oferecerem aplicações e conteúdos sobre as camadas de infraestrutura de telecomunicações e protocolos de Internet. Esse debate tem se dado sob a premissa de que essas plataformas, apesar de muito poderosas, estariam sub-reguladas. Mas, ao invés de correremos o risco de comprometer o caráter aberto e democrático da Internet com uma regulação tradicional e excessiva, defendemos que essa discussão seja feita de forma participativa, tendo como atores centrais os organismos que receberam a atribuição de garantir os direitos estabelecidos com o Marco Civil da Internet, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), a fim de dar consequência a todas as dimensões desta lei, em vez de impor aos serviços prestados na Internet uma regulação marcada apenas pelo viés econômico, sem conferir a devida importância aos direitos fundamentais e à governança multissetorial da rede.

Em outro plano, é preciso atentar também para as infraestruturas. Hoje, poucos conglomerados transnacionais controlam os cabos que permitem os fluxos de comunicações na maior parte do mundo. Tais fluxos estão concentrados em torno dos países capitalistas centrais, o que implica desconexão ou tarifas elevadas em outras partes do mundo. Não há transparência na forma de gestão desses bens, que deveriam ser considerados bens comuns. A partir das revelações de Edward Snowden, sabemos que cabos foram interceptados pela Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA) para fins de espionagem. É um tema muito sério e que merece a atenção de uma esquerda atenta aos desafios do século XXI.

Resistências, reformas e poder popular: a comunicação como direito

Em meio a esse sistema global de dominação, desenvolvem-se também contradições. Diferentes agentes se organizam para subverter o sistema, operar em suas fissuras, se insurgir contra o que parece estabelecido definitivamente e extrair o conteúdo revolucionário que se manifesta - de forma invertida - a cada instante que o ser humano tem sua vida negada. O sujeito vive a experiência de ter o seu direito à comunicação suprimido e sente o estranhamento. A partir daí, alguns levantam resistências e constroem alternativas.

A história das mídias alternativas, contra-hegemônicas, independentes, comunitárias e públicas acompanha desde o princípio a construção do sistema de comunicação do Brasil. As rádios livres e comunitárias, assim como os jornais de bairros e de grupos sociais específicos são exemplos disso. Mais recentemente, no Brasil, sobretudo a partir de 2013, essa trajetória viu surgir novos expoentes, com o estabelecimento de coletivos focados no compartilhamento digital, no desenvolvimento de projetos de códigos abertos e em iniciativas de produtores de conteúdos voltados predominantemente para a web.

Em condições desproporcionais diante do poder das corporações que dominam o setor e, com frequência, enfrentando a repressão estatal, esses agentes têm conseguido, ao longo da história, cavar espaços. Hoje, muitas são as iniciativas capazes de estabelecer ações que incorporam as novas demandas do mundo da comunicação e as tarefas políticas de uma esquerda comprometida com a defesa de valores anticapitalistas. A capacidade desses grupos avançarem depende, em grande medida, da capacidade de organização da sociedade para enfrentar o capital, pois a comunicação é parte central da luta política que se estabelece na sociedade. Queremos fortalecer essas iniciativas de comunicação livre, popular e democrática e torná-las parte expressiva do sistema de comunicação no Brasil.

Em vez da lógica da comunicação e das tecnologias como mercadorias e instrumentos para manutenção de hegemonia dos que estão no poder, compreendemos a comunicação como um direito humano fundamental. Essa perspectiva vai além da liberdade de expressão e do acesso à informação, já garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e em outros acordos internacionais, pois não se trata de uma abordagem individual e pautada pela ideia da liberdade negativa, segundo a qual o

Estado não deve impedir a manifestação de ideias. A perspectiva do direito à comunicação afirma o papel do Estado na eliminação das restrições econômicas e sociais impostas a diversos grupos para se comunicar por meio de veículos massivos.

Isso significa que todas as pessoas devem ter condições para se expressar livremente, produzir conteúdo e fazer circular essas manifestações, sejam elas opiniões, informações ou produções culturais. Para tanto, é preciso que o Estado adote medidas contra as diferenças que limitam a condição de acesso à infraestrutura de comunicação, para que a produção e difusão de informações não se restrinja a tão poucos grupos e seja garantido o exercício do direito à comunicação de forma plena e em linha com o direito à informação e à expressão, já que os direitos humanos são complementares e indivisíveis.

Oportunidades perdidas e tarefas a cumprir

A história da imprensa brasileira é marcada pela presença de veículos alternativos desde o período colonial. A partir do Golpe Militar de 1964, os meios de comunicação se destacaram como espaços estratégicos de resistência e disputa política. Com a mídia hegemônica controlada e censurada, tornou-se necessário criar outros canais de interlocução com a sociedade, dentre eles os jornais alternativos. Na década de 1980, a diversificação e o surgimento de tecnologias que introduziram a radiodifusão de baixo custo levaram à expansão de rádios populares, o que contribuiu para a ampliação do debate e da percepção da importância da comunicação.

Em meio à luta por democracia e direitos, entraram na pauta da sociedade brasileira temas anteriormente excluídos dos espaços públicos, como a questão de gênero, a racial, a ambiental e, inclusive, discussões ligadas à comunicação social. Estas foram trazidas à tona por movimentos que então se organizavam, como a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNDPC). Desde a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o FNPDC incidiu na elaboração do texto da Constituição, inclusive por meio de coleta de 111.192 assinaturas em apoio à Emenda Popular nº 91, intitulada “Democratização dos meios de comunicação”, que propunha a constituição do monopólio estatal das telecomunicações e a criação do Conselho Nacional de Comunicações.

O texto passou a ser debatido em subcomissões da ANC e foi incluído no relatório da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). A pressão conservadora, contudo, inviabilizou o envio do relatório da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação para a Comissão de Sistematização. Esta foi a única comissão que não conseguiu apresentar relatório.

Uma nova proposta foi formulada pela ANC e resultou no Capítulo V da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna define como princípios norteadores da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão, por exemplo, a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221). A Constituição também proíbe o monopólio e o oligopólio nos meios de comunicação (art. 220) e estabelece a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal (artigo 223), o que ainda não foi alcançado.

A sociedade seguiu atuando em defesa da regulamentação do artigo 224, que prevê a instituição do Conselho de Comunicação Social (CCS) como órgão auxiliar do Congresso Nacional. A regulamentação veio a ocorrer em 1991, mas a primeira gestão do Conselho só tomou posse em 2002, o que demonstra a ausência de participação social nas discussões sobre as políticas de comunicação.

Também em 1991, houve a reunião de diversos comitês pela democratização os meios de comunicação, que vinham sendo articulados após a Constituinte, em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Ao longo dos anos 1990 e 2000, o fórum e outras organizações atuaram na luta pela democratização das comunicações, contra a privatização, em defesa do caráter público do serviço e por uma nova regra geral para as políticas de comunicação do país. Mudanças estruturais, contudo, não ocorreram, e mantiveram-se nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Apesar das pressões e da formulação de proposta por parte de setores progressistas da sociedade civil, os governos petistas perderam a oportunidade de

avançar na democratização da comunicação – que significaria, em última instância, a democratização do saber e do poder no Brasil. O que se viu foi uma pactuação, desde o primeiro momento, com os donos da mídia, e por isso seguimos com uma organização do sistema que concentra em poucos sujeitos o controle do discurso que é acessado pela maior parte da população brasileira.

Do ponto de vista da regulação, o capítulo da comunicação na Constituição segue não regulamentado, as regras para o setor são dispersas e pouco nítidas, sendo violadas constantemente pelos grupos privados, sem um órgão regulador que garanta, de fato, o respeito das poucas normas em vigor e o interesse público.

Já na parcela regulada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), não houve alterações na lógica de favorecimento do setor privado. A agência se porta como verdadeira representante dos interesses do mercado e é marcada pelo fenômeno da “porta giratória”, com seus ex-diretores frequentemente indo ocupar posições nas empresas reguladas ou criando consultorias para tais empresas.

Em relação às políticas públicas, o governo brasileiro sempre menosprezou a existência de um amplo ecossistema de mídias independentes que produzem conteúdo livremente e atendem às demandas locais, muitas vezes com mais credibilidade que os grandes meios. O Ministério das Comunicações, por exemplo, nas últimas décadas, não criou nenhuma política para incentivo, manutenção ou articulação dessas iniciativas, como existe em vários países da Europa. Partiu do Ministério da Cultura, em 2008, durante a gestão de Gilberto Gil, a iniciativa do programa de Pontos de Mídia Livre, voltado para a premiação de iniciativas de comunicação alternativa já em exercício. Mas o programa foi descontinuado.

Como poucos avanços do período recente, vale apontar o consórcio nacional que deu origem ao Sistema Brasileiro de TV Digital, em 2006; a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007; a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009; a proposição do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em 2010; a maior distribuição de aplicação das verbas publicitárias do governo federal; a ampliação das políticas de fomento ao audiovisual; e a aprovação do Marco Civil da Internet.

Todos eles, não obstante, são frágeis e carregam contradições. A TV Digital Interativa, a despeito de todo seu potencial, permanece uma mídia de circulação de conteúdos em “alta-definição”, sem abrir espaço para outras emissoras nem para o trânsito de dados e serviços de interesse público. A EBC, que resultou da pressão de organizações reunidas no Fórum Nacional de Comunicação Pública e que deveria encabeçar e impulsionar a articulação do sistema público, não ganhou a centralidade necessária, tanto do ponto de vista político e do debate público, quanto do orçamentário. A autonomia da EBC nasceu precária, com a indicação de pessoas ligadas ao governo para a gestão dos veículos e da empresa e pouca valorização das instâncias de participação, como o Conselho Curador.

Com o governo Temer, a situação tornou-se dramática. A EBC foi duramente atacada. No primeiro dia de governo interino, Temer enviou ao Congresso uma Medida Provisória, posteriormente convertida em lei, que extinguiu o mandato de presidente e o Conselho Curador. Recentemente, empossou na presidência da EBC seu ex-porta-voz, Alexandre Parola. Tais ações resultam em um abrupto esmagamento da comunicação pública, transformando os veículos da EBC em canais de propaganda do governo, sem qualquer autonomia. Na esteira disso, a Rede Pública de Comunicação foi desmontada. Processo semelhante tem ocorrido no caso das emissoras públicas estaduais, com a desestruturação das empresas ou desvirtuamento do caráter público delas, como vemos no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, São Paulo e outros estados.

Quanto à Confecom, o processo todo foi bastante tortuoso, restando a setores progressistas a batalha pela realização de uma conferência deliberativa e que tivesse a capacidade de apontar rumos para políticas. A mobilização foi intensa e o processo resultou em mais de 600 propostas aprovadas. Essas, contudo, não foram concretizadas. Um longo silêncio oficial sobre o assunto vigorou até o final de 2010, quando a Secretaria de Comunicação da Presidência da República voltou a pautar as comunicações em seminários e a elaborar proposta para um novo marco regulatório para o setor, mas este não chegou sequer a ser apresentado.

A partir das propostas aprovadas na Conferência, e tendo em vista a ausência de medidas por parte do Executivo, diferentes organizações que participaram do processo

conferencial articularam a campanha “Para Expressar a Liberdade – uma nova lei para um novo tempo”. Seguindo o que vinha sendo feito na Argentina, onde foi elaborada e aprovada a chamada Lei de Meios, reconhecida internacionalmente, inclusive por organismos da ONU, como importante mecanismo de democratização da comunicação, a campanha Para Expressar a Liberdade lançou, em agosto de 2013, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática.

Entre as propostas que integram o projeto e que derivam de todo esse acúmulo político, estão: reservar 33% do espectro de radiofrequência ao sistema público, garantindo espaço para os veículos comunitários; criar o Fundo Nacional de Comunicação Pública para apoiar o Sistema Público; proibir que igrejas e políticos eleitos (ou parentes próximos) tenham canais de rádio e TV; limitar a propriedade cruzada; garantir espaço para produção regional cultural, artística e jornalística na grade das emissoras (30% entre 7h e 0h, sendo pelo menos 7 horas semanais em horário nobre); destinar 1 hora por semestre para a expressão de grupos sociais relevantes (associações, sindicatos, movimentos sociais); proteger crianças e adolescentes, com classificação etária horária nos programas e sem publicidade direcionada a crianças de até 12 anos; e criar o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação, do qual fará parte o Defensor dos Direitos do Público.

Em relação ao Plano Nacional de Banda Larga e à distribuição das verbas publicitárias, aqui os limites são ainda maiores. No primeiro caso, não foi estabelecida uma política pública robusta para a garantia da universalização do acesso à Internet, nem mesmo para a sua garantia em instituições públicas de todo o país, como escolas e postos de saúde. A insuficiência do PNBL fez a lógica do mercado prevalecer – e, na lógica do mercado, a opção foi aumentar as conexões móveis, que consistem em um acesso precário à rede.

Já as verbas publicitárias governamentais, mesmo que democratizadas de acordo com o chamado critério da “mídia técnica”, foram mantidas, em sua maior parte, nas mãos de veículos que depois viriam a articular o próprio golpe parlamentar em 2016, como Globo e Veja. A diversificação não se tornou uma política pública baseada, de fato, em uma mudança de práticas e conceitos, e foi desmoronada após o fim do ciclo petista no governo federal. Com o governo Temer, a concentração da distribuição das

verbas foi fortalecida. Houve maior aporte financeiro para a propaganda governamental – utilizada à exaustão para convencer a população, inclusive por meio de informações falsas, de políticas que retiram direitos sociais, como a aprovação da PEC do teto de gastos públicos e das reformas.

Um ponto que merece também ser destacado é a ampliação das políticas de fomento à produção audiovisual. Essas políticas estão relacionadas à aposta na expansão da TV segmentada e foram pactuadas no processo de elaboração da regulamentação do setor, expressa na Lei do SeAC (Lei 12.485/12). A lei proibiu a propriedade cruzada nos elos de produção e distribuição dos Serviços de Acesso Condicionado (SeAC) e determinou a fixação de cotas de conteúdo nacional, regional e independente na programação da TV por assinatura. Houve a ampliação das telas de exibição desses conteúdos e do fomento à produção, gerando um ciclo positivo. É uma política que deve ser fortalecida e protegida, mas de modo que os recursos que sejam garantidos de fato a diversos produtores, por meio de processos de distribuição públicos, transparentes e com critérios definidos de forma participativa.

Por fim, uma das mais relevantes políticas do período neste campo foi a aprovação do Marco Civil da Internet. Em um momento de forte disputa de interesses, o Brasil afirmou o acesso à Internet como serviço “essencial ao exercício da cidadania” (art. 7º) e assegurou a neutralidade de rede, princípio que garante a não discriminação dos pacotes que trafegam na Internet, obrigando as operadoras a tratarem dados da mesma forma. Essas conquistas só foram possíveis porque o governo, então presidido por Dilma Rousseff, aceitou as propostas formuladas por organizações da sociedade civil que participaram da elaboração do texto da lei e que destacavam a compreensão da Internet como direito.

Não obstante, faltou ainda avançar em uma regra que complementaria o Marco Civil: a lei de proteção de dados pessoais. O Brasil não possui lei geral que proteja integralmente os dados da população, ao contrário, por exemplo, da União Europeia. Há previsão de algumas garantias no Marco Civil da Internet e no Código de Defesa do Consumidor, entre outras leis, mas que se demonstram insuficientes para lidar com a complexidade do fenômeno, o que demanda uma legislação específica. O escândalo recente envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica mostra os impactos do uso de

dados pessoais pelas corporações, tanto do ponto de vista da instrumentalização para uso político quanto econômico, pois a economia das grandes plataformas é, hoje, baseada na venda desses dados. Em julho de 2018, o Congresso brasileiro aprovou uma Lei Geral de Proteção de Dados, mas a Presidência da República ainda precisa sancionar o texto.

Sabemos que os avanços normativos são limitados, mas acreditamos que, no momento atual, é importante construir trincheiras de resistências e afirmação de direitos. Por isso, nosso programa apresenta uma plataforma que visa também mobilizar a sociedade para avançar na democratização das comunicações no Brasil!

Nosso programa de governo propõe:

1. Por um sistema midiático plural e de fato democrático

Independentemente de novas leis para o setor, com vontade política, várias medidas devem ser tomadas imediatamente pelo Executivo:

- i. impedir o controle de outorgas por deputados e senadores;
- ii. garantir o respeito aos direitos humanos na mídia (contra a barbárie dos programas policiaiscos);
- iii. impedir a venda e o arrendamento da grade de programação das emissoras;
- iv. Estruturar um sistema público de comunicação de fato autônomo e que chegue ao conjunto da população brasileira;
- v. Restabelecer os mecanismos de autonomia excluídos da lei que criou a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) por meio da MP 744, editada pelo governo Temer;
- vi. Restabelecer, também, o Conselho Curador da EBC e o mandato para presidente, e apoiando a participação dos/as trabalhadores/as da empresa em sua gestão.
- vii. Retomar a construção da Rede Pública de Televisão e a Rede Pública de Rádio, em parceria com as emissoras educativas nos estados;
- viii. Instituir um operador de rede do campo público, que assegure a difusão e alcance desses conteúdos pelo conjunto da população brasileira;
- ix. A democratização dos meios de comunicação também passará pela escolha do padrão de rádio digital a ser adotado no país, decisão que já se

arrasta desde 2010, a despeito da evidente superioridade do padrão DRM em relação ao seu concorrente HD Radio. A definição do padrão marcará uma decisão política em se utilizarem todas as faixas de frequência, fortalecendo tanto a Rádio Nacional da Amazônia em ondas curtas quanto as rádios de baixa-potência, livres e comunitárias, promovendo o desenvolvimento econômico nacional com a fabricação de equipamentos e serviços que, a exemplo da TV digital, devem ser amplamente adotados em toda a América Latina;

- x. Assegurar a manutenção do caráter estatal dos Correios, empresa pública estratégica para a garantia de um serviço essencial para o país e nossa população;
- xi. Reverter a mudança de caráter do Ministério das Comunicações (feita pelo governo Temer), dando à pasta a importância estratégica que ela deve ter;
- xii. No Congresso, faremos a disputa pela regulamentação dos artigos constitucionais relacionados à Comunicação:
 - vetar o monopólio e o oligopólio na radiodifusão;
 - estabelecer a complementaridade dos sistemas públicos, privado e estatal;
 - determinar que os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural.
- xiii. Proposta da nova Lei de Meios, que fará com que muito mais sujeitos possam participar da disputa pelas narrativas. Tal proposta vetará a propriedade cruzada; acabará com a renovação automática das concessões; e criará um órgão regulador independente para assegurar o respeito a direitos humanos nos meios de comunicação;
- xiv. A complementaridade entre os sistemas destinará 33% do espectro para a canais públicos e comunitários. A sustentabilidade desses meios será garantida pelo Fundo Nacional de Comunicação Pública, além dos fundos de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) e de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e pela destinação de pelo menos 20% do gasto em publicidade institucional dos governos;

xv. Criaremos um órgão regulador para assegurar o respeito a direitos humanos nos meios de comunicação, a exemplo da Defensoria do Público que existe na Argentina, garantindo o respeito a normas também em vigor no país – como os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Criança e do Adolescente, além de tratados e convenções internacionais ratificados pelo país – que hoje não são considerados para efeito de fiscalização das emissoras de radiodifusão:

- A este órgão caberá, entre outras funções, regular o direito de antena – que estará previsto em nossa proposta de lei – também para organizações da sociedade civil e movimentos populares, que terão direito a ocupar, de maneira compartilhada e ao longo do ano, tempo determinado na grade das emissoras para pautar suas agendas e temas de interesse público, como hoje já acontece com os partidos políticos.

2. Pelo fortalecimento da mídia livre, alternativa e comunitária

Nosso governo vai priorizar os veículos comunitários, com processos de outorga acessíveis ao conjunto da população, em que o critério definidor seja não a renda dos donos da mídia.

- i. Retomar a política de criação dos Canais da Cidadania e debater sobre um marco normativo para o setor que garanta que as comunidades – urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas – tenham o direito de expressar sua voz;
- ii. Anistia aos milhares de radiodifusores comunitários que respondem a processos injustos;
- iii. Desenvolver uma política de distribuição de verbas publicitárias dos governos, com critérios transparentes e democráticos, que incentive a comunicação local e alternativa;
- iv. As TVs comunitárias também devem ser fomentadas, valendo-se do recurso da multiprogramação;

- v. Do ponto de vista do financiamento, o Fundo Setorial do Audiovisual (mais de R\$ 1 bilhão) vai estimular a diversidade na produção e a universalização do acesso ao conteúdo audiovisual nacional;
- vi. Retomar o programa dos Pontos de Mídia Livre; estruturar políticas de comunicação local e comunitária em equipamentos públicos, como escolas e centros culturais; e incluir disciplinas de educação para a mídia nas escolas;

3. Todas e todos conectados: pelo acesso universal à Internet

Partindo da compreensão de que o acesso à Internet é um direito, queremos uma Internet mais justa, gratuita, mais segura, democrática e pública, que impulse a economia e torne o Estado mais eficiente porque mais democrático, facilitando a participação cidadã.

- i. Fortalecer a Telebras: empresa pública que se transformará em fornecedora de serviços de telecomunicações e, também, de provimento de conexão, em oposição à atual concentração privada no setor;
- ii. Retomar, através da Telebras o controle da infraestrutura pública. Por exemplo, poderia ser usada pelo governo para gerenciar as “redes da Oi”, hoje em recuperação judicial. A intervenção em casos como este é necessária, sob o risco de o país perder o controle das redes públicas;
- iii. Combater no Congresso a proposta de alteração da Lei Geral de Telecomunicações (PLC 79/2016), que pode levar à extinção do regime público no setor e transfere para iniciativa privada mais de R\$100 bilhões em infraestrutura de telecomunicações;
- iv. Impedir que os recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) sejam usados para o superávit primário. Aplicando em políticas públicas inovadoras, como o estímulo à construção de redes comunitárias, sem fins lucrativos e o **uso dos receptores de TV digital já distribuídos às famílias mais pobres junto a dispositivos de compartilhamento de Internet;**

- v. Garantir o acesso à Internet a todas as escolas, bibliotecas, órgãos e postos de saúde, transformando-os em pontos de cultura digital; que estimulem a construção de redes comunitárias, sem fins lucrativos, por parte da própria população, como já acontece em países como o México; e que articulem os receptores de TV digital já distribuídos às famílias mais pobres junto a dispositivos de compartilhamento de Internet, de baixíssimo custo e fácil implementação, dando consequência ao investimento de R\$ 60 milhões que mobilizou mais de 70 instituições de pesquisa de todo o país no processo de elaboração do padrão brasileiro de TV digital;
- vi. Voltaremos a incentivar o uso do software livre e a cultura não corporativa de direitos sobre informação;
- vii. A formação, como a inclusão de ensino de robótica nos currículos escolares;
- viii. Queremos que nossa população seja proativa no desenvolvimento tecnológico;
- ix. Quanto à iniciativa privada, o Estado atuará por uma regulação eficiente do setor, que leve as operadoras a praticar preços mais acessíveis, tarifas sociais e serviços de melhor qualidade. enquanto **preparamos a estrutura para Internet Banda Larga grátis em todo o Brasil;**

4. Privacidade e liberdade de expressão na rede: contra a mercantilização e vigilância de nossos dados

O recente escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica mostra os impactos da coleta e tratamento massivo de dados pessoais pelas corporações e Estados. No Brasil, ainda não dispomos de uma lei geral de proteção de dados pessoais.

- i. Apresentaremos uma lei robusta e eficaz, que impeça a continuidade dessa prática. Entendemos o consentimento livre, informado e inequívoco como mecanismo fundamental e defendemos que as informações coletadas também só sejam usadas para a finalidade específica para a qual foram coletadas;

- ii. O Congresso já aprovou, por unanimidade, um texto que avança significativamente neste sentido, mas que corre riscos de ser vetado pelo governo federal. Ao lado de dezenas de organizações da sociedade civil articuladas na campanha "Seus Dados São Você", sancionaremos integralmente o PL aprovado no Parlamento, que cria uma lei de proteção dados pessoais robusta e eficaz, que impede a continuidade dessa prática indiscriminada de tratamento da nossa privacidade;
- iii. Considerando que a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de políticas públicas também dependem do tratamento de dados, e o crescimento de iniciativas vinculadas à agenda da Internet das Coisas e das chamadas “cidades inteligentes”, apresentaremos na lei direitos como o uso do mínimo necessário de dados à prestação do serviço, o que barateia o fornecimento de internet, e a anonimização dos dados, para que os cidadãos não sejam monitorados no seu uso da rede;
- iv. Empresas e poder público deverão ser fiscalizados por uma autoridade pública independente, com participação social;

Diante do crescimento do discurso de ódio nas redes, que procura silenciar vozes de grupos minoritários e historicamente marginalizados:

- 1. O governo deve exigir das plataformas mecanismos claros e transparentes para a remoção de conteúdos ilícitos das redes. A garantia de tais direitos não pode, entretanto, se basear na violação de outros direitos previstos aos usuários da internet, como o anonimato, a liberdade de expressão e a privacidade;
- 2. Fomentar o equilíbrio, para garantir a diversidade e pluralidade nas redes – incluindo a necessidade de regular a concentração de conteúdo hoje constatada em plataformas como Google e Facebook;
- 3. Fortalecer a participação popular na governança da internet brasileira, com a garantia da estabilidade institucional ao Comitê

Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), organismo multissetorial e referência internacional neste campo.

XVII – A JUVENTUDE TEM DIREITO AO FUTURO

As juventudes brasileiras correspondem a cerca de 23% da população (aproximadamente 48 milhões de pessoas) e são fundamentalmente trabalhadoras e moradoras de centros urbanos (PNAD 2015). A atual geração, que é em geral mais escolarizada e informada que a dos seus pais e familiares, virou um alvo preferencial da retirada de direitos. Com o golpe de 2016, agravaram-se as desigualdades sociais em uma juventude composta majoritariamente por negros (64,87%), mulheres (58%) e pobres (83,5%) que vivem em famílias com renda per capita inferior a 1 salário mínimo (IPEA 2016).

Não temos dúvida: o futuro desta juventude, em especial os negros, mulheres e mais pobres, está ameaçado pelo atual projeto econômico e político capitalista que responde à crise com desemprego, extermínio, encarceramento, retirada de direitos e descaso em relação a suas necessidades. É para mudar essa realidade que vamos enfrentar os privilégios dos mais ricos que ameaçam o direito da juventude a sonhar com um futuro digno.

Sabemos ainda que é da juventude que tem surgido os exemplos mais fortes de questionamento às saídas antidemocráticas e de retirada de direitos em todo o mundo, como demonstram o movimento dos indignados na Espanha, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street nos EUA, os protestos de junho de 2013 no Brasil, a primavera feminista, as lutas e ocupações nas escolas e universidades contra o golpe, a Emenda Constitucional que congela investimentos sociais por 20 anos e a Reforma do Ensino Médio. Inspiramo-nos na força da juventude, porque sabemos que ela pode abalar as estruturas e mudar o país.

Comprometemo-nos a fazer diferente. Contra o fracasso das velhas formas de fazer política que fecham canais de participação e ignoram as demandas da juventude que ecoam em protestos país afora, nossa política não será elaborada no ar-

condicionado, do alto das torres e gabinetes: queremos ouvir a juventude para construir ombro a ombro um futuro com direitos, igualdade e diversidade. Isso se faz com um programa de enfrentamentos aos privilégios e desigualdades que se estruturam através do capitalismo, do machismo, do racismo e da LGBTIfobia. Vamos!

Nossa concepção de juventude

Entendemos a juventude como um setor social, marcado pela diversidade nas condições sociais, culturais, de classe, de gênero, raça, orientação sexual, geográficas e acreditamos que as juventudes são sujeitos de direitos e têm muito a dizer! Por isso, nosso programa é voltado para a maioria dos jovens. Aqueles que precisam da educação e saúde públicas, aqueles que precisam de trabalho para sobreviver e poder pensar no futuro. Para aqueles cujo futuro não é garantido. Nossa juventude é a juventude dos 99%.

Um futuro para a juventude é possível!

Em defesa da vida da juventude

Nenhum jovem merece morrer pela cor da sua pele ou por morar nas periferias. É urgente interromper o ciclo de violência que mata mais jovens brasileiros do que se mata em países em guerra, como a Síria. Quase metade das vítimas de assassinatos (47,85%) do Brasil possuem entre 15 e 29 anos e são na maioria negros, de baixa escolaridade e moradores de periferias urbanas.

Enquanto isso, segundo o Ministério da Justiça, 400 mil jovens estão encarcerados e aqueles entre 18 e 29 anos correspondem a 55% dos 726 mil presos brasileiros. Isto prova que inchar ainda mais o sistema carcerário é parte do problema, não da solução. As prisões constituem um grande fracasso da política criminal: favorecem uma rede para o cometimento de novos crimes, banalizam a violência, pioram as pessoas. Longe de promover qualquer "ressocialização", ajudam a consolidar carreiras criminosas. Devemos, sempre que possível, apostar em formas alternativas de responsabilização e criar mecanismos para ressocializar jovens encarcerados através do trabalho, do estudo, da cultura e do esporte.

Para garantir a vida e a justiça, partimos da defesa da desmilitarização das polícias e da política como uma exigência democrática. Segurança não é guerra e o

povo não é inimigo. A militarização é um legado da ditadura militar, fruto de uma hierarquização social brutal, alimentada pelos meios de comunicação, mantida por interesses privados e que gera mais violência.

Ao mesmo tempo, para defender a vida, queremos prevenir o suicídio, que é a quarta maior causa de morte entre a juventude. Precisamos transformar este sofrimento em energia, através de políticas de prevenção específicas, que levem em conta o acolhimento e valorização do jovem LGBTI, das jovens mulheres e dos jovens negros, que reúnem os piores índices de suicídio jovem. Conheça nossas propostas:

Nosso programa de governo propõe:

1. Programa **“Juventude quer viver”**, aplicado nos 80 municípios que concentram a maior parte dos homicídios, em parceria com prefeituras, estados, ministério público, polícia civil e polícia militar, órgãos de saúde com foco em proteção social e intervenção estratégica, com ações de: atendimento (oficinas, atendimento psicossocial e grupos de jovens), acolhimento e trabalho em rede. Este programa busca causar impacto a partir da formação humana dos agentes de segurança, mapeamento dos principais locais foco dos homicídios de jovens e atuação conjunta dos órgãos públicos, envolvendo movimentos sociais de juventude, para enfrentamento à violência;
2. **Regulamentação das drogas.** Trazer a política sobre drogas para o campo da saúde é necessário e urgente. Décadas de proibição não tiveram nenhum efeito positivo sobre a violência. Hoje temos mais drogas em circulação e mais mortes relacionadas ao comércio do que ao consumo. Morre o varejista, não quem lucra num dos maiores negócios do mundo. Quer enfraquecer o tráfico? Regule, legalize!;
3. **Contra qualquer política de aumento da idade penal.** O Brasil possui uma legislação adequada para lidar com as infrações cometidas por adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a responsabilização pelos delitos cometidos por meio do cumprimento de medidas socioeducativas. Este modelo deve ser mantido e aperfeiçoado através do cumprimento do que está

proposto pelo SINASE - Sistema Nacional de Acompanhamento das Medidas Socioeducativas, aumentando o investimento das políticas socioeducativas;

4. Política de prevenção ao suicídio jovem, estrategicamente pensada a partir das condições que levam ao sofrimento psíquico, articulando transversalmente as políticas de saúde e assistência social com as demandas da juventude;

5. Criação de Centros de Referência da Juventude, com gestão democrática e menos burocrática, pautada nos direitos humanos.

Trabalho digno já!

A juventude brasileira é trabalhadora e o principal sonho da maioria (55%) dos jovens é formação profissional e emprego (BOX 1824). Não à toa: o desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos é de 27,3% (OIT 2017), o maior em 27 anos. Para quem consegue entrar, a regra é a informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho.

Hoje, boa parte dos jovens não conseguem sair da casa dos pais ou temem não conseguir pagar o aluguel. A geração com mais formação é também aquela com mais precarização: são os bolsistas da universidade, os que trabalham de graça como “trainees”, os precários estagiários e os que sofrem na linha de frente com “chantagens” ou demissões.

A desigualdade agrava o problema: seis em cada dez desempregados jovens são pardos ou negros (IBGE 2017) e as mulheres negras são a maioria dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, os sem-sem, que já somam 20% do total de jovens entre 14 e 29 anos. Por isso, partindo da revogação da reforma trabalhista, propomos:

6. Articular a criação de novas oportunidades de emprego formal vinculadas às políticas e trajetórias de desenvolvimento local/regional, de gênero e raça. É um dever do Estado estimular a criação de vagas de trabalho relacionadas ao projeto de desenvolvimento do país, além de monitorar e atuar sobre os fatores

de rejeição dos jovens candidatos às vagas disponibilizadas, informadas pelas empresas e organismos empregadores ou pelos próprios candidatos;

7. **Reorganizar os Centros de Atendimentos ao Trabalhador** para que ajudem na orientação vocacional, democratização das oportunidades formativas e colaborem para a intermediação das vagas ofertadas com a disponibilidade de trabalho dos jovens;
8. **Efetivar a Lei do Jovem Aprendiz.** Caso o país atingisse o mínimo de contratação 5%, poderíamos chegar a 900 mil aprendizes. É preciso incluir incentivos à contratação de mulheres, cis e trans, negros(as) e LGBTI, para combater a enorme diferença entre esses grupos no mundo do trabalho, e exigir fiscalização dos postos de trabalho e entidades formadoras;
9. **Incentivar o associativismo na juventude.** Estímulo aos bancos comunitários, moedas sociais, cooperativas de crédito consumo e produção autogeridas, incentivando iniciativas de juventude a partir da economia solidária;
10. Ampliação das **linhas de financiamento específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares**, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;
11. **Fiscalização da Lei do Estágio**, para evitar a superexploração do estagiário com aumento da sua jornada e de suas funções, sem remuneração adequada e garantir a função pedagógica do estágio de preparação para o trabalho.

Em defesa dos direitos das juventudes

Em 2015, ao completar 18 anos, 1,7 milhão de brasileiros tiveram de se apresentar numa unidade das forças armadas para o serviço militar obrigatório. Para a maioria dos jovens, o alistamento é um inconveniente. Apenas 86 mil foram incorporados no ano passado - isso equivale a 4,8% do total. Propomos:

12. Programa cidadania em ação: Fim do serviço militar obrigatório e criação de um serviço civil-comunitário com criação de 200 mil bolsas-salário para a formação de agentes comunitários juvenis para estimularem e dar visibilidade à produção cultural do território, articular contatos com os equipamentos existentes na cidade e criar redes entre os grupos e coletivos culturais, estimulando a autogestão dos mesmos.

Juventude ocupando e transformando seus territórios com arte e cultura

Dos saraus das periferias, das batalhas de rima, de break, às novas estéticas produzidas pelo tecnobrega, funk, suingueira, a juventude encontra um papel na sociedade e transforma seus territórios no campo e na cidade. Queremos fomentar a ocupação dos territórios com produção cultural e econômica. Por isso, propomos:

- 13. Fomento à cultura produzida pela juventude, por meio de editais nacionais acessíveis e simplificados para contemplar iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens em todo o território nacional**, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à cultura periférica, com especial atenção aos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, griôs, LGBTQs e mulheres, possibilitando maior visibilidade a grupos que lutam para se afirmar simbolicamente, considerando, inclusive, as questões regionais;
- 14. Investimento na criação de espaços de cultura e lazer aos jovens**, como bibliotecas, praças, pistas de skate, teatro e ginásios esportivos, sobretudo nas periferias. Esses espaços devem ser de convivência e descanso, com infraestrutura mínima de bebedouros, banheiros, iluminação, wi-fi etc.;
- 15. Desburocratizar o acesso dos grupos e coletivos culturais aos espaços públicos existentes**, impulsionando legislações que suspendam limites do uso público dos espaços - como exigência de licenciamento para pequenos eventos. Nessa perspectiva, criar mecanismos de fiscalização e formação das polícias para não reprimir grupos auto-organizados nos espaços públicos;
- 16. A juventude precisa exercer seu direito à cultura: meia-entrada deve ser um direito para todos os jovens até vinte e nove anos.** Propomos o fim da restrição de 40% da bilheteria para a meia-entrada, aprovada pelo Estatuto da Juventude. Ampliação e divulgação do programa ID Jovem.

Em defesa da juventude indígena e quilombola

Somos também jovens indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais que lutam para garantir a autonomia nas suas escolas, políticas para garantir sua soberania econômica e a preservação de sua cultura. Propomos:

17. Reversão dos cortes do governo Temer nas bolsas de estudantes indígenas e quilombolas, com ampliação do acesso e das bolsas de permanência desses estudantes;

18. Construção da primeira universidade indígena do Brasil, em uma perspectiva interdisciplinar e com currículos construídos junto às comunidades indígenas a partir de suas demandas fundamentais.

Apoio à auto-organização da juventude

A juventude organizada pode mudar os rumos de seu próprio futuro. Por isso, propomos:

19. Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos, DCEs e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude;

20. Organizar conselhos de juventude nos territórios, com estímulo à participação dos movimentos sociais, e com caráter deliberativo;

21. Criar um fundo nacional de juventude para alimentar o Sistema Nacional de Juventude com o financiamento das políticas em todos os entes da federação e execução de políticas transversais.

Direitos para a juventude na cidade

Para exercer direitos propomos:

22. Garantir o direito ao passe livre irrestrito! Chega de catracas para ter acesso à cidade, à educação, ao lazer e à saúde;

23. Garantir políticas de habitação para a juventude para acolher jovens LGBTI expulsos de casa e estimular que jovens tenham condição de morar com dignidade. À luz de experiências na Alemanha e similar às políticas de universidades como a UFOP, iremos garantir um incentivo financeiro para jovens trabalhadores, estudantes ou não, com experiências de repúblicas e assistência de moradia.

XVIII – ESPORTE E LAZER: DIREITOS SOCIAIS

A Constituição de 1988 definiu o esporte como direito individual e, na sua dimensão de lazer, como **direito social**. Esporte e Lazer são direitos porque são necessidades humanas e, assim, devem incumbir o Estado a desenvolver políticas públicas que garantam o acesso da população.

Nos governos subsequentes a 1988, as mudanças na legislação se limitaram à regulação do mercado sobre as práticas esportivas e de lazer. Entre 2003 e 2016, a agenda esportiva entrelaçou-se à agenda política com a promoção de grandes eventos: Pan-Americano e Para-Pan (2007); Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015); Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Em 2003, com o estabelecimento do ministério específico para o esporte, retomava-se a efêmera iniciativa tucana de 1995. O ministério dos esportes tornou-se o espaço privilegiado de articulação entre as entidades esportivas nacionais e internacionais e para a elaboração de medidas e políticas públicas.

Em 2003, foram sancionados o *Estatuto do Torcedor* (Lei 10.671/03) e a *Lei de Moralização do Esporte* (Lei 10.672/03), em continuidade ao trabalho realizado pela gestão tucana. O horizonte ideológico de ambos, apesar dos avanços com respeito à desorganização que marca o futebol brasileiro, não ultrapassa as balizas do Direito do Consumidor, reiterando a perspectiva de modernidade baseada no **futebol-empresa** e sua busca por patrocínios, investimentos, licenciamento de produtos, direitos de transmissão, bilheteria e publicidade.

A herança neoliberal do *Estatuto* poderia ter sido combatida durante a alteração estabelecida em 2010, pela Lei 12.299/10. No entanto, já envolvido na preparação da Copa de 2014 e nos Jogos de 2016 e submetido à lógica dos megaeventos esportivos, o governo não impediu que, nas modificações, se reforçasse a **criminalização das torcidas organizadas**, num processo análogo e que se intensificou *pari passu* à **criminalização dos movimentos sociais**.

Na esteira da política de **conciliação de classes**, enquanto a **burocracia esportiva reacomodava-se com o Planalto**, instituíam-se espaços de debate e formulação de políticas públicas por meio das **Conferências Nacionais do Esporte**.

A Carta de Brasília de 2004, resultado da primeira Conferência, destacava a participação popular, a transparência no gerenciamento de recursos, a inclusão social, a democratização e a constituição de um **Sistema Nacional do Esporte e Lazer**. O texto ultrapassava o modelo calcado no esporte de alto rendimento, articulando as políticas de esporte e lazer como direitos sociais.

A inflexão política ocorreu a partir da segunda conferência (2006). A pressão de grupos conservadores resultou na valorização do esporte de alto rendimento, a despeito de manifestações acerca da pretensão em se estabelecer uma estrutura democrática e descentralizada com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

A prioridade para o esporte espetacularizado consolidou-se na terceira conferência (2010). A essa altura, já estavam confirmados a Copa (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). A intenção era preparar o Brasil para organizar os megaeventos e torná-lo uma das dez potências esportivas internacionais, o que colaborou para frear a democratização do esporte e postergar a implementação do Sistema Nacional.

O governo reforçava-se com uma ampla base que encadeava administrações municipais e estaduais dos mais diversos partidos à cúpula federal. Os programas de incentivo às empresas, os financiamentos do BNDES e a ação das empreiteiras nacionais pavimentavam as obras de infraestrutura e construção das arenas esportivas.

O Caderno de Encargos entregue pela CBF e pelo governo à FIFA em 2007 norteou a elaboração da Lei 12.663/12, conhecida como a Lei Geral da Copa. Muitas das suas disposições representaram violações ao ordenamento jurídico e à soberania nacionais. Chancelada pelos três poderes da República, a Lei Geral estabelecia uma bolha de benefícios tributários e privilégios à FIFA.

O governo federal investiu nas obras de infraestrutura – justificadas pelo “legado esportivo” – e disponibilizou crédito farto e barato às empresas por meio do BNDES, para a construção das excludentes arenas esportivas. A enorme **transferência de recursos públicos para o setor privado** pode ser exemplificada pelos custos da Copa do Mundo, estimados em cerca de R\$ 40 bilhões, dos quais somente 13,37% originários da iniciativa privada.

A Copa do Mundo de futebol, bem como os Jogos Olímpicos, permitiram os lucros da grande mídia, garantiram vultosos recursos para as empreiteiras, rechearam os bolsos das grandes empresas que participaram dos consórcios esportivos, destinaram polpudas propinas para parlamentares e representantes dos três níveis da administração pública e possibilitaram a elitização nas arenas esportivas e estádios de futebol. Como diversas políticas públicas no Brasil, as políticas de esporte estiveram voltadas para os interesses das classes dominantes.

O financiamento público do esporte foi feito, sobretudo, por meio de gastos tributários, ou seja, desonerações e renúncias fiscais, sem controle por parte da sociedade e movimentado pelos interesses de empresas, clubes, federações e comitês. Entre 2015 e 2017, por exemplo, esses gastos representaram 54,4%. Enquanto 27,4% vieram de fontes extra-orçamentárias (patrocínio de estatais e entidades da administração federal, repasses sobre concursos prognósticos, contribuição sobre salários e sobre as transferências de atletas profissionais) e apenas 18,2% de fonte orçamentária. Ou seja, o Estado deixou de arrecadar ou permitiu que o setor privado definisse a prioridade da promoção esportiva.

Nos últimos três anos foram destinados cerca de R\$ 8 bilhões de recursos federais para o esporte. Mais de 50% foi investido sem qualquer controle da sociedade. Aliás, uma parcela significativa de recursos nem transitou pelo orçamento, sem discussões públicas sobre o seu direcionamento.

O Estado deixou de arrecadar ou permitiu que o setor privado definisse a prioridade da promoção esportiva. Por meio de medidas como a Lei de Incentivo ao Esporte, os recursos são destinados principalmente para os esportes de alto rendimento,

com mais visibilidade na mídia, beneficiando os grandes clubes e as entidades de administração esportiva.

Observa-se um processo de empobrecimento do futebol profissional no país, com a saída de jovens atletas para o exterior, a falência dos clubes pequenos, devido à inexistência de um calendário anual e um processo de elitização dos estádios e arenas, com a exclusão das camadas mais pobres. É necessário garantir o direito à prática dessa modalidade conjugada a uma política de fortalecimento dos clubes, compreendidos como entidades sociais de aglomeração dos sentimentos, que devem ofertar serviços acessíveis para as camadas subalternizadas.

Por outro lado, priorizar os esportes de alto rendimento, sobretudo as competições, naturalizam desigualdades e reforçam relações de dominação social. Sem negligenciar a importância dos grandes atletas, que possuem suas demandas legítimas, é necessário valorizar outras práticas, reconhecendo a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas.

Para democratizar o acesso ao esporte e às práticas corporais devemos considerar os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem. Também devemos recuperar a gestão pública eficiente de seus equipamentos e garantir o seu uso efetivo pelos cidadãos. Também reposicionando as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos, tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos para a iniciativa privada.

Para que as pessoas possam viver melhor, tendo seus corpos como autônomos, fortalecidos e livres, nosso programa de esporte e lazer propõe:

- 1. Constituir, de forma democrática e participativa, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**, articulando e integrando práticas corporais e esportivas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional de maneira a apoiar e fomentar projetos

e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;

2. **Romper com a política de conciliação com a cartolagem dos clubes,** federações e confederações esportivas e auditar as contas das entidades esportivas (CBF, COB e federações);
3. Criar a **Lei Prata da Casa:** uma taxa decrescente para as transferências internacionais de jogadores até 23 anos, forma legal para interferir no êxodo dos jovens atletas e proteger os clubes de formação, garantindo maior qualidade técnica para o futebol disputado no país.;
4. **Apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;**
5. **Garantir apoio institucional e incentivo financeiro ao futebol feminino;**
6. **Garantir a participação dos movimentos LGBTIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais;**
7. **Desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional;**
8. **Estabelecer programas de vivência e formação paralímpica** com o Comitê Paralímpico Brasileiro, federações e governos municipais e estaduais;
9. **Promover jogos, torneios e lazer para a Terceira Idade,** como forma de garantir a intersecção entre esporte e saúde, ampliando o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) e estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais;
10. **Promover jogos, torneios e competições entre escolas** como forma de incentivar o esporte lazer e sociabilidades no ambiente escolar;

- 11. Transformar Ministério do Esporte em Ministério do Esporte e Lazer;**
- 12. Realizar e atualizar permanentemente o Diagnóstico Nacional de Esporte e Lazer,** bem como fomentar a realização de diagnósticos estaduais, distrital e municipais;
- 13. Realizar a Conferência Nacional de Esporte e Lazer a cada dois anos** e induzir a realização de Conferências Livres, Regionais, Municipais, Distrital e estaduais;
- 14. Promover a cooperação esportiva internacional,** com prioridade aos países da América Latina, África e lusófonos;
- 15. Promover, em articulação e com protagonismo dos povos, Jogos Nacionais e Mundiais dos Povos Indígenas a cada dois anos** dando visibilidade às suas práticas corporais e às suas demandas sociais, políticas e culturais;
- 16. Fortalecer e ampliar a REDE CEDES** (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer);
- 17. Criar o Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Brasil,** que envolva a Rede CEDES, a Rede CENESP e criar o Centro de Desenvolvimento da Educação Física Escolar;
- 18. Implementar o Programa Nacional de fabricação de equipamentos e materiais esportivos: as Fábricas Sociais de Esporte e Lazer;**
- 19. Criar uma Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer,** que abranja os diversos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) para os diferentes trabalhadores de esporte e lazer (gestores, professores, técnicos, ex-atletas e agentes sociais) e programas sociais, vinculados às instituições formadoras;

20. **Democratizar e fortalecer o Conselho Nacional de Esporte**, com maior representatividade da sociedade com cunho consultivo e deliberativo;
21. **Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social;**
22. **Fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos**, revitalizados e qualificados nas cidades, incluindo programação com oficinas e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para a comunidade;
23. **Auditar as contas das entidades esportivas (CBF, COB e federações);**
24. **Destinar dotação orçamentária para o Esporte e o Lazer**, condizente com as metas já aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Esporte de 2006, sobretudo à vivência esportiva e ao lazer;
25. **Destinar os gastos orçamentários prioritariamente para a garantia do esporte e lazer como direito**, nos programas de fomento a vivência esportiva com fins educacionais e de participação;
26. **Redefinir os gastos tributários, com diminuição progressiva do volume de recursos que não transita pelo orçamento, inclusive a Lei de Incentivo do Esporte**. Concentrar a renúncia fiscal em projetos do interesse da sociedade e não dos interesses de patrocinadores e dirigentes;
27. **Destinar os recursos extra-orçamentários de empresas estatais para a garantia do esporte e lazer como direito e para a iniciação e a excelência esportivas;**
28. **Constituir um fundo público exclusivo do esporte e lazer, descentralizado e com acompanhamento da sociedade civil;**

- 29. Incluir a temática do Esporte e Lazer nas deliberações do Sistema Nacional de Democracia Direta** (conforme proposto no capítulo de Poder e Política deste programa) com a intervenção e deliberação da sociedade na utilização dos recursos;
- 30. Estabelecer com as entidades esportivas uma política nacional de formação e desenvolvimento de atletas, com a utilização dos recursos das loterias;**
- 31. Fomentar o processo de democratização dos clubes, federações e da CBF;**
- 32. Exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais,** acessíveis à população de baixa renda;
- 33. Defender a regulamentação da negociação coletiva e centralizada da venda dos direitos de transmissão televisiva e que a distribuição dos pagamentos:** 50% divididos igualitariamente entre todos os clubes, 25% baseados na classificação final do Campeonato anterior (o campeão recebendo 20 vezes mais o valor que recebe o último classificado) e 25% variáveis de acordo com o número de jogos transmitidos na televisão, como medida para combater a desigualdade da distribuição de tais recursos.
- 34. Destinar 5% do total arrecadado pela venda coletiva e centralizada dos direitos de transmissão a projetos sociais que promovam a prática do futebol, bem como a centros de formação para o futebol feminino;**
- 35. Revisar o Estatuto do Torcedor,** para reverter a criminalização dos torcedores, coibir manifestações preconceituosas racistas, homofóbicas, regionais e sexistas e garantir os horários de realização das partidas adequados aos interesses dos setores populares;

36. Promover a discussão acerca da reforma do calendário do futebol brasileiro
e da organização de seus campeonatos estaduais, regionais e nacionais de
maneira a constituir um verdadeiro sistema de competição nacional.

XIX – RELAÇÕES INTERNACIONAIS: SOBERANIA NACIONAL, AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE AOS POVOS

O 1% da população global – detentores da maior parte das riquezas – se articula em redes de finanças, informação e segurança sob a administração de estados nacionais, grandes corporações e organizações internacionais. Em nome dos mercados, fragilizam as democracias e promovem uma selvagem disputa que tende a exaurir os recursos naturais do planeta. Para enfrentar o desafio de um sistema que opera para concentrar ainda mais a riqueza e o poder, subjugando o homem e a natureza, é urgente fortalecer redes multilaterais e construir alianças entre os povos.

A emergência de posições políticas radicais conservadoras, por sua vez, leva ao fortalecimento e recrudescimento de nacionalismos excludentes, como evidenciam a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) e a situação em outros países europeus. Esses movimentos, alimentados pelo desemprego e sensação de impotência, funcionam como poderosos meios de opressão e supressão de direitos das populações mais vulneráveis. Se materializam também no ataque a normas e organizações que esses mesmos Estados ajudaram a criar, como o Sistema das Nações Unidas, expondo o mundo a um estado de incerteza e tensão.

Sob perspectiva nacional, o panorama global segue marcado pela centralidade dos Estados Unidos e pela ascensão da China. A crescente importância da Índia e de países do sudeste asiático aliados à força do Japão e à possibilidade de uma Coreia unificada anunciam uma possível preponderância da Ásia nas próximas décadas. De um ponto de vista mais geral, esses atores, ao lado do bloco europeu ocidental e da Rússia,

formam os grandes eixos do poder mundial, no qual a África e a América Latina seguem com papel marginal.

No plano econômico, a crise de 2008-09 aprofundou a extrema competição entre países em busca de capitais, controle de fontes de energia e mercados. Com a 4ª revolução industrial – automação e robótica – teremos cada vez mais fábricas sofisticadas com um número decrescente de trabalhadores e trabalhadoras em seu interior e tende a se reduzir a fase de exportação de empresas para o sul do mundo à procura da vantagem comparativa de força de trabalho abundante e barata.

A perspectiva colocada para a periferia – nessa lógica – é disputar a vinda de indústrias de menor uso de tecnologia e intenso uso da força de trabalho. São plantas mais simples, de bens de consumo leves, como têxteis, material esportivo, papelão, vidro etc., indústrias extrativistas, como petróleo – sem refino – e mineração ou maquiladoras. Tais investimentos só se concretizam com rebaixamentos constantes do preço do trabalho e precarização dos contratos de mão de obra (este é o sentido da reforma trabalhista sancionada em 2017). Nesse quadro, são dispensáveis pesquisa, inovação, universidades, sindicatos etc. São também desnecessárias articulações regionais e extrarregionais como Mercosul, Unasul e BRICS que funcionem de forma autônoma.

A geopolítica da economia extrativista expressa bem a atual forma neoliberal de globalização. A intensificação de investimentos para exploração da natureza em países ricos em “recursos naturais” (na realidade bens comuns) através da mineração, agricultura intensiva, pesca em larga escala, extração de madeira, de petróleo e gás, levaram fluxos de capital para o Sul Global. A diplomacia de matérias-primas de países como os da União Europeia, dos Estados Unidos, do Canadá e da China preocupa-se principalmente em assegurar o fornecimento de recursos naturais a seus mercados internos, salvaguardando sua própria competitividade.

Destaca-se com particular ênfase, neste contexto, a aceleração da estratégia do governo chinês de tornar a China um país global, apoiando todos os tipos de empresas a investir fora do país, mediante a oferta de apoio financeiro e coordenação e uma postura mais ativa para a diversificação de seus ativos. No Brasil, a mudança qualitativa na entrada do capital chinês se reflete na escala e velocidade, mas também na forma

financeirizada deste processo, que torna mais difícil conhecer o destino dos investimentos. Identifica-se, hoje, um especial interesse por hidrelétricas e pelo setor de mineração, com sérios riscos socioambientais em especial na região da Amazônia e do cerrado brasileiro.

Essas são algumas das razões profundas do golpe: reposicionar o Brasil na economia global. A mesma lógica regressiva acaba pautando a situação em outros países do continente, como Argentina. Vale lembrar que o golpe brasileiro veio na sequência de duas outras rupturas democráticas, a de Honduras (2009) e a do Paraguai (2012).

No plano político, ainda que ofuscada pela emergência asiática, em particular da China, a hegemonia norte-americana se mantém pela via da manutenção de uma indústria de defesa e aparato militar desproporcionalmente fortes, pela supremacia do dólar como moeda mundial e pelo uso discricionário do seu poder imperial. O discurso das “novas ameaças”, absorvido pelas principais potências, coloca temas como o terrorismo, a migração e o crime organizado como ameaças existenciais, portanto prioridades emergenciais. Isso despolitiza agendas, que passam a ser tratadas na lógica da exceção e de quebras dos mecanismos democráticos.

Conflitos armados ao redor do mundo, promovidos pelas grandes potências sob a lógica do neoliberalismo, provocam graves violações de direitos e deslocamentos forçados, criando grandes contingentes de refugiados. As violências sofridas pelos palestinos e outros povos oprimidos; o racismo, a xenofobia e as violências contra imigrantes e refugiados, povos tradicionais e minorias, em flagrante desacordo aos compromissos internacionais de direitos humanos e ao direito internacional humanitário, compõem este mosaico preocupante.

No campo da diplomacia brasileira, as elites antinacionais, antipopulares e antidemocráticas que articularam o golpe de 2016 se prestaram com avidez a desmontar o que restava de uma política externa mais autônoma e soberana.

A pouca legitimidade diante da opinião pública internacional e a ausência de resultados relevantes em política externa não os impediram de atender a demandas de grandes interesses globais. Entregaram parte das reservas do pré-sal, indenizações bilionárias foram pagas pela Petrobrás no exterior, houve mais abertura e

desnacionalização de setores estratégicos da economia e assumiram compromissos de liberalização do fluxo de capitais internacionais ainda mais abrangentes.

O panorama continental é marcado pelo abandono da UNASUL e esvaziamento do Mercosul, conformando-se com seu papel de mera área de livre comércio imperfeita, alterando assim as ambições em relação a um desenvolvimento regional comum e solidário. Ao mesmo tempo, o Brasil abriu mão da sua capacidade de interlocução, gerando um vácuo de atuação diplomática frente aos conflitos políticos na América Latina. Nesse contexto de retração, a vinculação da Colômbia à OTAN representa sério obstáculo na busca da integração regional.

O distanciamento da África, a queda da qualidade da representação brasileira nos BRICS e em outras coalizões e a redução dos projetos de cooperação Sul-Sul coroam o abandono de um papel ativo do Brasil.

Para fazer frente a este cenário, propomos uma política externa nacional, soberana, antiimperialista, solidária, democrática e popular, atenta às complexidades e desafios do Século XXI. É essencial que seja construída com canais mais fluidos de diálogo com a sociedade.

Para além da política externa ativa e altiva

A política externa dos últimos governos antes do golpe foi relativamente bem-sucedida em alguns de seus propósitos, mas esbarrou em limites internos e externos. Internamente, o maior limite foi dado pelas contradições do pacto de governabilidade. Outras dificuldades vêm da pouca abertura do Itamaraty e demais Ministérios, da falta de interesse e capacidade de supervisão do Legislativo, das pressões e grupos de interesse dos setores público e privado, do rarefeito debate público sobre política externa. Os limites externos estão relacionados à insuficiência de uma política estratégica perante a conduta imperialista das grandes potências. Esse processo ocorre num cenário internacional marcado pelas divisões entre os países em desenvolvimento, pelas crises cíclicas da economia mundial e pela inércia que prevalece nas grandes organizações multilaterais.

A atuação internacional brasileira buscou, nesse período, consolidar sua identidade de potência emergente, mediadora entre o Norte e Sul global, com capacidade de incidência no sistema internacional. Expressão maior disso foram as disputas brasileiras em organizações multilaterais, como OMC, FAO, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Conselho de Segurança da ONU. Almejou protagonismo nos rumos dos debates sobre desenvolvimento e se lançou como empreendedor de normas internacionais. Teve participação central nas agendas multilaterais de comércio, finanças, meio-ambiente, direitos humanos e outros temas, ainda que com contradições e limites. A criação dos BRICS baseava-se em agenda que apostava na multipolaridade e na reforma do sistema internacional.

Por outro lado, o predomínio da visão instrumental sobre as relações Sul-Sul evidenciou-se na exportação dos conflitos e contradições do nosso modelo de desenvolvimento. Em Moçambique, os investimentos no ProSavana e no Corredor Nacala, em concertação com o Japão, guardam semelhanças não apenas com a experiência do cerrado brasileiro, mas também com a expansão da fronteira do agronegócio em Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), configurando um modelo de inserção no sistema agroalimentar internacional subordinada aos interesses da agricultura de exportação.

Some-se a isso a controversa intervenção militar no Haiti. Realizada no marco das Nações Unidas, a operação reproduziu a lógica de atuação das grandes potências, com consequências graves para os direitos do povo haitiano. Por outro lado, acabou servindo, na prática, como exercício de treinamento das forças armadas para o desempenho das funções de polícia e violações, especialmente no Rio de Janeiro.

A atuação na área dos direitos humanos foi oscilante e apresentou contradições. Em alguns momentos, em coordenação com a sociedade civil, pautaram-se internacionalmente agendas progressistas. O respeito das obrigações que emanam das convenções ratificadas e o cumprimento de decisões internacionais ficaram aquém do desejável, mas pontualmente levaram a reformas significativas, como a aprovação da lei Maria da Penha, fruto de demandas internas que culminaram em decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e a conformação - tardia e frágil - da Comissão Nacional da Verdade, cujas recomendações ainda não foram cumpridas.

No que toca à diplomacia, entre as demandas acumuladas se encontra a construção de um quadro de servidores que expresse a diversidade do Brasil. As mulheres constituem apenas 23% do corpo diplomático e não comandam nenhuma das 12 principais Embaixadas. Nunca houve mulher chanceler, nem secretária-geral – segundo cargo mais importante. Os negros, por sua vez, não atingem 3% do corpo diplomático. Mesmo com nichos de alta competência e reconhecimento internacional, de forma semelhante ao Judiciário, o Itamaraty é uma estrutura elitista, corporativista, isolada da população e que reflete de forma particularmente acentuada as questões de classe, gênero e raça que permeiam a sociedade brasileira.

A criação de um Conselho de Política Externa é uma reivindicação antiga da sociedade civil, de movimentos sociais e de setores progressistas da administração pública.

Propostas

Nossas propostas para as relações internacionais do Brasil estão baseadas em três eixos que expressam o projeto representado por esta candidatura: i) Soberania e autonomia; ii) Direitos humanos e solidariedade; iii) Democratização da política externa.

A política externa não romperá sozinha com os entraves ao desenvolvimento, devendo atuar em linha com outras esferas do governo e com os anseios da sociedade. No entanto, pressões e constrangimentos externos por parte de grandes potências e dos interesses econômicos a elas atrelados obstaculizam a busca de um desenvolvimento justo, com igualdade e democracia, devendo ser enfrentados com visão estratégica e de longo prazo. Assim, em primeiro lugar, defenderemos o princípio de **soberania e da autonomia** nas relações exteriores do país a partir da recuperação de uma ideia de Nação popular, diversa e democrática.

Uma primeira ameaça a isso são as políticas de entrega e desmonte patrocinadas pelo governo Temer, em especial nas áreas de energia e defesa. Isso se concretiza com a venda de refinarias da Petrobrás, da Eletrobrás e da Embraer, em especial. Outros riscos provêm dos novos nacionalismos conservadores, em particular da política externa norte-

americana de Donald Trump. Esta tem como centro a defesa agressiva dos interesses dos EUA no mundo, bem como a promoção do ódio e da intolerância racial, da xenofobia e da violência sexual e de gênero.

Em segundo lugar, propomos uma política externa estruturada pela firme defesa dos **direitos humanos** e do princípio da **solidariedade entre os povos**. As lutas contra todas as formas de exploração e opressão, centrais para essa candidatura, devem moldar a atuação externa do Brasil. Isso significa a assumir protagonismo na defesa internacional da justiça social e da democracia e nas discussões ambientais e climáticas. Significa também uma postura de abertura e cooperação com os mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos, superando uma visão estreita de soberania que ignora as relações densas e complexas entre eles, a sociedade civil e os movimentos sociais brasileiros. Implica também compromisso com os direitos de outros povos e setores oprimidos.

Por fim, defendemos a **democratização da política externa**, que, como toda política pública, deve ser transparente e participativa para refletir as visões e anseios da sociedade.

1. Soberania & autonomia:

- i. O Brasil irá se posicionar de forma clara contra os novos nacionalismos conservadores, em particular a política externa norte-americana de Trump. Articularemos, para isso, diversos países na defesa dos Direitos Humanos, contra o militarismo e as demais expressões destes processos antidemocráticos;
- ii. Articularemos, também, um amplo movimento de retirada de bases militares norte-americanas no continente, e de oposição à possibilidade de presença da Quarta Frota no Atlântico Sul;
- iii. Retomar a integração soberana latino-americana como bloco de contraposição ao imperialismo e espaço democrático. Para isso, fortaleceremos, reestruturaremos e atualizaremos os organismos multilaterais criados desde a redemocratização, como o Mercosul, a Unasul e a CELAC (América Latina e

Caribe). Tornaremos suas esferas decisórias mais participativas e transparentes;

- No Mercosul, promover medidas para o seu fortalecimento institucional e para uma maior integração entre as sociedades dos países membros, condições para que o bloco resista a mudanças de orientação política dos governos. Propor a realização, em 2020, a primeira eleição direta no Brasil para o Parlamento do Mercosul.

- iv. Lutar pela democratização e maior efetividade das instituições internacionais, como as diversas instâncias e agências da ONU;
- v. Manifestar franca oposição a acordos com a OCDE e evitar articulações assimétricas e apressadas de comércio internacional.;
- vi. Retomar a agenda Sul-Sul e a diversificação de parcerias com a Ásia e a África para além das relações comerciais. Retomar a priorização do IBAS e outros mecanismos multilaterais;
- vii. Retomar um papel ativo e propositivo nos BRICs, promovendo a instituição de políticas de gênero, participação e acesso à informação, além de salvaguardas sociais e ambientais no Banco dos BRICS, tal como já existe em outras instituições financeiras internacionais;
- viii. Criar um programa estratégico de análise dos investimentos estrangeiros, mapeando a entrada dos investimentos externos e definindo setores de prioridade nacional, inclusive os que não podem ser destinados a venda ou exploração ampla pelo capital estrangeiro, como geração de energia, petróleo, terras agricultáveis, água e outros;
- ix. Criar, no Itamaraty, carreiras especializadas em países/línguas de crescente relevância, especialmente na Ásia (China, Rússia, Índia, Japão, Coreia);

- x. Prestar solidariedade ao povo venezuelano, pondo fim ao Grupo de Lima, retomando a mediação dos conflitos nos espaços multilaterais regionais – Unasul ou Mercosul – e reforçando a vigilância quanto às ameaças antidemocráticas e o cerco imperialista.

Há cerca de 4 milhões de brasileiros e brasileiras vivendo no exterior. Essa comunidade está organizada, tanto para defender os interesses de nosso país, a democracia aqui. Também produz e contribui para nossa economia e imagem no mundo. A comunidade brasileira vivendo no exterior, acreditando em nosso projeto nos procurou apresentando demandas significativas que esta Aliança defende para o governo:

- xi. Ampliação acordos internacionais sobre a previdência. Para que anos trabalhados fora do Brasil valham para aposentadoria; convênios nesses moldes já existem com Portugal e Itália. Isso garante a manutenção da relação destes brasileiros e brasileiras com o país.
- xii. Construir processos de diálogo, a partir da dinâmica de democracia direta e do ConPEB, para aumentar a participação política dessa população nos rumos do Brasil. Desde participação em plebiscitos e referendos, ou seja, aumentar a participação na vida institucional brasileira. Os compatriotas vivem fora, mas não deixam de ser brasileiros e brasileiras, tem direito a participar da vida social do Brasil!

2. Direitos humanos e solidariedade

- i. Assumir um papel de liderança internacional nas discussões multilaterais sobre direitos humanos e justiça social, meio-ambiente e clima, habitação, regimes de comércio e investimentos e outros temas;
- ii. Apoio a luta do povo palestino por liberdade, igualdade e justiça, apoiando seu direito inalienável à autodeterminação expresso no apoio a um estado palestino laico e não racista;

reiterar nossa oposição a todas as formas de discriminação, incluindo o antissemitismo e a islamofobia, e a todas as formas de colonialismo e imperialismo;

- iii. Promoção de cláusulas sociais, trabalhistas e ambientais no comércio internacional, a partir dos patamares já consolidados da legislação brasileira antes do golpe, defendendo um modelo que encurte, internalize ou pelo menos regionalize as cadeias produtivas;
- iv. Revisão das normas de propriedade intelectual formuladas no TRIPS, já que o sistema de patentes, como atualmente concebido, impõe custos sociais incalculáveis, além de limitar a inovação tecnológica;
- v. Estabelecer princípios de atuação para empresas brasileiras no exterior, coibindo uma perspectiva puramente utilitária, predatória do meio ambiente e violadora de direitos;
- vi. Promover a proteção aos refugiados e a garantia dos direitos humanos de migrantes, incluindo a sua não criminalização e a integração social, por meio da regularização migratória e do amplo acesso a direitos. Estes são garantidos no Brasil pela nova Lei de Migração, Lei Nº 13.445 de 2017;
- vii. Abertura e cooperação com os mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos; cumprimento das suas decisões e sentenças;
- viii. Cumprir as recomendações recebidas pelo Brasil na Revisão Periódica Universal, realizada no Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2017;
- ix. Instaurar, em janeiro de 2019, o órgão de seguimento às recomendações da Comissão Nacional da Verdade, e dar início à política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar; apoiar a ADPF nº. 320, de autoria do PSOL, que defende a inconstitucionalidade da aplicação da Lei de Anistia para os crimes de lesa humanidade.

3. Democratização da política externa

- i. Reforçar políticas para a democratização e maior diversidade no Itamaraty;
- ii. Ampliar o diálogo com o Legislativo, demais órgãos da administração pública e esferas de governo – Ministérios, estados e prefeituras;
- iii. Criar o Conselho de Política Externa (ConPeb), com participação da sociedade civil e movimentos sociais.